

REVISTA DA FACULDADE  
DE LETRAS DO PORTO

# LINGUAS E LITERATURAS



II Série • Vol. XI • 1994

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
SÉRIE DE  
«LÍNGUAS E LITERATURAS»

**Publicação anual**

**Propriedade** — Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Sede e redacção** — Faculdade de Letras do Porto, Rua do Campo  
Alegre, 1055 — 4150 PORTO – Portugal

**Director** — Presidente do Conselho Científico

**Organizador** — Delegado da Comissão Científica de Línguas  
e Literaturas Modernas

**Tiragem** — 500 exemplares

**Execução gráfica** — *Imprensa Portuguesa*, Rua Formosa, 108-116  
4000 PORTO

Depósito legal n.º 84 313 / 94

---

Os trabalhos publicados são da responsabilidade  
exclusiva dos seus autores

---

## PRAGMÁTICA E SINTAXE-SEMÂNTICA DAS CONSECUTIVAS

0. Os segmentos sublinhados (que referenciarei por p´) nos Enunciados (ENs) (1), (2) e (3) são, como se sabe, *orações consecutivas*:

- (1) A mesa é tão larga *que não cabe na sala*
- (2) Está tanto frio *que não devias sair de casa*
- (3) O Zé é suficientemente inteligente *para resolver esse problema.*

O segmento sublinhado em (4) é, por vezes, também rotulado como oração consecutiva, mais exactamente como *consecutiva conclusiva*<sup>1</sup>:

- (4) O Zé tem a janela aberta; *por isso/por consequência, está em casa.*

Neste estudo, deixarei de lado ENs do tipo de (4); ocupar-me-ei, assim, das orações consecutivas *stricto sensu*, ou, melhor, dos ENs que comportam uma tal oração consecutiva.

Distinguirei três tipos de consecutivas: O EN (1) ilustra (o que chamarei) a consecutiva-tipo I; o EN (2), a consecutiva-tipo II; o EN (3), a consecutiva-tipo III. A consecutiva-tipo III tem merecido na descrição linguística pouca ou mesmo nenhuma atenção; por sua vez, a consecutiva-tipo II tem sido sistematicamente ignorada — seguramente porque os ENs em que se manifesta apresentam o mesmo formato dos ENs em que cabe a consecutiva-tipo I, com a qual será confundida.

Depois da caracterização de cada um destes três tipos de consecutivas — caracterização que contemplará aspectos sintáctico-semânticos mas sobre-

---

<sup>1</sup> Sobre estas, ver ZANONE, A. — *La consécution sans contradiction: donc, par conséquent, alors, ainsi, aussi*. «Cahiers de Linguistique Française», n.º 4 e n.º 5, 1982 e 1983; ROULET *et al.* — *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne, 1985, p. 145-153.

tudo aspectos pragmáticos —, considerarei, na parte final deste estudo, soluções que designo de ‘aparentadas’ ao formato padrão (referenciado em (1), em (2) e em (3)) dos ENs em que se inscreve, respectivamente, uma consecutiva-tipo I, uma consecutiva-tipo II e uma consecutiva-tipo III.

Antes, porém, de me dedicar a estas tarefas, considero conveniente referenciar, ainda que muito sumariamente, em 0.1-0.4., alguns traços comuns aos três tipos de consecutivas.

0.1. Muito correntemente as orações consecutivas são ditas subordinadas — catalogação que de todo lhes não convém. Bastará reparar em que, ao invés do que se passa com as orações tipicamente subordinadas, as consecutivas não preenchem uma função sintáctica no todo do EN em que se inscrevem nem apresentam mobilidade em relação às respectivas orações ‘subordinantes’, sendo-lhes antes regularmente pospostas<sup>2</sup>. Estes dois traços são comuns às orações comparativas, que também não constituem em rigor orações subordinadas.<sup>3</sup>

0.2. A inserção das consecutivas num EN deve ser tomado como um processo de *integração* de duas orações (p e p’)<sup>4</sup> — processo esse operado tipicamente por um *morfema descontínuo* do género de *tão/tanto... que*<sup>5</sup>.

É esse morfema que vemos operar nos ENs (1) e (2). O seu primeiro membro pode comutar com outros: *tal, de tal forma/modo/maneira* e mesmo, embora em condições particulares (Ver adiante), *cada e um*.

O EN (3) mostra que aquele processo integrativo pode ser operado pela sequência *suficientemente/suficiente para* — introduzindo este último termo o segmento p’, que se realiza em EN (eventualmente reduzido, como se verá adiante, ao seu termo sujeito ou a um substituto). Alternam com *suficientemente/suficiente* outros elementos, equivalentes, como *o suficiente, o bas-*

<sup>2</sup> Há, porém, um formato em que a consecutiva é anteposta — conduzindo ao que já se tem chamado de “consecutivas invertidas”. Trata-se de uma solução alternativa ao formato padrão dos ENs em análise — solução essa que coloco numa zona claramente marginal. Ver, mais abaixo, 1.9 e 2.5.

<sup>3</sup> Para alguns outros traços comuns às consecutivas e às comparativas, ver a sequência da exposição.

<sup>4</sup> É claro o afastamento das orações consecutivas conclusivas em relação a este ponto; nelas, o segmento p’ ocorre como oração coordenada, com a sua autonomia própria.

<sup>5</sup> Estes elementos aplicam-se a verbos, a adjectivos (predicativos), a advérbios ou a nomes — embora em combinatórias diferenciadas, que não será preciso especificar. Lembrarei que nas comparativas tem lugar um idêntico processo integrativo, em que operam os conhecidos morfemas descontínuos *mais ... que, menos ... que, tão/tanto ... como*.

*tante*, ou não equivalentes, como *demasiado* e *de mais* — o que, como se caracterizará mais abaixo, configura no domínio das consecutivas-tipo III duas modalidades distintas.

O processo integrador em referência gera uma forte *solidariedade/interdependência sintagmática* entre os segmentos p e p'.

Por força do semantismo daqueles morfemas integradores/da forte solidariedade ou interdependência sintagmática entre p e p', o segmento p apresenta um carácter *catafórico*, sendo que a dimensão catafórica que o marca se *resolve* em p'.

0.3. O primeiro membro dos morfemas/da sequência referenciados acima apresenta-se claramente como um quantificador, estabelecendo no estado de coisas capturado em p uma ordem de grandeza orientada para a *intensificação* — intensificação essa que marca todo o EN e a que não é alheia a selecção do estado de coisas convocado em p' nem a resolução específica da dimensão catafórica presente, como assinalai, em p.

0.4. Um outro traço saliente nos ENs que nos ocupam é o que respeita à correlação *causa-consequência* que, de modo diferenciado, como veremos, conecta p e p'. Tal correlação — que também influi no desenho da dimensão catafórica de p e na sua resolução em p' — pode ser vista em termos de *implicação* arrastada pelo segmento que corresponde ao primeiro membro do conjunto (ou seja, p).

1. Começo por me ocupar das consecutivas-tipo I.

Considerem-se os ENs seguintes, em que p' actualiza esse primeiro tipo de consecutivas — o que me habilitará, por comodidade expositiva, a tomá-los como ENs-I:

(I-1) A mesa é tão larga que não cabe na sala <sup>6</sup>

(I-2) O Zé tem tantas preocupações que não consegue dormir

(I-3) O Zé trabalha tanto que anda sempre cansado

(I-4) O Zé comeu tão abundantemente que se sentiu indisposto.

---

<sup>6</sup> Nos ENs que tomam uma consecutiva (de qualquer dos tipos referenciados) que se apresente em forma negativa, o elemento *não* pode ser substituído por *nem/até nem/nem sequer/nem mesmo*. Qualquer destes termos ou expressões reforçam a negação do segmento p' constituindo também um recurso para a intensificação do que se recorta/realiza em p. Ver mais abaixo.

1.1. As caracterizações disponíveis das consecutivas — que são sempre exclusivamente desenvolvidas com referência a ENs do tipo I, embora incluam, por vezes, um ou outro apontamento de pormenor sobre ENs do tipo III — insistem particularmente na patente correlação causa-consequência já assinalada. Explicitam, entretanto, com pertinência, que a causalidade que percorre os ENs em análise converge com uma *implicação* arrastada por p — sendo, então, que p (mais exactamente, o estado de coisas referenciado em p/o conteúdo proposicional de p) constitui *razão suficiente* para p'.<sup>7</sup>

Tal dimensão de implicação/causalidade é, em muitas das descrições das consecutivas que nela insistem, explicitada através de soluções tomadas como equivalentes, como ilustro de seguida na base de (I-1):

(I-1) A mesa é tão larga que não cabe na sala

(I-1') A mesa é muito larga; por isso/por consequência, não cabe na sala

(I-1'') A mesa não cabe na sala porque é muito larga.

Quero de imediato sublinhar que nenhuma destas soluções — (I-1') e (I-1'') — é, nem sequer minimamente, equivalente a (I-1).

A solução (I-1') — que projecta o que, em 0., foi apresentado como (consecutiva) conclusiva, ilustrada no EN (4) — está fundamentalmente orientada para a asserção (em p') de uma consequência de uma propriedade predicada (em p) em grau de intensidade elevada<sup>8</sup> — asserção essa que corresponde, assim, ao rumo ou objectivo comunicativo-informativo do complexo coordenado “p; por isso/por consequência p'”; ora (sumariando alguns aspectos que desenvolverei mais adiante), em (I-1) há antes uma clara orientação para a predicação dessa mesma qualidade e dessa mesma intensidade elevada, sendo que a consequência expressa em p' serve directamente ao recorte daquele grau elevado de intensidade.

---

<sup>7</sup> Esta dimensão implicativa/causal (a que voltarei mais adiante) aproxima, assim, causais e consecutivas, e ainda condicionais — a que haverá que juntar as contrastivas (adversativas e concessivas), estas também marcadas, se bem que sob modalidades diferenciadas, por aquela mesma dimensão.

<sup>8</sup> Anoto que esta situação não é a única que se configura nas consecutivas conclusivas; basta considerar o caso ilustrado com o EN (4): em p não tem lugar o recorte de um estado de coisas marcado por intensificação, sendo ainda que p' enuncia, mais exactamente que uma consequência, uma ilacção que o locutor retira de p. Ver, entretanto, mais abaixo, 1.2.1..

Por sua vez, a equivalência proposta entre (I-1) e (I-1'') é igualmente inaceitável. O que articula (I-1'') a (I-1'), e, através deste, a (I-1) é, na verdade, uma relação de tipo antonímico, mais exactamente, uma antonímia por conversão. Tal conversão (*por isso/por conseguinte e porque* são antónimos conversos) envolve a inversão dos segmentos p e p', e, por isso, a solução (I-1'') não 'fala' do mesmo estado de coisas — *não toma o mesmo tópic*o — de que 'falamos' (I-1) e (I-1').

É, pois, ilegítima a proposta acima referenciada de equivalência entre (I-1)/(I-1') e (I-1'')<sup>9</sup>. Como se verá oportunamente nos números seguintes, está disponível uma solução bem mais adequada que as agora referenciadas, porque estritamente equivalente aos ENs em que se inscreve uma consecutiva — e isto tanto para os ENs-I, agora em análise, como para os ENs-II e III.

Feita esta observação, que, como já se compreendeu e como se confirmará de imediato por uma outra via, não é dispicienda, importa realçar que é inequívoca a presença nos ENs em análise de uma dimensão saliente de causalidade. Só que — e este é um ponto decisivo, que importa reter desde já — *os ENs-I não estão orientados para a expressão da causalidade*: usam-na, conferindo-lhe, pois, um mero carácter instrumental, para fins específicos — tipicamente, para o *encarecimento* do estado de coisas configurado em p, em que se realiza o objectivo comunicativo-informativo do EN globalmente tomado.

1.2. Revela-se conveniente retomar a dimensão de causalidade referenciada no número anterior.

Importará ter presente que nas causais há que ter na devida conta a distinção entre causais de *re/do enunciado* e causais de *dicto/da enunciação*.

A distinção entre estes dois tipos de causais fica plenamente recortada na base dos seguintes ENs:

(5) O Zé faltou às aulas porque está doente

(6) O Zé está doente porque faltou às aulas

(7) As ruas estão molhadas porque choveu

(8) Choveu porque as ruas estão molhadas.

<sup>9</sup> Esta crítica aplica-se por inteiro à esquemática análise das consecutivas proposta em MATEUS, M. H. M. *et al.* — *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1989, p. 321-323 — análise que verdadeiramente se esgota na consideração (nem sempre ajustada, como o ponto em referência assinala) da dimensão de implicação/causalidade que as percorre. Tal análise centra-se, de resto, exclusivamente sobre as consecutivas-tipo I, ignorando os outros tipos e os aspectos que considero basilares na configuração de cada um deles, de que aqui me ocupo.

- (9) O Zé chumbou porque estudou pouco
- (10) O Zé estudou pouco porque chumbou.

Os ENs (5), (7) e (9) ilustram o primeiro daqueles dois tipos de causais. Nestes ENs estabelece-se efectivamente uma correlação causa-consequência (com a ordenação consequência-causa) entre os estados de coisas recortados em *q* (introduzido por *porque*) e em *p* — sendo que o conteúdo proposicional de *q* é proposto como elemento explicativo (como razão suficiente) do conteúdo proposicional de *p*: *q* introduz a causa do efeito/consequência manifestado na subordinante (*p*).

Por sua vez, os ENs (6), (8) e (10) ilustram as causais *de dicto/da enunciação*. Neles, a correlação causa-consequência (também com a ordenação consequência-causa) estabelecida entre *q* e *p* é substancialmente diversa da que percorre aqueles primeiros ENs: *q* (introduzido por *porque*) exprime agora o fundamento invocado pelo locutor para enunciar *p*. A causalidade intervém aqui *como justificação do acto enunciativo/ilocutório realizado em p* — sendo, então, que *q* encadeia não com *p* (o conteúdo proposicional de *p*) antes *com a enunciação de p* (desenhando um *encadeamento enunciativo*). Por outras palavras: o estado de coisas contido em *q* é visto, e invocado, como razão suficiente da *enunciação de p*.

Repare-se em que os ENs (6), (8) e (10) admitem as seguintes paráfrases, que de todo não têm lugar para os ENs (5), (7) e (9):

- (6') *Digo* que o Zé está doente porque faltou às aulas
- (6'') O que me leva a *dizer* que o Zé está doente é a circunstância de ele ter faltado às aulas
- (6''') O Zé está doente, e *digo* isto porque ele faltou às aulas
  
- (8') *Digo* que choveu porque as ruas estão molhadas
- (8'') O que me leva a *dizer* que choveu é a circunstância de as ruas estarem molhadas
- (8''') Choveu, e *digo* isto porque as ruas estão molhadas.
  
- (10') *Digo* que o Zé estudou pouco porque chumbou
- (10'') O que me leva a *dizer* que o Zé estudou pouco é a circunstância de ele ter chumbado
- (10''') O Zé estudou pouco, e *digo* isto porque ele chumbou.



Ter-se-á notado que nestas paráfrases inscrevi um verbo ilocutório (genérico) — *dizer* — que precisamente explicita que as causais presentes em (6), (8) e (10) se aplicam sobre a enunciação de p e não estritamente sobre o seu conteúdo proposicional.

Importa agora apontar que, como se evidenciará mais adiante, as consecutivas de que me vinha ocupando — as consecutivas-I, as consecutivas contidas nos ENs-I — são percorridas por uma causalidade *de re/de enunciado*.

Ficará também desde já registado que a causalidade que percorre os outros dois tipos de consecutivas — já ilustradas sumariamente, em 0. — é uma causalidade *de dicto/da enunciação* (Ver mais abaixo).

1.2.1. A distinção, que acabei de recortar, entre a causalidade *de re/de enunciado* e a causalidade *de dicto/da enunciação* permite-me abordar mais adequadamente a já acima, em 1.1., suficientemente fundamentada rejeição da equivalência entre (I-1) e (I-1').

Torna-se agora claro o que sumariamente pude avançar: em (I-1) opera, como foi delineado em 1.2., uma causalidade *de re/de enunciado* — enquanto que em (I-1') opera entre p e p' uma causalidade *de dicto/da enunciação*. Na verdade, o estado de coisas que fica referenciado em p de (I-1') é invocado como razão/motivo que suporta a inferência/ilacção enunciada em p' — sendo, então, que p' (vazado, de resto, em EN independente) constitui a asserção dominante, para que se orienta o complexo articulado “p; por isso/por consequência p'”.

1.3. Escrevi no fecho do parágrafo com que remata o ponto 1.1. que os ENs-I apresentam tipicamente como traço saliente a orientação para o *encarecimento* do estado de coisas desenhado em p.

1.3.1. Convirá dar a esta formulação uma versão mais adequada, que será a seguinte: o *objectivo comunicativo-informativo* perseguido na enunciação dos ENs-I é tipicamente *a asserção do encarecimento do estado de coisas capturado em p*.<sup>10</sup>

Este traço é verdadeiramente dominante na estruturação e no funcionamento típico dos ENs-I.

Poder-se-ia pensar que o segmento p' constitui uma *justificação enunciativa* de p — e que, portanto, nos ENs-I encontramos a articulação de dois actos ilocutórios assertivos: o primeiro, realizado em p, seria o *acto principal*,

<sup>10</sup> Ver, entretanto, 1.3.1.1..

servido por um segundo, concretizado em p', que deteria o estatuto de *acto subordinado de justificação*.

Uma tal configuração, hierarquizada, ilocutório-funcional encontraria explicitação nas seguintes soluções para, por exemplo, (I-2) e (I-3):

(I-2') Digo que o Zé tem muitas preocupações porque não consegue dormir

(I-2'') O Zé tem muitas preocupações, e digo isto porque ele não consegue dormir

(I-3') Digo que o Zé trabalha muito porque anda sempre cansado

(I-3'') O Zé trabalha muito, e digo isto porque ele anda sempre cansado.

A aceitação destas soluções como equivalentes àqueles ENs redundaria, como se vê, em atribuir ao segmento p' uma causalidade *de dicto/da enunciação* — da enunciação de p/do acto ilocutório realizado em p.

Quero, entretanto, salientar que (I-2'/2'') e (I-3'/3'') *não constituem soluções equivalentes* de, respectivamente, (I-2) e (I-3).

As soluções seguintes, embora captem a causalidade *de re/de enunciado* que opera nestes ENs, não são ainda plenamente equivalentes aos ENs de partida — basicamente porque conduzem mais exactamente a um EN equivalente a uma (consecutiva) conclusiva, já acima considerada:

(I-2''') Digo que o Zé tem muitas preocupações e (digo também) que por isso/como consequência disso ele não consegue dormir

(I-3''') Digo que o Zé trabalha muito e (digo também) que por isso/como consequência disso ele anda sempre cansado.

Está, entretanto, disponível uma solução verdadeiramente equivalente para os ENs (I-2) e (I-3). Antes, porém, de a introduzir, convirá avançar que nos ENS-I o estado de coisas que preenche p' é utilizado não estrita e prioritariamente na sua condição de consequência do estado de coisas que se recorta em p, antes como *medida* para a quantificação desse estado de coisas (ou de algum dos seus termos)<sup>11</sup>. Mais exactamente: não é a asserção dessa consequência de p o que é basicamente proposto em p' (e no EN), antes nele

---

<sup>11</sup> Ver 1.3.2. e seguintes.

se invoca essa consequência para objectivar a ordem de grandeza que afecta o estado de coisas recortado em p. Por outras palavras: a informação de que p' constitui consequência/efeito de p é secundarizada, passando para o primeiro plano a indicação de que tal consequência/efeito é invocada para a quantificação de p. Especifico que esta formulação pretende exactamente concretizar o conteúdo de uma outra acima produzida, na qual sublinhei que nos ENS-I não há uma orientação para a expressão da causalidade, sendo antes que esta é usada como meio para a quantificação do estado de coisas referenciado em p, que corresponde ao objectivo comunicativo-informativo para que estão globalmente orientados os ENS-I.

Temos, assim, como soluções verdadeiramente equivalentes aos ENS (I-2) e (I-3) as seguintes:

(I-2''') Digo que o Zé tem muitas preocupações e (digo também) que o facto, que daí decorre, de ele não conseguir dormir dá bem a medida dessas preocupações

(I-3''') Digo que o Zé trabalha muito e (digo também) que o facto, que daí decorre, de ele andar sempre cansado dá bem a medida disso/do muito que ele trabalha.

Estamos, assim, aptos a concluir que os ENS-I são marcados, como já acima avancei, por uma orientação clara para o encarecimento do estado de coisas configurado em p — encarecimento esse que fica vazado num acto assertivo que corresponde ao objectivo comunicativo (ou comunicativo-informativo) perseguido na produção desses mesmos ENS-I; por sua vez, o segmento p' desses ENS realiza também um acto assertivo coordenado ao que tem lugar em p, sendo que nele se desenha um conteúdo proposicional que é avançado, não na sua estrita condição de consequência/efeito do estado de coisas que fica referenciado em p, antes como *medida* da ordem (elevada) de grandeza que afecta esse mesmo estado de coisas.

Acho conveniente acrescentar que o que acabo de registar pode, ainda, ser comprovado através de procedimentos de retoma e/ou de encadeamento aplicados sobre os ENS que nos ocupam, como os que ilustro de seguida com base, de novo, em (I-2) e (I-3). Vejam-se as seguintes sequências:

(S-1): A — O Zé tem tantas preocupações que não consegue dormir

B — Eu também já lhe disse isso/já lhe disse que ele tem preocupações de mais

(S-2): A — O Zé trabalha tanto que anda sempre cansado

B — Eu também já lhe disse isso/eu também já lhe disse que ele trabalha de mais.

Nos ENs que preenchem a intervenção de B, o substituto anafórico (*isso*) retoma exclusivamente (ou, pelo menos, predominantemente) o segmento p, e o verbo *dizer* explicita/retoma o valor assertivo realizado nesse segmento/dominante no todo do EN; o quantificador *de mais* explicita a intensificação que se contém em p dos ENs que preenchem a intervenção de A e dá conta da orientação básica de tais ENs para p.

Avançarei que, mais adiante, em 1.7. e em 1.7.1. — e também em 1.8.3.3. —, juntarei a estas outras provas do que ficou registrado como o funcionamento típico dos ENs-I.

1.3.1.1. Quero anotar de imediato que condições co(n)textuais podem fazer — e tal acontece, na verdade, com elevada frequência — com que, nos ENs-I, à orientação sobre p se junte uma orientação de tipo basicamente informativo sobre p' — ou seja, que a informação recortada em p' se situe em primeiro plano. Por exemplo, em resposta a uma pergunta como

— Onde está o Zé?,

ENs como

— Doía-lhe tanto a cabeça que foi ao hospital

— Estava tão cansado que não veio trabalhar,

sem deixarem de conter a orientação de base já caracterizada, isto é, a orientação para o encarecimento do estado de coisas recortado em p, apresentam claramente o estado de coisas desenhado em p' como informação de primeiro plano, porque especificamente convocada/solicitada no cotexto.

1.3.2. A orientação básica, no funcionamento típico dos ENs-I, para o encarecimento do estado de coisas configurado em p encontra expressão imediata nos quantificadores/intensificadores presentes nesse segmento. No entanto, ela radica verdadeiramente na natureza particular do estado de coisas recortado em p' tanto quanto no papel específico que tal estado de coisas é chamado a preencher na sua articulação com p.

Tal estado de coisas constitui, como sabemos, ‘consequência’ de p. O conhecimento do mundo fornece-nos a base para a construção de correlações/proporções do tipo causa-consequência — sendo, então, que a ‘consequência’ serve bem de *padrão de medida* para o desenho/avaliação da correspondente ‘causa’. Ora, justamente, e como já acima ficou devidamente sublinhado, este é o papel específico que é chamado a desempenhar nos ENs-I o estado de coisas capturado em p’.

Compreende-se, assim, que as consecutivas-I se aproximem nesta base — e já não apenas em aspectos de índole meramente formal, como o acima assinalado em 0.1. — das comparativas. Também estas comportam um segmento p’ — o *comparante* — que é invocado como *medida* para a determinação da intensidade que afecta o estado de coisas referenciado em p. Observarei, a este propósito, que os quantificadores mais correntemente presentes em p — *tão/tanto* — são exactamente os que ocorrem nas comparativas de igualdade — sendo, então, que o paralelismo entre consecutivas e comparativas deve ser estritamente referido às comparativas de igualdade.

Importa, entretanto, lembrar que a invocação de uma ‘consequência’ está nos ENs que comportam uma consecutiva-I ao serviço do *encarecimento*, como acima já registei, do que se referencia em p. Por esta razão, estas consecutivas apresentam uma orientação enfatizante, devendo, assim, ser preferentemente aproximadas das comparativas que, em estudo anterior, caracterizei sob a designação de *emblemáticas* ou *polares*. De resto, nesse mesmo estudo, anotei devidamente um tal paralelismo.<sup>12</sup>

O que acabo de salientar conecta-se também com o que acima registei a propósito do carácter catafórico que atribuí ao segmento p a que se articula uma consecutiva-I. Vemos, agora, que o estado de coisas recortado em p’, servindo de medida para a identificação/objectivação da ordem de grandeza/quantificação desenhada em p, *resolve* essa catáfora inscrita em p. Não deixarei de registar que o mesmo tem lugar, mais uma vez, nas comparativas — e, mais uma vez também, em particular nas comparativas de igualdade: também o segmento *comparado* apresenta um carácter catafórico, sendo que o *comparante resolve* essa catáfora, objectivando/identificando a ordem de grandeza/quantificação inscrita naquele primeiro termo.

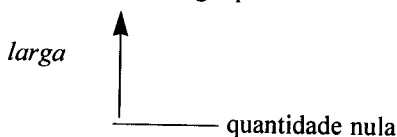
---

<sup>12</sup> Ver, FONSECA, J. — *Sintaxe-Semântica e Pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas*, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Vol. I, Porto, 1985 (Também in FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, «Coleção Linguística/Porto Editora», n.º 1, Porto, 1993).

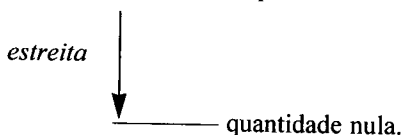
1.4. Como salientei, o segmento  $p'$  é suscitado como medida para determinar/objectivar a quantificação do estado de coisas (ou mais imediatamente de algum dos seus termos) referenciado em  $p$ .

Devo, então, dizer que os ENs em análise comportam uma instrução para um trajecto a percorrer numa escala — na escala ‘das grandes quantidades’ (construída com referência a *muito* e teoricamente aberta ao infinito) ou na escala ‘das pequenas quantidades’ (construída com referência a *pouco* e orientada para a quantidade nula)<sup>13</sup> — para aí situar a ordem de grandeza entendida pelo locutor. Sendo, como também já anotei, esta instrução marcada por uma orientação intensiva, aquela ordem de grandeza localizar-se-á/tenderá a localizar-se, em função do estado de coisas que preenche  $p'$ , num ponto vizinho do *extremo* de cada uma daquelas escalas. A seguinte representação convirá, assim, a ENs como (I-1) e (I-5):

(I-1) A mesa é tão larga que não cabe na sala



(I-5) A porta é tão estreita que a mesa não passa



Ter-se-á reparado em que a antonímia ‘largo’/‘estrito’ se deixa capturar em termos de oposição das respectivas escalas, situando-se justamente ‘largo’ (que é o termo positivo/não marcado do contraste antinómico) na escala das grandes quantidades, e ‘estrito’ (termo negativo/marcado da mesma relação de oposição) na escala das pequenas quantidades.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver RIVARA, R. — *Le système de la comparaison. Sur la construction du sens dans les langues naturelles*. Paris, 1990, sobretudo págs. 82-93. Anotarei que aquelas escalas são desenhadas pelo termo quantificado e/ou pelo quantificador que se lhe aplica.

<sup>14</sup> Ver RIVARA, R. — *Ob. cit.*. Convirá ter presente que, ao lado das escalas referidas (catalogadas pelo Autor como unidimensionais), há que reconhecer, em sintonia com certos outros tipos de pares opositivos, escalas (ditas bidimensionais) que apresentam um recorte diverso.

Virá a propósito registar que aquela instrução, correspondente à quantificação desenhada, 'para um percurso a efectuar (no sentido ascendente ou descendente) numa dada escala' é particularmente clara em ENs-I em que surge a expressão intensificadora *ao ponto de/até ao ponto de*, em que é bem perceptível uma dimensão semântica de índole topológica, direccional-locativa:

(I-6) O Zé estava distraído *ao/até ao ponto de* não ver o que se passava mesmo ao seu lado

(I-7) O Zé precipitou-se *ao/até ao ponto de* as considerações que fez constituírem verdadeiro absurdo.

1.5. Destaquei já devidamente que nos ENs-I em análise se estabelece/constrói uma correlação causa-consequência entre os estados de coisas capturados em *p* e em *p'*.

Deste modo, *p* abre certamente uma expectativa (que casa bem com o seu carácter catafórico, já acima assinalado) <sup>15</sup> quanto à gama de possibilidades referenciais a preencher por *p'*: os estados de coisas capturados em *p'* manterão com os referenciados em *p* uma particular conveniência, assente no conhecimento do mundo e na avaliação que dele fazemos tanto quanto nas expectativas que ele autoriza — particular conveniência essa que é manifestação da *coerência* dos produtos verbais. <sup>16</sup>

Esta conveniência é balizada seguramente por um limiar que poderei desenhar na seguinte formulação: *p'* referenciará um estado de coisas susceptível de ser tomado não apenas como efeito/consequência do estado de coisas configurado em *p*, mas também, e particularmente, como efeito/consequência minimamente *proporcional* à ordem de grandeza atribuída a esse mesmo estado de coisas. De resto, só nesta base tal efeito/consequência pode

---

<sup>15</sup> Convém observar que esta expectativa pode ser suspensa/contrariada, projectando-se antes em *p'* um estado de coisas que constitui uma *contra-expectativa*. Ver, na sequência da exposição, outras referências a esta dimensão de contra-expectativa.

<sup>16</sup> Sobre esta propriedade básica dos produtos verbais — do sintagma ao texto/discurso —, ver FONSECA, J. — *Coerência do Texto*, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Vol. V, Tomo I, Porto, 1988 (Também in FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, «Colecção Linguística/Porto Editora», n.º 1, Porto, 1993) e FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, ICALP, 1992.

revelar-se como medida da ordem de grandeza que apresenta o estado de coisas referenciado em p, e, portanto, funcionar como objectivação/identificação dessa ordem de grandeza.

Direi, mais exactamente, que tal ordem de grandeza tem de apresentar-se como a que se afigura como *pelo menos igual* à que se considera *suficiente* para que o efeito/consequência expresso em p' tenha lugar. Convirá realçar que esta formulação envolve na expressão “pelo menos igual” uma clara proximidade com a comparação de igualdade — o que, como se vê, assinala bem o paralelismo próximo, já acima apontado, entre consecutivas e comparativas de igualdade.

1.6. Não colide seguramente com a proporcionalidade referida que em p' sejam invocados estados de coisas marcados, eles também, por diferentes ordens de grandeza a partir do limiar acima especificado. Dada a já assinalada orientação encarecedora de p que comanda a invocação de p', uma perspectivação intensiva do que neste segmento se captura só pode constituir um reforço daquela mesma orientação encarecedora.

Uma tal perspectivação intensiva de p' obtém-se por vias diversificadas, onde cabem quer a invocação de consequências hiperbolizadas quer um reforço marcado por quantificadores adequados ou por operadores específicos como *até/até mesmo* (ou os seus correspondentes negativos: *até nem/nem sequer/nem mesmo*).<sup>17</sup> Em qualquer das modalidades que revista esta perspectivação intensiva de p' recorta-se regularmente a ultrapassagem, mais ou menos acentuada, de uma expectativa de mera plausibilidade, situando-se não raro os estados de coisas invocados na esfera de ‘mundos possíveis’<sup>18</sup>. Os seguintes exemplos triviais assinalam isso mesmo e assinalam também que ao conhecimento do mundo anda sempre agregada a sua avaliação, que é também projectada na invocação de p':

(1-8) Estava tanto frio

+ ▲ que ninguém saiu de casa  
 — ▼ que poucas pessoas saíram de casa

<sup>17</sup> Ver, entretanto, o número seguinte. Ver também a Nota 6.

<sup>18</sup> Também neste aspecto é flagrante a convergência entre as consecutivas em análise e as comparações emblemáticas ou polares, que invoquei acima, em 1.3.. Ver o meu estudo referenciado na Nota 12.



(I-9) Estava um nevoeiro tão cerrado

+ ▲ que não se via nada  
 que não se via 5 metros à frente  
 - ▼ que não se via 50 metros à frente

(I-10) O Zé anda sempre tão preocupado

+ ▲ que nem consegue dormir  
 - ▼ que tem dificuldades em dormir.

1.7. A particular relação, antes suficientemente caracterizada nas várias dimensões que comporta, entre p e p' pode — e deve — ser vista numa outra perspectiva.

Torna-se claro que o que se invoca em p' é jogado pelo locutor como *argumento* para o que em p se captura — ou, mais exactamente, para a ordem de grandeza atribuída a algum dos termos do estado de coisas que em p figura — e que constituirá a correspondente *conclusão*.

É, pois, legítima e adequada a adopção de uma perspectiva argumentativa na caracterização das consecutivas que venho tratando.<sup>19</sup> A eventual presença em p' dos operadores registados no número anterior — que, como se sabe, são *operadores argumentativos* — assinala explicitamente este carácter de *argumento* para uma dada *conclusão* (avanzada em p) que aquele segmento detém. A perspectivização intensiva de p assim — ou por outras vias, também anotadas no número anterior — obtida radica, então, na particular *força argumentativa* que detém o segmento p'.

Não terá escapado à observação que nos ENs-I a conclusão (recortada em p) precede o argumento (dado em p', isto é, na consecutiva).

Observarei ainda que a perspectiva agora adoptada vem confirmar a clara orientação, já atrás apontada, que se desenha nos ENs-I para p: justamente, p' é invocado e jogado como argumento que favorece p como conclusão — que domina no todo do EN. Isso mesmo está subjacente aos mecanismos de retoma e/ou encadeamento referenciados em 1.3.1.: as

<sup>19</sup> Avançarei que esta perspectiva argumentativa (ou, mais exactamente, como assinalarei em tempo oportuno, ilocutória e argumentativa) é a que particularmente convém — ou mesmo a única adequada — à caracterização das consecutivas-II e III, que serão consideradas adiante.

sequências (S-1) e (S-2) mostram exactamente que o que é retomado/o segmento sobre que se encadeia é a conclusão (realizada em p), e não o argumento (realizado em p').

1.7.1. Não deixarei de registar que, por força do encarecimento do estado de coisas capturado em p que nestes ENs se projecta, neles opera uma outra dimensão argumentativa.

Na verdade, dado o traço assinalado, os ENs-I estão orientados para funcionarem globalmente como argumento para uma conclusão neles implícita.

Tomando, por exemplo, o EN (I-2), podemos ver nele justamente um argumento (de elevada força, dada a orientação intensiva agregada ao estado de coisas referenciado em p) para a conclusão (implícita) que formularei de seguida (que, repare-se, converge com um acto ilocutório — de natureza *directiva não impositiva* — que toma como conteúdo proposicional o estado de coisas recortado em p):

- (11) O Zé não devia ter tantas preocupações/preocupar-se tanto/com tantas coisas.

Interessa sublinhar que este acto directivo não impositivo apresenta um carácter derivado, constituindo um *acto indirecto* realizado através do assertivo que em (I-2) é activado.

Registarei que tal acto derivado nos fornece uma prova complementar, a juntar às que avancei em 1.3.1., em favor do que já ficou suficientemente realçado: os ENs-I estão primordialmente orientados para a asserção do encarecimento do estado de coisas capturado em p.

Quero ainda anotar que, a partir da asserção realizada em (I-2), é obtida, igualmente por derivação, uma outra dimensão ilocutória: (I-2) actualiza também, de modo indirecto, um acto de *critica/censura* dirigida ao sujeito do EN, avaliando-se como excessivas as preocupações a que ele se dá. Já se terá reparado em que também através deste acto se evidencia que (I-2) — como todos os ENs-I — tem inequivocamente, no seu funcionamento típico, uma orientação para p. Avançarei que com esta anotação pretendo também preparar uma outra prova de que os ENs-I estão, efectivamente, orientados para p. (Ver, adiante, 1.8.3.3.).

1.8. Quero retomar ainda os ENs-I para analisar as incidências da aplicação de uma negação sobre o segmento p.

1.8.1. Observarei, de imediato, que se trata regularmente de uma *negação polémica*, o que fará de qualquer desses ENs-I, quando o seu segmento p suporta uma negação, uma *réplica, de teor refutativo*, a uma intervenção anterior de um outro locutor. Posso ilustrar sumariamente isso mesmo na seguinte sequência (S-3), em que inscrevo o EN (I-1) numa versão negativa:

(S-3): A — A mesa é muito larga...

B — (Mas) Não é (assim) tão larga (como dizes/pretendes) que não caiba na sala...

Anoto, entretanto, que aqueles mesmos ENs-I, com o segmento p negado, podem também surgir como *reformulação, de teor correctivo*, de uma anterior produção de um mesmo locutor:

(S-4): A mesa é muito larga — mas/embora não (assim) tão larga que não caiba na sala.

Devo salientar o marcado carácter *polifónico* destes ENs negativos. Tal polifonia desenvolve-se aqui sob a modalidade da *fricção/oposição* de vozes (da voz de um outro locutor, na refutação; da voz emitida num momento anterior por um mesmo locutor, na reformulação)<sup>20</sup>, e tem como marcas claras não apenas a negação (que já sabemos polémica) como também elementos de retoma do discurso já havido, a que responde ou que corrige, como *assim, como dizes/pretendes*, que fiz figurar nos exemplos dados. Estes últimos elementos são, nestes exemplos, facultativos, mas noutros casos são mesmo obrigatórios para a boa formação do EN.

Registo ainda que para os ENs-I negativos está habitualmente disponível uma realização de p' em EN introduzido por *para/para que*, que constitui o formato típico das consecutivas-III (Ver, acima, 0.2, e, adiante, 3.). Veja-se uma tal solução para (I-1):

(I-1a) A mesa não é tão larga (assim/como dizes) que não caiba na sala

(I-1a') A mesa não é tão larga (assim/como tu dizes) para não caber na sala.

---

<sup>20</sup> Sobre os pontos agora focados, ver FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, ICALP, 1992, «Heterogeneidade na língua e no discurso» e «As articulações discurso-metadiscurso e a sua exploração na didáctica do português como língua estrangeira».

1.8.2. É razoável, e seguramente pertinente, adoptar neste domínio uma atitude descritiva em consonância com a dimensão de implicação/causalidade que marca os ENs-I.

Nesse quadro, a caracterização a fornecer dos ENs que comportam a versão negativa de  $p$  assentará no seguinte ponto: em tais ENs *nega-se* que  $p$  constitua razão suficiente para  $p'$ .

1.8.3. Privilegiarei, no entanto, uma outra abordagem, em clara sintonia com as perspectivas assumidas na caracterização dos ENs-I que preencheu os números precedentes.

Ter-se-á presente que a negação é, genericamente, *um operador de inversão* de uma escala (incluindo as escalas argumentativas) e que anda estreitamente articulada a uma lei do discurso — *lei de abaixamento*, na conhecida proposta de O. Ducrot. Julgo, no entanto, mais adequado falar a este propósito de *transferência de escala* (da escala das grandes quantidades para a escala das pequenas quantidades ou desta para aquela, de acordo com a natureza do elemento a que se aplica a negação).

É particularmente a esta luz que importa caracterizar as incidências de vulto que a aplicação sobre  $p$  de uma negação tem na organização e funcionamento dos ENs-I.

1.8.3.1. Salientarei, então, que os ENs-I assim marcados assinalam a *recusa*, da parte do seu produtor, de os estados de coisas desenhados em  $p'$  constituírem — e como tal poderem ser invocados — medida adequada para a quantificação activada em  $p$  (Tenham-se presentes as considerações desenvolvidas acima, em 1.3.).

Ao mesmo tempo (e por força do que acabei de referir), neles se *mitiga* — *tendendo-se mais exactamente a anular* — a orientação encarecedora dos estados de coisas referenciados em  $p$  que a versão positiva correspondente conteria. *Tal orientação é, assim, implicitamente declarada como excessiva.*

Este complexo informativo-comunicativo pode ser visto ainda numa outra perspectiva, que formularei do seguinte modo: contém-se na versão negativa de  $p$  uma instrução que *suspende* a que corresponderia à presente, nos termos propostos em 1.4, na versão positiva, ou, talvez melhor, uma instrução de sentido inverso a esta — no sentido precisamente do 'abaixamento' (na escala das grandes quantidades) ou da 'subida' (na escala das pequenas quantidades) para a correcta determinação da quantificação envol-

vida em p.<sup>21</sup> Sublinharei que o efeito/resultado — ou a orientação — desta instrução converge justamente com a *mitigação/anulação* que referi no parágrafo anterior.

Tudo o que acabei de configurar se torna evidente, se inscrevermos, por exemplo, o EN (I-2a) na sequência (S-5), em que a intervenção B de um outro locutor refuta/corrige (I-2):

(S-5): A (I-2) — O Zé tem tantas preocupações que não consegue dormir

B — O Zé tem, sem dúvida, muitas preocupações, mas não tantas (que não consiga dormir).

Em B, admite-se uma ordem elevada de grandeza, mas recusa-se que ela se situe em ponto correspondente à consequência/medida proposta em p' de (I-2), que é (implicitamente) declarada excessiva, e, por isso, rejeitada.

A consequência imediata desta rejeição não pode ser senão a de que a quantificação atribuída ao estado de coisas configurado em p é *menos elevada/menor* que a que teria lugar na versão positiva correspondente do EN. Se nesta, como se viu em 1.5., a instrução para a quantificação assinala que em p a ordem de grandeza é *pelo menos igual* à que se considera *suficiente* para p', na versão negativa (não-p) assinala-se que essa ordem de grandeza é *menos elevada/menor* que a que se considera *necessária* para p'.

1.8.3.2. Aquela específico papel da negação torna-se também evidente no domínio da coordenação de argumentos avançados em ordem a favorecer uma dada conclusão.

Lembrarei que tal coordenação é regida pela força relativa reconhecida/atribuída aos vários argumentos invocados. Justamente, a negação inverte essa força — levando, assim, a uma ordenação inversa dos argumentos arrolados. É o que permite constatar o confronto entre os ENs-I seguintes (retomo, em versão adaptada, o EN (I-9) acima introduzido):

(I-9') Estava um nevoeiro tão cerrado que não se via 50 metros à frente nem mesmo/nem sequer 5

(I-9'a) Não estava um nevoeiro tão cerrado que não se visse 5 metros à frente nem muito menos 50.

---

<sup>21</sup> Convém ter presente, por uma lado, que este 'abaixamento' na escala das grandes quantidades e esta 'subida' na escala das pequenas quantidades se dá de acordo com o semantismo do elemento quantificado — que se situará numa ou noutra das duas escalas —, e, por outro, que eles conduzem a um 'resultado' equivalente.

1.8.3.3. Resta, neste domínio, observar que, como seria de esperar, a negação aplicada a *p* também tem um efeito de inversão sobre a conclusão (implícita) para que globalmente um EN-I possa servir de argumento. (Ver, acima, 1.7.1.).

Bastará, para o evidenciar, retomar o EN (I-2) e fornecer dele uma versão em que *p* surja negado:

(I-2a) O Zé não tem assim tantas preocupações que não consiga dormir.

A conclusão (implícita) que este EN, globalmente considerado, favorece não pode ser senão a anulação do acto de crítica/censura que, em 1.7.1., vimos ser activado, e realizar-se de modo indirecto, a partir da asserção configurada em (I-2).

Como avancei naquele número, o que agora se referiu constitui uma outra prova de que os ENs-I estão orientados para *p* — verificando-se, pois, que esta mesma orientação também tem lugar quando o segmento *p* destes ENs é negado.

1.8.4. A aplicação da negação sobre *p* nos ENs-I tem, como também seria de esperar, incidências de vulto no que tange às implicações que esse segmento desencadeia — e, portanto, sobre a conexão entre *p* e *p'*. Relembraei que, como se referenciou devidamente acima, *p* e *p'* são percorridos por uma relação de implicação.

Retomo alguns dos exemplos já fornecidos para contrastar a versão positiva (de *p*) com a versão negativa. Começo com o EN (I-1):

(I-1) A mesa é tão larga que não cabe na sala

(I-1a) A mesa não é tão larga que não caiba na sala.

O segmento *p* arrasta em (I-1) a verdade de *p'*: é verdade que 'a mesa não cabe na sala'.

Por sua vez, em (I-1a), não-*p* arrasta a falsidade de *p'*: é falso que 'a mesa não caiba na sala'.

Este comportamento é regular, podendo ser esquematizado como segue:

Afirmação de *p* → verdade de *p'*

Negação de *p* → falsidade de *p'*.

Observarei que, dada a proximidade, no que respeita a relações de implicação, entre causais e condicionais<sup>22</sup>, o que se acaba de esquematizar pode formular-se com referência à seguinte correlação: se se verifica “se p, então q”, será de esperar que se verifique também “se não-p, então não-q”. Ou melhor: quem assera “se p, então q” não pode deixar de aceitar que “se não-p, então não-q”. De resto, como se sabe, o entendimento do que se exprime naquela primeira formulação — “se p, então q” — desliza com naturalidade para o que se expressa na segunda — “se não-p, então não-q”.

1.9. Como acima, em 0.1., ficou referido, o segmento p' é regularmente posposto ao segmento p. Há, no entanto, que registar um caso em que o efeito/consequência (p') é anteposto à expressão da causa (p) — dando lugar ao que por vezes é designado de “consecutivas invertidas”.

Tal acontece no domínio dos ENs-I e dos ENs-II. Ilustro aqui o caso respeitante aos ENs-I<sup>23</sup>: o segmento p, posposto a p', é introduzido pelo quantificador *tal/tão/tanto/de tal modo/de tal forma*, não tendo lugar a actualização do elemento *que* que perfaz o morfema descontínuo típico dos ENs que comportam uma consecutiva — mais exactamente, dos ENs-I. Por estas razões, a solução em referência afasta-se inequivocamente do formato típico, padrão, dos ENs que comportam uma consecutiva, devendo ser localizada numa zona claramente marginal. Exemplifico:

- (I-11) Ficaram todos molhados,  
 — tal/de tal modo foi a chuvada que apanharam  
 — tão grande foi a chuvada que apanharam  
 — tanta foi a chuva que apanharam.

- (I-12) Ninguém foi à praia,  
 — tal/de tal modo era o frio  
 — tão grande era o frio  
 — tanto era o frio.

Resta acrescentar que, vazados nesta solução, os ENs-I apresentam inequivocamente uma orientação para p' — e não para p, como vimos acontecer, tipicamente, no formato padrão daqueles mesmos ENs.

<sup>22</sup> Ver Nota 7.

<sup>23</sup> Para os ENs-II, ver adiante, 2.5.

1.10. Como anunciei oportunamente, deixo para mais adiante — em 5. — a apresentação e caracterização de soluções aparentadas dos ENs que comportam uma consecutiva-tipo I.

2. Passo, agora, a caracterizar o segundo tipo de consecutivas — consecutivas-II — já acima, em 0., referenciadas e sumariamente ilustradas com o EN (2).

Retomo, então, em (II-1), esse EN, e junto alguns outros exemplos, vazados em ENs que designo de ENs-II:

(II-1) Está tanto frio que não devias sair de casa

(II-2) Vives aqui tão perto que devias/bem podias vir visitar-me todos os dias

(II-3) Andas tão deprimido que devias consultar um psiquiatra

(II-4) Ganhas tão bem que devias/bem podias viver melhor.

2.1. Embora realizada em ENs de formato similar àqueles em que se actualiza uma consecutiva-I, a consecutiva-II dela difere em aspectos centrais. Salientarei, em particular, que, por um lado, nos ENs-II a correlação causa-consequência se configura, como acima, em 1.2., já ficou registado, sob modalidade diversa da que vimos projectar-se nos ENs-I, e que, por outro lado, neles o segmento  $p'$  (a consecutiva) não é especificamente invocado para o encarecimento de  $p$  — embora, diga-se desde já, tal encarecimento tenha também naturalmente lugar.

2.2. Algumas das considerações avançadas antes, nomeadamente em 1.2., realçaram já suficientemente que a dimensão de causalidade que conecta nos ENs-II  $p$  e  $p'$  tem esta forte especificidade:  $p$  é invocado como *razão do acto ilocutório que o locutor realiza em  $p'$ /razão da enunciação de  $p'$* . Trata-se aqui, como sabemos já, de uma causalidade *de dicto/da enunciação*.

Estas formulações indiciam que a perspectiva adequada para o tratamento dos ENs-II é a que considera as dimensões ilocutória e argumentativa das produções verbais.

2.2.1. Do ponto de vista ilocutório, ressalta que nestes ENs se realiza uma sequência de dois actos diversos: o primeiro — vazado em  $p$  — avança uma *justificação enunciativa*, constituindo um *acto subordinado*, que pre-



para, legitima... a enunciação de um segundo, moldado em p'. Este último é, assim, o *acto principal* — aquele que corresponde ao objectivo comunicativo visado pelo locutor na produção verbal que realiza. Vejam-se as soluções seguintes dos ENs-II acima apresentados, em que se explicitam os aspectos agora focados:

- (II-1') *Digo* que não devias sair de casa *porque* está muito frio
- (II-2') *Digo* que bem podias vir visitar-me todos os dias *porque* vives aqui muito perto
- (II-3') *Digo* que devias consultar um psiquiatra *porque* andas muito deprimido.
- (II-4') *Digo* que bem podias viver melhor *porque* ganhas muito bem.<sup>24</sup>

Estas soluções explicitam claramente também que a orientação discursiva que marca os ENs-II não é dirigida para p (como vimos acontecer nos ENs-I, em que se visa o encarecimento de p), antes para p' — de resto, como se nota, em sintonia com a circunstância de em p' se consumir o *acto ilocutório principal* que tem lugar nos ENs-II. A seguinte sequência mostra-o muito claramente, através de procedimentos de retoma e/ou de encadeamento (à semelhança dos que já utilizei, em 1.3.1., para os ENs-I):

- (S-6) Andas tão deprimido que devias consultar um psiquiatra. Já to disse, mas teimas em recusar fazê-lo/ir a um psiquiatra.

Em sintonia com este traço, verifica-se que p' não cumpre nos ENs-II a função primeira que preenche nos ENs-I: agora, a invocação de p' não visa prioritariamente — nem muito menos em tal se esgota — servir de medida para a determinação/objectivação da ordem (elevada) de grandeza do estado de coisas configurado em p; esta ordem (elevada) de grandeza é antes jogada como justificação — como argumento (justificativo)<sup>25</sup> — subordinada à consecução adequada — e sobretudo legitimada e eficaz — do acto ilocutório realizado em p'.

---

<sup>24</sup> Na explicitação apresentada, utilizei o verbo ilocutório genérico *dizer*. Mais adiante, em 2.2.5., introduzirei os valores ilocutórios específicos realizados em p'. Outras paráfrases possíveis são facilmente construídas à semelhança das que propus acima, em 1.2., para os ENs (6), (8) e (10) aí considerados.

<sup>25</sup> Ver o número seguinte.

De qualquer modo, importa insistir em que é justamente a ordem elevada de grandeza atribuída a *p* que é invocada para a enunciação de *p'*: em *p* está configurada uma quantificação que se considera *peelo menos igual* à julgada *suficiente* para a enunciação ajustada de *p'*. (Cf., acima, 1.5.).

Convirá, entretanto, lembrar que nos ENs-I não está desenhada a hierarquia funcional-ilocutória que se verifica nos ENs-II — até porque, como já se anotou, neles se projecta um único acto ilocutório: uma asserção (encarecedora de *p*).

2.2.2. As formulações contidas em 2.2.1. relevam claramente da *coerência pragmático-funcional* do discurso — da particular conveniência que entre si mantêm os actos ilocutórios em sequência, aqui num discurso monológico resumido a um EN.

Aquelas formulações deixam, entretanto, também significar que o que de modo saliente opera nos ENs-II é globalmente uma *actividade argumentativa* — sendo que no acto justificativo (realizado em *p*) da enunciação de *p'* o locutor joga o seu conteúdo proposicional como *argumento* para uma *conclusão*, que se recorta em *p'* — em que se realiza, como vimos, o *acto principal* contido em tais ENs.

Repare-se em que encontramos nos ENs-II a ordenação argumento-conclusão, que é inversa (para além de ser também de natureza diversa) da que está presente, como se viu acima, em 1.7., nos ENs-I.

Julgo ter ficado claro que esta diversa ordenação dos termos argumento-conclusão está em sintonia com o que em cada um dos tipos de ENs se apresenta como a direcção que tomam: como se viu, nos ENs-I, a orientação é para *p* (o encarecimento de *p*, conclusão servida pelo argumento formulado em *p'*); nos ENs-II, a orientação é para *p'* (a enunciação de *p'*/o acto ilocutório realizado em *p'*, como acto dominante/principal do EN — como conclusão servida pelo argumento formulado em *p*).

É esta inequívoca orientação dos ENs-II para a conclusão realizada em *p'* que permitem justamente comprovar os mecanismos de retoma e/ou de encadeamento utilizados, no número precedente, na sequência (S-6).

2.2.3. Em complemento das considerações já tecidas, haverá que juntar esta outra, de resto, já avançada atrás, mas em que convém insistir: nos ENs-I, a relação entre *p* e *p'* respeita estritamente aos estados de coisas aí recortados, ao conteúdo proposicional de *p* e de *p'*; ao invés, e como também já pude referenciar antes, nos ENs-II, a articulação desses segmentos, não

deixando, obviamente, embora de envolver os estados de coisas, respeita predominantemente à dimensão ilocutória — à *função ilocutória (acto subordinado a/justificativo de p')* preenchida por *p*, e ao acto ilocutório (*principal*) realizado em *p'*.

2.2.4. Um aspecto relevante ainda a considerar nos ENs-II diz respeito à combinatória dos actos ilocutórios que neles têm lugar.

2.2.4.1. O acto subordinado é regularmente, como convém a uma actividade justificativa, um acto ilocutório de tipo assertivo.

Por sua vez, o acto principal apresenta-se insistentemente como acto ilocutório *directivo — impositivo ou não impositivo*.

Os ENs introduzidos acima, em 2., que agora retomo, comportam em *p'* um acto *directivo não impositivo* — realizando valores mais específicos, como *sugestão, conselho, recomendação*:

- (II-1) Está tanto frio que não devias sair de casa
- (II-2) Vives aqui tão perto que devias/bem podias vir visitar-me todos os dias
- (II-3) Andas tão deprimido que devias consultar um psiquiatra
- (II-4) Ganhas tão bem que devias/bem podias viver melhor.

Nestes directivos não impositivos — como nos directivos em geral — há correntemente uma dimensão de *crítica/censura*, não raro (como em (II-2)) matizada de um traço de *lamento*. Observarei, entretanto, que estes últimos valores ilocutórios activam muito regularmente a derivação de um outro directivo não impositivo, a tomar como *incitamento* dirigido ao alocutário ou a um dado destinatário no sentido de uma *correção* (Ver também 2.2.4.2 e 2.2.4.3.).

Outros valores directivos têm lugar em *p'*, realizando-se aí também de modo directo ou indirecto — tais como *pedido, aviso*, que se reconhecem facilmente nos ENs seguintes:

- (II-5) Estou tão irritado que te peço/agradeço que me deixes em paz.
- (II-6) Os negócios andam a correr tão mal que estão todos avisados de que é preciso aumentar a produtividade.

O acto directivo actualizado em p' pode também apresentar-se como directivo impositivo:

(II-7) Está tanto frio que vais (mesmo) ficar em casa.

Outros tipos de actos ilocutórios podem, entretanto, ser projectados em p'.

O EN (II-8) ilustra a realização de um acto *comissivo* — de *promessa*:

(II-8) Esse assunto é tão urgente

— que não vou ignorá-lo

— que vou agendá-lo para a próxima reunião

— que tenho de o equacionar já.

Este valor comissivo pode também manifestar-se como *oferta* (II-9) ou como *ameaça* (II-10):

(II-9) Estou tão dentro dessa problemática que posso ajudar-te a estudá-la.

(II-10) Estás a ser tão insolente que ainda levas/te dou um puxão de orelhas.

O valor comissivo pode, entretanto, apresentar-se algo ténue, situando-se preferentemente o acto ilocutório no domínio dos assertivos, embora com uma coloração, mais ou menos acentuada, de *predição/previsão*:

(II-11) Somos tão amigos que não havemos nunca de nos zangar/que nada nos há-de separar.

(II-12) O Zé tem já tantos compromissos que certamente hoje não pode receber ninguém.

Valor estrito de *predição/previsão* é inequivocamente o que preenche o EN (II-13):

(II-13) Está um temporal tão forte que o Zé não poderá partir hoje.

Valerá a pena referir que em p' surge também com naturalidade a realização de um *assertivo* (estrito):

(II-14) Sinto-me tão cansado que (te digo que) ando a pensar em tirar umas boas férias.

Como se pôde verificar, e como seguramente seria de esperar, é habitualmente possível explicitar o valor ilocutório de *p'* através do correspondente verbo ilocutório.

Registarei ainda que a realização em *p'* de um assertivo pode vazar-se em interrogação, introduzida pelo verbo *perguntar* ou outro equivalente — em que se actualiza a expressão de dúvida, tipicamente ligada a uma interrogação:

(II-15) A Ana anda tão insatisfeita que eu pergunto(-me) se ela é feliz.

2.2.4.2. Virá a propósito salientar ainda dois aspectos relativos aos valores ilocutórios que se realizam em *p'*.

a. Parecem sobretudo projectáveis no segmento *p'* dos ENs-II valores ilocutórios que desenham uma perspectiva temporal de futuro para a consumação do estado de coisas que preenche o conteúdo proposicional envolvido. É exactamente o que se verifica em quase todos os exemplos avançados: a perspectiva temporal de futuro é a única compatível com os valores ilocutórios de tipo directivo, comissivo e preditivo. Anoto que o valor de crítica/censura, que referenciei atrás como presente (ou mesmo dominante, como no EN (II-2)) nos exemplos que comportam um directivo impositivo ou não impositivo, tem regularmente, como pude já registar, uma dimensão de directividade, perspectivando, deste modo, uma correcção, a que o alocutário é incitado: tal incitamento à correcção recorta necessariamente uma perspectiva temporal de futuro.

Observo que este traço assume tanta importância na configuração dos ENs-II que a mudança num mesmo EN da perspectiva temporal em que se situe o conteúdo proposicional de *p'* projecta ou um EN-I ou um EN-II. Para o ilustrar, retomo (I-10), atrás avançado (Ver 1.6.), confrontando-o com uma versão em que claramente se recorta um EN-II:

(I-10) O Zé anda sempre tão preocupado que não consegue dormir

(II-16) O Zé anda sempre tão preocupado que qualquer dia tem um ataque cardíaco.

Não deixo, no entanto, de realçar que, como de resto o prevê a formulação que acima utilizei e como o comprova o EN (II-14), não estão

excluídos em p' estados de coisas inscritos numa perspectiva temporal diversa da de futuro (e que serão presentes preferentemente em ENS-II em que p' realiza um acto assertivo).

b. Os estados de coisas que preenchem o conteúdo proposicional dos actos de tipo directivo e comissivo revelam-se necessariamente como controláveis: nos comissivos, pelo locutor; nos directivos, pelo alocutário ou destinatário. Ao invés, o valor de predição/previsão é compatível tanto com estados de coisas controláveis como com estados de coisas não controláveis. Nos ENS (II-8), (II-9) e (II-10) encontramos em p' estados de coisas tendencialmente controláveis; no EN seguinte, recorta-se em p' um estado de coisas não controlável:

(II-17) A trovoadá é tão intensa que não tardará a falhar a luz.

2.2.4.3. Já salientei repetidas vezes — e já se pôde, de resto, verificar — que nos ENS-II a correlação causa-consequência entre os segmentos p e p' não respeita estritamente, ao invés do que vimos acontecer nos ENS-I, aos estados de coisas recortados nesses mesmos segmentos.

Acontece, entretanto, que uma particular conveniência se verifica necessariamente entre esses estados de coisas — particular conveniência essa que suporta verdadeiramente a relação de teor justificativo que vimos travar-se entre p e p'.

Importa assinalar que esta particular conveniência se vincula especificamente ao seguinte: p é visto como favorecendo a antevisão de p', como abrindo a expectativa de p', como habilitando a/fazendo esperar p'.

Os ENS-II são, assim, percorridos fortemente (como também os ENS-I, segundo se apontou oportunamente) por uma dimensão de expectativa, activada pelo estado de coisas configurado em p — que deterá, também aqui, como vimos acontecer nos ENS-I, um estatuto de segmento catafórico —, e confirmada/resolvida em p'.

A esta luz se compreenderá facilmente que o valor de crítica/censura, que referenciei acima como agregado ao directivo não impositivo presente em ENS-II, é justamente activado a partir da constatação de que a expectativa aberta/favorecida pelo estado de coisas recortado em p não se confirma em p'. Tal pode ser, então, visto como *contra-expectativa* — sendo que a crítica/censura se apoia justamente na ausência/omissão correspondente a

essa contra-expectativa.<sup>26</sup> Isso mesmo fica claro na seguinte formulação alternativa para, por exemplo, (II-2):

(II-2'') Vives aqui tão perto que *seria de esperar/(se) esperaria* que me viesses visitar todos os dias.

Como se nota, a pressuposição de falsidade que atinge a completiva regida por *seria de esperar/ (se) esperaria* aponta exactamente para uma ausência/omissão, que, na base da consideração de p, constitui uma contra-expectativa: p abre uma expectativa que não tem consumação, tendo antes lugar a situação inversa/contrária à esperada.

Interessa realçar que esta contra-expectativa se vincula à *quebra de um nexu implicativo* — justamente do nexu implicativo correspondente à dimensão de implicação que, como apontei acima, percorre os ENs que comportam uma consecutiva. No caso em apreciação, “viver aqui tão perto” exprime uma condição suficiente para o conseqüente “tu vens visitar-me todos os dias”. Ora, precisamente, naquele EN (II-2), o conseqüente subtrai-se à regularidade que corresponde ao nexu implicativo.<sup>27</sup>

Registarei que esta quebra de nexu implicativo/quebra de regularidade a que se vincula a realização do valor de contra-expectativa assinalado obtém regularmente para o segmento p' um marcado efeito focalizador ou um acréscimo informativo-comunicativo.

2.3. Passarei agora em revista as incidências sobre os ENs-II da aplicação da negação sobre o seu segmento p.

<sup>26</sup> São particularmente interessantes e intrincadas as relações entre os valores ilocutórios directivo e de censura/crítica (e também de lamento). Ver sobre tais relações os seguintes três estudos: FONSECA, F. I. — *Subjonctif et impératif en portugais. Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE*, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Vol. I, Porto, 1984 (também in FONSECA, F. I. — *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao En sino do Português*, «Coleção Linguística Porto Editora», n.º 2, Porto, 1994); FONSECA, J. — “Elogio do sucesso”: a força da palavra/o poder do discurso, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», vol. IX, Porto, 1992 (Também in FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, ICALP, 1992); FONSECA, J. — «Pragmática dos enunciados vazados nas sequências 'p! e q' e 'p! ou q'», «Diacrítica», n.º 7, Braga, 1992 (Também in FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, «Coleção Linguística/Porto Editora», n.º 1, Porto, 1993).

<sup>27</sup> Ver, mais abaixo, outros casos de realização deste valor de contra-expectativa em ENs que comportam uma consecutiva.

2.3.1. Também aqui esta negação apresenta o estatuto de *negação polémica*, conferindo aos ENs-II negados um marcado carácter *polifónico* (Ver, acima, 1.8.1.; ver também, adiante, 2.3.2.3.). Por outro lado, o que fundamentalmente ressalta é que a negação aplicada a p nos ENs-II traduz o que se pode enunciar da seguinte forma: *nega-se* que o estado de coisas recortado em p constitua razão suficiente para a enunciação de p'.

Envolvendo mais directamente a quantificação que é actualizada em p, direi antes: *nega-se* que a ordem de grandeza atribuída a p seja *suficiente* para que a enunciação de p' seja adequada (ou, numa formulação inversa, mas equivalente: *afirma-se* que a ordem de grandeza atribuída ao estado de coisas recortado em p *não é suficientemente elevada* para que a enunciação de p' seja ajustada — ou, ainda, que essa ordem de grandeza é *menos elevada/menor* que a que se considera *necessária* para que a enunciação de p' seja adequada).

Numa outra perspectiva, fácil de compreender à luz do que ficou contido nos números precedentes, direi também: *nega-se* que o estado de coisas recortado em p se apresente como suficiente para criar a expectativa da enunciação de p' — e sobretudo para legitimar essa enunciação: à luz desse mesmo estado de coisas aquela expectativa da enunciação de p'/a própria enunciação de p' é vista como excessiva/ilegítima.

Invocando, agora, mais directamente a condição de *argumento* que p obtém nos ENs-II para a *conclusão* que p' representa, direi antes: *nega-se* que o estado de coisas desenhado em p possa revelar-se como argumento ajustado para a conclusão que a enunciação de p' constitui, que tal estado de coisas possa favorecer essa mesma conclusão. Melhor ainda: se p constitui argumento para a enunciação de p', então *não-p* revela-se constituir argumento para a conclusão inversa, a saber, *a não enunciação de p'* — a tomar como *indicação do carácter inadequado da enunciação de p'*.

Observe que, desta forma, fica de imediato avaliada como excessiva a quantificação recortada em p. Mais que isso: creio bem que é neste aspecto que radicam as indicações já referenciadas. É o que tratarei de seguida.

2.3.1.1. Importa registar que uma outra perspectiva está ainda disponível para tratar a dimensão dos ENs-II que nos ocupa.

Para a desenhar, convirá ter presente que o segmento p contém a quantificação de um dos seus termos e que esta quantificação tem aqui também uma orientação intensiva: embora, como já assinalai, não se vise prioritariamente nos ENs-II o encarecimento do estado de coisas referenciado em p, este encarecimento é efectivamente activado nesses ENs. Como se explicitou



em 1.4., esta orientação encarecedora ‘resulta’ de uma instrução dada no EN no sentido de se atingir numa escala, e aí localizar, um ponto correspondente ao extremo — ou dele vizinho — dessa mesma escala.

Sendo assim, a negação aplicada a p nega de imediato que a quantificação apontada, por força da invocação da enunciação de p’, seja adequada — ou, nos termos do que já atrás ficou devidamente apresentado, se situe no extremo/próximo do extremo da escala desenhada pelo elemento quantificado — no extremo superior, se se trata da escala das grandes quantidades ou no extremo inferior, se se trata da escala das pequenas quantidades. Em tais circunstâncias, a negação *mitiga, tendendo mais exactamente a anular*, aquela orientação encarecedora (Ver, acima, 1.8.3.1.), tida, como atrás assinalei, como excessiva.

Compreende-se, assim, esta outra formulação: a ordem de grandeza que é afectada ao elemento quantificado de p é declarada como *não justificando* a enunciação de p’. Repare-se em que na formulação que acabei de escrever figura a expressão ‘*não justificando*’ — que me parece sobremaneira adequada, dado que, como sabemos já, p realiza nos ENs-II precisamente um acto (subordinado) de justificação da enunciação de p’/do acto ilocutório (principal) vazado em p’.

Como registei já, no final do número anterior, estou em crer que é naquela negação imediata, acima especificada, que radicam todos os aspectos focados a propósito da configuração negativa dos ENs-II.

2.3.2. As considerações tecidas em 2.3.1. e em 2.3.1.1. são justas, mas deixam um pouco na sombra a dimensão que vimos ser a mais saliente na estruturação e no funcionamento dos ENs-II — a dimensão ilocutória realizada em p’. Na verdade, sobre este aspecto central apenas referi — embora isso já seja apreciável... — que a negação de p estabelece que o estado de coisas desenhado nesse segmento é declarado como não constituindo razão suficiente/argumento bastante ou ajustado para a legítima enunciação de p’ ou, na formulação que privilegiei, como não justificando a enunciação de p’.

Quero, entretanto, pôr em destaque que do que acabei de observar deriva um efeito comunicativo singular, que traduzirei do seguinte modo: a negação de p configura, nos ENs-II, uma *negação ilocutória* concernente a p’.

Para o explicitar e ilustrar, bastará retomar, em versão negativa, os ENs (II-1a) e (II-2a) e anexar-lhes as soluções (equivalentes) (II-1a’) e (II-2a’), construídas à semelhança do que já adoptei acima, por exemplo, em 2.2.1. Teremos, assim:

- (II-1a) Não está tanto frio (assim) que não devas/devas não sair de casa
- (II-1a') *Não digo* que não devas sair de casa porque não está tanto frio assim
- (II-2a) Não vives aqui tão perto (assim) que possas/devas vir visitar-me todos os dias
- (II-2a') *Não digo* que possas/devas vir visitar-me todos os dias porque não vives aqui tão perto assim.

2.3.2.1. A negação ilocutória em referência foi explicitada através do uso do verbo ilocutório genérico *dizer*.

É, porém, claro que ela pode ser aplicada ao verbo ilocutório que traduza o valor comunicativo específico realizado (directa ou indirectamente) em p'.

Tendo presente alguns dos valores ilocutórios realizados em ENs-II como os que foram apresentados acima, em 2.2.4.1., 2.2.4.2. e 2.2.4.3. — onde se incluíram os ENs (II-1) e (II-2) com que agora mesmo operei — é fácil ilustrar o que acabei de referir com a versão negativa destes mesmos ENs-II:

- (II-1a'') *Não te sugiro* que não saias de casa/ *Não te aconselho* a não saires de casa porque não está tanto frio assim
- (II-2a'') *Não te critico/censuro* por não me vires visitar todos os dias porque não vives aqui tão perto assim.

Para o bom entendimento da projecção a que dei aqui lugar dos verbos ilocutórios sublinhados, deve ter-se em conta o contido nos números anteriores que acima especifiquei — e para idêntico bom entendimento da formulação negativa “por não vires visitar-me todos os dias”, deve atender-se à observação com que remata o número 2.2.4.3.

2.3.2.2. Os exemplos mostram com suficiente clareza que a *negação ilocutória* mais não é aqui que a *anulação* explícita do valor ilocutório que seria realizado no correspondente EN-II positivo.

Devo, então, salientar a correspondência estreita que aqui se dá entre a *anulação* do encarecimento de p que se conteria na versão positiva do EN (Ver 2.3.1.1.) e a agora considerada *anulação* do valor ilocutório que também nessa versão se realizaria.

Compreende-se, assim, que as várias formulações negativas que acima ficaram averbadas para os ENs-II mais não comportam que a referida *anulação* dos valores ilocutórios correspondentes à versão positiva desses mesmos ENs. Repare-se em que a anulação do valor de crítica/censura (Ver (II-2a)) arrasta também a anulação do valor derivado de incitamento à correcção.

Quero observar que aquela negação ilocutória/anulação do valor ilocutório correspondente ao que se actualizaria na versão positiva dos ENs-II encontra por vezes na língua realização pela positiva.

Tal se dá particularmente no domínio do directivo impositivo. Poderemos verificá-lo facilmente. Para tal convirá ter presente que o directivo impositivo traduz uma instrução que pode ser vista como uma *interdição*: *interdição de não fazer* (= *obrigação de fazer*), no directivo positivo; *interdição de fazer* (= *obrigação de não fazer*), no directivo negativo.

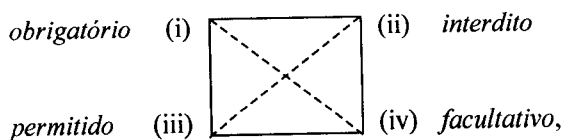
Nesta base, a anulação de um directivo impositivo mais não representa que o levantamento daquela interdição — o que se revela constituir a *asserção*, ou melhor, a *oferta de permissão/autorização* (de não fazer ou de fazer) ou a *asserção/oferta de facultatividade*. Aí temos, pois, uma formulação pela positiva, como acima escrevi, do que representa a anulação de um directivo impositivo.

Aqueles valores (oferta de permissão e asserção/oferta de facultatividade) encontram expressão directa e corrente no verbo *poder*.

Tudo isto se confirmará, se retomarmos o EN (II-1a) e lhe anexarmos uma formulação, equivalente, pela positiva:

- (II-1a) Não está tanto frio assim que não devas/devas não sair de casa  
 (II-1a') Não digo que não devas sair/devas não sair de casa porque não está assim tanto frio  
 (II-1a'') (Digo que) Podes sair porque não está tanto frio assim.

Anotarei que aqueles valores convergem claramente com os que se inscrevem no quadrado semiótico em que se representam as relações de contrário e de contradição entre *obrigatório fazer* (= *interdito não fazer*), *obrigatório não fazer* (= *interdito fazer*), *permitido (fazer/não fazer)*, *facultativo (fazer/não fazer)*. Esquematisando, temos, pois:



em que (i) e (ii)/(iii) e (iv) são contrários, e (i) e (iv)/(ii) e (iii) são contraditórios.<sup>28</sup>

2.3.2.3. Devo acrescentar que os ENs-II em que p surge negado ocorrem regularmente em réplicas a uma intervenção anterior de um outro locutor ou em *reformulações de teor correctivo* de uma produção de um mesmo locutor. Aquelas réplicas apresentam-se como *refutações* — quer dos mesmos ENs-II em versão positiva quer de um outro EN que comporte uma orientação argumentativa similar à que poderia conter-se naqueles ENs-II.

A articulação do carácter refutativo ou correctivo destes ENs com o seu carácter polifónico já foi acima, em 2.3.1., devidamente referenciado.

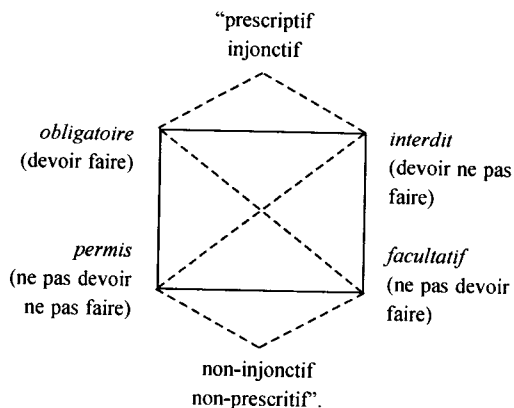
Tomemos as seguintes duas sequências:

(S-7): O Zé anda muito deprimido... — mas/embora não tão deprimido que deva consultar um psiquiatra

(S-8) A: O Zé anda tão deprimido que devia consultar um psiquiatra  
 B: Não acho que ele ande (assim) tão deprimido (como dizes/pretendes) que deva consultar um psiquiatra.<sup>29</sup>

Na primeira sequência (monologal), o locutor reformula, corrigindo-o, o seu primeiro enunciado: tal correcção aplica-se ou sobre uma conclusão

<sup>28</sup> Cf. o quadrado semiótico proposto por POTTIER, B. — *Théorie et Analyse en Linguistique*, Paris, 1992, p. 221:



<sup>29</sup> Para a presença (obrigatória ou facultativa) nestes ENs de elementos de retoma (como *assim, como dizes, como pretendes, como sugeres...*), ver, acima, 2.3.1..

implícita que tal enunciado favorece (que poderá ser exactamente a que se nega no segmento correctivo) ou sobre o grau elevado de grandeza para que aponta o segmento superlativizado nesse mesmo segmento.

Na segunda sequência (dialogal), o EN-II, que preenche a intervenção do locutor B, refuta, sem dúvida, o encarecimento proposto em p da intervenção do locutor A, mas sobretudo o acto ilocutório (principal) que se realiza em p'. Veja-se a seguinte formulação alternativa (e equivalente) para (S-8):

(S-8') Não acho que a depressão com que anda o Zé (seja tal que) *justifique* que consulte um psiquiatra (como tu dizes).

Esta formulação mostra bem duas coisas: em primeiro lugar, e através do segmento que sublinhei, que em p se realiza um acto ilocutório de natureza justificativa da enunciação de p'; em segundo lugar, que a refutação activada no EN-II se aplica predominantemente sobre p' — o que seria de esperar, dado que em p' se realiza, como sabemos, o acto *principal* do EN, isto é, o objectivo comunicativo perseguido pelo locutor. Observarei, entretanto, que no segmento não-p não deixa de haver também uma refutação: esta, porém, está prioritariamente ao serviço da enunciação de p', a ela subordinada, justificando precisamente a refutação (principal) que se realiza em p'/na enunciação de p'.

A intervenção B' poderia inscrever-se na sequência analisada, em vez de B:

B': O Zé anda, sem dúvida, (muito) deprimido, mas não tanto (que deva consultar um psiquiatra).

Nesta intervenção, o locutor admite a ordem elevada de grandeza expressa em p do EN (II-2) produzido por um outro locutor, a que reage, mas recusa, no segmento correctivo, que ela se escalone no grau extremo para que aponta a consecutiva, que é rejeitada — rejeitado/anulado ficando, primordialmente, o acto ilocutório nela projectado.

2.4. Analisarei agora o comportamento dos ENs-II no que respeita às implicações arrastadas por p na sua relação com p'.

As relações de implicação dizem exclusivamente respeito a estados de coisas. Como tenho vindo a sublinhar, nos ENs-II não se estabelece estritamente uma relação entre o estado de coisas recortado em p e o estado de coisas desenhado em p', mas antes uma relação entre aquele primeiro e a enunciação/o acto ilocutório realizado em p'.

Por isso, à primeira vista, não é aqui pertinente/legítimo considerar implicações activadas por p.

Ter-se-á, entretanto, presente que, nos ENs-II, a relação entre p e p' não deixa de respeitar também ao estado de coisas referenciado em p' — pela singular razão de que todo o acto ilocutório tem necessariamente um conteúdo proposicional (ainda que eventualmente reduzido a um termo). Resulta, assim, pertinência/legitimidade bastante para se considerar aquelas relações de implicação entre p e p' nos ENs-II.

Acontece, entretanto, que, como se anotou acima, em 2.2.4.2., parecem quase exclusivamente projectáveis em p' dos ENs-II actos ilocutórios cujo conteúdo proposicional se situe numa perspectiva temporal de futuro. Por essa razão, os estados de coisas convocados apresentam tipicamente uma configuração fortemente marcada por uma dimensão de *virtualidade*.

As observações avançadas aplicam-se de modo similar aos ENs-II em que o segmento p ocorra com formulação negativa.

Se assim é, poderei esquematizar como segue as relações de implicação entre p e p' projectadas nos ENs-II:

Afirmação de p  $\rightarrow$  ? p'

Negação de p  $\rightarrow$  ? p'.

Tal significa que dado p ou não-p, elemento integrante de ENs-II, não é possível especificar como verdadeiro ou como falso o estado de coisas desenhado em p'.

2.5. Interessa referenciar que no domínio dos ENs-II há uma solução em que o segmento p, introduzido por *tal/tão/tanto/de tal modo/de tal forma* (sem que seja actualizado o elemento *que* que perfaz o morfema descontinuo típico dos ENs que comportam consecutiva), é posposto ao segmento p'.

Configura-se, então, um formato idêntico ao introduzido em 1.9. para ENs-I. Pelas razões expostas nesse número, a solução em referência deve ser localizada numa zona claramente marginal, fora do núcleo típico da organização dos ENs que comportam uma consecutiva. Passo a ilustrar sumariamente:

(II-18) Digo-te/peço-te/aconselho-te a/gradeço-te que me deixes em paz, tal/tão grande/tanta é a minha irritação/de tal modo estou irritado.

Observe-se que aqui se mantém a orientação comunicativo-informativa para p' (Cf. 1.9. para os ENs-I).

2.6. Como indiquei oportunamente, considerarei mais adiante — em 6. — soluções aparentadas dos ENs que comportam uma consecutiva-tipo II.

3. Considerarei, agora, as consecutivas-tipo III, também já sumariamente exemplificadas, em 0., no EN (3).

3.1. É bem patente a especificidade formal dos ENs em que se inscreve uma consecutiva-III: o formato em que se molda é diverso do que vimos projectar-se nas consecutivas I e II. Nele tem lugar regularmente, como já apontei em 0.2., a actualização, em p, dos quantificadores *suficiente/suficientemente/o suficiente/o bastante* ou *demasiado/de mais*; por sua vez, o segmento p' é introduzido também regularmente por *para/para que*, surgindo eventualmente, como se especificará em 3.7., reduzido a *para+Nome* (ou elemento nominal).

3.2. Ficou acima devidamente sublinhado que nos ENs que comportam uma consecutiva (I ou II) a ordem de grandeza atribuída ao estado de coisas recortado em p é vista como sendo *pelo menos igual* à que se considere *suficiente* para se revelar susceptível de, à luz do conhecimento do mundo, desencadear como efeito/consequência ou, no caso das consecutivas-I, o estado de coisas referenciado em p' (Ver 1.5) ou, no caso das consecutivas-II, a enunciação de p' (Ver 2.2. e 2.2.1.).

Tal tem também claramente lugar no domínio dos ENs-III, que a este respeito se comportam de modo similar às consecutivas-II.

Os quantificadores *suficiente/suficientemente, o suficiente, o bastante* marcam justamente aquele limiar, ou seja, aquele grau de *suficiência* — configurando uma primeira modalidade das consecutivas-III (modalidade que referenciarei como (IIIa)):

- (IIIa-1) O Zé é suficientemente inteligente/inteligente o suficiente/o bastante para resolver esse problema
- (IIIa-2) A Ana comprou livros suficientes para se ocupar nas férias
- (IIIa-3) Os miúdos brincaram suficientemente/o suficiente/o bastante para estarem contentes.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> ENs como este, e como o anterior, podem não ocasionar uma 'leitura consecutiva' — o que tem inequivocamente a ver com a possibilidade de o que se enuncia no segmento correspondente a p' constituir estado de coisas que active uma intensificação aplicada sobre p. Ver, mais adiante, 3.4 e 3.4.1.

À luz da formulação que abre o presente número, compreende-se que tenham lugar em p quantificadores que assinalam uma grandeza mais elevada que a que corresponde ao grau de 'suficiente.' Marcam exactamente a ultrapassagem dessa grandeza 'suficiente' os quantificadores *demasiado/de mais*, que configuram uma segunda modalidade das consecutivas-III (que referenciarei como (IIIb)). Vejam-se os seguintes exemplos:

- (IIIb-1) A Ana é demasiado perspicaz/perspicaz de mais para não compreender a situação
- (IIIb-2) A Ana tem demasiado trabalho/trabalho de mais para tomar essa tarefa a seu cargo
- (IIIb-3) O Zé porta-se demasiado mal/mal de mais para que a Ana o possa aturar.

3.2.1. Registarei que há não raro uma relação particular entre uma formulação com o quantificador *suficiente* e uma formulação com os quantificadores *demasiado/de mais*: a comutação destes quantificadores exige, para salvaguarda da coerência do que se enuncia, a inversão da polaridade de p'. Confrontem-se os seguintes ENs:

- (IIIa-1') O Zé é suficientemente inteligente para resolver esse problema
- (IIIb-1'') O Zé é demasiado inteligente para não resolver esse problema
- (IIIa-4) A Ana é egoísta o bastante para não gostar de crianças
- (IIIb-4) A Ana é egoísta de mais para gostar de crianças.

3.3. Analisarei agora a natureza da relação de causalidade que percorre os ENs-III.

A questão central reside em apurar se o estado de coisas que se referencia em p constitui razão suficiente para o estado de coisas configurado em p' como efeito/consequência ou se o estado de coisas desenhado em p constitui antes razão suficiente para a enunciação de p'.

Já se terá reparado em que, na primeira daquelas alternativas, estaremos perante a expressão de uma causa *de re/do enunciado*, enquanto que, na segunda alternativa, estaremos em face de uma causa *de dicto/da enunciação*.

Já se terá do mesmo modo reparado em que aquela primeira alternativa aproximaria os ENs-III dos ENs-I (onde justamente vimos operar uma causa



*de re/do enunciado*) — sendo, então, que a segunda alternativa aproximaria os ENs-III dos ENs-II (onde vimos operar uma causa de *dicto/da enunciação*).

Julgo bem que, como acima já pude registar, a causalidade que actua nos ENs-III é similar à que actua nos ENs-II. Efectivamente, por um lado, não há prioritariamente nos ENs-III uma orientação para o encarecimento do estado de coisas referenciado em p — como vimos ser traço saliente nos ENs-I e estar secundarizado nos ENs-II; por outro lado, estão disponíveis para os ENs-II soluções equivalentes a ENs-III.

Para o comprovar, darei de seguida, em A, formulações equivalentes de ENs-III acima introduzidos em que se explicita a presença de uma causalidade *de dicto/da enunciação*, e, em B, formulações equivalentes de ENs-II já acima utilizados (Ver 2.) projectadas no formato típico dos ENs-III:

- A: (IIIa-1') O Zé vai resolver esse problema, e digo<sup>31</sup> isto porque ele é suficientemente inteligente
- (IIIa-2') A Ana vai-se ocupar/estar ocupada nas férias, e digo isto porque ela comprou livros suficientes (para tal/isso).
- (IIIb-2') A Ana não vai tomar essa tarefa a seu cargo, e digo isto porque ela tem demasiado trabalho/trabalho de mais.<sup>32</sup>
- B: (II-1') Está suficientemente frio para não deveres sair/não saires de casa
- (II-2') Vives aqui suficientemente perto para poderes/deveres vir visitar-me todos os dias.

Convém observar — e tal não é dispiciendo para a comprovação ensaiada — que estão disponíveis para as soluções averbadas em B formulações do tipo das fornecidas em A:

- B': (II-1'') Não saís/vais sair de casa, e digo isto porque está suficientemente frio
- (II-2'') Podias/devias vir visitar-me todos os dias, e digo isto porque vives aqui suficientemente perto.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Mais uma vez utilizo o verbo ilocutório genérico *dizer*.

<sup>32</sup> Para a inversão da polaridade que aqui tem lugar no segmento correspondente a p', ver, mais abaixo, 3.5..

<sup>33</sup> Ver também as soluções já propostas em 2.2.1.

3.4. Na base do que ficou apurado em 3.3., há que reconhecer que nos ENs-III, como vimos acontecer nos ENs-II, são actualizados dois actos ilocutórios, adequadamente hierarquizados: em p, realiza-se uma *justificação enunciativa* (de p'), ou seja, um *acto ilocutório subordinado*, que prepara/legítima — *justifica* — a enunciação de p'/o *acto ilocutório principal* que se cumpre em p'.

Não me alongarei sobre este ponto nem tentarei levantar a combinatória possível dos actos ilocutórios que terá lugar nestes ENs-III. Também me dispensarei de acentuar que os aspectos focados envolvem que nos ENs-III, a par do desenho de uma ordem elevada de grandeza (que é particularmente marcada nos ENs-IIIb) para o estado de coisas capturado em p, se recorte primordialmente uma orientação para p' — constituindo a enunciação de p'/o acto ilocutório vazado em p' o objectivo comunicativo perseguido na produção de tais ENs/a conclusão servida pelo argumento formulado em p. (Sobre estes diversos aspectos, todos salientes na estruturação e funcionamento dos ENs-III, ter-se-á em conta o que preenche os números anteriores dedicados à caracterização dos ENs-II).

3.4.1. Os aspectos acabados de focar permitem excluir dos ENs-IIIa (isto é, dos ENs que comportam uma consecutiva tipo III em que operam quantificadores do tipo de *(o) suficiente/(o) bastante*) ENs que apresentam a mesma configuração formal, como

(12) O Pedro ganha o suficiente para viver.

ENs como este não respondem, sob o ponto de vista semântico-pragmático, às propriedades que têm vindo a ser analisadas. Em particular, não há neles, ainda que secundarizada, uma orientação encarecedora (o que põe o problema, já antes focado, da adequação, a salvaguardar, do estado de coisas que deve preencher o segmento p' <sup>34</sup>) nem é possível ver no segmento introduzido por *para* a realização de um acto ilocutório — como vimos ocorrer tipicamente nos ENs-III.

3.5. Considerarei agora as relações entre p e p' dos ENs-III no que tange às implicações arrastadas por aquele primeiro segmento.

---

<sup>34</sup> Ver, acima, 3.2. e Nota 30.

3.5.1. No domínio dos ENs-IIIa — onde opera o quantificador *suficiente* — dá-se a regularidade seguinte:

Afirmção de  $p \rightarrow$  verdade de  $p'$   
Negação de  $p \rightarrow$  falsidade de  $p'$ .

Tal se comprova com a consideração de ENs acima introduzidos em versão positiva, que confronto com a correspondente versão negativa:

- (IIIa-1) O Zé é suficientemente inteligente para resolver esse problema ( $\rightarrow$  é verdade que 'o Zé resolve esse problema')
- (IIIa-1a) O Zé não é suficientemente inteligente para resolver esse problema ( $\rightarrow$  é falso que 'o Zé resolva esse problema')
- (IIIa-2) A Ana comprou suficientes livros para se ocupar nas férias ( $\rightarrow$  é verdade que 'a Ana se vai ocupar/estar ocupada nas férias')
- (IIIa-2a) A Ana não comprou suficientes livros para se ocupar nas férias ( $\rightarrow$  é falso que 'a Ana se vai ocupar/estar ocupada nas férias').

3.5.2. No domínio dos ENs-IIIb — onde operam os quantificadores *demasiado/de mais* — tem lugar a seguinte regularidade:

Afirmção de  $p \rightarrow$  falsidade de  $p'$   
Negação de  $p \rightarrow$  falsidade de  $p'$ .

É o que comprovam os seguintes ENs:

- (IIIb-2) A Ana tem demasiado trabalho para tomar essa tarefa a seu cargo ( $\rightarrow$  é falso que 'a Ana tome essa tarefa a seu cargo')
- (IIIb-2a) A Ana não tem demasiado trabalho para não tomar essa tarefa a seu cargo ( $\rightarrow$  é falso que 'a Ana não tome essa tarefa a seu cargo')
- (IIIb-3) O Zé porta-se mal de mais para que a Ana o possa aturar ( $\rightarrow$  é falso que 'a Ana o atura/o pode aturar')
- (IIIa-3a) O Zé não se porta mal de mais para que a Ana o não possa aturar ( $\rightarrow$  é falso que 'a Ana o não ature/o não possa aturar').

3.6. Como nos ENs-I e nos ENs-II, é também uma *negação polémica* aquela que opera nos ENs-III em que p surge negado.

Daí também que estes ENs sejam actualizados em condições similares às levantadas para a versão negativa dos ENs-II antes analisados, e que cumpram as mesmas funções de refutação ou reformulação correctiva, já acima caracterizadas. Daí também o marcado carácter polifónico que apresentam.

Importa, entretanto, realçar que, embora, como vimos, a causalidade que percorre os ENs-III seja, como nos ENs-II, uma causalidade *de dicto/da enunciação*, a negação de p destes ENs-III não configura em p', ao contrário do que vimos ter lugar nos ENs-II, uma negação ilocutória. Nos ENs-III, a negação de p está tipicamente orientada para a asserção do valor de verdade ou de falsidade que p arrasta — valores esses que se verificam de acordo com o que esquematizei em 3.5.

É isso mesmo o que se comprova se retomarmos, por exemplo, (IIIa-1a) e (IIIb-2a). Estes ENs aceitam como soluções bem formadas e equivalentes, respectivamente, (IIIa-1a') — mas não (IIIa-1a''), onde faço inscrever uma negação ilocutória —, e (IIIb-2a') — mas não (IIIb-2a''), onde faço igualmente inscrever uma negação ilocutória:

- (IIIa-1a') Digo que o Zé não resolve o problema porque não é suficientemente inteligente (para isso)
- (\*IIIa-1a'') Não digo que o Zé resolve o problema porque ele não é suficientemente inteligente (para isso)
- (IIIb-2a') Digo que a Ana toma essa tarefa a seu cargo porque ela não tem demasiado trabalho
- (\*IIIb-2a'') Não digo que a Ana tome essa tarefa a seu cargo porque ela não tem demasiado trabalho (para isso).

Nestas condições, a refutação ou a reformulação correctiva projectadas nos ENs-III em que p surge negado têm como pólo de aplicação o acto ilocutório assertivo que se realiza em p'/na enunciação de p', activando-se, entretanto, aí — onde vimos concretizar-se o objectivo comunicativo da produção de tais ENs — a inversão da polaridade da proposição expressa.

3.7. Como registei acima, em 3.1., os ENs-III construídos com os quantificadores *demasiado/de mais* podem apresentar-se em formato em que o segmento p' está reduzido à expressão *para+Nome* (ou elemento nominal).

3.7.1. Tal expressão pode representar o produto de uma redução do segmento frásico p', por *economia* do predicado desse segmento frásico — sendo, então, que aquele nome se apresenta como o termo correspondente ao sujeito desse mesmo segmento.

Como os exemplos mostrarão, tal *economia* é viabilizada por uma particular conveniência que se dá entre o elemento quantificado de p e aquele predicado (com particular saliência para o verbo que nele figure).

Justamente, essa particular conveniência permite que, enunciado aquele elemento quantificado de p, se perspective com facilidade (na base do conhecimento do mundo e mesmo na base da estrutura léxica da língua) qual seria o predicado/verbo a projectar adequadamente em p'.

Vejamos os seguintes ENs, em que surgem sublinhados os elementos conectados pela relação referenciada, figurando entre parêntesis o predicado/verbo *economizado*:

- (IIIb-5) A rua é demasiado *estreita/estreita* de mais para este carro (*cab*er lá)
- (IIIb-6) Esse *problema* é demasiado *difícil/difícil* de mais para a Ana (*resol*ver/*perce*ber)
- (IIIb-7) O Zé é demasiado *chato/chato* de mais para a Ana (o *supor*tar/*atur*ar)
- (IIIb-8) Este carro é demasiado *caro/caro* de mais para o Zé (o *adqui*rir/*compr*ar).

Formulações alternativas estão, entretanto, disponíveis — em particular, a que contém a nomeação da *dimensão* ou da propriedade tipicamente convocada pelos estados de coisas recortados em p. Vejam-se as seguintes formulações para os ENs acabados de apresentar:

- (IIIb-5') A rua é demasiado estreita para a *largura* deste carro
- (IIIb-6') Este problema é demasiado difícil para a *inteligência/as capacidades intelectuais* da Ana
- (IIIb-7') O Zé é demasiado chato para a *paciência* da Ana
- (IIIb-8') Este carro é demasiado caro para a *capacidade económica/as possibilidades económicas* do Zé.

Não deixarei de anotar que a explicitação do acto ilocutório que, como assinalai oportunamente, se realiza no segmento p' exige alguns retoques na estruturação do EN. Assim, por exemplo, em relação a (IIb-6'), teríamos, entre outras soluções, a seguinte:

(IIb-6'') Digo que as capacidades intelectuais da Ana não são suficientes para (resolver) este problema.

3.7.2. Um outro caso se apresenta neste domínio: o nome ou o elemento nominal pode representar a substituição de todo o segmento frásico p'.

Tal substituição — que, anote-se, também pode realizar-se através do verbo substituto/pró-verbo *fazer* — projecta-se em situações cotextuais específicas, ou seja, quando no cotexto está disponível o segmento frásico. Bastará considerar o segundo EN da sequência (S-9):

(S-9): O Zé não devia beber. Tem demasiadas razões/razões de mais para *isso/tal/o fazer* (= não beber).

Não deixarei de anotar que tal substituição também se pode projectar, em idênticas situações cotextuais, nos outros ENs-III, isto é, naqueles em que a quantificação comportada em p é realizada através de *suficiente/suficientemente...* Para o ilustrar, será suficiente retomar a sequência (S-9) na seguinte versão:

(S-9'): O Zé não devia beber. Tem suficientes razões/razões suficientes para *isso/tal/o fazer*.

3.8. Quero ainda registar que também no domínio dos ENs-III se projectam, embora de modo específico, casos em que o segmento p' é marcado por um valor ou dimensão de *contra-expectativa*.<sup>35</sup>

Tal se verifica no caso em que o quantificador operante em p é (*o*) *suficiente/suficientemente/o bastante*:

(IIIa-5) O Zé estudou o suficiente para tirar melhores notas

(IIIa-6) A Ana tem qualidades bastantes para ser melhor aluna

(IIIa-7) O Zé é suficientemente ambicioso para esperar mais da vida.

---

<sup>35</sup> Este valor já foi acima (em 2.2.4.3.) apresentado no âmbito dos ENs-II e será ainda oportunamente retomado.

Nestes ENs, o locutor *implicita* em p' um estado de coisas que não corresponde às expectativas abertas pelo estado de coisas capturado em p. O que fica, então, *implicitado* é exactamente uma contra-expectativa — sendo que o locutor revela não aceitar esse estado de coisas implicitado, que justamente é visto como representando quebra de uma regularidade/invalidação de um nexos implicativo recortada/o em p por força da estrutura consecutiva que comporta o EN.

Situação idêntica é a que se verifica em casos em que o quantificador projectado no EN é *demasiado/de mais*:

(IIIb-9) O Zé é demasiado ambicioso/ambicioso de mais para se contentar com um cargo tão insignificante.

Justamente, também aqui o estado de coisas capturado em p' (ou, mais exactamente, no seu segmento “um cargo tão insignificante”) não corresponde às expectativas abertas por p — o que conduz precisamente à actualização, por implicação, de uma contra-expectativa, que o locutor explicitamente recusa. Ou seja: a cotação baixa assinalada para a função referida não se coaduna com o grau de ambição atribuído ao sujeito — desenhando-se, então, exactamente uma contra-expectativa. De resto, o semantismo do verbo presente em p' (“contentar-se”) é claramente consistente com o valor assinalado.

3.9. Como oportunamente anunciei, considerarei mais adiante — em 7. — soluções aparentadas dos ENs que comportam uma consecutiva-tipo III.

4. Recortados que ficaram com suficiente nitidez os três tipos de consecutivas, passo de imediato ao último ponto deste estudo — ponto esse anunciado em 0. como dedicado à apresentação/caracterização de soluções aparentadas que estão disponíveis sobretudo no âmbito dos ENs-I mas também no dos ENs-II, e ainda, se bem que com muito menor amplitude, no dos ENs-III. Como já ficou indicado, tratarei das primeiras em 5., das segundas em 6, e das últimas em 7..

5.1. Já apresentei, de passagem, em 1.4., uma consecutiva-I (ENs (I-6) e (I-7)) em que intervém a expressão (*até*) *ao ponto de*.

Retomo esta solução para assinalar, com mais alguns exemplos, que este quantificador, por um lado, introduz em bloco a consecutiva — não havendo então, ao contrário do que se passa no formato tomado como refe-

rência para as consecutivas-I, a repartição por p e p' de um morfema descontínuo, e, por outro lado, que ele é particularmente intensivo, suscitando, por isso, em p' um estado de coisas que represente algo claramente excessivo em relação a uma dada média. Vejam-se, então, alguns exemplos:

- (I-12) O Zé está irritado (até) ao ponto de fumar sem parar
- (I-13) O Zé trabalha (até) ao ponto de se esquecer das horas da refeição
- (I-14) O Zé tem livros (até) ao ponto de lhe não caberem em casa.

5.2. A particular conveniência, já suficientemente caracterizada, que conecta nos ENs-I os estados de coisas capturados em p e p' permite a *economia*, no primeiro daqueles segmentos, do termo quantificado e do próprio quantificador:

- (I-15) O ferido está que nem se pode ver/imaginar<sup>36</sup>
- (I-16) A Ana tem a casa que é um assombro.
- (I-17) O Zé diz coisas que é de ficar pasmado
- (I-18) A Ana falava que não se percebia nada do que dizia
- (I-19) O Zé corre que ninguém o apanha.

Incluo aqui as soluções em que a quantificação (intensiva, como sabemos) é realizada em p por *cada* e *um*:

- (I-20) O Zé tem um aspecto que dá pena
- (I-21) Está um calor que se abafa
- (I-22) O Zé diz cada coisa/cada disparate que é de se ficar pasmado.

Salientarei que o traço ilustrado — *economia* do elemento que receberia em p o quantificador e do próprio quantificador — constitui mais um aspecto a aproximar consecutivas-I e comparações emblemáticas/polares. Também nestas, mercê da particular conveniência que se trava entre o com-

---

<sup>36</sup> Aproveito para anotar, mais uma vez (Ver, acima, Nota 5), que a presença, muito corrente, de *nem* no segmento p' de qualquer dos ENs estudados assinala um reforço da polaridade intendida para o estado de coisas referenciado no segmento p. Anotarei ainda que ele pode ser também reforçado — *até nem/nem mesmo/nem sequer*.



parado e o comparante, a propriedade sobre que se opera a comparação — e o próprio quantificador dessa propriedade — é/são muito correntemente *economizado(s)*.<sup>37</sup>

5.3. Vinculam-se igualmente a ENs-I construções intensivas, muito correntes, como as actualizadas nos ENs seguintes:

(I-23) Está um frio de rachar

(I-24) Foi um espectáculo de estarrecer/de rir até às lágrimas.

Nestas soluções o segmento correspondente a p' é actualizado na sequência *de + Verbo-infinitivo*, dando-se também, em p, a *economia* do quantificador e do termo a que se aplicaria.

5.4. O segmento p (de índole causal, como sabemos) dos ENs-I pode surgir, de acordo com a sua estruturação original, actualizado em *de tão + (Adjectivo + Advérbio)*, em *de tanto + Verbo/de Verbo + (tanto + (tão + Advérbio)* ou ainda em *de tanto + Nome + Relativa*. Tais segmentos podem preceder ou seguir o elemento p' ou intercalar-se entre o sujeito e o predicado do EN. Veja-se:

(I-25) De tão preguiçoso (que é), o Zé chega sempre atrasado às aulas

(I-25') O Zé chega sempre atrasado às aulas de tão preguiçoso que é

(I-25'') O Zé, de tão preguiçoso (que é), chega sempre atrasado às aulas.

(I-26) De tão distraído (que é), o Zé não ouve nada do que se lhe diz

(I-27) De trabalhar tanto/tão intensamente/ de tanto trabalhar, o Zé vai mal de saúde

(I-28) De tantos programas de TV que segue, o Zé anda com dores de cabeça.

Será de assinalar que nestas soluções o segmento correspondente a p aparece actualizado como *adjunto* do EN, cabendo-lhe na estruturação semântico-sintáctica desse mesmo EN uma *função casual de CAUSA* (em

---

<sup>37</sup> Ver, acima, 1.3., e o meu estudo citado na Nota 12.

clara sintonia com a natureza típica de p nos ENs consecutivos a que estas soluções correspondem).

Anotarei ainda que está disponível nestes casos uma solução de teor *causativo* — sendo, então, que o segmento correspondente a p se actualiza como sujeito do EN, afectado à *função casual de CAUSA*; tal elemento é, assim, actualizado como o elemento despoletador/accionador do evento de mudança que tal configuração causativa tipicamente manifesta. Veja-se uma tal configuração causativa, em que intervêm ou auxiliares/operadores causativos ou soluções léxicas causativas, para, por exemplo, (I-25) e (I-28):

(I-25'') O facto de ser (tão) preguiçoso *leva o Zé a/faz o Zé chegar/faz com que o Zé chegue sempre atrasado às aulas*

(I-28') O facto de seguir tantos programas de TV *faz andar/traz o Zé com dores de cabeça.*

5.5. Estão ainda disponíveis realizações de p em (*tão* +) *Adjectivo + como + Verbo predicativo*:

(I-29) (Tão) alegre/satisfeita como andava, a Ana via tudo cor de rosa

(I-30) Trabalhador como era, o Zé não parava um segundo.

Este segmento apresenta uma larga mobilidade, podendo ocorrer no início ou no fim do EN ou intercalar-se entre o sujeito e o predicado — funcionando em qualquer caso como aposto de um nome.

Tendo em conta aquela mobilidade, e tendo ainda em conta que esse mesmo segmento *incide* regularmente ao mesmo tempo sobre um segmento nominal (com que concorda) e sobre o predicado do EN (predicado que é, note-se, o predicado da consecutiva correspondente), com que entretém uma particular conveniência de ordem semântico-pragmática, aquele adjectivo/segmento adjectival funciona como *aposto de incidência dupla*.<sup>38</sup>

Dada a circunstância de que o segmento nominal sobre que, como anotei, *incide* é o sujeito do EN, a aposição recortada cumpre uma *função semântico-pragmática de explicação*, que se objectiva justamente na expressão de uma causa.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Ver FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe, Semântica e Pragmática do Português*, «Colecção Linguística/Porto Editora», 1, Porto, Porto Editora, 1993, «Funções sintácticas e funções semânticas do adjectivo em português».

<sup>39</sup> Ver, de novo, o meu estudo citado na nota anterior.

5.6. Vimos acima, em 1.5., que a matizada relação entre *p* e *p'* no âmbito dos ENs-I envolve o desenho, a partir de *p*, de uma *expectativa*, que se confirma/resolve em *p'*.

Acontece, entretanto, que esta expectativa pode ser gorada, projectando-se em *p'* um estado de coisas que se revela constituir antes uma *contra-expectativa*. Tal tem expressão específica na solução que de seguida apresento:

(I-31) O Zé trabalha tanto e nunca se sente cansado

(I-32) O Zé estava tão irritado e não fumou um único cigarro naquele tempo todo.

Nesta solução opera, como se vê, o coordenador *e*, marcando uma forte contraposição/contraste entre os estados de coisas. Registo que esta contraposição pode com naturalidade ser ali assinalada por *mas* (*mas-PA*).<sup>40</sup>

Verifica-se também aqui (Ver, acima, 2.2.4.3.) que o valor de contra-expectativa actualizado se vincula claramente à *quebra de um nexo implicativo* — do nexos implicativo correspondente à implicação que se desenha, nos termos já acima analisados, nos ENs que comportam uma consecutiva. É aqui muito clara a realização de um efeito focalizador que, como acima já apontei, se junta à dimensão de contra-expectativa actualizada.<sup>41</sup>

5.7. Uma outra solução disponível é a que fica ilustrada nos ENs seguintes, em que o segmento *p* é introduzido pela preposição *com*, que impõe uma estruturação adequada a esse segmento:

(I-33) Com a altura que tem, o Zé chega ao tecto do quarto

(I-34) Com as/tantas preocupações que tem, o Zé não consegue dormir.

Veja-se ainda (I-35):

(I-35) Com o tempo que fazia/com um tempo daqueles/assim, ninguém foi à praia.

<sup>40</sup> Ver DUCROT, O. — *Deux mais*, «Cahier de Linguistique», n.º 8, «Syntaxe et Sémantique du Français», Québec, 1978, e *Analyses pragmatiques*, «Communications», 32, 1980. Para o português, ver BARROS, C. Araújo — *Construções contrastivas em Português*, Porto, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras do Porto, 1986.

<sup>41</sup> Ver, mais abaixo, outros casos de realização do valor de contra-expectativa/quebra de nexos implicativo.

Em (I-35), a quantificação não é explicitada em p, mas os deícticos *daqueles/assim* recuperam dados disponíveis no contexto ou no cotexto.

Observarei que também aqui, como nos casos considerados em 5.4., o segmento correspondente a p deve ser tomado com adjunto do EN, cabendo-lhe igualmente a *função casual de CAUSA*.

Por outro lado, e ainda como naqueles mesmos casos, está disponível uma solução que se vaza em EN causativo — sendo a causalidade marcada ou por auxiliar/operador ou por lexema de configuração causativa. Exemplifico com (I-34), a que equivale a solução causativa (I-34’):

(I-34’) As (muitas) preocupações que tem *levam* o Zé a não conseguir dormir/*fazem com que* o Zé não consiga dormir/*impedem* o Zé de dormir.

5.8. As soluções aparentadas ao formato de base dos ENs-I suscitam uma observação final.

Um dos traços centrais da configuração e funcionamento daqueles ENs foi devidamente caracterizado acima como residindo na orientação que neles se dá para p.

Este traço só está presente nas soluções apresentadas em 5.1., 5.2. e 5.3.. Nas restantes, tal não se verifica — sendo, antes, inequívoca uma orientação para p’.

Nos casos referenciados em 5.4., 5.5. e 5.6., a esta orientação para p’ não é alheia a circunstância de a solução em que fica vazado o segmento correspondente a p constituir/funcionar como adjunto do EN global, cujo núcleo é formado pelo segmento p’.

No caso referenciado em 5.6., a orientação para p’ converge claramente com a saliência que o estado de coisas aí capturado otém por força da *contra-expectativa* que representa. Numa outra perspectiva, direi que é aí que se contém o elemento sob o ponto de vista informativo-comunicativo mais relevante do conteúdo global do EN (o que, como oportunamente salientei, se articula ao efeito focalizador obtido pela quebra de regularidade/nexo implicativo envolvida na *contra-expectativa*), sendo que o segmento correspondente a p recorta tão só um pano de fundo sobre que mais plenamente se recorta o contraste estabelecido.

6. Também no domínio dos ENs-II estão disponíveis soluções aparentadas com o formato padrão que acima foi caracterizado.

6.1. Anoto soluções em que opera o quantificador (*até*) ao ponto de, realizando-se no segmento p' valores ilocutórios já acima referenciados para os ENs-II:

(II-19) Estou intrigado (*até*) ao ponto de perguntar se o Zé diz a verdade toda

(II-20) Estou irritado (*até*) ao ponto de te dizer/pedir/ aconselhar a/ agradecer que me deixes em paz.

O quantificador pode também ser realizado por *cada*:

(II-21) O Zé diz cada disparate que mais valia estar calado.

6.2. Uma outra solução concretiza-se na actualização do segmento p em gerundiva:

(II-22) Trabalhando o Zé como trabalha,

— espanta-me que ele não tenha enriquecido

— como é que ele ainda não enriqueceu? <sup>42</sup>

— não sei/pergunto(-me) como é que ele ainda não enriqueceu.

(II-22') Trabalhando como trabalha,

— espanta-me que o Zé não tenha enriquecido

— como é que o Zé ainda não enriqueceu?

— não sei/pergunto(-me) como é que o Zé ainda não enriqueceu.

(II-23) Sendo o Zé trabalhador como é/tão trabalhador, espanta-me que ele...

(II-23') Sendo trabalhador como é/tão trabalhador, espanta-me que o Zé...

---

<sup>42</sup> Para uma análise destas interrogativas (retóricas) ver FONSECA, J. — *Pragmática das perguntas 'como p, se q?' e 'como não p, se q?'*, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Vol. X, Porto, 1993.

Facilmente se nota que nos ENs que acabei de introduzir o segmento p' (que se pode realizar, como se viu, em pergunta retórica) comporta a indicação de uma *contra-expectativa*.<sup>43</sup>

Poderei fazer contrastar estes casos com outros em que, ao invés, se activa em p' uma *predição/previsão* correspondente a uma *expectativa* desenhada pelo estado de coisas capturado em p:

- (II-24) Trabalhando como trabalha/trabalhador como é,  
— o Zé não tarda a enriquecer  
— não me espanta que o Zé enriqueça rapidamente.

Tal *expectativa* activada pelo estado de coisas invocado em p pode mesmo estar já confirmada/consumada:

- (II-25) Trabalhador como é, não espanta que o Zé esteja rico/tenha enriquecido.

Anoto que estas dimensões de *expectativa* e *contra-expectativa* accionadas por p nos ENs-II já foram acima, em 2.2.4.3., devidamente consideradas — como também o foi a actualização que neles tem lugar de valores ilocutórios, de resto algumas vezes explicitados nos ENs agora apresentados.

Quero observar que o encarecimento obtido para o estado de coisas desenhado em p se situa, nos exemplos agora dados, na escala das grandes quantidades — em sintonia com o conteúdo proposicional de p', sintonia essa que permite, como sabemos, a *economia* em p do quantificador.

É claro que o encarecimento do estado de coisas recortado em p pode dar-se também na escala das pequenas quantidades — o que é devidamente acompanhado no que tange à selecção apropriada do conteúdo proposicional de p', que estará em conformidade com aquela escala, possibilitando, também, a *economia* em p de quantificador. Veja-se:

- (II-26) Trabalhando (tão pouco) como trabalha,  
— não espanta que o Zé esteja pobre/não tenha enriquecido  
— como é que o Zé há-de enriquecer?  
— como é que o Zé não há-de estar pobre?  
— espantaria se o Zé estivesse rico...

---

<sup>43</sup> Também aqui, este valor de *contra-expectativa* se vincula, como já assinali devidamente, à quebra de um nexo implicativo.

6.3. Uma outra solução, muito próxima da anterior no que respeita às dimensões de expectativa e contra-expectativa desencadeadas, é a que exemplifico nos seguintes ENs:

(II-27) Para o que/ao que o Zé estudou/para quem estudou o que o Zé estudou,

- (i) admira-me que não tenha chumbado
- (ii) não me admira que tenha chumbado.

(II-28) Para o que/ao que estudaste/para quem estudou o que tu estudaste,

- (i) como é que conseguiste não chumbar?
- (ii) como é que foste chumbar?

Para além de ilustrarem que o segmento *p* apresenta uma realização onde opera a preposição *para* ou *a* e que o segmento *p'* pode actualizar-se em pergunta retórica, estes exemplos suscitam a seguinte observação, em sintonia com a que fecha o número anterior: o locutor que enuncia (II-27) e (II-28) dá como disponíveis para o alocutário tanto a ordem de grandeza envolvida em *p* como a escala em que essa ordem se inscreve — e é em consonância com essa ordem de grandeza/essa escala que em *p'* se concretizará ou o primeiro ou o segundo acto ilocutório/o primeiro ou o segundo estado de coisas que, em alternativa ((i)-(ii)), inscrevi naqueles exemplos. Como se compreenderá, quando aquela ordem de grandeza se situa na escala das pequenas quantidades, tem lugar a actualização da primeira alternativa ((i)); quando, pelo contrário, se situa na escala das grandes quantidades, é a segunda daquelas alternativas ((ii)) a que é actualizada.

6.4. Os valores que vimos projectarem-se nos ENs-II referenciados em 6.2. actualizam-se também numa outra solução disponível para a realização do segmento *p*.

Trata-se de uma solução em que aquele segmento é introduzido pela preposição *com*, que impõe uma adequada configuração para esse mesmo segmento. Vejam-se os seguintes ENs:

(II-29) Com o que ganhas,

- bem podias viver melhor
- como não vives melhor?<sup>44</sup>
- não sei como não vives melhor
- espanta-me que não vivas melhor
- espanta-me que vivas tão mal.

(II-30) Com o que ganhas,

- não podes viver melhor
- como viver melhor?
- espantar-me-ia se vivesses melhor
- espanta-me que vivas tão bem.

As considerações tecidas acima (Ver, de novo, 2.2.4.3. e também 6.2.) para as dimensões de expectativa e de contra-expectativa activadas por ENs-II dispensam qualquer comentário mais sobre os ENs (II-29) e (II-30).

Também não será já necessário juntar qualquer referência aos valores ilocutórios realizados no segmento *p'* destes mesmos ENs.

Por outro lado, os comentários/observações avançados em 6.3. permitem também que se articule com facilidade as diversas soluções dadas em alternativa com a identificação adequada — ou na escala das grandes quantidades ou na escala das pequenas quantidades — da ordem de grandeza, dada pelo locutor como disponível para o alocutário, relativa aos estados de coisas invocados no segmento *p* dos mesmos ENs (II-29) e (II-30).

6.5. Para os ENs-II — como, naturalmente, para as soluções que tenho vindo a referenciar como sendo deles aparentadas — em que seja actualizada, em *p'*, uma *contra-expectativa*<sup>45</sup>, está ainda disponível uma última solução. Nela opera o coordenador *e*, que articula os segmentos correspondentes a *p* e *p'*, marcando entre eles uma forte contraposição/contraste.

---

<sup>44</sup> Para uma análise — em parte diversa da aqui recortada, mas com ela largamente convergente — de ENs deste formato (em que uma pergunta retórica em *como?/como não?* se articula a um segmento introduzido por *com*) ver o meu estudo citado na Nota 42.

<sup>45</sup> Sobre a realização deste valor, ver as observações já formuladas antes. Ver ainda 6.6.



É esta solução que vemos actualizada nos seguintes ENs:

- (II-31) A Ana come muito/tanto e não engorda
- (II-32) O Zé come (tão) pouco e está gordíssimo
- (II-33) O Zé e a Ana estão (tão) apaixonados e andam (tão) tristes
- (II-34) Tão estudioso e chumbou
- (II-35) Com tanto dinheiro e vive tão mal
- (II-36) Com um marido tão dedicado e anda sempre tão insatisfeita.

Já se compreendeu que estes ENs representam uma solução a que 'subjaz' uma configuração consecutiva do tipo que ilustro de seguida, tomando, por exemplo, (II-36):

- (II-36') Tem um marido tão exemplar que se esperaria/seria de esperar que não andasse (sempre tão) insatisfeita.

Registo que na solução em análise, e em consonância com a referida contraposição que nela se estabelece entre *p* e *p'*, o elemento *e* alterna com naturalidade com *mas* (*mas-PA*)<sup>46</sup> — excepto quando *p* aparece com a configuração ilustrada nos dois últimos exemplos.

Nestas soluções, servem de modo particular ao reforço da referida contraposição entre *p* e *p'* alguns elementos de índole temporal ou temporal-aspectual:

- (II-37) Tão amigos que nós éramos e agora estamos tão indiferentes um ao outro
- (II-38) Tão novo/com tão pouca idade e já tão pouco jovem
- (II-39) Tão jovem/com tão pouca idade e já não acredita na vida
- (II-40) Tão velho/com tanta idade e ainda não deixou de trabalhar
- (II-41) Tão crescido e ainda tão inseguro.

O contraste estabelecido entre *p* e *p'* é, em (II-37), reforçado pela dimensão temporal assinalada por *éramos* e *agora estamos*. Esse mesmo contraste é ampliado, em (II-38) e (II-39), pelo valor de *já/já não*, que assinalam

---

<sup>46</sup> Ver, acima, 5.5. e Nota 40.

a contra-expectativa que é, em face de p, a *transição precoce* que, nesses ENs, aqueles morfemas indicam. A contraposição desenhada em (II-40) e (II-41) entre p e p' é reforçada/ampliada pelo valor de *ainda não/ainda*, que assinalam a contra-expectativa que é, em face de p, a *transição tardia* (= manutenção, excessiva, de uma situação/retardamento, excessivo, de uma transição que já deveria ter-se dado) que, nesses ENs, aqueles morfemas indicam.

Um outro modo corrente de reforçar aquela mesma contraposição — ou o valor de contra-expectativa que, em face de p, obtém p' — é o que se actualiza na partícula modal *afinal/afinal de contas e/ou* na expressão, de forte cariz resultativo, *acabar por*:

- (II-42) O Zé tem tantas qualidades e afinal/afinal de contas nunca fez nada na vida/acabou por nunca fazer nada na vida
- (II-43) Com tantas qualidades e afinal/afinal de contas nunca fez nada na vida/acabou por nunca fazer nada na vida
- (II-44) O Zé estudou tão pouco e afinal/afinal de contas passou/acabou por passar.

Considerem-se, finalmente, os seguintes ENs:

- (II-45) Com um tempo assim/destes e foram para a praia...
- (II-46) Com um tempo assim/destes e não foram para a praia...

Como se nota, a polaridade positiva de p', em (II-45), e a polaridade negativa desse mesmo segmento, em (II-46), articulam-se a um diferente recorte do estado de coisas capturado em p.

Essa diferença — que é antes uma oposição — é facilmente reconstruída: em (II-45), verifica-se a *economia* do elemento a que respeita a quantificação: *mau* (mau tempo); em (II-46), dá-se antes a *economia* de *bom* (bom tempo). Esta *economia* é possível, como sabemos já, por força do estado de coisas capturado em p' — e, claro, nela intervirá também a disponibilidade de dados contextuais e/ou cotextuais para que apontam os deícticos *assim/destes*.

Em qualquer daquelas duas situações referenciadas naqueles ENs, actualiza-se em p' um acto de crítica/censura — vinculada, porém, a razões antagónicas, opostas (“estar mau tempo”/“estar bom tempo”), e aplicada a constatações igualmente opostas: “terem ido à praia”, em (II-45); “não terem ido à praia”, em (II-46).

6.6. Dei já, oportunamente, o devido relevo à circunstância de que nos casos em que se recorta em p' uma *contra-expectativa* se verifica regularmente a quebra do nexu implicativo actuante, como se viu, nos ENs que comportam uma consecutiva — ou nas soluções que, nos termos que venho propondo, são aparentadas a esses ENs. Quero agora sublinhar, também de novo, que a quebra deste nexu implicativo arrasta sempre um forte acréscimo informativo ou informativo-comunicativo para o segmento p' (ou para o que nas soluções aparentadas lhe corresponde), sobre o qual se dá, então, um efeito de focagem — não raro, como se anotou, reforçado, sob modalidades diversas, em algumas das soluções referenciadas.

7. No domínio dos ENs-III são muito menos variadas as soluções aparentadas disponíveis.

7.1. Registarei as soluções que utilizam a expressão léxica — realizada em *sobrar* — da quantificação correspondente ao grau de *demasiado/de mais*, e a expressão léxica, negativa, — realizada em *faltar* e *carecer* — da quantificação correspondente à *negação do grau “suficiente”/“bastante”*. Passo a ilustrar sumariamente:

- (IIIb-9) A Rita é muito egoísta; à Ana, pelo contrário, sobra-lhe generosidade para não se preocupar com os outros.
- (IIIa-10) O Pedro não faz o mínimo exercício físico; ao Zé, pelo contrário, sobra-lhe energia para não praticar desporto.<sup>47</sup>
- (IIIa-6) Falta ao Zé disponibilidade para se ocupar devidamente dos filhos/O Zé carece de disponibilidade para se ocupar devidamente dos filhos.

Observo que a negação do grau de “suficiente”/“bastante” a que correspondem *faltar* e *carecer* encontra também expressão equivalente em *pouco*, sobre que se constrói a escala das pequenas quantidades. Daí, (IIIa-6'):

- (IIIa-6') O Zé tem tão pouca disponibilidade que não se ocupa devidamente dos filhos

---

<sup>47</sup> Talvez se reconheça alguma artificialidade nestes dois ENs. No entanto, quer-me parecer que, em contexto contrastivo (como é o que surge nos exemplos dados), tais ENs são perfeitamente aceitáveis. Observo que esses ENs não são estritamente equivalentes, respectivamente, aos seguintes:

- À Ana, sobra-lhe generosidade para se preocupar com os outros.
- Ao Zé, sobra-lhe energia para praticar desporto.

7.2. Uma outra possibilidade, disponível apenas para ENs com a configuração apresentada em 3.7.1., é a que actualiza, para a quantificação marcada por *de mais/demasiado*, as soluções léxicas *ultrapassar* ou *estar acima de*, e, para a quantificação correspondente à *negação do grau “suficiente”/ “bastante”*, a solução *estar abaixo de/não estar à altura de*. Exemplifico, retomando, em nova versão, ENs já introduzidos em 3.7.1.:

- (IIIa-7) A inteligência da Ana está abaixo da/não está à altura da complexidade deste problema (Cf. o exemplo seguinte)
- (IIIb-10) (A complexidade de) este problema está acima de/ultrapassa as possibilidades intelectuais da Ana.
- (IIIb-11) Este carro está acima de/ultrapassa as possibilidades económicas do Zé.

Já se terá reparado em que estas soluções léxicas são particularmente consistentes com a caracterização, utilizada ao longo deste trabalho, da quantificação em termos de escalas: a quantificação encarecedora que opera nos ENs analisados neste estudo foi justamente apresentada como uma instrução (de índole topológica, direccional) no sentido de percorrer uma escala — na direcção ascendente, quando a quantificação se situa na escala ‘das grandes quantidades’, e na direcção descendente (que corresponde igualmente a uma intensificação), quando a quantificação se inscreve na escala ‘das pequenas quantidades’.<sup>48</sup>

Porto, Março de 1994

*Joaquim Fonseca*

---

<sup>48</sup> Ver, particularmente, 1.4..

## A «CENA» DA «ACÇÃO LINGUÍSTICA» E A SUA PERSPECTIVAÇÃO POR DIZER E FALAR

### 0. INTRODUÇÃO

Imagine-se um texto como o que se segue:

«Hoje vamos falar de nomes. Portanto, podemos falar de tudo e mais alguma coisa, pois no fundo tudo é nome. Mas vamos falar, nomeadamente, de nomes próprios, que na minha opinião são os nomes propriamente ditos. E, se for preciso, chamaremos nomes aos nomes. No Génesis, conta-se que Deus criou o mundo, com todas as suas criaturas, e depois, como estava com *stress* e a suar em bica, convidou o Homem a designar cada uma delas. E o Homem, com o bom gosto que lhe é apanágio, desatou a inventar nomes incomparavelmente graciosos, como otorrinolaringologia e Narana Coissoró. Diz-se que, nessa altura do campeonato, o Todo-Poderoso bateu a mão na testa[sic] e suspirou: “Anda um Deus a criar Homens para isso”» (Paulo Nogueira — *Penso Rápido*, in «Independente», p. 46, 94.05.6).

e que se nos pedia para compararmos este texto (os sublinhados são nossos) com um outro em que se substituíssem as ocorrências de **falar** por **dizer** e vice-versa, e dizer se os verbos sublinhados (conta-se que..., suspirou...) pertencem ao domínio de **dizer** ou de **falar**, questionando-nos em seguida acerca da alteração provocada no sentido do texto. Eis o programa do presente estudo.

0.1 Uma teoria deve ser muito mais do que uma fábrica de regras: o regular e o irregular convivem lado a lado na língua. Uma teoria de análise lexical não se pode limitar apenas ao “léxico”: uma entrada lexical implica uma categoria gramatical, semas e classemas, determinados “frames” e “scenários” ou “scripts”. Mais do que descrever a “cena” da acção linguística como ela é perspectivada pelos verbos **dizer** e **falar**, pretendemos explorar um

modelo de análise global de verbos tendo em atenção alguns dos enquadramentos teóricos dos “actos de fala”<sup>1</sup> e muito especialmente as propostas de Fillmore<sup>2</sup>. Isto é, pretendemos analisar o significado e respectivos sentidos dos verbos **dizer** e **falar**, comparando-os entre si e com os verbos que se lhe agregam. Trata-se evidentemente de uma parte mínima da “cena” da acção linguística, a que é veiculada por dois dos verbos mais frequentes na língua portuguesa. Faremos eventuais referências a outros verbos da “acção linguística”.

## 0.2 Cena e “frame”

Como deixamos antever, estamos perante uma proposta de análise lexical<sup>3</sup> que se situa entre o léxico, a gramática e pragmática, em que se atende a categorias gramaticais, a diferenciadores semânticos e aos seus “frames”, “scenes”, “schemata” e “scripts”<sup>4</sup>: considera-se o léxico como não sendo o dono de si mesmo.

<sup>1</sup> A teoria dos “actos de fala” nasceu na tradição filosófica autónoma — chamada Ordinary Language Philosophy (ou “Oxford Philosophy”) representada sobretudo em AUSTIN, J. L. — *How to do things with words*, Oxford, Clarendon, 1962 e SEARLE, J. R. — *Speech Acts*, Cambridge, 1969, *What is a Speech Act?*, in «The Philosophy of Language», Oxford Univ. Press, 1971, p. 39-53, *A Taxonomy of Illocutionary Acts*, in GUNDERSON, K. (edit.) — *Language, Mind and Knowledge*, Mineapolis, Univ. of Minisota Press, 1975, p. 334-369). No aproveitamento que fazemos da teoria dos “speech acts” temos em consideração sobretudo as reflexões de N. LEECH, Geoffrey — *Principles of Pragmatics*, London and N. Y., Longman, 1983, e DIJK, Teun A. v. — *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structure in Discourse, Interaction, and Cognition*, New Jersey, Publishers Hillsdale, 1980.

<sup>2</sup> CH. FILLMORE — *A Private History of the Concept “Frame”*, in R. DIRVEN; G. RADDEN (eds.) — *Concepts of Case*, Tübingen, 1987, p. 28-36, 33): «[scene is] any coherent segment, large or small, of human beliefs, actions, experiences or imagings».

<sup>3</sup> Sirvo-me de dados de VILELA, Mário — *Estruturas Léxicas do Português*, Coimbra, Almedina, 1989, pp. 150 e ss. e 157, de MÚRIAS, Augusto M. Leite — *Análise Confrontativa de Características Semânticas e Sintácticas de Verba Dicendi do Português e do Alemão*, Lisboa, 1989 (Tese de Doutoramento, mimeografada); DIRVEN, René; GOOSSENS, Louis; PUTSEYS, Yvan; VORLAT, Emma — *The Scene of Linguistic Action and its Perspectivization by Speak, Talk, Say and Tell*, Amsterdam, Philadelphia, J. Benjamins Publishing Company, 1982, além de LEECH, G. — *Op. cit.*, nota 1.

<sup>4</sup> Para uma informação circunstanciada destas noções cfr. KONERDING, Klaus-Peter — *Frames und lexikalisches Bedeutungswissen. Untersuchungen zur linguistischen Grundlegung einer Frametheorie und zu ihrer Anwendung in der Lexikographie*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1993, p. 31-80.

Antes de descrever os verbos **dizer e falar**, tentarei explicar o que entendo (ou o que se entende) por “frames”, “scenes” — deixando um pouco de lado os “schemata” e “scripts” — da acção linguística. Dever-se-á simplesmente dizer que as noções atribuídas actualmente — sobretudo na inteligência artificial — a “frame”, “script”, “schema”, “scene” se equivalem: trata-se da representação do saber presente na memória humana em forma de totalidades (macro-estruturas ou super-estruturas) estruturadas, o que alguém naturalmente espera que aconteça numa situação típica, o saber que temos armazenado (ou empacotado) na nossa memória decorrente da nossa experiência, os modelos estereotípicos das nossas recordações.

No domínio da linguística distingue-se “frame” de “scene”: o termo “frame” foi introduzido na linguística<sup>5</sup> como designação da descrição semântica de palavras relativamente ao universo extralinguístico por elas transportado. Foi sobretudo Fillmore quem integrou o conceito de “frame” e “scene” ou “scenarios” na linguística<sup>6</sup>. Estes conceitos pretendem opor-se à “checklist theory of meaning” proposta pelos gerativistas da análise componencial e da semântica lógica e analítica. Os “frames” são «*certain schemata or frameworks of concepts or terms which link together as a system, which impose structure or coherence on some aspects of human experience and which may contain elements which are simultaneously parts of other such frameworks*» e «[os “frames” são definidos como] *any system of linguistic choices — the easiest cases being collocations of words, but also including choices of grammatical rules or categories — that can get associated with prototypical instances of scenes*<sup>7</sup>. Por seu lado as «*Scenes are parts and interconnected series of elements including not only visual scenes but also familiar kinds of*

---

<sup>5</sup> «The concept of frame has been introduced into linguistics in a certain context: frames were primarily seen as representational tools by means of which purely linguistic knowledge could be connected with relevant non-linguistic common-sense knowledge. On the more concrete level, the use of frames in linguistics is- explicitly or implicitly- about frames as conceptual tools of lexical semantics, frames as means of including into the semantic description of words also relevant types of common sense knowledge about objects or situations referred to by the corresponding word.» (OIM, Haldur; SALUVEER, Madis — *Frames in Linguistic Descriptions*, in «Quaderni di Semantica», VI, 1985, p. 295-305, 296-97).

<sup>6</sup> Charles J. Fillmore começa por introduzir já o conceito de “frame” em 1968 («The case for case» in BACH, E.; HARMS, R. (edits) — *Universals in in Linguistic Theory*, New York, p. 1-90), mas foi sobretudo a partir de 1975 que introduz os conceitos de “frame” e “scene” na teoria da semântica lexical e na explicação do texto.

<sup>7</sup> Ch. FILLMORE, J. — *An Alternative to Checklist Theories of meaning*, in «Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society», Berkeley, 1975, p. 123-131, p. 123-124.

interpersonal transactions, standard scenarios defined by the culture, institutional structures, enactive experiences, body image, and, in general, any kind of coherent segment of human beliefs, actions, experiences or imagings»<sup>8</sup>. A partir de 1985<sup>9</sup> abandona essa distinção e fala antes de “conceptual frames” e da sua verbalização, ou então aproxima-se do que consideramos a pragmaticização da semântica<sup>10</sup> ou “language-in-context”.

Antes de avançarmos, vamos reter o sentido que atribuímos a “cena” e “frame”: fixamo-nos em que “frame” é a verbalização (Versprachlichung) da cena numa dada perspectiva a partir de um dado lexema (ou mais precisamente um predicado)<sup>11</sup> e em que atribuímos a “cena” o valor mais genérico — o de representação geral do tipo de acontecimento, por exemplo, o de um “evento ou transacção comercial”<sup>12</sup>, aproximando-nos do que os teóricos da inteligência artificial entendem por “scripts”: estruturas de (ou “modelos de perspectivar”) eventos.

Assim, a cena aqui descrita compreende um falante, um ouvinte e a troca de uma mensagem. O “frame” é qualquer conjunto de escolhas linguísticas possíveis para denotar ou representar estas cenas: a contraparte linguística das cenas em questão. Por outras palavras, o “frame” abrange os lexemas, as regras e categorias gramaticais que podem ser (ou estar) associados com estas cenas. No nosso caso, qualquer dos verbos em questão — **falar, dizer, como discutir, contar, conversar**, etc. — pode activar toda a cena da comunicação linguística, mas de uma maneira diversa da dos restantes verbos. Cada um dos verbos perspectiva (= «frames») a cena de uma maneira diferente relativamente à dos demais.

<sup>8</sup> Ch. FILLMORE, J. — *Ibidem*, 124. Volta a distinguir quase com os mesmos termos “scenes” e “frames” em 1977 (Ch. FILLMORE, J. — *Scenes-and-Frames Semantics*, in ZAMPOLLI, Antonio (edit.) — *Linguistic Structure Processing*, Amsterdam, 55-81, 62-63).

<sup>9</sup> FILLMORE, C. J. 1985 — *Frames and the Semantics of Understanding*, in «Quaderni di Semantica», VI, 2. 222-254, 232.

<sup>10</sup> FILLMORE, Charles J. 1986 — “U” — *Semantics, Second Round*, in «Quaderni di Semantica», VII, 1. 49-58.

<sup>11</sup> Isto é, situamo-nos na definição dada por Fillmore («I thought of the case frame associated with a particular predicating word as imposition of structure on a event (or the conceptualization of an event) in a fixed way and with a given perspective»)(FILLMORE, Ch. J. — *Scenes-and-Frames...*, 1977, p. 56-57).

<sup>12</sup> «When I hear a word... I activate in my memory one of the scenes within which I know for that scene» (ID. — *Ibid.*, pg. 72). FILLMORE, Ch. — *Lexical Semantics and Text Semantics*, in COPELAND, J. E. (edit) — *New Directions in Linguistics and Semiotics*, Amsterdam, 1984, p. 123-147, p. 135) substitui “scene” por “story”.



### 0.3 Esquema de “acção linguística”

O esquema da cena “acção linguística” é aqui construído com base nas tradicionais categorias da comunicação de Jakobson<sup>13</sup> e na teoria dos “actos de fala” de Searle. Os participantes nesta cena são o Locutor ou Agente e o Destinatário ou Ouvinte, o objecto da transmissão ou Mensagem, meios e estratégias de Transmissão, e os traços contextuais da comunicação.

Quanto aos participantes, devemos distinguir, no Destinatador|Locutor, os dois tipos possíveis, detectáveis em exemplos do género:

- (1) (a) Ele falou pela tua boca
- (b) Deus falou pela boca dos profetas
- (c) É o Governo a falar pela boca dos deputados da maioria.

Isto é, temos em (1) a Origem da informação: *ele, Deus e o Governo* e o Falante|Locutor: *tua boca, boca dos profetas e boca dos deputados*. Parece razoável falar-se Transmissor em vez de Falante|Locutor. Normalmente, na cena da acção linguística, a Origem e o Locutor coincidem: o Transmissor concentra a função de ponto de partida e Transmissor da informação.

Por outro lado, também da parte do Destinatário pode haver distinção entre o “destinatário” (Destinatário 1) propriamente dito, a entidade a quem a mensagem é (ou pretende ser) dirigida, e o Destinatário ou Recebedor que realmente recebe a mensagem (Destinatário 2), por engano, por desvio, etc., ou ainda um “destinatário” (Destinatário 3) que servirá de mediador para entregar a mensagem ao Destinatário 1. Há normalmente coincidência entre o Destinatário real e o Destinatário intencional na acção linguística.

Acresce ainda que o Destinatário pode actuar passivamente na “acção linguística” ou ter a função de Co-Agente, ser Inter-Agente, respondendo (inter)activamente e tomando parte na (inter)acção linguística. Imaginemos exemplos do género de:

- (2) (a) Eles não se falam vai para dois anos
- (b) Eles, antes de decidirem, falam sempre entre si
- (c) Os actores, antes de entrarem em cena, falavam uns com os outros a combinar as deixas

---

<sup>13</sup> JAKOBSON, Roman — *Linguistics and Poetics*, in SEBEEK, T. A. (edit.) — *Style in Language*, Cambridge, Mass., MIT-Press, 1971, p. 350-377. Faremos também uso das categorias criadas por AUSTIN-SEARLE.

Como é de prever, pelo que dissemos anteriormente, a cena da acção linguística assume diferentes aspectos ou perspetivações: a Mensagem (ou informação) é modulada (“framed”) directamente, a Enunciação Directa:

(3) (a) Deus disse a Abraão: «Vai à Terra de Canaã e ...»

indirectamente, a Enunciação Indirecta:

(b) Deus disse a Abraão que fosse à Terra de Canaã e ...

ou a Mensagem pode ocultar-se na própria enunciação:

(c) Deus disse-lhe o caminho para a Terra de Canaã.

Além disso, no interior da cena da “acção linguística”, temos ainda a informação vista como o tópico da acção ou interacção, a que chamaremos o “tópico” ou tema da acção linguística: damos a “tópico” o valor que lhe é atribuído numa perspectiva pré-nocional (= aquilo de que se está a falar). Mas a informação pode também ser vista não como “tópico” ou tema, mas sim como avaliação da própria informação:

(d) Ele só disse asneiredo durante todo aquele tempo.

Devemos acrescentar que, na cena de “acção linguística”, há a possibilidade de incluir informações (ou participantes) que explicitam o “canal” ou “código” e que podem ser interpretados como pertencentes ao nó actancial ou mesmo ao próprio núcleo:

(4) (a) Ele disse num inglês correcto que não alinhava em fantochadas

(b) Ele fala chinês

ou ainda informações acerca do “modo” como a mensagem é realizada, elementos linguísticos (= circunstantes ou adverbiais) que fazem igualmente parte do nó actancial:

(c) Ele falou em altos gritos

(d) Ele disse em tom cavernoso: «Segue o teu caminho»

(e) Ele fala por experiência

e finalmente outros elementos que informam acerca do tempo, lugar, finalidade, etc.: estes elementos pertencerão já não ao nó actancial, mas ao enunciado no seu conjunto.

Por outro lado temos os meios usados na transmissão da mensagem, o “canal”, o “instrumento” e o próprio “código”. A noção de “canal” torna-se mais clara em:

- (5) (a) Ele disse ao telefone que ia chegar tarde
- (b) O navio disse via rádio que havia avaria no motor.

Isto pode provocar convergência entre “transmissor” e “canal”:

- (c) A rádio! A antena! diz que o tempo vai melhorar.

Veja-se que o “texto” ou outros possíveis instrumentos podem — como “meios” de transmissão — tornar-se Origem da acção linguística:

- (6) (a) O documento diz quem deve submeter-se a exame
- (b) Ele não dizia nada, mas os seus olhos diziam tudo
- (c) As palavras falam por si: dizem tudo.

#### 0.4 Sintaxe dos verbos de “acção linguística”

O significado dos lexemas verbais — predicados das proposições possíveis na realização da “acção linguística” — determina não apenas a semântica global do enunciado como ainda prevê os modos de realização sintáctica desses enunciados. A possibilidade de transitividade ou intransitividade dos verbos — o verbo **dizer** é transitivo e **falar**, podendo ser transitivo ou intransitivo, normalmente não comporta complemento directo (Cd) —, de complementação indirecta e preposicional — possível em ambos os verbos, embora com valores frásicos diferenciados —, de complementação suplementar em relação ao nó actancial ou em relação ao enunciado global, pode colocar alguns problemas relativamente a saber se estamos perante elementos frásicos nucleares ou não-nucleares.

0.5 Analisaremos sobretudo **falar** (1.) e **dizer** (2.), os dois verbos superordenados de “acção linguística”. Mas no decurso da explicação destes dois verbos iremos passando os olhos por alguns dos verbos que activam também a explicação linguística, nomeadamente, **conversar**, **discutir**, **dialogar**, ou

**contar, murmurar, cochichar, gritar**, ou mesmo verbos prototipicamente afastados da “cena da acção linguística” como **buzinar**, etc.

Na descrição dos verbos **falar** e **dizer**, faremos, em primeiro lugar, uma apresentação genérica da “cena” da acção linguística perspectivada pelo respectivo verbo, passando depois à análise sintáctica e, finalmente, à semântica propriamente dita. Far-se-á ainda referência aos dados pragmáticos (ou elocucionários) sempre que esses dados forneçam elementos para explicação da referida “cena”.

## 1. PERSPECTIVAÇÃO DA CENA DE “ACÇÃO LINGUÍSTICA” POR FALAR

Uma frase construída com **falar** descreve um evento comunicativo em que intervêm duas entidades, mas em que uma delas toma a iniciativa:

(7) (a) Ele falou comigo hoje de manhã

e ao escolher-se **falar** em vez de **conversar, dialogar, tagarelar, balbuciar, cochichar**, etc., está implicada já uma certa apreciação e caracterização desta “acção linguística”, caracterização neutra, que, aliás, **falar** pode expandir por meio de modificadores mais ou menos precisos, como, por exemplo, em:

(b) Ele falou desabridamente (= berrou) comigo hoje de manhã.

### 1.1 Posicionamento de falar entre outros verbos de comunicação

Eis um possível inventário<sup>14</sup> das estruturas morfossintácticas mais frequentes de **falar**, a partir da inventariação de sequências mais ou menos lexicalizadas e idiomatizadas:

Ele fala + 0:

- A falar é que a gente se entende
- Isto vai dar muito que falar
- Isto é só falar por falar
- Isso é que é falar
- Isso nem se fala

---

<sup>14</sup> Cfr. RAMALHO, Ênio — *Dicionário Estrutural, Estilístico e Sintáctico da Língua Portuguesa*, Porto, Lello, 1985.

Ele fala + expressão adverbial:

- a) — por experiência
  - pelo nariz
  - pelos cotovelos
  - por cima da burra
  - por entre dentes
- b) — de poleiro
  - de alto
  - de cor
- c) — sem rodeios
  - sem papas na língua
- d) — com toda a franqueza
  - com duas pedras na mão
  - com o coração nas mãos
  - com os seus botões
- e) — grosso |alto| claro
- f) — no ar, à toa, ao acaso, a sério
- g) — para o boneco
- h) — como um livro aberto| um oráculo

Ele fala + Cd:

- a) — Ele falou verdade
  - Ele falou asneira.

Supondo que as expressões idiomatizadas possam representar um possível painel das construções mais frequentes, vemos que são as construções com falar + adverbial que têm a primazia. As restantes possibilidades serão:

- a) falar + a nome: Ele falou ao seu melhor amigo
- b) falar + com nome: Ele falou com o seu melhor amigo
- c) falar + de nome: Ele falou de tudo e de nada
  - falar + acerca de nome: Ele falou acerca de tudo e de nada
- d) falar + para nome: Ele fala para toda a gente
- e) falar + nome + em nome: Ele em tudo falou verdade.

A partir destes dados podemos afirmar que **falar** lexicaliza o segmento da “cena” da comunicação do seguinte modo:

a) Em oposição a **dizer** — que focaliza, além de o Falante, a Mensagem —, **falar, conversar, balbuciar, dialogar**, etc., colocam, no centro, o Falante e o próprio “evento comunicativo”<sup>15</sup>.

b) O evento comunicativo é normalmente comunicação oral, sendo contudo possível a comunicação sem ser oral:

- (8) (a) As Escrituras falam-nos de muitas coisas sábias  
(b) Os seus olhos falam-nos de miséria e piedade.

O acento na comunicação oral é também perspectivado por **conversar** e **dialogar**. Estes dois verbos distinguem-se de **falar** por implicarem a alternância (= “turn-taking”): **conversar** é um “falar entre amigos”[“falar amigável”] e **dialogar** é “um falar envolvendo obrigatoriamente duas ou mais pessoas”.

c) **Falar** perspectiva sobretudo o Falante, em oposição, como vimos, a **conversar, dialogar** e também a **dizer**, uma vez que é possível a realização sem qualquer complemento, ou com complemento preposicional e sem qualquer outro complemento. No caso de ocorrer um complemento preposicional, este terá por função caracterizar o verbo (o processo linguístico comunicativo: o evento comunicativo) ou o próprio Falante.

d) O Falante deve ser portador do traço [+HUM.], em que as excepções são explicadas por transferências metafóricas no jogo Origem — Transmissor|Instrumento, como em:

- (9) (a) O nosso passado fala por nós  
(b) Ele deixou falar o coração.

e) Em princípio, **falar** caracteriza o acto locucionário de modo positivo: isto é, implica propósitos sérios ou, pelo menos, valores neutros, opondo-se assim a **faleirar, marralhar, discutir**, etc. Distingue-se de **faleirar** por este verbo implicar um “falar descosido e múltiplo”, de **conversar** por este acentuar a alternância e a presença de Agente e Co-Agente, e **marralhar**, que acentua o aspecto “negativo” de **discutir**, que, por sua vez, acentua não só a alternância da iniciativa do acto comunicativo como o lado polémico de **dialogar**: este activa apenas o lado “amigável” de “discutir”.

---

<sup>15</sup> Não se confunda “evento comunicativo” com Mensagem: esta é sobretudo um “conteúdo linguístico”, um produto específico de uma actividade.

Mesmo ditados como: *a palavra é de prata e o silêncio é de ouro*, ou *o calado é o melhor*, não afectam o valor positivo de **falar**. Há realizações que apontam para um certo traço — que podemos designar por ‘agressividade’ — presente em **discutir**, envolvendo uma especto negativo («ele só fala comigo discutindo»).

f) **Falar**, ao contrário de **dizer**, **contar**, **informar**, admite, sem a exigir, uma alternância (= turn-taking) de papéis, podendo não ser uma actividade ininterrupta, como se vê por:

- (10) (a) Então ele falou e disse: ...  
(b) Deixe-me falar por favor, agora é a minha vez.  
(c) Posso falar eu agora?

Ao contrário de **contar** e **dizer**, **falar** permite a presença do Co-Agente, o que se torna evidente em:

- (11) Eles não se falam vai para cinco anos.

## 1. 2 Caracterização sémica de falar

Descrevemos até aqui o significado de **falar** como uma globalidade, opondo-o a verbos que partilham também a presença no acto comunicativo. Vamos agora examinar os significados (acepções) do mesmo verbo e as possíveis implicações com as estruturas sintácticas. Distinguímos assim três variantes de **falar**.

A primeira variante — **falar1** — é um predicado típico de um lugar, concentrando-se apenas no falante como fonte produtora de sons linguísticos, como actividade linguística. Neste caso, “não falar” é “ficar calado”<sup>16</sup>:

- (12) (a) A criança começa a falar

---

<sup>16</sup> Nesta variante situa-se a conhecida lenga-lenga das “Vozes dos animais”, ou “grito específico de N”:

relinchar: cavalo, zurrar/ornear: jumento, balir/balar: cabra, grunhir: porco, ladrar/rosnar/luivar/lair: cão, chiar: coelho, piar: mocho, rugir: leão, arrulhar: pombo, crocitar: corvo, cacarejar: galinha, etc, em oposição a **falar**: homem (Cfr. VILELA, Mário — *Estruturas Léxicas...*, p. 156- 57).

Nesta variante situam-se também alguns verbos de “acção linguística”, representando uma das especificidades de **falar1**, como, por exemplo, **balbuciar**, que é “um falar baixinho”:

(b) O doente já não consegue falar, apenas balbucia.

A segunda — **falar2** — implica o estabelecimento de contactos por meio da língua. Neste caso, “não falar” é “não comunicar”:

(c) Ele falou-nos ontem à noite.

A terceira variante — **falar3** — pressupõe um grupo de Destinatários e uma Mensagem de certo fôlego e de um conteúdo com certo peso <sup>17</sup>:

(d) Ele vai falar no comício desta noite.

Com a variante **falar3** comutam outros possíveis verbos ( ou expressões) que perspectivam a “acção linguística” de uma maneira mais precisa, como, por exemplo, **discursar**:

(c’) Ele vai discursar no comício desta noite.

Muitas expressões idiomáticas lexicalizam, ou uma variante de **falar**, ou podem conectar-se a duas ou mais das suas variantes. Assim, **falar por falar**, **falar pelo nariz**, **falar pelos cotovelos**, falar por cima da burra, **falar por entre dentes** centram-se em **falar1**, **falar como um livro aberto**, **como um oráculo**, lexicalizam (sobretudo) **falar3**, mas **falar para o boneco**, por exemplo, adequam-se tanto a **falar2** como a **falar3**.

Procurando aproximar um pouco **falar** dos verbos do seu campo lexical, vemos que **conversar** enquanto activador de um processo de comunicação em forma de diálogo — pertencendo assim a **falar2** — agrega a si outros

---

<sup>17</sup> Tanto HORNBY, A. S. — *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*, Oxford, Oxford University Press, 1980, como o *Webster* distinguem, a propósito de **speak**, estas três variantes: «1. Utter words or articulate sounds with the ordinary modulation of voice, 2. Give oral expressions to thoughts, opinions, feelings, 3. Express one's views before a group, make a talk or address».



verbos que perspectivam a mesma relação, como **dialogar** e **conferenciar**, e, numa relação algo diferente, **discutir**, **debater**:

- (13) (a) Ele conversou com os alunos  
(b) Eles conversaram sobre a viagem  
(c) Eles conversaram muito.  
(d) Ele conversou com o travesseiro.

Há expressões fraseológicas, como «Estamos conversados» e **desconversar**, que se afastam um pouco deste paradigma. Ao campo de **falar3** — verbo de acção linguística dirigida para o um grupo ou um público — pertence **discursar**:

- (e) Ele discursou para um numeroso auditório.  
(f) Ele discursou sobre um tema apaixonante.

**Discutir** coordena-se com **conversar** e **debater**, pressupondo Agente e Co-Agente:

- (h) Eles discutiram em linhas gerais| superficialmente|  
amigavelmente o assunto| sobre o assunto.

O verbo **ralhar** (com alguém por causa de algo) situa-se no âmbito de **falar1**, que, com **balbuciar**, **tartamudear** implica semas como “perturbação sonora”, “certo modo de articulação” e “estado emocional”, excluindo qualquer modificação que implique “por escrito”, “por carta”, etc. e **gaguejar**, que, embora transportando os mesmos semas que os verbos anteriores, facilmente se orienta para o campo de **dizer**:

- (14) (a) Ele gaguejou uma desculpa  
(b) Ele gaguejou que não tinha feito aquilo de propósito.

### 1.3 Os participantes na comunicação

O Enunciador é normalmente Origem — Transmissor e sujeito da frase. No caso de **falar2** pode haver a distinção entre Transmissor e a Origem: em que o Transmissor é o sujeito e a Origem é realizado por: por meio de| pela boca de + nome. Pode ainda acontecer que, em **falar2**, o sujeito plural denote

Enunciador e Interactor (= Agente e Co-Agente). O acto locucionário de **falar** pode ser caracterizado por adverbiais de diferente natureza: uns mais ligados ao processo de “acção linguística” e outros com função de situar espacial ou temporalmente o processo.

O Destinatário é marcado por para + nome ou a + nome: é evidente, que, no caso de sujeito plural, o Destinatário pode confluir com o sujeito. Observe-se ainda que **falar2** pode denotar um acto locucionário bi-direccional ou uni-direccional: no caso de ser bi-direccional, o Destinatário torna-se alternativa na iniciativa (Co-Agente ou Interactor), coincidindo neste pormenor com **conversar**, **discutir**, **dialogar**, e opondo-se a **dizer** e **contar** que são uni-direccionais.

Entre os participantes da “acção linguística” podem ocorrer outros Destinatários (directos ou indirectos), como o que é denotado por: falar a favor de| contra + nome.

#### 1.4 Formas linguísticas na transmissão de informação

No acto locucionário normal representado em **falar**, o Locutor apresenta a própria “acção linguística” mais como Tema ou Tópico do que como Mensagem (ou conteúdo linguístico), o que se vê até pela sua realização morfossintáctica: a preferência vai mais para de| acerca de | em + nome do que para Cd. Nos poucos casos em que estamos perante Mensagem (ou conteúdo linguístico), ocorre na forma de enunciação directa, excluindo-se citações, ou enunciação indirecta (por exemplo, com que + frase). Nos casos em que essas ocorrências acontecem, há um certo sabor a arcaico e oculta-se um “dizer”:

- (15) (a) E Deus falou (e disse): «Vai à Terra onde jorra leite e mel...»  
(b) Ele falou (dizendo) que íamos embora

Por outro lado, no caso de **falar1** e em alguns casos de **falar2**, a forma de enunciação pode ser identificada como entidade pronunciável e, em **falar2**, incluem-se conteúdos caracterizados como nomes “abstractos” (verdade, mentira, etc.). Quando o conteúdo comunicativo ocorre como tópico|tema, então esse conteúdo é apresentado como algo “apenas mencionado” ou “algo discutido” e realizado sintacticamente por acerca de| de + nome. Em **falar3**, o tópico, caso ocorra, é necessariamente realizado por acerca de | de + nome.

### 1.5 Análise semântico-frásica de falar

**Falar1** é normalmente predicado de um lugar, mesmo sem qualquer adverbial a acompanhá-lo:

- (16) (a) Tens estado calado: Quero ouvir-te falar.
- (b) Ele bem se esforçava, e o mais que ele conseguia era abrir a boca, mas a doença impedia-o de falar<sup>18</sup>.

Os adverbiais usados em **falar1** explicitam traços relativos à voz, ao ritmo, etc.:

- (17) (a) Não fales alto que o bebé está a dormir!
- (b) Ele fala suave e pausadamente
- (c) Ele falava sempre calmamente
- (d) Ele fala sempre com o coração nas mãos.

**Falar2** pode ocorrer como predicado de um lugar e sem qualquer adverbial modalizador, no caso de existir coincidência entre Emissor e Destinatário:

- (18) (a) Eles não se falam há muito tempo

embora seja norma a ocorrência de expressões indicativas de “turn-taking” (alternância): um com ou outro, entre si, etc. Há distinção entre tópico e Destinatário:

- (b) Ele falou-lhe do seu caso.

---

<sup>18</sup> É interessante verificar como as expressões de valor modal negativo relativas à (in)capacidade de “falar” ocorrem frequentemente com **falar1**, embora não seja de excluir a ocorrência de tais estruturas com **falar2**:

- (14) (a) Não lhe pude falar acerca da nossa viagem ao Algarve

e **falar3**:

- (b) O orador não pôde falar porque havia uma demonstração na praça

**Falar3** raramente é usado como predicado de um lugar, pois o tema|tópico é quase sempre explicitado. Há a possibilidade de ocorrência de advérbiais modalizadores, da explicitação do Destinatário e de referência ao canal:

- (19) (a) Ele vai hoje falar no Parlamento
- (b) Ele vai falar no Parlamento Europeu em inglês
- (c) Ele falou no Parlamento com|ao altifalante.

### 1.6 Realizações sintáctico- semânticas da “Transferência” de informação

Na Mensagem devemos distinguir a simples “menção” e a sua “discussão”, a sua “avaliação (positiva ou negativa)”, se tivermos Tópico| Tema ou Mensagem, etc. A realização da Mensagem é feita através de acerca de| de + nome. Em princípio, a avaliação da Mensagem é positiva, é “verdadeira”: não podemos dizer \*falar inverdade, \*falar (uma) mentira (temos: mentir), \*falar disparate(s) (temos: disparatar), etc. Há contudo ocorrência de expressões (já) lexicalizadas, como: falar asneira, falar besteira.

**Falar1** e **falar2** podem ocorrer com complemento da forma (em) + nome, como que descrevendo a entidade mencionada na Mensagem:

- (20) (a) Ele falou neste nome| este nome
- (b) Ele falou no nome do ministro em questão.

O Tópico| Tema é realizado normalmente como acerca de| de + nome mas não com acerca de| de + inf. | que + frase:

- (21) (a) Ele falou acerca de nós| do tema | da compra
- (b) \*Ele falou de que íamos embora| \*de irmos embora <sup>19</sup>

Mas admite-se a realização em + nome| que + frase| inf.:

- (22) (a) Ele falou-nos nisso
- (b) Ele falou em que íamos embora| em irmos embora

---

<sup>19</sup> Com a febre do “dequeísmo” — introduzir “de” em muitas construções, como «é evidente de que...», etc. — por pessoas com muita (diria mesmo: muitíssima) responsabilidade política e cultural, talvez o povo e a própria língua acabem por “virem a cair também nessa esparrela”.

Haverá diferença na menção do tópico por meio de de ou por acerca de? Teremos uma diferença de “simples menção” e “discussão”? Comparemos a aceitabilidade de:

- (23) (a) Ele falou do tema em profundidade  
(a') Ele falou em profundidade acerca do tema  
(b) Ele falou do tema durante horas  
(b') Ele falou acerca do tema durante horas  
(c) Ele teve de falar de mim mesmo que não quisesse  
(c') Ele teve de falar acerca de mim mesmo que não quisesse.

Se a realização for com em + nome | que + frase | inf., temos uma “simples menção”.

### 1.7 Estratégias comunicativas: canal, traços situacionais, etc.

A verbalização do código ou meio de transmissão do conteúdo do Emissor para o Receptor pode acontecer, embora não seja frequente. A realização dessa menção é feita através de em + nome:

- (24) (a) Ele falou-me num francês correcto | em francês

ou através de uma construção similar à do Cd., mas em que a passivação não é normal, o que lhe retira uma das marcas da transitividade:

- (b) Ele fala francês  
(c) \*O francês é falado por ele.

Isto é, no caso de **falar** designar um processo “potencial”, o termo designativo de “idioma” ocorre sem preposição (ele fala inglês | latim). Pode haver a explicitação do meio transmissor:

- (25) (a) Ele só falava por parábolas  
(b) Ela só fala por enigmas

e explicitação do canal:

- (26) (a) Ele fala ao telefone | pelo telefone  
(b) Ela fala ao | por meio do altifalante  
(c) ? Ela fala por fax.

Se houver um locativo, pode ser indício de que estamos perante **falar3**:

(27) (a) Ele falou no comício/ no Parlamento.

Os locativos não podem ocorrer com **falar2**, a não ser que ocorra também o Destinatário:

(b) Ele falou-lhe na rua.

Com **falar2** podem ocorrer advérbios “de ponto de vista”:

(28) (a) Estritamente falando, estamos todos de acordo

(b) Falando filosoficamente, não estamos de acordo.

Os adverbais de modo especificam como o acto locucionário é realizado, caracterizando apenas o acto locucionário em si ou caracterizando simultaneamente o locutor: em falar depressa não se quer dizer que o Locutor é depressa, mas em falar calmamente/francamente, caracteriza-se simultaneamente o acto e o Locutor: são os chamados advérbios atitudinais. Com falar2 os adverbais caracterizam sobretudo o Locutor:

(29) (a) Ele fala com autoridade sempre que se dirige aos alunos

(b) Falando francamente vamos conceder-lhe o empréstimo

(c) Ele fala sempre calmamente.

Isto é, os advérbios (ou adverbais) pertencentes ao nó actancial, como francamente, alto, baixo, grosso, em francês, etc., caracterizam o acto locucionário em si mesmo ou alguns dos participantes no acto elocucionário.

## 2. DIZER: “FOCALIZAÇÃO DA MENSAGEM”

Como tudo o que é idiomatizado pode representar a lexicalização do que é gramaticalmente previsto ou possível — e como, com a inventariação dessas construções, poderemos fazer uma ideia das construções possíveis em que uma palavra ou expressão pode ocorrer (ou pode activar uma dada

“cena”) —, eis um pequeno<sup>20</sup> inventário de expressões construídas à volta de **dizer**:

- a) — dizer de si para consigo  
— dizer por dizer  
— dizer com os seus botões
- b) — diga o que disser  
— o que ele diz não se escreve  
— dizer as últimas a alguém
- c) — não te digo nada!  
— não me diga!  
— não dizer tanto  
— não diz uma nem duas (= nem tuge nem muge)  
— não sei se diga se te conte!
- d) — se queres que te diga  
— se um diz mata, o outro diz esfola!
- e) — por assim dizer  
— a bem dizer
- f) — é como quem diz  
— é fácil de dizer  
— como dizia o outro  
— a quem o diz  
— eu bem dizia  
— ter (muito) que se lhe diga
- g) — meu dito meu feito  
— dito e feito  
— (está) dito e redito.

Embora comecemos por fazer a análise de **dizer** com base nas suas estruturas sintácticas, dirigir-nos-emos sobretudo para um visionamento semântico: e aqui é importante o aproveitamento do modo como é realizado o complemento directo. A acção linguística anda à volta do Locutor e do Destinatário.

A nossa análise debruçar-se-á sobre o sujeito — que é, normalmente, também o Emissor —, o complemento directo, os complementos não-nucleares, adverbiais, usos absolutos e terminaremos com os significados ou senti-

---

<sup>20</sup> Cfr. RAMALHO, Énio — *Dicionário Estrutural...* s. v.

dos de **dizer**. Há certas fraseologias com **dizer** que nos dão uma antevisão perfeita do tipo de acção — “acção linguística” — perspectivada a partir deste verbo:

- (1) (a) «O Presidente disse o que disse e está dito»
- (b) «O Presidente diz e não faz»
- (c) Bem prega o Frei Tomás, mas diz e não faz.

Isto é, **dizer**, situa-se no campo genérico (“cena”) de **falar**, é «um falar exprimindo algo», mas pode não equivaler a “fazer”.

## 2.1 O sujeito

O sujeito prototípico de **dizer** é o Produtor|Emissor da “acção linguística” envolvida no sentido desse predicado. Esta “acção linguística” pode ser um acto de fala realizado actualmente pelo falante:

- (2) (a) Eu digo que não há nada de que me deva envergonhar

ou uma Mensagem “reportada”:

- (b) “Ora bolas!”, disse ela, desencantada.

Parece haver uma repartição, por meio de **dizer**, entre comunicação oral e escrita: por isso, quando dizemos “sujeito” da acção linguística, entenderemos Falante ou Escrevente. É que, em muitos casos, apenas o conhecimento extralinguístico nos permite saber se estamos perante comunicação oral ou escrita:

- (3) (a) O Eça disse: «Lisboa é uma fábrica de Conselheiros Acácios»
- (b) Já D. Manuel de Melo poderia ter dito o mesmo.

Em princípio, a Origem e a Transmissão do acto comunicativo coincidem, mas há outra possibilidade, como em:

- (c) Digam todos comigo: «Ministra amiga, os estudantes estão contigo!».



Normalmente os sujeitos de **dizer** não são Emissores Inter-agentes |Inter-actores. O sujeito deste verbo é normalmente activo e [+ HUM], contudo pode ocorrer um sujeito Não — falante ou Não — escrevente, em que se denota, ou o meio em que o texto se encontra, ou algo relativo ao sujeito humano:

- (4) (a) O placard dizia: «é proibida a entrada a estranhos»  
(b) Um voz dizia: «volta para trás, o caminho não tem saída».

Nestes casos, é à entidade não humana que se atribui a Origem da acção linguística.

## 2.2 Complemento directo

Antes de nos voltarmos para a natureza do complemento directo, deveremos sublinhar que **dizer** é sempre transitivo. Eis uma lista dos seus complementos directos típicos:

- (5) (a) Ele apenas disse algumas palavras e depois ficou todo o tempo calado  
(b) Eles disse “obrigado” e saiu  
(c) O que é que estás para aí a dizer?  
(d) Ele diz o que quer e ouve o que não quer  
(e) Foi a última coisa que ele disse antes de morrer  
(f) Ele disse: «you voltar»  
(g) Ele disse que iria voltar  
(h) Ele não disse nada disso  
(i) Ele não me disse quando vinha  
(j) Ele não me disse se vinha ou não.

A construção passiva, uma das principais marcas da transitividade, é possível:

- (6) Foram ditos nomes e factos que nos permitem ter a certeza de quem foi o autor da proeza.

Há usos em que parece haver ocultação de Cd como em:

- (7) (a) Eu disse para mim mesmo não estava aqui a fazer nada
- (b) Eles não percebem nada disso, devo eu dizer
- (c) Venha daqui a a algum tempo, digamos, uma semana.

Observe-se que, se o verbo **dizer** não tiver complemento directo, ou tendo-o, este não for o complemento prototípico, não teremos “acção linguística”, pelo menos no seu sentido usual. A realização sem complemento é muitas vezes apenas aparente:

- (8) Quando regressa?  
Não posso dizer.

Os autênticos usos absolutos ocorrem em fórmulas do género: dizer por dizer, equivalendo a falar por falar, eu bem dizia, ou «disse», fórmula com que se pode terminar uma comunicação ou um discurso.

O complemento directo pode representar “enunciação directa”, “cláusula encaixada” realizada com que + frase, que (relativo), onde/quando + frase, pronome quantificador (nada, algo, muito, etc.), palavras| coisa(s), nomes abstractos (mas com restrições), pronome, ou estar oculto (na passiva, em algumas combinações e em usos absolutos).

O complemento directo representa a **enunciação directa** quando houver citações directas ou fórmulas performativas ( do género: eu digo, eu devo dizer, etc.) e casos em que **dizer** é usado com função (semi-) performativa, como:

- (9) (a) Eu digo, põe-no no chão
- (b) Eu digo estou no meio do meu artigo
- (c) Tu não mostraste nada de nada, devo dizer
- (d) Volta dentro de algum tempo- digamos- uma semana.

O Cd pode ser realizado por uma simples palavras:

- (10) (a) Estás atrasado. Eu disse “seis”.
- (b) Ele disse-me o caminho.

A Enunciação Directa pode recobrir todos os tipos de actos de fala: frases declarativas, interrogativas, imperativas, etc. Em todos estes casos o Cd reflecte a Mensagem da acção linguística que **dizer** descreve como um todo ou palavra por palavra, insistindo, ou na forma, ou no conteúdo. Há combinações já lexicalizadas de **dizer** com uma palavra ou várias palavras para descrever ‘concordância| discordância’ (dizer sim| ámen, OK, não), para ‘cumprimentar’ (dizer adeus, bom dia, olá), ou para exprimir ‘sentimentos’ (dizer obrigado, desculpe), etc. Estas expressões exprimem a verbalização da acção linguística completa, reportando-se a uma forma totalmente diferente (Dizer não = dizer que não queria| aceitava, etc.). É evidente que estas expressões estão a tornar-se donas de si mesmas e já estarão desligadas das frases que lhes deram origem (ou que lhes estão subjacentes).

Há ainda uma série de expressões construídas à volta de **dizer**, com valor (semi-) performativo, como: devo dizer, posso dizer, eu diria, eu penso poder dizer, eu estou em dizer, eu tenho dito e redito. Muitas destas expressões são enfáticas, outras são usadas para reforçar afirmações anteriores e outras ainda valem como repetição.

Certos usos de **dizer** — equivalendo a uma simples fórmula — como digo, digamos, deixem-me dizer, funcionam fora da acção linguística, tendo apenas como finalidade corrigir, precisar, etc:

- (11) (a) Deves-me duzentos e tal escudos — digo (= isto é),  
duzentos e vinte.

Também usos próximos do de fórmulas podem ter valor (semi-) performativo, como:

- (b) Ele é muito desagradável, para não dizer perigoso.

O complemento directo pode indicar interacção, se o interlocutor estiver representado na segunda pessoa, na interacção conversacional, exprimindo-se uma instrução ao Destinatário acerca do que deve ou não dizer:

- (12) (a) Diz baixinho “vou direitinho para casa”  
(b) Dizer “merda!”, ajuda em certas ocasiões, é que quando a palavra não basta, dizemos palavrões  
(c) Nunca digas “nunca”.

Há realizações que representam um misto de **enunciação directa e cláusula que + frase**, como em:

- (13) — Ele perguntou-me: Tu vens amanhã ou não?  
— Eu disse, sim, que vinha.

Temos em “sim”, Enunciação Directa e, em “que vinha amanhã”, a cláusula.

**As cláusulas introduzidas por “que”** que realizam o Cd de **dizer** não preservam a forma da Mensagem: aqui, a salvaguarda do conteúdo é mais importante do que a da forma. Há, nesta estrutura construccional, transformações provocadas pela alteração de tempo, pronomes, advérbios etc.:

- (14) (a) Diz lá que idade eu tenho agora?  
(b) Tu dizias-me que quando eras novo ias à cidade a pé...

Também nesta modalidade podemos ter, como já vimos, várias formas de valores (semi-) performativos:

- (15) (a) Eu digo que | eu devo dizer que...  
(b) Eu estava a dizer que...  
(c) Eu diria que...

Há múltiplas fórmulas deste género, como: Eu penso que estou no direito de dizer..., penso que posso dizer, eu direi que, eu diria que..., eu quero dizer que..., eu queria dizer..., envergonho-me de dizer que..., basta dizer que..., não me coíbo de dizer.... Pode também haver valor performativo negativo em:

- (16) (a) Eu não estou a dizer que ele não tem|tenha razão  
(b) Eu não disse exactamente que isso era fácil (= eu não digo...).

Os Cds realizados por onde | quando + frase, ou quantificadores como alguma coisa, muito, mais nada| nada mais, mais do que, etc., reforçam a ideia de que o Cd de **dizer** se situa, prototipicamente, no domínio do “abstracto”. O clasema “abstracto” do Cd repete-se na ocorrência da palavra

coisa(s), mas com esta palavra indicia-se que se trata de coisas contáveis. Eis expressões frequentes:

- (17) (a) Eu digo-te sempre a mesma coisa
- (b) Ele diz-me sempre a coisa errada
- (c) Ele disse-me de ti coisas horríveis
- (d) Ele disse-me coisas que não passam pela cabeça de ninguém
- (e) Ainda não disse tudo: tenho ainda umas coisas a dizer-te, etc.

A ocorrência de palavra refere-se à Mensagem em termos do que é aparentemente mais relevante do ponto de vista linguístico:

- (18) (a) Eu nunca disse uma palavra sobre isso
- (b) Nunca digas a palavra “demónio”...

Há fórmulas totalmente lexicalizadas que apontam para um conteúdo linguístico dentro de uma determinada área do conhecimento, como em:

- (19) (a) Ele diz missa às oito da manhã
- (b) Ele disse uma breve oração e saiu.

equivalendo nestes casos a rezar. A realização passiva de dizer não recobre todas as possibilidades da activa. Assim, não é possível a passivização de Cds que representem a Enunciação Directa, talvez, porque esta transporta informações que não são compatíveis com a subalternização do sujeito Enunciador. A passivização com que + frase é a mais usual.

### 2.3 Constituintes não-nucleares

Os constituintes não-nucleares representam a integração de determinados participantes na perspectiva do acto de comunicação. Estes participantes transportam informação suplementar em termos frásicos, mas que podem ser importantes em termos de “cena da acção linguística”:

— para + nome | a + nome [+|-Animado]

- (20) (a) — Disse-lhe na cara que nunca iria com ele à missa!
- (b) Ele disse, para quem quis ouvir, que não estava disposto a dar boleia a preguiçosos

— (acerca) de + nome:

- (21) (a) Acerca disso não digo nada  
(b) Ele diz mal de todos e de tudo

— em nome de + nome:

- (22) (a) O deputado, (falando) em nome de todo o grupo, disse que ia votar contra a nova proposta

— em favor de|contra + nome:

- (b) Ele só disse a nosso favor| contra nós coisas sem importância.

É particularmente importante o contributo dos advérbios (ou adverbiais) para a “cena da acção linguística”: não introduzem novas entidades ou participantes, mas fornecem informação adicional acerca do modo como a acção descrita por dizer é concebida. Os advérbios<sup>21</sup> adjuntos, os atitudinais, etc., têm uma função dirigida para o sujeito e para o próprio processo verbal, ou apenas para um deles, mas situando-se sempre no nó actancial do enunciado:

- (23) (a) Ele disse, calmamente, depois de olhar par nós, que não ia em cantigas  
(b) Ela disse numa voz suave o que lhe ia na alma:  
(c) Ele disse textualmente que iria vetar o novo decreto-lei  
(d) Ele disse de viva voz as seguintes palavras: «não assino de cruz proposta que vá contra os meus princípios».

Isto é, estes advérbios exprimem especificações particularizantes ou generalizantes acerca da forma do enunciado, volume do som, qualidade da voz, entoação de palavras, etc.

---

<sup>21</sup> Usamos as designações “advérbios”, “advérbios atitudinais” e “advérbios conjuntos”, etc., no sentido que lhes é dado nas gramáticas inglesas actuais, nomeadamente, em QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTWIK, Jan — *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London-New York, Longman, 1985. Para estes conceitos e ainda para o de “nó actancial” cfr. VILELA, Mário — *Circunstâncias e predicados complexos*, in «Verbo e Estruturas Frásicas», Actas do IV Congresso de Línguas Ibéricas (Lipsia, Novembro de 1993), Anexo VI da *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Porto, Fac. de Letras, 1994, p. 195 s.

## 2.4 Significado de dizer

Em primeiro lugar, devemos afirmar que o verbo **dizer** se situa no domínio de “acção linguística”: quer no seu valor comunicativo, quer no seu valor performativo, activa e perspectiva a “cena” de acção linguística. Há dois pontos básicos nas funções nucleares da cena construída com este verbo:

— o primeiro é que se deve pressupor, sem se admitir qualquer excepção, que o sujeito activo é a Origem da “acção linguística” descrita pelo verbo: o Falante, e em contextos bem definidos, o Escritor. Vimos que podiam ocorrer como sujeito outras Entidades (entendidas metaforicamente como Origem) em que a Mensagem escrita é transmitida, ou eventualmente a voz do falante, etc., exercendo essa função;

— o segundo é que, apenas com algumas excepções, **dizer** é sempre transitivo: trata-se de um predicado de dois lugares e em que na voz activa o segundo lugar é realizado como Cd. Além disso, o Cd verbaliza sempre a Mensagem ou, pelo menos, um dos seus aspectos. E esta Mensagem, nas suas propriedades de forma e no seu conteúdo, pode ser vista simultaneamente como o foco.

A partir destes pressupostos podemos definir o significado básico de **dizer** como:

— **dizer** é enunciar ou exprimir algo fazendo uso da linguagem.

O Enunciador é o Falante, o Escritor ou outra Entidade concebida como Origem e o que é expresso/enunciado é a Mensagem ou qualquer aspecto da Mensagem.

A caracterização sintáctica e semântica do tipo de Cd é a chave para a diferenciação do que pode ser verbalizado (= framed) por meio de **dizer** na cena “acção linguística”:

— quando o Cd de **dizer** é a enunciação directa, não há limitação relativamente à mensagem: todos os actos de fala são permitidos de modo a podermos parafrasear **dizer** por meio de declarar | afirmar, perguntar, ordenar, aconselhar | pedir, etc., pois embora **dizer** não signifique **declarar**, **afirmar**, **perguntar**, **ordenar**, etc., **dizer** é um termo superordenado que pode contextualmente implicar qualquer destes verbos:

- (24) (a) — Digo-te: «vai levar o cão à rua!» (= ordenar)  
(b) Ele disse: «agora não posso» (= afirmar)  
(c) Ele disse: «podes lá ir tu?» (= perguntar).

Com o Cd, como Enunciação Directa, o foco pode ser posto na forma, e a paráfrase equivalente será:

— enunciar sons|um som (como palavra|grupo de palavras| oração...)

ou ser posto apenas no conteúdo, para exprimir o “ponto de vista”, as “ideias”, a “pergunta”, o “pedido”, etc., ou simultaneamente na forma e no conteúdo. Sendo o verbo **dizer** o superordenado de uma boa parte dos verbos de “acção linguística” (ou verbos ilocucionários), pode contextualmente substituí-los sem alteração do seu conteúdo, inclusive no seu valor (semi-)performativo.

Entre os objectos ou complementos directos que realizam a Enunciação Directa, temos expressões como sim, não, adeus, obrigado, que representam um grupo especial: que aliás pode ser comutado com verbos simples (dizer adeus: despedir-se, dizer obrigado: agradecer, dizer sim: concordar, dizer não: discordar).

Um outro sub-grupo, aliás muito restrito, de usos já fixados na língua é o que se prende com formas como digamos, digo (= ‘mais precisamente’, ‘para ser mais preciso’), em que o significado de **dizer** está presente, mas já algo dissolvido.

Quando o Cd é realizado por que + frase as restrições são maiores do que no caso anterior: as imperativas, por exemplo, podem ocorrer, mas já não as interrogativas. Também neste caso **dizer** pode substituir declarar|afirmar e por vezes pedir|ordenar|avisar, mas não perguntar:

- (25) (a) Ele disse (= afirmou) que ia embora cedo  
(b) Ele disse (= mandou) que fosses cedo.

**Dizer**, nesta forma de realização, serve de suporte a um conteúdo mais vago do que o realizado pelos verbos ilocucionários correspondentes. O foco com a construção que + frase está mais no conteúdo do que na forma e por isso a paráfrase será:

— exprimir (e por vezes enunciar e exprimir) o ponto de vista | a declaração| a ideia (e por vezes pedido|ordem| advertência) que (aqui se formula).

Também aqui é possível o valor (semi-) performativo, com algumas restrições.



Com **dizer** + para + inf., o Cd re-verbaliza o acto de fala directivo e o foco está no conteúdo:

(26) Digo-te para ires embora mais cedo.

Com **dizer** + onde| quando| se + frase aponta-se para o conteúdo que não para a forma.

Entrando mais no domínio da análise sémica propriamente dita, verificamos que **dizer**, como superordenado de **murmurar**, **sussurrar**, **cochichar**, **gritar**, **buzinar**, etc., representa um valor genérico relativamente ao valor (mais) específico dos seus hipónimos. Assim, **murmurar**, **sussurrar** e **cochichar** são “um dizer às escondidas|às ocultas| disfarçado”, **gritar** é um “dizer em alta voz”, **buzinar** («Não me buzines aos ouvidos que...»), «Começo já a buzinar às autoridades que não concordo com o preço único para os livros», etc. ) é um “dizer feito para importunar”.

Não queremos insinuar que esgotámos, quer para **dizer**, quer para os verbos do seu campo, dentro da cena “acção linguística”, os valores sémicos, cénicos ou pragmáticos em jogo. Há outros verbos — como, por exemplo, **segredar** (= dizer em segredo) ao ouvido de alguém que vai haver remodelação ministerial — que entram nesta área.

### 3. CONCLUSÃO

3.1 Comum aos dois verbos é a perspectivação da “acção linguística” a partir do ponto de vista do Falante|Escrevente, papel que é predominantemente realizado pelo sujeito. A especificação deste papel faz-se por meio de Origem|Transmissor. Um segundo ponto é o que introduz na perspectiva o papel de Destinatário|Receptor, menos evidente é o papel do “destinatário” como Interactor. A Mensagem ou alguns aspectos da Mensagem, inclusive a Mensagem como tópico, é específico de **dizer** mas não de **falar**. É também possível a perspectivação do código ou canal com os dois verbos. Se **dizer** focaliza a Mensagem, pelo contrário, **falar** focaliza a própria “acção linguística” ou evento comunicativo: e isto deduz-se do facto de a Mensagem raramente entrar numa função nuclear com este último verbo e, quando ocorre como tal, aparece numa forma condensada.

### 3.2 Há complementaridade no seguinte:

— **Falar** (nas variantes falar1 e falar3) é o único verbo cujo foco incide na própria faculdade de fala, pois perspectiva a acção linguística como um evento unidireccional, do ponto de vista do Falante para o Receptor (o que se torna ainda mais evidente em falar3, cujo Receptor é o “público” ou um “grupo” de pessoas).

— O carácter de **dizer** como orientação da Mensagem no valor performativo (eu digo...) ou (semi)performativo (eu quero dizer-lhe) acontece quando o Falante descreve as suas próprias acções, e a acção se reporta ao que está a dizer naquele momento. **Dizer** tendo o grau máximo de focagem na Mensagem é o único verbo que permite todos os tipos de enunciações directas como seu objecto.

Fizemos uma análise pormenorizada das variantes de **falar**:

— falar1 apenas foca o acto linguístico em si sem necessidade portanto de perspectivar outros papéis para além do Falante e, se ocorrem outras especificações, estas apenas denotam aspectos relativos ao próprio processo, como forma de vocalização, entoação, etc.

— falar2, estabelecendo o contacto por meio da linguagem, pode verbalizar (= frame) a Mensagem como objecto directo numa forma muito condensada e por vezes com avaliação (falar a verdade, falar mentira) e pode perspectivar o código como função nuclear (falar português).

— falar3 estabelece contacto com um grupo por meio da linguagem.

A combinação **falar** a/para + nome denota muitas vezes um Destinatário, mas a “acção linguística” é perspectivada unidireccionalmente. A bidireccionalidade ou alternância (= turntaking) não está excluída e pode ser explicitada por com + nome em falar2, mas nunca ocorre com falar3. O complemento preposicional pode topicalizar a Mensagem com **falar** — fazendo parte, neste caso, dos participantes nucleares —, já com **dizer**, se o complemento preposicional ocorrer, fica fora do núcleo, uma vez que a Mensagem entra em perspectiva por meio do Cd.

3.3 Dado que **falar** transporta o traço [+ Geral] e **dizer** o traço [+ Específico], é normal que o verbo **falar** domine as lexicalizações nominais na cena “acção linguística”: falante vs. \* dizente, locutor vs. \* dizidor, assim como interlocutor, acto locucionário, acto elocucionário, acto de fala, fala (vir à

fala), etc. **Falar** é o super-ordenado na “cena” da “acção linguística”. Há toda uma gama de expressões mais ou menos lexicalizadas, pelo menos como modelo de construção, que nos mostram a maior genericidade de **falar**:

- (1) (a) Abraão ouviu uma voz que, no meio da escuridão, dizia: sobe à montanha...

Por outro lado, são os derivados de **falar** que comutam com expressões predicativas construídas à volta de um verbo suporte, como ele é uma pessoa de falinhas mansas, de poucas falas, tomar a palavra, erguer, levantar a voz:

- (b) Ele ergueu a voz para dizer algo importante  
(c) Ele tomou a palavra para defender um amigo

ocorrendo ainda para perspectivizar qualquer conteúdo genérico no domínio da “acção linguística”:

- (d) O mundo de hoje só fala e compreende a linguagem de tecnologia.

Aliás, o verbo **dizer** não abunda em expressões deste género: há apenas dica(s) (ele deu-me uma(s) dica(s)...) e pouco mais. Mas na “cena de acção linguística” tem **dizer**, talvez, o lugar central. **Dizer** é, directa ou indirectamente, o suporte da “acção (linguística)”:

- (2) (a) Que tens a dizer-me?  
(b) Que trazes para me dizer?

é o suporte do evoluir da “acção linguística”, implicando uma continuidade textual e temporal:

- (3) (a) — Dizia eu que nada explica nada e que tudo tem explicação  
(b) — Dizia-nos ele em resposta a uma pergunta que tudo tinha explicação  
(c) — Como ia dizendo, estamos perante um boato...

e é ao verbo **dizer** que se reportam os verbos que estabelecem a ligação no decurso da “acção linguística”:

- (4) (a) Tudo tem explicação, advertiu [= disse] ele
- (b) Tudo tem explicação, proferiu [= disse] ele.

A importância de **dizer** na “acção linguística” confere-lhe capacidade para contextualmente poder substituir muitos outros verbos com valor elocucionário muito mais específico:

- (5) (a) Ele diz (= repete) milhentas vezes a mesma coisa
- (b) Que tens tu a ver com tudo isto, diz (= responde) lá!
- (c) Vou dizer (= confessar) francamente tudo o que penso
- (d) Todos confirmam, mas é preciso dizer ainda (= acrescentar) uma coisa..
- (e) Quem o vê diz (= reconhece) logo que ele é um santo
- (f) A sua cara diz-me (= sugere) qualquer coisa
- (g) Ele disse (= deu) a sua opinião e pronto!

Nestes casos, não é líquido que se trate sempre de “acção linguística”.

3.4 O verbo dizer é o que focaliza, em exclusivo, a Mensagem. O seu valor básico é:

exprimir/enunciar algo por meio da linguagem

e este valor percorre todas as combinações, em que os seus sub-sentidos derivam da natureza do Cd. Todo o painel possível de sub-sentidos apenas ocorre nos enunciados de Enunciação Directa: todos os tipos de actos de fala são possíveis nesta estrutura. As enunciações indirectas — que + frase — apresentam algumas restrições. Uma vez que a Mensagem ocupa com **dizer** um lugar central, não se estranha que não haja neste caso preferências por complementos preposicionais. Note-se ainda a (quase) incapacidade de **dizer** ocorrer em usos absolutos.

3.5 Estamos agora na altura de retomar o texto com que começámos a nossa reflexão, fazendo as substituições indicadas:

«Hoje vamos falar de nomes [?? Hoje vamos dizer nomes.... Mas vamos falar... de nomes próprios [?? dizer nomes próprios). (.....). No Génesis, conta-se que Deus criou o mundo... [No Génesis diz-se que Deus criou...]. (.....). Diz-se que, nessa altura do campeonato, o Todo-Poderoso bateu[sic] a mão na testa e suspirou: .... [Fala-se que, nessa altura do campeonato, o Todo-Poderoso.... e disse: ...]...».

Ou seja, o uso de **falar** — **em vez de dizer** — provoca a deslocação da focagem da Mensagem para o Falante e para o próprio processo da “acção linguística” em si: **falar** não aponta, como **dizer**, para um resultado específico, não exige um produto, a Mensagem. Por outro lado, os verbos **suspirar** e **contar**, em algumas das suas acepções, as que neste texto são enunciadas, pertencem ao domínio (= são hipónimos) de **dizer**.

Mário Vilela

## A LINGUAGEM-EXPRESSÃO NA CRIANÇA EUROPEIA

### Breves notas históricas

Em 1980, no Congresso da International Association of Logopedics and Phoniatrics (IALP), em Washington, tínhamos apresentado uma proposta para um balanço internacional da linguagem <sup>1</sup>.

Num primeiro momento, comparámos a linguagem de crianças do 4.º ano primário de Paris (CM 1) e do Porto <sup>2</sup>. Seguidamente, estudámos a linguagem de crianças da pré-primária, do 1.º e do 2.º anos de escolaridade do Porto e do 2.º ciclo (GS, CP e CE 1) de Paris <sup>3</sup>. Depois, em 1986, de novo no Congresso da IALP, em Tóquio, apresentámos a comparação da linguagem de crianças que frequentavam o 4.º ano primário em Londres, Munique, Paris e Porto <sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Premiers pas pour un bilan international de langage*, in “Rééducation Orthophonique”, Vol. 19, n.º 122, 1981, pp. 521-525.

<sup>2</sup> Cf., para o francês, GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Paris, Masson, 1984 e, para o português, PINTO, M. da G. Lisboa Castro — *Primeiros contributos para um estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita*, in “Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas”, Porto, II Série, Vol. II, 1985, pp. 251-275.

<sup>3</sup> Cf., para o francês, GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, Paris, Masson, 1984 e, para o português, PINTO, M. da G. Lisboa Castro — *Estudo da expressão e da compreensão na criança com base em provas de linguagem oral e escrita*, in “Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas”, Porto, II Série, Vol. III, 1986, pp. 231-242. As abreviaturas GS, CP e CE1 correspondem respectivamente a “grande section maternelle”, “cours préparatoire” e “cours élémentaire 1”.

<sup>4</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A.; LUX, F.; PINTO, M. da G.; VOISEUX, F. — *European language averages/Bilan européen de langage*, in “Folia Phoniatrica”, 39, 1987, pp. 244-249.

Posteriormente, alargámos a nossa pesquisa e estudámos, no mesmo nível de escolaridade (4.º ano) e com base no mesmo método<sup>5</sup>, o castelhano, o catalão e o italiano em crianças de Barcelona e Turim<sup>6</sup>. Finalmente, considerámos o 6.º ano de escolaridade, comparando a linguagem de crianças francesas (começo do secundário: *6ème*) e portuguesas<sup>7</sup> de Paris e do Porto.

Trabalhámos, por isso, sobre três níveis de populações: pré-primária, 1.º ciclo do ensino básico e 2.º ano do 2.º ciclo do ensino básico se se atender à população portuguesa (2.º ciclo, 3.º ciclo e entrada no secundário, se se tomarem como base as classes francesas).

## Material, população e procedimento de análise

### *Provas utilizadas*

Para cada nível e em cada língua, pediram-se às crianças, individualmente, as narrações de bandas desenhadas:

— a história do CALE<sup>8</sup> (Fig. 1) é contada oralmente na pré-primária e no 1.º ano de escolaridade e oralmente e por escrito no 2.º ano de escolari-

---

<sup>5</sup> Cf., entre outros trabalhos, GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984 e GIROLAMI-BOULINIER, A. — *La grammaire langage en 20 leçons*, Issy-Les-Moulineaux, Éditions EAP, 1989.

<sup>6</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Bilans de langage européens*, in “Rééducation Orthophonique”, Vol. 28, n.º 162, 1990, pp. 159-171, GIROLAMI-BOULINIER, A. — *L'enfant européen face à la maîtrise de sa langue*, in “Communication et langages”, n.º 90, 1991, pp. 64-71, GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da G. — *Comparaison de bilans de langage en portugais, castillan, catalan*, in “Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas”, Porto, II Série, Vol. VI, 1989, pp. 263-273, GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da G. — *Estruturas e vocabulário no 4.º ano primário italiano e português. Comparação de histórias orais e escritas nas duas línguas*, in “Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas”, Porto, II Série, Vol. VIII, 1991, pp. 305-316, GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da G. — *L'enfant européen face à la maîtrise de sa langue*, in “Folia Phoniátrica”, 45, 1993, pp. 68-75, PINTO, M. da G.; GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Comparación de evaluaciones de lenguaje en portugués, español y catalán*, in “Revista de Logopedia, Foniátria y Audiología”, Vol. IX, n.º 3, 1989, pp. 147-154.

<sup>7</sup> Cf. a comunicação apresentada por GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da G. — *Comparaison des niveaux de langage chez l'enfant européen depuis l'école élémentaire jusqu'au passage en secondaire* — no Congresso da International Association of Phoniatrics and Logopedics (IALP), em Agosto de 1992, em Hannover.

<sup>8</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Contrôle des aptitudes à la lecture et à l'écriture, CALE*, Issy-les-Moulineaux, EAP, nova ed., 1982.

dade<sup>9</sup>. Trata-se, como se vê na figura, de um esboço simplificado da história do “Café” de Adamson, reduzida a três actos. A simplificação é voluntária e tem como objectivo permitir que a criança liberte a sua imaginação e não se prenda demasiado a pormenores<sup>10</sup>.



Figura 1

— as bandas desenhadas “Café-Caixa” (Fig. 2) são contadas oralmente e por escrito nos outros níveis<sup>11</sup>. Correspondem às bandas desenhadas em questão as seguintes histórias:

- 1.<sup>a</sup> história: Um homem está a beber um copo, sentado a uma mesa.  
A chuva começa a cair.  
O homem fica um bocado à chuva.  
Depois vai-se embora pegando na mesa como guarda-chuva.
- 2.<sup>a</sup> história: Um homem tenta fechar uma caixa muito cheia.  
Quando prega de um lado, o outro levanta-se.  
Então põe uma pedra como contrapeso.  
Mas, quando martela, a pedra salta-lhe à cabeça<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> Relativamente à metodologia respeitante à aplicação da prova, ver GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, p. 2.

<sup>10</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Compréhension et expression chez l'enfant et l'adolescent à partir de deux épreuves de langage oral et écrit*, in “Revue de Laryngologie Otologie Rhinologie”, Vol. 100, n.º 7-8, 1979, p. 420.

<sup>11</sup> Ainda relativamente à prova utilizada e à sua aplicação ver GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, pp. 3-4.

<sup>12</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. - *L'enfant européen face à la maîtrise de sa langue*, in “Communication et langages”, n.º 90, 1991, 64.



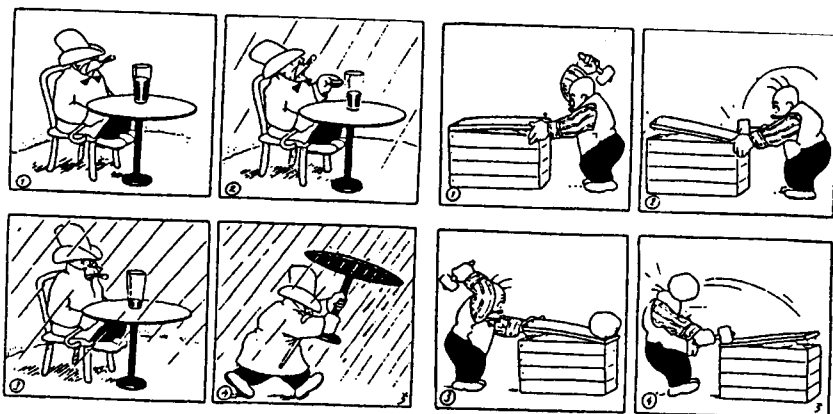


Figura 2

### População

Cada grupo examinado era constituído por 60 crianças pertencentes a classes inteiras, em idades compatíveis com os respectivos anos escolares, ou seja um total de 900 crianças e de 1560 histórias.

### Procedimentos de análise

Todas as histórias são analisadas em compreensão e em expressão<sup>13</sup>. Na pré-primária, no 1.º e no 2.º anos de escolaridade (2.º ciclo francês: GS, CP e CE 1<sup>14</sup>), quando o estado narrativo ainda não se encontra adquirido, a compreensão coloca, por vezes, problemas, mas, nos outros níveis, as dificuldades já se manifestam em menor escala<sup>15</sup>. Consequentemente, pareceu-nos mais interessante evocar, neste estudo, unicamente a expressão, realçando em especial as médias do número de palavras utilizadas, as percentagens das frases constituídas e, nos grupos sintagmáticos, as percentagens do grupo-verbo ligado ao verbo-núcleo da frase<sup>16</sup> — bem como a distribuição do grupo-pronome de acordo com a língua considerada — e as médias dos lexicais diferentes<sup>17</sup>. Relativamente às histórias obtidas a partir das bandas

<sup>13</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, caps. 2 e 3.

<sup>14</sup> Ver nota 3 relativamente ao significado das abreviaturas utilizadas.

<sup>15</sup> Cf., para o francês, GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.* 1984, cap. 3 e, para o português, PINTO, M. da G. Lisboa Castro — *art. cit.*, 1985, p. 266 e segs. e PINTO, M. da G. Lisboa Castro — *art. cit.*, 1986, p. 239 e segs.

<sup>16</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *art. cit.*, 1991, p. 66.

<sup>17</sup> Cf. *ibidem*, p. 67.

desenhadas “Café-Caixa”, serão também referidas as médias em percentagem da riqueza lexical <sup>18</sup> e da pesquisa lexical <sup>19</sup>. Tudo isto ilustra o desenvolvimento progressivo em cada língua assim como a especificidade das línguas europeias e pode, sendo caso disso, permitir situar o nível de linguagem de crianças que chegam do estrangeiro.

## I — A história do CALE (comparação entre o francês e o português)

### — Número de palavras

A média do número de palavras na oral é de 25, 34 e 33 palavras em francês, respectivamente nas classes GS, CP e CE 1, *contra* 23, 24 e 22, em português, nas classes correspondentes, *i.e.*, na pré-primária e no 1.º e 2.º anos de escolaridade. Na escrita, a média é de 27 palavras na classe CE 1 francesa *contra* 20 em português no 2.º ano de escolaridade. (As crianças portuguesas mostrarão sempre uma maior economia verbal nas suas produções.)

### — Frases constituídas

Nas frases, as palavras agrupam-se em estruturas sintáticas. Estas estruturas podem dividir-se em frases constituídas (sujeitos + verbos com complementos eventuais ou predicativos do sujeito = SV), frases introduzidas por um pronome não substituído do nome (“il”) ou por um apresentativo (“ce”), expresso ou não (tanto o “il” como o “ce”, dado que não são expressos em português por quaisquer vocábulos que lhes correspondam, são subentendidos e por isso colocados entre parênteses <sup>20</sup>), e frases sem verbo-centro (= sintagmas (N)) <sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, p. 30.

<sup>19</sup> Cf. *ibidem*, p. 33.

<sup>20</sup> A exigência de se fazerem corresponder a estas estruturas frases que traduzam uma apresentação descritiva e que se assemelhem como tal às estruturas do tipo “il” não substituído e “ce” apresentativo do francês justifica-se para fins comparativos entre línguas. É evidente que, para se poderem comparar línguas entre si, se tem de partir de uma metodologia comum. Ora a metodologia por nós adoptada começou por ser aplicada à língua francesa por Andrée Girolami-Boulinier.

<sup>21</sup> As estruturas do tipo “il”, “ce” e “N” correspondem, em princípio, ao que A. Girolami-Boulinier chama *apresentações descritivas* (GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Pratique d'une linguistique adaptée à la rééducation*, in “Lettre d'Information de l'Association Langage Lecture Orthographe”, n.º 5, 1988). Relativamente aos diferentes tipos de estruturas, ver, entre outros trabalhos da mesma autora, GIROLAMI-BOULINIER, A., — *ob. cit.*, 1984, pp. 14-20 e *Langage: pour une pédagogie de l'immédiateté*, in “Bulletin de la Société Alfred Binet et Théodore Simon”, n.º 610, 1, 1987, pp. 30-37.

As frases constituídas (SV = sujeito + verbo + complemento e sujeito + verbo + predicativo) aumentam com a idade, enquanto os sintagmas (frases sem verbo-centro) diminuem progressivamente, como se pode ver no quadro seguinte.

**Quadro 1** — Percentagens das frases constituídas (SV) e das estruturas “il/ce” e N (sintagmas) obtidas nas classes francesas e portuguesas da pré-primária e dos 1.º e 2.º anos de escolaridade

classes	SV		“il/ce”		N	
	LO	LE	LO	LE	LO	LE
GS francesa	39,5%	—	34%	—	26,5%	—
pré-primária portuguesa	58,5%	—	26%	—	15,5%	—
CP francês	33,5%	—	53%	—	13,5%	—
1.º ano português	57,5%	—	26%	—	16,5%	—
CE I francês	52%	48%	47%	40%	1%	12%
2.º ano português	66%	68,5%	34%	29%	0%	2,5%

LO — Linguagem oral

LE — Linguagem escrita

### — Grupos sintagmáticos

Os grupos sintagmáticos são os termos das frases. Dividem-se em grupos-nomes (gn), grupos-pronomes (gp) e grupos-verbos (gv), ligando-se ao verbo núcleo da frase<sup>22</sup>.

O grupo-verbo ligado ao verbo núcleo da frase (gv) é muito mais representativo nas produções portuguesas do que nas francesas, devido à utilização mais frequente em língua portuguesa do infinitivo e do gerúndio como complementos sobretudo depois de verbos do género de *estar* (cf. Quadro 2). Quanto ao grupo-pronome, este é muito mais utilizado em francês, em virtude, entre outros aspectos, da homofonia que caracteriza as diferentes marcas de número e pessoa e que — poderíamos dizer — motiva a presença do pronome sujeito com o objectivo de tornar a frase não ambígua. Em português, por sua vez, a presença do pronome revela-se frequentemente redundante, o que ocasiona a possibilidade da sua não

<sup>22</sup> Ver GIROLAMI-BOULINIER, A. — *art. cit.*, 1987, pp. 37-44.

presença<sup>23</sup>. Verificam-se assim desde a pré-primária comportamentos congruentes com a especificidade própria de cada uma das línguas (francês e português) no tocante à distribuição dos grupos sintagmáticos.

**Quadro 2** — Percentagens dos grupos-nomes (gn), grupos-pronomes (gp) e grupos-verbos (gv) obtidas nas classes francesas e portuguesas da pré-primária e dos 1.º e 2.º anos de escolaridade

classes	gn		gp		gv	
	LO	LE	LO	LE	LO	LE
GS francesa	61%	—	33,5%	—	5,5%	—
pré-primária portuguesa	77,5%	—	5%	—	17,5%	—
CP francês	59,5%	—	36%	—	4,5%	—
1.º ano português	69%	—	8,5%	—	22,5%	—
CE 1 francês	51%	59%	38,5%	31,5%	10,5%	9,5%
2.º ano português	68%	68,5%	4,5%	4%	27,5%	27,5%

LO — Linguagem oral

LE — Linguagem escrita

— *Lexicais diferentes*

O estudo do vocabulário consiste na separação das palavras contidas nas histórias em palavras lexicais e palavras gramaticais:

— as palavras lexicais são os nomes, os verbos e os adjectivos, bem como os advérbios quando formam um termo da estrutura;

— as palavras gramaticais são os determinantes, os pronomes e adjectivos gramaticais, preposições, subordinativos, adverbiais que modificam um termo da estrutura e charneiras que servem de ligação entre duas estruturas ou mesmo entre dois termos de uma estrutura, aos quais se acrescentam algumas palavras muito frequentes, em especial certos verbos que funcionam frequentemente como auxiliares ou semi-auxiliares<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Relativamente à ordem lexical do português, ver CLARK, H.; CLARK, E. — *Psychology and language. An introduction to psycholinguistics*, New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1977, p. 547.

<sup>24</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *art. cit.*, 1991, p. 67. Ver a este respeito a lista das 69 palavras inventariadas por Henmon e publicadas por GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, p. 28.

Quanto às médias dos lexicais diferentes, estas são perfeitamente equivalentes nas duas línguas: na oral 5,5 - 6,5 - 7,5 em francês, respectivamente nas classes GS, CP e CE 1, *contra* 6 - 6 - 7 nas classes portuguesas correspondentes (pré-primária, 1.º e 2.º anos de escolaridade) e na escrita 6,5 no CE 1 francês *contra* 6,25 no 2.º ano de escolaridade português.

## II — As bandas desenhadas “Café - Caixa”

### 1. Comparações a nível do 4.º ano primário em 7 línguas europeias

#### — Número de palavras

As médias do número de palavras apresentam-se, no 4.º ano de escolaridade, entre 87 e 117 palavras na oral e entre 77 e 121 palavras na escrita nas sete línguas europeias analisadas neste trabalho (cf. Quadro 3).

**Quadro 3** — Médias do número de palavras nas várias línguas, na linguagem oral (LO) e escrita (LE) (4.º ano primário = CM 1 francês)

palavras	port.	italiano	castelh.	inglês	francês	catalão	alemão
LO	87	91	91	108	109	110	117
LE	77	86	89	94	94	97	121

#### — Frases constituídas

A percentagem de frases constituídas situa-se, no 4.º ano de escolaridade, entre 78,5% e 92,5% na oral e entre 83,5% e 92,5% na escrita, de acordo com as línguas estudadas (cf. Quadro 4). Estes dados revelam a importância que já manifestam neste grupo etário e nas diferentes línguas os tipos de estrutura correspondentes à frase constituída (SV). A estruturas tradutoras de descrições representativas (“il”, “ce” e N) são em contrapartida muito menos utilizadas.

**Quadro 4** — Percentagens das frases constituídas (SV) nas várias línguas, na linguagem oral (LO) e escrita (LE) (4.º ano primário = CM 1 francês)

SV	francês	castelh.	port.	catalão	italiano	alemão	inglês
LO	78,5%	83%	86%	86,5%	88%	88,5%	92,5%
LE	83,5%	83%	85%	87%	89%	90,5%	92,5%

— *Grupos sintagmáticos*

A percentagem dos grupos-verbos (gv) ligados ao verbo núcleo da frase é mais acentuada em catalão, castelhano, italiano e português — línguas onde se verifica um emprego frequente de verbos, como *estar*, seguidos de gerúndio ou de infinitivo precedido de preposição — enquanto a percentagem dos grupos-pronomes (gp) ilustra a omissão frequente do pronome sujeito nessas línguas (cf. Quadro 5).

**Quadro 5** — Percentagens dos grupos sintagmáticos (gn, gp e gv) nas várias línguas, na linguagem oral (LO) e escrita (LE) (4.º ano primário = CM1 francês)

4.º ano primário	LO			LE		
	gn	gp	gv	gn	gp	gv
catalão	53,25%	16,5%	30,25%	53%	18%	29%
castelhano	57%	13,5%	29,5%	57,5%	13%	29,5%
português	63%	13%	24%	62,5%	13%	24,5%
italiano	68%	11%	21%	67%	11%	22%
francês	50%	34%	16%	53,5%	31%	15,5%
inglês	57%	28%	15%	60,5%	26,5%	13%
alemão	67%	21,5%	11,5%	66%	22,5%	11,5%

Do ponto de vista da análise sintagmática, é assim notória a distribuição distinta dos grupos-verbos e dos grupos-pronomes por um lado no catalão, castelhano, português e italiano e por outro lado em francês, inglês e alemão. Revela-se porventura interessante realçar o facto de o francês se afastar das outras línguas românicas no que toca à organização dos grupos sintagmáticos — em questão encontram-se especialmente o grupo-verbo e o grupo-pronome — e se aproximar, de um modo que não deixa de ser peculiar, do inglês e do alemão.

— *Lexicais diferentes*

Quanto aos lexicais diferentes utilizados nas histórias, as médias, nas várias línguas, situam-se no 4.º ano entre 23,5 e 34 palavras na oral e entre 23 e 38,5 na escrita (cf. Quadro 6). Os valores observados neste parâmetro vão assim ao encontro das médias do número de palavras referidas num primeiro momento relativamente às várias línguas.

Quadro 6 — Médias dos lexicais diferentes nas várias línguas, na linguagem oral (LO) e escrita (LE) (4.º ano primário = CM 1 francês)

palavras	castelh.	port.	italiano	francês	catalão	inglês	alemão
LO	23,5	24,5	25,5	26	28	29	34
LE	23	22,5	26	25,5	27	26	38,5

Para além de se ter efectuado o levantamento dos lexicais diferentes contidos nas histórias analisadas e obtidas a partir das bandas desenhadas “Café-Caixa”, calculou-se igualmente a relação entre os lexicais diferentes e o número total de palavras utilizadas por cada criança, ou seja, a Riqueza Lexical (R1), que não contempla por consequência as repetições<sup>25</sup>.

Nas sete populações examinadas, essa *riqueza* apresenta, em média, valores entre 24% e 29,5% na oral e entre 26% e 32,5% na escrita (ver Quadro 7). Estas percentagens estão obviamente de acordo com os valores encontrados relativamente aos lexicais diferentes.

Partindo novamente dos lexicais diferentes, pode acrescentar-se que certas palavras como, por exemplo, “mesa”, “pedra”, “beber” e “chover” são utilizadas por aproximadamente todas as crianças. São designadas *palavras-tema* porque sustentam a trama da história. Acontece mesmo que alguns textos quase só contêm essas palavras, para além das palavras gramaticais e similares<sup>26</sup>. Contudo, existe uma série de palavras lexicais *adaptadas* — que não se incluem como tal nas palavras-tema — e cuja presença constitui uma espécie de Pesquisa Lexical (R2)<sup>27</sup>.

Nas sete línguas estudadas, essa *pesquisa* vai de 14% até 19% na oral e de 16% até 22% na escrita (ver Quadro 7). A pesquisa lexical corresponde assim à relação entre as palavras lexicais adaptadas e o número total de palavras utilizadas em cada história. O italiano e o alemão apresentam valores na pesquisa lexical que apontam para uma maior dispersão lexical quando está em causa a tradução de determinada ideia. No entanto, em alemão não se verifica, como poderíamos ser levados a pensar num primeiro momento, um menor número de palavras-tema como é o caso em italiano no que diz res-

<sup>25</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, p. 30 e GIROLAMI-BOULINIER, A. — *art. cit.*, 1991, pp. 68-69.

<sup>26</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. - *art. cit.*, 1991, p. 68.

<sup>27</sup> Cf. *ibidem*, p. 33 e segs. R2 corresponde à abreviatura da designação francesa “Recherche lexicale” e R1 corresponde à abreviatura de “Richesse lexicale” (GIROLAMI-BOULINIER, A. — *art. cit.*, 1991, pp. 68-69).

**Quadro 7** — Médias da Riqueza Lexical (R1) e da Pesquisa Lexical (R2) nas várias línguas, na linguagem oral (LO) e escrita (LE) (4.º ano primário = CM 1 francês)

	francês	castelh.	catalão	inglês	portug.	italiano	alemão
	LO/LE %	LO/LE %	LO/LE %	LO/LE %	LO/LE %	LO/LE %	LO/LE %
R1	24/27	26/26	26/28	27/28	28/29	28/30	29,5/32,5
R2	15/16	16/16	16/17	17/17	14/16	18,5/20,5	19/22

peito aos verbos encontrados. Uma vez que as crianças alemãs empregam um maior número de palavras nas suas narrações, será possível pensar que aproveitam de um modo mais rentável os lexicais diferentes que utilizam e não abusam da repetição como se pode verificar nos valores que apresentam de riqueza lexical.

## 2. Comparação entre o 4.º e o 6.º anos de escolaridade portugueses e franceses (CM1 e 6ème)

Encontra-se finalmente em destaque um nível onde a abordagem multi-dimensional não deveria constituir problema, no caso de o aluno ter assimilado convenientemente as aquisições anteriores.

A análise relativa à linguagem-expressão das histórias portuguesas e francesas do 6.º ano de escolaridade (60 crianças por língua) apoia-se nas bandas desenhadas utilizadas no 4.º ano, o que permite as comparações efetuadas.

### — Número de palavras

Como mostra o quadro seguinte, na passagem do 4.º ano de escolaridade para o 6.º ano, o número de palavras aumenta na linguagem escrita. Estes dados podem levar a sugerir que a linguagem oral começa então a distanciar-se, em termos de evolução, da linguagem escrita<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Relativamente ao valor da diferença entre a linguagem oral e escrita no 7.º ano de escolaridade observado numa população portuguesa dos arredores do Porto, ver GIROLAMI-BOULINIER, A.; PINTO, M. da Graça — *An overview of the different language levels observed in classes of pupils of the same age*, in "International Journal of Psycholinguistics", Vol. 9, N.º 2, 1993, pp. 191-205.



**Quadro 8** — Médias do número de palavras nas duas línguas, no 4.º ano e no 6.º ano de escolaridade (linguagem oral (LO) e linguagem escrita (LE))

classes	francês	português
	LO LE	LO LE
4.º ano	109 94	87 77
6.º ano	110 102	87 93

— *Frases constituídas*

Nas duas línguas, as médias do número de estruturas (est.) permanecem mais ou menos estacionárias em francês e diminuem especialmente na linguagem oral em português. A percentagem das frases constituídas (SV) aumenta em francês e diminui em português de novo essencialmente na linguagem oral (Quadro 9). Independentemente das oscilações observadas nas percentagens de frases constituídas obtidas em cada uma das línguas, importa reforçar que a este nível é sobretudo esse tipo de estrutura que é utilizado e conseqüentemente em muito menor escala o tipo de estrutura tradutor de descrições apresentativas (“il”, “ce” e N).

**Quadro 9** — Média das estruturas (est.) e percentagem das frases constituídas (SV) nas duas línguas, no 4.º ano e no 6.º ano de escolaridade (linguagem oral (LO) e escrita (LE))

classes	francês				português			
	LO		LE		LO		LE	
	est.	SV	est.	SV	est.	SV	est.	SV
4.º ano	12,5	78,5%	11,5	83,5%	12	86%	11	85%
6.º ano	13	82,5%	12	85,5%	10,5	81%	10,5	83%

Contrariamente ao que se passa em relação ao número de estruturas (est.), nas frases constituídas (SV) verifica-se uma percentagem mais elevada na linguagem escrita no 6.º ano de escolaridade em ambas as línguas. A linguagem escrita tende desta forma a fazer um uso ainda mais reduzido de descrições apresentativas e a reforçar o emprego do tipo de frase característica da narração.

— *Grupos sintagmáticos*

Observemos, neste momento, as percentagens de grupos-nomes (gn), grupos-pronomes (gp) e grupos-verbos (gv) em cada uma das línguas (Quadro 10).

**Quadro 10** — Distribuição dos grupos sintagmáticos (gn, gp e gv) nas duas línguas, no 4.º ano e no 6.º ano de escolaridade (linguagem oral (LO) e escrita (LE))

classes	LO			LE		
	gn	gp	gv	gn	gp	gv
4.º ano francês	50%	34%	16%	53,5%	31%	15,5%
6.º ano francês	56%	29,5%	14,5%	61%	24%	15%
4.º ano português	63%	13%	24%	62,5%	13%	24,5%
6.º ano português	56%	13,5%	30,5%	56%	11,5%	32,5%

No 6.º ano de escolaridade, a percentagem dos grupos-verbos é de novo mais significativa em português, 30,5% e 32,5% respectivamente na oral e na escrita *contra* 14,5% e 15% em francês, sendo, por seu lado, a percentagem dos grupos-pronomes obviamente mais acentuada em francês, *i.e.*, 29,5% e 24% respectivamente na oral e na escrita *contra* 13,5% e 11,5% em português. A especificidade de cada uma das línguas está mais uma vez patente a nível dos grupos sintagmáticos.

A percentagem de grupos-verbos aumenta do 4.º ano para o 6.º ano em português (24% → 30,5% (LO), 24,5% → 32,5% (LE)) — facto que pode ser interpretado como evidência de uma prática de linguagem mais elaborada —, diminuindo por compensação a percentagem de grupos-nomes.

Em francês, a percentagem de grupos-verbos permanece estacionária sobretudo na linguagem escrita, mas a percentagem de grupos-pronomes diminui, aumentando compensatoriamente a dos grupos-nomes.

— *Lexicais diferentes*

Nas duas línguas, as médias das palavras lexicais diferentes contidas nas histórias aumentam do 4.º para o 6.º ano. Em francês, na linguagem oral, o valor das médias passa de 26 para 27,5 e, na linguagem escrita, de 25,5 para 28. Em português, na linguagem oral, passa de 24,5 para 26 e, na linguagem escrita, de 22,5 para 28 (ver Quadro 11). Estes valores revelam, em princípio, a evolução esperada no que toca ao vocabulário num intervalo de dois anos.

No 6.º ano registam-se assim, em francês, respectivamente 27,5 e 28 palavras lexicais na oral e na escrita, *contra* 26 e 28 palavras lexicais em português, ou seja, valores muito aproximados e tendencialmente superiores na escrita. O Quadro 11 apresenta, para além dos valores totais referidos, as médias por categoria lexical. Os adjectivos e os advérbios continuam pouco representados relativamente aos nomes e aos verbos.

**Quadro 11** — Médias totais das palavras lexicais diferentes e sua distribuição por categoria lexical nas duas línguas, no 4.º ano e no 6.º ano de escolaridade (linguagem oral e linguagem escrita)

classes	linguagem oral					linguagem escrita				
	tot.	n.	v.	adj.	adv.	tot.	n.	v.	adj.	adv.
4.º ano francês	26	12,5	10	1,5	2	25,5	12,5	9,5	1,5	2
6.º ano francês	27,5	13	11	1,5	1,5	28	13	11	2,5	1,5
4.º ano português	24,5	11,5	10	1	2	22,5	11	9,5	1	1
6.º ano português	26	12	11	1,5	1,5	28	12,5	12	2	1,5

Quanto à Riqueza Lexical (R1), esta também aumenta, enquanto a Pesquisa Lexical (R2) permanece igual nos 4.º e 6.º anos franceses e aumenta em português (Quadro 12). As percentagens de R2 obtidas em português permitem-nos sugerir que no 6.º ano de escolaridade se verifica uma tendência para uma maior dispersão lexical quando se trata de expressar uma determinada ideia.

**Quadro 12** — Médias em percentagem da Riqueza lexical (R1) e da Pesquisa lexical (R2) nas duas línguas, no 4.º ano e no 6.º ano de escolaridade (linguagem oral (LO) e escrita (LE))

classes	R1		R2	
	LO	LE	LO	LE
4.º ano francês	24%	27%	15%	16%
6.º ano francês	25%	28%	15%	16%
4.º ano português	28%	29%	14%	16%
6.º ano português	30%	30,5%	17%	18,5%

## Conclusão

Uma pesquisa deste teor revela aspectos eminentemente práticos ao permitir situar com rapidez e segurança do ponto de vista verbal uma criança relativamente às médias correspondentes à sua idade e ao seu nível escolar.

Um trabalho que utilize uma metodologia como a que foi aqui adoptada mostra deste modo como as crianças evoluem verbalmente, independentemente da língua que dominam. Com efeito, verifica-se uma evolução similar nas várias línguas, muito embora também se tornem evidentes tendências decorrentes da especificidade de cada uma delas (observar, por exemplo, o que se passa no tocante aos grupos sintagmáticos).

Assim, a análise praticada dá a possibilidade de avaliar de modo simples e claro o nível da linguagem-expressão de uma criança na sua língua materna e de deduzir, a partir desses dados, as suas potencialidades relativamente à aquisição de uma outra língua. Se a criança não apresenta dificuldades na sua língua *materna*, então não é ousado assumir que esta vai passar a aprender melhor e porventura mais rapidamente uma outra língua (a nossa, por exemplo).

Tendo em mente a situação actual da livre circulação de cidadãos europeus na comunidade europeia, pode passar a ser de grande pertinência, para fins linguísticos, pedir a qualquer cidadão que pretenda residir por algum tempo num outro país da comunidade que conte, na língua do seu país ou na língua que já pratica, a história do CALE, se é pequeno, ou as histórias "Café - Caixa", se for mais velho. As comparações que se vierem a realizar a partir das histórias contadas e as médias obtidas na análise efectuada mostrarão onde podem situar-se as eventuais dificuldades e aquilo que deverá ser feito.

Do exposto se depreende o interesse em prosseguir as nossas comparações no 6.º ano de escolaridade noutras línguas e seguidamente noutros níveis, com vista ao estabelecimento de correspondências entre línguas europeias.

*Andrée Girolami-Boulinier*  
*Maria da Graça Pinto*

## A ORTOGRAFIA EM CRIANÇAS FRANCESAS, INGLESAS E PORTUGUESAS

### Introdução

Nos últimos anos, comparámos a linguagem-expressão oral e escrita (média de número de palavras utilizadas, percentagens de frases constituídas e de apresentações descritivas, percentagens de grupos sintagmáticos (grupos-nomes, grupos-pronomes e grupos-verbos) e média dos lexicais diferentes usados) de crianças do 4.º ano de escolaridade, de diferentes línguas (alemão, castelhano, catalão, francês, inglês, italiano e português), com base em narrações produzidas a partir de bandas desenhadas<sup>1</sup>.

Para a obtenção, na população em questão, das produções orais e escritas analisadas, foi utilizada a metodologia proposta por A. Girolami-Boulinier<sup>2</sup>.

Relativamente aos textos escritos produzidos pela população mencionada, achámos de interesse analisar, para além da linguagem-expressão nos aspectos atrás focados, a ortografia tal como se apresentava nessas crianças.

No presente trabalho, foram objecto de análise ortográfica os textos escritos de crianças francesas, inglesas e portuguesas que frequentavam o 4.º ano de escolaridade.

Tendo em vista a metodologia seguida para a recolha do material a analisar, convém lembrar que estão em causa produções escritas sugeridas e não impostas<sup>3</sup>. É evidente que os dois tipos de produções dariam uma imagem mais precisa do perfil ortográfico do escrevente. Na verdade, segundo

---

<sup>1</sup> Cf. o artigo das mesmas autoras intitulado *A linguagem-expressão na criança europeia*, pp. 99-113 deste volume.

<sup>2</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Paris, Masson, caps. 1 e 2.

<sup>3</sup> Cf. *ibidem*, pp. 122-125.

A. Girolami-Boulinier <sup>4</sup>, certos erros ocorrem na linguagem escrita sugerida e não aparecem no texto imposto e outros erros não aparecem no texto escrito sugerido em virtude de este implicar de um modo mais ou menos consciente uma maior prudência.

Referiu-se o termo *erro*; no entanto, não se trata de uma designação que deva ser entendida com uma conotação pejorativa. Significando *ortografia* escrita correcta, obviamente que, em termos práticos, os desvios relativamente a essa escrita correcta terão de surgir designados e optou-se por isso pelo termo *erro*. Contudo não deixa de estar presente a leitura psicogenética desse termo.

Ora, para analisar a ortografia, é necessário recorrer a uma metodologia tão rigorosa quanto possível. A metodologia que foi seguida neste estudo corresponde, em nosso entender, à preocupação de efectuar um levantamento de erros ortográficos passíveis de uma classificação em categorias (quatro) facilmente escalonadas de acordo com o grau de gravidade. Na análise dos erros ortográficos existentes nos textos escritos por nós recolhidos, adoptou-se também a metodologia proposta por A. Girolami-Boulinier <sup>5</sup>.

Na análise praticada em língua francesa de acordo com a metodologia mencionada, os erros de acentuação não são incluídos nos erros ortográficos, à excepção porém do tipo de acentuação que implica identificação de palavras gramaticais (cf. “à” e “où”). O uso incorrecto de maiúsculas e de pontuação não foi do mesmo modo tido em conta.

Em vez de usar a classificação tradicional dos erros, A. Girolami-Boulinier serve-se de uma classificação que contempla a compreensão por parte do sujeito e as suas dificuldades a nível perceptivo e lexical. Com efeito, a autora, em virtude porventura da sua formação ortofonista, procura também reforçar na sua análise os erros correspondentes a mudanças de fonetismo e os erros resultantes de um domínio deficiente da construção da frase.

Na análise em questão <sup>6</sup> são então contemplados quatro grandes categorias de erros: duas categorias de menor importância (os erros de género e número e os erros de uso) e duas outras categorias com implicações mais graves, ou seja, podendo indiciar uma suposta patologia quando se tornam persistentes e frequentes (os erros fonéticos e os erros linguísticos).

Os erros de género e número <sup>7</sup> indiciam uma não aplicação ou uma aplicação errada das regras de concordância. Esta qualidade de erro faz sobretudo

---

<sup>4</sup> Cf. *ibidem*, p. 125.

<sup>5</sup> Cf. *ibidem*, p. 127 e segs.

<sup>6</sup> Cf. *ibidem*, p. 125 e segs.

<sup>7</sup> Cf. *ibidem*, p. 128.

sentido em língua francesa, uma vez que, conforme refere A. Girolami-Boulinier, “a redundância do código escrito francês em matéria de plural (ou de género) exige exactamente uma persistência da atenção”<sup>8</sup>. Ainda de acordo com esta autora, factores como a afectividade, a atenção, a retenção e o modo de aprendizagem podem estar implicados nesta categoria de erro. A supressão de erros desta espécie exige, por sua vez, maturidade e uma maior tomada de consciência do material escrito<sup>9</sup>.

A segunda categoria de erros corresponde aos designados *erros de uso*. Para A. Girolami-Boulinier, o erro de uso é o erro que afecta a forma gráfica da palavra (em si própria e não em situação) sem afectar a sua forma auditiva<sup>10</sup>. Não se pode porém alargar a designação de erro de uso a todas as palavras. As palavras gramaticais principais, *i.e.*, as palavras que constituem uma grande percentagem da linguagem oral e escrita quando esta se encontra organizada em frases e que contribuem consequentemente para a sua estruturação, não são abrangidas pelos erros de uso. Os erros cometidos nesta classe de palavras são por isso muito mais graves do que os simples erros de uso, uma vez que jogam com a identificação de palavras<sup>11</sup>. Por outro lado, no que toca aos verdadeiros erros de uso, o treino da atenção e da retenção contribui para reduzir a sua ocorrência, razão pela qual não devem ser considerados graves. Para além disso, o recurso ao dicionário pode ser suficiente em caso de existirem, a este nível, dúvidas de escrita.

Os erros que mudam o aspecto fonético das palavras são chamados *erros fonéticos*<sup>12</sup>. Em princípio, esta categoria de erro desaparece com a aprendizagem escolar, pelo que se manifesta sobretudo nos indivíduos pouco escolarizados e/ou facilmente influenciáveis pelos hábitos locais próprios de um determinado meio. Podem contudo encontrar-se erros fonéticos, como ainda adianta A. Girolami-Boulinier, em indivíduos com sequelas de atraso de linguagem, o que permite pensar que se está perante uma disortografia que necessita de reeducação. Os erros fonéticos dividem-se em erros perceptivos visuais, auditivos ou mesmo motores (que se traduzem em adições, substituições, omissões-simplificações, incertezas visuais e inversões)<sup>13</sup> e em erros resultantes de uma aquisição deficiente dos mecanismos de leitura<sup>14</sup>.

<sup>8</sup> Cf. *ibidem*, p. 128.

<sup>9</sup> Cf. *ibidem*, p. 129.

<sup>10</sup> Cf. *ibidem*, pp. 129 e 130.

<sup>11</sup> Cf. *ibidem*, p. 129.

<sup>12</sup> Cf. *ibidem*, pp. 131 e 132.

<sup>13</sup> Cf. *ibidem*, p. 131.

<sup>14</sup> Cf. *ibidem*, p. 132.

Finalmente, os erros linguísticos, ocorrentes em todas as idades e independentemente do meio cultural, dividem-se em dois grupos: os erros de morfologia verbal (que afectam as formas verbais e que dependem do grau de aprendizagem) <sup>15</sup> e os erros de identificação ou individualização (mais graves na medida em que podem afectar a compreensão e a construção da frase) <sup>16</sup>.

Com base nesta categorização foi efectuada a análise ortográfica dos textos escritos produzidos por três grupos de sessenta crianças cada, em língua francesa, inglesa e portuguesa. Esta metodologia, como a discussão deste trabalho revela, evidencia a especificidade de cada uma das línguas em estudo e o que isso representa em termos de quantificação e classificação dos erros ortográficos encontrados.

## Material, população e método

### *Prova utilizada*

Como suporte material para a obtenção dos textos escritos que serviram de objecto da análise ortográfica praticada neste estudo, foram utilizadas as sequências de quatro imagens correspondentes às histórias do “Café” e da “Caixa” de Adamson <sup>17</sup>.

### *População*

A população observada era constituída por 180 crianças de ambos os sexos, falantes de três línguas (francês, inglês e português), distribuídas por três grupos constituídos por 60 crianças de cada língua. Frequentavam o 4.º ano de escolaridade em escolas de Paris, Londres e Porto, apresentavam idades compatíveis com o respectivo ano escolar e correspondiam a uma amostra representativa dos diferentes meios socioeconómicos, ou seja, não pertenciam a um meio que pudesse ser considerado *marcado*.

---

<sup>15</sup> Cf. *ibidem*, p. 132.

<sup>16</sup> Cf. *ibidem*, p. 133. Quando os erros de individualização/identificação persistem e são frequentes podem indicar, como adianta A. Girolami-Boulinier, uma disortografia linguística. Nesses casos tornar-se-á necessária a reeducação.

<sup>17</sup> Cf. *ibidem*, pp. 3-4. Para mais pormenores a respeito do suporte material em questão, ver pp. 101-102, neste volume.



### Método

Os textos escritos relativos às duas sequências pictóricas atrás referidas foram obtidos após a narração oral das mesmas. O suporte visual permaneceu diante da criança enquanto esta procedia às respectivas narrações. A prova foi sempre aplicada individualmente e no fim do ano lectivo, em Junho.

Para a análise ortográfica dos textos escritos assim conseguidos, seguiu-se a metodologia exposta na introdução deste trabalho. Depois de efectuado, em cada língua, o levantamento do número e média de palavras e erros, foram realçadas as categorias de erros encontrados e respectiva percentagem. Exemplos concretos de alguns tipos de erros verificados nas três línguas e que se nos afiguram paradigmáticos são também apresentados.

### Resultados

O quadro que se segue (Quadro 1) apresenta, por língua, o número total e média de palavras produzidas no conjunto dos textos escritos. Enquanto os valores encontrados são quase sobreponíveis em francês e em inglês, em português verifica-se uma menor utilização de número de palavras<sup>18</sup>. Quanto ao número e média dos erros cometidos, pode constatar-se que as crianças portuguesas apresentam valores menos elevados, tanto em números absolutos

**Quadro 1** — Número de palavras e de erros contabilizados nos textos escritos de crianças do 4.º ano de escolaridade, em francês, inglês e português, bem como o número médio dessas palavras e o número médio e percentagem desses erros, por língua.

Número de palavras e de erros			Média de palavras e média e % de erros		
	palavras	erros	média palavras	média erros	% erros
<b>francês</b>	5667	582	94	9,5	10,5
<b>inglês</b>	5644	556	94	9,25	10
<b>português</b>	4594	241	77	4	5,5

<sup>18</sup> Esta diferença de valores encontrados foi já salientada noutros estudos publicados pelas autoras deste trabalho. Cf., por exemplo, o artigo das mesmas autoras inserido neste volume, pp. 103, 106, 110.

como em percentagem. Por sua vez, as crianças francesas e inglesas revelam valores que perfazem percentagens quase idênticas <sup>19</sup>.

Os erros referidos distribuem-se por erros de uso, erros fonéticos, erros linguísticos de tipo 1 e 2 e erros de género e número. Tal como foi dito no início, os erros de uso afectam a forma gráfica da palavra e não a sua forma auditiva, os erros fonéticos mudam o aspecto fonético das palavras utilizadas sob forma de omissões, adições, substituições, inversões e imprecisões gráficas, os erros linguísticos de tipo 1 dizem respeito à morfologia verbal, os de tipo 2 à não identificação/individualização das palavras e, finalmente, os erros de género e número manifestam uma não aplicação ou aplicação errada das regras de concordância <sup>20</sup>. O quadro seguinte (Quadro 2) dá-nos conta da distribuição dessas categorias de erros por língua.

**Quadro 2** — Número total de palavras, número e percentagem total dos erros e das diversas categorias de erros por língua.

	n.º total erros	% total erros	erros de uso	erros fonéticos	erros linguist. 1	erros linguist. 2	erros de gén./núm.
<b>francês</b> palavras 5667	582	10,5%	166 (28,5%)	43 (7,5%)	168 (29%)	160 (27,5%)	45 (7,5%)
					┌───────────┐ │ (56,5%) │ └───────────┘		
<b>inglês</b> palavras 5644	556	10%	85 (15,5%)	217 (39%)	112 (20%)	138 (25%)	4 (0,5%)
					┌───────────┐ │ (45%) │ └───────────┘		
<b>português</b> palavras 4594	241	5,5%	69 (28,5%)	107 (44,5%)	21 (8,5%)	43 (18%)	1 (0,5%)
					┌───────────┐ │ (26,5%) │ └───────────┘		

linguist. 1 — morfologia verbal

linguist. 2 — individualização/identificação lexical

<sup>19</sup> Para facilitação da leitura, sempre que se achou oportuno arredondaram-se as médias e as percentagens.

<sup>20</sup> Cf. GIROLAMI-BOULINIER, A. — *ob. cit.*, 1984, pp. 127-133.

Se se compararem as três línguas, verifica-se o seguinte: 1. uma percentagem idêntica de erros de uso em francês e em português (28,5%), que é superior à percentagem encontrada nos textos ingleses (15,5%); 2. uma percentagem inferior de erros fonéticos em francês (7,5%) e mais elevada em inglês (39%) e sobretudo em português (44,5%); 3. erros linguísticos de tipo 1 em maior percentagem em inglês (20%) e em francês (29%) do que em português (8,5%) e de tipo 2 igualmente em maior percentagem em inglês (25%) e em francês (27,5%) do que em português (18%); 4. percentagens mínimas (0,5%) de erros de género e número em inglês e em português e de 7,5% em francês.

Relativamente aos erros fonéticos encontrados nas três línguas, revela-se de interesse destacar que erros fonéticos ocorrem e em que percentagens. Os quadros que se seguem fornecem-nos informação a esse respeito.

**Quadro 3** — Distribuição dos erros fonéticos em francês (percentagem total 7,5%)

omissões	adições	substituições	inversões	aprendizagens
15%	5%	39%	2%	39% (atterit; chaisse) { e + 2 cons. ss/s

Alguns exemplos:

omissão: esuite/ensuite  
 adição: perent/prend  
 substituição: houte/housse  
 inversão: monseuir/monsieur

**Quadro 4** — Distribuição dos erros fonéticos em inglês (percentagem total 39%)

omissões	adições	substituições	inversões	imprecisões gráficas
32%	21%	31%	11%	5%

Alguns exemplos:

omissão: son/stone  
 adição: nayel/nail  
 substituição: bear/beer  
 inversão: talbe/table

Quadro 5 — Distribuição dos erros fonéticos em português (percentagem total 44,5%)

omissões	adições	substituições	inversões	imprecisões gráficas
14%	12%	50%	11%	13%

Alguns exemplos:

omissão:	deprega/desprega
adição:	fexorar/fechar
substituição:	predado/pregado
inversão:	perda/pedra

A maior percentagem de erros fonéticos verifica-se em português. Destaca-se, no entanto, nesta língua o elevado número de erros por substituição que compreendem, entre outros, a substituição de *b* por *v* (ex. “vever” por *beber*)<sup>21</sup> e substituições relacionadas com a aprendizagem (ex: “cabeça” por *cabeça*). Em inglês regista-se uma percentagem importante de erros de omissão, o que demonstra que a criança quando não sabe prefere omitir<sup>22</sup>. Quanto às inversões, estas ocorrem em igual percentagem em português e em inglês. Em português, dá-se sobretudo a inversão quando a oclusiva é seguida de vibrante. Em inglês, a sua ocorrência não reveste tanta sistematicidade.

Observem-se seguidamente, nas três línguas, alguns exemplos de erros linguísticos de morfologia verbal e de identificação/individualização de palavras.

<sup>21</sup> Não somos alheios ao facto de as produções escritas portuguesas terem sido recolhidas na cidade do Porto.

É nossa intenção comparar produções escritas de crianças portuguesas com outras naturalidades.

<sup>22</sup> A. Girolami-Boulinier chama a atenção para o facto de a criança omitir quando ainda não sabe e de tender a acrescentar quando já possui um certo saber (cf. GIROLAMI-BOULINIER — *ob. cit.*, 1984, p. 118). Relativamente às inversões e às substituições, muito embora relacionadas com a leitura, torna-se pertinente transcrever a seguinte passagem de A. Girolami-Boulinier: “D’autres **inversent** plus souvent au niveau des lettres, quelquefois au niveau des groupes de lettres, quelquefois au niveau de mots, et ils n’ont vraisemblablement pas atteint le stade du 3 nécessaire à la mise en place de la lecture. Enfin certains **substituent** et, selon le degré de leurs perceptions (approchées ou inexactes) et/ou de leur imagination, ils procèdent ainsi au niveau du signe graphique, du morphème ou du mot: quand la substitution est cohérente, il y a déjà lecture et quand elle est incohérente une analyse plus approfondie est nécessaire” (*ob. cit.*, pp. 118-119).

**Erros linguísticos:**

*Exemplos franceses:*

embeter/embêté; allé/allait; pris, fini/prit, finit  
serva, matte, pleuva/servit, mit, plut  
e  
lotre, lottre/l'autre; sens, sans/s'en  
toutacou/tout à coup

(Os erros de morfologia e de identificação/individualização são praticamente em número idêntico.)

*Exemplos ingleses:*

haveing, useing/having, using  
look, see, go, drink/looks, sees, goes, drinks  
walk's, pick's, fall's/walks, picks, falls  
whent/went  
e  
the,tey,their/there; its/his; it/him; is/his; of/off; to/too;  
our/other  
yousis/uses

(Verificam-se erros tanto a nível da morfologia verbal como da identificação/individualização de palavras.)

*Exemplos portuguesas:*

derrepente/de repente, achover/a chover, foise/foi-se

(Os erros linguísticos em português dizem essencialmente respeito à individualização (identificação?) de palavras.)

No que toca aos **erros de uso**, destacamos também alguns exemplos extraídos das três línguas:

*Exemplos franceses:*

appéritife/apéritif  
décole/décolle  
maleur/malheur  
can/quand  
car/quart  
e as homófonas: ver/verre, cou/coup, pause/pose

**Exemplos ingleses:**

waight/weight	sudently/suddenly
wen/when	accidental/accidentally
hed/head	hamering/hammering

**Exemplos portuguesas:**

calhao/calhau, chuver/chover  
sima/cima, caicha/caixa, terseira/terceira  
trasido/trazido, jénero/género

## Discussão e conclusão

Do ponto de vista da ortografia, certas línguas apresentam sistemas ortográficos mais fonéticos do que outras. Revelam assim correspondências entre *fonia* e *grafia* mais estreitas, facto que contribui para uma ortografia essencialmente subordinada à fonética<sup>23</sup>.

Alguns autores dão como exemplo dessas línguas o italiano<sup>24</sup>, outros o italiano, o espanhol e o estoniano<sup>25</sup>, outros ainda sublinham a facilidade da escrita espanhola<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Cf. FIJALKOW, J. — *Langage écrit*, in RONDAL, J. A.; SERON, X. (ed.) — *Troubles du langage. Diagnostic. Rééducation*, Bruxelles, Pierre Mardaga, 1982, p. 67, onde se pode ler: «Le finnois, le yougoslave, l'italien, l'espagnol, l'hébreu sont cités comme des exemples où cette correspondance (entre phonie et graphie) est très étroite: on les appelle langues "phonétiques" par opposition à des langues qui comme le français ou l'anglais sont peu "phonétiques"». Seria interessante observar-se o grau de influência fonética evidente na escrita de uma determinada língua ao longo de um *continuum*, de forma a ser possível situar cada língua relativamente a outra em termos de sistema ortográfico mais ou menos fonético e não em termos absolutos.

<sup>24</sup> Cf. VALLE ARROYO, F. — *The importance of grapheme-to-phoneme conversion rules in beginning readers*, in MALATESHA, R. N.; WHITAKER, H. A. (eds.) — *Dyslexia: a global issue*, NATO ASI Series, The Hague, Boston, Lancaster, Martinus Nijhoff Publishers, 1984, p. 512.

<sup>25</sup> Cf. SEGALOWITZ, S. J. — *ERPs and advances in neurolinguistics*, in ARDILA, A.; OSTROSKY-SOLIS, F. (eds.) — *Brain organization of language and cognitive processes*, New York and London, Plenum Press, 1989, p. 173.

<sup>26</sup> Cf. ARDILA, F.; ROSSELLI, M.; PINZON, O. — *CAT correlations and interlinguistic analysis*, in ARDILA, A.; OSTROSKY-SOLIS, F. (eds.) — *Brain organization of language and cognitive processes*, New York and London, Plenum Press, 1989, p. 173.

Quanto à língua portuguesa<sup>27</sup>, pode dizer-se que o seu sistema ortográfico apresenta características que a situam seguramente num espaço próximo do das línguas acabadas de referir. De facto, existem palavras portuguesas nas quais a influência etimológica prevalece e se traduz pela presença, por exemplo, de consoantes mudas, não articuladas<sup>28</sup> (ex: *acto*, *concepção*, *ótimo*). Mas a influência fonética manifesta-se, apesar de tudo, de um modo notório não só a nível lexical como a nível da morfologia nominal e verbal<sup>29</sup>.

Normalmente as línguas citadas servem de exemplo quando se discute a ortografia inglesa<sup>30</sup>. Efectivamente, o sistema inglês é parcialmente fonológico (ex: *of*, *bit*, *bed*) e parcialmente logográfico (ex: *yacht*, *enough*)<sup>31</sup>.

Dentro desta óptica, os estudiosos ingleses que se dedicam ao estudo da leitura referem que um modelo de leitura do inglês teria de apresentar duas vias: uma fonológica relacionada com as regras de correspondência grafema-fonema e uma visual (cf. a leitura do sufixo *-tion*) sobretudo importante no caso das palavras homófonas (ex: *sees*, *seas*, *seize*)<sup>32</sup>. Certos autores sublinham ainda que a ortografia inglesa é sistematicamente morfofonémica (o que se aplicaria especialmente às palavras de origem latina: *compose*, *composition*; *divine*, *divinity*; *narrate*, *narrative*, etc.)<sup>33</sup>.

---

<sup>27</sup> Esta leitura sobre a língua portuguesa torna pertinente a comparação entre o português de Portugal e o português do Brasil.

<sup>28</sup> Cf. HENDERSON, L. — *Orthography and word recognition in reading*, London, N. Y., Academic Press, 1982, p. 68.

<sup>29</sup> Lembra-se neste momento a preocupação por parte dos movimentos de reforma ortográfica em fazer incidir ainda mais essa influência fonética em detrimento da etimológica.

<sup>30</sup> Como refere R. G. Baker, «English is said to be “not a phonetic language”» (BAKER, R. G. — *Orthographic awareness*, in FRITH, U. (ed.) — *Cognitive processes in spelling*, New York, Academic Press, Inc., 1980, p. 52). Ver ainda a nota 21.

<sup>31</sup> Cf. SAMPSON, G. — *Writing systems*, Stanford, CA, Stanford University Press, 1985, referido por ARDILA et alii — *ob. cit.*, 1989, p. 173.

<sup>32</sup> Cf. SEGALOWITZ, S. J. — *ob. cit.*, 1989, p. 71. Relativamente a modelos de leitura, ver, entre outros, SHALLICE, T.; WARRINGTON, E. K. — *Single and multiple component central dyslexic syndromes*, in COLTHEART, M.; PATTERSON, K.; MARSHALL, J. (eds.) — *Deep dyslexia*, London, Boston and Henley, Routledge & Kegan Paul, 1980, pp. 119-145 e TEMPLE, C. M. — *Surface dyslexia: variations within a syndrome*, in PATTERSON, K. E.; MARSHALL, J. C.; COLTHEART, M. (eds.) — *Surface dyslexia*, London, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1985, p. 269-288.

<sup>33</sup> Cf. HENDERSON, L. — *ob. cit.*, 1982, p. 95 e o que diz Venesky: “the orthographic preservation of morphemic identity is predicted on the assumption that the reader knows the phonemic alternations that accompany derivational and inflectional formation” (VENESKY, R. L. — *The structure of English orthography*, The Hague, Mouton, 1970, p. 120, referido por HENDERSON, L. — *ob. cit.*, 1982, p. 87).

Em inglês a um fonema determinado não corresponde sempre um único grafema e um grafema pode revestir diferentes realizações fonémicas dependendo do seu contexto no interior da palavra. Tais factos dificultam certamente a leitura e a ortografia<sup>34</sup>. As proporções respeitantes a essas correspondências variam mesmo segundo os autores. De facto, Wijk<sup>35</sup> distingue 46 fonemas correspondendo a 102 grafemas e Hanna et alii<sup>36</sup> distinguem 52 fonemas que correspondem a 170 grafemas, o que perfaz respectivamente a *ratio* de cerca de 4:9 e a *ratio* de 4:13.

Os aspectos realçados reforçam a ideia de que a ortografia inglesa não corresponde a um sistema regular do ponto de vista fonográfico<sup>37</sup>; tais aspectos fazem ainda apelo às influências etimológicas — principais responsáveis pela existência das consoantes mudas<sup>38</sup> — e às famílias morfológicas (consequentemente ao nível dos morfemas).

As características da ortografia francesa não são com certeza muito diferentes das da ortografia inglesa<sup>39</sup>. Na verdade, paralelamente a uma certa regularidade fonética e morfemática e à influência etimológica, deparamos com desinências nominais e verbais pronunciadas da mesma forma (*chantel/chantent; porte/portes, aimé/aimées*), com consoantes mudas (*accueillir, malheur, lumineux, rachidien, finit*), com consoantes dobradas (*apprendre, mettre, raccommoder*), com grafias correspondendo a um só fonema (*faites, peine, clou, où*) e com palavras homófonas ( *il lie, le lit, je lis*<sup>40</sup>).

Todos as particularidades ortográficas até aqui apontadas concorrem certamente para a existência do número e da categoria de erros constatados nos textos escritos produzidos pelas crianças francesas, inglesas e portu-

---

<sup>34</sup> P. T. Smith, a este respeito, comenta da seguinte forma: “sound-to-spelling rules seem less systematic (or perhaps simply less well practised) than spelling-to-sound rules” (SMITH, P. T. — *Linguistic information in spelling*, in FRITH, U. (ed.) — *Cognitive processes in spelling*, New York, Academic Press, Inc., 1980, p. 40).

<sup>35</sup> Cf. WIJK, A. — *Regularized English. The only practicable solution of the English spelling reform problem*, in HAAS, W. (ed.) — *Alphabets of English*, Manchester, Manchester University Press, 1969, referido por HENDERSON, L. — *ob. cit.*, 1982, p. 84.

<sup>36</sup> Cf. HANNA, P. R.; HANNA, J. S.; HODGES, R. E.; RUDOLF, E. H. — *Phoneme-grapheme correspondences as cues to spelling improvement*, Washington, U. S. Dept. of Health, Education and Welfare, 1966, referido por HENDERSON, L. — *ob. cit.*, 1982, p. 84.

<sup>37</sup> Cf. HENDERSON, L. — *ob. cit.*, 1982, p. 95.

<sup>38</sup> Cf. *ibidem*, p. 68.

<sup>39</sup> Cf. SEGALOWITZ, S. J. — *ob. cit.*, 1989, p. 71 e FIJALKOW, J. — *ob. cit.*, 1982, p. 67.

<sup>40</sup> Cf. SEGALOWITZ, S. J. — *ob. cit.*, 1989, p. 71.



guesas que constituem a população deste estudo. No entanto, não se deve esquecer a facilidade com que a criança opera generalizações, i.e., uniformiza a sua ortografia, com base nos conhecimentos que já possui da linguagem escrita.

Se tivermos em atenção as três línguas analisadas neste trabalho, escrever, sobretudo em inglês e em francês, significa também dominar a morfologia da língua<sup>41</sup> e conseqüentemente a estrutura da frase.

Em português, por causa sem dúvida de na sua ortografia se verificar uma maior influência fonética do que em inglês e em francês, as crianças cometem um menor número de erros, em média (5,5%), e os erros mais numerosos traduzem, por um lado, uma mestria imperfeita da ortografia quando a influência etimológica se faz sentir (os erros de uso serão exemplo disso) e, por outro lado, uma escrita com erros fonéticos, alguns dos quais motivados pelo tipo de linguagem oral praticado no meio em que a criança habita. Atendendo ao facto de em português se pronunciarem as desinências nominais e verbais, a morfologia nominal ou verbal apresenta muito raramente homofonia. Desta forma, nos textos escritos produzidos pela criança portuguesa deste nível de escolaridade não ocorrem de um modo geral muitos erros de morfologia verbal (8,5%). No que toca à identificação/individualização de palavras, verifica-se de tempos a tempos a não individualização de certas preposições nalguns contextos (ex: *derrepente/ de repente*) e também de determinados clíticos (ex: *foise/foi-se*).

As crianças inglesas cometem, em média, quase tantos erros como as crianças francesas (10% vs. 10,5%). Dado que a morfologia inglesa é mais simples do que a francesa, verifica-se nos textos ingleses uma menor percentagem de erros dessa categoria (20% vs. 29%). Os erros de identificação apresentam aproximadamente os mesmos valores nas duas línguas (25% vs. 27,5%). As crianças inglesas cometem menos erros de uso e de género e número, facto que se explica com facilidade. Na verdade, relativamente ao erros de uso, em inglês, a afectação da forma gráfica de uma palavra dificilmente não afecta a sua forma auditiva. Quanto aos erros de género e número, a especificidade do inglês condiciona seguramente a sua escrita.

Em contrapartida, as crianças inglesas cometem mais erros de ordem fonética, comportamento resultante com certeza do tipo de correspondência

---

<sup>41</sup> Cf. HENDERSON, L. — *ob. cit.*, 1982, p. 66.

fonia-grafia atrás focada. A correspondência não isomórfica entre fonema-grafema deve constituir a causa de grande número de omissões de sons quando a criança ainda não sabe escrever ou então de substituições e de adições, que ela opera um pouco ao acaso.

Nos textos das crianças francesas surgem, porém, muito menos erros de inversão do que nos textos das crianças inglesas e portuguesas. (No caso do português, a inversão mais frequente diz respeito essencialmente à sequência oclusiva + vibrante simples (ex: *pergar/pregar*), que elas ouvirão porventura também muitas vezes de forma invertida.)

Em francês, por causa sem dúvida da homofonia lexical, das consoantes dobradas e das consoantes mudas, encontramos mais erros de uso do que em inglês e, por causa da homofonia respeitante às desinências nominais e verbais, verificamos igualmente um número mais elevado de erros linguísticos (morfológicos) e de erros de género e número. Além disso, a homofonia dificulta por certo a identificação das palavras quando as crianças ainda não dominam a estrutura da frase <sup>42</sup>.

Um levantamento de erros deste género ajuda seguramente a realçar as características ortográficas da língua em estudo e permite que os professores das várias línguas, quando sensibilizados para tal, localizem sem grande margem de erro os desvios ortográficos com que deparam. Saber sobre que aspectos se deve insistir para melhorar as produções escritas constitui indubitavelmente o primeiro passo num processo de reeducação. O professor ou o educador deve observar com cuidado se os erros encontrados remetem para problemas de aprendizagem, de percepção ou de domínio deficiente da estrutura da frase. É evidente que a intervenção (re)educativa se encontra subordinada a um exame minucioso previamente efectuado.

Dependendo obviamente do sistema ortográfico da língua em questão, mais ou menos subordinado à fonética, será ou não importante que o aprendente domine mais ou menos profundamente a morfologia da sua língua para poder partir para uma escrita sem problemas. No entanto, independentemente do sistema ortográfico, os erros de identificação de palavras são sempre um bom indicador do domínio que um falante apresenta da sua língua.

---

<sup>42</sup> Cf., por exemplo relativamente ao francês, GIROLAMI-BOULINIER, A. — *La grammaire langage en 20 leçons*, Issy-les-Moulineaux, Editions EAP, 1989.

A metodologia por que se optou neste trabalho para analisar os textos escritos de crianças do 4.º ano de escolaridade falantes do francês, inglês e português permitiu assim não só realçar a influência do tipo de sistema ortográfico no número de erros encontrados mas também mostrar, relativamente a cada sistema, a(s) categoria(s) de erros mais específica(s). Trata-se desta forma de uma análise que conduz facilmente à obtenção de um perfil de escrita e ao encaminhamento reeducativo de determinados casos se a persistência e frequência de erros considerados críticos assim o aconselhar.

*A. Girolami-Boulinier  
Maria da Graça Pinto*

## ALGUMAS NOTAS SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE /t/ E /d/ EM PORTUGUÊS

### DINÂMICA ARTICULATÓRIA E FUNCIONALIDADE LINGUÍSTICA \*

#### 1 — Apresentação

Contrariamente às descrições fonológicas inspiradas no sistema de traços distintivos binários de *The Sound Pattern of English*<sup>1</sup> (SPE), de que se derivam matrizes que, independentemente dos autores consultados, se nos apresentam perfeitamente regulares<sup>2</sup>, as classificações articulatórias basea-

---

\* O autor agradece muito especialmente as pacientes leituras de versões preliminares deste texto a que se deram a Professora Doutora Maria da Graça Pinto e o Dr. Raúl Almeida, ambos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As críticas, os comentários e as sugestões bibliográficas então formuladas revelaram-se úteis e pertinentes e constituíram um grato incentivo à conclusão do texto agora apresentado.

<sup>1</sup> CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris — *The Sound Pattern of English*, New York, Harper & Row Publishers, 1968. Antes desta obra, outras propostas ou teorizações de sistemas de traços distintivos binários foram apresentadas. Desses estudos precursores destacam-se os seguintes: JAKOBSON, Roman; HALLE, Morris — *Fundamentals of Language*, The Hague, Mouton, 1956; JAKOBSON, Roman; FANT, C. Gunnar M.; HALLE, Morris — *Preliminaries to Speech Analysis — The Distinctive Features and their Correlates*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1963. No entanto, foi com *The Sound Pattern of English* que a classificação fonológica das línguas com base em sistemas de traços binários se estabeleceu definitivamente. O sistema aí proposto por Chomsky e Halle é adoptado como modelo, por exemplo, para as descrições generativistas da fonologia do português: MATEUS, Maria Helena Mira — *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1975 (2.ª ed.: INIC, 1982); PARDAL, Ernesto d'Andrade — *Aspects de la phonologie (générative) du portugais*, Lisboa, INIC, 1977; MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub — *Gramática da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Caminho, 1992.

<sup>2</sup> As poucas variações registadas quase se podem resumir às divergências quanto a classificar as laterais como [+contínuas] ou [-contínuas] (cf. CHOMSKY; HALLE — *op. cit.*, p. 318; WELLS, J. C. — *A Scots diphthong and the feature "continuant"*, in "Journal of the International

das na fonética tradicional (FT)<sup>3</sup> demonstram, em alguns aspectos particulares, “flutuações de classificação”: os mesmos sons merecem, conforme as fontes bibliográficas consideradas, classificações diferentes. Estas, por sua vez, partem também em certos casos de inventários de pontos de articulação não coincidentes entre si, como se verá neste trabalho.

Um dos exemplos deste tipo de falta de coincidência de classificações, e no caso concreto da língua portuguesa, encontra-se na atribuição de um ponto de articulação às consoantes.

No presente estudo, ilustraremos esta questão com as oclusivas orais /t/ e /d/ do português europeu, que, como se verá, são classificadas ora como dentais, ora como alveolares por diversos autores<sup>4</sup>.

Começaremos por ver em termos gerais o que se entende, em FT, por “ponto de articulação” e quais os pontos de articulação admitidos por diversos autores, servindo-nos para tanto de obras de fonética geral, de manuais universitários de fonética e fonologia, e, ainda, da versão oficial e mais actualizada (1993) do quadro da Associação Fonética Internacional (IPA Chart 1993)<sup>5</sup>. Seguidamente, percorreremos algumas discussões sobre a distinção, em fonética geral, entre os pontos de articulação dental e alveolar.

Phonetic Association”, Vol. 1, N.º 1 (1971), pp. 29-32; DURAND, Jacques — *Generative and Non-Linear Phonology*, London, Longman, 1990, pp. 51 e ss.) ou às propostas de adopção de novos traços, como [+/- raiz da língua avançada], proposto por HALLE, MORRIS; STEVENS, K. N. — *On the feature “Advanced Tongue Root”*, in “MIT Quarterly Progress Report”, 94, pp. 209-215, citado por DURAND — *op. cit.*, pp. 45 e ss. A pertinência deste último traço para o português tem sido estudada por Amália Andrade (cf. ANDRADE, Amália - *Reflexões sobre as “distinções de altura” em português*, in “Actas do Workshop da Associação Portuguesa de Linguística sobre o Português”, 1992, pp. 1-24, e *Ainda as Vogais de Sagres: Estudo Fonético da Distinção Recuado/Não-Recuado*, in “Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística”, 1992, pp. 37-58).

<sup>3</sup> Por “Fonética Tradicional” entenderemos neste trabalho as propostas que, anteriores ou posteriores (cronologicamente) a *The Sound Pattern of English*, não usem um sistema de traços distintivos do tipo do ali proposto por Chomsky e Halle, classificando os sons da língua em função da “informação de natureza cinestésica sobre as estruturas articulatórias que intervêm na sua produção” (MATEUS, Maria Helena Mira; ANDRADE, Amália; VIANA, Maria do Céu; VILLALVA, Alina — *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 45). Os seus fundamentos desenvolveram-se sobretudo no século XIX e caracterizam-se pelo pormenor da descrição da dinâmica articulatória na produção dos sons elocucionais (cf. LIEBERMAN, Philip; BLUMSTEIN, Sheila E. — *Speech physiology, speech perception, and acoustic phonetics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 163-164).

<sup>4</sup> Outras consoantes, como /k ʃ ʒ s z n l r r/, sugerem aos diversos autores classificações diferentes do ponto de articulação, mas delas não nos ocuparemos no presente trabalho.

<sup>5</sup> Vd. reprodução deste quadro, autorizada pela AFI, em anexo, no final do texto.

Finalmente, e à luz dos pontos anteriormente mencionados, faremos a revisão das várias propostas de classificação, para o português e conforme os diferentes autores, de /t/ e /d/, do que partiremos para as conclusões preliminares deste estudo.

## 2 — O ponto de articulação

### 2.1 — Considerações gerais e inventários

As consoantes, em FT, são classificadas em referência a dois critérios fundamentais: o *ponto* e o *modo* de articulação<sup>6</sup>.

Neste estudo, como já referido, ocupamo-nos exclusivamente de questões relativas ao ponto de articulação, que nos indica a região da cavidade oral em que se produz a consoante; essa produção é normalmente o resultado da combinação de dois articuladores que se juntam ou aproximam para, obstaculizando a saída do ar, produzirem um determinado resultado acústico identificável, em termos estruturalistas, com um fonema da língua<sup>7</sup>.

A fonética divide, em consequência, a cavidade oral em diversas porções, e é essa divisão que motiva as nomenclaturas para se designar, em FT, os vários pontos de articulação.

O quadro seguinte sintetiza e permite-nos comparar algumas das várias propostas de inventários de pontos de articulação consonânticos apresentados por diversos autores. Como se vê, no conjunto de autores considerado<sup>8</sup>, não se encontram duas propostas de inventário de pontos de articulação inteiramente coincidentes.

---

<sup>6</sup> Cf. MALMERG, Bertil — *La phonétique*. Trad. port. de Oliveira Figueiredo, *A fonética*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 75 (1.ª ed. fr.: 1954); CATFORD, J. C. — *A Practical Introduction to Phonetics*, Oxford, Clarendon Press, 1988, p. 17; CLARK, John; YALLOP, Colin — *An Introduction to Phonetics and Phonology*, Oxford, Basil Blackwell, 1990, p. 76.

<sup>7</sup> Distingue-se nos articuladores um *móvel* ou *activo* de um *fixo* ou *passivo* (cf. GILI GAYA, Samuel — *Elementos de Fonética General*, 5.ª ed. corr. e ampliada (3.ª reimp.), Madrid, Gredos, 1978, pp. 70-71 (1.ª ed.:1950)); noutros termos (cf. CATFORD — *op. cit.*, p. 79), distinguem-se um articulador *inferior* e um *superior*. Nas notas de reflexão que aqui apresentamos, não trataremos as questões relativas ao articulador móvel (segundo Gili Gaya) ou inferior (segundo Catford), ocupando-nos exclusivamente de problemas relacionados com o articulador fixo (ou superior).

<sup>8</sup> Dadas as limitações intrínsecas a um trabalho deste tipo, a pesquisa bibliográfica subjacente à elaboração dos quadros incluídos no texto destas notas de investigação não terá certamente esgotado todas as fontes existentes.

**Quadro 1** — Os pontos de articulação admitidos como possíveis em fonética geral para as consoantes <sup>9</sup>

GILI GAYA <i>Elementos...</i> p. 71	MALMBERG <i>La phonétique</i> p. 74	CLARK & YALLOP <i>An Introduction...</i> p. 80	LADEFOGED <i>Preliminaries</i> p. 43	CATFORD <i>A Practical...</i> pp. 82 e ss.	IPA CHART 1993
Bilabial	Bilabial	Bilabial	Bilabial	Bilabial	Bilabial
Labiodental	Apicodental	Labiodental	Labiodental	Labiodental	Labiodental
Interdental	ou	Apicodental	Dental	Dental	Dental/
Dental	Apicoalveolar	Laminodental	Alveolar	Alveolar	/Alveolar
Alveolar	Dorsopalatal	Apicoalveolar	Postalveolar	Postalveolar	/Postalveolar
Palatal	Dorso-uvular	Laminoalveolar	Palatal	Palatal	Retroflexo
Velar		Apicopostalveolar	Velar	Velar	Palatal
Bilabiovelar		Laminopostalveolar	Uvular	Uvular	Velar
Uvular		Sublaminopostalveolar (retroflexo)	Faringal	Faringal	Uvular
		Apicopalatal		Glotal	Faringal
		Laminopalatal			Glotal
		Velar			
		Uvular			
		Faringal			
		Glotal			

## 2.2 — A distinção dental/alveolar nas várias línguas

Ocupemo-nos agora de um aspecto mais particular respeitante ao ponto de articulação: os pontos dental e alveolar nas consoantes. Como os nomes indicam, estas designações referem-se a sons articulados com uma porção da língua contra, respectivamente, a face interna dos dentes incisivos superiores (dentais) ou os alvéolos (alveolares).

Em algumas línguas, uma oposição entre oclusivas dentais e alveolares, pelo menos nas oclusivas orais, é linguisticamente funcional, isto é, distingue

<sup>9</sup> Além das referências bibliográficas constantes de notas anteriores (indicadas no próprio quadro), usámos, para a elaboração deste, a seguinte obra: LADEFOGED, Peter — *Preliminaries to Linguistic Phonetics*, Chicago, The University of Chicago Press (Midway Reprint), 1981 (1.ª ed.: 1971).

significados, sendo, por isso, uma distinção fonológica. Numa versão do UPSID<sup>10</sup> disponível em 1992<sup>11</sup>, verificava-se que, das 436 línguas contempladas pela base de dados, essa oposição era atestada, só nas oclusivas sonoras orais, em 12 línguas (isto é, só aproximadamente 2,75% do total de línguas introduzidas na base de dados admitem uma distinção fonológica entre /t̪/ e /d/); nas surdas orais (/t̪/≠/t/), só 25 línguas (5,73% do total de línguas consideradas) fazem uma oposição fonológica entre a articulação dental e a alveolar; nas surdas e sonoras orais consideradas globalmente, uma oposição entre dental e alveolar (/t̪/≠/t/ e /d̪/≠/d/) era atestada em 9 línguas (isto é, em 2,06% do total de línguas então disponível na base de dados). Trata-se, portanto, de uma distinção pouco produtiva no conjunto das línguas naturais.

Nas restantes línguas, só um dos pontos existe fonologicamente: na versão do UPSID atrás referida, constatava-se que a oposição entre /t̪/ e /d̪/ dentais é funcional em 65 línguas (14,90% do total de línguas) e que /t/ e /d/ alveolares se opõem em 101 línguas (ou seja, em 23,16% do total), o que, em conjunto, perfaz um total de 166 línguas (38,07%) em que uma oclusiva oral surda e uma oclusiva oral sonora homorgânica se opõem fonologicamente na região dental ou alveolar (reunida, em termos de matriz generativista, sob os traços [+coronal], [+anterior]<sup>12</sup>). Henton, Ladefoged e Maddieson, em *Stops in the World's Languages*<sup>13</sup>, baseando-se numa versão mais antiga do UPSID, que comportava 317 línguas e **não distinguia os pontos dental e alveolar**, afirmam que, no total das línguas, a região dento-alveolar é a região da cavidade oral mais produtiva em termos de ponto de articulação<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> UPSID (UCLA [University of California at Los Angeles] Phonological Segment Inventory Database). Trata-se de uma exaustiva base de dados informatizada contendo informações fonológicas sobre centenas de línguas de várias famílias, faladas em todo o mundo. O trabalho é dirigido há vários anos por Ian Maddieson, da UCLA, e é periodicamente atualizado.

<sup>11</sup> Referimo-nos à versão disponível no Outono de 1992 no Instituto de Linguística da Universidade de Estocolmo, cuja consulta se tornou possível graças a uma bolsa concedida pelo Instituto Sueco. Esta versão não contemplava então o português em nenhuma das suas variedades.

<sup>12</sup> Cf. MATEUS — *Aspectos...*, p. 72; PARDAL — *op. cit.*, p. 108; MATEUS *et al.* — *Gramática...*, pp. 354 e 356.

<sup>13</sup> HENTON, Caroline; LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian — *Stops in the World's Languages*, in "Phonetica", 49 (1992), pp. 65-101.

<sup>14</sup> A escala decrescente dos pontos de articulação mais atestados nas línguas inventariadas no UPSID (na versão de que se serviram os autores, comportando 317 línguas,



Destas observações, salientamos os seguintes aspectos:

— a distinção dental/alveolar tem valor fonológico num conjunto de línguas francamente minoritário (de que o português não faz parte);

— em termos de classificação articulatória, há que notar que os autores classificam as consoantes oclusivas [+ant, +cor], dentro da mesma língua, como dentais ou como alveolares; fazem-no, por exemplo, os investigadores responsáveis pelo UPSID ao distinguirem, nas versões mais recentes da base de dados, as línguas em que estes segmentos são dentais daquelas em que eles são alveolares, como referido<sup>15</sup>.

## 2.2 — A distinção dental/alveolar em português

Apresentamos no quadro 2 várias propostas de classificação<sup>16</sup> que autores de fonética e fonologia do português propõem para as consoantes oclusivas orais que, em fonologia generativa, partilham os traços [+ anterior] e [+ coronal].

Uma conclusão importante a retirar deste quadro é a demonstração e confirmação do que inicialmente afirmámos sobre a não-coincidência entre diversas propostas de classificação articulatória do ponto de articulação nos moldes da fonética tradicional, tomando como exemplo as consoantes /t/ e /d/ do português.

---

ou seja, menos 119 do que na versão de 1992 que consultámos) é a seguinte (Henton *et al.*, *op. cit.*, p. 67):

1.º — dental-alveolar; 2.º — velar; 3.º — bilabial; 4.º — palatal ou palato-alveolar; 5.º — uvular; 6.º — retroflexo; 7.º — labiovelar; 8.º — outros pontos (que, no total, representam menos de 6% no conjunto de todas as línguas inventariadas).

<sup>15</sup> Noutras comparações inter-linguísticas, encontramos procedimento semelhante em classificações destas consoantes que se diferenciam apenas na distinção dental/alveolar. Malmberg (*op. cit.*, pp. 74 e ss.), por exemplo, distingue /t/ e /d/ do francês e do inglês com base nessa diferença, ilustrando o seu ponto de vista com reproduções de palatogramas e de cortes transversais do aparelho fonador em que as consoantes francesas são apresentadas como ápico-dentais e as inglesas como ápico-alveolares. Uma distinção semelhante, comparando, desta feita, o inglês com o castelhano, é proposta por Clark e Yallop (*op. cit.*, pp. 80-81), para quem /t/ e /d/ em castelhano são ápico-dentais (articulados com “*tongue tip and edges or backs of upper incisors*”) e, em inglês, são ápico-alveolares (“*tongue tip and alveolar region*”).

<sup>16</sup> Vd. nota 8.

**Quadro 2** — Algumas das várias propostas de classificação das consoantes oclusivas orais dentais/alveolares do português quanto ao ponto de articulação segundo os modelos da fonética tradicional <sup>17</sup>

	/t/	/d/
GONÇALVES VIANA <i>Exposição ...</i> , pp. 45, 47 e 50	alveolar	alveolar
SÁ NOGUEIRA <i>Elementos...</i> , pp. 33 e ss.	ápico-dental	ápico-dental
LACERDA e HAMMARSTRÖM <i>Transcrição Fonética...</i> , p. 125	dental	dental <sup>18</sup>
HERCULANO DE CARVALHO <i>Fonética Portuguesa</i> , p. 3	alveolar	alveolar
MORAIS BARBOSA <i>Etudes...</i> , p. 170	ápico-dental	ápico-dental

(Continua na pág. seguinte)

<sup>17</sup> Para este quadro, foram utilizados os seguintes elementos bibliográficos: VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves — *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, reproduzido em facsimile em CINTRA, Luís F. Lindley; RIBEIRO, José A. Peral (organizadores) — *A. R. Gonçalves Viana — Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, pp. 153-250; NOGUEIRA, Rodrigo de Sá — *Elementos para um tratado de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos/Imprensa Nacional de Lisboa, 1938; LACERDA, Armando de; HAMMARSTRÖM, Göran — *Transcrição Fonética do Português Normal*, in “Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”, Vol. 1, 1952, pp. 119-135; CARVALHO, José G. Herculano de — *Fonética Portuguesa*, Coimbra, Cursos de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, s/d; BARBOSA, Jorge Morais — *Etudes de Phonologie Portugaise*, 2.<sup>a</sup> ed., Évora, Universidade de Évora, 1983 (1.<sup>a</sup> ed.: 1965); CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Sá da Costa, 1990 (1.<sup>a</sup> ed.: 1984); MATEUS, Maria Helena Mira; ANDRADE, Amália; VIANA, Maria do Céu; VILLALVA, Alina — *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990; MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub — *Gramática da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Caminho, 1992; BARBOSA, Jorge Morais — *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra, Almedina, 1994.

<sup>18</sup> Armando de Lacerda, nas notas que fez publicar para os seus alunos de Fonética (Coimbra, Faculdade de Letras, mimeografado, s/d), afirma ser possível encontrar, em português, as duas articulações (dental e alveolar) para as consoantes em questão, dependendo tal variação quer dos hábitos individuais do falante, quer do próprio contexto fonético.

Quadro 2 (Cont.)

	/t/	/d/
CUNHA E CINTRA <i>Nova Gramática...</i> , p. 45	linguodental	linguodental <sup>19</sup>
MATEUS et al. <i>Fonética, Fonologia...</i> , p. 50	dental	dental
MATEUS et al. <i>Gramática...</i> , p. 354	dental	dental
MORAIS BARBOSA <i>Introdução...</i> , p. 146	apical	apical <sup>20</sup>

### 3 — Observações finais

Da comparação de dados, quer gerais, quer referentes ao português que nos pontos anteriores efectuámos, podemos extrair as conclusões preliminares e as observações finais que a seguir enunciamos.

<sup>19</sup> A designação “linguodental”, usada por estes autores, suscita alguma reflexão: a concepção da língua como um todo articulatorio, não dividido em porções funcionalmente distintas, não é um procedimento habitual em FT. Malmberg, p. ex. (*op. cit.*, pp. 48, 50, 55 e 56), divide a língua em, pelo menos, três partes fundamentais — ápice, dorso (dividido ainda em pré-dorso, médio-dorso e pós-dorso) e raiz. Clark e Yallop (*op. cit.*, pp. 79-80) dividem-na em ápice, lâmina e dorso. Os inventários de pontos de articulação sintetizados no quadro 1 destas notas de investigação demonstram a necessidade de se distinguir as várias porções da língua de acordo com a sua pertinência fonológica. Por estas razões, ainda que compreensível numa descrição gramatical tradicional da língua, esta designação parece-nos desadequada em descrições linguísticas mais exigentes.

<sup>20</sup> A eliminação da referência ao articulador superior, decorrente desta proposta de Morais Barbosa, não nos parece clarificar a questão; com efeito, o ápice da língua pode combinar-se com outras porções do contínuo dento-alvéolo-palatal, sendo de supor que dessa multiplicidade de combinações possíveis resultem oposições distintivas (cf. CLARK; YALLOP — *op. cit.*, p. 80, que enumeram as seguintes combinações: ápico-dental, ápico-alveolar, ápico-postalveolar e ápico-palatal; vd. quadro 1). Gonçalves Viana, em *Exposição...*, p. 50, usa também o termo “apicais” para classificar estas consoantes, mas acrescenta, noutras passagens do texto, informações que permitem identificá-las com alveolares. Morais Barbosa, em *Introdução...*, p. 58, defende o uso desta designação para solucionar a variação: “Existem em português os dois tipos [dental e alveolar], que dependem dos hábitos próprios dos falantes, e muitas vezes o ouvido desprevenido não se dá conta da diferença entre eles. Quando se não pretende distinguir um tipo do outro, fala-se simplesmente de apicais.”

1 — Neste trabalho, quisemos chamar a atenção para uma variação que, mais do que uma não-coincidência terminológica entre fontes, pode indiciar a existência de um fenómeno linguístico mais interessante de tipo alofónico (v. ponto 2, adiante) e lançar alguns argumentos para uma discussão teórica acerca da importância do ponto de articulação tal como o entende a FT (v. ponto 3, adiante). A aceitar-se a importância de uma solução uniforme em termos de descrição linguística, a definição exacta do ponto de articulação das consoantes só se tornará possível após estudos exaustivos de fonética articulatória que recorram a algo mais do que o ouvido e a intuição dos investigadores (independentemente da importância de tais métodos subjectivos), nomeadamente a técnicas apuradas como a electropalatografia e a cinerradiografia, a partir de amostras consideráveis que abranjam a maior diversidade possível de dialectos e idiolectos.

2 — Assumimos a hipótese de que a falta de coincidência terminológica entre fontes bibliográficas patente no quadro 2 reflecte a existência, verificável em português e a um nível fonético, da variação articulatória quanto ao ponto de articulação aí mencionada para as consoantes /t/ e /d/. Sabendo que, no grupo das oclusivas orais, além de /t/ e /d/, existem só /p b k g/<sup>21</sup> (labiais e velares), não há, nesta língua, uma oposição fonológica entre uma realização dental e uma realização alveolar das consoantes em causa. Trata-se de uma distinção puramente fonética.

Para os distribucionalistas, a noção de variabilidade articulatória (fonética) é inerente à própria noção de **fonema**, que Gleason define como uma “*classe de sons*”, isto é, como um conjunto de possibilidades articulatórias distintas (a nível fonético) mas não distintivas (a nível fonológico) e que recebem o nome de **alofones**<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Cf., p. ex., MATEUS *et al.* — *Gramática...*, pp. 351 e ss., ou BARBOSA — *Introdução...*, p. 146.

<sup>22</sup> Cf. GLEASON JR., H. A. — *An Introduction to Descriptive Linguistics*. Trad. port. de João Pinguelo, *Introdução à Linguística Descritiva*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 274 e 278-280. A fonologia funcionalista aproxima-se do distribucionalismo neste ponto: para MARTINET (*L'Economie des Changements Phonétiques (Traité de Phonologie Diachronique)*, 3<sup>ème</sup> édition, Bern, A. Francke, 1970, pp. 47 e ss.) e BARBOSA (*Introdução...*, p. 69) é possível definir o fonema como um *campo de dispersão*, ou seja, um conjunto de variantes articulatórias concebíveis em termos de desvio de um ponto óptimo que não se distinguem entre si.

Esta variabilidade, para Gleason, pode resultar de duas causas diferentes: o contexto fonético (que origina a *variação contextual*, a que Gleason chama *distribuição complementar*) e a configuração particular do aparelho fonador ou os hábitos articulatórios individuais de cada falante (de que resulta a *variação livre*)<sup>23, 24</sup>.

Julgamos legítimo associar à distribuição complementar dos distribucionalistas um outro conceito, o de *coarticulação*<sup>25</sup>, que prevê a adaptação articulatória dos sons da fala aos sons contíguos, em resultado da dinâmica do processo em causa, tornando-se, desse modo, uma fonte importante de alofonia.

As disparidades entre autores quanto à atribuição de um ponto de articulação a /t/ e /d/ do português parecem-nos indício suficiente para aceitarmos, na actualização fonética desses segmentos, uma variação alofónica, como já foi referido.

Jorge Morais Barbosa, em *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, atribui a variação aos hábitos individuais dos falantes e ilustra, com imagens radiográficas, a consoante /t/ no mesmo contexto fonético ([ta]) articulada como dental numa ocorrência e como alveolar numa outra<sup>26</sup>. Em termos distribucionalistas, portanto, estes dados de Morais Barbosa seriam suficientes para aceitar a variação em causa como um exemplo de variação livre.

O mesmo autor desvaloriza ainda a importância linguística desta variação, propondo que, na referência ao ponto de articulação destas duas conso-

<sup>23</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>24</sup> As mesmas noções de alofonia e distribuição complementar estão também presentes na fonologia funcionalista. Cf. MARTINET, André — *Eléments de Linguistique Générale*. Trad. port. de J. Morais Barbosa, *Elementos de Linguística Geral*, 10.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1985, pp. 73-74 (1.ª ed. fr.: 1960); BARBOSA, Jorge Morais — *Introdução...*, p. 159.

<sup>25</sup> A coarticulação consiste basicamente na extensão de um mesmo gesto articulatório a mais do que um som de um *continuum* fónico (cf. LIEBERMAN; BLUMSTEIN — *op. cit.*, pp. 126, 130-131, 145-146, 211-213 e 217; estes autores referem estudos experimentais que demonstram o efeito de “coarticulação antecipatória”, traduzido na presença, em determinados segmentos de fala, de marcas articulatórias típicas dos segmentos que se lhes hão-de seguir numa sequência de fala). A compreensão dos fenómenos de coarticulação deve bastante a um estudo precursor de que foi co-autor o foneticista português Armando de Lacerda, referido por Morais Barbosa em *Etudes...*: MENZERATH, Paul; LACERDA, Armando de — *Koarticulation, Steuerung und Lautabgrenzung - Eine experimentelle Untersuchung*, Berlin-Bonn, 1933.

<sup>26</sup> Cf. BARBOSA — *Introdução...*, pp. 58 e s. e 99.

antes, se omite o nome do articulador superior ou imóvel, isto é, que não se especifique nem o ponto dental nem o ponto alveolar, passando estas consoantes a ser designadas simplesmente como *apicais* (v. quadro 2)<sup>27</sup>.

Além das causas individuais contempladas por Morais Barbosa (e a que não serão estranhas as diferentes configurações anatómicas dos aparelhos fonadores dos falantes), temos de admitir a interferência de factores contextuais, interagindo com aquelas quando não estejam em causa aspectos distintivos<sup>28</sup>.

3 — Reservámos para o final desta discussão alguns tópicos relacionados com a importância do ponto de articulação, tido pela FT como um dos parâmetros fundamentais na classificação das consoantes.

A compreensão do fenómeno de coarticulação, que referimos no ponto anterior, leva-nos a entender diferentemente a importância desse parâmetro: em lugar da rigidez com que a FT estabelece um ponto exacto da cavidade oral em que se articula determinado segmento, há que contar sempre com uma variação articulatória (não distintiva) dentro de uma zona mais lata do que o *ponto* exacto definido pela FT.

Além da coarticulação, um outro argumento que, de certa forma, relativiza a importância que a FT concede ao ponto de articulação é a **natureza categorial** dos processos perceptivos e da componente fonológica das línguas.

Para a elucidação da natureza categorial da percepção de fala e as suas consequências fonológicas contribuíram decisivamente os primeiros estudos experimentais de percepção de fala, que demonstram que a variação de uma dimensão acústico-articulatória ao longo de uma escala contínua de valores não tem paralelo a nível perceptivo; neste nível, só a mudança de valores em regiões determinadas dessa escala contínua provoca uma mudança de resposta perceptiva. Essas regiões — que constituem as *barreiras intercategoriais* —, delimitam **categorias** perceptivas dentro das quais praticamente não

---

<sup>27</sup> *Id.*, *ibid.* Vd. nota 20.

<sup>28</sup> GLEASON (*op. cit.*, p. 274) exemplifica o efeito do contexto sobre o ponto de articulação com a velar /k/ do inglês que, se ocorrer antes de vogal recuada, terá uma articulação mais recuada do que se ocorrer antes, p. ex., de /i/. O mesmo se poderá postular para o português (cf. A. de LACERDA, nas notas referidas na nota 18).

existe discriminação de estímulos fonéticos e que correspondem aos *fonemas*, ou unidades *distintivas*, da língua<sup>29, 30</sup>. À luz destes dados, em português a variação do ponto de articulação no contínuo dento-alveolar produzirá efeitos acústicos sem pertinência perceptiva e fonológica; esse contínuo formará então uma **categoria** e os sons articulados dentro dos seus limites categoriais não serão facilmente distinguidos por um ouvinte nativo.

Ao contrário da fonética articulatória, ocupada em dar conta de todas as variações contínuas presentes em amostras de fala concretas, a fonologia e a fonética perceptiva devem então ocupar-se da determinação das barreiras

---

<sup>29</sup> Um dos primeiros estudos conhecidos nesta matéria é o de LIBERMAN, Alvin M.; HARRIS, Katherine Safford; HOFFMAN, Howard S.; GRIFFITH, Belver C. — *The Discrimination of Speech Sounds within and across phoneme boundaries*, in «Journal of Experimental Psychology», Vol. 54, N.º 5, 1957, pp. 358-368, em que se provou, através de manipulação laboratorial, que a variação contínua dos valores de F2 só induz mudanças de identificação do ponto de articulação das oclusivas em determinadas regiões do espectro. Para uma revisão actualizada dos estudos categoriais da fala, em que se discute também a influência dos níveis superiores (como o conhecimento específico da categorização fonológica de uma língua), cf. HARNAD, Stevan (organizador) — *Categorical perception — The groundwork of cognition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

Numa perspectiva diferente, a *teoria motora da percepção de fala*, nas suas formulações mais recentes, propõe que o reconhecimento dos estímulos fonéticos se torna possível apenas em função da activação interna de comandos motores (cf. LIEBERMAN e BLUMSTEIN — *op. cit.*, pp. 147-148), não se dando, portanto, primazia absoluta aos aspectos acústicos no processo perceptivo. Para a discussão destas e outras questões relacionadas com a mediação articulatória nos processos perceptivos, veja-se: FODOR, J. A.; BEVER, T. G.; GARRETT, M. F. — *The Psychology of Language — An Introduction to Psycholinguistics and Generative Grammar*, New York, McGraw-Hill, 1974, pp. 279-313; SEGUI, Juan — *La perception du langage parlé*, in BONNET, Claude; GHIGLIONE, Rodolphe; RICHARD, Jean-François (organizadores) — *Traité de Psychologie Cognitive — Perception, Action, Langage*, Paris, Dunod, 1989, pp. 199-234; LIEBERMAN; BLUMSTEIN — *op. cit.*, pp. 147-148.

<sup>30</sup> Embora de forma menos sistemática e sem a comprovação experimental patente nos estudos de fonética perceptiva, a fonologia distribucionalista e a fonologia funcionalista apresentam concepções *categoriais* do fonema: a “*classe de sons*” de Gleason e o “*campo de dispersão*” de Martinet e Morais Barbosa (vd. nota 22) referem-se, sem se empregarem estes termos, a variações articulatórias contínuas dentro de uma mesma categoria fonológica e perceptiva. Também as propostas de inventários de traços distintivos binários como a do SPE e dos seus antecessores (vd. nota 1) se podem relacionar com a categorização aqui mencionada, já que pretendem determinar as propriedades, de base articulatória ou acústica, que, sendo distintivas, delimitam as categorias perceptivas e fonológicas das línguas.

intercategoriais onde, em cada língua, se operam as distinções linguisticamente funcionais<sup>31</sup>.

Assim, uma divisão da cavidade oral que se pretenda linguisticamente pertinente não pode ser inflexível a ponto de considerar apenas os factores de natureza puramente anatómica, pois estes não são necessariamente dotados de pertinência linguística. Essa divisão deve dar conta apenas das regiões e sub-cavidades da cavidade oral em que se produzam as distinções fonológicas. Em termos genéricos, esta é a proposta essencial da chamada *teoria quântica da fala*, da qual K. N. Stevens é o principal teorizador<sup>32</sup>. Segundo esta teoria, a cavidade oral pode ser dividida num número relativamente restrito e estável de regiões (e não propriamente de  *pontos*, como em FT) onde se produzem as distinções fónicas linguisticamente funcionais; dentro de cada uma dessas regiões (mais latas do que o tradicional “ponto de articulação”), quaisquer variações articulatórias não terão, a nível fonológico e perceptivo, nenhuma consequência<sup>33</sup>. A própria fonética, numa corrente que

---

<sup>31</sup> A questão da *distintividade* merece grande realce nas primeiras reflexões sobre a separação epistemológica entre a fonética e a fonologia (cf. TROUBETZKOY, Nikolai S. — *Grundzüge aus der Phonologie*. Trad. fr. de J. Cantineau, *Principes de Phonologie*, Paris, Klincksieck, nouveau tirage corrigé, 1976, pp. 3 e ss. (1.<sup>a</sup> ed. al.: 1939)); essa discussão é continuada de forma muito pertinente em diversos textos de Roman Jakobson (p. ex., e para além dos de que é co-autor e já indicados na nota 1: JAKOBSON, R. — *L'aspect phonologique et l'aspect grammatical du langage dans leur interrelation*, in “Actes du VI<sup>e</sup> Congrès International des Linguistes”, Paris, 1949, reproduzido em JAKOBSON, R. — *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit, 1986, pp. 159-206; JAKOBSON, R.; WAUGH, Linda — *The Sound Shape of Language*, Brighton, Harvester Press, 1979).

Ainda que só formalizada em termos científicos neste século pelos diversos autores já referidos, a noção de *distintividade* em fonologia ocorre de forma implícita e assistemática em épocas muito recuadas. Os mais antigos vestígios dessa concepção encontram-se no escrito anónimo islandês que nos chegou em apêndice aos poemas em prosa de Snorri Sturlusson (séc. XIII), em que se defende que nos sistemas ortográficos se deve dar conta somente dos aspectos sonoros distintivos na língua (cf. LÉON, Pierre; BURSTYNSKY, Edward; SCHOGT, Henry — *La phonologie*, Paris, Klincksieck, 1977, pp. 1 e ss.; JAKOBSON; WAUGH — *op. cit.*, pp. 12-13; a edição desse manuscrito encontra-se em HAUGEN, E. — *First Grammatical Treatise: The Earliest Germanic Phonology - An Edition, Translation and Commentary*, London (rev. ed.), 1972, referida por JAKOBSON; WAUGH — *op. cit.*). TRUBETZKOY — *op. cit.*, p. 4, enumera alguns dos seus antecessores para quem a noção de *distintividade*, mais ou menos implícita, era igualmente importante: Winteler, Sweet, Jespersen e Saussure.

<sup>32</sup> Cf. STEVENS, K. N. — *Quantal Nature of Speech*, in DAVID Jr., E. E.; DENES, P. B. (organizadores) — *Human Communication: A unified view*, New York, McGraw-Hill, referido por LIEBERMAN; BLUMSTEIN — *op. cit.*

<sup>33</sup> Cf. LIEBERMAN; BLUMSTEIN — *op. cit.*, p. 185.



se considera herdeira da fonética tradicional — a **fonética linguística** —, aceita a importância capital da distintividade, inscrevendo nos seus objectivos a determinação das propriedades articulatórias distintivas de cada língua<sup>34</sup>.

Uma distinção entre consoantes dentais e consoantes alveolares, como vimos ao longo destas reflexões, numa língua como o português (e como na maior parte das línguas) pertence ao tipo de variação não pertinente do ponto de vista linguístico referido no parágrafo anterior e só pode dever-se a uma visão estritamente anatomista destes factos, que privilegia os aspectos contínuos em detrimento dos categoriais, já que linguisticamente é destituída de qualquer pertinência fonológica. Nesta perspectiva, parece-nos legítima a interrogação sobre o interesse **fonológico** em encontrar uma solução de classificação uniformizada para a disparidade de designações do ponto de articulação constante do quadro 2.

A nível fonológico, aceitando-se o princípio de que só as distinções linguisticamente funcionais devem ser consideradas, os traços [+anterior] e [+coronal] propostos pelo modelo de *The Sound Pattern of English* são suficientes para a distinção de /t/ e /d/ das restantes oclusivas orais (v. quadro 3, em que não existem duas matrizes inteiramente coincidentes, correspondendo à distinção fonológica dos segmentos considerados), independentemente do facto fonético de elas serem dentais ou alveolares.

**Quadro 3** — Os traços [anterior] e [coronal] na distinção das oclusivas orais do português

	/p/,/b/	/t/,/d/	/k/,/g/
[ANTERIOR]	+	+	-
[CORONAL]	-	+	-

No final desta discussão em que se dão por reunidos alguns argumentos em favor do destaque a conceder à determinação das propriedades distintivas na descrição fonológica das línguas, invocamos ainda contributos recentes de áreas de aplicação prática da fonética, como o ensino das línguas

<sup>34</sup> Cf. LADEFOGED — *op. cit.*; FROMKIN, Victoria A. (organizadora) — *Phonetic Linguistics — Essays in Honor of Peter Ladefoged*, Orlando, Academic Press, 1985; BARBOSA, *Introdução...*, pp. 64 e ss. e 73. Não podemos, contudo, deixar de notar que as flutuações de classificação constatadas na FT e que referimos a título de exemplo no presente trabalho não põem em causa aspectos distintivos nem a categorização fonológica do português; elas situam-se sempre a nível intra-categorial, portanto sem consequências linguísticas.

e a terapia de fala. Um dos objectivos essenciais desses domínios de aplicação prática é a aquisição, por parte dos seus aprendentes/pacientes, de hábitos articulatorios “normais” (segundo os padrões de dadas comunidades linguísticas), o que justifica a especial atenção que os aspectos fonéticos articulatorios merecem nessas áreas. Contudo, diversos autores e correntes destes domínios defendem que os sujeitos de programas de ensino ou terapia desenvolvam também uma consciência fonológica, a par dessa consciência fonética, que lhes permita distinguir os aspectos fonéticos com valor distintivo (fonológico) e concentrar neles a sua atenção<sup>35</sup>.

\*  
\* \* \*

As notas de reflexão aqui apresentadas não esgotam, certamente, a discussão em torno das questões suscitadas; pretendemos delinear algumas pistas para um futuro desenvolvimento destes problemas, sublinhando a importância que deve ser concedida, em qualquer descrição linguística do plano fónico das línguas, aos aspectos articulatorios distintivos, de acordo com as várias propostas teóricas (referidas ao longo do texto) que se têm empenhado na busca de um compromisso entre a continuidade e o dinamismo dos aspectos articulatorios, por um lado, e, por outro, a funcionalidade-distintividade das categorias linguísticas (fonológicas).

*João Veloso*

---

<sup>35</sup> Cf. RENARD, Raymond — *La méthode verbo-tonale de correction phonétique*, 3ème éd. refondue (nouveau tirage), Paris/Mons, Didier Erudition/Centre International de Phonétique Appliquée, 1989, pp. 40 e ss., em que se expõe o “método das oposições fonológicas” (que não é, contudo, o defendido pela obra). Cf. ainda GIROLAMI-BOULINIER, Andrée — *L'apprentissage de l'oral et de l'écrit*, Paris, Presses Universitaires de France (coll. “Que sais-je?”), 1993, p. 10: “(...) il est utile de leur [aux enfants] proposer des oppositions de phonèmes (...). Ils réalisent ainsi qu'il existe des «familles» de phonèmes. Mais à l'intérieur de ces familles les confusions sont inévitables, s'ils ne saisissent pas les différences qui existent entre leurs éléments (...)”.

THE INTERNATIONAL PHONETIC ALPHABET (revised to 1993)

CONSONANTS (PULMONIC)

	Bilabial	Labiodental	Dental	Alveolar	Postalveolar	Retroflex	Palatal	Velar	Uvular	Pharyngeal	Glottal
Plosive	p b			t d		ʈ ɖ	c ɟ	k ɡ	q ɢ		ʔ
Nasal		m ɱ		n ɳ		ɳ̠	ɲ	ŋ	ɴ		
Trill				r					ʀ		
Tap or Flap				ɾ		ɽ					
Fricative	ɸ β	f v	θ ð	s z	ʃ ʒ	ʂ ʐ	ç ʝ	x ɣ	χ ʁ	ħ ʕ	h ɦ
Lateral fricative				ɬ ɮ							
Approximant		ʋ		ɹ		ɻ	j	ɰ			
Lateral approximant				l		ɭ	ʎ	ʟ			

Where symbols appear in pairs, the one to the right represents a voiced consonant. Shaded areas denote articulations judged impossible.

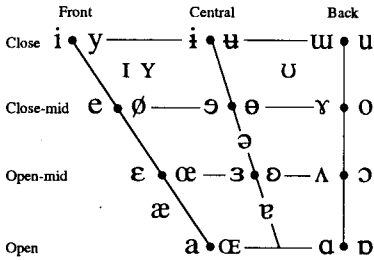
CONSONANTS (NON-PULMONIC)

Clicks	Voiced implosives	Ejectives
⦿ Bilabial	ɓ Bilabial	ʼ as in:
Dental	ɗ Dental/alveolar	ɓ Bilabial
! (Post)alveolar	ɟ Palatal	ɗ Dental/alveolar
≠ Palatoalveolar	ɠ Velar	ɠ Velar
Alveolar lateral	ʄ Uvular	ʂ Alveolar fricative

SUPRASEGMENTALS

	TONES & WORD ACCENTS
ˈ Primary stress	LEVEL
ˌ Secondary stress	CONTOUR
ː Long	↗ Extra high
ˑ Half-long	↖ High
ˑ̈ Extra-short	↔ Mid
· Syllable break	↘ Low
Minor (foot) group	↙ Extra low
Major (intonation) group	↓ Downstep
◌ Linking (absence of a break)	↑ Upstep
	↗ Rising
	↘ Falling
	↗ High rising
	↘ Low rising
	↗ Rising-falling etc.
	↘ Global fall

VOWELS



Where symbols appear in pairs, the one to the right represents a rounded vowel.

OTHER SYMBOLS

ʍ Voiceless labial-velar fricative	ɕ ʑ Alveolo-palatal fricatives
ʋ Voiced labial-velar approximant	ɭ Alveolar lateral flap
ɰ Voiced labial-palatal approximant	ɥ Simultaneous ʃ and x
ħ Voiceless epiglottal fricative	Affricates and double articulations can be represented by two symbols joined by a tie bar if necessary.
ʕ Voiced epiglottal fricative	
ʡ Epiglottal plosive	kp̣ tṣ

DIACRITICS

Diacritics may be placed above a symbol with a descender, e.g. ɲ̥̄

◌ Voiceless	◌ Breathy voiced	◌ Dental
◌ Voiced	◌ Creaky voiced	◌ Apical
◌ Aspirated	◌ Linguolabial	◌ Laminal
◌ More rounded	◌ Labialized	◌ Nasalized
◌ Less rounded	◌ Palatalized	◌ Nasal release
◌ Advanced	◌ Velarized	◌ Lateral release
◌ Retracted	◌ Pharyngealized	◌ No audible release
◌ Centralized	◌ Velarized or pharyngealized	
◌ Mid-centralized	◌ Raised	
◌ Syllabic	◌ Lowered	
◌ Non-syllabic	◌ Advanced Tongue Root	
◌ Rhoticity	◌ Retracted Tongue Root	

REVISÃO (1993) DO ALFABETO FONÉTICO INTERNACIONAL;  
Reprodução autorizada pela International Phonetic Association

## PARA UMA LEITURA GUIADA DE *SÉMANTIQUE GÉNÉRALE* DE BERNARD POTTIER, COM ADAPTAÇÕES AO PORTUGUÊS \*

Esta obra <sup>1</sup>, na sequência de *Systématique des éléments de relation* (1955/1962), *Linguistique Générale. Théorie et description* (1974) e, muito particularmente, de *Théorie et analyse en Linguistique* (1987) é, como no-lo diz o Autor, no seu “Avant-propos”, “mais um livro de sugestões do que uma recolha de factos, mais um enquadramento organizador do mundo do sentido do que um tratado estrito de descrição semântica” (p. 12).

A semântica geral, segundo Bernard Pottier, “preocupa-se com mecanismos e operações relativos ao sentido, através do funcionamento das línguas naturais”, isto é, “tenta explicitar os elos que existem entre os comportamentos discursivos num dado envolvimento, constantemente renovado, e as representações mentais que parecem ser partilhadas pelos utilizadores das línguas naturais” (p. 11). Assim, a reflexão do linguista segue um “percurso entre o individual e o universal, através do cultural” (p. 11) procurando conciliar “a extensão e a variedade das manifestações linguísticas... e a necessidade duma apresentação relativamente simples dos funcionamentos profundos da língua” (p. 11).

O Autor faz apelo a uma “esquematização visualizada” — que, como no-lo lembra, utiliza há quatro decénios — por constituir “o meio mais adequado para evocar os percursos mentais mais prováveis na construção do sentido” (p. 12) (tanto do ponto de vista da produção como do da compreensão).

---

\* Ao Professor Pottier, o meu agradecimento sincero pela sua leitura atenta deste texto.

<sup>1</sup> POTTIER, Bernard — *Sémantique générale*, Collection Linguistique nouvelle, Paris, PUF, 1992, 237 p. (Tradução espanhola: *Semántica general*, Madrid, Gredos, 1993, 244 p.).

O livro divide-se em quatro partes subdivididas em 15 capítulos e seguidos de uma conclusão (pp. 223-227). As quatro grandes divisões são as seguintes: 1 — As semânticas e a linguística (pp. 13-58); 2 — Conceptualização e Universais (pp. 59-117); 3 — O pôr em esquemas (fr. "La mise en schèmes") (pp. 119-153); — Os alvos enunciativos (fr. "Les visées énonciatives") (pp. 155-223).

A 1.<sup>a</sup> parte (cap. I - cap. V) — "As semânticas e a linguística" — relacionando os diferentes componentes da comunicação com as ópticas do emissor, do receptor e do linguista, e não esquecendo o envolvimento linguístico e não linguístico da mensagem — apresenta sete domínios semânticos, alguns tipos de comunicação e seus percursos. Segue-se uma reflexão polifacetada sobre o signo linguístico e sobre modelos abstractos susceptíveis de dar conta da complexidade das manifestações linguísticas.

### Cap. I "Os componentes dinâmicos da comunicação" (pp. 15-22)

O linguista tende a reconstituir a comunicação no seu duplo percurso, o onomasiológico (o do emissor/enunciador) e o semasiológico (o do receptor/interpretante). O enunciador parte de um referente (concreto ou abstracto, real ou imaginário), conceptualiza o seu QUERER DIZER, isto é, "põe em cena" mentalmente ("mise en scène" p. 18) e semiotiza (escolha de signos numa dada LN e escolhas sintácticas, "mise en signes et en schèmes") essa representação mental, apropriando-se assim das virtualidades da língua para a enunciação do seu discurso, isto é, "põe em cadeia os signos ("mise en chaîne" p. 18). "O discurso observado é único, sempre específico, uma espécie de hápax contínuo" (p. 17). O interpretante, por seu turno, parte do discurso produzido ("texto, oral ou escrito") e, graças ao seu SABER, identifica os elementos discursivos, constrói uma hipótese interpretativa que o leva a compreender a mensagem, a conceptualizar, desligando-se assim dos signos linguísticos ("que lhe serviram de trampolim para a compreensão" p. 17). O interpretante pode em seguida tornar-se enunciador e o primeiro enunciador interpretante, e assim por diante.

A "borboleta semântica" (p. 19) é uma figura globalizante que situa as quatro principais zonas complementares da comunicação verbal e as quatro semânticas (ligadas a essas zonas), "constitutivas da *démarche* linguística".

Estas semânticas, que se completam e que coexistem, são desenvolvidas nesta obra. As considerações sintácticas estão presentes a todo o momento, pois a “sintaxe veicula o sentido” (p. 20).

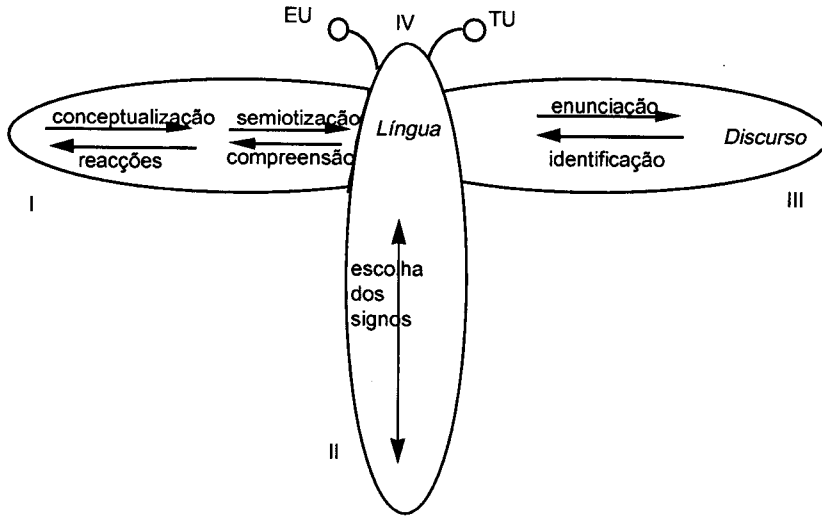


Fig. 1 — “Borboleta semântica”

Legenda	I semântica referencial	III semântica discursiva
	II semântica estrutural	IV semântica pragmática

Acrescentam-se às quatro semânticas constitutivamente linguísticas, três outros tipos de semântica, denominadas “semânticas independentes”: a semiótica textual, as semiologias paralelas, as semânticas não-linguísticas. Donde a figura seguinte (p. 22).

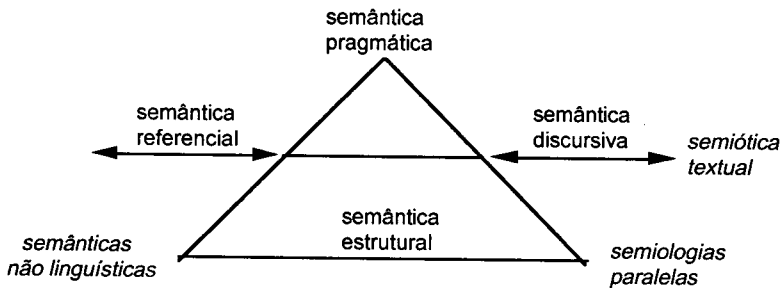


Fig. 2 — Domínios semânticos

Alguns elementos para caracterizar cada uma das semânticas: 1. **semântica referencial**: “trata das relações entre o mundo, a conceptualização e os sistemas das línguas naturais. Estuda o fenómeno da designação...” (p. 20); 2. **Semântica estrutural**: procura “elucidar as motivações da escolha dos signos numa L N determinada...” (ib.); 3. **Semântica discursiva**: “descreve os mecanismos de passagem da língua ao discurso e inversamente...” (ib.); 4. **Semântica pragmática**: “tem em conta as relações de SABER e de QUERER” entre os interlocutores, as quais determinam em grande parte o conteúdo e a forma das mensagens” (ib.); 5. **Semiótica textual**: “tem por objecto as realizações linguísticas mais ou menos vastas (poemas, novelas, romances ...) e tenta extrair delas as grandes estruturas organizadoras do SENTIDO... abandona necessariamente várias especificidades ligadas à riqueza de manifestações próprias da língua natural...” (pp. 20-21); 6. **Semiologias paralelas**: “agrupam o conjunto de sistemas semiológicos que são utilizados em paralelo com o sistema linguístico... O comportamento do interlocutor, os seus gestos, as suas mímicas, a sua utilização do espaço podem e, muitas vezes, devem ser integradas na descrição da mensagem” (p. 21); 7. **Semânticas não linguísticas**: “foram criadas para elas mesmas e só secundariamente utilizam exemplos tirados das línguas naturais” (ib.).

## Cap. II “O envolvimento da mensagem” (pp. 23-38)

Considerando *To*, o momento da enunciação, como ponto de referência, temos um “ANTES” e um “DEPOIS” de *To*. O ANTES corresponde ao SABER “memorizado pelo enunciador desde o seu nascimento” (p. 23) — saber sobre a língua, saber cultural, saber sobre o mundo —; o DEPOIS corresponde à intencionalidade do enunciador, o seu “QUERER comunicar”. *To* corresponde a um “VER”, interno à mensagem (contexto) ou externo à mensagem (situação de comunicação).

Quer se trate de comunicação verbal (texto) ou não verbal (semiologias paralelas) todos os percursos têm pelo menos a componente conceptual em comum (“o conceptual pode funcionar só: é “o pensamento pensante” (cf. “a iluminação do investigador” p. 27).

## Cap. III “As semiologias paralelas” (pp. 29-32)

O incipit deste capítulo, do poeta F. Garcia Lorca, é muito sugestivo. Retenha-se aqui a sua última frase: “é preciso primeiro *ver* e em segundo lugar saber *dizer* o que se viu em estado de vigília ou em sonho” (p. 29).

Podemos ter uma imagem sem texto (por ex. “o desenho é sempre uma abstracção do real” (ib.), sabendo nós que “existem imagens verdadeiras de objectos impossíveis, o que mostra uma diferença de natureza entre o real e as representações que se podem produzir” (p. 30). Podemos ter também textos ilustrados por imagens (ex. publicidade; jogos de língua; jogos gráficos).

De sublinhar, “certas convergências nas representações” de sistemas gestuais (acompanhados ou não de fala), de ideogramas de línguas naturais, de certos sistemas simbólicos, ou ainda, relativamente aos resultados da análise sémica. Trata-se aqui, naturalmente, do domínio da conceptualização.

#### Cap. IV “À volta do signo linguístico” (pp. 33-46)

A operação de semiotização em LN (v. acima, percurso do enunciador) parte duma representação mental para a exprimir através de signos e de esquemas sintácticos duma dada LN: “cada representação mental é susceptível de ser manifestada linguisticamente de múltiplas maneiras”. As diferentes soluções linguísticas para um mesmo esquema conceptual estabelecem entre elas uma relação de parasonímia e constituem inventários não finitos, o que dificulta a tarefa da sua descrição (“o carácter não finito dos inventários onomasiológicos desencoraja os descritores” p. 34).

Começemos pela delimitação do “signo mínimo”. Apesar dessa delimitação depender da língua, podemos considerar, para as línguas indo-europeias: — o morfema ou “signo não analisável” (p. 34), “unidade de construção” (p. 38); — a palavra ou “unidade independente, ou unidade construída” (p. 38); — a lexia ou “sequência de palavras memorizada como signo individualizado” (p. 34) ou “unidade memorizada de funcionamento” (p. 38). A fraseologia integra-se neste último grupo (lexia). Alguns exemplos (adaptados ao português): — *morfema*: fauteuil, em, and-; — *palavra*: “fauteuil”, “fauteuils”, “em”, “andar”, “andamos”, “andariam”; — *lexia*: “fauteuil”, “em”, “andariam”, “no meio”, “juiz de paz”, “por extensão” e a *fraseologia*: “Tem de se lhe prestar justiça”, “preços que desafiam qualquer concorrência”.

Não podemos, no entanto, limitar-nos ao léxico duma língua, *léxico e gramática* são complementares, dado que “uma lexia arrasta um certo número de pressões semânticas ou sintácticas na sua vizinhança (recções, selecções, afinidades...” (p. 35). Os paradigmas gramaticais são considerados geralmente como séries finitas ou fechadas, enquanto os paradigmas lexicais constituem séries não finitas, abertas. Esta dicotomia, léxico, séries



abertas / gramática, séries fechadas, esbate-se e transforma-se num eixo contínuo que liga os morfemas lexicais (ou lexemas) e os morfemas gramaticais (ou gramemas), se considerarmos inventários lexicais reduzidos ligados a microsistemas semânticos (ex. “dia” / “noite”, “homem” / “mulher” / / “criança”) e inventários gramaticais alargados à morfossintaxe livre (ex. “o número de preposições, incluindo lexias complexas” p. 35). A história das línguas mostra-nos que há muitos casos de gramaticalização de lexias. Embora em número mais reduzido, existem também casos de lexicalização de palavras gramaticais.

Os paradigmas lexicais escolhidos para delimitar um *conjunto de experiência* (ex. “comer”, “almoçar”, “lanchar”, “jantar”, “cear”...) prestam-se a uma “análise sémica diferencial” (p. 37) que delimita os semas comuns ao conjunto das lexias e os semas específicos a cada lexia e que permite isolar o hiperónimo (que pode pertencer ou não à série lexical escolhida). De notar a dificuldade do estudo do conjunto das relações duma lexia (relações com outras lexias e com semas ou seja elementos de sentido: “uma lexia é um condensado de sentido, e qualquer glosa é uma paráfrase que em princípio não pode explicitar todas as componentes [desse condensado de sentido]” (p. 38).

Os signos linguísticos caracterizam-se pela sua pluri-univocidade, isto é, pela sua *polivalência*: “a correspondência biunívoca entre um signo e “um sentido” não existe em nenhuma língua. Aproximamo-nos [dessa correspondência] em casos muito particulares de linguagens altamente técnicas” (p. 40).

Podemos considerar diferentes tipos de polivalência dos signos: — “*polissemia natural*”, segundo a qual o signo reenvia a um mesmo esquema mental que se pode aplicar aos domínios espacial, temporal e nocional (ex. a preposição “em”: *na cidade*, domínio espacial; *no Inverno*, domínio temporal; *em greve*, domínio nocional); — “*usos metafóricos*”, em que há anomalia nas relações semânticas (ou seja, anisosseμία), tornam-se banais ao lado de usos isossémicos, isto é, em que há uma “harmonia semântica” entre as lexias. Temos assim, ao nível da língua, uma combinatória ortossémica (“uso não desviado do sentido imediato” p. 40) e uma combinatória metassémica (ex. comer — combinatória ortossémica: /alguém *comer* alimento/; combinatória metassémica: /qualquer coisa *comer* qualquer coisa/ “o fogão come muito carvão” p. 41); — “*a infinidade de paráfrases*”: “uma intenção conceptual pode ser dita de várias maneiras, indo da “palavra exacta” (o ortónimo) à perifraxe lúdica” (p. 42); — “*a poligrafia*”: o mesmo signo pode escrever-se de modo(s) diferente(s) modificando-se apenas a sua conotação: “cinco, 5, V...” (p. 42); — a *parassinonímia dinâmica*: retém-se o núcleo semântico

comum a várias lexias possíveis (ex. partir, sair, ir-se embora, bater com a porta, estão em relação parassinonímica); — *polissemia e homonímia*: “a homonímia é um caso de polissemia de que se não vê a motivação (esta visão pode variar nitidamente segundo a formação linguística dos interessados” (p. 43). Tanto em sincronia como em diacronia se pode constatar uma gradação entre casos de polissemia e de homonímia:

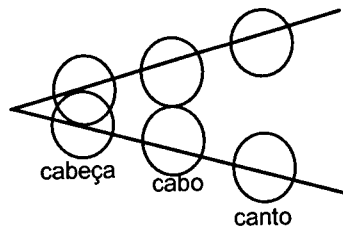


Fig. 3 — Polissemia e homonímia

Legenda:	cabeça (parte superior do corpo)	cabeça (de movimento)
	cabo (geográfico)	cabo (da vassoura)
	canto (da sala)	canto (do pássaro)

Quanto à *motivação dos signos*, podemos detectá-la: — em certas sequências gráficas (por ex. verbos de modalidade em -er (port.) / -oir (fr.) derivados da terminação latina -ere (ex. saber / savoir, poder / pouvoir, dever / devoir, valer / valoir, querer / vouloir, aperceber / percevoir); no isomorfismo significante/significado (a um aumento do significante corresponde frequentemente um aumento de elementos de sentido, ou semas, ex. vir / não vir; pensamos / pensávamos); — na motivação interna: neste caso é possível identificar os elementos da palavra (ex. dezoito, carnívoro); — na relação entre o núcleo sémico e o significante, como acontece com as línguas semíticas: a mesma raiz, portadora do núcleo sémico, está presente em séries derivacionais; — em motivações metafóricas, por exemplo de base antropomórfica como em “o tronco da árvore”, ou com base na tecelagem como “perder o fio [da conversa]”, “cortar a palavra”; — em jogos de retórica (reveladores da “necessidade de distanciamento do que é sentido como banal ...”) (p. 46).

## Cap. V “Os modelos semânticos” (pp. 47-58)

Aos linguistas não bastam nem figurações icónicas demasiado próximas da realidade (B. Pottier postula “a abstracção necessária a um nível conceptual utilizável” p. 47) nem relações matemáticas cujos elementos são

unívocos, ao contrário das línguas naturais em que a polissemia dos termos é sempre possível (“o jogo semântico é constante na prática da linguagem” p. 47).

Partindo do *quadrado da lógica* clássica e do *quadrado semiótico* (que se inspira no quadrado lógico) com os seus quatro pólos equidistantes, contrários ou contraditórios, B. Pottier propõe uma “disposição cíclica [que] permite seguir melhor as evoluções que caracterizam a experiência do mundo... O ciclo permite seguir tantas etapas do processo quantas queiramos” (p. 52-53). Assim, aos “termos polares pontuais” do quadrado, acrescentam-se no ciclo “termos medianos e vagos” (p. 50). Uma outra representação, segundo o *modelo dos conjuntos* projectado num eixo contínuo, retoma o quadrado, acrescentando-lhe zonas de assimetria.

Quanto ao *esquema dinâmico binário*, do Universal ao Particular e do Particular ao Universal, de Gustave Guillaume, B. Pottier projecta-o num *eixo de referência contínuo* (“estes eixos de referência contínuos são abundantemente utilizados pela escola de Colónia...” p. 57), alargando-lhe o limiar e transformando-o num esquema trimorfo (“inclui as duas tensões do esquema guillaumiano, mas o limiar é alargado, mantido, o que permite ter três momentos notáveis deste cinetismo em séries extremamente variadas mas homólogas”). Por ex. o trimorfo (v. Figura 4):

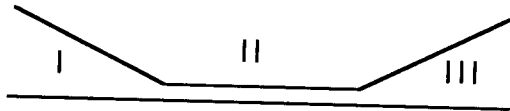


Fig. 4 — O trimorfo (p. 57)

Legenda: I aproximação II presença III afastamento

O contributo do matemático René Thom com a sua *Teoria das catástrofes* (descrições geométrico-algébricas e esquemas) é considerável. B. Pottier explora a Teoria das catástrofes com vista “à representação mental dos eventos, sub-categorizando os esquemas, enriquecendo-os, a fim de elaborar uma grelha mais próxima da complexidade das realizações da linguagem” (p. 58).

A 2.<sup>a</sup> parte (cap. VI - VIII) — “Conceptualização e Universais” — apresenta primeiramente as diferentes etapas que conduzem da percepção à conceptualização (esta operação precede a operação de semiotização) e, em

seguida, a distinção entre conceitos, noemas e universais e sua exploração linguística; por fim, apresenta a caracterização dos componentes do evento — entidade e comportamento —, a distribuição dos eventos em áreas, suas representações em esquemas analíticos e orientações para a sua exploração linguística.

## Cap. VI “Da percepção à conceptualização” (pp. 61-69)

“O mundo referencial” designa tanto aquilo que vejo realmente com os meus olhos, como o que ouço realmente com os meus ouvidos, como aquilo a que me refiro na minha memória ou no meu imaginário” (p. 61). A percepção, de carácter dinâmico, isola um certo número de formas *salientes* num conjunto de formas *latentes*. Se certas formas salientes tomam um interesse particular, elas tornam-se *pregnantes*. Temos assim três graus de percepção que B. Pottier representa num eixo contínuo:

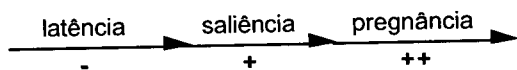


Fig. 5 — Graus de percepção (p. 61)

Há casos de más interpretações de discursos, devidas à adopção, consciente ou não, de um filtro selectivo, isto é, de um “filtro pregnante”.

A percepção conduz à conceptualização, isto é, ao “estabelecimento duma representação mental que estará na base duma escolha semiológica: LN, desenho, gesto” (p. 62). A memória “desempenha um papel essencial na conceptualização... notável dom de abstracção” (p. 63). As hierarquias de conceptualização revelam-se nas variantes dos discursos emitidos (ex. reconhecimento de formas: cruces em forma de círculo”; “um círculo feito de cruces” (p. 64); reconhecimento do sentido: os discursos parassinonímicos são considerados como equivalentes a um nível abstracto, independente das LN).

O *modelo prototípico* corresponde a uma abstracção a partir de uma infinidade de ocorrências específicas, oferecendo “um compromisso entre o demasiado geral e o demasiado particular... assim... o sol será redondo e não meio escondido por uma nuvem” (p. 66). A metonímia (ex. Paris representado pela Torre Eiffel) e a metagrafia (ex. a cabeça e os pés” para designar os intelectuais e os desportistas” ib.) têm como fundamento um sentimento prototípico. Um outro exemplo de prototipos, fixados pela língua, encon-

tramo-lo em “comparações generalizantes”: ex. estar cheio como um ovo; comer como um passarinho.

A *metaforização* pode ter um esquema mental subjacente como, por exemplo, a relação de proximidade (ex. “a aproximação entre Paris e Roma”). “Qualquer língua lexicalizou imagens que, sob uma forma culturalizada, evocam comportamentos gerais” (p. 67) (ex. port. “ir direito ao essencial” / “aller droit au but”. Um exemplo de correspondências culturais (p. 68):

<i>arte românica</i>	<i>arte gótica</i>
arredondada	ponteaguda
tolerância	agressividade
doçura	força
maternal	paternal
(yin)	(yang)”

A memorização, a partir duma dada LN, torna-se independente dessa língua (“Pode acontecer que depois de termos ouvido um discurso, do qual compreendemos muito bem o sentido, não possamos dizer em que língua terá sido pronunciado”, Descartes, *Traité de la Lumière*, 1664). Em sentido inverso, partindo de algo memorizado, “a liberdade do enunciador intervém a todos os níveis [percepção, conceptualização, semiotização], naturalmente nos limites das possibilidades psicofisiológicas à partida, semióticas à chegada” (p. 69, cf. p. 61).

### Cap. VII “Conceitos, noemas e universais” (pp. 70-90)

Apesar da variedade de línguas, há características comuns a todas elas. Nenhuma língua é “atípica”. “Se o léxico deve ser estimado em função da adequação ao meio, a sintaxe apresenta grandes traços que se encontram, sob formas variadas, um pouco por todo o lado” (p. 70). Tem havido tentativas de etnolinguistas e de linguistas para estabelecer conceitos fundamentais ou “primitivos”, por vezes, segundo B. Pottier, demasiado ligados às LN. O Autor sublinha o interesse de “partir de categorias gramaticais “inevitáveis”, para lhes fazer corresponder uma palavra da língua com valor metalinguístico. “Incoativo” é uma componente do desenrolar dum processo, mas não pode corresponder a “become” que evoca a passagem dum estado 1 a um estado 2” (p. 71).

Assim, B. Pottier distingue: conceitos gerais (CG) ou, simplesmente, “conceitos”, relativos aos seres, às coisas, às propriedades e às actividades “inevitáveis” (englobam os seres e as coisas do mundo (percepções discretas do mundo), assim como as propriedades e as actividades inevitáveis (experiências comuns aos humanos) p. 71 — de notar que, além da “experiência comum”, há uma “componente cultural” (p. 72) — e os conceitos universais (CU) ou “noemas” (p. 78), isto é, “representações relacionais abstractas da experiência, mas cujas marcas linguísticas tomam formas muito variadas nas LN” (p. 71). A gramática é entendida como “abstracção generalizante da experiência humana” (p. 72).

Os “campos de aplicação” espacial, temporal e nocional, têm como ponto de referência o EGO (p. 73). Assim, temos uma imagem mental comum que se aplica ao espaço, ao tempo e ao campo nocional (ex. [⊗] em / na casa, na manhã (de segunda feira), na dúvida, p. 73). O termo “topologia” aplica-se aos três campos (espacial, temporal e nocional, p. 74). “A figura noémica (noémia) espacial mais geral, variante do esquema trimorfo (v. acima, cf. p. 57),



Fig. 6 — Figura noémica espacial (p. 74)

permite estudar as variantes conceptuais de cada uma das zonas. Por exemplo, para a zona da aproximação, aproximação “com ou sem contacto, com movimento interrompido ou não... A interioridade/exterioridade tem variantes... e levanta o problema dos limites” (p. 75).

A noção de POTÊNCIA + ou – (entidade dotada ou não de POTÊNCIA) — QUEM faz o QUÊ — “funda a relação actancial nuclear em torno da qual se organizam as diateses, os sistemas casuais, os eixos de actância e de dependência”(p. 75). É necessário não esquecer que o enunciador” não é um simples descritor do mundo”, ele interpreta e “manifesta linguisticamente a sua reacção pessoal”, isto é, modaliza o seu discurso.

São quatro as “grandes categorias modais universais”: “alética: independência do EU; epistémica: o pensamento do EU; factual: o fazer do EU; axiológica: o julgamento do EU” (p. 76).

“Encontram-se outras relações através das línguas como a de ‘núcleo/periferia’ (actância primária/actância secundária; semas específicos e

genéricos/semas virtuais) ou ‘continente / conteúdo’ (ex. ... colher / colhe-rada)” (p. 77).

O noema, ao nível mais abstracto, está apto a tomar valores específicos, segundo o “campo de aplicação” (espacial, temporal, nocional e modal). São representados os noemas de interioridade, de aproximação e de transposição (v. p. 78). “Um *noema* aparece pois como uma relação abstracta universal subjacente às operações semânticas gerais das línguas, e é visualizável a fim de se aproximar o mais possível da intuição numa representação mental partilhada” (p. 78).

As línguas que se caracterizam pela ordem “lexema + gramema” seguem a “*naturalidade*” que consiste em as ideias precederem as formas em que se vão exprimir. Do mesmo modo, do ponto de vista da “cronologia do pensamento”, “numa dada combinação um dos termos tem de ser necessariamente concebido *antes* dos outros. O segundo acrescenta uma informação ao primeiro” (p. 81) (ex. /gato/← /cauda/; /chocolate/← /gostar/; /sair/← /rapidamente/). Do ponto de vista da modalização trata-se de algo que se acrescenta, que se aporta ao suporte proposicional. Temos então uma relação “suporte← aporte” (fr. “support← apport” (p. 83). O Autor apresenta, em seguida, “alguns comportamentos de discurso”.

Há que distinguir os níveis conceptual, sintáctico e pragmático. Ao nível conceptual, fala-se de “agente do evento”; ao nível sintáctico, de “sujeito do enunciado”; ao nível pragmático, de “tema intencional”. No caso do “agente”, estabelece-se uma relação orientada de /+POTÊNCIA/→ /-POTÊNCIA/; no caso do “sujeito”, este encontra-se na maior parte das línguas (95%) antes do objecto (com efeito, o sujeito gramatical manifesta frequentemente o agente). Quanto ao “tema intencional” ele serve de suporte a um rema, isto é, algo que se lhe acrescenta (um “aporte”), segundo a finalidade do discurso do enunciador. Daí que em muitas línguas a repartição preferida seja tema+rema (a finalidade principal da mensagem é expressa em posição de rema). O “resultado discursivo” não respeita necessariamente a “cronologia do pensamento” nem “a ordem do modelo de língua” (ex. “o peixe, o gato viu-o bem” (p. 89)).

A ordem conceptual ANTES DEPOIS está subjacente à anáfora, “processo que permite a um termo (anaforizado) ser retomado no discurso por um outro termo (anaforizante). Note-se que para B. Pottier a catáfora não corresponde à relação inversa, pois consiste unicamente na “manifestação linear antecipada do anaforizante (ex. não o conheço, o teu filho)” (p. 89).

## Cap. VIII “O evento” (pp. 90-117)

Duas noções constitutivas da noção de evento, a *entidade* (E) e o *comportamento* (C), são ilustrados por uma passagem de Lewis Carroll: “O gato desapareceu lentamente, começando pela ponta da cauda e terminando pelo sorriso, que continuou a pairar no ar algum tempo depois de tudo o resto ter desaparecido. Pois bem! Vi muitas vezes um gato sem sorriso, pensou Alice, mas um sorriso sem gato... Nunca vi coisa mais estranha na minha vida...” B. Pottier comenta: “falar de “sorriso” implica um ser ao qual se vai aplicar esse comportamento. As entidades discretas do mundo podem ser caracterizadas por comportamentos múltiplos” (p. 90). Assim, o “evento elementar” relativo ao par / ExC / pode revestir as formas canônicas seguintes (v. p. 91):

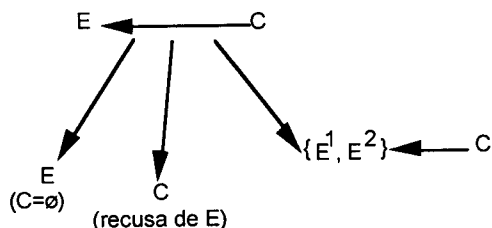


Ilustração em língua natural (português):

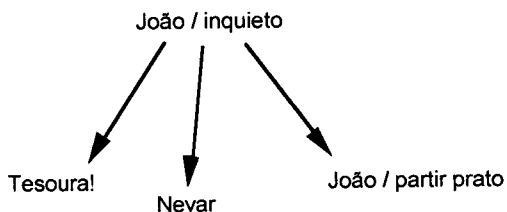


Fig. 7 — Evento elementar

Chegamos assim à noção de “propósito” (fr. *propos*) definido como “conjunção de base teoricamente desligada dos alvos (fr. *visées*) múltiplos que o enunciador poderá aplicar-lhe” (p. 92). A esta construção teórica, base mínima, acrescentam-se as “formulações” que correspondem ao “conjunto de opções do enunciador, umas “expressas obrigatoriamente (morfologias ligadas), outras facultativamente (morfologias livres)”. Assim, ao nível discursivo, o “propósito” aparece quase sempre acompanhado de “formulações”.

As línguas naturais oferecem múltiplos exemplos de graus de integração (entidades primárias ex. cão (E); entidades secundárias integradas,



ex. cão bravo (E C1), cão bravo que pertence ao João (E C1 C2); entidades designadas por um evento, ex. passa-montanha (espécie de boné); autonomização de “propósitos” complexos (por exemplo através da nominalização ex. o facto de João não ter conseguido chegar a horas ← é inquietante (v. ex. p. 93-94).

As componentes essenciais do “evento”, representadas visualmente através do “esquema analítico” (fr. schème analytique) — B. Pottier inspira-se nas representações de catástrofes do matemático René Thom — estão na base das “áreas do evento” (fr. aires événementielles), “suporte semântico de vocação universal” (p. 97), ao qual reenviam as especificidades das línguas naturais.

As “áreas do evento” são cinco e organizam-se a partir da “entidade”. Temos assim as áreas da “existência” (ex. eis um cão), da “propriedade” (ex. ele é branco), da “actividade” (ex. abana a cauda), da “localização” (ex. está em cima do tapete), e da “cognitividade” (“domínio das sensações, da intelecção, da modalização” (p. 95) ex. conhece o seu nome):

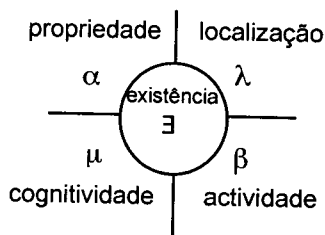
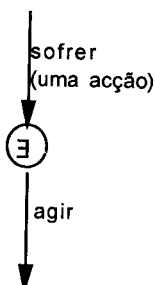


Fig. 8 — Áreas do evento (p. 96)

“A entidade de base situada ao centro pode ser afectada por uma propriedade [ex. sou guloso] ou ser o ponto de partida duma actividade [ex. eu como muito]” (p. 96) (donde o eixo horizontal ser → ε → fazer →); ela pode ser paciente ou agente duma acção, donde o eixo vertical:



Daqui resulta a “rosácea dos possíveis” (p. 97):

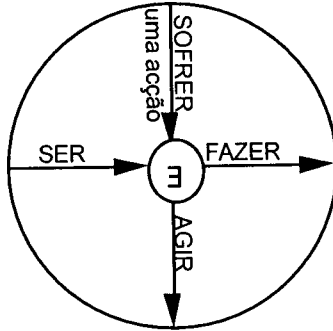


Fig. 9 — Rosácea dos possíveis

Cada área se desenvolve entre dois pólos. A área  $\alpha$  (propriedade) desenvolve-se entre o pólo mínimo (simple caracterização estática) e o pólo máximo de actividade (afecção máxima), papel de paciente, dito “passivo” (p. 99), “caso limite da variável agente na área  $\alpha$  das propriedades” (p. 100).

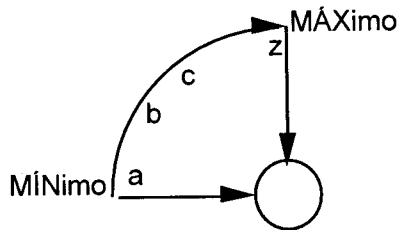


Fig. 10 — Arco da variável “passivação”

- Legenda
- a = atribuição puramente descritiva  
ex. João é louro; ele cresce
  - b = atribuição condicionada  
ex. João está inquieto (com os acontecimentos); ele inquieta-se
  - c = atribuição ligada a um outro actante  
ex. João está acompanhado de sua mulher
  - z = atribuição com agente  
ex. João é agredido por bandidos

A área  $\lambda$  (localização) diz respeito aos “domínios espacial (E), temporal (T) ou nocional (N)” (p. 101). Tal como relativamente à área  $\alpha$ , encontra-se aqui o “grau de agentividade” (p. 102).

Daí uma “simetria entre as áreas  $\alpha$  e  $\lambda$ ” (ex. João foi perseguido/pelo cão ( $\lambda$ ); João foi ferido/pelo cão ( $\alpha$ )). “São numerosas as línguas, que exprimem a “posse” pela localização pessoal” (p. 103) ex. fr. ceci est à vous — isto é do senhor.

A área  $\beta$  compreende uma gradação de actividades involuntárias (ex. ele respira) e voluntárias (ex. andar).

A área  $\mu$ , a da “cognitividade”, “engloba a percepção pelos sentidos e todas as actividades intelectuais” (p. 105). O pólo do ter/saber aproxima-se da área  $\alpha$ , a da “propriedade” ex. ter carro, (tipo de saber normalizado culturalmente); o pólo dos sentidos e da intelecção aproxima-se da área  $\beta$ , a da “actividade” (ex. contacto  $\mu/\alpha$ : ter satisfações/ estar satisfeito; contacto  $\mu/\beta$ : ler o jornal/ cortar o jornal, p. 106). De notar que muitos verbos de sensação e de intelecção como “ver”, “sentir”, adquirem um valor modal ex. vejo o João → vejo que não tens razão; sinto barulho → sinto que me vou abaixo (p. 107). Há, no entanto, numerosos lexemas que têm já à partida um valor modal (ex. querer, poder, dever, valer, convencer, lamentar, dissuadir... p. 107).

Para exprimir a “rosácea dos possíveis” o enunciador tem ao seu dispor uma “multiplicidade de escolhas predicativas”, segundo “as possibilidades formais da sua LN” (“polissemiose”)... “A LN oferece soluções parassinónicas, por conseguinte semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes do ponto de vista semântico” (p. 107). Por ex.:

a = esta	cerveja	contém	álcool	(cf. localização)
b = »	»	é	alcoolizada	(cf. propriedade)
c = »	»	cheira a	álcool	(cf. cognitividade)

Centremo-nos agora na noção de “comportamento”. Do ponto de vista da sua representação mental podemos distinguir o estatuto “ESTATIVO” (“permanência no tempo sem que se encare uma mudança”, identidade do processo em dois instantes,  $t_i$  e  $t_j$ , ex. neva, passeio, escrevo) e o “EVOLUTIVO” (“marca uma mudança lenta ou não”, ex. deixou de nevar, levanto-me) (p. 108). Não se deve no entanto esquecer que, “face à não permanência das coisas do mundo, podemos dizer que tudo é mudança, evolução e que o ESTATIVO não é senão uma “paragem da imagem” dum EVOLUTIVO de base” (ib.). Por outro lado, “uma mudança pode ser natural (isto é, não sugerir causação) ou provocada. Neste caso, um causador pode desencadear o evolutivo: é o CAUSATIVO” (ex. o guarda fez-me sair do jardim; o barulho do motor acordou-me) (p. 109).

Da combinação das cinco áreas do evento e dos três estatutos do comportamento resultam quinze configurações gerais exemplificadas aqui por lexias do português (v. quadro p. 110):

ESTATIVO (existência) $\exists$ o problema existir (propriedade) $\alpha$ X estar frio (actividade) $\beta$ X dançar (localização) $\lambda$ X estar próximo de L (cognitividade) $\mu$ X saber o nome	EVOLUTIVO o problema levantar-se X arrefecer X pôr-se a dançar X aproximar-se de L X esquecer o nome	CAUSATIVO C levantar o problema C arrefecer X C fazer dançar X C aproximar X de L C fazer conhecer o nome a X
---	---	--

Estas configurações de base são representadas visualmente através de “esquemas analíticos” (a entidade é representada por uma linha (v. p. 110-111). Por exemplo:

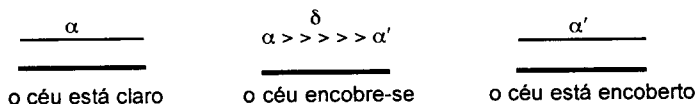


Fig. 11 — Esquemas analíticos de base

Neste caso,  $\alpha$  e  $\alpha'$  representam propriedades,  $\delta$  a mudança.

O esquema analítico da troca (fr.schème analytique de l'échange) é o seguinte (p. 112):

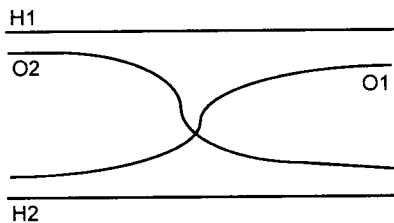


Fig. 12 — Esquema analítico da troca

Se retirermos este esquema reduzido, teremos (ib.):

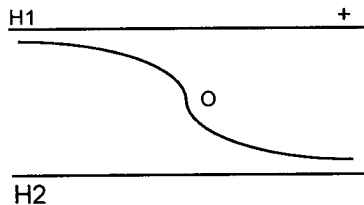


Fig. 13 — Esquema analítico reduzido da troca

Esta esquema será válido, por exemplo, para: “H1 dar notícias (O) a H2”; “H1 dar a conhecer (O) a H2”.

Retendo “a morfologia do evento” (p. 113), teremos o seguinte esquema analítico:

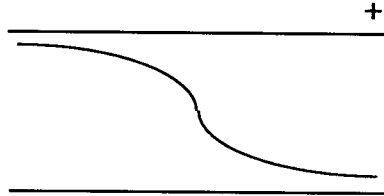


Fig. 14 — Esquema analítico do transfert

No caso de transfert de localização, teremos uma versão da área  $\lambda$ ; por ex. João põe o livro em cima da mesa; João entrega o livro ao professor; e uma versão da área  $\mu$  (transfert baseado num saber); por ex. A dar informações a B (p. 114).

Os tipos de esquemas analíticos são apresentados num quadro cujas entradas são as cinco áreas do evento e os estatutos do comportamento (v. p. 116-117).

Tomando como exemplo a entrada  $\exists$  (existência), teremos (p. 116):

ESTATIVO	EVOLUTIVO			
SER/ESTAR	APARECER	DESAPARECER	continuidade	descontinuidade
$\exists$ — existir	— nascer	—  morrer	>>>>	1   2
haver		perder a vida	formar-se	
== coexistir	>>> aparecer	>>>> desaparecer		explodir
	— /	— \ fusão		→>>—
	fissura			transformar-se
CAUSATIVO	construir	matar	elaborar	fazer explodir
	criar	apagar		transformar
	pôr um problema	destruir		
		misturar		

Quadro 1 — Área da existência e estatutos do comportamento

A visualização dos componentes essenciais do evento através de esquemas analíticos, permite dar conta, ao nível conceptual, das mais variadas realizações linguísticas.

3.<sup>a</sup> parte (Cap. IX - X) “O pôr em esquemas” (fr. La mise en schèmes)

### Cap. IX “A semiotização” (pp. 121-133)

“A escolha dos signos numa LN supõe uma dupla adequação: — referencial [relação do signo com o mundo real ou imaginário]; — estrutural” [relação do signo com os outros signos da língua] (p. 121).

A designação pode ser imediata (ortonímia) ou mais ou menos mediata — “o enunciado” toma as suas distâncias relativamente à ortonímia” (p. 123) — (peronímia, isto é, “circuitos discursivos abertos”, metáfora, ou seja, “associação mental (imaginar)”, metonímia, isto é, “ligação referencial (ver)”). A designação das entidades presta-se mais do que a designação dos comportamentos a uma “designação previligiada, *imediata*, numa situação, num envolvimento bem determinados” (p. 123).

A operação enunciativa de escolha de lexemas é representada através do “esquema de entendimento” (SE), fr. “schème d’entendement”: “A solução lexical adoptada para exprimir um comportamento conduz à “presença necessária duma certa qualidade de participantes semânticos” (p. 126). Por exemplo, “comer” supõe “uma transitividade inerente ao conceito” (p. 127), //E1 +, E2//, mas, segundo as línguas, o paciente (E2) pode ser expresso ou não. Temos assim um módulo actancial, ao nível do conteúdo, no qual o Autor distingue três zonas: “zona 1: o núcleo modular; zona 2: os participantes sugeridos; zona 3: os circunstantes, sempre possíveis” (p. 128). Um mesmo lexema pode ser polimodular, pois “entra frequentemente em vários SE.” Por ex.:

//E//: mexer 1	ex. o João não pára de mexer;
//E (əe)//: mexer 2	ex. o João mexe a cabeça;
//E1+, E2//: mexer 3	ex. o João mexe o molho.

Ao lexema está associado um SABER que o enunciador actualiza em diferentes graus. “Pode dizer--se que, em potência, um lexema de comportamento compreende uma *nuvem de possíveis* que serão mais ou menos actualizados sobretudo através das escolhas actanciais e aspectuais” (p. 129).

A noção de módulo actancial, ligada ao lexema aplica-se, por conseguinte, às diferentes categorias morfológicas que actualizam o lexema (verbo,

adjectivo, substantivo, etc). A sintaxe estuda as construções decorrentes dos módulos (ex. A pensa em B: ele pensa nele; A assusta B: ele assusta-o) (p. 130).

A escolha dos lexemas (“lexemização”) representada como vimos, pelo esquema de entendimento (SE), resulta numa hierarquização, feita pelo enunciador, dos componentes conceptuais do esquema analítico (SA). Por exemplo, a partir do modelo conceptual (p. 132): latim: C docere pueros grammaticam; inglês: John gave Mary a book:

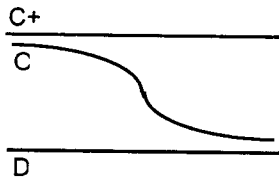


Fig. 15 — Modelo conceptual de um esquema analítico

Obtêm-se, entre outras possibilidades, os esquemas de entendimento (SE): “C entregar O/a D”; “D receber O/de C”; “C informar D/de O”; “D ser informado/de O por C”; “C proceder ao envio/de O/a D”; “O ser enviado/a D/por C”; “O ser objecto de envio/de C a D” (pp. 132-133).

## Cap. X “O percurso diatético” (pp. 134-153)

O esquema analítico, tal como uma figura geométrica triangular, pode ser percorrido a partir de diferentes pontos de partida, ou seja, a partir de diferentes “bases”. A operação que consiste na escolha da base do percurso diatético é representada pelo “esquema predicado” (fr. schème prédiqué) (SP) e decorre do “esquema de entendimento” (SE), isto é, da escolha dos lexemas. Assim, “SP = Base/Predicado” (p. 135), ou seja, é escolhida uma *base*, sendo o resto o *predicado*.

Se escolhermos o lexema de “trocar” (ou “vender”, ou “comprar”), (SE), teremos diferentes (SP), consoante a base escolhida: BASE/PREDICADO.

H1 / troca com H2, O1 por O2  
 H2 / » » H1, O2 por O1  
 O1 / é trocado por H1 com H2 por O2  
 O2 / é trocado por B com A por O1 (p. 142).

A diatense pode ser *directa* ou *indirecta* (em certos casos, *mediana*). Pondo em relação a diatense e as áreas do evento, teremos:

Áreas	Diatense	
	<i>Directa</i>	<i>Indirecta</i>
	<b>Base/Predicado</b>	<b>Base/Predicado</b>
localização ( $\lambda$ )	localizado/localizante ex. há leite no pote	localizante/localizado ex. esse pote contém leite
cognitividade ( $\mu$ )	EU/objecto da cognitividade ex. eu gosto deste vestido	objecto da cognitividade/EU ex. este vestido agrada-me
actividade ( $\beta$ )	+Potente/-Potente ex. Pedro abre a porta	-Potente/+Potente ex. a porta é aberta pelo Pedro
propriedade ( $\alpha$ )	Entidade/propriedade ex. João está inquieto	propriedade/entidade a inquietação do João

Há também casos de diatense *mediana*: ex. viu-se o centro das atenções, fr. “il se voit remettre O par A” (p. 138).

“Todos os esquemas predicados (SP) se manifestam através das construções sintácticas de língua, dos *modelos frásticos* que chamamos *sintaxias* memorizadas (competência)”. As sintaxias caracterizam-se por “relações intercasuais” do tipo (p. 148):

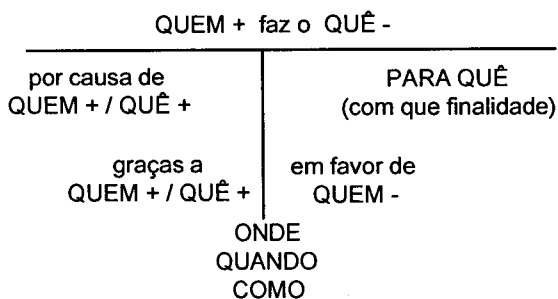


Fig. 16 — Relações intercasuais

A tríade de base é (p. 149):

+	-
$\emptyset$	



de que poderá resultar em línguas naturais:

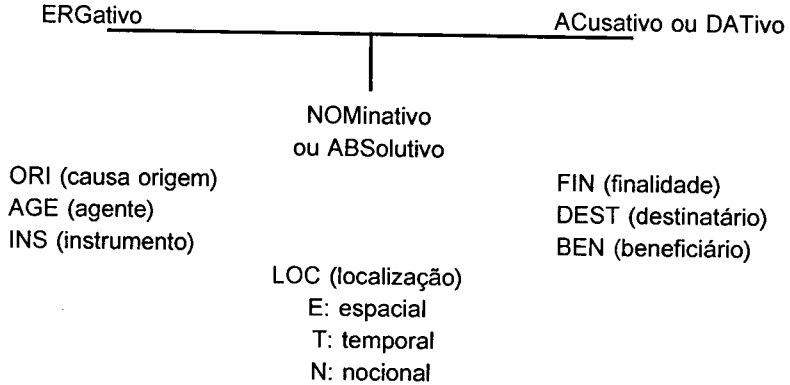


Fig. 17 — Exemplo da tríade de base em línguas naturais

Nas línguas naturais, o nível estritamente formal não é suficiente para abordar o estudo das *vozes*, pois a “natureza das entidades e da sua inter-relação é essencial” (p. 150). Por ex., “A ter medo”, temos uma entidade: “A”, enquanto em “A ter dois carros”, temos duas entidades: “A” e “dois carros” (ib.).

As transformações em EXISTENCIAL e em EQUATIVO em línguas como o francês e o português, assim como a substituição hiperonímica, permitem-nos captar as relações semânticas subjacentes. Observemos os exemplos seguintes (p. 151):

- O João abre a porta : Há o João que abre a porta  
 O carteiro passa : É o carteiro quem passa  
 É noite : O facto é que é noite  
 Irei vê-lo 2.<sup>a</sup> feira : 2.<sup>a</sup> feira é o dia em que o irei ver  
 Trabalharei no jardim : O jardim é o lugar onde trabalharei.

O Autor reenvia para a apresentação detalhada das vozes na sua obra anterior “Théorie et Analyse en linguistique” (pp. 121-144) e afirma que “cada língua põe em forma as grandes relações semânticas de predicação com as suas próprias soluções” (p. 151).

Para línguas como o francês — e o português — podem considerar-se as vozes seguintes (p. 152):

—“a voz existencial (EXI), que apresenta uma entidade”

ex. eis um autocarro

—“a voz equativa (EQU), que diz de novo uma entidade”

ex. Paris é a capital da França

—“a voz descritiva (DES), com as suas variantes”

ex. O João é encantador (relação atributiva)

O João é ferido pelo rato (relação atributiva “passiva”)

O João passeia (relação intransitiva)

—“a voz situativa” (SIT), de localização”

ex. O João entra na cidade

—“a voz subjectiva” (SUB) que vai da posse externa (ex. o João tem duas moradas) aos sentidos (ex. ele olha para a Maria) e à intelecção (ex. ele crê que sim).

Quanto à relação CAUSATIVA (“fazer com que”...) acrescenta-se às vozes apresentadas: “EXI: O Carlos desenha um gato; EQU: O Carlos nomeou o João secretário geral; DES: O Carlos adormeceu a criança; SIT: O Carlos fê-lo chegar à margem; SUBJ: O Carlos convenceu-o” (p. 153).

**4.ª parte** (cap. XI-XV pp. 157-223) “Os alvos enunciativos” (fr: “Les visées énonciatives”)

“Ao esqueleto informativo do PROPÓSITO (fr. propos), representado ao nível conceptual, pelo “esquema analítico” (SA), aplicam-se os alvos enunciativos expressos, num grande número de línguas, através da morfologia gramatical. Os alvos enunciativos distribuem-se pelos domínios semânticos seguintes: ACTÂNCIA e DETERMINAÇÃO; ASPECTO e TEMPO — domínios intimamente ligados — e MODALIDADE, domínio que se aplica aos outros quatro.

De notar que estes alvos enunciativos podem ser expressos através do próprio léxico. Por exemplo (p. 158): bonito: Axiologia (modalidade subjectiva); égua: sexo (propriedade de determinação); multidão: número (propriedade de determinação); rebentar: pontualidade (Aspecto).

O esquema resultativo (SR) (fr. schème résultatif), tem em conta a projecção dos diferentes alvos enunciativos no “esqueleto informativo” (SA) e corresponde à fase terminal de geração do texto.

Cap. XI “A determinação” (pp. 159-169)

A determinação engloba “a deixis e o grau de determinação qualitativa e quantitativa que é necessário atribuir às entidades e aos comportamentos” (p. 159). “A deixis implica antes de mais a *peessoa*, e os três campos semânticos possíveis de referenciação: espaço, tempo, noção” (p. 159) (eu, aqui, agora, assim). O Autor propõe um “eixo de despersonalização” (p. 160) com exemplos de correspondência em francês (aqui em português):

	EU	TU	humanos	coisas	nem um nem outro
port.	eu	tu	ele, ela	ele, ela	∅ impessoal
	meu	teu	dele, dela	dele, dela	disso
				disso	

Fig. 18 — Eixo de despersonalização

De notar que a “relação de ‘posse’ pessoal se manifesta muitas vezes por uma marca ligada aos pronomes pessoais: fr. ‘le couteau est à *moi*, c’est *mon* couteau” (p. 161). “A referência espacial (E) organiza-se à volta do ponto de referência  $E_0$ , aqui, onde eu estou” — podendo a extensão de “aqui” variar — “a referência temporal (T) tem por centro o instante de enunciação ( $T_0$ )”; “a referência nocional funda-se na coincidência (“assim”) ou não coincidência (“de outro modo”) e desempenha um papel fundamental na argumentação (interrelações nocionais: “Se A, então B”, por exemplo)” (p. 162).

Um quadro da combinatória E/T/N (p. 164) apresenta diferentes soluções linguísticas. Por exemplo, para a negação total: ninguém (entidade humana), nada (entidade não humana), em parte alguma (E), nunca (T), de modo nenhum (N).

A determinação, de carácter gradual (ex. pólos do eixo: “eu”/“tudo isso”), pode revestir propriedades definidoras de uma entidade tais como: “o sexo, a natureza (discreta: um lápis; maciça: a água...), a dependência (os braços de X), o classificador (singulativo: um grão de areia, uma gota de água, um bocado de açúcar; colectivo: um ramo de flores...; apresentativo: um novelo de lã...)” (p. 165).

Quanto ao processo, “é sensível à oposição” (ib.):

Virtual	/ Actual
Genérico	/ Específico
SABER	/ VER

ex. ele dança (sabe dançar)	ele dança! (estou a vê-lo dançar).
--------------------------------	---------------------------------------

Do ponto de vista da argumentação, é de considerar a oposição (p. 166):

global	parcial
não pressupõe	pressupõe P
ex. se chegar a Nice...	quando chegar a Nice...

“A determinação quantitativa pode ser incidente a diferentes elementos lexicais” (p. 167):

	alguém	escrever	carta
	(i)	(ii)	(iii)
(i)	várias pessoas	escreveram	uma carta
(ii)	ele	escreveu várias vezes	uma carta
(iii)	ele	escreveu várias	cartas.

As entidades são qualificadas pela pluralização. “A totalidade pode ser expressa por uma singularização percorrendo o conjunto (cada eleitor, cada um dos eleitores) ou por uma singularização supondo somente o conjunto (todo o eleitor)” (p. 168). Os processos podem ser quantificados, em línguas como o francês e o português, analiticamente (ex. vou lá três vezes/muitas vezes); por meio de prefixos (ex. rever), de sufixos (ex. saltitar). Quanto à “correlação quantitativa/qualitativa exprime-se pela comparação” (p. 169) objectiva ou subjectiva.

## Cap. XII “A actância” (pp. 170-183)

“Os diferentes participantes semânticos dum evento podem ser chamados ACTANTES” (p. 170). Neste capítulo o Autor tece considerações semânticas relativas às propriedades semânticas dos actantes, as suas relações e



Os limites do processo estão ligados ao SABER. “As línguas desenvolveram várias estratégias para dar limites ao processo” (p. 191).

A “determinação espaço-temporal” pode fazer-se através de partículas (ex. correr (através da cidade)/percorrer (a cidade), voar (por cima da cidade) /sobrevolar (a cidade) (ib.); ou de qualquer outra precisão circunstancial (ex. correr *até a ponte*, leu *durante duas horas*, foi a pé *até o porto*, envelheceu *a partir dos 40 anos...* p. 192).

“A determinação do paciente: a passagem do genérico ao específico, do virtual ao real, traz limites ao processo; ex. eu gosto de escrever/eu escrevo *duas cartas* e vou-me embora. Trata-se da *projectão* dos limites do objecto sobre o processo:

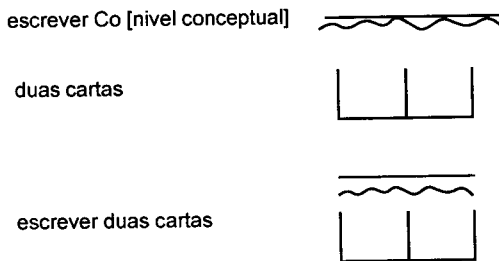


Fig. 19 — Projectão dos limites do objecto sobre o processo

“E indispensável não confundir o aspecto inerente ao *lexema* e o aspecto do *evento* comunicado” (p. 192).

*Os alvos aplicados ao processo.* No caso de o processo ser evolutivo pode encarar-se o seu desenrolar em diferentes fases, das quais podemos destacar: 1. prospectivo (ex. vou fazer); iminente (ex. estou mesmo para partir); 2. incoativo (ex. começa a estar frio); 3. cursivo (ex. ele está a cantar); 4. terminativo (ex. acaba de escrever); 5. resultativo (ex. ei-lo que chegou) (p. 193).

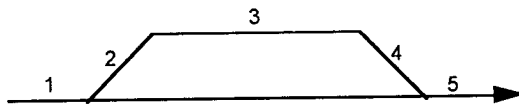
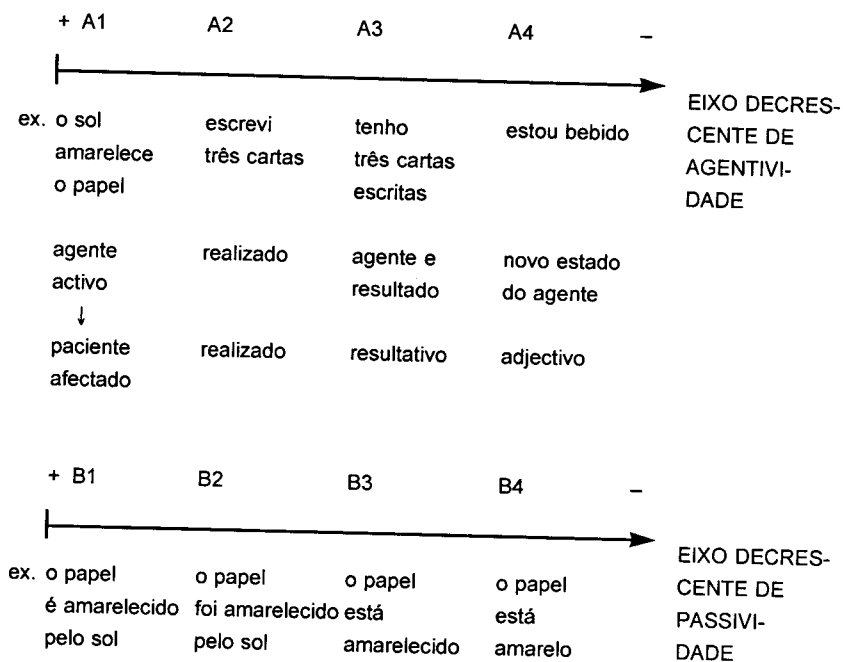


Fig. 20 — Fases do desenrolar do processo

De notar que as partículas aspectomodais tais como *ainda*, *sempre*, *já*, *já não* participam na expressão do desenrolar (p. 194). O termo “realizado” (fr. “accompli”) designa o post global do evento considerado” (ib.) (por ex. “ter feito”, relativamente a “fazer”).

Tomando “como ponto de partida o causativo no momento do evento” — situando-nos portanto na “zona de post-evento” — “podemos seguir as diferentes etapas pelas quais podem passar o agente e o paciente” (p. 195). Considerem-se dois eixos contínuos A e B, sendo A o eixo de decréscimo de agentividade e B o eixo de decréscimo de passividade:



(adaptação ao português de pp. 196-197)

Fig. 21 — Eixos de agentividade e de passividade

#### Cap. XIV “O tempo” (pp. 199-203)

“O espaço precisa de tempo para existir”. Pode-se “ficar no mesmo lugar”, não se pode “ficar no mesmo momento”, a não ser pelo imaginário... o ser humano não conhece senão o tempo durante o qual pensa, o To constitutivo da consciência... sinto o tempo como chegando até mim, para logo se escapar.” (p. 200).

A partir de  $T_0$ , ou seja, “o presente sentido”, construímos outros pontos de referência, tantos quantos quisermos (p. 201):

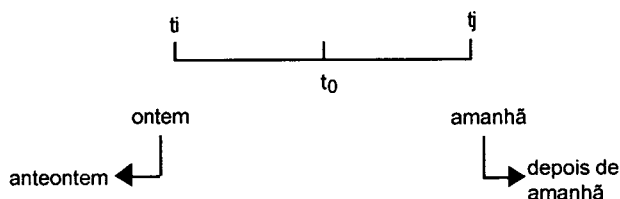


Fig. 22 — Construção de pontos de referência temporal

Em línguas como o francês e o português, as categorias de tempo e de aspecto estão ligadas. “Relativamente a um evento podemos notar as afinidades entre vários parâmetros: (p. 202)



Fig. 23 — Evento: afinidades entre parâmetros

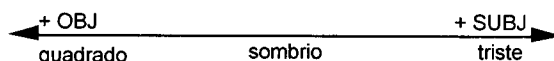
É de notar a complexidade da construção mental de enunciados banais, como, por exemplo, “o que quero, é que ele tenha começado a escrever às 8 horas”. Este enunciado supõe: “— um querer: modalidade prospectiva, vista em  $T_0$ ; — começar: um incoativo; — ter começado: um aspecto realizado do incoativo; — uma focalização do querer (o que... é que..., na voz equativa); — uma isossemia, “o acordo” entre a visão prospectiva de “querer” e o modo conjuntivo (tenha). Compreende-se que a este nível, cada língua peça um estudo aprofundado” (p. 203).

### Cap. XV “A modalidade” (pp. 204-223)

“Qualquer propósito é susceptível de ser modalizado pelo enunciador” (p. 204): PROPÓSITO (fr. PROPOS) ← MODALIZAÇÕES.

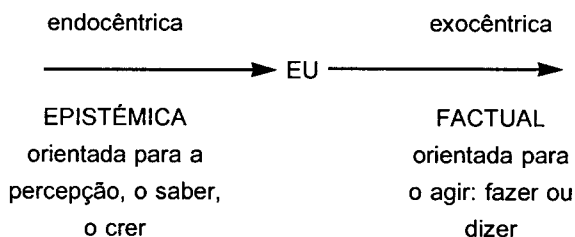


As categorias “modalidade” e “pessoa” estão intimamente associadas. Com efeito, só o “EU enunciador” poderá exprimir “qualquer manifestação fortemente subjectiva” (ib.). Devemos considerar um eixo contínuo cujas zonas extremas correspondam a uma forte objectividade (constatação objectiva) ou a uma forte subjectividade (impressão individual). Por exemplo, no que diz respeito à adjectivação: “esta divisão é quadrada/sombria/triste”



É pois relativamente ao EU que se organizam as modalidades.

Segundo a relação endocêntrico/exocêntrico, temos as modalidades epistémica/factual:



A modalidade AXIOLÓGICA corresponde ao “julgamento relativo a tudo o que é formulado” (p. 206).

A modalidade EXISTENCIAL (ôntica e alética) corresponde, por seu turno, a uma “generalização que se quer independente do EU, portanto universal” (ib.).

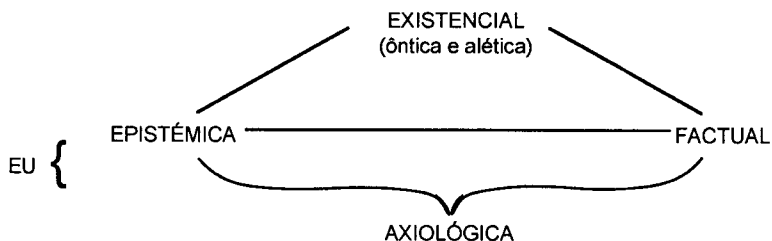
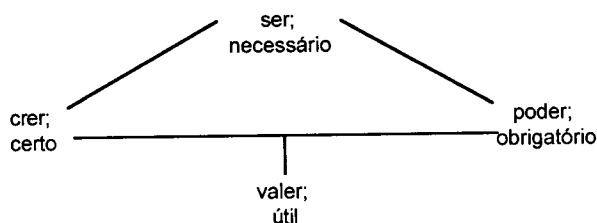
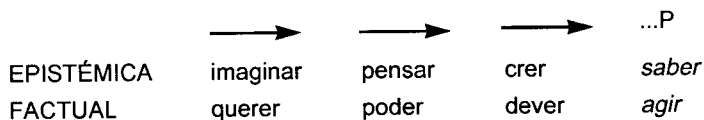


Fig. 24 — EU e as modalidades

dando um exemplo:



A modalidade pode exprimir-se através de lexemas, de gramemas, das mais variadas construções sintáticas (ex. “*desejo partir; o meu desejo é partir; estou desejoso de partir; partir é o meu maior desejo*” p. 207). “A mensagem oral pode ser acompanhada de manifestações sonoras (entoação), gestuais ou outras”. O Autor sugere a representação dos sistemas em que se organizam as modalidades segundo *eixos contínuos* nos quais é possível situar conceitos-chave, segundo uma cronologia interna:



De notar que “os termos modais não são exclusivos duma única modalidade” (ex. polissemia de *poder e dever*) (p. 207).

Com efeito, a modalidade é um “fenómeno muito geral, dependente da relação com a *pessoa*” (p. 208). Assim o Autor propõe os *parâmetros* seguintes (ib.)

- 0: valor geral, independente da pessoa
- 1: valor epistémico (conhecimento, opinião)
- 2: orientação dinâmica independente
- 3: elo interpessoal (deôntico ou dependente)
- 4: acréscimo axiológico (apreciativo)

Exemplificando com “poder”:

- 0: pode ser que o 13 saia no loto
- 1: podiam ser 8 h. da noite
- 2: posso pegar nesta mala
- 3: posso sair (ele permite-mo)
- 4: bem o podias dizer! (crítica).

Há combinatórias modais de grande complexidade resultado de dinâmismos variados, de “*percursos mentais complexos*”. Atentemos em alguns dos exemplos apresentados (pp. 211-219):

— a “interrogação” é essencialmente uma procura de saber:



temos uma modalidade complexa: *querer saber* (factual + epistémico) (p. 214).

— o artigo “o” é sempre anafórico, quer contextualmente (ex. um militar entrou: *o* homem tinha um porte altivo) quer situacionalmente (ex. *o* livro que está em cima da mesa é meu) quer por referência ao saber do interlocutor (ex. *levas o* carro esta noite?). “O fenómeno anafórico pode ser interpretado como fazendo parte da modalidade epistémica, interferindo portanto com a determinação” (ib.), — “o imperativo negativo ou proibitivo é uma maneira de antecipar o acontecimento que se prevê (ex. “não fume no quarto”). Combina-se assim uma modalidade epistémica (penso que seria possível que P) e factual (não quero que P)” (p. 217). Note-se o emprego em português, tal como em espanhol de formas do conjuntivo, para exprimir o optativo.

A representação das modalidades através de Esquemas Analíticos (SA) nem sempre é possível. O Autor propõe um SA apto a representar algumas modalidades epistémicas (p. 215) e um outro SA apto a representar algumas modalidades factuais (p. 216).

“Um estudo onomasiológico deveria incluir numerosas construções cujas marcas se podem dificilmente inventariar. Por ex. “em tempo de chuva, abrandar” é um enunciado que reenvia a: se chuva EXISTIR, então DEVER abrandar” (p. 216).

A modalidade *axiológica* (pp. 218-223) que corresponde ao julgamento de valor do enunciado relativamente ao seu PROPÓSITO (fr. “PROPOS”) aplica-se também às outras modalidades. Por exemplo: — o DEVER trans-

forma-se em VALER (ex. tem de ser → vale mais; é preferível); — “o bom, o bem, o belo, qualificações subjectivas (nem verdadeiras nem falsas) sobre-modalizam os verbos modais (ex. isso vale *bem* uma recompensa!; tu *bem* podes fazer isso (p. 218).

“Os meios de expressão são múltiplos e muitas vezes paralinguísticos (entoações... ênfase fónica ou gestual, tipografia fática)” (ib.). Os lexemas axiológicos podem integrar-se em múltiplas formas sintácticas (ex. EU → -fácil-P/ “*eu acho* que é fácil aceder a esta tribuna; acede-se facilmente a esta tribuna; esta tribuna tem um acesso fácil”, etc).

— Fácil — significa { PODER fazer-se  
VALORIZAÇÃO positiva (p. 219)

Os gramemas valorativos laudativos (diminutivos, afectivos) e pejorativos, assim como as formas de *delicadeza* integram-se também na modalidade axiológica, neste caso “naturalmente ligada à *semântica pragmática* (ib.). Os fenómenos de tematização e de focalização (“hierarquia que o enunciador impõe às diferentes componentes do seu discurso” (p. 220)) assim como outros fenómenos de hierarquização (ex. subordinação, coordenação, ordem dos termos) prendem-se igualmente com a modalidade axiológica. Existe uma motivação semântica subjacente às diversas soluções sintácticas.

Na *conclusão* (pp. 224-227), Bernard Pottier sublinha que “num percurso enunciativo não se pode pensar que se trata de etapas disjuntas pelas quais se tem de passar numa ordem bem determinada. Existem cronologias necessárias... Mas quando temos uma intenção de mensagem, o conteúdo conceptual é composto de grandes linhas do evento (o esquema analítico) e de alvos enunciativos que acompanham e controlam constantemente a enunciação” (p. 224). O esquema analítico construído (SAC) corresponde ao SA dotado dos alvos enunciativos, em função das intenções de comunicação do enunciador. “É como se seleccionasse um momento do SA que tenho a intenção de *dizer*, continuando a ter subjacente o conjunto do evento sempre disponível em caso de necessidade” (p. 226). “É o esquema construído que figura da maneira mais adequada a *representação mental* tanto para o enunciador... como para o interpretante” (p. 227).

A teoria semântica globalizante, desenvolvida em *Sémantique générale* por Bernard Pottier (na sequência das suas obras precedentes), genera, harmonizando, diferentes fenómenos e níveis de produção/interpretação em

MARIA HELENA ARAÚJO CARREIRA

línguas naturais. Assim, o nível discursivo, na sua variabilidade, é situado relativamente a operações de nível superior (linguístico e conceptual) cada vez mais abrangentes. Um vai-e-vem constante entre abstracção teórica, análise da(s) língua(s) e de comportamentos discursivos percorre toda a obra, graças a uma procura fundamental de sintonias e de contínuos semânticos organizadores do “mundo do sentido”<sup>2</sup>.

Paris, Fevereiro de 1994

*Maria Helena Araújo Carreira*  
(Université Paris VIII)

---

<sup>2</sup> A inclusão deste trabalho no pretente volume foi autorizada pela Comissão Científica de Línguas e Literaturas Modernas.

## LYRIC LOVE AND THE EPIC HERO: NOTES ON SIEGFRIED'S WOOING OF KRIEMHILD IN THE *NIBELUNGENLIED*

In pre-courtly narrative poetry men would appear to have little regard for the feelings of women. For the warrior knights of this literature there is little art to the wooing of a lady; a common way to find a wife is to abduct her: stories of *Brautraub* had animated audiences throughout the earlier Middle Ages. However, the audiences of the *courtly* epic were interested in *minne* and preferred their heroes to pay greater respect to the feelings of members of the opposite sex; in the courtly romances of Chrétien, and of Veldeke, Hartmann and Wolfram, where gallant knights engage in adventure for the sake ladies — where *dienst* is rewarded with *lôn* —, love and the art of wooing were central.

The *Nibelungenlied*, which tells the gruesome story of Siegfried's murder, his widow Kriemhild's revenge, and the subsequent bloody massacre of an entire race — the Burgundians —, evidently does not follow the same type of story-line as the typical courtly romance; however, it was composed at a time when that *genre* was in fashion, and *minne* does play a not insignificant rôle in the poem. The *Nibelungenlied* not only recounts the grim fall of the Burgundians, but also the *minne* relationship of — among others — Siegfried and Kriemhild: it has been stated that Siegfried and Kriemhild's relationship represents “die bei weitem schönste und innigste Liebesgeschichte, die uns die mittelalterliche Dichtung Deutschlands geschenkt hat”<sup>1</sup>. This assertion is obviously questionable, yet any analysis of this point will naturally turn our attention to an issue close to one of the central questions of *Nibelungenlied* research: to what extent has the ethos that

---

<sup>1</sup> PANZER, Friedrich — *Das Nibelungenlied. Entstehung und Gestalt*, Stuttgart, Köln, 1955, p. 465.

underlies the courtly romance influenced the poet(s) composing the *Nibelungenlied*? It is well known that love is a component vital to that ethos<sup>2</sup>. It is the intention of this short article to look into the rôle that *minne* plays in this poem, particularly in regard to the amorous relationship between Siegfried and Kriemhild; the main focus will here be on the scenes of Siegfried's courtship of Kriemhild, since through an analysis of these episodes, and a comparison of them with similar scenes in other contemporary narrative poetry — and also in *Minnesang* — it is hoped that a clearer picture of the way that *minne* has been introduced into this poem will be achieved.

Siegfried's *minne* interest in Kriemhild begins conventionally: after, in the second *âventiure*, having told of Siegfried's background and of his courtly investiture, in the third *âventiure* the narrator goes on to explain how Siegfried is attracted to Kriemhild:

Do gedâht ûf hôhe minne    daz Siglinde kint.  
 ez was ir aller werben    wider in ein wint.  
 er mohte wol verdienen    scœner frouwen lip. (*Nl.*, 47,1ff.)<sup>3</sup>

Thoughts of conventional *hôhiu minne* lead Siegfried to Kriemhild: if we are to believe the narrator, Siegfried is already well practiced in the courtly art of *winning* (cf. *verdienen*) a lady's love. His entourage and family advise him — if he is indeed interested in *stætiu minne* (cf. *Nl.* 48,2) — to

---

<sup>2</sup> The body of critical bibliography on the *Nibelungenlied* is vast. On the problem of the poem's *genre*, cf., among others: EHRISMANN, Otfried — *Nibelungenlied. Epoche — Werk — Wirkung*, München, 1987, pp. 224 - 228 (which also contains an overview of other critical literature); HAMBURGER, Käthe — *Zur Erzählhaltung im Nibelungenlied*, in K.H. — *Kleine Schriften*, Stuttgart, 1976, pp. 59-73; HAYMES, Edward R. — *The Nibelungenlied: History and Interpretation*, Urbana, 1986, pp. 35 - 44. On the question of *minne* in the *Nibelungenlied* cf. among others: DÜRRENMATT, Nelly — *Das Nibelungenlied im Kreis der höfischen Dichtung*, Bern, 1945; NAGEL, Bert — *Das Nibelungenlied. Stoff — Form — Ethos*, Frankfurt, 1965, pp. 182 - 204. On Siegfried's wooing of Kriemhild cf., among others, RENOIR, Alain — *Levels of Meaning in the Nibelungenlied: Sifrit's Courtship*, in «Neuphil. Mitt.», 61 (1960), pp. 353 - 361.

<sup>3</sup> Editions of text used: *Des Minnesangs Frühling*, Karl Lachmann; Moriz Haupt; Moser Hugo; Helmut Tervooren, eds., Stuttgart, 1982 (= *M.F.*); AUE, Hartmann von — *Erec*, Thomas Cramer ed. & tran., Frankfurt/M., 1972; VELDEKE, Heinrich von — *Eneasroman*, Etmüller Ludwig ed., Kartschoke, Dieter, tran., Stuttgart, 1986 (= *En.*); *Das Nibelungenlied*, Helmut de Boor; Karl Bartsch eds, Wiesbaden, 1979<sup>21</sup> (= *Nl.*); ESCHENBACH, Wolfram von — *Parzival*, Karl Lachmann ed., Berlin, 1926 (= *Pz.*); ESCHENBACH, Wolfram von — *Willehalm* Werner Schröder ed., Berlin, 1978 (= *Wh.*).

earn the love of one of his own social condition (cf. *Nl.* 48,3). This might appear — at first sight — to accord well with the courtly love ethic (i.e. the knight falls in love after having heard of — not seen — the lady's beauty, the lady's love must be *won*, and that love must be *constant*)<sup>4</sup>; yet, *hōhiu minne* generally requires that the lady be of a higher social standing than the serving knight. It is possible to argue, of course, that since in other narrative poems of the period (cf. *Parzival*, *Willehalm*)<sup>5</sup>, a relationship between a man and a woman of the same social position is sometimes (although not often) also referred to as *hōhiu minne*, this term has — to an extent — become a commonplace in narrative poetry for describing courtly *minne* relationships.

In the *Nibelungenlied*, however, Siegfried's reaction to the advice of his relations that he should win the love of one of his own standing is far from courtly. He declares emphatically «*sô wil ich Kriemhilden nemen*» (*Nl.*, 48,4). The use of the word *nemen* might imply that Siegfried is ready to use violence to achieve his objectives (i.e. he does not speak of *werben*). This interpretation is upheld by Siegfried's subsequent conversation with his father. Siegmund explains that, in order for Siegfried to win Kriemhild he will have to contend with Gunther and his men (cf. *Nl.* 53,4 - 54,4). This, of course, does not present a problem to Siegfried, as he tells his father:

«swaz ich friwentliche niht ab in erbit,  
daz mac sus erwerben mit ellen dâ mîn hant.  
ich trouwe an in ertwingen beide liute unde lant.» (*Nl.*, 55,2ff.)

The use of such violence would not be acceptable in traditional *Minnedienst*, and is more reminiscent of *Brautraub* than of the courtly ethic. The possibility that Siegfried means to take Kriemhild by force of arms must also occur to Siegmund, since he refers to it (cf. *Nl.* 57,1); however, and somewhat illogically, such violence is immediately discounted by Siegfried: *daz wære mir viel leit*, he says (*Nl.* 58,3).

Thus, on the one hand, Siegfried would appear to be upholding the courtly code, dismissing any thought of abducting Kriemhild, yet on the other hand, he intends — if needs be — to use force to achieve his objectives. This would not, however, necessarily imply using violence directly against Kriemhild — but against her family; Siegfried would then not be seizing her, but her brother's lands: Kriemhild would simply be part of the prize... In any

<sup>4</sup> Cf. NAGEL — *Op. cit.*, p. 189.

<sup>5</sup> Cf. *Pz.*, 731,8; *Wh.*, 95,13.



case, such behaviour does not accord well with courtly etiquette, even though the *primum movens* behind it (i.e. the desire for *hôhiu minne*) does.

In the courtly narrative poetry contemporary to the *Nibelungenlied*, the knight begins paying his *Minnedienst* to his lady in a number of ways: he might assist her, personally offering the lady his services and then going on to defeat his lady's enemies: thus, in Book I of Wolfram's *Parzival* Gahmuret's *Minnedienst* for Belakane is undertaken to help her, as her lands are under siege — as *lôn* he marries the heathen queen and becomes the lord of her domain; or the knight might simply carry out the lady's wishes: thus, in Books X-XIII of *Parzival* Gawan will do Orgeluse's bidding for the sake of her *minne*; messengers might also be sent, asking the lady if she would be ready to accept the knight's *minne*, as in the 20th *âventiure* of the *Nibelungenlied*, where courtly Atila will send Rüdiger to ask Kriemhild if she will marry him. It is also possible for the lady to send emissaries to the knight: thus Ampflise — the Queen of France — tells Gahmuret in a letter, carried by her messengers, that she wishes him to be her *Minneritter* (cf. *Pz.* 76,23 - 77, 18). Similarly, it is through his emissaries that Eneas, in Veldeke's *Eneit*, learns of Dido's willingness to receive and care for him (cf. *En.*, 32,21 - 33,18).

In the *Nibelungenlied*, however, Kriemhild is in no danger, and therefore requires no armed help; she makes no formal request for *Minnedienst* — indeed, she does not wish to engage in *minne* — (cf. *Nl.*, 15,2 and 18,1); nor does Siegfried send messengers to her, either to show her that he yearns for her, or to ask her if she is interested in him. So, how does Siegfried in fact start his "*Minnedienst*"?

Modern critics of the *Nibelungenlied* have found it difficult to understand Siegfried's uncourtly arrival at Worms in the third *âventiure*:<sup>6</sup> he appears, it will be remembered, in the Burgundian court, not asking for Kriemhild's hand in marriage, and requesting leave to serve her as a *Minneritter*, but as a challenger, demanding that Kriemhild's brother — King Gunther — should fight in single combat against him; the prize which Siegfried intends to win is Gunther's kingdom. From this scene it would appear as if Siegfried never had any intention of acting as a courtly

---

<sup>6</sup> Cf. SCHULZE, Ursula — *Nibelungen und Kudrun*, in «Epische Stoffe des Mittelalters», Volker Mertens; Ulrich Müller eds., Stuttgart, 1984, pp. 111-140; p. 119. For a review of the critical literature cf. EHRISMANN — *Op. cit.*, pp. 117f.

*Minneritter*; in the first speech he directs at Gunther, he concludes by proclaiming:

«ich wil an iu ertwingen, swaz ir muget hân:  
lant unde bürge, daz sol mir werden undertân.» (NL., 110,3f.)

Thus, at first no mention is made of Kriemhild — Siegfried merely announces his intention of conquering *lant unde bürge*: i.e. he reiterates the declaration he had made to his father in Xanten. Siegfried's demand is — judging by Gunther's reaction (cf. NL., 111,1 - 112,1) — clearly unexpected; from the way the Burgundians respond, it is quite evident that Siegfried's challenge does not follow the established rules of the court in Worms (cf. NL. 115, 1 - 4). Thus, although ostensibly it is a desire for *hôhiu minne* which leads Siegfried to Worms, he does not appear ready to play by the rules which govern it. Is Siegfried being politically shrewd by not mentioning Kriemhild on his arrival in Worms — or does he simply forget Kriemhild here, and behave in a naïve and insultingly arrogant manner?

The text seems to uphold the second interpretation, since after having displayed a notable lack of modesty and diplomacy in his dealings with the Burgundians, demanding that they fight with him over *their* birth-right, Siegfried remembers — quite suddenly — what in fact had brought him to Worms in the first place, i.e. Kriemhild. *dô gedâhte ouch Sîvrit an die hêrlîchen meit* (NL., 123,4) the narrator notes, and because of this Siegfried subsequently (although not immediately — cf. NL., 125,1 - 3) changes his approach. He accepts Gunther's offer of hospitality (cf. NL., 127,4) and becomes — somewhat astonishingly perhaps — a valued and welcome guest (cf. NL., 128,4), whom nobody in Worms can dislike (cf. NL., 129,4). He now thinks - surprisingly when we remember his arrival in Worms — exclusively of *hôhiu minne* (cf. NL., 131,4), and proclaims, in verses which seem to have been taken from *Minnesang*:

«wie sol daz gescehen,  
daz ich die maget edele mit ougen müge sehen?  
die ich von herze minne und lange hân getân,  
diu ist mir noch vil vremde: des muoz ich trûric gestân.»

(NL., 136, 1ff.)

Siegfried has apparently forgotten completely his desire to conquer Gunther's lands: he has changed rôles, and now plays the part of an earnest

*Minneritter* unable to see his beloved: the power of *minne* holds such a sway over Siegfried that he is willing to remain in the court in Worms for a year without ever catching sight of Kriemhild (cf. *Nl.*, 138,1 - 3). Courtly love has — it would appear — tamed Siegfried: *minne* has thus served its social purpose of turning the uncourtly warrior into a courtly knight. Does the rest of the text uphold this reading of the function of *minne* in this part of the *Nibelungenlied*?

The fourth *âventiure* tells of the war with the Saxons: how Siegfried helps the Burgundians, takes the Saxon leaders Liudegast and Liudiger prisoner, and finally returns to Worms in triumph. Surprisingly, Siegfried does not seem to think of Kriemhild while he is away fighting, although she *does* think of him (cf. *Nl.*, 240,4 - 241,3). Siegfried's offer to help Gunther fight the Saxons is not apparently linked to Kriemhild: the text does not lead us to believe that Gunther's words «*Nu lôn' iu got, her Sîvrit*» (*Nl.*, 157,1) are meant to imply that Siegfried's service to Gunther will be repaid with Kriemhild's love. There is, therefore, no textual evidence to sustain Nagel's (*Op. cit.*, p. 192) claim that the war against the Saxons represents "eine Fortführung der Minnehandlung mit anderen Mitteln". Initially, Siegfried does not apparently view his aid to Gunther as *Minnedienst* for Kriemhild<sup>7</sup>. Equally, the text cannot support Nagel's claim (p. 193), that Siegfried's attempt to leave at the end of the fourth *âventiure* is a "Fluchtversuch' aus dem Bannkreis der Minne": Kriemhild is not given as a reason for him wanting to go, but as a reason for him wanting to stay (cf. *Nl.*, 258,4).

It is only in the fifth *âventiure* that Siegfried and Kriemhild finally meet: their encounter is described amidst a wealth of terminology which we

---

<sup>7</sup> It is therefore not possible to accept Ehrismann's (*Op. cit.*, p. 121) assertion that Siegfried does not receive "den versprochenen Lohn". There is no textual evidence to suggest that Gunther here considers Kriemhild to be the *lôn* for Siegfried's *dienst*: it is only in the fifth *âventiure* that a direct connection is made between Siegfried's *Minnedienst* and his obligations towards the Burgundians; here, after having been presented to Siegfried, Kriemhild thanks him for the way he fought ahead of her relations, and goes on to announce (she begins by repeating the phrase already spoken by Gunther; cf. *Nl.*, 157,1):

«Nu lôn' iu got, her Sîvrid» sprach daz vil scœne kint,  
 «daz ir daz habt verdienet, daz iu die recken sint  
 sô holt mit rehten triuwen, als ich hœre jehen» (*Nl.*, 303,1 - 3).

During the journey to Isenstein, Siegfried does state quite specifically that his service for Gunther is undertaken for the sake of Kriemhild (cf. *Nl.*, 388,1): during the war against the Saxons, Siegfried makes no such assertion.

— and doubtless also the courtly audience — link to *Minnesang*. Thus, Kriemhild is characterized with metaphors common in courtly lyrical love poetry: she is as the light of dawn coming through the dark clouds (*alsô der morgenrôt / tuot ûz den trüeben wolken*, *Nl.*, 281), and compared to the other ladies of court, the light which shines forth from her is like that of the moon appearing before the backdrop of the stars:

Sam der liehte mâne vor den sternen stât,  
 des schîn sô lûterliche ab den wolken gât,  
 dem stuont si nu gelîche vor maneger frouwen guot. (*Nl.*, 283,1ff.)

The effect this meeting has on Siegfried is described in those terms which we expect from *Minnesang*. On finally being able to see his beloved Siegfried is brought *lieb âne leit* (*Nl.*, 291,2): this contrast of love and pain in a *minne* relationship is a topos of courtly love poetry.

On beholding Kriemhild Siegfried's complexion changes colour (*Nl.*, 292,2), and after she has spoken to him, the narrator notes: *dô wart im von dem gruoze vil wol gehæhet der muot* (*Nl.*, 292,4). In the classical theory of *Minnesang* the reward for service by a knight is not — it will be remembered — of a physical nature: the *minnesinger* consider the hope of sexual gratification an illusion — *wân*<sup>8</sup>. However, the serving knight in *Minnesang* should have *lôn* for his *dienst*; in one of Albrecht von Johansdorf's poems the lady, questioned by her knight as to the nature of the reward he can expect, explains: 'daz ir dest werder sint unde dâ bî hôchgemuot.' (*M.F.*, 94,14). Thus, Siegfried also finds his *muot* heightened by his *Minnedame*.

When Siegfried holds Kriemhild's hand the joy or — *vreude* — he feels is more than his heart could bring forth in spring or summer (*Bî der sumerzîte und gein des meien tagen* — *Nl.*, 295,1). After they have come back from mass, Siegfried declares that he will always serve her relations — and for the first time he gives the motivation for this service as Kriemhild: «daz ist nâch iuvern hulden, mîn frou Kriemhilt, getân.» (*Nl.*, 304,2ff.). Thus, as the knight of many a lyrical courtly love poem, Siegfried is willing to do service for the favour of his chosen lady.

---

<sup>8</sup> For the *minnesinger* Hartmann von Aue, the illusiveness of the physical reward is one of the weaknesses of classical theory of courtly love (cf. *MF.* 218,21f.).

Siegfried and Kriemhild's first meeting is also characteristic of *Minnesang* in that they cast *furtive* glances at each other:

mit lieben ougen blicken ein ander sâhen an  
der herre und ouch diu frouwe. daz wart vil tougenlîch getân.  
(*Nl.*, 293,3 - 4)

In the classical theory of *minne* one of the possible rewards for the knight is a brief glance from the lady: however, the lovers must look at each other secretly (as do Kriemhild and Siegfried), because in *hôhiu minne* theirs is a secret affair. Love in *Minnesang* is adulterous; however, Siegfried and Kriemhild's is not: why then do Siegfried and Kriemhild have to exchange such *furtive* glances?

The fact that there are so many elements in the scenes of Siegfried's courtship of Kriemhild which have come from *Minnesang*, has led critics to speak here of stylization<sup>9</sup>. A certain degree of stylization is common in love scenes in all narrative poetry: Veldeke, Hartmann and Wolfram — all of whom are also lyrical poets — use certain elements from the lyric love convention in their narrative poems. Naturally, the convention is adapted by the narrative poets to suit the form of the courtly romance<sup>10</sup>, since, while adulterous love is the norm in classical lyric love poetry, this is not the case in the narrative poetry of the classical period, where *minne* leads to marriage and not to adultery<sup>11</sup>. The *Nibelungenlied* poet, however, has used these stylized forms, including those which are clearly connected to adulterous love, — without adapting them — to describe a relationship which will not be adulterous.

Thus, Siegfried's *lôn* is not only a heightening of his *muot*; Siegfried and Kriemhild have no actual need to exchange furtive glances, as theirs is a public love — one well known to the other members of the court: they do not need to fear the *merkære*. Siegfried and Kriemhild's relationship is not one

---

<sup>9</sup> Cf., among others, Nagel (*Op.cit.*, p. 204), for whom, in the *Nibelungenlied* "Minnesang und Minnedienst erscheinen als ... die vollkommene Einstilisierung eines vorzeitlichen Geschehens in die gesellschaftlichen Gegebenheiten der hochmittelalterlichen Gegenwart".

<sup>10</sup> Thus, Wolfram — one of the masters of the classical *tageliet* — will mould that lyrical form to make it acceptable to the ethos of his *Parzival*: cf. GREENFIELD, John — *The tageliet in Wolfram's Parzival*, in «Neophil.», 71, 1987, pp. 154 - 157.

<sup>11</sup> Cf. BUNKE, Joachim — *Höfische Kultur. Literatur und Gesellschaft im hohen Mittelalter*, Munich, 1986, vol. II, p. 557.

typical of the lyric poems of *hôhiu minne*, since Siegfried will — after having married Kriemhild — be given a physical reward for his *Minnedienst*. It is clear, therefore, that the description of their meeting is ill-fitting to the nature of their relationship. But what of the *Minnedienst* itself?

As we have seen, Siegfried does not apparently view his aid to Gunther in the Saxon War of the fourth *âventiure* as *Minnedienst* for Kriemhild: where he does, however, undertake to help Gunther for the sake of Kriemhild is in the expedition to Isenstein. Siegfried states quite clearly that he will help Gunther win Brunhild «*niht sô verre durch die liebe dîn / sô durch dîne swester*» (*Nl.*, 388,1f.). Indeed, Siegfried had already given his agreement to help Gunther in return for the hand of Kriemhild (cf. *Nl.*, 333,2). Such an exchange of partners (Siegfried will help Gunther win Brunhild, if Gunther gives him Kriemhild) is obviously not part of the courtly ethic.

It will be remembered that, in order for Gunther to conquer his future bride, Siegfried must help him in a number of ways: it is only through Siegfried's *conscious* use of deceit and trickery that Gunther is able to win Brunhild for himself. Siegfried first pretends that Gunther is his liege-lord; he then puts on the magic cloak, making himself invisible and thus helps Gunther vanquish Brunhild in the contests. After the weddings, Siegfried will help Gunther again to deceive Brunhild, this time taming her in her bed until Gunther can deflower her: Siegfried will then steal Brunhild's girdle and her ring — the symbols of her power and her love; Kriemhild will later display these symbols in public.

Clearly Siegfried's behaviour in Isenstein and Worms is not in accord with the precepts of the conduct of a courtly knight: a *ritter* does not lie to and trick a Queen — and steal from her —, even if he does that for the sake of his own loved one. Given the above, it is impossible to believe that courtly *minne* has in fact changed Siegfried. The *Nibelungenlied* poet may attempt to present Siegfried as a courtly *ritter*, but it is clear from his arrival in Worms, from his behaviour in the Saxon War, from his pact with Gunther and from the way he is ready to deceive Brunhild, that *minne* (in this poem and with this character) has not achieved its social purpose of turning an uncourtly warrior into a courtly knight.

The *Nibelungenlied* poet is obviously conditioned by the expectations of his courtly audience: they want the protagonists of courtly poetry to act as courtly heroes. However, the poet is also conditioned by his source material, and that would not allow him to present Siegfried as perhaps he would have liked. The courtly poets do not feel at liberty to change the *substance* of their source material: they can and do, however, change the *manner* in which it is

described<sup>12</sup>. The *Nibelungenlied* poet has therefore attempted to give Siegfried's actions courtly motivation; however, these motivations are not appropriate. Thus, Siegfried is presented as a lover of lyric *hôhiu minne* (where love is adulterous) who wants to *marry* his bride; he is presented as a *Minneritter*, but he acts not like Gawain when serving Orgeluse — as a knight ready to follow the rules which govern the noble art of love, but as — in courtly terms — a rogue, ready to betray a Queen. This analysis of the scenes of Siegfried's wooing of Kriemhild in the *Nibelungenlied* leads us to conclude that the manner in which this courtship is described is not simply stylized: it is artificial and inappropriate, since it does not fit in with the characters' actions. In this poem Siegfried is an epic hero — a warrior knight — whom the *Nibelungenlied* poet has, in part, attempted to portray as a courtly *Minneritter*: the inconsistencies and contradictions of the character Siegfried here are not, however, due to any "weakness" of the poem — they are a result of the organic process through which this poetry has evolved from its pre-courtly tradition<sup>13</sup>.

John Greenfield

---

<sup>12</sup> Cf. LOFMARK, Carl — *The Authority of the Source in Middle High German Narrative Poetry*, London, 1981, pp. 67 - 87.

<sup>13</sup> In a recent study of the differences between the fictionality of heroic literature and Arthurian literature, Ulrich Wyss formulates the following hypothesis: "Das Heldenepos ist ... mit dem sozialen Schema der Familie verbunden, der Roman dagegen mit der Kultur. Heldenepik trägt die Züge eines infantilen Charakters, während zum Roman die seelische Disposition der Adoleszenz gehört" (Wyss, Ulrich — *Fiktionalität — heldenepisch und arturisch*, in «Fiktionalität im Artusroman», Volker Mertens; Friedrich Wolfzettel eds., Tübingen, 1993, pp. 242-256; p. 254). If this is indeed true, it would also perhaps be possible to argue that the *Nibelungenlied* poet has — in his description of the scenes of Siegfried's wooing of Kriemhild — attempted to disguise the infantile characteristics of his source material, so that it might appear to be a(n) (adolescent) romance, but he does that *not* with elements from the romance, but with those from *Minnesang* of the classical period. Therefore, from the point of view of its fictionality — in those scenes referred to in this article —, the *Nibelungenlied* is perhaps a child pretending to be an adolescent, but using the artifices of an adult.

## REFLEXOS DE TORDESILHAS NUMA NOTA ANTIPTUGUESA DE PEDRO MÁRTIR DE ANGHIERA

Em 1530 veio a público, em Alcalá, nos prelos de Miguel de Eguía, um volume impresso em caracteres góticos, intitulado *De Orbe Nouo Decades*, do humanista italiano Pedro Mártir de Anghiera<sup>1</sup>. A obra, com um prefácio de Élio António de Nebrija, anunciava-se ao leitor como uma exposição apologética das viagens de Cristóvão Colombo, que haviam trazido aos meios cultos europeus as notícias de um novo mundo, no quadro da expansão castelhana no tempo dos Reis Católicos. Tanto pelos pressupostos ideológicos que essas viagens implicavam, como pelo significado do patrocínio de Nebrija, que interpretava enfaticamente a vocação imperial castelhana, como ainda pelo facto de apelarem para a concepção clássica de tratado historiográfico, as oito décadas do *De Orbe Nouo* tornaram-se uma obra muito conhecida nos meios cultos europeus.

Pedro Mártir veio para a Península em 1488, trazido talvez pela protecção concedida a humanistas por parte dos Reis Católicos. Assim sucedeu com um outro italiano, Lúcio Marineu Sículo, cujo *Opus de rebus Hispaniae memorabilius* sairá dos mesmos prelos em 1533. Um conterrâneo deste

---

<sup>1</sup> Em 1511, em Sevilha, saiu a I década de Pedro Mártir, juntamente com outras obras, como os «Poemata» e os «Epigrammata»; trazia então o título de *Oceani Decas*. No entanto, desde 1504 Anghiera vinha fazendo circular textos sobre as navegações peninsulares. Em 1516 sai em Alcalá um volume *in folio* com as três primeiras décadas do *De Orbe Nouo*, que dará origem a uma tradução francesa em 1532 e a uma inglesa em 1555. As restantes décadas, que foram sendo escritas até 1525, saem em 1530, com os textos preliminares das edições precedentes, como a dedicatória de 1516 ao futuro Carlos V e a apresentação de Nebrija a chamar a atenção para o conteúdo dos «opuscula» do seu amigo, «iucundissima lectu, necessaria cognitui, atque ad nostrarum literarum usus maxime conducibilia» (fo. aii r<sup>o</sup>).



último, Cataldo Sículo, veio para Portugal chamado por D. João II. Um traço comum a estes humanistas é a sua colaboração numa tarefa que os monarcas de ambos os lados da fronteira procuraram incrementar: a elaboração de textos que apoiassem a difusão internacional, isto é europeia, de uma literatura de propaganda em latim centrada na apologia da «conquista» determinada por motivos religiosos<sup>2</sup>. Tanto do lado castelhano como do português, a ideia da expansão da fé para terra de infiéis ou, depois, para novas terras transformou-se, durante um longo período, no argumento considerado mais legítimo e persuasivo para a justificação, junto de um auditório cristão ainda profundamente marcado pela ideia de cruzada, de um expansionismo ligado à exploração marítima.

O próprio Pedro Mártir, na dedicatória do *De Orbe Nouo*, procura suggestionar o leitor com a força de tal ideia, confessando, em registo autobiográfico, que a sua vinda para a península ibérica se deveu à atracção exercida pela fama das guerras de Granada. Como escreve na *Década VII*, cap. VI: «Bellorum Granatensium fama excitatus in Hispaniam me contuli...». Libertada a Hispânia dos Mouros, como diz também na dedicatória inicial («Purgata, stratis hostibus, Hispania, Mauroque malo gramine extirpato...»), pensou regressar a Itália, mas os monarcas castelhanos não o deixaram partir. Aqui ficou, pois, radicado, tendo desempenhado um papel fundamental na divulgação das notícias sobre as viagens em direcção ao Atlântico ocidental<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Mas também lhes foi confiada uma função mais prosaica: a de perceptores de altas figuras. Foi o caso de Cataldo entre nós; quanto a Pedro Mártir, deve ter ensinado latim a Alfonso e Juan de Valdés. Ambos os italianos se afirmam também como poetas novilatinos. Aliás, falta saber o que seriam as crónicas para as quais Cataldo, em carta a Martim de Sousa, solicita o fornecimento de dados «vt diffusius in patriae laudes et in bonorum virorum memoriam pro Iesu Christo pugnantium portugalsibus chronicis (vt caetera) possim fideliter accumulare» (SÍCULO, Cataldo Parisio — *Epistolae et Orationes*, ed. de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, 1988, fo. g[vi] v°); do texto ressalta claramente a intenção apologética desse projecto. Além disso, nos meios de corte apreciava-se em particular a dimensão individual da «conquista»: cfr. os versos de António Barreto:

«Escreuerem coronistas  
pera ler muito nos val,  
mas é fala das conquistas,  
trelado sem oreginal»

(Cfr. RESENDE, Garcia de — *Cancioneiro Geral*, ed. de Aida Fernanda Dias, I, Lisboa, 1990, p. 305).

<sup>3</sup> Cfr. COCHRANE, Eric — *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, Chicago, 1981, p. 339.

Deixemos, porém, estes aspectos mais factuais e atentemos num dado essencial: Pedro Mártir evoca como motivo da sua vinda para a península ibérica o facto de aí estar em curso uma larga campanha guerreira, dirigida por monarcas cristãos contra os Mouros. Significa isto que inscreve a sua decisão no contexto da mentalidade e da sensibilidade actuais profundamente marcado pelos quadros ideológicos da ficção cavaleiresca, largamente difundidos não só pela literatura, de que se alimentavam os círculos cortesões, como também por diversos aspectos sociais que se mantinham actantes em finais do séc. XV.

Para além do interesse suscitado nos meios cultos, graças às informações que divulgavam sobre terras e povos dados a conhecer por Colombo, estimuladoras de uma curiosidade intelectual e cultural polarizada em torno da ideia de «utopia», as *Decades* reflectem também o ambiente visionarista que caracterizou as motivações colombinas de busca de um acesso ocidental à Índia, por forma a alcançar a fonte do «ouro» das especiarias por via diferente da procurada pelos portugueses. A ideia era sedutora para a coroa castelhana e é bem conhecida a apreensão manifestada por D. João II quando recebeu o navegador no regresso da sua primeira viagem às Antilhas. O facto de trazer consigo um indígena com características distintas das daqueles que normalmente eram trazidos das costas africanas provocou profunda preocupação no rei português, a ponto de ter pensado numa retaliação, ordenando que se preparasse uma armada sob o comando de D. Francisco de Almeida, para ir afirmar a soberania e os direitos portugueses àquelas partes da suposta «Índia». Os receios foram acalmados depois da audição de Colombo pela equipa de peritos por ordem do monarca português, mas o problema persistia e a diplomacia dos dois países procurava encontrar uma solução aceite internacionalmente, o que sucederá em 1494<sup>4</sup>.

De um lado e do outro da fronteira valorizou-se uma linguagem de cariz polémico e até depreciativo, de que a obra de Pedro Mártir se reflecte claramente. Assim é que, se a propaganda castelhana buscava evidenciar o feito de

---

<sup>4</sup> O episódio vem narrado por João de Barros no cap. XI da *Primeira Década da Ásia*, ed. de António Baião, Coimbra, 1932, p. 113. Há que ter presente que o tratado assinado pelos delegados de ambos os monarcas em Junho de 1494 em Tordesilhas beneficiava de um conjunto de outros instrumentos diplomáticos, de que se devem destacar o acordo de Almeirim em 1432 e o tratado de Alcáçovas em 1479, que de facto preparou o terreno para uma estabilidade entre as duas potências peninsulares na passagem do séc. XV para o séc. XVI; cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luiz — *Relaciones Hispano-Portuguesas en torno a 1488*, «Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época», I, Porto, 1989, p. 65s.

Colombo, do lado português acentuavam-se traços menos prestigiantes da sua figura. Rui de Pina diz dele que era «de sua condiçam hum pouco alevantado», excedendo-se «no recontamento de suas cousas»<sup>5</sup>; mais longe vai João de Barros, que tinha uma visão de conjunto da história do reino bem mais alargada, ao ridicularizar a figura de Cristóvão Colombo, acentuando o seu visionarismo: apesar de ser «hómem latino e curiôso em as cousas da geographia», «lia per Marco Paulo», apregoando ter descoberto as tão desejadas Índias «e com este desengano espedido elle del rey [D. João II] se foy pera Castella, onde tambem andou ladrando este requerimento em a corte del rey dom Fernando, sem o querer ouvir»<sup>6</sup>.

No entanto, a experiência recente das relações entre os dois estados, depois de Aljubarrota e das campanhas de D. Afonso V<sup>7</sup>, mostrava que a solução armada não seria adequada. Por isso se privilegiaram os compromissos políticos e diplomáticos, sobretudo os garantidos pelos laços de matrimónio e de parentesco régio, que aproximaram fortemente as linhagens dinásticas. E os humanistas que, como Pedro Mártir, estavam em condições de, pela sua proximidade, observar os meandros da política régia, podiam salientar a importância destes mecanismos nas relações internacionais<sup>8</sup>. Por isso Pedro Mártir põe em evidência que o parentesco entre Isabel a Católica e D. João II facilitou a solução pacífica para a questão suscitada

---

<sup>5</sup> PINA, Rui de — *Crónica de el-Rei D. João II*, ed. de Alberto M. de Carvalho, Coimbra, 1950, p. 184. Nesse cap. LXVI, Pina limita-se a aludir aos pareceres dos que, do lado português, propunham uma atitude muito mais dura para com o Almirante, incluindo a hipótese do assassinato; é mais do que certo que tais opiniões fossem do conhecimento dos meios políticos castelhanos e que Anghiera deles ouvisse falar; a animosidade que vai evidenciando contra os portugueses pode, também, ter-se fundado nisso.

<sup>6</sup> *Primeira Década*, p. 112 e p. 113. Entre os peritos contava-se D. Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta, que conhecia bem a personalidade de Colombo e os meios culturais que o marcaram mais profundamente.

<sup>7</sup> A intervenção militar de D. Afonso V a favor de presuntiva filha de Henrique IV, D. Joana, articula-se com a instabilidade interna no reino de Castela e com as pretensões do lado aragonês, estas por sua vez ligadas ao problema do domínio das rotas da Guiné, com o atractivo dos negócios ligados ao ouro. Não será de todo estranho a esta problemática que, nas festas de Évora de 1490, um dos entremeses representados durante o banquete na sala da madeira pusesse em cena a figura do negro da Guiné como incluído nos domínios do rei português; isto perante os dignatários castelhanos que haviam acompanhado D. Isabel, como Garcia de Resende tem o cuidado de acentuar.

<sup>8</sup> O *Opus Epistolarum* de Anghiera, publicado em Alcalá também em 1530 é, com as suas 800 cartas, um claro exemplo disso.

pelas viagens de Colombo<sup>9</sup>, do mesmo modo que mais tarde procederá João de Barros a propósito da interpretação da linha divisória fixada em Tordesilhas quando surgiu a questão das ilhas Malucas.

A emulação entre as pretensões e interesses das duas coroas peninsulares constituía, nos anos em que Pedro Mártir foi elaborando o *De Orbe Nouo*, um factor constantemente activo, embora se possa considerar que no reinado de D. João III isso é menos visível<sup>10</sup>. Tal rivalidade emerge à superfície dos textos de vocação mais apologética e propagandística; é que, de um lado e do outro, sectores havia que apostavam numa união de ambas as coroas, num momento de oportunidade histórica cuja percepção era bem sensível. Tinham-se visto as tentativas de D. Afonso V<sup>11</sup>; ver-se-ão, cem anos depois, os êxitos de Filipe II. Mas de permeio estava o movimento enaltecedor do futuro Carlos V, com a uma divisa «Plus ultra» de que um médico amigo de Anghiera fora o autor<sup>12</sup>. Ora de 1516 é a dedicatória que acompanha a edição de 1530; em 1517, Carlos partiria da Flandres para Espanha, trazendo consigo um interesse renovado pela ideia de expansão e grandiosidade de

---

<sup>9</sup> Cfr. *Década II*, cap. VIII, fo. xxxiii r<sup>o</sup>. É bem sabido que as bodas de finais de 1490, em Évora, foram marcadas por um fausto carregado de intencionalidade política, segundo se pode ver pelos relatos de Garcia de Resende e de Rui de Pina; tudo isto de acordo com a importância que da parte dos Reis Católicos se atribuía ao casamento de sua filha D. Isabel com o herdeiro do trono português, como patentearam as festas de despedida da princesa, em Sevilha, com um fausto cuja intencionalidade semântica denunciava a importância de que, para os Reis Católicos, se revestia o enlace; aliás, D. Isabel virá a casar-se em segundas núpcias com D. Manuel, de que nascerá D. Miguel, que morreu com dois anos. Note-se que foi o mais prestigiado humanista castelhano da época, António de Nebrija, quem proferiu o discurso de despedida da princesa, onde também é elogiado Cataldo; cfr. RAMALHO, Américo da Costa — *Para a História do Humanismo em Portugal*, II, Lisboa, 1994, p. 19.

<sup>10</sup> A questão das ilhas Malucas veio reavivar, em finais do reinado de D. Manuel, as rivalidades entre os dois países, que o tratado de Alcáçovas em 1479 havia começado a amainar, instituindo uma confiança de que o casamento de D. Afonso em 1491 e o tratado de Tordesilhas em 1494 foram peças fundamentais; os indícios são vários, como o facto de D. João II ter pedido à Câmara de Lisboa que mandasse repicar os sinos para assinalar a conquista de Málaga pelos castelhanos em 1487; cfr. MORENO, Humberto Baquero — *Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos*, «Revista da Faculdade de Letras — História», X, Porto, 1993, p. 115. Mas esta postura tinha paralelo do lado castelhano, pois que a rainha Isabel procurava por todos os meios evitar a colisão com o Príncipe Perfeito; cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ — *art. cit.*, p. 70.

<sup>11</sup> Cfr. MORENO, H. B. — *Os confrontos fronteiriços*, *cit.*

<sup>12</sup> Vid BATAILLON, Marcel — *Études sur Bartolomé de Las Casas*, Paris, 1965, «Plus Oultre: la Cour découvre le Nouveau Monde», p. 101.

Castela, para a qual os meios humanistas a que pertencia Pedro Mártir deram larga contribuição.

Neste quadro, o texto do *De Orbe Nouo* oferece-nos alguns testemunhos que vale a pena destacar no âmbito destas relações e da linguagem que as suportava em termos literários.

Começemos por relembrar a relação que o humanista italiano insinua ao leitor entre a sua vinda para Espanha e a guerra contra os Mouros do reino de Granada. O público da época, nomeadamente o público leitor humanista do texto em latim, identificava facilmente o sentido da referência: desde 1415 o Ocidente peninsular aparecia como oportunidade atractiva para a obtenção do renome cavaleiresco, com a conquista de Ceuta a motivar jovens aventureiros animados pela utopia cavaleiresca reactivada<sup>13</sup>. Ao longo do séc. XV não faltam exemplos dessa reanimação da cavalaria, tanto nas atitudes práticas como nos tratamentos literários e fictícios.

Os tempos da guerra de Granada foram, efectivamente, anos de intensificação apologética castelhana. Quando no Ano Novo de 1492 os Reis Católicos entraram na cidade conquistada, assinalando o fim de uma longa campanha, celebravam, entre outras coisas, a virtude guerreira que a literatura de ficção vinha alimentando com narrativas de filiação arturiana. Basta ver o prólogo de Garci Rodríguez de Montalvo à sua versão do *Amadis de Gaula*, cuja impressão em 1508 dará início a uma série de êxitos de leitura por largo espaço. Aí se faz a apologia da cavalaria como actividade e virtude imprescindíveis à defesa da fé e à elevação da cortesia. A ideia reforçava a moda dos feitos de cavalaria nos confrontos contra o infiel e será em Portugal, nos finais do reinado de D. Manuel, aproveitada para trave mestra da pseudo-histórica *Crónica do Imperador Clarimundo*<sup>14</sup>, cuja genealogia se patenteava numa alegoria iconográfica do rosto da primeira edição, mostrando como, até D. Manuel, a linha central da genealogia dos reis portugueses se enraizava na velha tradição da cavalaria combatadora do infiel. E outro sentido não tinha a orientação dada por Duarte Galvão, entusiasta da interpretação tropológica da

---

<sup>13</sup> Cfr. PAVIOT, Jacques — *L'Intégration des Découvertes Portugaises dans les mentalités européennes au XVe siècle*, «Arquivos do Centro Cultural Português», XXXII, Paris, 1993, p. 3s. Também Cataldo anota a presença de cavaleiros estrangeiros nas festas de Évora, em 1490, no seu poema *Verus Salomon, Martinus*; cfr. *Martinho, Verdadeiro Salomão*, ed. de Dulce da Cruz Vieira, com introdução de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, 1974, p. 92-94.

<sup>14</sup> Acabado de imprimir no início de 1522, coincide com a intensificação do contencioso entre Portugal e Castela por causa das Malucas. A apologia da dignidade da sequência linhagística da coroa portuguesa pode ter a ver com esse momento. Note-se que a segunda edição desta narrativa pseudo-histórica é de 1555, ou seja, do final do reinado de D. João III.

história do reino, à sua versão da *Crónica de D. Afonso Henriques*<sup>15</sup>. Ora esta crónica do primeiro rei português será escolhida para ser traduzida para latim, mais tarde, pelo infante D. Duarte. Nela se evocava a sucessão dos reis portugueses até D. Manuel, «por nosso Senhor claramente querida, e ordenada [...] segundo seus ocultos Juizos», de que faziam parte «tirar Judeus, e Mouros destes Reinos» e «prosseguir, e obrar por mar, e terra, guerra contra Mouros, em as partes Dafrica», como se, sob o ceptro manuelino, «por vossas mãos se supprisse pelo mundo outra quasi segunda Prégação dos Apostolos, para notificação de nossa Fé, renovada às gentes», de acordo com o «mysterio» anunciado no Evangelho, que a «navegação e conquista» dos portugueses tornara «manifesto», como escrevia o autor na dedicatória a D. Manuel<sup>16</sup>. Esta linguagem podia ler-se de um lado e do outro da fronteira, denunciando uma rivalidade a que a historiografia não foi estranha<sup>17</sup>.

Diante deste panorama, enaltecimento da cavalaria e visionarismo finalista da história do reino são dois vectores fundamentais da interpretação que, de um lado e do outro da fronteira, se procura dar da história de cada reino e, consequentemente, da *dignitas* do respectivo príncipe.

Hoje é conhecida a influência que uma forte crença nos desígnios de um império projectado para o futuro teve em Cristóvão Colombo, a que não foi alheio o contributo de alguns meios universitários de Salamanca<sup>18</sup>. Um dos mais influentes homens nesta matéria era o gramático e historiador António de Nebrija, responsável pelo aproveitamento do tema colhido em

<sup>15</sup> Cfr. AUBIN, Jean — *Duarte de Galvão*, «Arquivos do Centro Cultural Português», IX, Paris, p. 43s.

<sup>16</sup> GALVÃO, Duarte — *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*, Lisboa, 1906, p. 29-30.

<sup>17</sup> A historiografia portuguesa reflecte, pela sua parte também, os atritos entre as políticas dos dois reinos. E dois pontos de facto assumiam um significado mais evidente: a questão das pretensões ao trono de Castela manifestadas por D. Afonso V e a questão do direito sobre as ilhas Malucas. É nesse quadro que Damião de Góis põe em causa a idoneidade de António de Nebrija, por enfatizar as suspeitas sobre a legitimidade do nascimento de D. Joana, a Beltraneja; cfr. *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, Coimbra, 1945, p. 96-97. Cfr. também RECUERO ASTRAY, Manuel — *Visión de Portugal en la historiografía castellana del siglo XV*, «Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época», I, Porto, 1989, p. 119s.

<sup>18</sup> FRANCISCO RICO — *Il Nuovo Mondo di Nebrija e Colombo. Note sulla geografia umanistica in Spagna e sul contesto intellettuale della scoperta dell'America*, «Vestigia. Studi in Onore di Giuseppe Billanovich», Roma, 1984, p. 576s; TATE, R. B. — *La geografia humanistica y los historiadores del siglo XV*, «Actas del Cuarto Congreso Internacional de Hispanistas», II, Salamanca, 1982, p. 691s. Cfr. também RANGLES, W. G. L. — *La diffusion dans l'Europe du XV<sup>e</sup> siecle des connaissances géographiques dues aux découvertes portugaises*, «La Découverte, le Portugal et l'Europe», Paris, 1990, p. 269s.

Lourenço Valla de que «a língua é companheira do império»<sup>19</sup> e cuja amizade com Anghiera é por ele próprio evocada no prefácio à edição do *De Orbe Nouo*. Do lado português existiram preocupações similares e concorrentes, se bem que pareça não terem atingido as dimensões que conheceram do lado castelhano, como é sensível no tempo de D. João II, quando este procurava transmitir aos meios diplomáticos e humanistas romanos o sentido das iniciativas atlânticas dos portugueses<sup>20</sup>. É o que se pode depreender das duas orações de obediência mandadas apresentar em Roma por D. João II, a de Vasco Fernandes de Lucena diante de Inocêncio VIII, em 1485, e a de D. Fernando de Almeida, perante Alexandre VI, em 1493. Trata-se de dois discursos que assinalam momentos importantes para a política do Príncipe Perfeito para com a vizinha Castela, nas quais se recorre à citação dos mesmos três passos bíblicos: Isaías (LXIII, 11), Ezequiel (XXXIV, 23) e Salmo LXXI, 8, onde se profetiza a difusão da fé por todas as gentes das terras<sup>21</sup>. Não carece ser reforçada a importância de tais anúncios diante da cúria suprema da cristandade, junto da qual as duas coroas peninsulares buscavam apoios que legitimassem os seus pontos de vista quanto ao senhorio dos mares. Basta notar como na correspondência em latim que Cataldo Sículo fez editar em Lisboa no ano de 1500 se alinham 14 cartas dirigidas pelo monarca português a personalidades influentes italianas solicitando acolhimento e protecção para D. Fernando de Almeida, o que revela a enorme importância que D. João II atribuía à embaixada junto de Alexandre VI recém-eleito<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Cfr. ASENSIO, Eugenio — *Estudios Portugueses*, Paris, 1974, «La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal», p. 1s.

<sup>20</sup> Uma das notas mais evidentes da orientação de D. João II é de facto proteger as navegações ao longo das costas africanas, a sul da Guiné, em defesa do acesso pelo sul à Índia. Há também que ter em conta uma linha de força da política joanina, caracterizada por alguma intencionalidade «imperial»; cfr. THOMAZ, Luís Filipe — *O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)*, «Actas do Congresso Bartolomeu Dias e a sua Época», Vol. I, «D. João II e a Política Quatrocentista», Porto, 1989, p. 81.

<sup>21</sup> O recurso aos Profetas do *Velho Testamento* estava consolidado nos meios que Colombo frequentou e informava a literatura de viagens; cfr. VASOLI, Cesare — *Colomb et le voyage «prophétique»*, «Voyager à la Renaissance», ed. de Jean-Claude Margolin, Paris, 1987, p. 37s.

<sup>22</sup> Cujá parcialidade por Castela era conhecida. Sobre a matéria, MATEOS, Francisco — *Bulas portuguesas e españolas sobre descubrimientos geográficos*, «Actas do Congresso Internacional der História dos Descobrimientos», III, Lisboa, 1961, p. 327s; COIMBRA, Carlos — *Os objectivos portugueses do Tratado de Tordesilhas*, «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», II, Coimbra, 1965, p. 199s.

Nestes discursos torna-se patente a vontade portuguesa de enquadrar, na própria história do reino, as iniciativas actuais ao longo da costa africana, em direcção a um Oriente dominado pelo infiel. Tal ideia é propositadamente explicitada na *oratio* do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, ao evocar todos os lugares-comuns da propaganda oficial portuguesa, desde a Lusitânia, passando por D. Afonso Henriques, Ourique, Salado, até às campanhas africanas de D. Afonso V, recordando que mesmo D. João II, quando príncipe, insistira em participar na guerra em África<sup>23</sup>.

É neste contexto que devemos ler o que Anghiera deixou opinado sobre Portugal, certamente na perspectiva castelhana, no seu *De Orbe Nouo*. São essencialmente dois os tipos de argumentos utilizados: um de natureza mais filológica, segundo a tradição humanista; outro de natureza mais historiográfica.

O primeiro toma a forma de uma nota histórico-filológica e diz respeito ao sentido a atribuir ao citado termo «Lusitania». Sucede isso no capítulo VII da *Década II*, de 1514 e dedicada a Leão X, onde o autor se demora a exprimir a sua animosidade contra «um tal Luís Cadamosto», que diz «cronista das coisas portuguesas» e que acusa de se ter aproveitado da sua primeira *Década*, impressa à revelia em 1511, para se apresentar como profundo conhecedor presencial de factos relacionados com os castelhanos. A ironia do passo é indisfarçável na referência aos achamentos portugueses na costa africana, que vêm caracterizados como «sem dúvida admiráveis»<sup>24</sup>. A ênfase no «quidem» é por demais transparente. Aí já se faz uma alusão ao diferendo surgido entre Fernando de Castela e D. Manuel de Portugal acerca das ilhas

---

<sup>23</sup> Textos disponíveis em diversas reproduções; com tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, 1988. E Cataldo recorrerá à comparação de D. João II com Alexandre — uma analogia que a literatura epicizante portuguesa gostará de utilizar — sublinhando o facto de ter participado nas campanhas africanas (*Epistolae*, «Oratio» de 1490, fo. aiii v<sup>o</sup>). Mais do que isto no seu poema épico *Arcitinge*, sobre a tomada de Arzila e de Tânger, Cataldo sublinha a insistência de D. João II em participar nessa campanha; cfr. RAMALHO, Américo da Costa — *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, 1985, p. 67s. É provável que Cataldo tivesse começado a escrever este poema ainda antes de vir para Portugal; cfr. RAMALHO, A. C. — *Para a História do Humanismo em Portugal*, II, Lisboa, 1994, «Uma carta de Cataldo a D. João II», p. 35. Sobre relação de Cataldo e a literatura humanista respeitante às explorações marítimas, cfr. também MATOS, Luís de — *L'Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, Lisboa, 1991, p. 82s. Para um enquadramento da política joanina sobre esta problemática, cfr. também SOUSA, Armindo de — *O Parlamento na época de D. João II*, in «Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época», vol. I, 1989, p. 231ss.

<sup>24</sup> Fo. xxxi r<sup>o</sup>: «De Portugalensium inuentis, quae quidem admiranda sunt».



a oriente da Malaca. Não se evidencia ainda a animosidade do italiano contra o reino português, mas discute-se, como aliás fazia Lúcio Marineu, a legitimidade de os portugueses identificarem «Portugal» com a «Lusitania»:

«Dico Portugalliae, non Lusitaniae, uti multos audio literarum non ignaros, qui falluntur non mediocriter. Nam si est Lusitania, quam egregii Cosmographi Ana et Duria fluminibus includunt, quota est portio Lusitaniae Portugallia?»<sup>25</sup>.

A questão incidia directamente num dos argumentos que o lado português mais acarinhara: a identidade de Portugal com a antiga Lusitânia<sup>26</sup>. No discurso que preparara para declamar diante de Carlos, rei de França, Cataldo evocara uma etimologia «ad hoc», segundo a qual Portugal proviria de «portus» e «gallie», «facta in compositione vnus litterae detrattione»<sup>27</sup>, mas sublinhando que «Nam portugalía: quam vero et latino vocabulo lusitania nuncupatur». A literatura oficial portuguesa esforçar-se-á, ao longo dos tempos<sup>28</sup>, por acentuar a legitimidade desta sinonímia. Claramente a proclama João de Barros, logo na abertura da *Década I da Ásia*, ao referir-se às origens do reino e ao «dote» que Afonso VI de Castela dera a sua filha D. Teresa,

---

<sup>25</sup> *Década II*, cap. VII, fo. xxxiii r<sup>o</sup>. O passo vem na sequência de uma consideração de Anghiera sobre o Cabo da Boa Esperança, que alguns identificavam com a «Latissime extensa Agisymba» de Ptolomeu.

<sup>26</sup> Aliás em sentido ambivalente: por um lado a identidade do reino com um passado marcado pela presença dos Romanos e da sua cultura, cujas ruínas e inscrições André de Resende e Miguel Leitão de Andrada, por ex., valorizaram; por outro como fonte de referências de virtudes antigas, numa linguagem moralizante que teve em Sá de Miranda o principal cultor. Mas desde o séc. XII-XIII a literatura «oficial» portuguesa procurou dar força ao argumento de que o território do reino português se identificava, nos tempos cristãos, com o da antiga «Lusitania» romana. É o que sucede na gesta hagiográfica sobre S. Vicente de Lisboa e seus milagres; cfr. NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António — *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988, p. 28-29.

<sup>27</sup> *Epistolae*, fo. eii v<sup>o</sup>.

<sup>28</sup> Por exemplo, a proliferação de defesas das coincidências geográfico-históricas entre Portugal e Lusitânia em autores de finais do séc. XVI e ao longo do seguinte, certamente em relação com a discussão dos direitos do reino face à integração na coroa castelhana após 1580. Além do poema camoniano, são os casos de Fr. Bernardo Brito, de Duarte Nunes de Leão, de Fr. Francisco de Sousa Macedo; mas em boa medida, o ponto de partida está em André de Resende (cfr. SOUSA, Ivo Carneiro de — *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Porto, 1993).

para o casamento com o Conde D. Henrique: «e en dóte, todalas terras q(ue) naquelle tempo eram tomadas aos mouros nesta parte da Lusitania que óra é reyno de Portugal»<sup>29</sup>.

Face a estas pretensões de os portugueses se apropriarem de um passado dignificado pela antiguidade romana, a pergunta de Anghiera inclui uma depreciação menosprezadora e polémica, reforçada pelo facto de, num passo mais à frente, no final do cap. X da *Década VI*<sup>30</sup>, proceder à listagem enumerativa — e por consequência enfatizadora — das cidades da «Lusitania» situadas em território da actual Castela...<sup>31</sup>, insinuando, por conseguinte, a ilegitimidade das pretensões portuguesas.

Não se trata, pois, de um aspecto menor, no imenso esforço erudito que os monarcas de ambos os lados procuram sustentar no sentido de reforçarem a legitimidade «linhagística» dos seus reinos nas «antiguidades» remotas, por definição anteriores à dominação muçulmana<sup>32</sup>. Nestas circunstâncias, é bem significativo que Pedro Mártir nunca utilize o termo «Lusitani» no *De Orbe*

<sup>29</sup> *Década I*, p. 8, Liv. I, cap. I. E no *Panegirico de D. João III* os Lusitanos opositores a Sertório são identificados com «a gente portuguesa»; cfr. *Panegiricos*, ed. de Rodrigues Lapa, Lisboa, 1937, p. 35. É também por esta altura que Sá de Miranda divulga a sua concepção do reino português centrado sob a autoridade de um único rei, na continuação da antiga Lusitânia e da moral dos bons velhos tempos de Viriato, como se proclama na *Carta a D. João III*.

<sup>30</sup> Um ponto que o leitor do exemplar do Porto anotará com remissão para a *Monarquia Lusitana*, Liv. I.

<sup>31</sup> Como se verá mais adiante, a argumentação depreciativa fundamenta-se também na ênfase da pequenez do reino de Portugal, desde as suas origens, e na sua dependência face ao de Castela.

<sup>32</sup> A argumentação em torno desta problemática socorria-se com a vontade de dados cujo rigor histórico era duvidoso. A historiografia humanista não era só o relato dos acontecimentos inscritos no passado histórico, mas também com alguma frequência a exposição justificadora de pontos de vista que o apelo ao saber histórico e literário permitia legitimar; cfr. TATE, Robert B. — *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, Madrid, 1970, em especial p. 24s. O humanista Pedro Mártir, investido concomitantemente nas funções de apologista da coroa castelhana, não se esquece de registar no seu texto latino as pseudo-autoridades antigas que favoreciam a argumentação dos monarcas a quem servia. É o que sucede com a identificação das ilhas de Cabo Verde com as «Gorgones» dos antigos cosmógrafos, que os castelhanos utilizavam na polémica sobre a localização das mesmas: ou então com o Cabo da Boa Esperança, que os Reis Católicos indentificavam, em 1493, com a «Latissime extensa Agisymba» de Ptolomeu, para lançarem dúvidas sobre a possibilidade de o extermo sul de África poder ser contornado por mar; cfr. COIMBRA, Carlos — *Os objectivos portugueses do Tratado de Tordesilhas*, «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», II, Coimbra, 1965, p. 205.

*Nouo*, empregando sempre «Portugalensis» e, mais particularmente no final da obra, «Portugalicus»<sup>33</sup>.

O outro ponto, muito mais hostilizador para o lado português ocorre no final da obra, quando o autor procura suscitar no leitor uma adesão mais emotiva — mas com algum ingrediente épico — à causa castelhana activada pelo regresso a Sevilha da nau «Victoria», restante da armada de Magalhães partida três anos antes. E como a enunciação de tal juízo surge precisamente no fim do texto e da obra, a sua força podia aparecer reforçada por essa circunstância<sup>34</sup>.

Anghiera conheceu, conforme o indica claramente no final, o relato sobre as aventuras da «Victoria» apresentado a Fernando de Castela, que tanto entusiasmo havia posto na iniciativa de Magalhães. O humanista parte do ponto de vista de que as ilhas Malucas pertenciam, por virtude do tratado de Tordesilhas, à coroa castelhana e que a viagem de Magalhães mais não fora do que a confirmação de tal evidência. Por isso, e contra as advertências portuguesas, de que Barros se faz eco na *Década III*, considera que a oposição encontrada pelos castelhanos nessas paragens se inscrevia numa atitude ilegítima por parte dos portugueses, mais a mais que houve recurso à força armada. Daí a atribuir aos portugueses toda a responsabilidade dos males por que passaram os castelhanos ia um passo pequeno, que Pedro Mártir deu sem dificuldade. Em consequência, a sua versão está orientada mais para uma *vituperatio* contra os «Portugalenses» do que para o cuidado da objectivi-

<sup>33</sup> A este propósito, pode parecer estranho que Barros não comente esta contestação. Na *Década I* refere-se, em dois momentos, a um volume intitulado «Nouus orbis»; no entanto, tendo em consideração que o contexto em que este título nos surge, não se pode entendê-lo como respeitante à obra de Pedro Mártir, mas ao primeiro volume da grande compilação de textos sobre navegações e viagens que Giovanni Battista Ramusio começava a publicar. Na primeira ocorrência, cap. viii do Livro V, fala de «hum summario que está jncorporado em hum volume em lingoa latina jntitulado Nouus orbis: onde andam algumas das nössas nauegações, escriptas nam como ellas merecem & o caso passou»; no segundo caso, cap. iiiii do Livro X, ao falar do *Itinerário* de Varthema, escreve que «depois se tresladou em latim & anda encorporádo em hum volumme jintituládo Nouus Orbis» (*Década I*, p. 199, 389). Efectivamente, o «tratado» de Varthema foi publicado por Ramusio no vol. I das *Navigazioni e viaggi*, saído em 1550, embora desde 1510 circulasse impresso em italiano e desde 1511 em latim. No entanto, o «sumário» a que alude Barros (p. 199), a propósito do relato da viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia e da de Afonso de Albuquerque, deve dizer respeito ao volume de Johan Huttich, publicado com o título *Novus Orbis Regionum ac Insularum veteribus incognitarum*, em 1532. Os três volumes das *Navigazioni e viaggi* saem entre 1550 e 1559. Cfr. a edição em seis volumes de Marica Milanesi, Turim, 1978-1988.

<sup>34</sup> Também a este propósito, Barros não reagiu, quando, na *Década III*, narrou os sucessos da passagem da armada de Magalhães pelo Bornéu e pelas Malucas.

dade. E não seria difícil ao autor confirmar os acontecimentos, através dos vários relatos e documentos que se espalharam rapidamente pela Europa sobre esta viagem.

A sua versão selecciona concretamente dois factos que lhe servem de exemplos significativos: a atitude dos portugueses para com a «Victoria», quando passou por Cabo Verde, onde a tripulação fizera paragem para se abastecer e onde, descoberta a sua proveniência, foi obrigada a abandonar treze elementos que se encontravam em terra; a atitude dos portugueses para com a tripulação da «Trinidad», quando esta nau, depois de haver ensaiado o regresso pelo Pacífico, teve de retroceder e pedir-lhes auxílio.

Em ambos os casos o discurso e Anghiera enfatiza os elementos condenatórios dos portugueses, mediante um léxico denotador da violência, da prepotência, da injustiça e da crueldade. Assim, no relativo ao primeiro caso Pedro Mártir omite os cuidados dos castelhanos em esconderem a sua identidade em Cabo Verde, sabendo da vigilância que estava a ser feita na rota da Índia desde que Magalhães partira de Sevilha:

«Ibi [em Cabo Verde] Portugalenses sui regis ministri, qui oculum sibi dextrum erutum iri arbitrantur, si aromatum princeps alius proventus assequatur: scapham et ministros contra foedera inita ab initio diuisionis, ab Alexandro Pontifice sexto sancitae, praehenderunt; tentasseque regios Hesperidum magistratus, nauim ipsam capere, quod factu facile fuisset. Sed intellecto sociorum euentu, nautae priusquam suas Portugalensium praepararent naues congressiuas, erutis anchoris, aufugisse aiunt se, relictis in Portugalensium potestate terdecim sociis, ex vno et triginta quos aduehebant de sexaginta ex Maluchis nauim ingressis, dimissos tamen remiserunt Portugalenses sui regis mandato.»<sup>35</sup>

É então que a «Victoria» é equiparada à nau dos Argonautas, numa imagem utilizada também na *Epístola* de Maximiliano Transilvano, secretário de Carlos V, enviada de Valladolid em Outubro de 1522<sup>36</sup> e onde se apela para a mesma referência clássica:

«Nauis Argonautica dicat, quam sine rubore ac derisu suspitiose fabulantur in coelum esse relatam: quid nam effecit? Si quid ista egerit pensitauerimus ex urbe Argo in pontum ad Oeten et Medeam progressa,

---

<sup>35</sup> *Década V*, cap. VII, fo. lxxx r<sup>o</sup>.

<sup>36</sup> A carta foi publicada por Ramusio em 1550 no vol. I das suas *Navigazioni e viaggi*.

cum suis sororibus Hercule, Theseo, Iasone, nescio quid egerit, ad huc ignotum gentibus est, quid fuerit vellus illud aureum, quae vero sit ex Graecia in pontum itineris intercapedo [sic] apud grammaticulos pueri didicerunt. Vngue gigantio multo minor est ea distantia.»<sup>37</sup>

No segundo caso Anghiera apresenta uma inversão dos acontecimentos, escondendo aspectos claramente desfavoráveis à perspectiva castelhana e à dimensão epicizante que o autor busca dar da viagem. É o momento em que a parte da tripulação que ficou com a «Trinidade» se vê obrigada a pedir auxílio aos portugueses, dado o estado em que se encontravam a nau e os seus marinheiros:

«cum viris septem et quinquaginta, quos praeter magistratus nominibus propriis nuncupatos habeo e computatorum libris harum negociationum extractos. Nauis ea resarcita gariophilis et gemmis quibusdam onusta reuertebatur, in Portugalicam incidit classem, deprehensam coepit et in Malucham creditam Chersonesum auream, traxit victam, raptavit Portugalicus praefectus, nomine Georgius de Brito maritimus, quicquid era in ea. Sed miserandum dictu est, quod huius nauis nautis acciderit, tanta fuit contra eos maris ira, vt perpetuis fluctibus agitati fame vigiliisque fere omnes perierint. Capta nauis Tinitate, praefectus ille Portugalicus Maluchas nostras insulas adiisse dicitur et in una illarum, quae septem sunt, arce [sic] construxisse, quicquid mercium negociationis causa in insulis erat relictum, rapuit vna.»<sup>38</sup>

Encontramos aqui um dos momentos mais violentos do tratado de Pedro Anghiera contra os portugueses. Vale a pena atentar um pouco nele, até por causa da versão dos acontecimentos nele contida, que não coincide com a das outras fontes.

O procedimento argumentativo do autor começa por introduzir a referência às fontes documentais de onde recolheu os dados para a sua versão. Com isso, o leitor devia ficar preparado para a passagem ao relato ou *narratio* breve, conforme a retórica antiga aconselhava em tais circunstâncias, dos sucessos, o qual desembocaria na condenação dos responsáveis pela desgraça de que os súbditos da coroa castelhana foram vítimas. A estruturação persua-

---

<sup>37</sup> *Década V*, cap. VII, fo. lxxix v<sup>o</sup>.

<sup>38</sup> *Década VIII*, cap. X, fo. cxvii r<sup>o</sup>.

siva do passo é de tal forma evidente que há que considerar este final do *De Orbe Nouo* como uma verdadeira diatribe contra Portugal.

A *Década VIII*, de que este passo faz parte, foi escrita já no final da vida de Pedro Mártir, quando a questão das ilhas Malucas tinha reavivado o contencioso entre as duas coroas. Barros, que fornece uma versão mais coincidente com as restantes fontes, evoca os esforços que a diplomacia portuguesa desencadeara junto de Fernando de Castela para impedir a partida de Magalhães, em vésperas do terceiro casamento com uma infanta castelhana, D. Leonor. A importância do matrimónio régio como forma de garantia do acordo internacional é por ele sublinhada, numa perspectiva comum à historiografia humanista<sup>39</sup>. Assim, depois de acentuar a atracção de Fernando pelo projecto de Magalhães, escreve:

«As quais vodas, por serem nesta conjunção, parece que trocaram a ordem de tôdalas dos príncipes, porque as mais das pazes que se entre êles fazem, passadas muitas diferenças, guerras e contendias, a paz destas cousas se remata per casamentos à maneira de comédias; e êste casamento e nova liança del-Rei D. Manuel, por guardar o decôro das reais pessoas com que se tratava e fazia, houve-se mais respeito ao modo que à cousa e causa de tanto parentesco, porque teve o princípio no fim das tragédias, que acabam em trabalhos e desgostos, como daqui procederam. Porque o interêsse é tam próprio de si mesmo, que, como faz assento no ânimo de alguém, poucas vezes dá lugar a outras rezões, por mui conjuntas e obrigatórias que sejam»<sup>40</sup>.

Só em 1529, já depois do casamento de D. João III com a irmã de Carlos V, D. Catarina, o entendimento voltou a estabelecer-se entre os dois reinos quanto à questão das Malucas. Mas quando Anghiera escrevia a sua última *Década*, em 1525, o atrito estava no auge e talvez daí a animosidade que transparece, certamente segundo a vontade oficial, contra os portugueses.

Isso é visível na manipulação dos dados tal como são apresentados por Pedro Mártir, fundado na autoridade das fontes a que diz recorrer. Note-se,

---

<sup>39</sup> Neste aspecto convergiam a política e a doutrina humanista. A preocupação em assegurar a possibilidade de uma sucessão dinástica que pudesse vir a permitir a união das duas coroas peninsulares é óbvia nas relações entre os dois países desde finais do séc. XV.

<sup>40</sup> *Década III*, p. 285-286.

porém, que se enfatizam, no passo citado, as marcas de animosidade, patenteadas no uso do vocábulo «Portugalicus», em vez de «Portugalenses», que seria mais esperado em latim renascentista<sup>41</sup>. O sufixo da primeira forma comporta uma dimensão depreciativa, que o próprio contexto ajuda a intensificar. Além disso, o «praefectus» português a quem Anghiera atribui o acto de aprisionamento e de rapina da «Trinidad» não se chamava Jorge de Brito, mas António de Brito, que se preparava para construir de facto em Ternate uma fortaleza portuguesa<sup>42</sup>. Só que, para o apologista castelhano, as Malucas eram «nostras insulas»...

Lendo João de Barros e outros relatos da viagem da armada castelhana, vê-se que as coisas se passaram de forma distinta da que Anghiera apresenta ao leitor europeu, na versão latina do seu texto. Barros estava mesmo bem colocado para o fazer, visto que dispôs de informações como as de Duarte de Resende, ainda parente seu, por cuja personalidade cultural mostrou apreço, ao dedicar-lhe a *Ropica Pnefma*<sup>43</sup>. A versão desses testemunhos diverge da de Anghiera. Assim, os tripulantes da «Trinidad», não podendo fazer a viagem de retorno pelo caminho do Pacífico, viram-se obrigados a voltar atrás, aceitando o auxílio dos portugueses, dado o estado em que barcos e tripulação se encontravam. Não é só Duarte de Resende que o informou, mas também a carta de António de Brito para D. João III sobre o caso<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> No texto latino de Anghiera, «Portugalicus» tem como pressuposta a figura do rei de Portugal, enquanto «Portugalenses» se refere aos habitantes do reino. Na moderna tradução para espanhol do *De Orbe Nouo*, da autoria de Edmondo O'Gorman (México, 1964), não se põe em evidência a insinuação distintiva dos termos latinos.

<sup>42</sup> Na realidade, Jorge de Brito era irmão de António de Brito e comandava uma armada com 300 soldados portugueses que de Cochim se dirigia para as ilhas Malucas. No porto de Achem caiu numa cilada e foi morto, pelo que António de Brito foi aceite como capitão da frota; cfr. Góis, Damião de — *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, ed. de Teixeira de Carvalho e David Lopes, Parte IV, Coimbra, 1926, p. 158. No entanto, António de Brito devia ter fama de homem violento, porque por suas própria mãos decapitou um português, João de Lourosa, acusado de fornecer informações aos tripulantes da armada castelhana...

<sup>43</sup> Duarte de Resende traduziu para português o *De Amicitia* de Cícero, que apareceu numa edição de Germão Galharde, em 1531, impressor que no ano seguinte acabará a *Ropica Pnefma* do mesmo Barros.

<sup>44</sup> Cfr. BARROS — *Década III*, p. 296. O relatório de António de Brito pode ler-se, com outros textos relativos à viagem da armada de Fernão de Magalhães, in *Fernão de Magalhães. A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, prefácio e notas de Neves Águas, Lisboa, 1986, p. 313s.

É certo que por duas vezes os portugueses haviam tentado interceptar os barcos castelhanos nas águas das Malucas. Se a nau «Victoria» conseguiu evitá-los, já a «Trinidad» acabou por ser socorrida pela armada de D. Garcia de Meneses, que trouxe para a Índia os tripulantes que quiseram encetar o regresso até Lisboa<sup>45</sup>, como foi o caso de Gonçalo Gomes de Espinosa; este chegou a Lisboa em 1526, segundo Barros, que afirma que dele obteve «alguns papéis que lhe achei, entre os quais foi um livro feito por êle de tôda aquela sua viagem; e assi, houve outros papéis e livros que Duarte de Rêsende, feitor de Maluco, recolheu do astrólogo Andrés de San Martin»<sup>46</sup>.

Ora não consta que o aprisionamento da «Trinidad» se tivesse revestido da violência que Anghiera procura inculcar no leitor. No texto de Barros, é o capitão da nau, Gonçalo Gomes, quem manda ao escrivão Bartolomeu Sanches redigir um pedido de «misericórdia» pelo estado em que se encontrava. António de Brito envia a ajuda solicitada, com Duarte de Resende, que impediu que o governador nativo de Ternate exercesse atrocidades sobre a tripulação depauperada da «Trinidad»<sup>47</sup>.

Anghiera procura inscrever as adversidades que atribui aos portugueses no conjunto das desgraças que os marinheiros ao serviço de Castela haviam sofrido, insinuando uma certa dimensão épica, que sobressai claramente na comparação atrás referida da «Victoria» à «Argonautica nauis»<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Cfr. o relato conservado no manuscrito de Leida: VALIÈRE, Pierre — *Le voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, Paris, 1976, p. 143.

<sup>46</sup> Cfr. *Década III*, p. 297.

<sup>47</sup> *Década III*, p. 296. Também Damião de Góis (*Crónica cit.*, p. 87) se apoia nesta versão, colhida em Barros.

<sup>48</sup> Se bem que a força de atracção do interesse do leitor e da sua adesão às justificações castelhanas girasse fundamentalmente em torno das novidades trazidas por Colombo, Pedro Mártir não se esquivava a estimular a evocação de referências-modelo clássicas; sucede isso com a alusão epicizante à «nauis Argonautica», facilmente evocável para um leitor letrado do humanismo. Mas noutros momentos a mesma dimensão épica emerge, como na *Década II*, cap. VII, a propósito de Isabel Bobadilha, a mulher de Pedro Arias, ter feito questão de seguir o marido para as terras da aventura e do perigo: Anghiera evoca o exemplo de heroísmo feminino de Ipsicratia e Mitridates, se bem que podia também ter em mente o de Panteia e Abradatas no Livro VI da *Ciropedia* de Xenofonte (fo. xxxi r<sup>o</sup>). Mas talvez seja no cap. vii da *Década III* que mais se destaque o cuidado em sugerir ao leitor o apelo aos modelos clássicos, ao tratar do povoamento da Espanhola, quando recorda os casos de Dárdano, Teucro e Dido (fo. xlviij r<sup>o</sup>).



Mas neste ponto, como em outros anteriores, observa-se o silêncio de João de Barros sobre as considerações do humanista milanês<sup>49</sup>. Em vez disso, ocupa-se em evidenciar a demonstração dos erros de cálculo a partir dos registos feitos por Andrés de San Martín ao longo da viagem, documentos esses que chegaram mais tarde a Lisboa e que favoreceram a demonstração dos pontos de vista portugueses<sup>50</sup>. Talvez também por isso a versão latina de Anghiera intensifique a acrimónia contra Portugal à medida que o leitor se aproxima da parte final do livro.

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto guarda-se um exemplar da edição de 1530 do *De Orbe Nouo* com anotações que merecem algum interesse. As notas marginais podem ser de um dos nomes de possuidores do exemplar, «Frey Diogo de Carualho»<sup>51</sup>. A letra das anotações manuscritas é de facto idêntica à deste *pertence*; a sua época, que pode ser também uma referência temporal para a leitura suscitadora das mesmas anotações, deve colocar-se após a publicação da *Monarquia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito (1597)<sup>52</sup>.

A propósito do passo acima transcrito, onde Anghiera, numa sequência retoricamente elaborada, busca accionar no leitor a repulsa contra os portugueses, o utilizador do exemplar do Porto escreveu à margem: «quod saepius ab Ambrosio vaz guimaranensis lusitanae classis singulari milite audiui»<sup>53</sup>.

Este Ambrósio Vaz deve ter sido um dos trezentos soldados da armada portuguesa que, sob o comando de Jorge de Brito, partiu de Cochim em

---

<sup>49</sup> Como já ficou alvitrado atrás, a explicação deve estar no facto de Barros se ter servido, certamente, da obra de G. Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, em cujo vol. III (1556) se inclui uma síntese ou «sumário» das *Décadas* de Anghiera, para onde são seleccionados os elementos mais interessantes em termos de novidade sobre o «novo orbe» que Colombo dera a conhecer aos europeus. Por isso a parte final do *De Orbe Nouo*, respeitante à viagem de Fernão de Magalhães, não foi aproveitada; por esse motivo também a diatribe antiportuguesa não constava desse «sumário». Será que Barros não conheceu a versão completa das oito décadas de Anghiera (1530)? Será que, se contactou com a obra do italiano, só o fez através da edição de 1516? Ou será que não chegou a poder lê-la? Esta última hipótese parece estranha, não só porque João de Barros se revela um atento manuseador da literatura sobre as navegações portuguesas, mas também porque no cap. II do Livro VIII da *Década I* (p. 293) recorda o nome de Pedro Mártir a propósito do diálogo diplomático entre Fernando o Católico e D. Manuel, sobre as tentativas para suster o envio da armada de Vasco da Gama à Índia; apesar de estranha, é com certeza a hipótese a reter.

<sup>50</sup> Cfr. *Década III*, p. 297-98.

<sup>51</sup> O *pertence* ao cima da folha de rosto está riscado e é indecifrável.

<sup>52</sup> Fo. xc vº, no final de *Déc. VI*, cap. X.

<sup>53</sup> Fo. cxvii rº.

direcção a Maluco, com passagem por Malaca. O intuito era afirmar a autoridade portuguesa sobre aquelas ilhas, mediante a construção de uma fortaleza, tornada urgente depois do conhecimento da partida das naus de Fernão de Magalhães. Jorge de Brito foi morto em Sumatra e António de Brito continuou a empresa. O que o testemunho evocado pelo anotador do exemplar em causa confirmava era o aprisionamento do que restava da armada castelhana: a nau «Trinidad», já que a «Victoria» conseguira antecipar-se à chegada dos portugueses <sup>54</sup>.

A verdade é que a tripulação da «Trinidad» se encontrava tão depauperada que não podia fazer navegar a embarcação. António de Brito envia em auxílio D. Garcia de Meneses com uma armada onde ia também Duarte de Resende. O Ambrósio Vaz de Guimarães a que o autor da marginalia se refere podia ter feito parte desta expedição. É provável que, na tensão sentida naqueles anos, e sabendo-se do alerta que as autoridades portuguesas haviam desencadeado em todas as rotas da Índia e do Oriente quando souberam da partida da armada de Fernão de Magalhães, o testemunho evocado à distância <sup>55</sup> pudesse justificar alguma dramatização dos acontecimentos então vividos. Mas tanto João de Barros como o governador António de Brito coincidem em relatar o estado miserável em que os homens da «Trinidad» se encontravam e a maneira como os portugueses lhes facilitaram o regresso à Península <sup>56</sup>.

Estamos no trecho final do *De Orbe Nouo*, ou seja o fecho do cap. X da *Década VIII*. É aí que Anghiera deixa o passo mais fortemente antiportuguês. Antes de avançar, porém, há que notar que, no momento em que escrevia este passo, ainda os dois monarcas não tinham alcançado um entendimento sobre o diferendo das ilhas Malucas, que virá em 1529 <sup>57</sup>. Escreveu assim Anghiera:

«Quid facturus in re tali sit Caesar [trata-se da apropriação das ilhas Malucas] ambigitur, dissimulaturum arbitrator ego per die aliquot, reiteratae affinitatis causa, quamuis essent uno partu gemelli, durum tamen

---

<sup>54</sup> A matéria era controversa, não só pelos aspectos políticos, como pelo relato que desses sucessos se fez. Damião de Góis opta por não valorizar nenhuma das versões conhecidas; mas não se reporta ao texto de Anghiera, editado trinta anos antes de escrever esta parte da sua *Crónica de D. Manuel* (ed. cit., p. 87).

<sup>55</sup> De facto o Ambrósio Vaz, «miles singularis», deve ter fornecido as suas lembranças ao autor da nota já em idade avançada...

<sup>56</sup> O mesmo quanto a Damião de Góis, como se anotou já.

<sup>57</sup> Repare-se que a edição de 1530 não corrigiu os dados...

esset iniuriosam hancx iacturam praeterisse impunitam, placide primum per oratores tractatum iri rem puto. Sed aliud audio futurum Regi Portugalico non bene sapidum, nequibit Caesar etsi optauit rem dissimulare, mercium nanque illarum domini vt iustitia fiat efflagitabunt, eam hostibus negare inhonestum est, quanto magis proprii ditionariis. Ruinam eius regni venturam ex hisce temerariis rebus veteranos aiunt Portugalenses publicis sermonibus vaticinari, nimis enim superbe Castellanas gentes despiciunt, sine quorum prouentibus fame perirent, cum fuerit regnum illud exile, Castellae quondam Comitatus, prae rabie mandunt spumas Castellani, vellentque vt reducendi regnum illud ad Castellae coronam Caesar niteretur: Rex Philippus Caesaris genitor se facturum aliquando et cogitauit et dixit, tempus sententiam promulgabit» (fo. cxvii v°).

Estas linhas finais do *De Orbe Nouo* deixam transparecer a força com que alguns sectores pressionavam Carlos V, a propósito dos direitos sobre o comércio das Malucas. Note-se o vocábulo «Portugalicus», já referido, aplicado do rei português: ele podia inculcar no leitor — sobretudo no leitor culto europeu do tempo, sensibilizado para a questão da elegância latina — uma nota menos elogiosa, se não até depreciativa, na sua figura «bárbara» de adjectivo formado directamente do termo vulgar «Portugal»<sup>58</sup>. Em contraste, aqueles súbditos do monarca português que manifestavam opiniões concordantes com os pontos de vista castelhanos são valorizados pelo termo «Portugalenses», com um sufixo bem mais clássico.

Mas as marcas depreciativas, se não quase vituperadoras, do segmento final da obra editada em 1530 não se esgotam neste aspecto. O que aí se evidencia é o vaticínio de que o reino português haveria, no futuro, de ser incorporado em Castela. Seria uma maneira de castigar a arrogância portuguesa, tema frequente na caracterização dos portugueses no séc. XVI. De facto, Portugal não passava de um pequeno reino, nascido de um pequeno condado de Castela, dependente, para combater a fome, dos mesmos castelhanos.

---

<sup>58</sup> Convém, entretanto, ter presente que a edição de 1530 das oito *Décadas* do autor milanês inclui no final uma lista de dicções e vocábulos «bárbaros» (é certo que sem remissão de páginas), numa evidente tentativa de actualizar os conhecimentos referidos a novas realidades e no quadro de uma concepção do latim humanista como língua capaz de incorporar dimensões semânticas mais facilmente veiculadas pelas línguas vulgares; isto tem a ver sobretudo com situações toponímicas ou descritivas, como «Baiam Hispanus vocat sinum» (fo. xxxii v°) ou «volucres has Hispani vocant alcatrazes» (fo. c v°).

Anghiera recorre a tópicos que surgem com insistência em testemunhos quinzentistas de autores estrangeiros. Tratava-se de um reino pouco povoado, de baixa produção de riqueza, contrastante com a imagem de grandeza exterior que sobretudo a aristocracia procurava dar de si mesma<sup>59</sup>.

Só em 1529, três anos depois da morte de Pedro Mártir, se alcançou um acordo sobre as Malucas, mas as alusões à opinião de alguns portugueses mais idosos — e por consequência de mais autoridade — discordantes das posições oficiais portuguesas procuravam transmitir uma imagem de fragilidade, que a referência às origens do reino como pequeno e frágil condado de Castela, bem como à sua dependência face ao reino vizinho, ainda mais denegria Portugal perante os leitores do *De Orbe Nouo*.

Ora o utilizador do exemplar do Porto não foi insensível a este desfecho da *Década VIII* do humanista milanês; assim, registou uma nota manuscrita ao lado destas últimas linhas, lembrando a morte de D. Sebastião em 1578 e, portanto, a concretização da profecia deixada na última linha do texto de Anghiera.

De facto, o *De Orbe Nouo*, sendo escrito em latim, facilmente divulgava pela Europa a opinião castelhana não só no relativo ao contencioso sobre as ilhas das Malucas, mas também a ideia, não menos castelhana, de que a união da coroas peninsulares numa só, a de Castela, não estava terminada, o que trazia à superfície um velho problema político entre as duas potências peninsulares. A paz de Alcáçovas, o tratado de Tordesilhas, a prioridade dada aos mecanismos matrimoniais como garantia de um equilíbrio entre as duas coroas não eliminaram as linhas de força que, de um lado e do outro da fronteira, viam na união dinástica a solução imperial para a península ibérica.

---

<sup>59</sup> Sobre isto, cfr. FERNANDES, Raúl Rosado — *La rupture entre le Portugal et l'Europe au XVIe siècle*, «Arquivos», XXXII, *cit.*, p. 59, onde se evocam testemunhos como os de Nicolau Clenardo. Poderiam também chamar-se à colação as anotações de outros observadores, como Tomé Pinheiro da Veiga, com a *Fastigimia*, relativa ao início do séc. XVII, ou Miguel Leitão de Andrada, na *Miscellanea* editada em 1629. A situação do reino no final do séc. XVI fomentou uma maior sensibilidade a estes assuntos; mas já no início do século e em meios internacionais, como aqueles que os humanistas conheciam, os traços fundamentais da sociedade portuguesa eram captados, como na «Relazione de Lunardo Chá Masser», publicada em Roma em 1505, com o título *Copia de vna littera del Re de Portogallo mādada al Re de Castella del viaggio & successo de India* (cfr. CARVALHO, Joaquim de — *Excerpta Bibliographica ex Bibliotheca Columbina*, «Arquivo de História e Bibliografia. 1923-1926», I, Lisboa, 1976, p. 543).

Quando isso acontecer em 1580, anotará Pedro Rodrigues Soares, no seu *Memorial*, a propósito da entrada do exército castelhano em Lisboa, em Agosto desse ano, e das atrocidades por ele cometidas:

«deixo este passo a contemplação do leitor lembrando-lhe o odio q[ue] desde abenço a nação Castelhana teue aos portuguezes e o quão deseiauum uingarse asy[m] da Rota daljubarrtota Como outras m[uitas] q[ue] os portuguezes tinhão feito Contra elles»<sup>60</sup>.

Para este mesmo memorialista, foi uma «tam triste tragicomedia Causada dos naturais não lhe lembrando a obrigassão do nome portugues e de sseus antepassados porque sentendiam ser este Reino de castela porque lho uendiam e se não era seu porque o não defendiam...»; era de facto a «perdisam de purtugal», tema que deu origem a trovas que correram de mão em mão<sup>61</sup>. Nem o acordo de Saragoça, em 1529, sobre os direitos das Malucas, desfez a animosidade castelhana. Mas já meio século antes comentara Garcia de Resende, na trova 36 da sua *Miscelânea*, que entre as «maravilhas» que lhe fora dado «ver», se incluía o facto de, «por quatro vezes», os reinos de Castela e de Portugal terem estado «adjuntados, / por casamentos liados»<sup>62</sup>. Contudo a morte prematura do «príncipe natural» de todos esses casamentos não concretizou a união das coroas:

«todos vijmos fallecer,  
em breue tempo morrer,  
& nehum durou tres annos,  
portugueses, castelhanos  
nõ hos quer deos juntos ver.»<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> SOARES, Pedro Rodrigues — *Memorial*, ed. de M. Lopes de Almeida, I, Coimbra, 1953, p. 182

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>62</sup> Garcia de Resende refere-se a D. Afonso V, ao príncipe D. Afonso, ao rei D. Manuel, que casará com a viúva e de quem terá D. Miguel, herdeiro presuntivo de ambos os reinos.

<sup>63</sup> RESENDE, Garcia de — *Miscelânea*, ed. de Mendes dos Remédios, p. 16.

Estes versos evocam, na sua economia conclusiva, pontos de vista mais atraentes, com certeza, aos olhos de importantes sectores da nobreza (se bem que não de toda), provavelmente mais sensíveis ao funcionamento dos mecanismos linhagísticos do que a outros motivos. Mas sintetizam, também, o destino das relações entre os dois reinos. Se entre 1580 e 1640 foi possível alcançar a união que, no início do século XVI, alguns consideravam já inevitável, a verdade é que a história, com o longo cortejo de interesses e tradições acumuladas, evidenciou que, afinal, a solução linhagística não era sustentável a prazo.

*Jorge A. Osório*

## A ATRACÇÃO DO ABISMO

### (REFLEXÕES SOBRE O INCESTO EM DOIS ROMANCES DE CAMILO CASTELO BRANCO)

Na longa galeria de personagens camilianas, não poderiam faltar as incestuosas, ou aquelas que, por um momento, se sentiram atraídas por uma relação que ignoravam ser proibida. Abordar o tabú do incesto é, antes de mais, correr o risco da transgressão e aceitar situar-se do outro lado da norma. Camilo acede apenas temporariamente a esse perigoso estatuto: as suas personagens ou são miraculosamente defendidas através de uma estranha *voz do sangue*, ou se transformam em penitentes eternas, expiando o horror da sua situação. *A Enjeitada* e *O Olho de Vidro* preenchem as duas categorias enunciadas.

*A Enjeitada* é apresentada como uma história que teria sido relatada a Camilo por Manuel de Freitas Costa, Juiz da Relação do Porto. Na Dedicatória, o autor confessa ter modificado a primitiva relação dos acontecimentos, baseado na sua liberdade de romancista: «Neste romance encontra V. Ex.<sup>a</sup> o desenvolvimento da história que me comunicou. Se algumas cores do quadro substitui por outras, obedeci a umas regras de arte que prescrevem ao romancista a dura lei de recompor o que parecia estar bem feito das mãos da natureza.»<sup>1</sup>

Em *O Olho de Vidro*, romance histórico, há uma certa atestação de veracidade que se revelará enganadora. Como diz Jacinto do Prado Coelho, «Camilo escreveu um livro que é um misto de monografia e de novela»<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> BRANCO, Camilo Castelo — *A Enjeitada*, in *Obras Completas*, Vol. V, Porto, Lello & Irmão, 1986, p. 183.

<sup>2</sup> COELHO, Jacinto do Prado — *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, Col. Temas Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.<sup>a</sup> ed., refundida e aumentada, 2.<sup>o</sup> vol., 1983, p. 34.

afirmando mais adiante que a base da trama, o incesto, é completamente inventada<sup>3</sup>.

Real ou ficção, o problema parece-nos de somenos importância se nos quisermos ater apenas a uma análise intrínseca dos dois romances e aos processos que Camilo emprega para tratar tão controverso tema. O que salta imediatamente à vista é a série de coincidências alarmantes que vai unir os dois irmãos, aparentemente destinados a nunca se encontrarem. Isabel Pires de Lima, num estudo sobre *Os Maias* faz as seguintes observações: «Como explicar em termos de uma lógica determinista que dois irmãos que se ignoram, vivendo em países tão distantes, se venham a encontrar como amantes e, mais tarde, a reconhecer como irmãos? (...) Só uma força transcendente como o destino, uma força que escapa a toda(s) a(s) lógica(s), está apta a explicar tais dados.»<sup>4</sup>

Nota-se, na verdade, uma força quase misteriosa que impele os dois, um para o outro, para que se cumpra, não já o oráculo, como em Sófocles, mas a necessidade imperiosa de um clímax trágico ou de uma revelação que parecia inexplicavelmente conhecida de um dos membros do par.

Na obra citada, Isabel Pires de Lima explica o incesto através de uma escondida atracção edipiana que teria perdurado, à falta de uma resolução satisfatória na fase etária da infância<sup>5</sup>. Nos dois romances de Camilo, tal explicação não pode ser tomada em linha de conta, uma vez que em *A Enjeitada* as personagens só são irmãos de pai, não podendo, por conseguinte, Ernesto sentir uma fascinação edipiana em relação a Flávia que é totalmente estranha a sua mãe, Jaquelina; em *O Olho de Vidro*, Josefa conheceu e viveu com ambos os pais e Brás nunca coabitou com nenhum, tendo-se separado deles com três semanas de idade. Nestes dois casos, a relação a estabelecer é mais difícil, só podendo ser detectada através de uma análise micro-estrutural dos textos.

Apesar das diferenças entre *A Enjeitada* e *O Olho de Vidro*, a que aludiremos pormenorizadamente, há inequívocas semelhanças entre os dois romances.

---

<sup>3</sup> Cf., *idem*, pp. 327-328.

<sup>4</sup> LIMA, Isabel Pires de — *As Máscaras do Desengano — Para uma Abordagem Sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*, Col. Universitária, Lisboa, Caminho, 1987, pp. 201-202.

<sup>5</sup> Cf., *idem*, p. 221, «Vimos também que este [Carlos] reencontra inconscientemente em Maria Eduarda a imagem da mãe, uma imagem que prevalece nas brumas da memória infantil, mas que, edipianamente, ele deseja reconstruir.»



Flávia e Brás são filhos naturais. As circunstâncias dos respectivos nascimentos são todavia distintas. Em *A Enjeitada*, Miquelina é seduzida por Alfredo Gassiot, sendo ele, em seguida, obrigado, por grande pressão da família da portuguesa, a fugir:

«O fidalgo disse peremptoriamente ao hóspede:

— É necessário sair, que eu temo a ira da canalha, vêm aqui matá-lo. Eu e meus criados temos de defender a dignidade desta casa: morreremos todos!»<sup>6</sup>.

No segundo romance, a perseguição que os judeus sofriam nos séculos XVII e XVIII, aliada à da família de D. Maria Cabral, faz com que ela e António de Sá, pais de Brás, assustados com a perspectiva de fugir com uma criança de 15 dias, a deixem a um amigo (Francisco Luís de Abreu) com a indicação expressa do sigilo da identidade: «Não lhe direi o teu nome de pai, sem que tu lho possas dar. Ninguém saberá que é teu filho, sem que tu possas dizê-lo ao mundo.»<sup>7</sup>; «Exceptuada a amorável esposa do doutor, ninguém sabia em Portugal quem fossem os pais daquela criança. A ama, que a tinha amamentado, morrerá; e a pobre gente, que lhe assistira ao nascimento, ignorava o destino dela.»<sup>8</sup>.

Esta preocupação em esconder a identidade das crianças facilitará a total ignorância da paternidade e a inocência na criação de relações incestuosas.

Em *A Enjeitada*, há também expressa recomendação no sentido de manter o mistério à volta do nascimento de Flávia:

«— E então vossemecê — disse Luísa, aleitando a criança faminta — não me há-de dizer quem é a mãe desta menina?

— Já lhe disse que nem à custa da salvação o diria: e vossemecê não mo torne a perguntar que perde o tempo; e mais lhe digo que, se eu souber que alguém anda a botar inculcas, tiro-lhe a criança; e, se lha tirar, é uma moeda de ouro que perde cada mês.»<sup>9</sup>.

O aparecimento dos irmãos, indispensável para que haja a possibilidade de incesto, assume características diferentes em cada um dos textos. Em *A Enjeitada*, logo desde o início é dito que Alfredo tem dois filhos, embora não seja casado com a respectiva mãe. À partida, o narratário sabe que Flávia tem dois meio-irmãos (um rapaz e uma rapariga) e detecta-os imediatamente

---

<sup>6</sup> *A Enjeitada*, p. 205.

<sup>7</sup> BRANCO, Camilo Castelo — *O Olho de Vidro*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 6.<sup>a</sup> ed., 1968, p. 18.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>9</sup> *A Enjeitada*, p. 210.

quando eles aparecem referenciados na diegese. O narrador sabe que o narratário tem a certeza de que o amor de Ernesto por Flávia é proibido e pressente que ela resiste, baseada numa inconsciente *voz do sangue*.

Em *O Olho de Vidro*, as circunstâncias são diferentes. A irmã de Brás só nasce depois e quando ela e a mãe aparecem em cena, os nomes supostos que usam retardam, de certa forma, o completo reconhecimento do narratário. O mistério que envolve as duas senhoras não nos parece suficiente para estabelecer inequivocamente o incesto: só num momento mais adiantado da diegese é que ele vem a ser demonstrado.

Curiosamente, o incesto não consumado (*A Enjeitada*) é desde o início ostentado ao narratário, enquanto que o plenamente consumado (*O Olho de Vidro*), é velado, e, ao ler, sentem-se mais pressentimentos do que certezas, sendo necessário um trabalho muito mais rigoroso dos índices que se nos apresentam.

Ambos os textos possuem características idênticas, quase paralelas que facilitam o encontro e o desconhecimento das respectivas filiações.

O primeiro processo que se impõe é o das deslocações espaciais: Flávia vai, como que levada por uma força oculta, para Espanha, lugar para onde, logicamente, nunca deveria ir; a mãe e a irmã de Brás, depois de longa ausência, regressam a Portugal, país para onde, logicamente, também não deveriam voltar, por causa do perigo da Inquisição.

O desaparecimento das pessoas que sabem a identidade das crianças contribui decisivamente para facilitar a inocente aproximação: Miquelina, mãe de Flávia, e Custódia, ama da primeira, morrem; Francisco Luís de Abreu é obrigado, por perseguição religiosa, a embarcar para a Índia com a mulher, deixando Brás a Francisco Morais, rico judeu de Vila Flor, que se suicida quando assiste ao auto-de-fé, em que o filho, Heitor, será sacrificado.

Assim afastadas as personagens que poderiam impedir a atracção incestuosa, o narrador serve-se do esquecimento das crianças, para prolongar o processo de reconhecimento:

— «Que lágrimas chorava então a ama, lembrando-se da limpeza e asseio com que a sua Flávia fora criada! Perguntava-lhe se tinha alguma lembrança de ter tido vestidinhos ricos. A menina encarava muito de fito nela, dando ares de a não perceber. Não se lembrava senão da fome e dos vestidos rotos. A Providência fizera essa mercê ao anjo.»<sup>10</sup>;

— «Mas, se eu quisesse inculcá-la como perfeita, não viria aqui dizer que Flávia esquecera Luísa do Canto, a sua pobre ama das Gaias.

---

<sup>10</sup> *Idem*, pp. 251-252.

Ai! esqueceu-a de todo em todo!»<sup>11</sup>;

— «Dentro em pouco, as lembranças dos fugitivos hebreus era apenas brevíssima tristeza de saudade na memória de Brás.»<sup>12</sup>;

— «O filho de António de Sá Mourão estava de todo esquecido do doutor Abreu, e não longe de esquecer-se de Heitor Dias da Paz.»<sup>13</sup>.

As diferenças entre os dois romances acentuam-se a partir dos encontros com as respectivas famílias. Em *A Enjeitada*, o narratário, como vimos, logo percebe o parentesco, em *O Olho de Vidro*, a percepção é mais tardia, porque o tabú é também mais profundamente atingido.

No primeiro texto, Carlota, Jaquelina, Alfredo, Ernesto e Flávia desempenham diferentes papéis, que contribuem para criar o ambiente necessário ao desenlace.

Carlota, a meia-irmã de Flávia, sente desde o início uma inexplicável atracção por esta, aproximando-a da família, *tornando-a* da família: «Flávia ganhava coração com sua senhoril docilidade; e então no de Carlota insinuou-se por tal arte que o ver uma era ver a outra, abraçadas, inseparáveis, identificadas em contentamentos sem passageira intercedência de dissabor. Trajavam da mesma cor; eram quase da mesma altura, dado que Carlota se avantajasse em três anos; no feitio do rosto e olhos semelhavam-se.»<sup>14</sup>;

A filha de Alfredo e Jaquelina chega a pedir a um tio que deixe a terça a Flávia, para que ela fique bem na vida, ignorando conscientemente que só lhe está a pedir que não deserde a sobrinha.

A afeição de Carlota vem a ser destruída pelo ciúme de mulher, instigado pela mãe. O papel de Jaquelina, a mãe de Carlota e Ernesto, é fundamental, não só para afastar as duas irmãs, como para aproximar pai e filha.

Jaquelina assume a função da madrasta, inserindo-se no clássico tópico do conto da Gata Borralheira. Ciosa da defesa da filha, acaba por maltratar a enteada (embora não lhe reconhecendo esse estatuto), humilhando-a («Há-de matar-te o remorso, infame enjeitada»<sup>15</sup>) e conseguindo granjear-lhe a inimizade daquela.

A exarcebação do ciúme entre Carlota e Flávia, a propósito de um homem que a última desprezara, leva a filha de Jaquelina a afastar-se da irmã e a realizar um mau casamento de que se não conseguirá libertar.

---

<sup>11</sup> *Idem*, p. 271.

<sup>12</sup> *O Olho de Vidro*, p. 39.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>14</sup> *A Enjeitada*, p. 270.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 293.

Ao definir-se o estatuto de mulher, o carácter de Carlota sofre algumas alterações, transformando-a de rapariga sensível e bondosa em mulher vazia e volúvel. Esta inconstância parece propositada para acelerar o *encontro* entre as três principais personagens: Flávia, Ernesto e Alfredo.

Os desentendimentos entre Flávia, Jaquelina e Carlota afastam Alfredo da esposa (entretanto casara), introduzindo simbolicamente a figura de Miquelina que, enquanto viva, e na fugaz relação que os uniu, nunca conseguiu fazê-lo afastar-se da mãe dos filhos.

Estruturalmente, a separação provocada por Flávia funciona como a preparação do reconhecimento e a aproximação instintiva mas difícil, entre o pai e a filha.

O papel de Alfredo é fundamentalmente ambíguo. Desconhecedor da existência de uma criança, o general vive sem remorsos, até que o seu antigo hospedeiro, o morgado de Figueiroa, lhe dá pequeníssimos indícios:

«Ao darem-se o último abraço, o general murmurou-lhe, em segredo, com os olhos a nadarem nas lágrimas:

— Se vir Miquelina, diga-lhe que me encontrou assim velho...

— Se eu a vir?

— Sim.

— Miquelina morreu há três meses.

Alfredo Gassiot segurou-se muito e convulsamente amparado no pescoço do amigo.

Passados instantes, disse, embargado pelas lágrimas:

— Pois morreu?

— No convento onde a família a encerrou. Eu nunca mais a vi desde que lá estivemos juntos. Não sei que tormentos ela suportou nos decorridos três anos. Há segredos nisto que dão azo a conjecturas vagas de que eu nada sei liquidar com certeza. Fala-se no aparecimento de um filho que motivou a resolução violenta dos parentes a matá-la na asfixia de uma cela. O general pode informar-me...

— Eu!... — atalhou enleado Alfredo Gassiot.

— Sim: existiria na sua saída de Portugal a suposição de...

— Existia.

— Pois então alguma base têm os boatos espalhados.

— E a criança vive? sabe-se dela? onde está? — interrompeu Alfredo.

— Nada sei, ninguém sabe, a não serem os personagens da tragédia, os verdugos capazes de um infanticídio, se necessário fosse.»<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 263-264.

Convencido da morte ou da indignação, em Portugal, da criança que nem sequer sabe se realmente chegou a nascer, Alfredo não tem a mínima suspeita ao encarar Flávia. No entanto, a figura da rapariga nunca é indiferente a Gassiot que, sem querer, ou antes, sem perceber os indícios que lhe vão, inconscientemente, sendo transmitidos, a vai comparado a Miquelina:

«— Olha que entusiasmo o teu — observou rindo Jaquelina. — Quando tu assim te admiras, meu velho, que fará o filho! Diz-me cá: as portuguesas são todas assim galantes?

— Vi muitas e muito formosas nos sítios por onde estive; mas... iguais em correcção de feições às de Flávia, só vi uma ou duas, se muito.»<sup>17</sup>;

«Flávia forçada pela soberania do preceito, levantou o rosto altivamente. Fazia lembrar Miquelina diante do capitão-mor e do padre, no dia em que a levavam ao cadafalso do convento.»<sup>18</sup>.

Apesar das reminiscências verdadeiras e impositivas, o general Gassiot não interpreta minimamente os índices que lhe vão sendo transmitidos, actuando erradamente, isto é, compreendendo de uma forma incorrecta o famoso apelo da *voz do sangue*. Se ele começa por ter «indiferença por ela»<sup>19</sup>, rapidamente, passa a tomar o partido de Flávia contra a mulher. As suas próprias observações sobre a ascendência da amiga da filha estão cheias de ambiguidades unilaterais. A personagem, ao proferi-las *inocentemente*, mostra, de uma forma irónica, ao narratário, conhecedor de toda a verdade, a inquietante coincidência entre o dito, que se pretende fantasiado, e o verídico que se ignora: «— Sabes tu se ali está a filha de nobilíssimos pais?! A inferirmos-lhe das qualidades físicas e morais a filiação, temos que a alma é nobre e distinta, e nas formas a compleição denota que procede de organizações muito afidalgadas. Supondo, porém, que seu pai era um comerciante, bem sabes tu que meu avô de Espanha comerciava em lãs; se filha de fabricante, pouco há que vendemos as fábricas de teu pai; se filha de artista, eu não me desonro de ser filho do lapidário João Gassiot. Assim, pois, as ossadas de nossos pais e avós podiam estar quietas, se acaso viéssemos a descobrir a genealogia da mulher de Ernesto.»<sup>20</sup>.

Desconhecendo que a comparação é, neste caso, identificação, que os seus pais e avós são também os antepassados de Flávia, Alfredo aceita-a como futura nora porque nada lhe diz, instintivamente, que é sua filha de san-

---

<sup>17</sup> *Idem*, pp. 275-276.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 300.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 290.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 297.

que e não de afinidade. Todavia, a linguagem trai-o, frequentemente, e ele pode exclamar, «— Creia que, se fosse minha filha, não me deixaria maiores saudades.»<sup>21</sup>, sem perceber que o condicional, a nível de estrutura profunda, se deverá converter em indicativo.

Ernesto funciona como uma espécie de duplo do pai, isto é, a sua afeição por Flávia é mal interpretada, confundindo-se *voz do sangue* com paixão: «Flávia dissera de si, do convento, das suas saudades, de tudo que lhe ocorreu, frases bem ordenadas, bem ocasionadas ao assunto, correntes e límpidas. E ele, uma coisa formosa e digníssima disse e foi... que Flávia era a sua querida irmã. Isto... foi um anjo que lho segredou, e ele não o entendeu.»<sup>22</sup>.

Incapaz de apreender o significado daquele sentimento íntimo que teimou em não subir à consciência, Ernesto reagirá violentamente à afeição fraternal de Flávia: «— Não sou seu irmão, Flávia!»<sup>23</sup>, pensando que ela grajeja do seu amor.

Atraído, inexplicavelmente pelo abismo, o filho de Jaquelina, procura na guerra (na morte) a compensação para o amor que julga não correspondido. E morre, porque só assim se poderá evitar o incesto que Flávia, através de uma errada interpretação de indícios, está prestes a praticar, acedendo à sua insistência.

Ao contrário de todas as outras personagens, a filha de Miquelina presente a *voz do sangue*, recusando sistematicamente o amor sensual de Ernesto. A resistência, porém, acaba por diminuir e Flávia, ignorando a verdadeira razão da sua relutância, pensa-se apaixonada e diz a Alfredo que casará com seu filho. Contudo, tal como acontecera com Gassiot, a sua própria linguagem a trai, dizendo ela mais do que sabe, sem se aperceber da importância do enunciado e da respectiva enunciação:

«— Chame-o... Diga-lhe que o amo!...

— Então quer salvar meu filho? — exclamou o velho exultando até às lágrimas.

— Quero que ele me perdoe o que tem padecido... Quero ir para a sua companhia, meu querido... Oh!... eu ia chamar-lhe pai!...»<sup>24</sup>.

Aceitando casar com Ernesto, Flávia perde a estranha sensação da *voz do sangue*, e, curiosamente, efectua um percurso circular de regresso às origens. É ao desprezar o afecto fraternal, único possível, que ela volta ao seu país (mesmo se o pretexto é procurar Ernesto e participar-lhe a intenção do

---

<sup>21</sup> *Idem*, p. 304.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 309.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 316.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 325.

casamento), procura a ama que a criou e casualmente, (mas haverá casualidades nos universos romanescos?) compra a casa onde nasceu e encontra a correspondência entre o pai e a mãe, descobrindo a sua identidade e, simultaneamente, o interdito da sua relação com Ernesto, oportunamente já morto<sup>25</sup>.

Se Flávia é obrigada a sair de Portugal para conhecer o pai, ela é obrigada a lá voltar para conhecer a mãe e a sua filiação com o homem com quem vive e que a trata *como* filha, desconhecendo que, efectivamente, é filha. O duplo percurso da heroína é, sem dúvida, iniciático e assemelha-se aos tradicionais heróis dos contos populares. Compelida a realizar uma série de provas, ela consegue vencê-las, não à custa de um poder mágico, mas através da inexplicável *voz do sangue*. A morte de Ernesto, adjuvante no momento fulcral da intriga, impede a exclusão da heroína do espaço moral privilegiado e a sua inserção no mundo do tabú.

Resolvido o problema do incesto, Flávia dá-se a conhecer ao pai, mostrando a impossibilidade da sua ligação a Ernesto. O reconhecimento é feliz, porque o elemento transgressor foi eliminado. Alfredo e a filha podem assumir plenamente a sua consanguinidade.

Muito diferente é o desenlace em *O Olho de Vidro*, onde os interditos não são afastados e se consuma a relação proibida.

Neste romance, há muito menos personagens envolvidas no processo de atracção irmão-irmã. O pai de Brás, morto no estrangeiro, não é já personagem activa no processo diegético.

A mãe, cujo aparecimento é meteórico, intervém apenas no momento da morte, interpretando erradamente a *voz do sangue*:

«D. Antónia faleceu no princípio da novembro. As suas últimas palavras à filha foram estas: ‘Perdoa-me ter-te eu dado o nascimento, desgraçada menina. Agora, que vai morrer a mulher maldita dos seus, vai tu procurar os teus parentes, e diz-lhes que não és culpada dos delitos de tua mãe’. Brás ouvira estas palavras, e disse, ajoelhando-se ao pé da filha:

— Abençoi a nossa união.

— Eu vos abençôo, meus filhos — murmurou a moribunda.»<sup>26</sup>

Tal como em *A Enjeitada*, a linguagem trai D. António (ou antes, Maria Cabral) sem que ela dissesse se aperceba.

---

<sup>25</sup> Para um estudo mais detalhado do reconhecimento de Flávia e Alfredo, cf., da autora, *Camilo e a «Voz do Sangue»*, in «Actas do Congresso Internacional de Estudos Camilianos» (24-29 de Junho de 1991), Coimbra, Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 1994, pp. 547-562.

<sup>26</sup> *O Olho de Vidro*, pp. 95-96.

A total ausência da *voz do sangue*, que leva à relação incestuosa, é caracterizada por uma *certa inconsciência* de Brás que, apesar do mistério que envolve as duas senhoras, nem por um momento pensa na sua ignorada ascendência: «Brás Luís de Abreu não se deteve a perguntar ao seu espírito se lhe convinha amá-la; amou-a impetuosamente, desde que a viu, amou-a perdidamente desde que a ouviu.»<sup>27</sup>.

O problema da identidade não é, contudo, indiferente ao médico, reagindo ele agressivamente a perguntas sobre a filiação. Esta agressividade mostra, não só o total desconhecimento, como o medo de parentescos pouco honrosos.

Se Brás ignora tudo sobre o seu nascimento, Josefa, a esposa-irmã, custa-lhe a acreditar na existência de um irmão que os pais diziam ter deixado em Portugal: «De sorte que eu, a respeito do filho, que ela dizia ter deixado em Portugal, não cheguei a fazer perfeito juízo, nem a mesma filha estava convencida de que ele tivesse existido:»<sup>28</sup>.

Desconhecendo voluntária e inconscientemente a existência do(a) outro(a), Brás e Josefa casam, têm filhos e vivem felizes.

O regresso a Portugal de Francisco Luís de Abreu, o homem que cuidara de Brás em pequeno, vai despoletar o reconhecimento e o terror da verdade.

Francisco, *voz vinda do além*, assemelha-se ao Romeiro de *Frei Luís de Sousa*, de Garrett. Ao saber, por um amigo da existência de Josefa, filha de António de Sá e D. Maria Cabral, decide ir visitá-la e, eventualmente, dar-se a conhecer.

Ao fim de um tempo de convivência, o velho hebreu consegue que Brás lhe conte a vida dos sogros (pais). Através do diálogo, Francisco vai desvendando os segredos daquelas vidas, sem suspeitar ainda da verdadeira identidade do médico, a quem, quando criança, perdera o rasto.

O processo de reconhecimento é longo e difícil, e assenta fundamentalmente num reaviver da memória, trazendo para o consciente os dados há muito esquecidos.

O nome do hebreu, pronunciado por ele como sendo de um outro, inicia a descoberta do fatal segredo:

«(...) Outro médico houve aí em Coimbra, segundo me disseram, que chegou a pertencer ao corpo catedrático, e teve de fugir com sua mulher para a Índia holandesa.

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 95.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 130.



— Quem era? — perguntou o doutor.

— Se bem me lembro, tinha ele um nome assaz parecido com o de vosmecê. Chamava-se Francisco Luís de Abreu.

— É verdade! — acudiu D. Josefa — que nome tão semelhante!...

— E não sei — disse meditativo Brás Luís — como esse nome me desperta coisas da minha primeira mocidade!»<sup>29</sup>.

Excitado com a revelação, o hebreu continua no seu diálogo indutivo até chegar a outros nomes que Brás afirma ter conhecido na infância.

De recordação em recordação, Brás vai, involuntariamente, desvendando o seu passado e dando-se a conhecer a Francisco de Abreu que, num ápice, compreende o horror da relação incestuosa.

Um último pormenor conclui o processo de reconhecimento e institui o terror e a piedade:

«— Como se chamava seu Pai? — perguntou com palavras intercortadas pela abafação o hóspede.

— Não sei... — tartamudeou o interrogado.

— Porque se chama Brás *Luis de Abreu*? Como ajuntou este sobrenome e apelido ao seu baptismal?

— Porque assim o achei escrito num abecedário da minha infância.

— Que desgraça! — exclamou Francisco Luís, e começou passeando vertiginosamente na sala! — Que desgraça, Deus do céu!...»<sup>30</sup>.

A partir deste momento da intriga, as revelações precipitam-se e Brás compreende o horror da sua situação e o desespero provocado pela impotência perante o facto consumado. O tabú sócio-cultural provoca um quase tabú linguístico, não havendo a nível discursivo a referência directa ao incesto:

«— Mas o nome de meu pai — atalhou Brás de joelhos, com as mãos erguidas e trementes. — O nome de meu pai, Senhor Francisco Luís de Abreu.

— Dir-lho-ei ao ouvido — disse o hebreu, inclinando-se à orelha do médico.

Brás expediu um brado estridente, ergueu-se de salto, e exclamou:

— E o nome de minha mãe?

— Pergunte a sua irmã, à mãe dos seus sete filhos, como se chamava a mãe dela.

---

<sup>29</sup> *Idem*, p. 152.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 159.

— Como é, meu Deus?! como é?! por caridade, salve-me desta dúvida atroz... minha irmã!... quem é minha irmã, senhor?

— É a filha de sua mãe.»<sup>31</sup>.

O desespero de Brás e Josefa, que os leva a abraçar a vida religiosa, traduz-se numa série de imprecações do primeiro, estranhando a total ausência de voz do sangue ou a incorrecta interpretação dos indícios:

«Agora é que eu me gelo de horror do meu passado!... Nunca tive um abalo que me dissesse: ‘porque lhe queres tu assim tanto, tanto, que em quinze anos teus olhos não viram outra mulher sobre a terra!’ As irmãs não se amam assim... Ai!... e eu que assisti à morte de minha mãe, ainda lhe beijei as mãos... Ali, sim, então senti convulsões de espírito extraordinárias, das quais não podiam ser motivo o amor que eu tinha à filha... Não; era Deus que me avisava...»<sup>32</sup>.

Autopunindo-se pela consagração religiosa, Brás e Josefa não mais se fixam nos rostos («Dizem as memórias que nunca jamais lhe ele vira o rosto, porque D. Josefa o velava com um espesso véu negro.»<sup>33</sup>), conscientes de que foi através do olhar que o seu pecaminoso amor se iniciou<sup>34</sup>.

Condenados à expiação eterna, revoltam-se, perdem a fé, não aceitam o castigo por uma falta inconsciente e involuntária.

Depois da morte de Josefa e de algumas filhas, Brás começa a duvidar da fé, incapaz de encontrar consolação num inútil sacrifício: «Aquela religiosidade, que, horas antes, parecia robusta e sentida como a dos mártires, estava a desfazer-se miseravelmente na incerteza, no desprezo, na negação das mais santas coisas do cristianismo! (...) A imagem de Francisco Luís perpassava-lhe execrandíssima por dia diante dos olhos, cravados num revoltear de visões extravagantes que o assediavam, à volta do cadáver daquela mulher assassinada sem culpa nem fé para aceitar de boa mente uma tão grande quanto imerecida penitência.»<sup>35</sup>.

O inconformismo, gerador de angústia, consegue fazer sentir terror pela relação incestuosa mas não criar um verdadeiro sentimento de culpabilidade.

---

<sup>31</sup> *Idem*, pp. 161-162.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 169.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 174.

<sup>34</sup> Para a importância do olhar nas relações incestuosas, cf., LIMA, Isabel Pires de — *Op. cit.*, pp. 210-216.

<sup>35</sup> *O Olho de Vidro*, pp. 183-184.

*A ATRACÇÃO DO ABISMO*

Levado mais pela noção do dever do que por crenças íntimas o «homem da horrível fatalidade»<sup>36</sup>, Brás, assume-se como o herói trágico cujo destino foi decretado por desígnios superiores.

Se, em *A Enjeitada*, a heroína, levada por pressentimentos de origem desconhecida, se afasta do estatuto de personagem trágica, em *O Olho de Vidro*, Brás é o perfeito exemplo do homem completamente alheio ao *fatum*, que o domina.

*Maria de Fátima Marinho*

---

<sup>36</sup> *Idem*, p. 195.

## ENTRE PRIMOS: D'«O PRIMO JOÃO DE BRITO» A «O PRIMO BASÍLIO»

“Desculpem, mas isto ainda nao è com todo o estylo. Isto havia de ser polido, isto havia de ser... Emfim, [sempre] os ultimos toquezinhos è que são.”<sup>1</sup> — assim fala Ernestinho n’ “O Primo João de Brito”, preparando-se para ler, perante a audiência habitual dos serões em casa de Jorge, o seu último drama. Podemos imaginar estas palavras na boca de Eça de Queirós, se é que algum dia leu a amigos, como por vezes tinha o hábito de fazer, o manuscrito chamado “O Primo João de Brito”, hoje à nossa disposição quer no espólio do escritor em depósito na Biblioteca Nacional, quer através da edição da responsabilidade de Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro.

Com efeito, a este manuscrito muitos “toquezinhos” faltariam para se tornar no romance *O Primo Basílio*, mas não há dúvida que constitui claramente uma etapa relativamente consolidada a uns níveis, precária a outros, do futuro romance. Os referidos editores estebelecem uma conexão entre os dois textos ao nível da acção e dos procedimentos técnico-narrativos que a representam, situando o manuscrito na fase mais ortodoxamente naturalista do autor. Também Dominique Sire, num estudo do início dos anos 70, o classifica de “première ébauche de *O Primo Basílio*”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> QUEIRÓS, Eça de — “*O Primo João de Brito*” (*Manuscrito n.º 234*), edição de REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário — *A Construção da Narrativa Queirosiana — O Espólio de Eça de Queirós*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, f. 23 v. (p. 236). Será sempre a esta edição do manuscrito, transcrita entre as páginas 221 e 274, que nos reportaremos.

<sup>2</sup> SIRE, Dominique — *Une Première Ebauche du Romam “O Primo Basilio”*. *Le Manuscrit de Tormes*. «Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes», n.º 33-34, 1972-73, p. 264.

Guerra da Cal considera que este é o mesmo manuscrito a que Eça alude com o título “O Primo João Carlos”, numa carta ao editor Chardron datada de 21 de Fervereiro de 1877, e admite como data provável da sua redacção 1875<sup>3</sup>. Esta hipótese parece plausível, pois, no ano seguinte, *O Primo Basílio* já devia estar numa fase avançada de elaboração, visto que, a 20 de Fevereiro de 1878, referindo-se ao romance recém-publicado, Eça desabafa com Ramalho Ortigão: “A não ser duas ou três cenas, feitas ultimamente, o resto, escrito há dois anos, é o que os Ingleses chamam *rubbish*”<sup>4</sup>. Inaceitável, pelo contrário, parece ser a hipótese levantada por Helena Cidade Moura<sup>5</sup> a partir da “Introdução” de Batalha Reis às *Prosas Bárbaras*, ao ver n’ *O Primo Basílio* o resultado de um anunciado romance intitulado “História de um Lindo Corpo”, o que faria remontar a história do texto e, consequentemente, d’“O Primo João de Brito” ao longínquo ano de 1870<sup>6</sup>.

Em qualquer dos casos afigura-se legítimo aproximar “O Primo João de Brito” e *O Primo Basílio*, embora o manuscrito não tenha um carácter homogéneo e tenha dimensões muito mais reduzidas que o romance, pelo menos o manuscrito disponível ao qual aparentemente falta um número significativo de folhas<sup>7</sup>. Os pontos de aproximação são vários: as intrigas de 1.º e 2.º grau, as personagens, a sequência narrativa, algumas opções técnico-narrativas. Tudo isto não invalida o seu carácter precário de primeiro exercício de redacção, provavelmente executado de jacto a partir de um plano prévio, com as inevitáveis hesitações, confusões e desvios inerentes à tentativa de fixação da escrita. Assim se explica da parte do narrador coisas como a oscilação Amélia/Luísa para o nome da protagonista, a confusão pontual entre os

<sup>3</sup> CAL, Guerra da — *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz. Apéndice: Bobliografia Queirociana Sistemática y Anotada e Icinografia Artística del Hombre y la Obra*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1975, tomo 1.º, p. 36-7 e p. 423-4.

<sup>4</sup> QUEIRÓS, Eça de — *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1.º vol., p. 128.

<sup>5</sup> MOURA, V. Helena Cidade — “Nota Final”, *O Primo Basílio*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, p. 453-4.

<sup>6</sup> A idêntica conclusão chega Dominique Sire, no trabalho já citado, depois de ter tentado com algum empenho perseguir a hipótese de Helena Cidade Moura.

<sup>7</sup> “Características materiais”: “71 f. (40,5 × 13 cm) escritas a tinta de ambos os lados”; “4 f. fotocopiadas”; “7 f. escritas a tinta de um só lado por outra pessoa”. “Descrição caligráfica: Letra miúda e constante. Contrastando com extensas sequências sem qualquer correcção, algumas f. apresentam-se bastante riscadas com emendas entrelinhadas, e outras com traços verticais e oblíquos cortando longos blocos de texto.” Cf. REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário — *op. cit.*, p. 85.

nomes de personagens Jorge e João, Jorge e Julião ou mesmo Luísa e Julião, a hesitação quanto à profissão e à caracterização da residência de Julião<sup>8</sup>, a incongruência decorrente de colocar Leopoldina a tocar ao piano o grande coro de Orfeu no inferno, quando havia acabado de declarar que não podia ficar nem mais um instante em casa de Luísa<sup>9</sup>, uma brusca mudança de tema de conversa entre D. Felicidade e Luísa<sup>10</sup>, etc. Além disso, o próprio aspecto caligráfico do manuscrito, com alguns trechos sem rasuras, com outros riscados e bastante emendados nas entrelinhas, com outros ainda integralmente cortados, confirma o estádio provisório da escrita.

\*

Antes de avançarmos para o cotejo entre “os Primos”, importa ter em conta dois elementos de ordem muito diversa.

O primeiro relaciona-se com a importância que implicitamente estamos a atribuir ao estudo dos manuscritos autógrafos para a compreensão do labor subjacente ao texto acabado com o qual o leitor normalmente se confronta. Esclarecer através do seu estudo os mecanismos da escrita, os meandros da criatividade, uns e outros mais ligados do que vulgarmente se julga a um porfiado trabalho do escritor, algo semelhante ao do artesão, pode ser útil para o próprio conhecimento da obra do escritor em causa. Procurar perseguir a “construção da narrativa queirosiana”, na expressão eleita por Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro, nos vários níveis que vão da génese da narrativa à sua escrita e verificar como o trabalho do escritor é motivado “por razões que relevam não apenas da preferência ou impulso meramente pessoal; mas também da projecção sobre esse trabalho de injunções ideológicas e de solicitações socioculturais”<sup>11</sup> pode ser do maior interesse para a dilucidação da obra e da mundividência do escritor.

No caso presente, procuraremos, pois, verificar como “O Primo João de Brito” foi “a cauda de um cometa” que se chama *O Primo Basílio*, para usarmos a bonita metáfora de Luís Fagundes Duarte<sup>12</sup>, utilizada exactamente a propósito da importância dos materiais genéticos para a compreensão do

---

<sup>8</sup> F. 15 (p. 231).

<sup>9</sup> F. 50 (p. 255).

<sup>10</sup> F. 56 (p. 259).

<sup>11</sup> REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário — *op. cit.*, p. 14.

<sup>12</sup> DUARTE, Luiz Fagundes — *Texto Acabado e Texto Virtual ou a Cauda do Cometa*, Separata da «Revista da Biblioteca Nacional», s. 2, vol. 3(3), 1988, p. 167-81.

texto acabado. Discernir melhor e mais profundamente o núcleo do cometa, obriga-nos a olhar para a sua cauda e verificar a importância não apenas dos materiais que vieram a ser integrados no núcleo, mas sobretudo dos rejeitados.

O segundo elemento a referir é que *O Primo Basílio*, publicado em 1878, teve ainda no mesmo ano uma 2.<sup>a</sup> edição, revista pelo autor, consequência do enorme êxito de livraria que o romance obteve, a qual constitui a edição “ne varietur”, visto que não foi alterada pela terceira, publicada ainda em vida do escritor. Esta 2.<sup>a</sup> edição sofreu algumas alterações de monta em relação à 1.<sup>a</sup>, quase sempre no sentido da obtenção, por um lado, de uma maior contenção, por outro, de uma precisão estilística visível na busca do termo mais adequado à situação ou capaz de imprimir mais harmonia à frase. O autor não introduziu, porém, alterações estruturais significativas, nem ao nível das personagens, nem ao nível das estratégias narrativas adoptadas, nem por fim ao nível da própria organização da sintagmática narrativa.

O cotejo que nos propomos empreender desenvolver-se-á, pois, a partir do confronto entre o manuscrito e o texto fixado pela edição “ne varietur”, sem contudo ignorarmos o estágio intermédio que a 1.<sup>a</sup> edição constitui.

\*

Já aludimos à semelhança ao nível da história entre “O Primo João de Brito” e *O Primo Basílio*. Amélia, que a partir de um certo momento do manuscrito passa a chamar-se Luísa, vive uma pacata vida burguesa, perturbada por uma ausência do marido por motivos profissionais, durante a qual reencontra o seu primo e antigo namorado, João de Brito, com o qual, por influência dos seus devaneios romanescos, se envolve numa relação adúltera, que termina na sequência de uma intriga chantagista encabeçada pela sua criada Juliana. O manuscrito termina neste ponto, não assistindo o leitor ao remate que tem lugar n’*O Primo Basílio*, com as doenças e mortes da criada e da protagonista e a descoberta do adultério pelo marido.

Como se verifica, estamos perante um texto já bem consolidado ao nível da acção e *O Primo Basílio* seguiu-lo-á de muito perto, sobretudo na fase inicial; depois, haverá muitos movimentos de expansão do texto do manuscrito, que não podemos dimensionar inteiramente com rigor em função da falta de folhas com que o manuscrito incompleto nos obriga a lidar. São sobretudo a multiplicação de cenas que visam a descrição de ambientes, for-

necendo um melhor enquadramento social e psicológico das personagens e da própria acção: cenas da rua onde Luísa vive <sup>13</sup>, da baixa ou do Passeio Público lisboetas, das visitas que frequentam a casa do casal, do espaço do «Paraíso», o ninho de amor onde os amantes se encontram, da sala de espera da inculcadeira, etc, ou então a introdução de curtos apontamentos que, imprimindo um ritmo mais lento à narrativa, fazem mais eficazmente a passagem de uma cena para outra, tornando mais fluida a sintagmática narrativa, como, por exemplo, o passo que medeia entre a despedida definitiva de Luísa e Basílio e a chegada a casa de Juliana de cuja ausência aquela, entretanto, se apercebera - este interlúdio ocupa meia dúzia de linhas no manuscrito e mais de meia página no romance <sup>14</sup>.

O ritmo da acção é, conseqüentemente, muito mais acelerado n'«O Primo João de Brito», sobretudo na sua fase mais avançada, após o desencadeamento da chantagem. Aliás, os mecanismos psico-sociais que determinam o comportamento chantagista de Juliana não são explicitados através da história da sua vida e das suas características psico-somáticas, como acontece detalhadamente n'«*O Primo Basílio*».

Torna-se possível deduzir que a atenção de matriz naturalista que o escritor dava ao levantamento dos circunstancialismos de ordem social e psicológica que rodeiam a acção conduzem-no a uma expansão textual num segundo momento de revisão da escrita. Veja-se, por exemplo, como n'«O Primo João de Brito» aparece, logo no início, uma breve reflexão de Amélia comentando com o marido como vai aborrecer-se na sua ausência <sup>15</sup>, enquanto n'«*O Primo Basílio*», não surge esta reflexão inicial, mas, numa fase mais avançada da narrativa, já no início do capítulo III, o narrador dá-nos longamente conta da sensação de solidão da protagonista, através de um

---

<sup>13</sup> Um caso paradigmático de expansão deste tipo — dado que não há no trecho do manuscrito nenhum indício de falta de folhas — é o correspondente ao final do capítulo I do romance. Há uma cena idêntica nos dois textos em que Amélia/Luísia se irrita com Juliana pelo facto dela ter revelado a Jorge a visita de Leopoldina. Segue-se no manuscrito, após um espaço gráfico em branco, a apresentação das personagens que vão tomar parte na cavaqueira dominical em casa de Luísa. No romance, antes desta cena, com a qual se inicia o capítulo II, há uma descrição, de cerca de duas páginas, do clima da rua de Luísa num modorrento final de tarde de domingo, com os seus ruídos, movimentos e habitantes.

<sup>14</sup> Cf. f. 67 v. (p. 267) e p. 255. Esta última paginação reporta-se à edição d'«*O Primo Basílio*» que utilizámos e para a qual remetemos todas as referências que fizermos, organizada por Luiz Fagundes Duarte (QUEIROZ, Eça de — *O Primo Basílio*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990).

<sup>15</sup> “— Que aborrecida que eu vou passar” (f. I (p. 221)).



monólogo interior desta e da sua própria voz omnisciente<sup>16</sup>, no sentido de justificar comportamentos imediatos e mediatos de Luísa, trecho este ausente no manuscrito.

Curiosamente, porém, aquela atenção nem sempre equivalerá a um movimento expansivo ou a uma tendência explicitadora. Por vezes o narrador opta pela atitude inversa com o fim de não denunciar excessivamente a lógica determinista subjacente aos comportamentos das personagens ou de não deixar o leitor adivinhá-los, o que por um lado revelaria em demasia as suas opções estético-ideológicas e por outro retiraria ao leitor algum do prazer a obter do inesperado da história. É o caso, por exemplo, da opção pela contenção n’*O Primo Basílio* relativamente às justificativas que Amélia encontra para os adultérios de Leopoldina e à atracção romanesca que sobre ela exerce o comportamento da amiga. Enquanto no romance, há duas breves referências ao carácter “Pouco divertido” do marido de Leopoldina e ao mobil exclusivo da “Paixão” para as suas aventuras, o que a torna uma “heroína” aos olhos de Luísa<sup>17</sup>, n’“O Primo João de Brito”, multiplicam-se os detalhes na descrição do marido de quem toda Lisboa comentaria, “*que atroz casmurro!*”<sup>18</sup>, as referências à vida triste, aborrecida, com desejos de morte de

<sup>16</sup> “Mas estava tão farta de estar só! Aborrecia-se tanto! De manhã, ainda tinha os arranjos, a costura, a *toilette*, algum romance... Mas de tarde!

“À hora em que Jorge costumava voltar do Ministério, a solidão parecia alargar-se em torno dela. Fazia-lhe tanta falta o *seu* toque da campainha, os *seus* passos no corredor!...

“Ao crepúsculo, ao ver cair o dia, entristecia-se sem razão, caía numa vaga sentimentalidade: sentava-se ao piano, e os fados tristes, as cavatinas apaixonadas gemiam instintivamente no teclado, sob os seus dedos preguiçosos, no movimento abandonado dos seus braços moles. O que pensava em tolices então! E à noite, só, na larga cama francesa, sem poder dormir com o calor, vinham-lhe de repente terrores, palpites de viuvez.

Não estava acostumada, não podia estar só.”(p.59)

<sup>17</sup> p. 27-8.

<sup>18</sup> “O marido de Leopoldina era um sujeito de quem se dizia: *que casmurro!* Era um homem grosso, baixo, muito vermelho, um pouco calvo, com um bigode, espesso, cortado, como o dos antigos majores de commedia: [A nao ser qu] [Tudo o que sabia d elle è que era empregado d’alfandega: [fora d’isso era um] [fora d] fora d’isso ninguem conhecia os seus habitos, as suas ideas. os seus modos.] Espesso, callado, [como um frade (?) de pedra,]/ com as maos, nos bolsos, os hombros encolhidos, estúpido, com um pigarro grosso e abafado; [passava na rua, na alfandega, em casa e na vida, com os olhos no chão, sò. Vivia so, sem amigos. A noite sahia, entrava a meia noite, Leopoldina nem sonhava onde onde elle jantava, callado, embezzerrado, [com acessos] [com] [com o pigarro,] — e a noitinha sahia — ia para o Marrare, para a sala do bilhar, e alli estava, de inverno embrulhado n’um chale manta, de verão com uma quinzena d alpaca, [ate] e alli ficava [arrastando-se [pela(s) mes(as), de chavena] de cafe em caffè de copinho em copinho] < callado [contrahido] embezzerrado, ate > ate a 1 hora da noite.” (f. 6-6 v. (p. 225)).

Leopoldina, ao princípio do amor que a moveria, desculpando-a aos olhos de Amélia, a quem as suas histórias abriam “uma grande porta sobre o Paraíso proibido”, “um paiz que ella nao conhecia, o Paiz da Paixao, do Prazer, do Capricho”<sup>19</sup>.

Se ao nível da acção, “O Primo João de Brito” nos faculta um texto bastante estável em relação a *O Primo Basílio*, ao nível das personagens, passa-se algo de semelhante. As personagens principais e mesmo as secundárias, com eventuais oscilações de nomes, são as mesmas, caracterizadas de modo idêntico. Duas personagens do romance, Julião e o Conselheiro Acácio, apresentam-se substancialmente distintas n’“O Primo João de Brito” e uma terceira, o Duque de Alta Colina desaparece no romance.

Ao Conselheiro Acácio pode-se fazer corresponder o Major Pimenta, mas enquanto o primeiro adquire uma espessura a nível psicológico e de representação social que faz dele uma personagem de referência da ficção queirosiana, o segundo fica-se ao nível do esboço de um tipo social algo ridículo, o eterno namorado incapaz de concretizar a sua paixão no casamento — o Major e D. Felicidade amam-se apaixonadamente “Mas, por uma razao, que ninguem explicava o, Major nao se resolvia a casar.”<sup>20</sup>, para desespero de D. Felicidade. Fica-se com a sensação que aquela personagem, que só volta a surgir de um modo muito breve e apagado num outro momento da acção, apenas existe para que o narrador possa exercer a sua veia satírica, através do ponto de vista de Julião: “N’aquelles sorões de (...) de Julião — D. Felicidade, [receb] como dizia Juliao, recebia de Cupido mais(?)/ mais frechas, do que S. Sebastiao nas imagens de egreja d Aldea.

“Cupido sentava — por traz do Major — e d alli, com mão ousada(?), occupava-se, toda a noite, a (...), a despedir, com mão certa, — cruel e minuciosa, dardos, ao coração gottejante de D. Felicidade. E o seu soffrimento trahia-se(?): erao olhadelas formidaveis, aguçadas, gulosas; erao suspiros, à Reis quita como dizia Juliao.” — e segue-se uma diatribe sobre o suspiro de amor que “por si sò representa uma acção, uma situação, um modo de vida.”<sup>21</sup>

As personagens de Julião, por seu turno, apesar de representarem ambas uma voz crítica, funcionalmente idêntica, nos dois textos, afiguram-se-nos muito distintas. Julião resulta no romance uma figura muito menos interessante e complexa, talvez mais realista e mais típica, porém — e estas teriam

---

<sup>19</sup> F. 5 v., 6, 6 v., 7, 7 v. (p. 225-6).

<sup>20</sup> F. 19 v. (p. 233).

<sup>21</sup> F. 19 v.-20 (p. 234).

sido as motivações do narrador naturalista ao retirar-lhe originalidade e ao domesticá-la n' *O Primo Basílio* no típico médico de formação positivista, crítico e azedo em relação a uma sociedade incapaz de o reconhecer na sua superioridade.

N' "O Primo João de Brito", Julião é longamente caracterizado pelo narrador de um modo muito digressivo como um ser original, que alia uma grande força física e anímica a outra tanta afabilidade. Também é médico, mas a sua erudição e o seu espírito crítico tornaram-no, como ele dizia, "um phi(lo)sopho, sem collocação", que nunca escrevera uma página. Tem qualquer coisa de diletante, irreverente, iconoclasta e provocador que faz lembrar um Ega<sup>22</sup>. Pergunta a Jorge, cumpridor funcionário público de partida em missão de trabalho para o Alentejo: "Entao tu partes? Vaes grudar uma rachadella nas instituições? Desgraçado collabora, para que isto se tenha em pé mais 5 annos? [Por um] Por estacas n'um casebre imundo! (...) o monturo do lixo! Concertar a podridão! Pouah! Deves vir de là, sebento e nojento(?)." <sup>23</sup> Na sua crítica à podridão odiava igualmente cónegos e poetas líricos e "explicava," — comenta o narrador — "com uma abundancea ppittoresca de colera e de desdem, — o seu odio pelos conegos - pelo conego gordo, pachorrento, de cara luzidia, < e oleos(a) > de mao polpuda e gorducha, de labio vermelho e humido, de face azulada pela barba espessa muito rapada, de andar pachorrento e farto, de ventre glutao e expansivo - o conego de provincia, o conego que pisca o olho, quando bebe aos golos, o velho vinho das colheitas de 1815, o conego que tem n'uma rua discreta, à sombra humida da sua se, n'uma casa [de (...)] < pequena > e de vasos alegres(?) por dentro da jelsia(?) o occulto regalo, d'uma boa e pachorrenta mulher, branca como uma freira, e gorda como uma ama, — [pacata como] [que] a quem elle dà duas moedas por mez, e uma beijoca por dia. — Mas o seu odio pelos poetas lirycos, nunca o explicava, nunca o detalhava, nao o comentava. Dizia (...) so detesto-os. E acrescentando!/ Ser poeta liryco e viver do seu estado!" <sup>24</sup>

A personagem de Julião parecia destinada a ter uma funcionalidade crítica muito mais elaborada n' "O Primo João de Brito", até como uma espé-

<sup>22</sup> "A sua critica" — diz o narrador — "ressentia-se sempre das suas preocupações de força. e de violência. [As] Para elle toda a idea de / d'oposição, era (...) acompanhada da idea de [vi] violencia: assim [nunca dizia [com] qu] costumava dizer quando Proudhon, deu os seus violentos murros nas instituições: quando [Michelet] Luis Blanc, quebrou a cara à Idea Monarchica! Para elle argumentar era batter! Nunca dizia *analyser a fê*, mas dar *socos, nas crenças*." (f. 15-15 v. (p. 231)).

<sup>23</sup> F. 18 (p. 233).

<sup>24</sup> F. 17 v.-18 (p. 232).

cie de porta-voz irónico do narrador. Por exemplo, a crítica ao romantismo, implicitamente contida na personagem de Ernestinho, vai sendo ironicamente explicitada através dos ditos e comentários de Julião. Ernestinho está particularmente agitado na noite do serão em casa de Amélia, por causa de um diferendo com o empresário que está a encenar o seu último drama. Julião retira dramatismo à situação ironizando:

“— As emoções dramaticas matao-no, Snr. Ernesto; disse-lhe Juliao. < O ideal desanca(-o)(?). > Repouse-se(?). Dê-se a accupação calmante e [fortificante.] < purificante. > Cave! [(...)]!

“— Cave, o que disse Ernesto — que admirava muito Juliao, mas que o temia muito.

“- Cave, o que? A terra: dura mater. (...)

“Ah Cave! disse Ernestin(h)o, com um estupendo ar d idiotismo, Cave [com a enxada!4 [Eu pensei que dizia < em latim >, *Cavè*, acautelle-se — Cave Canem.

“— Nao. *Cave*. O verbo cavar. Cave com a enchada.”<sup>25</sup>

A personagem de Julião, porém, tem que ser abordada, sobretudo se quisermos tentar entender por que razão é rejeitada pelo escritor no romance, em estreita ligação com uma outra que de certo modo forma com ela um todo, o seu cão, o Duque de Alta Colina. O cão é apresentado pelo próprio Julião, apesar do seu nome aristocrático, como o arquétipo do povo: “Este cão è o povo: inteligente, caprichoso, vivo trabalha(dor), honrado, amante.”<sup>26</sup> A empatia entre ambos é tão forte — “A sua vida <era> em comum.”<sup>27</sup> —, partilhando ódios e amores, que Julião ascende através dessa

---

<sup>25</sup> F. 21-21 v. (p. 235).

Durante a leitura que Ernestinho acaba por fazer, no serão de Amélia, de parte do seu drama, tem uma elevação vibrante de voz quando chega ao momento em que o marido ofendido decide matar a mulher adúltera. O cão de Julião, o Duque de Alta Colina, que está na sala, assusta-se e desata a ladrar. Entretanto os presentes envolvem-se na discussão sobre se a mulher deve ou não ser morta pelo marido, emitindo opiniões diversas. Julião comenta: “— [Mas vê tu,] < Eu logo vi > a *profunda* intelligencia do Duque, disse /Juliao. Nao ladrou - por o ter accordado. È que detesta o] [Sentio] [exclamou.] Exclamou(?) Por isso o duque ladrou. Nao se pode fazer mal a ninguem deante d'este cão. E a bondade è a protecção. Ha n'elle o quer que seja de cavalleiro. E Amadiz de Gaula. < Es Amadiz de Gaula Nobre Animal. Esta claro > Percebeu o massacre injusto, — ladrou.” (f. 25 (p. 237)) e aconselha adiante, com ironia: “— Perdoe-lhe amigo Ernesto perdoe-lhe. È a opiniao de sua tia, < do seu empresario > do seu amigo, e do cao do seu amigo.” (f. 25 (p. 238)).

<sup>26</sup> F. 16 v. (p. 232).

<sup>27</sup> F. 17 (p. 232).

amizade a transmissor privilegiado, da alta trapeira onde vive, da “Alta Colina”, dos pontos de vista críticos do povo. E já vimos da cumplicidade de pontos de vista entre Julião e o narrador.

Foi certamente a dificuldade em tornar compatíveis com verosimilhança estas duas funções de Julião que levou o narrador a abandonar a personagem com este perfil. Além de que lhe deve ter surgido na sua complexidade como pouco adequada ao meio prosaicamente burguês que é recriado no romance, escapando ao “tipo”, categoria então especialmente valorizada pelo escritor em função do cânone naturalista que o condicionava<sup>28</sup>.

Quando, enfim, comparamos os dois textos em questão ao nível de certas opções temáticas, técnico-narrativas e estilísticas, é possível detectar algumas diferenças relativamente constantes.

É visível n’“O Primo João de Brito” uma certa tendência para facultar indícios mais transparentes de certos comportamentos ou do desencadeamento de certas acções, a qual desaparece no romance em favor de uma maior e mais eficaz subtilidade.

Relativamente à personagem de Juliana, por exemplo, o narrador faz-nos perceber, desde cedo, que estamos perante alguém que odeia Amélia e é vítima de desequilíbrio emocional e temperamento irracional, prenunciadores da sua tática chantagista. Dois exemplos: 1) Amélia/Luísa ralham a Juliana pelo facto de ter referido a Jorge a visita de Leopoldina; enquanto no romance a criada apenas se mostra surpreendida e ofendida pelas palavras da patroa, no manuscrito, lança-lhe um olhar cortante, cheio de cólera, raiva,

---

<sup>28</sup> Talvez seja ocasião de lembrar a célebre carta que Eça escreve a Teófilo Braga a propósito d’*O Primo Basílio*, em que ele próprio faz uma espécie de levantamento dos vários tipos psico-sociais que procurou afinar no romance: “*O Primo Basílio* apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa: a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque, Cristianismo, já o não tem; sanção moral da justiça, não sabe o que isso é) arrasada de romance, lírica, sobreexcitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim do casamento peninsular, que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, etc., etc. — enfim, a *burguesinha da Baixa*. Por outro lado, o amante — um maroto, sem paixão nem a justificação da sua tirania, que o que pretende é a vaidadezinha de uma aventura e o amor *grátis*. Do outro lado, a sociedade em revolta secreta contra a sua condição, ávida de desforra. Por outro lado ainda, a sociedade que cerca estes personagens — o formalismo oficial (Acácio), a beatice parva de temperamento irritado (D. Felicidade), a literaturinha acéfala (Ernestinho), o descontentamento azedo e o tédio da profissão (Julião), e às vezes, quando calha, um pobre bom rapaz (Sebastião). Um grupo social, em Lisboa, compõe-se, com pequenas modificações, destes elementos dominantes. Eu conheço vinte grupos assim formados.”(QUEIRÓS, Eça de — *Correspondência, op. cit.*, p. 134-5).

desejo de vingança<sup>29</sup>. 2) No romance, Juliana pousa no toucador da patroa uma travessa de cabelo que encontrara na sala, deseja-lhe boas noites e sai, no manuscrito passa-se exactamente o mesmo mas, depois, o narrador acrescenta: “E por um movimento de raiva, ou de colera, — ou nervoso, fez uma careta [medonha,] e deitou a lingua de fora — para a alcova. —”<sup>30</sup>.

Também o adultério da protagonista, n’“O Primo João de Brito”, é muito mais abertamente indiciado do que no romance. Há no manuscrito um arrastamento das cenas que se centram no tema do adultério, isto é, o debate sobre o castigo a infligir à adúltera na peça do Ernestinho e a conversa entre Amélia/Luísa e Leopoldina sobre as aventuras desta última, o que obviamente lhes retira a função de pista vaga que têm no romance. Mas concretizemos com um exemplo: enquanto no romance Leopoldina faz uma alusão rápida e seca à notícia da chegada em breve de Basílio, no manuscrito, a esse pretexto, ela relembra o antigo namoro, tece considerações sobre a importância do primeiro amor, pergunta a Amélia se se escreviam, compara Basílio e Jorge e, enfim, sugere à amiga que “faça um bocadinho de olho” ao primo<sup>31</sup>.

Um outro elemento que poderemos ler como indiciador, não propriamente do adultério, mas talvez antes do carácter romanescos de Luísa, mais desvendado no manuscrito que no romance, é o que decorre da alusão às leituras da protagonista. N’*O Primo Basílio*, Luísa devora com paixão, de há uma semana a essa parte, *A Dama das Camélias*, lia muitos romances, exaltava-se com os de W. Scott e O. Feuillet e vêmo-la pedindo a Jorge, prestes a sair, que encomende ao livreiro mais romances<sup>32</sup>. N’“O Primo João de Brito”, há um ano que a protagonista andava a ler, depreende-se que sem grande entusiasmo, *As Viagens na Minha Terra*, apenas para satisfazer o marido que tinha por “*novellas imoraes*” os romances que ela apreciava, os de Dumas e de George Sand. Mais, Jorge entendia até que “uma mulher, devia ter religião, e não ler romances”, tendo-lhe seleccionado “um certo numero de livros, que elle ouvira citar como innocentes e de leitura captivante”<sup>33</sup>. Como vemos, o papel da nefasta influência das leituras românticas na formação e comportamento da mulher figura apenas ao nível de indício no romance, um indício que se vai confirmar em mais de um momento, como, por exemplo, aquele em que Luísa imagina o «Paraíso», onde se vai encon-

---

<sup>29</sup> F. 14 (p. 230) / p. 33.

<sup>30</sup> F. 52 (p. 257) / p. 169. Cf. ainda f. 34 v. (p. 243) / p. 61-2.

<sup>31</sup> F. 8 v.-9 (p. 227) / p. 28.

<sup>32</sup> P. 20-1.

<sup>33</sup> F. 12-12 v. (p. 229).

trar pela primeira vez com o seu amante, como nos romances de Paul Féval. Ora, no manuscrito, aquela lógica determinista é denunciada pelo ponto de vista exposto de Jorge.

Um traço constante na passagem do manuscrito para o romance é a ocultação das cenas eróticas, o que certamente obedeceu a uma alguma cautela do escritor em não chocar num domínio em que o romance naturalista era acusado de demasiada ousadia.

As cenas de vaga ternura no romance, envolvendo Luísa e Jorge, têm no manuscrito uma dimensão erótica. A um “beijo grave e profundo” no primeiro<sup>34</sup>, corresponde no segundo “um longo beijo” pousado “humidamente” nos lábios<sup>35</sup>. Atente-se, a título de exemplo, no seguinte passo do romance:

“Ela riu. Ergueu para ele os seus magníficos olhos castanhos, luminosos e meigos. Jorge enterneceu-se, pôs-lhe sobre as pálpebras dois beijos chilreados. E torcendo-lhe o beicinho:

“Queres alguma coisa de fora, amor?”<sup>36</sup>.

No manuscrito tínhamos:

“— Minha pobre filha disse elle ternamente, [Amélia picara-se num dedo] — tomou-lhe a mão, chupou o dedinho, e [a gota de] [bebebeu] bebeu a gota de sangue — Tinha-lhe vindo uma ternura. Elle tomava pela cintura e collava, o seu forte rosto, contra o pescoço d’ella, nu, mimoso, ainda com o vago calor da cama.

“— Não basta, disse ella, toda seria. — Tenha juízo.”<sup>37</sup>

Quando o narrador chega a aflorar esta componente erótica no romance, fá-lo de um modo fugaz, como na descrição rápida do reencontro do casal, aquando do regresso de Jorge do Alentejo, momento que no manuscrito merece algum detalhe, insinuando-se o reencontro físico<sup>38</sup>.

---

<sup>34</sup> P. 57.

<sup>35</sup> F. 32 v. (p. 243).

<sup>36</sup> P. 19.

<sup>37</sup> F. 2 (p. 222).

<sup>38</sup> N’*O Primo Basílio*: “Saltou em camisa. Ele entrava. E ficaram enlaçados, num longo abraço, os beijos\* colados, sem uma palavra. O relógio do quarto dava sete horas.” (p. 289; \*“beijos”, cf. a edição «ne varietur», Porto, Livraria Chardron, 1878).

N’ “O Primo João de Brito”: “Saltou da cama. Encontrou-o a porta da alcova, ficaram enlaçados n’um abraço, n’um beijo. — longo, profundo, Depois mil perguntas, — e risos, e os beijos repetição-se. Erão 6 horas da Manhã. [Jorge despio-se a pressa, muito(?)] Quando [accordaram,] Luisa accordou, o relógio do quarto dava horas - Era 1 hora da tarde! Jorge ao pé dormia ainda tao fatigado. Luisa olhou-o; Vinha mais queimado do sol: o cabelo mais comprido: [mas dormia(?)] mas par(e)ceu-lhe mais bonito, veio-lhe uma ternura; estava ainda toda vibrante da chegada d elle, dos amores da madrugada. [Ia o] Ia acordal-o.” (f. 74 v (p. 271)).

A referida ocultação erótica no romance é ainda nítida na relação adúltera. Os poucos trechos do manuscrito que aludem a essa relação, transmitem-no-la de um modo muito mais incontido que o romance. Enquanto aqui há sempre da parte de Luísa algum esforço para resistir ao primo e a expressão de certo medo<sup>39</sup>, ali, Amélia/Luísa entrega-se, vencida, ao amor. No momento culminante da primeira consumação física do amor, inteiramente rendida a João, ela vive a intensa experiência dos limites: “— Oh João! quero morrer, disse ella, com uma voz vaga, abstrata com (...). Tinha-se lhe abandonado nos braços, e toda d'elle.”, experiência que a levará a perder o sentido da realidade: “Não pensava nada distinctamente: sentia uma fadiga, um peso na cabeça; uma ausencia de pensamento.”<sup>40</sup> N’*O Primo Basílio*, provavelmente determinado pelas preocupações moralistas de escola, o narrador confronta-nos com uma Luísa tentando resisitir “in extremis”: “ia perdendo a percepção nítida das coisas; sentia-se como adormecer; balbuciou: Jesus! não! não! Os seus olhos cerraram-se.”<sup>41</sup>

De ocultação e também de moderação se pode falar a propósito do tratamento de certos temas n’*O Primo Basílio* em relação ao manuscrito.

Nuns casos isso deve-se à redimensionação que a personagem que os modula sofre, tornando-se inadequada a mesma opinião emitida por qualquer outra personagem. No manuscrito, Julião contrapõe a João de Brito o fastio que o Oriente lhe inspira — “O Deserto! as Pyramides! Mas è rethorico. Mas o Oriente nao existe.” — e emite a seguinte opinião digna do Fradique da *Correspondência*, o que nos deixa entrever como a ficção queirosiana se vai cimentado lentamente, sem saltos bruscos: “— Pois bem — eu se podesse viajar ia ao Minho! disse Juliao. [E o meu ideal de viagem.] O Oriente é velho, é classico, [è humanismo(?), lembra o [imm(or)al(?)] < insipido > author do gennio do Christianismo! E sempre os mesmos(?) Turbantes, Minarettes, Camellos, e pedras velhas!] è caturra. Ha inglezes e insectos nojentos e depois ha turcos que fallão turco; nada mais desagradavel. - E voltando-se para Juliao. - Mas uma boa estrada / no Minho! Um bom cavallo de choito! [As] As carvalheiras! O alpendre do ferrador, coberto de pombos! O adro com o seu cruzeiro! A cruz na estrada, onde o Morgado foi esfaqueado! O accento minhoto. A estalagem à noite com o bom caldo d’unto, e o canjirão de vinho verde!”<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> P. 142-3 / f. 45 v. (p. 251).

<sup>40</sup> F. 50 v. e f. 51 v. (p. 256).

<sup>41</sup> P. 167.

<sup>42</sup> F. 35 v.-36 (p. 244).



Noutros casos, aquela atitude será ditada ainda pelo risco de se poder estar a ser demasiado ousado na forma de encarar a questão. Leopoldina, por exemplo, subverte completamente a lógica da moral dominante em relação ao amor e ao casamento. Amélia/Luísa acusa-a de se entregar ao amor por vício, dado que os amantes individualmente considerados são para Leopoldina absolutamente secundários, o que importa é ter *um* amante com o qual se dê livre curso à imaginação (exaltação, ciúmes, fugas, cartas, perigos). Ela defende que, pelo contrário, “— O vício è o marido!”: “ — Por que em fim, dizia Leopoldina Se tu nao podes ter com teu marido todas estas cousas d imaginaçã — entao — e por que gostas do homem dos [hom] < E por cau(sa) dos > olhos do homem, < E por causa dos (...) > da [barba] do homem. [Isso è que eu acho immoral. — (...)] < È o vicio >”<sup>43</sup>.

Uma outra constante que conseguimos detectar foi a modelação da tendência para a caricatura, muito visível n’*O Primo João de Brito*. A transmutação que já vimos que sofre a personagem de Julião n’*O Primo Basilio* em muito contribui para isso. Mas de um modo geral sente-se ao nível da caracterização das personagens uma subtracção dos traços caricaturais no romance. Certamente preocupações de verosimilhança na criação de *tipos* terão orientado esta opção do narrador. Leopoldina ou D. Felicidade, respectivamente alcunhadas de “girafa” e de “vaca”, no manuscrito, são claros exemplos de personagens tratadas com mais contenção no romance. No manuscrito, Leopoldina é descrita em traços caricaturais no que respeita ao aspecto físico, à toilette, aos modos, às opiniões - é desengonçada, estapafúrdia, trapalhona<sup>44</sup> — esquecendo-se o narrador, ao contrário do que acontece no romance, de transmitir o traço, evidentemente fundamental, da sua sensualidade, ao qual, aqui, se reduz de resto a sua primeira caracterização: “Leopoldina tinha então vinte e sete anos. Não era alta, mas passava por ser a mulher mais bem feita de Lisboa. Usava sempre os vestidos muito colados, com uma justeza que acusava, modelava o corpo como uma pelica, sem largueza de roda, apanhados atrás. Dizia-se dela, com os olhos em alvo: é uma estátua, é uma Vénus! Tinha ombros de modelo, de uma redondeza descaída e cheia; sentia-se nos seios, mesmo através do corpete, o desenho rijo e harmonioso de duas belas metades de limão; a linha dos quadris rica e firme, certos quebrados vibrantes de cintura faziam voltar os olhares acesos dos homens. A cara era um pouco grosseira; as asas do nariz tinham uma dilatação carnuda; na pele, muito fina, de um trigueiro quente e corado, havia

<sup>43</sup> F. 49-49 v. (p. 254).

<sup>44</sup> F. 5-5 v. (p. 224-5).

sinaizinhos desvanecidos de antigas bexigas. A sua beleza eram os olhos, de uma negrura intensa, afogados num fluido, muito *quebrados*, com grandes pestanas.”<sup>45</sup>

Dois elementos, ao nível das alterações técnico-narrativas entre os dois textos, merecem-nos uma atenção especial, porque revelam um maior domínio da técnica romanesca e resultam numa forma mais eficaz e avançada de transmitir o universo das personagens. Referimo-nos, por um lado, à maior capacidade que o narrador manifesta n’*O Primo Basílio*, para ir apresentado as personagens em acção — isso é bem visível, por exemplo, no primeiro serão em casa de Luísa<sup>46</sup> — e para manejar com à vontade e de um modo menos caótico o monólogo interior, como acontece quando pela primeira vez Luísa reflecte sobre as suas cedências ao primo<sup>47</sup>.

De um modo geral, no exercício de transposição de cenas, quadros, situações d’“O Primo João de Brito” para *O Primo Basílio*, assistimos a uma esforço de retracção. As cenas são menos prolongadas, os quadros menos detalhados, as situações menos explicitadoras do ponto de vista do narrador ou da tese que visa demonstrar. O texto, no romance, torna-se mais enxuto, menos repetitivo, menos hesitante, mais burilado, como é natural no resultado de um esforço de reescrita. Este processo é claro, por exemplo, na cena da despedida do primo<sup>48</sup> ou na referência ao avolumar da chantagem, quando a protagonista começa a presentear Juliana<sup>49</sup>. Na rememoração de Luísa do seu namoro com Jorge n’*O Primo Basílio*, alcança-se um texto mais contido, através da eliminação da lembrança de um diálogo, fazendo-nos o narrador penetrar, através da sua voz onisciente na corrente da consciência da personagem.

De destacar, no romance, o trabalho de contenção na versão do sonho de Luísa sobre o remate trágico do seu adultério. Aqui, o narrador, ao reescrever o sonho, obtém aquilo que poderíamos designar, apropriando-nos da linguagem psicanalítica, por efeito de condensação, através do recurso a imagens oníricas muito ousadas, compensando ao mesmo tempo a eliminação do debate, no seio do público, sobre se a adúltera devia ou não ser morta. Luísa repete em palco com Basílio os delírios eróticos do «Paraíso». N’“O Primo João de Brito”, os ramos de um carvalho protegem os amantes dos olhares da

---

<sup>45</sup> P. 25-6.

<sup>46</sup> F. 14-32 v. (p. 230-43) / p. 37-56.

<sup>47</sup> F. 43-44 v. (p. 249) / p. 118-9.

<sup>48</sup> F. 65 v.-66 v. (p. 266-7) / p. 252-4.

<sup>49</sup> F. 73 (p. 270) / p. 275.

plateia e o público é como que dominado por um frenesi contagiante, insistente e digressivamente descrito pelo narrador<sup>50</sup>. No romance, sob o impacto daquela cena exibicionista, o público reage também vivamente, mas essa reacção é antes pretexto para a eclosão de uma série de imagens de evidente recorte visual e onírico, explorando um aparente “non-sense” e atingindo um elevado nível de elaboração metafórica: “O teatro numa aclamação imensa bradava: Bravo! Bis! bis! Lenços aos milhares esvoaçavam como borboletas brancas num campo de trevo: os braços nus das mulheres lançavam com um gesto ondeado ramos de violetas dobradas: o rei erguera-se espectralmente, e, triste, arremessou como um *bouquet* a sua esfera armilar: e o Conselheiro logo, num frenesi, para seguir os exemplos de Sua Majestade, desaparafusando rapidamente a calva, atirou-lha, com um berro de dor e de glória!”<sup>51</sup>. Há a acrescentar o facto desta descrição de sonho aparecer, no romance, num ponto muito avançado da narrativa, o que permite fazer uma leitura simbólica mais rica. É de resto aquela circunstância que propicia que, aqui, o sonho termine com uma interpenetração do mundo real no onírico — a voz de Jorge, chegando de viagem, entra no sonho de Luísa —, enquanto que no manuscrito o sonho termina comumente com a protagonista acordando sobresaltada.

O esforço de retracção de que vimos falando, sendo dominante, não é, porém, sistemático. Acontece, por vezes, que o texto se expande na passagem do manuscrito para o romance, introduzindo-se cenas dialogadas capazes de dar mais vida à descrição de um ambiente — é o caso do quadro da sala da inculcadeira animado no romance pelas conversas dos populares que frequentam a casa<sup>52</sup> — ou então ampliando-se significativamente o recurso ao monólogo interior e, conseqüentemente, o acesso ao mundo interior da personagem — por exemplo, uma das vezes em que Luísa espera ansiosamente a visita do primo<sup>53</sup> — ou então, ainda, acrescentando-se pormenores capazes de subtilizarem o texto, tornando-o mais sugestivo, mais aberto de sentidos. Note-se como isto é visível na comparação destes dois trechos, o primeiro do manuscrito, o segundo do romance:

“[Leopoldina,] Foi ella mesmo buscar os copos - copos antigos, longos, como tubos. Fizeram estalar a garrafa — Leopoldina battia as mãos — E recostada, com as pernas todas esticadas(?), [cruzadas] os pés cruzados,

<sup>50</sup> P. 24 / f. 4-4 v. (p. 223).

<sup>51</sup> F. 53-52 v.-54 (p. 257-8).

<sup>52</sup> P. 287-8.

<sup>53</sup> F. 47 v. (p. 253) / p. 151.

a cabeça deitada para traz, uma corzinha nas faces, olhava, a [es] globulos subir, com um deleite sensual, saboreando aquelle luxosinho.”<sup>54</sup>

“Foi ela mesmo buscar a garrafa, desembrolhou-a do seu papel azul; — e com risinhos, sustos, fizeram estalar a rolha. A espuma encantou-as: olhavam os copos, caladas, com um bem-estar feliz. Leopoldina gabou-se de saber abrir muito bem o *champagne*; falava vagamente de ceias passadas...

“— Em Terça-Feira Gorda, há dois anos!...

“E toda recostada na cadeira, com um sorriso cálido, as asas do nariz dilatadas, a pupila húmida, olhava com sensualidade os globulozinhos vivos que subiam, sem cessar, no coo esguio.”<sup>55</sup>

\*

Este vai-vém “entre Primos” que tentámos empreender desvendou-nos alguns dos caminhos mais ou menos camuflados, mais ou menos explicáveis, mais ou menos fruto do acaso que Eça de Queirós percorria naquilo que, para o perfeccionista que ele era, devia constituir o penoso exercício de burilar um texto com certeza escrito de jacto e com bastante facilidade. Parafraçando mais uma vez o seu Ernestinho: “Emfim, [sempre] os ultimos toquezinhos è que são.”<sup>56</sup>

*Isabel Pires de Lima*

---

<sup>54</sup> F. 48 v. (p. 253).

<sup>55</sup> P. 161-2.

<sup>56</sup> F. 23 v. (p. 236).

## A FICÇÃO DE FERNANDO PESSOA: ESTUDO DE UM CASO ORIGINAL

«Mistério é aquilo que os homens não conseguem explicar»

António José Saraiva

1. Escrito em 1907 e assinado pelo heterónimo inglês de Fernando Pessoa, Alexander Search, «A Very Original Dinner»<sup>1</sup> não alcançou a fortuna dos *English Poems* da autoria do mesmo heterónimo. Facto que, aliás, nada tem de estranho, já que faz parte de uma produção ainda hoje marginalizada da obra de Pessoa: os textos de ficção<sup>2</sup>. Relegados para um segundo plano, os textos de ficção constituem, por isso mesmo (e por outros motivos), um desafio a exercícios exegéticos diversos e necessários para uma melhor compreensão da totalidade da obra pessoana.

«A Very Original Dinner» é um texto quase desconhecido, ignorado mesmo por muitos dos que bem conhecem outros textos *periféricos* de Pessoa — as chamadas «novelas policiárias» ou «contos de raciocínio». E, no entanto, é um dos poucos textos de ficção que se nos oferece em forma acabada, com um princípio, meio e fim, construídos pelo próprio Pessoa. Ao contrário das «novelas policiárias» e do *Livro do Desassossego*, de carácter fragmentário, esta é uma narrativa dotada de organicidade e de fechamento, o que não deixa de ser surpreendente se tivermos em conta a totalidade da obra

---

<sup>1</sup> Cf. SOUSA, Maria Leonor Machado de — *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, Lisboa, Novaera, 1978. Nesta obra, a autora procede à tradução e ao estudo do conto «A Very Original Dinner», cujo manuscrito é aí incluído em *fac-simile*.

<sup>2</sup> É significativo que no Encontro Internacional do Centenário de Fernando Pessoa, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian de 5 a 7 de Dezembro de 1988, apenas 9 comunicações (entre dezenas) se tenham debruçado sobre os textos de ficção. De relevar que, destes 9 textos, 4 tratam d' *O Livro do Desassossego*, cujo estatuto ficcional é discutível (O Círculo de Leitores, por ex., não inclui *O Livro do Desassossego* entre os textos de ficção).

de Pessoa. Surpreendente e excêntrico é, decerto, o tema do canibalismo que encontramos nesta história, uma das suas primeiras experiências na ficção e que o próprio Pessoa terá votado ao esquecimento. Como sublinha Maria Leonor Machado de Sousa, são raras, na história da literatura moderna, as histórias de canibalismo. Na literatura portuguesa, o texto mais conhecido para ilustrar o tema é o conto de Álvaro do Carvalho, «Os Canibais», editado em livro pela primeira vez em 1868<sup>3</sup>. As afinidades entre a história de Pessoa e a de Álvaro de Carvalho são, no entanto, muito poucas. Neste conto, é, aliás, problemática a existência de canibalismo: não é o visconde de Aveleda também estátua, matéria inerte? Os ingredientes fantásticos que aqui encontramos e o tom paródico-jocoso do narrador diluem os elementos de horror que o tema sugere. O próprio desfecho deve mais ao cómico do que ao trágico<sup>4</sup>. A esta dimensão lúdica da história de Álvaro de Carvalho contrapõe-se, porém, a dimensão macabra de «A Very Original Dinner» (ainda que nela perpassasse um subtil humor negro), onde reconhecemos traços do romance gótico. Embora a experiência relatada seja invulgar (quase impensável) e não se integre nas vivências do nosso quotidiano, não há nela nada de sobrenatural ou de fantástico; a globalidade da história pode ser entendida dentro dos limites da possibilidade, i.e., uma das dimensões do verosímil aristotélico. Contribui para criar um efeito de real a referência a lugares reais como Francoforte e, em especial, Berlim, capital do império alemão nos inícios deste século, onde se situa a acção desta história. Forçada seria, decerto, a sua inclusão na categoria do fantástico, conquanto se trate de uma história extraordinária, pouco provável, mas não impossível.

De facto, os crimes com que aqui deparamos não são crimes comuns ou ordinários, susceptíveis de serem explicados racionalmente. Ao homicídio gratuito de cinco pessoas, segue-se um acto colectivo de canibalismo, num cenário com todos os requintes de um banquete numa sociedade civilizada: os cadáveres são servidos à mesa, corporizando, assim, pelo conteúdo e pelo arranjo estético, «o jantar muito original» que Prosit, o anfitrião, prometera aos seus convidados. Assistem a este jantar cinco criados negros, silenciosos, quase invisíveis na penumbra em que se ocultam.

---

<sup>3</sup> Esta edição tem o título *Contos*. Publicado pela primeira vez em 1865, na *Revista de Coimbra*, com o título «A Estátua Viva». Reeditado em 1978 pela editora Arcádia no volume intitulado *Contos Frenéticos por Álvaro do Carvalho*.

<sup>4</sup> O humor de «Os Canibais» é pertinentemente relevado por Fernanda Damas Cabral num ensaio intitulado *A sedução do fantástico e do humor. Uma leitura de "Os Canibais"*, in «Vértice», Lisboa, 10, Janeiro de 1982, pp. 73-80.

Com estes ingredientes macabros e insólitos, e num estilo rebuscado e arcaizante, Pessoa compõe uma história profundamente grotesca e perturbadora, sem paralelo na literatura portuguesa, e incompatível, num primeiro olhar, com uma certa imagem do poeta modernista que foi Fernando Pessoa.

Não é de admirar, por isso, que ainda hoje muitos leitores de Pessoa coloquem a si mesmos a questão enunciada por Maria Leonor Machado de Sousa: «Como pôde um escritor tão intelectual como Fernando Pessoa conceber uma tal desumanização, uma loucura tão degradante?»<sup>5</sup>.

As respostas para tal interrogação e perplexidade são múltiplas e complementares. Perante esta história, o que de imediato se impõe salientar é a independência de um jovem autor, que bem cedo separa o sentimento estético do sentimento moral. Com este texto, Pessoa enceta uma experimentação estético-literária sem limites, indiferente a preconceitos vigentes, num desafio a valores condicionadores da criação artística ou do conhecimento científico. Tentando ele próprio explicar a atracção de muitos autores (e.g., Edgar Allan Poe) por assuntos repugnantes, Pessoa invoca os seguintes motivos: «Penso que uma das razões para este gosto se poderá encontrar no espírito científico e analítico do autor. Outra razão consiste na originalidade do tema. Residirá no cultivo de sensações novas? [...] Como Baudelaire em *Le Voyage* descerão eles “*au fond de l'enfer pour trouver du nouveau?*”»<sup>6</sup>.

Estas razões ou hipóteses poderão ajudar-nos a compreender «A Very Original Dinner». Escrita em inglês, a história de Pessoa está impregnada do clima esteticista e decadentista de finais do século, no qual se nutre a obra de Alexander Search. A selecção do canibalismo como assunto de interesse estético e a atracção pela figura do criminoso-artista, corporizada na personagem Prosit, colocam Pessoa numa tradição de modernidade marcada por figuras como Edgar Allan Poe ou Baudelaire. Na sua extrema perversidade e imoralidade, Prosit surge-nos como um esteta degenerado, que tudo sacrifica à Arte e à originalidade, inclusive a vida humana. Na sua «loucura lúcida», Prosit é o artista-monstro, em busca de sensações raras, interditas, sem qualquer respeito por códigos humanos, morais ou legais.

A estranha história de Pessoa não é assim tão estranha quando a consideramos à luz da influência decisiva de Poe<sup>7</sup>, de quem Pessoa foi um ávido

---

<sup>5</sup> *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, p. 125.

<sup>6</sup> Cf. «Textos de Crítica Literária e de Doutrina Estética» in *Fernando Pessoa. Obras em Prosa*, II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 142.

<sup>7</sup> Maria Leonor Machado de Sousa destaca ainda a influência de Oscar Wilde e de Shakespeare. Pessoa leu grande parte das obras de Shakespeare, inclusive a tragédia *Titus Andronicus*, onde surge o tema do canibalismo.

leitor, ou quando a consideramos à luz de interesses e fixações de sempre de Pessoa por temas como a originalidade, o génio, o artista, a loucura, temas presentes quer nos textos de criação literária quer nos textos teórico-críticos.

Como o demonstra George R. Lindt no ensaio «Fernando Pessoa e a loucura», a loucura (ou o medo da loucura) é mesmo, a par do tema da morte, um dos temas mais obsessivos e recorrentes na obra poética de Alexander Search<sup>8</sup>.

Pessoa partilha com Poe o fascínio por situações-limite: a perversidade, a violência nas suas diversas formas (veja-se o sado-masochismo de Álvaro de Campos), a loucura ou outras formas de degeneração mental, em suma, a complexidade psicológica do homem em geral, e, em particular, do artista.

Pessoa não foi alheio às discussões de fim de século sobre as relações entre o génio e o louco ou entre o génio e o criminoso, como o provam algumas reflexões sobre o assunto. Num texto a que deu o título «Sobre o Artista», Pessoa estabelece uma íntima conexão entre *o génio, o crime, e a loucura*: «O génio, o crime e a loucura, provêm, por igual, de uma anormalidade, representam de diferentes maneiras, uma inadaptação ao meio. Se repousam, porém, sobre um igual fundo degenerativo, se o génio constitui, de por si, uma espécie nosográfica — são *coisas que não sabemos*.»<sup>9</sup>.

A ênfase situa-se aqui na ignorância total do homem perante certas realidades ou mistérios que não pode explicar. É esta ausência de explicação e de compreensão que encontramos também no conto «A Very Original Dinner». Pessoa coloca-nos perante os crimes horrendos (inescrutáveis) de Prosit, mas não os transforma em objecto e matéria de teorização como fará no conto «A Carta Mágica» ou no esboço «O Caso Vargas». Por esta razão e por outras que procurarei evidenciar, este texto de Pessoa afasta-se das histórias de enigma de finais do século, seguindo bem de perto os passos de Edgar A. Poe, autor de histórias mórbidas e extraordinárias, não Edgar A. Poe, autor de histórias de raciocínio. Só esse Poe serve a Pessoa de «modelo» e de «motivação», para utilizar as palavras de Maria Leonor Machado de Sousa. Parece-me, pois, destituída de fundamento a leitura de «A Very Original

---

<sup>8</sup> Cf. *Actas do 1.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, Porto, Brasília Editora, Centro de Estudos Pessoaanos, 1978, pp. 281-293. George R. Lindt diz-nos que só por volta de 1909-1910 Pessoa terá conseguido libertar-se parcialmente do medo da loucura. É possível que a escrita de «A Very Original Dinner» tenha sido, de alguma forma, um modo de exorcizar essa obsessão.

<sup>9</sup> Cf. «Textos de Crítica Literária e de Doutrina Estética», p. 196. Sublinhado meu. Neste texto, Pessoa demonstra conhecer as teses de Cesare Lombroso. Sabemos também que Pessoa leu a obra *Degeneração* (1892) do psiquiatra alemão Max Nordau.



Dinner» como esboço da ficção policial de Fernando Pessoa, como o faz Maria Leonor Machado de Sousa, ao referir-se-lhe como «uma primeira tentativa detectivesca», ou ao considerá-la como «uma primeira tentativa de novela de mistério que viria a evoluir para a novela policial»<sup>10</sup>. É aliás significativo que da história de Poe, *Thou art the Man*<sup>11</sup>, em que provavelmente se inspirou, Pessoa tenha apenas retido os seus ingredientes de horror. Da investigação levada a cabo com sucesso pelo narrador de Poe resta, na história de Pessoa, uma tentativa frustrada. Os crimes de Prosit são revelados pelo próprio Prosit, que experimenta um prazer paroxístico ao contemplar o efeito de horror que provoca nos seus convidados. Prosit, o criminoso, torna-se, desta forma, a figura poderosa e central desta narrativa, onde ainda não há lugar para o investigador. No final da história, é também vedada ao leitor a sensação de tranquilidade que as histórias de enigma lhe oferecem. Como mais adiante veremos, o efeito catártico não acontece, a harmonia não é reestabelecida.

É este final, conjugado com outras particularidades desta narrativa, que torna a história de Pessoa tão singular e difícil de rotular. Não sendo uma história de enigma, «A Very Original Dinner» excede também o âmbito dos «contos de terror», categoria em que a incluem críticos como António Quadros<sup>12</sup> ou Frederick C. Hesse Garcia<sup>13</sup>, na tipologia que estabelecem da ficção pessoana.

«A Very Original Dinner» não é uma gratuita e sensacionalista história de terror (ou de «horror»), uma experiência literária isolada e marginal no contexto da obra pessoana. Por um lado, ela tematiza o desejo e a busca de originalidade (ou novidade) do jovem Pessoa num mundo onde já não parece haver originalidade possível. Por outro, ela «encena» e anuncia, pela via da

---

<sup>10</sup> *Op. cit.*, p. 14 e p. 123, respectivamente. Esta perspectiva é seguida por José Lança-Coelho, num artigo intitulado *A literatura policiária em Fernando Pessoa: «A Very Original Dinner» é pois a primeira tentativa de Pessoa no campo policial...*, in «Vértice», Lisboa, 45, Dezembro de 1991, p. 118. Fernando Luso Soares, pelo contrário, não faz qualquer referência a este conto nos estudos que dedicou à obra «policiária» de Fernando Pessoa, nomeadamente em *A novela policial-dedutiva em Fernando Pessoa*, Lisboa, Diabril, 1976, ou na introdução à antologia *O Banqueiro Anarquista e outros contos de raciocínio de Fernando Pessoa*, Lisboa, Ed. Lux, 1964.

<sup>11</sup> Cf. a análise comparativa entre os dois contos feita por Maria Leonor Machado de Sousa (*op. cit.*, pp. 127-133).

<sup>12</sup> Cf. capítulo «O Ficcionista» do livro *Fernando Pessoa. Iniciação Global à Obra. A obra e o homem*, vol. II, Lisboa, Arcádia, 1982.

<sup>13</sup> Cf. *A Ficção Policial de Fernando Pessoa*, in «Actas do 2.º Congresso dos Estudos Pessoaanos — 1983», Porto, Brasília Editora, Centro de Estudos Pessoaanos, 1985, pp. 195-205.

ficção, algumas preocupações de sempre de Pessoa: as fronteiras — ou ausência de fronteiras — entre o normal e o anormal, a loucura e a sanidade, o moral e o imoral, o bem e o mal, a razão e o instinto, a cultura e a natureza.

Ao nível da composição, este texto pode ainda encarar-se como uma experimentação literária de princípios que só mais tarde Pessoa formulará em termos teóricos. Como, por exemplo, os princípios expostos no texto «Sobre o Artista», onde Pessoa aponta como qualidades fundamentais do artista: «1) A originalidade, 2) a construtividade, e 3) o poder de suspensão»<sup>14</sup>. Ou ainda o princípio defendido em «"Erostratus" — Ensaio sobre a Fama Póstuma de Obras Literárias»: «A concisão e a captação de interesse do leitor, necessários nas histórias policiais não o são menos em todas as formas de literatura. Não se ganha nada em cansar o leitor.»<sup>15</sup>.

Pessoa aprendeu, decerto, a «lição» de Poe sobre o rigor da construção e sobre a importância da técnica dos efeitos — «tendo sempre em vista a originalidade»<sup>16</sup>.

2.1. Através da utilização de artifícios narrativos adequados, Pessoa capta a atenção do leitor logo no início da história, criando nele um misto de curiosidade e de expectativa, que, no final, se transformará em profunda sensação de repulsa. Estes efeitos são construídos na base de procedimentos alheios à *narração* (i.e., por oposição a *descrição*) e que dão origem a uma forma narrativa pouco dinâmica. Na ausência de uma progressão linear dos acontecimentos, e em virtude do carácter retrospectivo da história contada por um narrador de primeira pessoa, quer o ponto de vista adoptado quer a descrição desempenham aqui um papel preponderante.

Revelando já a sua propensão para a reflexão, e em plena sintonia com as tendências da ficção moderna para abolir o enredo e desvalorizar a acção, Pessoa não nos surge aqui como um construtor de enredo. Como é fácil de comprovar, a acção é reduzida quase ao mínimo. Em primeiro lugar, porque a factos diegéticos importantes (morte dos rapazes e sua preparação culinária) corresponde uma elipse narrativa significativa: o leitor é confrontado (aliás como o narrador e os outros membros da Sociedade) com crimes consumados e cadáveres consumidos. Em segundo lugar, há um peso excessivo da descrição — de Prosit, do banquete, da sala — para o qual concorre a própria imo-

---

<sup>14</sup> Cf. «Textos de Crítica Literária e de Doutrina Estética», p. 188.

<sup>15</sup> Cf. «Textos de Crítica Literária e de Doutrina Estética», p. 261.

<sup>16</sup> Cf. «A Filosofia da Composição», p. 34, in *O Corvo e outros poemas*. Edgar Allan Poe, tradução de Fernando Pessoa, Lisboa, Ulmeiro, 1989.

bilidade ou inacção das personagens, sentadas à mesa durante a quase totalidade da história; em terceiro, e decorrente deste, as potencialidades simbólicas do episódio do banquete, que parecem criar um momento de suspensão no tempo e no espaço; por último, o recurso, em alguns pontos da história, ao processo narrativo do *showing* (na reprodução das falas das personagens, em particular de Prosit) que leva à diluição momentânea da voz do narrador. A combinação destes procedimentos contribui para a configuração de um quadro mais dramático do que narrativo, e, de certo modo, alegórico.

A contribuir para a feição estática da narrativa temos ainda a quase impossibilidade de estabelecer uma relação de causalidade entre a primeira e a segunda partes da história. A própria relação temporal de sucessividade parece ser pouco significativa em face do hiato narrativo acima referido. Dir-se-ia estarmos, na segunda cena, perante uma repetição com variação: há também um jantar e as mesmas personagens — a que se juntam os cinco criados negros; o lugar, a razão de ser e o conteúdo do jantar é que são diferentes. Este último revela-se totalmente insólito, novo, grotesco, mas não de todo inesperado para o leitor, já que vários indícios são disseminados ao longo da primeira parte, dando origem a um certo grau de previsibilidade. Aliás, todos os aspectos responsáveis pelo estatismo assinalado inscrevem na história essa previsibilidade que se confirma no ponto culminante da narrativa. Como veremos, trata-se de uma previsibilidade inerente à semântica (textual), mas não à ética ou a padrões sócio-culturais, condicionadores de qualquer leitura.

Nem sequer poderemos falar de uma transformação da personalidade de Prosit. Prosit é-nos apresentado, desde as primeiras páginas, como um ser ambivalente, dicotómico, um ser de luz e trevas. Não há, portanto, metamorfose ou loucura inesperada. As expectativas do leitor não são frustradas; bem pelo contrário, elas são confirmadas, ainda que de uma forma brutal.

Do mesmo modo, o motivo da vingança não serve para instituir uma relação de causa-efeito. A vingança de que se fala não passa de uma conjectura, que racionalmente excluímos, dada a desproporção monstruosa entre a hipotética ofensa e a possível vingança. Neste contexto, é impossível estabelecer um móbil real para os crimes.

A segunda parte, materializando os acontecimentos sugeridos, surge, de certa forma, como uma ilustração de uma teoria esboçada pelo narrador logo no início da história. Ao contrário do que acontece na maioria das histórias de enigma e suspense, o narrador dá-nos uma explicação apriorística de factos que desconhecemos, oferecendo-nos a chave de interpretação para o *caso* que vai relatar: *a perversidade*. O procedimento é idêntico ao usado por Poe

(invocado, neste passo, pelo próprio narrador): primeiro, a sugestão — que determina um modo de ler e que alicia o leitor —, depois a narração. O que se passa na segunda parte da narrativa, enquadrado assim numa teoria<sup>17</sup>, é a exemplificação de um caso de perversidade de que o narrador tem conhecimento.

2.2. Pouco acontece até ao momento em que Prosit revela o seu segredo. A Sociedade Gastronómica de Berlim reúne-se para gozar uma vez mais o prazer da comida: é a quingentésima sessão de um ritual pouco comum. Nesse encontro, o Presidente, Prosit, faz, segundo o narrador, «o famoso convite». E este é, de facto, o único acontecimento, puro acto de linguagem que nos remete para um tempo futuro. De imediato, serve apenas para desencadear outros actos verbais ou gerar curiosidade. E desde o momento em que o narrador menciona «o famoso convite», o leitor é igualmente convidado e desafiado a prosseguir na leitura, impelido por esse artigo definido, de valor catafórico, que apela a informações subsequentes. O adjetivo «famoso», na sua indefinição, revela-se também um recurso estilístico eficaz e adequado ao efeito pretendido: o de captar a atenção do leitor, de o fazer aproximar.

O interesse do leitor é, aliás, imediatamente desencadeado por elementos paratextuais como o título ou a epígrafe. O título, na sua concisão e indeterminação, surge como o primeiro elemento apelativo de uma estratégia retórica de sedução. De cunho ligeiramente publicitário, este título desperta a curiosidade e avidez do leitor, ao focar o tópico, sempre atractivo, da originalidade — muito mais quando em superlativo. A leitura é iniciada em busca dessa originalidade, que julgamos estar dissociada do universo artístico.

Mais do que uma directriz de leitura, o título funciona como um apelo à leitura, um incitamento. Por seu lado, a epígrafe escolhida «Diz-me o que comes, dir-te-ei o que és» esboça já pistas de leitura, apontando prospectivamente para o conteúdo da narrativa. Insistindo na matéria gastronómica, restringe as possibilidades de leitura em aberto no título: a originalidade liga-se, como veremos, ao conteúdo ou substância do jantar.

O desvio operado na fórmula mais familiar, «Diz-me o que comes, dir-te-ei quem és», cria no leitor um certo efeito de estranhamento. A comutação de «quem és» por «o que és» altera por completo o sentido, dando ori-

---

<sup>17</sup> Chamo desde já a atenção para o facto de se tratar de uma *teoria sobre acontecimentos*, de uma explicação psicológica do caso relatado, que não pode ser confundida com teorias sobre métodos, raciocínio e tipos de inteligência, que só encontramos nos «contos de raciocínio» (a par de teorias sobre acontecimentos).

gem a uma sentença enigmática: o que parece estar aqui em causa não é a definição de uma categoria sócio-psicológica (tipo de homem: classe social e carácter), mas de uma categoria ontológica (espécie de ser: homem?). Esta epígrafe, contendo alguma obscuridade, estabelece o mote para a narrativa, captando num mesmo tempo a atenção do leitor para a natureza do jantar e para a natureza dos homens que nele participam — de um homem em particular.

De facto, o início da narrativa privilegia a análise de um só homem: Prosit, o protagonista da história. Prosit ocupa claramente o centro da história, em torno do qual se organizam a narrativa e a nossa própria leitura. Desde as primeiras linhas que ficamos, tal como o narrador, suspensos do seu silêncio, das suas palavras, dos seus actos. A ausência de dinamismo narrativo deve muito ao excesso de análise desta personagem (que ocupa aproximadamente quatro páginas). Esta é, aliás, uma marca bem característica de Pessoa. Como diz Maria Leonor Machado de Sousa, «Fundamentalmente há nele, como em todos os heterónimos, uma tendência para a análise minuciosa dos homens e dos factos que se opõe à acção...»<sup>18</sup>.

Nesta narrativa, a descrição não tem qualquer papel subsidiário ou decorativo: ao nível da sintaxe narrativa e a um nível semântico a narração parece ser engendrada a partir da descrição. Na instância discursiva, o estranho e grotesco acontecimento desta história não é mais do que o desenvolvimento de uma célula narrativa contida na caracterização de Prosit, marcada pelo epíteto de «grosseiro» — espécie de estribilho que não pode deixar de se imprimir na mente do leitor atento ou desconfiado.

2.3. A caracterização exaustiva de Prosit é, mais rigorosamente, uma tentativa de caracterização. Há como que uma procura do termo certo para descrever Prosit. Num movimento de circularidade, o narrador repete-se, acrescenta matizes, inflexões mínimas para se acercar desse objecto — esse «Outro» — que procura conhecer, mas esse objecto foge, escapa-se-lhe: «leve enigma que ele próprio era»<sup>19</sup>.

Uma aura de mistério envolve Prosit, o homem sem história. Mistério das origens, da proveniência, da identidade. Quem é Prosit? De onde vem? Quem são os seus ascendentes? Onde vive e com quem vive? O que explica o fascínio que exerce sobre os outros homens? Não há respostas para estas questões. Evoca-se vagamente um passado longínquo de aventuras e de

---

<sup>18</sup> *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, p. 123.

<sup>19</sup> «A Very Original Dinner», in *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, p. 103.

vagabundagem nas Colónias (Índia ou África); evocam-se ascendentes com doenças mentais (pai epiléptico, antepassados neuróticos ou «patifes ultra-extravagantes»). É um passado envolto em trevas, acerca do qual não há verdades ou certezas estabelecidas. Mas, na ausência de factos, são esses rumores acerca de Prosit que o leitor retém e o levam a esboçar a imagem de um «outsider»: degeneração mental e social dos antecessores (i.e., desvio de padrões psicológico-sociais de normalidade) e vida de errância nas Colónias (nas franjas do mundo civilizado, subentenda-se).

Conduzidos por um narrador que é também personagem da história, com um conhecimento *necessariamente limitado* para o funcionamento da narrativa, o Presidente é-nos apresentado como um ser estranho, ou mesmo desconhecido. A indecisão ou limitação de conhecimento do narrador está bem vinculada no uso do discurso modalizante, na frequente ocorrência do verbo *parecer*, que a cada passo vem esbater (quando não negar) o valor assertivo do verbo *ser*: «Era um homem alegre e sociável, mas tudo isto com uma vivacidade anormal, com um comportamento barulhento que parecia revelar uma disposição permanentemente anti-natural. A sua sociabilidade parecia patológica»<sup>20</sup>.

O tropo do eufemismo surge em alternância com o tropo do disfe-mismo, denunciando o cuidado do narrador em não fazer juízos de valor definitivos — «Não escrevo nem louvor nem calúnia»<sup>21</sup>. Toda a descrição é organizada na base de construções antitéticas que apontam quer para a coexistência em Prosit de aspectos antinómicos — euforia/disforia; luz/trevas; natural/anti-natural; feminino/masculino — quer para as limitações (reais ou simuladas) do narrador. Desta forma, o narrador impõe a si mesmo um silêncio indispensável ao avanço da narrativa: «Basta! A minha análise da figura de Prosit, talvez excessiva em pormenores, é todavia deficiente: porque, segundo creio, faltam-lhe ou ficaram sem relevo os elementos que permitem uma síntese final. Aventurei-me em domínios que ultrapassam a minha capacidade, que não iguala a clareza do que desejo. Por isso não direi mais.»<sup>22</sup>.

Esta insistência do narrador nas suas limitações é, acima de tudo, uma estratégia para conquistar a confiança do leitor — uma forma de criar verosimilhança e inscrever no texto a imagem de um narrador credível ou fidedigno. No âmbito de um código de representação realista (por oposição a fantástico), e em virtude do seu envolvimento nos acontecimentos, ele não

---

<sup>20</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 103.

pode ser um narrador demiúrgico com capacidade para penetrar na interioridade das suas personagens. A focalização é aqui restritiva, limitada, o que permite gerar obscuridades e ambiguidades necessárias à criação de mistério em torno de Prosit, personagem ambivalente e enigmática, que se torna, desta forma, objecto (distanciado, mas privilegiado) da curiosidade do leitor. O narrador não nos descreve o carácter de Prosit, a sua essência, mas as manifestações externas, gestos, atitudes e subtis mutações que julga captar. Daí a necessidade ocasional de auto-correcção, que é também uma forma de relativismo: «esta contradição do seu carácter, ou, pelo menos, das suas manifestações»<sup>23</sup>. Porém, este narrador não se limita a observar e registar essas manifestações, deixando as conclusões para o leitor. Elas são sistematicamente interpretadas, tratadas como sintomas de uma personalidade complexa a descobrir. Torna-se claro o procedimento hermenêutico que sustenta a análise levada a cabo. Ver é aqui interpretar, e a imagem que temos de Prosit é já uma imagem reflectida, resultado de um efeito produzido noutra consciência e indissociável do sujeito que a cria. O processo, já usado por Poe, é típico da narrativa de Henry James: a chamada visão indirecta das pessoas e dos factos, que adensa ou cria o mistério em torno de tudo, que torna inacessível ou inexistente a essência, ou que, pelo menos, dissocia o ser do parecer. Da utilização marcada deste processo só pode resultar a incerteza e a ambiguidade, abrangendo quer o objecto (des)focado (Prosit) quer o sujeito que o foca (o narrador).

Por isso, a descrição de Prosit conduz-nos inevitavelmente à personagem-narrador. Uma personagem caracterizada também pela ambivalência. Prosit é «estranho homem» num momento, no momento a seguir, «o meu amigo Prosit». Ou ainda: «O Presidente», «Herr Prosit», «Wilhelm Prosit», ou «Prosit» apenas. É como se, na mente do narrador, coexistissem múltiplas imagens de Prosit. Imagens que reflectem, seguramente, dois tempos distintos — *o antes e o depois* do jantar — e que denunciam, acima de tudo, uma atitude de ambiguidade do narrador que se manifesta logo no início da narrativa. No primeiro parágrafo, por exemplo, dir-se-ia estarmos perante uma narrativa impessoal, com um narrador «de fora» da história, distanciados dos acontecimentos que relata. Só no início do segundo parágrafo vemos que estamos perante um narrador homodiegético. Ao longo da narrativa, é clara esta ausência de uma distância fixa (temporal, afectiva ou ideológica) que decorre, decerto, dos múltiplos papéis do narrador: personagem actuante, narrador e analista ou comentador. Estes papéis diferentes estabelecem também

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 100.

uma distância variável entre o narrador e o leitor; este último não pode deixar de se distanciar quando a subjectividade e a ideologia do narrador se tornam mais visíveis, distanciando-se também no modo de perceber e avaliar os «factos».

Ao descrever Prosit, o narrador insiste na grosseria e na anormalidade deste; mas, tendo em conta a experiência de horror que viveu e que agora evoca, esta é, ainda assim, uma descrição caracterizada pelo *understatement*. «Não escrevo nem louvor nem calúnia», diz o narrador, reclamando para si um distanciamento e uma isenção que lhe são vedados e negados — o narrador não poderá remeter-se ao papel de simples espectador ou de testemunha. O narrador era, efectivamente, membro da Sociedade a que Prosit presidia, formada, como ele diz no momento da escrita, por um «grupo de pessoas socialmente inúteis, humanamente em deterioração»<sup>24</sup>. Perante estas palavras, não deixam de permanecer obscuros, para o leitor, os padrões de normalidade por que o narrador se rege.

As limitações cognitivas em que o narrador insiste não deixam, no entanto, de fornecer ao leitor informações sobre Prosit. Ainda que ambíguas, tais informações (impressões) contribuem para que uma imagem de Prosit se estabeleça com alguma consistência. A conjunção de traços opostos não é harmoniosa e os traços de conotações negativas acabam por prevalecer. O narrador destaca o sorriso perpétuo de Prosit, para logo de seguida o transformar num esgar, ou ricto, comparando-o a uma «carea grotesca»<sup>25</sup>. E o riso é «selvagem», i.e., não civilizado, conotador de excesso e de desequilíbrio. No momento de revelação do enigma, esta faceta histriónica de Prosit confirma-se na fugaz visão de um Prosit alucinado e histérico: «mexia-se na cadeira, estrebuchava, franzia a cara, sorria, fazia caretas, ria sem nexa e sem parar»<sup>26</sup>. Apesar do efeito global de indefinição, vemos que as várias reflexões sobre Prosit convergem para expressões-síntese que se repetem com variações: «anti-natural» («seriedade que não era natural»; «naturalmente postiça», «falso», «forçado»), «anormal», «brutalidade inata», «exuberância grosseira». A repetição marcada do adjetivo «grosseiro» faz dele uma palavra-tema a presidir à descrição e a orientar a nossa leitura: «... Prosit não era normalmente grosseiro, era-o anormalmente; a sua influência baixava o objectivo dos mais baixos desejos dos seus amigos. [...] Acabo de dizer que Prosit era grosseiro. É verdade: era grosseiro. A sua exuberância

---

<sup>24</sup> *Idem*, p. 101.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 117.



era grosseira, o seu humor manifestava-se grosseiramente. [...] Mas Prosit era grosseiro, disso não há dúvida.»<sup>27</sup>.

Ao comparar o efeito provocado por Prosit e o efeito das noites de tempestade, o narrador insinua um universo dominado por forças elementares e violentas: algo de agreste e primitivo é, desta forma, associado a Prosit.

É certo que Prosit é membro de uma Sociedade. É inclusivamente o seu presidente, porque, segundo o narrador, é ele que melhor corporiza o seu espírito: «Deste grupo de Pessoas, socialmente inúteis, humanamente em deterioração, era Prosit o chefe, porque era o mais grosseiro de todos»<sup>28</sup>. Referida como «uma daquelas dúbias sociedades marginais»<sup>29</sup>, esta é uma sociedade paradoxalmente associal, parasitária, constituída exclusivamente por homens, os quais se entregam a um modo de vida hedonista e ocioso, à saciedade dos seus apetites e instintos: ao prazer da comida, da bebida e do sexo. Esta é, decerto, uma sociedade decadente, umbilical, afastada das práticas habituais do sistema social dito «normal»: à margem dos valores do trabalho<sup>30</sup>, da produtividade, da família, da procriação. Em restaurantes ou em hotéis, os seus membros dedicam-se ou a «uma orgia vazia de ideias» ou a «uma sessão casta, masculina, artística»<sup>31</sup>. Sem qualquer função social, alheia a valores humanitários e a normas de moralidade, esta é (era), nas palavras peremptórias do narrador: «... uma sociedade cujas *artes* — têm que chamar-se *artes* — eram comer, beber e amar. Era artística, sem dúvida. Era grosseira, ainda com menos dúvida.»<sup>32</sup>.

É natural que seja Prosit, «poeta do sabor» (segundo o narrador), o Presidente desta Sociedade cujo modo de existência se esgota na arte e no prazer. O próprio nome *Prosit* deixa de ter, neste contexto, uma simples função de identificação; ele conduz-nos, por via metonímica, da identidade (ou ausência dela) às práticas habituais dessa Sociedade, aos seus ritos peculiares.

Neste ponto da história está já bem consolidada a imagem de marginalidade e de anormalidade quer de Prosit quer da Sociedade a que serve de guia — incluindo naturalmente o narrador.

De facto, a descrição feita está sobrecarregada de indícios (na acepção barthesiana do termo) bem relevantes para fazerem prever a ocorrência de

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 101.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> Prosit, diz-nos o narrador (p. 110), vive de uma fortuna que acumulara nas Colónias.

<sup>31</sup> *Idem*, pp. 101-102.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

algo grotesco e perverso, ou, no mínimo extraordinário. Como veremos, a insaciável busca de inovação e de originalidade irá transformar um acto de criação num grotesco acto de destruição.

3.1. Quando os outros membros da Sociedade concluem (nessa «quingentésima sessão anual») que já não há originalidade possível, Prosit quebra o seu silêncio e convida os presentes para um jantar original, lançando então o seguinte desafio: «A originalidade do jantar [...] não está no que ele tem ou parece, mas naquilo que significa, no que contém. Desafio qualquer homem que aqui está (e, para o caso, podia dizer qualquer homem em qualquer parte) a dizer, depois de terminado, em que é que ele é original»<sup>33</sup>. Seguem-se especulações de vários membros sobre os motivos de tal convite, entre os quais se considera uma discussão sobre gastronomia entre o Presidente e cinco rapazes seus rivais da cidade de Francoforte. Terminado o jantar, cruzam-se com os cinco rapazes mencionados aos quais Prosit dirige palavras intrigantes e enigmáticas. Sem formular qualquer convite, Prosit garante que eles estarão presentes: «Quando digo uma coisa, faço-a, e digo que estareis presentes ao jantar, digo que contribuireis para que seja apreciado.»; «estareis lá bem presentes. Estareis lá em corpo, garanto-vos. Não vos preocupeis com isso. Deixai o caso comigo.»<sup>34</sup>.

Não deixa de ser estranho que este narrador, que de início salienta a sua perspicácia, não interrogue logo ali o sentido e os subentendidos destas palavras. E sobretudo que, na noite do banquete, não note de imediato (nenhum dos convidados notou) a flagrante ausência dos rapazes, a sua visível invisibilidade. Isto é tanto mais relevante quando se considera que, após este encontro, todas as conjecturas se centram sobre os rapazes, apontando para uma vingança de Prosit. Diz-nos o narrador: «Era grande a expectativa; começaram a correr murmúrios de uma partida excêntrica, histórias de uma vingança de notável originalidade»<sup>35</sup>. Na noite do jantar, esta expectativa dissipa-se de forma inverosímil. No início do jantar ninguém coloca a questão: onde estão os cinco rapazes? Dissociando as duas promessas, minimizando ou esquecendo as dúbias palavras de Prosit, demanda-se a originalidade a partir do nada, simplesmente porque se acredita na promessa feita. Partindo deste lugar vazio, sem palavras, sem pistas, sem indícios materiais para interpretar, não se trata já de decifrar um enigma, mas de descobrir em que consiste. Nenhum método pode, desta forma, ser instituído: «todas as

---

<sup>33</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 106.

coisas possíveis, tudo o que era vagamente provável, tudo o que era sensatamente improvável, impossível, era motivo de suspeita, de auto-interrogação, de *desorientação*.»<sup>36</sup>. Baseando a sua «investigação» na *observação* errática dos elementos presentes, em busca de um qualquer efeito de estranhamento, todos procuram aleatoriamente a originalidade em qualquer recanto da sala, em qualquer aspecto da decoração, deslizando metonimicamente do jantar enquanto refeição para objectos diversos periféricos. É uma cena caricata esta, a da procura do próprio enigma: «Vários tinham já examinado as cadeiras. Não poucos tinham, com ar de distração, dado a volta à mesa, à sala. Um espreitara para debaixo da mesa. Outro tacteara rápida e cuidadosamente a parte inferior da mesma.»<sup>37</sup>. Nenhum comentário particular ao sabor do que se degustava, nenhuma atenção especial para a substância do jantar, como no conto fantástico de Álvaro do Carvalho<sup>38</sup>. Não é esta uma Sociedade Gastronómica?! E a questão da originalidade não se colocara especificamente em relação à «arte culinária»?!

Para o leitor, a originalidade do jantar conjuga-se necessariamente com a presença dos cinco rapazes. As palavras de Prosit são bem explícitas: «Quando fiz este desafio, agora mesmo, senhores, estava a pensar em vós!»<sup>39</sup>.

De uma forma demasiado categórica para ser irrelevante ou destituída de sentido, Prosit afirma a presença dos rapazes no jantar: promessa-ameaça, pois contra a vontade manifesta destes. Mais: assegura ainda a contribuição destes para que o jantar seja apreciado. E, no entanto, os rapazes não precisam de saber a data (nem o lugar, subentende-se), nem precisam de se preocupar com nada. O discurso é de clara intimidação; as palavras imperativas de Prosit são portadoras de uma violência não explicitada, mas latente: a vontade, o desejo dos rapazes não contam para nada, o que faz pressupor a sua neutralização. Quando um dos rapazes procura a interpretação de tal enigma pela via do figurado, do *faz de conta* («em espírito»), Prosit (re)conduz o discurso para a via literal, «em corpo»: «You will be there *in body* — *in body*, I assure you.»<sup>40</sup>. A ausência de um «também» e esta repetição enfá-

---

<sup>36</sup> *Idem*, p. 111. Sublinhado meu.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> «O sabor da carne não correspondia à aparência. Era excessivamente insulsa, viscosa e adocicada.» in *Os Canibais*, Lisboa, Edições Rolim, 1984, p. 54.

<sup>39</sup> «A Very Original Dinner», p. 107.

<sup>40</sup> Cf. manuscrito em inglês, reproduzido em *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, p. 52. A tradutora omite esta significativa repetição: «Estareis lá em corpo, garanto-vos.», p. 107. Sublinhado meu.

tica só mais tarde adquirem significado inequívoco — para o narrador e restantes homens.

Ao leitor não escapa, porém, o sentido ominoso das palavras de Prosit. Neste momento da narrativa resta-lhe apenas aguardar pelo fim da história e assistir à cena de horror que já prevê. O narrador, esse, ousa apenas duvidar do poder de Prosit: «Pensa que consegue obrigá-los a comparecer, Prosit?»<sup>41</sup>.

No decurso do jantar, estimulado pela presença intrigante de cinco criados negros, o narrador conclui que os cinco negros são os cinco rapazes disfarçados. Afinal, Prosit obrigara-os a comparecer. O processo de descoberta nada deve à dedução ou a qualquer acto de raciocínio lógico, mas a uma iluminação súbita, uma intuição sem qualquer fundamento empírico-racional. A associação feita baseia-se numa coincidência de número, sustentada pela lembrança de que Prosit dissera aos rapazes que eles contribuiriam «materialmente» para o jantar. Há da parte do narrador uma surdez hermenêutica para com as conotações das palavras de Prosit, para com o tom em que foram proferidas (e que ele próprio assinala — «isto foi dito num tom de desprezo tão óbvio»<sup>42</sup>). A sua leitura, literal e denotativa, ignorando as ambiguidades presentes, rege-se por princípios de conveniência moral e social (na área do «sensatamente improvável»). Causa-lhe repugnância a ideia de que os cinco rapazes desempenhem o papel de criados, o que não se coaduna com «homens de certa condição social»<sup>43</sup>. É algo que viola o princípio horaciano do decoro: «Era coisa que causava um sobressalto grotesco, como um corpo de mulher com rabo de peixe. Provocava no espírito a sensação de que o mundo estava de pernas para o ar.»<sup>44</sup>. São estes mesmos preconceitos morais (raciais?) que subjazem à sentença final do narrador (os negros são culpados) e à vergonha que sente (num sentido estético também) pelos seus actos violentos: «Devia ter sido, para um simples espectador, uma cena horrível ver estes homens bem educados, bem vestidos, requintados, meio-artistas, animados por uma fúria pior que de animais.»<sup>45</sup>.

A aproximação do narrador à solução do enigma nunca o levaria à descoberta: ele acerca-se do possível e do provável, mas dentro de um espaço racional e moral pensável, não num espaço de interdição imponderável. Mesmo que tivesse chegado à conclusão de que a chave para o enigma de

---

<sup>41</sup> *Idem*, p. 108.

<sup>42</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 118.

Prosit (a originalidade do jantar) residia na descodificação de uma mensagem verbal (significante sem significado), nunca chegaria a intuir o sentido subterrâneo das palavras de Prosit, porque ficaria sempre alguém desse lugar interdito violado por Prosit: a ética e os tabus das sociedades ditas civilizadas.

Assim, nenhum dos 52 homens é capaz de descobrir onde reside a originalidade. Prosit sabia-o à partida, quando dissera: «É original para além do que possam esperar»<sup>46</sup>. No final, Prosit, detentor único do segredo, tem o prazer de revelar a verdade, atribuindo, com um simples gesto, um significado e um referente às palavras obscuras antes proferidas. Repete-as enfaticamente, apontando, de seguida, para «*os restos de carne que estavam na travessa* que tinha mandado deixar sobre a mesa»<sup>47</sup>. Atingimos com este gesto e com aquelas palavras (que significam os factos sem os dizer) o ponto culminante da história, o momento de maior intensidade dramática, que se prolonga, durante algum tempo, na cena grotesca de violência que as palavras desencadeiam e no momento de silêncio e de paralisia que se segue. Curiosamente, é também aqui, neste momento de crise — onde tudo se precipita — que se situa o desenlace da história narrada. O que se segue, no último parágrafo do conto, remete mais para o tempo e sujeito de enunciação e pouco acrescenta, em termos narrativos, à história contada, funcionando como uma espécie de *post-scriptum* ou de epílogo — muito problemático, porém, pois muitas dúvidas e interrogações permanecem depois de a narrativa se ter silenciado.

A singularidade deste final (abarcando aqui o desenlace da história e o fecho ou conclusão desta narrativa), responsável, em parte, pelas dificuldades em rotular este texto, justifica uma análise e uma reflexão mais demoradas. Atentemos primeiramente no desenlace que temos, partindo de outros desenlaces possíveis.

3.2. O desenlace é, na maior parte das histórias de enigma, um momento de inteligibilidade, de explicação racional de todos os mistérios precedentes. É o momento de apoteose das faculdades intelectuais de um detective ou investigador, da apoteose da racionalidade e da confiança na inteligência. E é também o momento em que a sociedade recupera a ordem e a harmonia depois da crise (ou ruptura) que abalou a sua coesão e estabilidade.

---

<sup>46</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 118.

No texto de Pessoa, pelo contrário, o desenlace é exactamente o ponto onde a história atinge um grau mais elevado de ininteligibilidade e de irracionalidade — «o horror inerrável», indescrevível e incompreensível. O momento de decifração do enigma criado por Prosit é também o momento de revelação da sua loucura e da sua natureza maligna. Ele apresenta-se ao narrador como «mal-encarado, selvagem, *completamente* louco»<sup>48</sup>. O «leve mistério» que Prosit era, antes deste jantar original, transforma-se, no fim, em denso e profundo mistério ontológico e gnoseológico: mistério do ser, mistério do homem.

Não existe nenhuma explicação lógico-racional para os actos e prazer mórbidos de Prosit, porque não existe nenhum móbil para os crimes: a sua natureza arbitrária não poderá ser escamoteada. Na ausência de um enquadramento sociológico da personagem, é difícil considerar os seus actos à luz de um determinismo sócio-económico, i.e., na base de factores exógenos específicos e localizados. Apontar factores hereditários (não estabelecidos objectivamente) é, de alguma forma, recorrer ao inexplicável. Qualquer motivo invocado ficará vazio de sentido quando confrontado com a monstruosidade dos actos de Prosit, com a premeditação fria e calculada dos crimes ou com o banquete que, com arte, prepara.

O prazer de Prosit não se esgota, porém, na contemplação da sua obra de arte suprema e original. Prosit exacerba esse prazer na contemplação dos efeitos que provoca na sua audiência. Neste último desafio e provocação reside a sua perda.

À revelação do segredo de Prosit, segue-se uma transfiguração inexplicável (na perspectiva do narrador) de todos os homens presentes; apodera-se deles uma violência selvagem, uma ferocidade animalesca e incontrolável: «Prosit era louco, mas naquele momento também nós estávamos loucos. [...] neste instante, estávamos mais loucos que ele»<sup>49</sup>. O conhecimento dos crimes cometidos dá origem a um novo crime, ainda que motivado por uma explosão de ira, a uma loucura momentânea (desencadeadas, possivelmente, mais pelo conhecimento do canibalismo por todos praticado do que pelos actos assassinos de Prosit). Esta erupção da violência reduz os homens à sua condição animalesca: nenhuma norma social ou moral prevalece. Assistimos aqui a um processo catártico (pela violência e não pela força do intelecto),

---

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> «A Very Original Dinner», p. 118. Repare-se na ocorrência repetida do termo «animais» ou de verbos do mesmo campo semântico, como, por ex., «encarniçadamente» ou «guinchou», que traduzem o zoomorfismo presente nesta cena.

que liberta parcialmente as emoções, mas que não conduz à compreensão dos factos.

Por momentos, estes homens vislumbram facetas inomináveis e obscuras do ser humano — vivem a experiência fugaz do Desconhecido ou de uma descida aos Infernos. Muitos dos homens mergulham literalmente nas trevas: «os mais fracos» perdem os sentidos, incapazes de enfrentar o horror e a náusea que vêm do exterior na figura demoníaca de Prosit (não participando assim na punição deste); outros agridem-no brutalmente, matam-no (atiram-no pela janela) e desmaiam em seguida, incapazes de enfrentar o horror e a náusea de si mesmos.

O silêncio final das personagens (no penúltimo parágrafo da narrativa) não significa a reposição da tranquilidade e da harmonia individual e colectiva, mas o retraimento de cada homem, o seu isolamento, a incapacidade de comunicação: «Depois não se trocou uma palavra, um sinal; cada homem fechado no horror de si próprio, cada um de nós saiu daquela casa»<sup>50</sup>. Na suspensão da palavra, na separação de cada homem, captamos o desassossego que neles se instala: o medo espreita de dentro. O acto de exorcismo praticado liberta-os de Prosit, mas deixa-os presos, por instantes, às suas próprias incógnitas, às incertezas acerca do seu ser — sinais de uma crise que logo se dissipa.

Um forte simbolismo impregna este episódio do banquete, o último jantar oferecido por Prosit. Um clima sacrificial parece instalar-se nesta cena que mais parece a subversão paródica de um rito eucarístico. Mas em vez de um rito de harmonia, de comunhão, temos um rito de exclusão, de dissolução. O sacrifício dos rapazes leva à destruição do grupo, à libertação dos instintos, à violência. E a única janela da sala transforma-se num ponto de passagem para a noite, para a morte.

3.3. Concluído este parágrafo, a narrativa poderia ter terminado ali: final disfórico, história em aberto e algumas interrogações filosóficas na mente do leitor. Mas esta leitura, que inscreveria no grotesco desta história uma nota trágica, não passa de uma hipótese que logo se desmorona. O trágico é corroído de dentro, pelo humor, pela ironia, pelo «nonsense». Para finalizar a narrativa, Pessoa opta por um fecho reducionista e explicitamente convencional: o narrador fornece ao leitor esclarecimentos acerca da proveniência dos negros<sup>51</sup> e diz-nos que os culpados foram castigados. O carácter

---

<sup>50</sup> *Idem*, p. 119.

<sup>51</sup> Cf. *loc. cit.*: «Os cinco criados negros de Prosit — eram realmente negros, piratas asiáticos de uma tribo assassina e abominável».

judicativo e moralizante — mais do que informativo — deste epílogo está bem presente nas palavras sentenciosas que põem termo à narrativa: «Os quatro [negros] que foram *apanhados* foram *bem e justamente castigados*»<sup>52</sup>. No final, os negros (instrumentos do crime ou simples espectadores), em cujos rostos o antropólogo presente poderia ter lido «os estigmas maldosos da sua criminalidade»<sup>53</sup>, transformam-se subitamente nos bodes expiatórios de todos os crimes. Corpos estranhos na sociedade moderna, eles estão irremediavelmente presos na imagem que deles constrói o homem civilizado (mesmo o antropólogo).

A artificialidade e o pseudo-fechamento da narrativa são evidentes. Há entre a cena de violência que precede este parágrafo (marcada pela apoteose do grotesco e por uma atmosfera de quase irrealidade) e o epílogo da narrativa (onde se faz a celebração da «justiça») um desacordo irónico, um desajustamento que não pode deixar de desconcertar o leitor. A solução é inadequada quer do ponto de vista da lógica interna da história quer de um ponto de vista ético-moral. A imprevisibilidade de tal desfecho cria, mesmo no final da história, um efeito de surpresa e de perplexidade. Se este castigo por parte da sociedade serve para redimir as inquietações do narrador, ele não servirá, decerto, para tranquilizar o leitor, o qual não deixará de se interrogar: qual o sentido dessa intrusão da Lei (sendo de excluir a ideia de um castigo divino) neste universo de quase irracionalidade?

O recurso a uma convenção da história policial — a identificação e captura dos culpados — funciona aqui de modo irónico e como paródia dessa mesma convenção. Só numa leitura ingénuo se poderá considerar que a harmonia e o equilíbrio foram recuperados. No final, o grotesco presente nesta composição é levado até às últimas consequências; o absurdo de toda a situação intensifica-se. As palavras de aprovação do narrador (isentas de culpa pessoal) e a auto-indulgência implícita adquirem um carácter anedótico e kafkiano. Como pode o narrador falar em castigo justo (i.e., punição civilizada), depois da execução selvagem de Prosit, feita à margem de qualquer Lei?! Contrariamente ao que poderíamos pensar, a experiência-limite vivida pelo narrador não lhe trouxe qualquer conhecimento; o percurso não é, de forma alguma, iniciático. O narrador apresenta-se-nos, no final, como uma figura alienada, destituída de um princípio de realidade, sem sentido do bem e do mal, a refugiar-se na ficção da justiça social, e que lhe restitui a imagem de um mundo inteligível e harmonioso. Mais do que a paródia de uma con-

<sup>52</sup> *Idem*, p. 120. Sem qualquer informação adicional, deduzimos que os quatro negros foram «apanhados nas malhas da lei». Sublinhado meu.

<sup>53</sup> *Idem*.



venção, insinua-se neste final uma nota satírica. A atitude do narrador transforma o acto de justiça de que fala na caricatura da própria justiça. A par da perversidade do indivíduo, outro tipo de perversidade é sugerido: a que se localiza na sociedade e nos seus mecanismos legais, e que, a todo o custo, localizam o Mal para reporem arbitrariamente uma ordem artificial. Indissociável do homem (selvagem ou civilizado), a violência assume diversos rostos. Na sociedade moderna em que a história é situada, a Lei é sinónimo de não-Lei, de irracionalidade, de violência ainda. A violência preside às diversas formas de regulação da ordem social, às formas institucionalizadas de exorcismo de uma comunidade, a violência preside, em suma, ao próprio acto de «civilizar». A «Sociedade Gastronómica de Berlin» não será, afinal, um corpo estranho e marginal na sociedade moderna, mas sim um produto dela.

Nesta história, não têm qualquer sentido os «crimes» de Prosit, assim como o não têm a culpabilidade e castigo dos negros e a impunidade do narrador (e dos outros membros da Sociedade). No final, o Bem não prevalece sobre o Mal, nem a Verdade é atingida. Bem e Justiça dissociam-se por completo da Verdade e revestem-se de um carácter relativista e parcial. Nenhum princípio de racionalidade ou de inteligibilidade, nenhum princípio ordenador do universo tem lugar em «A Very Original Dinner». Exercício lúdico ou não, esta história é marcada por uma intensa ironia e cepticismo.

4. Para concluir, e retomando a tese exposta no início deste estudo, parece-me ser de excluir a leitura de «A Very Original Dinner» como forma embrionária dos «contos de raciocínio». Confrontado com estes, «A Very Original Dinner» diferencia-se de imediato pela ausência dos procedimentos lógico-dedutivos, dos exercícios brilhantes de inteligência que nestes encontramos e que bem justificam a designação por que são conhecidos.

Para Pessoa, a dedução é elemento básico de definição da espécie «detective story». É o que podemos concluir não só da leitura dos «contos de raciocínio» que escreveu, mas também das reflexões que nos deixou num fragmento sobre este assunto: «The *detective story proper*, that is to say, *the deductive tale*, is at its highest and simplest when no investigation is conducted, as in Poe's «Purloined Letter», where Dupin's obtaining of the letter is a postscript to the narrative. The ideal detective story is that where the facts are put before the reader and the detective solves the problem without anything but those facts, that is to say without shifting from his chair.»<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Citado do trecho dactilografado por Fernando Pessoa, reproduzido em SOARES, Fernando Luso — *A Ficção Policial (Depoimento e Tese)*, Lisboa, 1954, p. 21. Sublinhado meu.

Se Pessoa tivesse ilustrado a sua ideia, recorreria, possivelmente, ao conto «The Mystery of Marie Roget». Tomando Poe como paradigma, Pessoa identifica «detective story» com «deductive tale», onde o investigador ideal é, acima de tudo, um *raciocinador*. A solução de um enigma depende apenas da inteligência deste e do seu raciocínio dedutivo, dispensando estratégias de natureza empírica.

Como vimos, não existe em «A Very Original Dinner» nenhuma figura capaz de preencher este papel. O narrador surge como potencial decifrador, mas, em virtude do seu envolvimento na história e, sobretudo, em função dos seus preconceitos ético-morais, surge-nos, no final, como uma personagem de visão limitada. Nos «contos de raciocínio», pelo contrário, é notória a relação de parentesco entre personagens como o Tio Porco ou o Dr. Abílio Quaresma e o famoso Dupin criado por Poe.

Em contos como «O Roubo da Quinta das Vinhas» e «A Carta Mágica», por exemplo, o Dr. Quaresma resolve racionalmente os mistérios, partindo realmente dos factos — um roubo de um cofre e o «desaparecimento de uma carta de um quarto hermeticamente fechado» (a influência de Poe é inegável) — para determinar, de seguida, circunstâncias variadas ligadas aos crimes: «onde»; «quando», «como», «porquê», «quem»<sup>55</sup>. A metodologia adoptada incide, então, parafraseando o Dr. Quaresma<sup>56</sup>, sobre o elemento preponderante de estranheza, ou de desconhecido, que no final se tornará iluminado ou conhecido.

Outra característica que se impõe nestes «contos de raciocínio» tem a ver com o espaço teórico dedicado à exposição, análise e dissecação desta e de tantas outras regras metodológicas — e dos critérios de investigação, e dos estádios por que passa, etc. É como se a intriga servisse, simultaneamente, de matéria ou substância para o raciocínio ou trajecto raciocinante, e de pretexto para as teorizações mais exaustivas e sistemáticas sobre temas constantes em Pessoa: verdade e ilusão, facto e preconceito, racional e irracional, normal e anormal, etc. Teorizações que normalmente fundamentam ou conduzem a tipologias variadas: da inteligência, do raciocínio, do criminoso. O formalismo dedutivo presente em maior ou menor grau nestes textos leva-nos a pensar que, em última instância, a intriga poderia ser dispensada ou funcionar como uma espécie de mote. De facto, qualquer um dos textos chamados «policiários» se ocupa mais dos princípios epistemológicos e hermenêuticos

---

<sup>55</sup> Cf. «A Carta Mágica», in *Fernando Pessoa. Obras em Prosa*, I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 349.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 351. A mesma ideia é exposta pelo Dr. Quaresma no conto «O Roubo da Quinta das Vinhas», p. 342.

que subjazem a qualquer investigação — ou antes, indagação — do que aos crimes em si. Fragmentos sem intriga, como «A Janela Estreita» e «A Arte de Raciocinar», ou também textos com intriga, como «A Carta Mágica» e «O Roubo da Quinta das Vinhas» poderão mesmo levar-nos a pensar que os «contos de raciocínio» são também «contos *do* raciocínio», já que o raciocínio, em sentido genérico, é simultaneamente instrumento e objecto de análise e de crítica. O leitor é convidado a entrar neste espaço de teoria ou de contemplação para assistir, como espectador, à *performance* mágica dessa lógica dedutiva surpreendente que actua no discurso do Dr. Quaresma ou do Tio Porco.

Esta dimensão ensaística e teorizante dos «contos de raciocínio», e que quase asfixia o elemento ficcional ou fabuloso neles presente, está, no entanto, ausente do conto «A Very Original Dinner». Dir-se-ia que fragmentos como «A Janela Estreita», «Um Paranóico com Juízo» (que integraria a novela «O Caso Vargas») ou parte do conto «A Carta Mágica» funcionam em relação a «A Very Original Dinner» como metatextos ou comentários. Neste conto encontram esses textos matéria para inspiração e reflexão. Não é difícil imaginar fragmentos como «Um Paranóico com Juízo», onde se fala de *loucura lúcida* e onde se faz a análise psicológica do criminoso, ou como «A Carta Mágica», onde o Dr. Quaresma discorre sobre graus de loucura, a servirem de apêndices explicativos de «A Very Original Dinner».

«A Very Original Dinner» é, possivelmente, o conto onde as tão conhecidas «carências efabulativas e ficcionais»<sup>57</sup> de Pessoa menos se fazem sentir.

*Maria de Lurdes Rodrigues Morgado Sampaio*

---

<sup>57</sup> António Quadros — *op. cit.*, p. 144.

## HEMINGWAY AND PARIS: «THE CAVALRY OF WOE»\*

Literature and journalism, it has become a critical commonplace to insist, speak distinct and separate kinds of truth. Early in his career, Ernest Hemingway began to realize that in journalism it was possible to suggest a greater degree of expertise, authority, and background information than one actually had. When he was given a post as the *Toronto Daily Star*'s foreign correspondent he was in search of another kind of knowledgeability, a balance between fact and fiction, a truth paradoxically more provisional and more permanent than the here and now, a writer's truth. In 1934 Hemingway would write: "All good books are alike in that they are truer than if they had really happened and after you are finished reading one you will feel that all that happened to you and afterwards it all belongs to you; the good and the bad, the ecstasy, the remorse and sorrow, the people and the places and how the weather was. If you can get so that you can give that to people, then you are a writer."<sup>1</sup>

When Hemingway and his wife Hadley arrived in Paris at Christmas, 1921, following Sherwood Anderson's conviction that it was the place for an aspiring writer to be, he plugged into a complex, foreign scene, at a time when he was struggling to construct an expatriate self and to understand the contradictions of American identity. No matter how hard it was for Hemingway to adjust to a radically new cultural network, Paris fascinated him because it represented the two poles of emotion that characterized his life: hope and anxiety. In Paris he became a modern risk-taker, an expatriate experimental writer, a master of that malleable combination of the real with

---

\* Texto da comunicação enviada à *Hemingway/Fitzgerald International Conference*, Paris, 3-8 de Julho de 1994.

<sup>1</sup> WHITE, William (ed.) — *By-Line: Ernest Hemingway*, New York, Scribner's, 1932, p. 184.

fiction. The satire of Ring Lardner or *The Kansas City Star's* rules for prose writing had been an important part of his early education; now, he was rightly looking for a more sophisticated and worthy climate for his art. Paris helped him reject the decadence of nineteenth-century American culture and the confinement, dullness, and formalism of his Oak Park upbringing. He became well-known even before the publication of his first texts and the concomitant road to success. But his Paris life was not only lived under the pressure of literary guidance; he experienced psychological, environmental pressures, which at times caused his artistry to be uneven and which, on the other hand, functioned as a subtext for the bleak tones of his Paris fiction or, to use Michael Reynolds' formulation, for "a literature of loss from one who needed most to win."<sup>2</sup> Paraphrasing Hemingway's words, and since they apply to the transactions of an entire lifetime, we may venture to say that Hemingway would not disagree with the assumption that, once you have lived as a young man with a feeling of loss, then wherever you go for the rest of your life, it stays with you, for it is a moveable feeling. Loss and suicide were present in Hemingway's mind during the late Paris years. And he never managed to get rid of this haunting memory.

In our informed common sense, the City of Light was the intellectual center of the 1920's in literature, music, painting, and dance. And no aspiring or great writer could easily survive in those days without grasping the spirit of the place, without internalizing the fascinating mixture of his outsider's perspective and the insider's mystifications, without witnessing the twentieth-century avant-garde revolution. For American novelists, poets, editors, and composers, the place-within-the-place to be was the Left Bank salon of Gertrude Stein, the *locus classicus* of experimentalism, where the famous and the not-so-famous met; the bookshop Shakespeare and Co. was where one went to get acquainted with Sylvia Beach, "den mother to the post-war literary generation."<sup>3</sup> Hemingway's literary indebtedness to Gertrude Stein, Ezra Pound, and Ford Madox Ford — among other examples in the young author's apprenticeship-taught him that it was dedication to his craft that counted, that work was the key to all secrets as far as writing was concerned.

We receive through Hemingway's prose an affectionate portrait of a physical Paris, a world that proved to be a source for his accomplishment as

---

<sup>2</sup> REYNOLDS, Michael — *Hemingway: The American Homecoming*, Oxford, Blackwell, 1992, p. 93.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 13.

an artist, but also for transitory moments of joy and happiness. But for Hemingway life in Paris was in many ways problematical. In a sensitive overview of Hemingway's mind and personality, Scott Donaldson rightly acknowledges that Hemingway sides with Emily Dickinson in the dilemma of having to cope with the other side of the equation of enchanted satisfaction. As the poet from Amherst put it:

For each ecstatic instant  
We must an anguish pay  
In keen and quivering ratio  
To the ecstasy

For each beloved hour  
Sharp pittances of years-  
Bitter contested farthings-  
And Coffers heaped with Tears!

To fight aloud, is very brave  
But *gallanter*, I know  
Who charge within the bosom  
The Cavalry of Woe.<sup>4</sup>

To be in need of a balance between public investment and private stability was very much at the core of Hemingway's ordeal in Paris. To the working, producing expatriate, experimenting and revising incessantly until he had achieved a style in fiction which satisfied his demanding judgement, Paris had come to suggest a purposeful activity. Hemingway was not a charter citizen of the fabled city, mythified by those who came to it only to find and stimulate an aimless condition of escapism, dissipation, and irresponsibility. For Hemingway, this drifting impulse represented, to use Robert Frost's words, "the road not taken". Hemingway in the early Twenties, like Frost in his poem, stood at a fork in the road, and had a sensitive awareness of the "two roads" that "diverged" in the Parisian milieu. He also "took the one less traveled by,/And that has made all the difference".<sup>5</sup> The moment of choice was important and the author's

---

<sup>4</sup> DONALDSON, Scott — *By Force of Will: The Life and Art of Ernest Hemingway*, Harmondsworth, Penguin, 1978, pp. 21-22; JOHNSON, Thomas H. (ed.) — *The Complete Poems of Emily Dickinson*, London, Faber & Faber, 1975, pp. 58-59.

<sup>5</sup> *Robert Frost's Poems*, New York, Pocket Books, 1955, p. 223.

“difference” is evident in him from the beginning, when he sets out on his career. In one of the first dispatches he sent the *Toronto Star Weekly* from Paris in 1922 he expresses his absolute indignation about his fellow Americans on the Left Bank, representatives of a degenerate expatriate mystique:

“You can find anything you are looking for at the Rotonde — except serious artists. The trouble is that people who go on a tour of the Latin Quarter look in at the Rotonde and think they are seeing an assembly of the real artists of Paris. I want to correct that in a very public manner, for the artists of Paris who are turning out creditable work resent and loathe the Rotonde crowd.

The fact that there are twelve francs for a dollar brought over the Rotonders, along with a good many other people, and if the exchange ever gets back to normal they will have to go back to America. They are nearly all loafers expending the energy that an artist puts into his creative work in talking about what they are going to do and condemning the work of all artists who have gained any degree of recognition. By talking about art they obtain the same satisfaction that the real artist does in his work. That is very pleasant, of course, but they insist upon posing as artists.”<sup>6</sup>

In another sense, Hemingway, the serious artist, felt that Paris had increasingly become a version of the wasteland that had emerged in the aftermath of the First World War. He experienced a sense of sterility and emptiness in the city, the decadence of values, the bitterness of failure, tremendous loss. And it is precisely at this point that the public and the private worlds suggest a clearly interwoven process, by which Hemingway tried to neutralize the stress of his exceptionally wide-ranging experience and the upheavals of his tormented life.

What is implied here is the fact that there is a “second part of Paris”, the period after 1925-26, when Hemingway was working on the manuscript of *The Sun Also Rises*, when his first (happy) marriage was beginning to end: things would never again be quite the same. It is possible to call into question the 1964 edition of *A Moveable Feast* that Charles Scribner’s Sons issued under Mary Hemingway’s instructions. The Items in the Kennedy Library on Columbia Point seem to confirm that Hemingway’s fourth and last wife

---

<sup>6</sup> WHITE (ed.) — *By-Line*, pp. 24-25.

modified, eliminated, and added relevant material. And it is also likely that, in certain ways, *A Moveable Feast* may not give us the “‘real gen’ on those far-off times”,<sup>7</sup> as Hemingway had intended. However, it is still possible to hear the unique Hemingway voice under and between the lines, Hemingway talking to himself in a long soliloquy, Hemingway trying to guide an understanding of the city that belonged to him, of those he liked — Ezra Pound, especially, but also the unambitious Evan Shipman —, of those who collided with his idea of dignity or with his will to fame and public recognition — Gertrude Stein, Ford Madox Ford, Wyndham Lewis, Ernest Walsh, F. Scott Fitzgerald. Pervading all these recollections is Hemingway’s “cavalry of woe”, his private anxiety, a typical sadness which signalled depression. In the last chapter of the published version, he remembers the pleasures of the Schruns winters, while trying to deal as frankly as possible with contradictory feelings and black remorse. Of his first wife he says:

“I loved her and I loved no one else and we had a lovely magic time while we were alone. I worked well and we made great trips, and I thought we were invulnerable again, and it wasn’t until we were out of the mountains in late spring, and back in Paris, that the other thing started again.

That was the end of the first part of Paris. Paris was never to be the same again although it was always Paris and you changed as it changed.”<sup>8</sup>

This is a strange and painful happiness which brought on the burden which he carried all his life, the guilt for the breakup of his and Hadley’s marriage. The “other thing” that fascinated him and that put an end to “the first part of Paris” was obviously his emotional involvement with Pauline Pfeiffer, who, on the other hand, is left out of the text of *A Moveable Feast*.

In his writing room at the Taube Inn, Schruns 1926, when he was revising a novel in progress — *The Sun Also Rises* —, Hemingway was simultaneously revising the period in Paris when mere living and mere loving and mere writing were all there was. In 1926 life was changing and with change came bitterness. Michael Reynolds points out a lasting effect of the self-disgust that visited the writer at work: “... it was hard for Hemingway not

---

<sup>7</sup> BAKER, Carlos — *Hemingway: The Writer as Artist*, Princeton, Princeton University Press, 1973, p. 350.

<sup>8</sup> HEMINGWAY, Ernest — *A Moveable Feast*, New York, Scribner’s, 1964, pp. 210-11.



to be satirical about Paris. His real story of the city was not about Lady Ashley, but about Pauline Pfeiffer, a story he could not tell anyone yet. It was not the trip to New York or his Scribner's contract that made him think of suicide; it was the firm small body of Pauline Pfeiffer in her Paris bed that gave him dark thoughts."<sup>9</sup> Malcolm Cowley, in his well-known *Portable* introduction, pointed out that Hemingway was not primarily a realist or naturalist, but more easily related in his writing to the dark writers of nineteenth-century literary Renaissance, to Poe, Hawthorne, and Melville, to the issues of innocence, identity, and guilt. On the other hand, when we analyze Hemingway's fiction carefully, we conclude that he is never writing biography, that he always tries to get down on paper what he actually saw, heard, smelt, and tasted, that he constantly rearranged the sensations he experienced, that he wrote the truest sentences he could write, paring them down and giving his writing a subtle texture and a special touch, the Hemingway touch. To reconstruct this complex and private history of Paris that informs and forms the background of his fiction is to acknowledge that the disturbing, modern newness and openness of the city not only eventually contributed to the collapse of his first marriage but also constituted a subtext for *The Sun Also Rises* and for the short fiction of the second part of Paris. With the exception of "The Undeclared", written in 1924, and "Fifty Grand" and "Ten Indians" (1925), the date of composition of most stories of *Men Without Women*, published in New York in October 1927 and dedicated to Evan Shipman, is either 1926 — "In Another Country", "The Killers", "A Canary for One", "An Alpine Idyll", "Today is Friday", and "Banal Story" — or 1927 — "Hills Like White Elephants", "Che Ti Dice La Patria?", "A Simple Enquiry", "A Pursuit Race", and "Now I Lay Me".

These are dark stories in which "the softening feminine influence through training, discipline, death or other causes"<sup>10</sup> is absent. There is a nightmarish quality in them which permeates their thematic motifs: bowed professionals, miscommunication between male and female, unsuccessful marriages, lonely, depressed, broken-hearted men. "The Cavalry of Woe" pervades, just to name a few stories included in *Men Without Women*, "A Canary for One", "In Another Country", and "Now I Lay Me". In the first of these stories, all of them marriage stories,<sup>11</sup> the narrator and his wife are

---

<sup>9</sup> REYNOLDS, pp. 5-6.

<sup>10</sup> BAKER, Carlos (ed.) — *Ernest Hemingway: Selected Letters 1917-1961*, New York, Scribner's, 1981, p. 245.

<sup>11</sup> REYNOLDS, pp. 52, 78, 90.

“returning to Paris to set up separate residences.”<sup>12</sup> What he contemplates, staring out the window, are the desolate shadings of a wasteland, “a farmhouse burning in a field” [258], “three cars that had been in a wreck” [261]. He looks back to what he was leaving and losing for good and knows that what lies ahead is a burnt, wrecked marriage. To go back to Paris is not to reenter a fascinating city but to reach the end of the line, to plunge into a painful emptiness. In a typical Hemingway fashion, there is no action in the story, nothing happens in a straight narrative, while the reader is forced to supply the meaning and has to be prepared for the very last sentence of the story, the end of a marriage.

In “In Another Country”, the wounded Italian major with a disfigured hand has therapy sessions in a Milan hospital where he establishes a certain friendliness with other wounded people, namely the young unnamed American narrator. Within the Hemingway pattern of focusing and refocusing nuances, the Major assumes the leading role in a story that could have been another war story and ends up in a rough discussion about marriage:

“Are you married?”  
“No, but I hope to be.”  
“The more of a fool you are, “he said. He seemed very angry. “A man must not marry.”  
“Why, Signor Maggiore?”  
“Don’t call me ‘Signor Maggiore.’”  
“Why must not a man marry?”  
“He cannot marry. He cannot marry, “he said angrily. “If he is to lose everthing, he should not place himself in a position to lose that. He should not place himself in a position to lose. He should find things he cannot lose.”[209]

Later in the story the reader is informed that the Major’s wife has died. The shock had put him “in another country”. In 1926 Hemingway was living “in another country” as well, feeling the loneliness of his separation, the temporary absence of Pauline, and the uncertainty of a second marriage.

---

<sup>12</sup> *The Complete Short Stories of Ernest Hemingway*, New York, Scribner’s, 1987, p. 261. Subsequent parenthetical page references to Hemingway’s short stories will correspond to this edition.

Nick Adams in "Now I Lay Me" tries many ways to stop thinking back on the psychic shock he had suffered. At a certain point a dialogue is established between Nick and John, his Italian-American orderly. The latter's cure for Nick's worries, sleeplessness, and insomniac ruminations is marriage. James Mellow writes that "Hemingway, at one point, had considered naming the story 'In Another Country-II'. He had begun it, too, in the *woebegone* period when he was separated from Pauline... That Hemingway wrote his story of the wounded Nick Adams and his sleepless nights... during the time he was tormented by worries over his affair with Pauline suggests his state of mind at the time."<sup>13</sup> In a 1926 letter to his "Dearest Pfi", Hemingway admits his "pretty terrible shape", "the horrors at night and a black depression." And he continues: "I know, or anyhow I feel, that I could be faithful to you with my body and my mind and my spirit for as long as I had any of them — and I know now too that because being the same guy and yet a whole something started with my body that had gotten to be an integral part of everything that being alone and just lonesome all sorts of things seem to damn up and the balance of it all be thrown off and it attacks the spirit and it isn't good for the head either. You lie all night half funny in the head and pray and pray and pray you won't go crazy. And I can't believe it does any good and I do believe it does hell's own amount of harm."<sup>14</sup>

John is the opposite pole of the Italian major: "A man ought to be married. You'll never regret it. Every man ought to be married" [281]. Hemingway is being ironic about John's advice, a married man and routine addict, incapable of looking beyond the strict limits of his venality. Hemingway is at the crossroads, fearing (and looking forward to) another country. He chose "Now I Lay Me" as the final story in *Men Without Women*. But in direct contradiction to John, he did not seem to be absolutely "certain about marriage" and he did not know for sure "it would fix up everthing" [282]. There was hope but there was also anxiety, that black depression which, among other evidences, made him write and include in the 1927 volume a macabre story like "An Alpine Idyll", a reflection of Poe and the Gothic tradition, "as twisted a marriage tale as he [Hemingway] knew, a woman used up in marriage, a spring burial too close to the sun."<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> MELLOW, James R. — *Hemingway: A Life Without Consequences*, London, Hodder & Stoughton, 1993, p. 354, emphasis added.

<sup>14</sup> BAKER (ed.) — *Letters*, pp. 234-35.

<sup>15</sup> REYNOLDS, p. 95.

Paris changed Hemingway's life for better and worse. In 1927, in his innermost self, he had already left the city. After a troubled education at the hands of a domineering mother, after the discovery of his mortality at the Piave, the threat of meaninglessness — of *nada* — besieges Hemingway in the second part of his life in Paris.

For better and worse, “there was never any end to Paris.” But, like Jay Gatsby, Hemingway possessed “some heightened sensitivity to the promises of life”, “an extraordinary gift for hope, a romantic readiness.”<sup>16</sup> It was this sensibility that enabled him to look back nostalgically to Paris, trying to envision the “clean, well-lighted places” of the City of Light and to get rid of “the cavalry of woe” by writing about it. Some of Hemingway's readers may feel that, unlike Gatsby, Hemingway did not turn out all right at the end. But his end, after all, was probably only “what preyed” on him, “what foul dust floated in the wake of his dreams.”<sup>17</sup> Many must have it.

Carlos Azevedo

---

<sup>16</sup> FITZGERALD, F. Scott — *The Great Gatsby*, New York, Scribner's, 1925, pp. 1-2.

## JAMES E HEMINGWAY: AS ARTES DA FICÇÃO\*

Que Henry James e Ernest Hemingway representam dois pontos altos da literatura americana é um assunto que deixou há muito de ser polémico, como polémico deixou de ser o reconhecimento de um certo jogo intertextual — que não as vicissitudes do jogo em si mesmo — em que o segundo destes autores apouca, interroga e admira o primeiro. Hemingway disse em *Green Hills of Africa* (1935) que *The Adventures of Huckleberry Finn* está na origem de toda a literatura americana moderna, chamando a atenção para o modo como a linguagem e a imaginação literárias são recriadas e estruturadas no romance de Mark Twain ou como o entendimento do real aí se torna indissociável de uma questionação nova dos desacertos da sociedade e das contradições daquilo que se chama «o sonho americano»<sup>1</sup>. Ainda com essa mesma origem não-ficcional, Hemingway vai sentenciar: «The good writers are Henry James, Stephen Crane, and Mark Twain»<sup>2</sup>. Já num outro clássico da prosa não-ficcional hemingwayana — *Death in the Afternoon* (1932) — James aparece como o «autor favorito» de uma tal Mrs. E. R., preferência que faz dela uma mulher superior<sup>3</sup>. E é imperioso lembrar que, quando lhe foi atribuído o Prémio Nobel da Literatura, Hemingway lamentou que idêntico reconhecimento nunca tivesse contemplado Mark Twain ou Henry James<sup>4</sup>. Isto é, evoca nesse momento as duas figuras da literatura americana oriundas do século XIX que, em pólos distintos, mais claramente se inscreveram na sua imaginação literária.

---

\* Texto da comunicação apresentada no *Colóquio Henry James*, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em 10 de Dezembro de 1993.

<sup>1</sup> HEMINGWAY, Ernest — *Green Hills of Africa*, New York, Scribner's, 1935, p. 22.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>3</sup> HEMINGWAY, Ernest — *Death in the Afternoon*, New York, Scribner's, 1932, p. 499.

<sup>4</sup> BAKER, Carlos — *Ernest Hemingway: A Life Story*, Harmondsworth, Penguin, p. 803.

Embora já evidentes na ficção hemingwayana anterior aos anos 30, as alusões à figura e obra de James e à dominação deste na cena literária americana entre os séculos XIX e XX, tal como as encontramos em *Death in the Afternoon* e *Green Hills of Africa*, coincidem com uma retoma do «corpus» jamesiano por parte de Gertrude Stein. Num seu estudo sobre a criatividade americana intitulado *Four in America* (escrito entre 1931 e 1934 e publicado postumamente em 1947), Stein ensaia um curioso jogo de hipóteses em torno de quatro figuras biográficas. Imagina Ulysses S. Grant como guia religioso, Wilbur Wright como pintor, Henry James como general e George Washington como romancista. Concretamente em relação ao terceiro destes retratos, a especulação reza assim: «If Henry James had been a general what would he have had to do»<sup>5</sup>. Já num breve poema de 1918, «James Is Nervous», Stein escrevera: «James is not nervous. /Anymore./ Indeed he is general»<sup>6</sup>. Enquanto general, Henry James é inserido numa complexa reflexão da autora sobre a natureza da democracia americana e sobre as relações que esta estimula entre vitória e derrota e entre religião, guerra e estética. Subjacente a esta linha especulativa estão as memórias de Henry James, *A Small Boy and Others* (1913), *Notes of a Son and Brother* (1914) e *The Middle Years* (escrito em 1914 e dado à estampa em 1917), nas quais James manifesta o seu interesse por generais, de Napoleão a Ulysses S. Grant. Neste plano, é aplicada a James a habitual analogia entre estado de guerra e estado de escrita, James como estratega que cuidadosamente planifica as suas obras, como alguém que cria uma tática literária que garanta o sucesso da estratégia e que igualmente é capaz de improvisar uma tática quando confrontado com o imprevisto das contingências. Por outro lado, James é «geral» porque se identifica com generais, porque, como memorialista, representa para Gertrude Stein um tipo geral de escritor autobiográfico que corporiza um método de composição que ela própria irá explicitamente explorar. Exploração que só é mais frontalmente assumida numa fase tardia da sua produção literária, como é o caso de *The Autobiography of Alice B. Toklas* (1933), onde Henry James é categoricamente considerado como seu precursor, «he being the only nineteenth century writer who being an american felt the method of the twentieth century»<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> STEIN, Gertrude — *Four in America*, New Haven, Yale University Press, 1947, p. 7.

<sup>6</sup> *Bee Time Vine and Other Pieces*. In *The Yale Edition of the Unpublished Writings of Gertrude Stein*, vol. 3, New Haven, Yale University Press, 1953, p. 208.

<sup>7</sup> STEIN, Gertrude — *The Autobiography of Alice B. Toklas*, New York, Vintage Books, 1960, p. 78.

Admiradora confessa dos romances últimos de James, Gertrude Stein, com toda a influência tutelar do seu magistério estético-literário em Paris nas primeiras décadas do século XX, não deixou de convocar para o centro dos seus louvores e para o centro da curiosidade, atenção e dependência dos expatriados americanos o carácter incontornável da escrita jamesiana. É neste círculo e neste contexto que Ernest Hemingway, aprendiz privilegiado à roda de Stein, escuta os primeiros ecos jamesianos; é aqui que, também sob influência do gosto literário da sua primeira mulher, Hadley, e dos conselhos avisados de Ford Madox Ford, vê nascer o seu longo fascínio por um romance como *The American*, o seu interesse por *The Portrait of a Lady*, a sua curiosidade pelos prefácios de James. Carlos Baker dará voz a uma interrogação hemingwayana, tão especulativa quanto o malabarismo hipotético de Stein em *Four in America*: «I wonder what Henry James would have done with the materials of our time»<sup>8</sup>. E já em 1926 Pound era capaz de acusar Hemingway de seguir em excesso «in the wake of H. J.»<sup>9</sup>.

Evolução curiosa esta para quem, em 1921, aquando da vinda para Paris para aprender, possuía bagagem literária reduzida que excluía a generalidade dos escritores americanos clássicos: apenas tinha lido algum Jack London e algum Twain. Desconhecia Henry James e ignorava Lawrence, Joyce e Ford Madox Ford, já para não falar de escritores russos e franceses: apenas lera alguns poucos contos de Guy de Maupassant e de Balzac. Ford Madox Ford, que conhecera James em 1896, que publicara alguns dos seus contos na *English Review* e que igualmente viria a publicar Hemingway na *transatlantic review*, foi seguramente um outro intermediário privilegiado na exposição de Hemingway à escrita de James. Daí que seja discutível a ignorância alegada por Hemingway em relação a James, nomeadamente numa carta de 1927 dirigida a Waldo Peirce e que versa as predilecções literárias da sua segunda mulher, Pauline Pfeiffer: «Pauline has been fine and has read Henry James (*The Awkward Age*) out loud — and knowing nothing about James it seems to me to be the shit. He seems to need to bring in a drawing room whenever he is scared he will have to think what the characters do the rest of the time and the men all without any exception talk and think like fairies except a couple of caricatures of brutal 'outsiders'. You have read more and better ones than this doubtless but he seems an enormous fake in this.

<sup>8</sup> BAKER, Carlos — *Hemingway: The Writer as Artist*, Princeton, Princeton University Press, 1973, p. 193.

<sup>9</sup> REYNOLDS, Michael — *Hemingway's Reading, 1910-1940*, Princeton, Princeton University Press, 1981, p. 22.

What ho? Was he a fake? He had obviously developed a fine very easy way for himself to write and great knowledge of drawing rooms but did he have anything else?»<sup>10</sup>. Mas o facto é que na ficção e não-ficção hemingwayanas há numerosas referências a James, um general geral e, na linha de reflexão de Ortega y Gasset, um 'auctor': «Autor vem de 'auctor', aquele que aumenta. Os latinos designavam assim o general que ganha para a sua pátria um novo território»<sup>11</sup>.

A viagem de Hemingway em direcção ao 'território' jamesiano, ao contrário da viagem de Huck Finn a caminho do Território a oeste que implica uma saída do curso imperturbável da história americana, é um itinerário de desencontros e encontros dentro das linhas de continuidade da literatura americana, até àquela fase tardia da escrita hemingwayana em que o objectivo é escrever à maneira de James: «Maybe I'll turn out to be the Henry James of the People or the comic strips»<sup>12</sup>. O convívio e o diálogo de Hemingway com as imagens, motivos, temas, estratégias, tácticas e modelos narrativos de James vai conduzir à ultrapassagem de fronteiras artificialmente criadas pela crítica e pela história da literatura que remetem os dois autores para campos opostos do espectro literário. É um facto que, ao contrário de James, Hemingway preferiu as potencialidades das civilizações italiana, espanhola e francesa à imersão na sociedade e nas letras inglesas. Paris foi uma opção absoluta a conselho de Sherwood Anderson, que igualmente o estimulou numa actividade intensiva de leitura que constituiu igualmente 'escola' decisiva da educação hemingwayana. A qual o ensina a procurar na literatura modelos de luta para vencer a complexidade do real, descobrir o incessante recomeço da ficção e da vontade de ficcionar, conjugar o privado com o público. Ao distribuir a si próprio, sábia e gradualmente, um papel público de escritor, Hemingway criou o modelo de si mesmo, dada a indisponibilidade dos modelos da sua juventude, a qual gravitou em torno do código e das façanhas de Teddy Roosevelt. Por isso é que Gabriele D'Annunzio, T. E. Lawrence ou Lord Byron eram mais claramente estímulo imaginativo e objecto de apropriação quando comparados com a vida sedentária e composta de um Henry James. Por isso é que entre este e Hemingway se vai institucionalizar na crítica um distanciamento que, no essencial, os remete para aquilo

<sup>10</sup> *Ernest Hemingway: Selected Letters, 1971-1961*, ed. Carlos Baker, New York, Scribner's, 1981, p. 266.

<sup>11</sup> Cf. ORTEGA y GASSET, José — *La deshumanización del arte*, Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1967, p. 45.

<sup>12</sup> HEMINGWAY — *Selected Letters*, p. 556.



que Philip Rahv designou como 'Paleface' e 'Redskin' num texto onde se estabelece um contraste entre James e Whitman mas onde os termos usados na descrição de Whitman são comumente aplicáveis a Hemingway: James enquanto sensibilidade predominantemente feminina, o homem oblíquo, decoroso, cerebral, criador de heróis aos quais poucas coisas acontecem; Hemingway enquanto sensibilidade predominantemente masculina, o anti-intelectual fascinado com a *afición*, com desportos viris e com a morte<sup>13</sup>. Num outro texto, Rahv estabelece uma ponte entre James e Whitman (e, por extensão, a Hemingway), ao sublinhar a existência de um ocasional ímpeto jamesiano de imersão na experiência e uma concomitante indiferença relativamente às ideias e às teorias valorativas ou abstractas<sup>14</sup>. Como já há mais de vinte anos escrevia John McCormick, «One may find a good deal of Paleface in an alleged Redskin like Hemingway»<sup>15</sup>.

James e Hemingway acreditavam na potência criativa e no poder cognitivo da literatura, no poder que a arte da ficção tem ao apresentar uma verdade que é o efeito de captação do possível que é o real. Ambos sabiam que o real não se ultrapassa nunca e que o que se altera é o modo como esse real é fixado nas palavras. Para Hemingway, o padrão de fidelidade de um escritor em relação à verdade «should be so high that his invention, out of his experience, should produce a truer account than anything factual can be»<sup>16</sup>. Para James, «It is art that *makes* life», enquanto o valor associável àquilo que chama o 'esplêndido desperdício' da vida é qualquer coisa que tem de ser criada pelo escritor através da forma<sup>17</sup>. É uma similar devoção à arte de ficção que lança Hemingway na procura de uma 'quinta dimensão' para a sua escrita e que leva James a ansiar atingir o poder quasi-místico proporcionado por «mastery of fundamental statement — of the art and secret of it, of expression, of the sacred mystery of structure»<sup>18</sup>.

<sup>13</sup> Cf. RAHV, Philip — «Paleface and Redskin», *Image and Idea*, New York, New Directions, 1957, pp. 1-6.

<sup>14</sup> RAHV, Philip — «The Cult of Experience in American Writing», *Image and Idea*, pp. 7-25.

<sup>15</sup> MCCORMICK, John — *The Middle Distance*, The Middle Distance, New York, Free Press, 1971, p. 62.

<sup>16</sup> *Men at War*, ed. Ernest Hemingway, New York, Crown Publishers, 1942, p. xv.

<sup>17</sup> Cf. *The Letters of Henry James*, ed. Percy Lubbock, New York, Scribner's, 1920, II, p. 490; Prefácio a *The Spoils of Poynton, The Novels and Tales of Henry James*, New York, Scribner's, 1907-17, X, p. vi.

<sup>18</sup> *The Notebooks of Henry James*, ed. F. O. Matthiessen and Kenneth B. Murdoch, New York, Oxford University Press, 1947, p. 208.

A carreira de James, nas suas próprias palavras, foi uma «longa procura de *forma*»<sup>19</sup>, enquanto Hemingway procurou fundamentalmente criar um *estilo*. Quando num dos mais conhecidos contos hemingwayanos, «The Short Happy Life of Francis Macomber», o protagonista se apercebe de que nada tem a temer a não ser a inevitabilidade da morte começa a viver a sua breve glória, ao mesmo tempo que demonstra possuir um estilo susceptível de contornar um mundo que sempre o derrotou. Tina Bordereau em *The Aspern Papers*, na sua ingenuidade e privação de uma experiência significativa de vida, acaba por enfrentar os factos da sua derrota no presente e da sua solidão no futuro. «The force of soul» é a expressão de James para a honra adquirida, para o valor supremo atingível perante a adversidade, valor esse que, para James e Hemingway, eram modulações de coragem. Coragem ora física ora moral no caso de Hemingway, coragem predominantemente moral em James. E não será exagero afirmar que Macomber exhibe a *forma* jamesiana na sua breve e feliz vida, depois de uma inicial ‘bad form» apontada por Wilson, um dos mais evidentes representantes hemingwayanos do chamado ‘code hero’. Por outro lado, o estilo hemingwayano é condutor de uma globalidade de sentidos transferíveis para o mundo jamesiano: basta pensar na mestria e no poder performativo de um Morris Gedge em «The Birthplace». A forma jamesiana e o estilo hemingwayano, cujas humanas possibilidades se jogam na coragem, convergem para uma mesma atitude de resposta do indivíduo quando confrontado com formas extremas de pressão e com o absolutismo da morte, ao mesmo tempo que conseguem delinear os contornos da honra e da integridade.

Já em finais da década de 60 John Reardon afirmava: «Like James, Hemingway could see no distinction between a way of art and a way of life. Like James’s heroes, Hemingway’s have a special sensibility; manners to both represent an outward manifestation of an inner wisdom, an ultimate fusion of the spirit of man with the actions of man»<sup>20</sup>. Por trás deste juízo está a valorização de aproximações temáticas entre os dois autores, os seus esforços no sentido da dramatização de modos de vida em que o físico, o estético e o ético se fundem. Confluências que Carlos Baker remete para outros patamares: o tema do americano na Europa, do artista na sociedade ou «the buried life which rises up to obsess its unwilling recollector»<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> JAMES, Henry — «The Art of Fiction», *Longman’s Magazine*, 4, 1884, p. 505.

<sup>20</sup> REARDON, John — «Hemingway’s Esthetic and Ethical Sportsmen», *University Review*, 34, 1967, p. 22.

<sup>21</sup> BAKER — *Hemingway: The Writer as Artist*, p. 182.

Deixando de lado a anedota sobre Henry James numa cena paródica em *The Torrents of Spring*, ou as referências que lhe são feitas em *The Sun Also Rises* (que legitima a associação da ‘obscure hurt’ jamesiana com a impotência de Jake Barnes e com uma alegada impotência criadora dos expatriados que a ironia de Bill Gorton verbaliza), como escamotear os paralelos entre um conto que integrava a biblioteca de Gertude Stein — «The Great Good Place» — e «Big Two-Hearted River», no qual Hemingway apreende e actualiza as metáforas de James? Como ignorar a conversão do conto jamesiano segundo a qual ‘the good place’ de George Dane é o cenário da sua nova consciência e ‘the good place’ de Nick Adams é a evasão proporcionada pela pesca e a concretização de uma certa paz interior? Considerem-se igualmente as palavras de James («The war had used up words»<sup>22</sup>) e o seu eco na conhecida rejeição das abstracções por parte de Frederic Henry em *A Farewell to Arms* («I was always embarrassed by the words sacred, glorious, and sacrifice and the expression in vain...»<sup>23</sup>). Considerem-se os paralelos entre *The Ambassadors* (romance particularmente louvado por Stein) e *The Sun Also Rises*, a impotência emocional de Lambert Strether, a sua recusa da vida e do amor em Paris, sem esquecer os devaneios românticos de Robert Cohn e a impotência de Jake Barnes. Nos dois romances em questão, as personagens corporizam a temática dos expatriados, com excepção de Lady Brett e da Countess de Vionnet, mulheres fatais que, juntamente com Maria Gostrey e Strether, desembocam numa deriva desesperada e no muito hemingwayano tema de ‘winner take nothing’. O estado ‘iniciático’ em Hemingway e o estado ‘consciente’ em James assemelham-se na sua dependência relativamente ao reconhecimento da perda e à aprendizagem da aceitação e da tolerância do sofrimento: Frederic Henry e Isabel Archer, por exemplo, devotam-se a um ideal amoroso na ignorância do preço a pagar no próprio lance da entrega. O estremeamento romântico está invariavelmente desfasado dos factos do real: Caroline Spencer em «Four Meetings» e o jovem revolucionário húngaro em *In Our Time* acabam por dar contornos aos temas da inocência e da experiência, da ilusão e da desilusão, comuns aos dois autores. Nick Adams e Maisie Farange são retratos de inocência que revelam a aprendizagem e o confronto com a verdade que permitem resistir ao abalo destruidor da experiência. É uma aprendizagem de limites e de negação aquela que povoa *What Maisie Knew* e «Big Two-Hearted River» e que

---

<sup>22</sup> Cf. GREBSTEIN, Sheldon — *Hemingway's Craft*, Carbondale, Southern Illinois University Press, 1973, pp. 206-207.

<sup>23</sup> HEMINGWAY, Ernest — *A Farewell to Arms*, New York, Scribner's, 1929, p. 184.

também envolve Catherine Sloper, em *Washington Square*, quando esta emerge do seu pesadelo de rejeição e sente «something dead in her life»<sup>24</sup>.

A discrepância entre desejo e concretização, entre expectativa e realização, entre o que devia ser e o que é criam a necessidade da ironia na ficção dos dois autores. Christopher Newman e Jake Barnes vão resignar-se às inultrapassáveis barreiras entre si próprios e, respectivamente, Claire e Brett Ashley, enquanto em *A Farewell to Arms* e *The Portrait of a Lady* a aceitação das condições de derrota dão lugar ao empenho solitário e individualista na vida, em paralelo com a descoberta da dor e da verdade, como é o caso de Frederic Henry e Isabel Archer.

Em torno da ficção jamesiana é possível detectar uma teoria do segredo, do implícito, do acontecimento como mediação reveladora de um universo obscuro, de algo que se esconde, algo que se está quase a encontrar, de alguém que sabe e guia na obscuridade quem não sabe. Em James e nos contos e romances de Hemingway, especialmente nas décadas de 20 e 30, o centro da ficção não é tanto aquilo que acontece mas aquilo que não acontece. À maneira de James, Hemingway revela-se um mestre do ritmo e da estrutura e a essência do que é dito reside no que é sugerido ou no que fica por dizer. Por outro lado, enquanto o conto jamesiano será uma modificação da forma tradicional do conto, o conto hemingwayano é uma nova forma de ficção por parte de quem, não sendo tão 'literário' quanto James e dependendo de um auto-didactismo abrangente da ficção, se baseia na forma de uma emoção que vai ser adaptada de maneira a registar objectivamente a vida moderna e o modo como esta afecta o indivíduo.

A intensidade da entrega à arte da ficção, a obsessão com a forma e com o estabelecimento da técnica do diálogo numa tensão latente entre o lado evidente e trivial e o lado secreto e significativo diluem as diferenças entre James e Hemingway e estabelecem entre eles vectores confluentes. Sem esquecer que a visão jamesiana fazia radicar o mal na natureza humana, enquanto Hemingway encontrava uma desordem alargada do mal a perverter a própria estrutura do universo; trata-se, na essência, da diferença entre os séculos XIX e XX, entre uma cultura ainda estável que responsabilizava o homem pelas suas falhas e uma cultura desintegrante em que o mal que um qualquer homem encerra é apenas o espelho do mal generalizado que todo o homem experimenta.

Avesso a reconhecer paternidades ou influências literárias e recorrendo abundantemente ao anedótico, ao ofensivo ou ao mau gosto no relaciona-

---

<sup>24</sup> JAMES, Henry — *Washington Square*, New York, Harper & Brothers, 1881, p. 244.

mento com os seus pares literários, Hemingway manteve, contudo, um diálogo constante com a obra de James, um trajecto sinuoso de invectivas (muitas vezes motivadas por ignorância, atrevimento, superficialidade ou má-consciência) mas também de panegíricos que, fundamentalmente a partir da década de 40, estabelecem James como presença histórico-literária quase mítica na ficção e na não-ficção de Hemingway. Há algumas reminiscências do James tardio no papel desempenhado por Papa Hemingway em relação a escritores mais jovens, em termos de diálogo e aconselhamento. A aceitação dos papéis de ‘Cher Maitre’ e de ‘Papa’ implica uma mesma consciencialização de domínio da arte da ficção como modo de superar incertezas e hesitações, pessoais e fundamentais. «Pretty soon I will have to throw this away so I better try to be a calm like Henry James the writer. Did you ever read Henry James? He was a great American writer who came to Venice and looked out of the window and smoked his cigar and thought<sup>25</sup> — nesta carta de 1954, dirigida a Adriana Ivancich, a jovem que é o próprio modelo de Veneza em *Across the River and Into the Trees*, Hemingway parece evocar um passo de *Portraits of Places*, numa altura em que ele era mais inequivocamente um receptor de James. O amor deste por Veneza, em finais do século XIX, era pensado em termos de amor por uma mulher. E *The Wings of the Dove* é dominado pela temática do amor e morte em Veneza.

O interesse de Hemingway por James, figura literária e artista, cresceu à medida que a sua própria obra ficcional evoluiu. A perseguição de um ‘alter ego’ — «the fish my brother» — em *The Old Man and the Sea* parece ter sido inspirada por «The Jolly Corner», texto que Pound apreciava. *Islands in the Stream*, com a sua série de duplos, faz lembrar *Roderick Hudson*. Thomas Hudson, o protagonista-pintor, tem o mesmo nome do herói de James e Roger Davis, o ‘alter ego’ de Thomas, corresponde ao próprio Roderick. Contudo, Thomas Hudson assemelha-se a Rowland Mallet, o ‘alter ego’ no romance de James, uma vez que é conselheiro de Roger, o escritor romântico, e é o equivalente do escultor jamesiano, Roderick.

A forma jamesiana e o estilo hemingwayano são exercícios de resistência ao horror do vazio e da morte, problemática que interessava James sobretudo numa perspectiva moral tanto quanto atraía Hemingway. E ambos se sentiam atraídos pela temática do escritor que sabe que vai morrer e que não conseguiu, nem vai conseguir, concretizar a escrita de qualidade de que sabe ser finalmente capaz. Há uma clara semelhança entre Harry em «The Snows of Kilimanjaro» e Henry St. George em «The Lesson of the Master», como

---

<sup>25</sup> HEMINGWAY — *Selected Letters*, p. 830.

assinala Carlos Baker<sup>26</sup>, e uma aproximação a Dencombe, o romancista de «The Middle Years». Para James como para Hemingway a morte não interessava; o que interessava era a capacidade de 'performance en route'. Harry aprende demasiado tarde como o ócio e a lassidão travam a energia criadora e destroem a integridade artística. Dencombe enfrenta a sua própria mortalidade, transcendendo-a no conforto de um ideal de arte: «We work in the dark — we do what we can — we give what we have. Our doubt is our passion and our passion is our task. The rest is the madness of art»<sup>27</sup>.

Esta sábia filiação em valores permanentes, como a arte ou, simbolicamente, as neves do Kilimanjaro, aplica-se com igual propriedade a Henry James e a Ernest Hemingway. Para ambos, distanciamento e integridade eram materiais artísticos. Participaram intensamente e com apurada sensibilidade na repetição desse imenso movimento que é a lei do tempo e da existência, esse mistério do mistério de ser e estar. Ambos quiseram mergulhar nos enredos do universo só para chegar à 'loucura da arte' e às potencialidades reconfortantes e mediadoras das artes da ficção. Ambos viveram quase sempre em estado de literatura.

*Carlos Azevedo*

---

<sup>26</sup> BAKER — *Hemingway: The Writer as Artist*, pp. 192-93.

<sup>27</sup> JAMES, Henry — «The Middle Years», *The Novels and Tales of Henry James*, XVI, p. 105.

## LITERATURA E TEOLOGIA BÍBLICA: EXPERIÊNCIAS DE CONFRONTO NA POESIA INGLESA OITOCENTISTA \*

A possibilidade de aproximação entre a literatura e a teologia deverá em primeiro lugar, e independentemente das coordenadas epocais a considerar, surgir dos mecanismos processuais contidos no texto e que o levam ao encontro da mensagem bíblica.

Trata-se pois de um processo de confrontação que poderá desde já definir-se pelo conceito de G. Genette de hipertextualidade ou literatura em segundo grau, este último aliás subtítulo do seu livro *Palimpsestes*. Esta delimitação teórico-crítica afirma-se no que Genette classifica como processo de derivação de um texto a partir de outro, conduzindo então a uma dupla leitura.

Deste modo, torna-se prioritário o conhecimento e a detecção de tais mecanismos, que vão desde a paródia às apropriações analógicas ou subversivas, permitindo-nos compreender conjuntamente textos poéticos de épocas distintas como por exemplo: «The Canonization», «Twickenam Garden» ou «The Relique» de John Donne, «Barnfloor and Winepress», «Easter Communion» e «The Half-way House», entre muitos outros de G. M. Hopkins, «Ceremony after a Fire Raid», «Vision and Prayer», «Author's Prologue» ou «In the Beginning» de Dylan Thomas ou ainda «Our Word is our Bond», «Genesis», «The Bidden Guest» ou «Canticle for Good Friday» de Geoffrey Hill.

A enumeração seria interminável mas sem dúvida reveladora de múltiplas experiências de confronto, por presença ou ausência, e onde a espiritua-

---

\* Este texto constituiu uma comunicação, subordinada ao tema *Literatura e Teologia*, apresentada nas III Jornadas Científicas dos Anglo-Americanos que decorreram na Faculdade de Letras do Porto a 8 de Junho de 1994. Como material de apoio foi distribuído um levantamento bibliográfico de base relativo à evolução desta área interdisciplinar nos anos 80.

lidade surge da busca do 'outro' sob a sua forma transcendente. Por isso George Steiner em *Real Presences* faz derivar o axioma da *poiesis* do que designa de *contra-criação*, o acto de erguer um contra-mundo (*mundus contra mundum*), para Steiner surgido da «fúria tranquila da secundaridade», o vir depois com o qual o criador humano se enfurece por se saber segundo em relação ao mistério original e originário da formação da forma.<sup>1</sup>

Da relação de simultânea dissociação e cumplicidade entre o mundo, tido como tal, e o contra-mundo vão nascendo diferentes modos de apropriação, em larga medida voltados para as funções de Verdade e Revelação, como é o caso da constante eucarística nos poemas atrás referidos.

Se é um facto que na raiz deste fenómeno está sem dúvida, implícita ou explicitamente o conceito do poeta como *alter deus*, é também certo que se trata da apropriação de uma narrativa de verdade, ao mesmo tempo *translatio* ou transposição de uma inexplicabilidade sistemática. Note-se aliás que o *topos* do poeta como divindade alternativa ultrapassa largamente as barreiras da mensagem teológico-escriturária, tendo a sua ascendência remota na quasi divinização de Homero e na leitura que os neo-platónicos e os críticos e gramáticos da Antiguidade tardia fizeram da *Iliada* e da *Odisseia* como representando feitos mais do que humanos da criação ordenadora.

Tal motivo veio a eclodir com força e persistência em épocas de crescente secularização como é o caso dos séculos XIX e XX: lembremos o fenómeno de fusão ou interacção entre o religioso e o mítico na genealogia de múltiplas figuras femininas recriadas nos poemas de A. C. Swinburne (Dolores, Prosérpina, Vénus ou Afrodite por exemplo), nas epopeias de Victor Hugo sobre Deus e Satã, em *Moby Dick* de Melville ou na parábola do Grande Inquisidor de *Os Irmãos Karamazov*. Em todos estes casos ressalta o encontro entre a energia metamórfica da ficção mítica e a autoridade e centralidade da mensagem teológica.

Seja de um modo concretamente religioso, e para nós judaico-cristão, seja num registo platónico-mitológico mais geral, cabe precisamente à experiência estética, onde encarna o que Steiner designa de *contra-criação*, a função de nos pôr em contacto com aquilo que transcende e que a nossa materialidade não pode possuir:

the central tradition of Western civilization, in later Judaism, in Platonism, and in Christianity, defines God as transcending his creation, the miracle of the Incarnation brought God back to earth, so that once

---

<sup>1</sup> STEINER, G. — *Real Presences*, Cambridge, Press Syndicate of the Univ. of Cambridge, 1986.



more he walked among us as he had before the fall, when history had not yet begun. Christ was seen as the mediator joining a fallen world and a distant God, and the daily re-enactment of the Incarnation on all the altars of Christendom as the manifestation and guarantee of communion. Poetry in turn was, in one way or another, modeled on sacramental or scriptural language.<sup>2</sup>

Trata-se pois de um processo estruturante e formativo, se quisermos uma primeira apreensão ou *moto spirituale* que se abre a múltiplas experiências e onde a própria ausência — *Deus absconditus* — toma a forma de uma proximidade inatingível, de um «ser-estar aí ausente» enunciado em alguns dos textos fundamentais para a nossa época como o *Fim de Festa* de Beckett, o *Homem Revoltado* de A. Camus ou os *Salmos a Ninguém* de Paul Celan.<sup>3</sup>

Na ruptura ou na apropriação está assim definitivamente realizada a abertura de sentidos ocorrida de forma mais incidente na poesia inglesa oitocentista, num período, como o vitoriano, de redefinição de relações, onde os problemas da acção e da consciência, da linguagem e da representação se tornam focos de ansiedade. Em Swinburne, Hopkins, Meredith ou James Thomson dá-se o confronto representacional de um mundo com Deus e sem Deus, de um mundo de presença e de ausência. Duas leituras tornam-se então possíveis e as categorias permanentes e universais do tipo dissolvem-se (tipo entendido no seu sentido teológico, referindo-se a categorias fixas do pensamento e da linguagem ordenadas por Deus).

O texto passa então a encenar relações de poder dominadas pelo conflito entre duas referências, dois valores, dois sentidos. No processo de significação o *tipo* passa a ter uma mobilidade que desconhecia e a busca do sentido pelas palavras passa a fazer parte das relações de poder exploradas no texto.

Esta estratégia de criatividade ideológica define uma grande parte da poesia vitoriana e transita do séc. XIX para o XX sob a forma de um conjunto de ansiedades largamente derivadas de uma mudança que trazia consigo novas formas de conhecimento e que se traduzia no projecto de (re)equacionar as relações entre o eu e o mundo. Trata-se de um projecto simultaneamente pessoal e cultural que leva o poeta vitoriano a uma nova exploração da linguagem e da própria representação.

<sup>2</sup> MILLER, J. Hillis — *Victorian Subjects*, New York & London, Harvester Wheatsheaf, 1990, p. 49.

<sup>3</sup> STEINER, G. — *Real Presences*, Cambridge, Press Syndicate of the Univ. of Cambridge, 1986, pp. 200-220.

\*  
\* \*

Todo este processo de transferência ou descontinuidade de sentidos torna-se particularmente incidente na produção poética dos sécs. XIX e XX marcada por sucessivas crises de valores e pela dessacralização crescente das mentalidades. Contudo, é necessário ter em conta que a transmutação dos temas bíblicos na literatura secular não se faz em simples processos de livre apropriação.

Se a força referencial da cosmogonia bíblica sobrevive aos diferentes modos de interpretação do texto, é também verdade que o retrato que William Golding nos dá do homem e da humanidade pós-queda em *The Inheritors* (1955), por exemplo, reflecte essencialmente, como diria Isobel Armstrong, uma compreensão pós-teológica da demanda das origens e da criação do mundo. Por isso, para além de estabelecermos critérios de rigor teórico-crítico e pressupostos conceptuais como os já enunciados, há que ter em conta que a relação de interdisciplinaridade parte sobretudo do confronto entre a hermenêutica bíblica e a literatura processado em sucessivas experiências alteradoras ao longo dos tempos.

A palavra *Biblia* tem a sua origem no latim *biblia* significando simplesmente o livro. Nesta primeira forma em latim, a palavra não era um nome feminino singular mas sim uma forma plural que, seguindo o grego *ta biblia* significava pequenos livros. O sentido superlativo que desde início a Bíblia teve enquanto *Livro dos Livros*, referência fundamental para toda a literatura europeia, vai sendo legitimada por processos de interpretação e mesmo de imposição de sentido.

O conjunto de escritos que designamos de Antigo e Novo Testamentos oferecem sérias dificuldades de interpretação, não apenas por questões de tradução ou pela compreensão dos factos e das figuras envolvidas (apesar de estas serem fonte de contínua controvérsia e objecto de polémica em diferentes momentos da história da crítica bíblica, em especial desde a Reforma), mas sim e sobretudo pelo modo como foi ficando em aberto a decisão acerca da matéria a constituir o cânone da própria Bíblia.<sup>4</sup> Só assim se pode explicar a relação das diferentes partes com o todo e particularmente entre o Antigo e o Novo Testamentos.

Apesar de estar fora do âmbito desta exposição o levantamento da evolução da hermenêutica bíblica ao longo dos tempos, já que iremos

---

<sup>4</sup> STEINER, G. — *After Babel: Aspects of Language and Translation*, Oxford, O.U.P., 1992, pp. 366-7.

preferencialmente dirigir-nos para o séc. XIX, há que entender contudo as suas origens.

Assim, desde o início, o Cristianismo foi uma religião hermenêutica. O seu movimento inicial foi de apropriação — logo, tomar e (re)utilizar a tradição hermenêutica já existente do Antigo Testamento. Ou seja, estudar a vida e obra de Jesus enquanto realização das primeiras profecias das Escrituras Hebraicas.

No entanto, tal procedimento trazia consigo um problema fundamental: no seu sentido literal, muito do Antigo Testamento não tinha qualquer relação com a superestrutura que sobre ele estava a ser construída, havendo em certas narrativas e ensinamentos éticos algumas contradições. Era pois necessário encontrar um método que harmonizasse a tradição escrita existente, considerada como divinamente inspirada, com a que agora se reclamava a sua continuidade e até realização. Logo, a interpretação de textos não era uma actividade accidental da nova religião mas sim uma parte essencial da sua fundação e desenvolvimento. O Cristianismo tinha pois como actividade fundamental a própria teorização crítica.

A Bíblia Hebraica é normalmente dividida em três secções: o *Torah* (constituído pelos cinco primeiros livros de Moisés e que correspondem ao que os Cristãos apelidam de Pentateuco); os Profetas (dividido em os ‘Primeiros Profetas’, ou seja, as histórias desde Josué aos Reis excluindo no entanto Rute, Ester, as Crónicas e Esdras-Neemias, e os ‘Segundos Profetas’ aos quais os Cristãos chamam Profetas simplesmente); finalmente, os Salmos, Provérbios, Jó, os cinco *Megilloth* (Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes e Ester), Daniel e termina com Esdras-Neemias e as Crónicas.

Na Bíblia Cristã vemos o Antigo Testamento dividido em quatro secções: o Pentateuco, os Livros Históricos, os sete Livros Sapienciais e os Profetas. É claro que a diferença de interpretação que estas alterações provocam é já de si muito acentuada. Para os judeus, o *Torah* é a revelação divina, ou seja, o documento de fundação tanto da Bíblia como da história do seu próprio povo: as histórias desde Josué à queda da monarquia estão combinadas com os textos proféticos como ilustração histórica de tudo o que os profetas prometeram e mostraram sobre a Lei. As Escrituras formam um grupo de textos aberto associado fundamentalmente à prática da religião judaica após o exílio.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Para o estudo das Biblias Hebraica e Cristã *vide* ALTER, Robert; KERMODE, Frank (eds.) — *The Literary Guide to the Bible*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1990; JOSIPOVICI, Gabriel — *The Book of God: A Response to the Bible*, New Haven, Yale Univ. Press, 1988.

No entanto, para os Cristãos todos os textos históricos colocam a história de Israel no passado; os Livros Sapienciais são vistos como inspiração e fonte de meditação e os profetas vêm no final apontando um futuro pre-determinado. O Novo Testamento traz então consigo um sentido de superação e é fundamentalmente visto como uma continuidade. Tanto nos conceitos como na imagética ele pressupõe sempre abertamente a existência dos primeiros escritos hebraicos.

Logo, a transformação de sentido ficou a dever-se à convergência entre o sentido literal das Escrituras Hebraicas e os novos sentidos fundamentalmente de carácter figurativo e literário. Os modelos para esta transformação já existiam nas tradições interpretativas do Antigo Testamento, em grande parte de carácter tipológico e alegórico.

É importante salientar que o Novo Testamento constituiu em si mesmo um marco singular no campo da teorização do sentido, introduzindo uma teoria crítica baseada em novas formas de leitura dos escritos religiosos precedentes. Se, à semelhança do que Gareth Knight afirma em *A History of White Magic* (London, 1978, p. 24), as origens do sistema hermenêutico cristão se encontram nas alegorias da Babilónia, no antigo Egipto e na Grécia, bem como nas próprias tradições interpretativas Hebraicas (*midrashic*), o que é facto é que, com a chegada do Cristianismo, as interpretações alegórica e figurativa foram elevadas a uma nova e total teoria do sentido.

A acentuação na alegoria iria dar também uma nova projecção à importância da narrativa: o facto de a nova religião começar com um determinado sentido histórico do passado, ao qual paradoxalmente se ligava por relações de pertença e distinção, atribuiu à narrativa um papel desde logo singular. A este propósito é sem dúvida de salientar o estudo de Frank Kermode, *The Genesis of Secrecy: On the Interpretation of Narrative* (London, 1979) pelo modo como analisa este acto originário de apropriação que tomava já como princípios estruturantes a ideia de um objectivo determinado, capaz de conduzir o leitor na busca de um desfecho.

Pelo contrário, mais relacionada com a profecia, a história da Bíblia Hebraica representa fundamentalmente uma sequência que pressupõe uma periodicidade certa no modo como Israel se (re)ergue, permanecendo o propósito final de Deus sempre misterioso. Para os escritores do Novo Testamento, o sentido da história tinha sido revelado: era assim tarefa dos Evangelhos e dos Actos contar a história da vinda de Jesus e subsequente alargamento da Igreja pelo mundo mediterrânico. A grande diferença entre a Bíblia Hebraica e o Antigo Testamento Cristão leva-nos deste modo até ao

conceito e função da profecia como um dos núcleos fundamentais das reflexões oitocentistas em torno da exegese bíblica e da própria poesia.

Com a assimilação do Cristianismo no mundo romano surgia no entanto um novo problema hermenêutico: a relação entre a cultura bíblica e clássica. Daí iriam nascer muitas das grandes questões da filosofia ocidental, bem como o nosso próprio sentido da história. Este relacionamento constituiu aliás motivo de fortes dissidências entre os membros da primeira Igreja incluindo Santo Agostinho, Jerónimo, tradutor da *Vulgata* e Gregório o Grande.

Pelo Séc. IX, a Europa tinha já realizado uma nova síntese entre os mundos pagão e judaico-cristão, adquirindo com isso novas teorias críticas pelas quais tanto os textos sagrados como profanos deveriam ser lidos. Estas teorias iriam estruturar grande parte do desenvolvimento da literatura e crítica europeias já que o sentido literal da Bíblia iria permanecer, quasi até ao final do séc. XVIII, uma entre múltiplas formas de A compreender, coexistindo com os modos de leitura alegórica, figurativa e tipológica.

Apesar de, no séc. XVI, os sistemas de interpretação convencionais se tornarem descabidos para uma comunidade protestante, mais exigente no âmbito interpretativo e mais consciente do conjunto de referências culturais e intertextuais que se impunham, estava ainda presente a ideia da Bíblia como modelo de toda a literatura secular. É assim que a noção do sentido literal de um texto secular vai datar fundamentalmente da ascensão do romance no séc. XVIII. Note-se ainda que os reformadores do séc. XVI operaram uma grande mudança no modo exegético: excluíram muitos dos escritos deuteronómicos que Jerónimo tinha incluído na *Vulgata*, perderam outros tantos, mas trouxeram novos argumentos acerca da Epístolas de S. Paulo, determinantes para o que hoje se designa de teologia sistemática.

Importante a partir daí é o facto de o sentido primeiro do texto depender, não tanto das possíveis leituras, mas sim de si mesmo e da sua história. E, se a tensão entre as teorias críticas seculares e sagradas, criada pela primeira síntese cristã dos mundos judaico-cristão e clássico persistiu, estava também potencialmente aberto o caminho para uma literatura secular e para novas teorias seculares da própria história.

Lembre-se para tanto que é nos sécs. XVII e XVIII que se trabalha a distinção entre facto e ficção (*fact/fiction*) já que o conceito de narrativa histórica era até aí algo bem próximo da ideia de obra de arte criada. *Tom Jones* de Henry Fielding, por exemplo, funda-se na convicção de que conta uma história real sobre pessoas reais mas compara-se com o Autor do Livro da Natureza e afirma que, à semelhança do Todo-Poderoso, o romancista cria o

seu próprio universo com os seus habitantes, leis e acontecimentos (*Tom Jones*, Book X, ch. I, p. 467).

Apesar de muitas das actuais concepções da história e da interpretação textual terem então começado a aparecer na Alemanha pelo final do séc. XVIII, tal viria a atingir o pensamento britânico pelos meados do séc. XIX, ficando especialmente registado nas sínteses romântica e vitoriana entre o secular e o sagrado — esse processo, e a própria interpretação bíblica, eram fenómenos multifacetados onde nasciam modos de pensamento tantas vezes incompatíveis.

A concepção oitocentista da crítica histórica é remontável ao oratoriano francês Richard Simon que em 1678 publicava *Histoire Critique du Vieux Testament*. Fazendo da complexidade da origem dos textos bíblicos o núcleo das suas reflexões, Simon desafiou a concepção tradicional que vê Moisés como autor do Pentateuco e sugeriu que este livro bíblico deveria ser fruto da criação conjunta de escribas e escritores anónimos.

O passo seguinte na evolução da crítica bíblica deveria vir de Inglaterra onde o livro de Simon fora traduzido e divulgado em 1682, após ter sido banido pela hierarquia católica francesa. Contudo, a recepção a *Critical History of the Old Testament* também não era uniforme. Edward Stillingfleet, Deão de São Paulo e mais tarde bispo de Worcester, acusou a obra de tentar derrubar a autoridade das Escrituras. Mas Locke e Dryden estavam receptivos, vindo as propostas de Simon a influenciar de forma determinante as controvérsias sobre o deísmo no séc. XVIII. Preparava-se assim o caminho para a próxima grande obra na história da crítica bíblica: *Lectures on the Sacred Poetry of the Hebrews* de Robert Lowth, publicado em latim em 1753 e traduzido para inglês em 1778.

Teólogo e estudioso da cultura hebraica, Lowth vinha alterar completamente o panorama das interpretações tipológica e figurativa. As directrizes de Simon e Lowth eram contudo distintas: enquanto o católico francês se interessava primeiramente em definir a veracidade e origem dos textos, Lowth debruçava-se sobre o contexto no qual os documentos surgiram. Destas duas perspectivas, aliás complementares, sobre o estudo dos textos hebraicos originais do Antigo Testamento emergia uma ideia essencialmente moderna da história.

Assim, paralelamente à atenção dedicada aos quatro (sete ou doze) níveis de sentido divino inicial e eminentemente considerados para as Escrituras, Lowth tentava estudar e recriar o estado de espírito e o enquadramento social dos escritores bíblicos. Estas orientações teórico-críticas iriam pois afectar todo o desenvolvimento da poesia inglesa.

Em primeiro lugar, Lowth considerou a identificação dos conceitos bíblicos (do Antigo Testamento) de profecia e poesia: a palavra hebraica *Nabi* significava profeta, poeta ou músico sob inspiração divina. De forma idêntica, *Mashal*, uma das palavras usadas para poema em hebraico, é traduzida no Novo Testamento por parábola. Ou seja, as parábolas de Jesus seriam assim uma extensão daquilo que sempre tinha constituído o sistema básico do pensamento hebraico, tal como tinha sido transmitido por via da tradição profética.

Seguidamente, Lowth estudou o modo de construção do próprio verso hebraico, demonstrando que se baseava em princípios distintos das técnicas de rima, ritmo e aliteração e que ele designou de paralelismos. Trata-se de sistemas de correspondências entre versos e palavras (*parallel lines* e *parallel terms*) que Lowth distingue em oito espécies diferentes, desde a simples repetição, ao eco, variação, comparação e contraste. À semelhança do que acontece com as formas poéticas seculares, Lowth argumenta, também as origens desta forma residem na tradição oral, neste caso dos cânticos e coros que vemos mencionados em todo o Antigo Testamento.

As propostas de Lowth iniciaram no panorama do pensamento britânico oitocentista uma revolução crítica. Por um lado, ao encontrar na simplicidade da linguagem de Jesus a herança de toda a tradição poética hebraica, Lowth estava a recriar e a reconstruir o mundo bíblico como simples, rural e de linguagem comum. Por outro lado contudo, aí nasciam também algumas das justificações de fundo para o revolucionarismo político igualitário que viria a nortear os ideais a revolução romântica. A emergência dos elementos essenciais às novas correntes críticas nascia já no estudo de Lowth acerca da naturalidade, da simplicidade e da irregularidade contra o artifício e a regra, antecipando em alguns anos Burke em *An Enquiry into the Sublime and the Beautiful* (1756). Veja-se o eco directo de Lowth em Wordsworth («Preface to Lyrical Ballads») acerca da concepção da própria poesia:

Poetry is the spontaneous overflow of powerful feelings.<sup>6</sup>

Enthusiasm springing from mental emotion.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> WORDSWORTH, W. — «Preface to the Lyrical Ballads» (1798-1800), in *English Critical Texts*, Oxford, Clarendon Press, 1985, pp. 160-89.

<sup>7</sup> LOWTH, Robert — *Lectures on the Sacred Poetry of the Hebrews*, London, 1787, vol. I, p. 224.

Em todo este processo estava também uma importante mudança de estatuto da própria Bíblia: a Sua linguagem viria a tornar-se o símbolo da revolta romântica contra a dicção clássica e abstracta do iluminismo setecentista e o poeta podia agora ser visto não como receptáculo de uma sabedoria, mas como um profeta, um transformador da sociedade e mediador da verdade divina (Blake, Shelley). Paralelamente à busca da verdade literal dos acontecimentos e narrações bíblicas, que constituía um novo e demarcante passo no âmbito evolutivo da hermenêutica bíblica, abriam-se os horizontes de aproximação interdisciplinar. A Bíblia influenciava também as teorias românticas da dicção poética e apresentava-se como um manancial de criatividade, levando alguns dos românticos a trabalhar o que podemos designar de estética bíblica (Coleridge, por exemplo).

A conhecida questão romântica dos géneros tem também algumas das suas raízes na obra de Lowth, já que este afirmava que a estrutura do discurso poético hebraico oferecia melhores condições para a tradução em prosa:

A poem translated literally from the Hebrew into the prose of any other language, whilst the same form of the sentences remain, will still retain much of its dignity and a fair appearance of versification.<sup>8</sup>

Deste modo, argumentava Lowth, os ritmos da prosa da *Authorized Version* estavam mais próximos do original devido à notável flexibilidade com a qual os paralelismos do verso hebraico se abriam à tradução. O resultado de todas estas propostas está bem visível em Blake:

PRINCIPLE 5th. The Religions of all Nations are derived from each Nation's different reception of the Poetic Genius, which is every where call'd the Spirit of Prophecy.

PRINCIPLE 6th. The Jewish & Christian Testaments are An original derivation from the Poetic Genius; this is necessary from the confined nature of bodily sensation.<sup>9</sup>

Dois anos mais tarde em *The Marriage of Heaven and Hell* Blake sistematiza uma série de questões que entram em diálogo aberto com alguns dos conceitos da crítica histórica de Lessing ou Eichhorn. Trata-se de um passo

---

<sup>8</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>9</sup> BLAKE, William — *Complete Writings*, Oxford, O.U.P., 1984, p. 98.



de «A memorable Fancy» que contém um diálogo entre os profetas Isaías e Ezequiel e no qual o primeiro responde sobre a certeza de que Deus lhe tenha falado:

The Prophets Isaiah and Ezequiel dined with me, and I asked them how they dared so roundly to assert that God spake to them; and whether they did not think at the time that they would be misunderstood, & so be the cause of imposition.

Isaiah answer'd: «I saw no God, nor heard any, in a finite organical perception; but my senses discover'd the infinite in every thing, and as I was then perswaded, & remain confirm'd, that the voice of honest indignation was the voice of God, I cared not for consequences, but wrote.<sup>10</sup>

Se é um facto que por volta de 1788 Blake tinha já lido Lowth e tomado contacto com *The Christian's Magazine*, uma publicação periódica antiwesleyana que editara em 1767 uma versão do prefácio às *Lectures* de Lowth, é também importante considerar a influência que se fazia sentir em Inglaterra vinda essencialmente dos estudos bíblicos alemães com Michaelis, Reimarus, Lessing e Eichhorn. A proposta fundamental destes críticos orientava-se no sentido de que a Bíblia fosse lida como qualquer outro livro ou como registo dos vestígios de uma civilização antiga: os milagres e aparições deveriam ser considerados parte de uma eclética mitologia com possíveis raízes na Babilónia e mesmo no antigo Egipto. As correntes críticas alemãs abriam assim à interpretação literária uma série de passos e figuras bíblicas.

Deste modo, e dada a inexistência de uma tradição local no âmbito da crítica bíblica, estas considerações eram em Inglaterra alvo de frequente polémica, tendo ficado especialmente marcadas na literatura. Não esqueçamos contudo o movimento de questionação que se instalou em meados do séc. XIX em torno da análise minuciosa do texto bíblico — *higher criticism* — e que estava na sequência de um processo de mutação epistemológica cujo núcleo era constituído pelas propostas darwinianas para a criação do homem e do mundo.

O exemplo mais saliente da forma como a Bíblia penetrou toda a produção literária oitocentista está em Coleridge em *Confessions of an Inquiring Spirit*, assim publicado em 1840 pelo seu sobrinho H. N. Coleridge, mas cujo título original era *Letters on the Inspiration of the Scriptures*. A teoria de

---

<sup>10</sup> *Idem*, p. 153.

Coleridge direccionava-se fundamentalmente para uma aproximação literária à Bíblia, não devendo os textos estar sujeitos ao que ele apelidava de *bibliolatory*, ou seja, um entendimento sobrevalorizado do texto fora de um contexto e tendo em vista a atribuição de um sentido universal. Então, ao sentido divino dever-se-ia sobrepor o espírito de descoberta da experiência imaginativa do leitor. Em *The Statesman's Manual* ele descreve as Escrituras da seguinte forma:

the living educts of the imagination...giving birth to a system of symbols harmonious in themselves and consubstantial with the Truths of which they are the conductors...the Sacred Book is worthily intitled the Word of God. <sup>11</sup>

A inversão do entendimento tradicional da Palavra Sagrada é evidente, já que esse carácter não resulta de um acto de revelação mas sim de uma atribuição de sentido por uma subjectividade. O texto pode então ter para uma determinada experiência de leitura um significado simbólico, actuando como condutor (*conductor*) da verdade divina. A insistência coleridgeana no sentido simbólico da narrativa bíblica (*living educts of the imagination*) não só (re)equacionava toda a tradição exegética, como vinha sobretudo aprofundar as relações de interdisciplinaridade com a literatura, apelando à aplicação de métodos que fossem simultaneamente válidos para os textos seculares e sagrados.

A tipologia como forma de interpretação bíblica era então ameaçada por uma nova hermenêutica crítica e histórica e, ao reconhecer a importância das implicações da Bíblia em toda a estrutura perceptiva e imaginativa humana e reafirmar os propósitos de Lessing de que a Bíblia deveria ser lida como qualquer outro livro, Coleridge erguia um marco simultaneamente crítico, cultural e teológico. Nesta sequência, M. Arnold viria a afirmar em *Literature and Dogma* (1873) que a religião não é um dogma, mas sim poesia. Retoma portanto o primado da emotividade humana e do aperfeiçoamento interior como razões de fundo da própria religiosidade. Estes seriam meios de melhorar o que Arnold designa de *better self*, não devendo ser vistos como algo de transcendente, imposto do exterior.

---

<sup>11</sup> COLERIDGE, S. T. — «The Statesman's Manual», in *Lay Sermons*. London, Routledge, 1972.

Nos quasi 150 anos que se seguiram a Coleridge, a hermenêutica bíblica polarizou-se em dois extremos: por um lado o reconhecimento da Bíblia como um registo histórico de acontecimentos; por outro lado, o entendimento resultante não propriamente da valorização do conceito de história, mas sim de ficção (aliás, como já se afirmou, a ascensão do romance vai também ficar ligada ao início desta distinção e muito em especial à própria mudança de estatuto da narrativa bíblica).

Marcada pela antítese oitocentista *fact/fiction*, a actual hermenêutica bíblica não encontrou ainda uma uniformidade na descrição da matéria de base: se é hoje insustentável fazer depender a Bíblia dos conceitos de história, mito ou ficção, que fizeram o cerne da polémica oitocentista, é também certo que as teorias da interpretação bíblica estão indubitavelmente ligadas à teorização crítico-literária, sendo a história da interacção disciplinar demasiado complexa para que se possa reduzir a um processo de progressiva secularização. Explicações fundamentadas em mera polaridade ou pura simbiose são insuficientes.

Note-se a este propósito que Rudolf Bultmann, um dos teólogos luteranos mais proeminentes do nosso século, orienta o seu pensamento em primeiro lugar para a desmistificação das Escrituras à qual se seguirá a necessidade de estabelecer parâmetros rigorosos de interpretação dos textos históricos:

History as a factual science cannot, as the biblical scriptures do, speak of the intervening activity of God in the course of history. It can only perceive belief in God's activity, but not God Himself, as historical phenomenon. <sup>12</sup>

É claro que, no séc. XX, críticos como Hartmann, Bloom e Alter constituíram em todo este processo de interacção um contributo marcada e maioritariamente judaico. Trata-se também da reestruturação de uma antiga tradição crítica, trazendo até novas propostas para a organização dos textos básicos. Situam-se nesta perspectiva também os novos estudos cabalísticos agora voltados para o entendimento, ou melhor, a depuração das anteriores adaptações feitas pelo neoplatonismo e pela metafísica.

---

<sup>12</sup> BULTMANN, R. — «Hermeneutics and Theology», in *The Hermeneutics Reader*, London, Basil Blackwell, 1986, p. 252.

A controvérsia sobre esta longa interação, agora próxima dos 2000 anos, continua. Só o conhecimento do processo de (re)interpretação nos permite abandonar possíveis provincialismos e ganhar com o diálogo interdisciplinar, entendido numa perspectiva literária de presença ou de ausência. Como afirma Eduardo Lourenço, esta será sem dúvida proveniente da «queda de um estado inicial», ou do «confronto entre a inocência humana e uma ordem de coisas que a nega». <sup>13</sup>

*Maria João Pires*

---

<sup>13</sup> LOURENÇO, Eduardo — *Heterodoxia I & II*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, pp. 134-139.

## **NOTES ON THE ENGLISH PRESENT PERFECTIVE, AND ON ITS COUSIN, THE PORTUGUESE 'PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO'**

### **0. Introduction**

The English Present Perfective (PP) and its cousins in other languages, including the Portuguese 'Pretérito Perfeito Composto' (PPC), are the subject of much linguistic discussion. Apart from the well-known problem of how to teach the PP to students of English as a foreign language, it appears that this verbal structure causes arguments as to the real nature of 'tense' and 'aspect', and the extent to which the meaning of the syntactic structure is modified by the type of lexical verb involved and the adverbs which accompany them.

In this paper I should like to examine the phenomena known as tense and aspect as they are expressed by the PP and the PPC, and to compare the variations which occur when different situation types of lexical verbs are used. Any analysis of this kind must also include consideration of the adverb types which are often necessary to clarify the meaning in context, and the emphasis will be on language occurring in context rather than in sentences 'for syntactic purposes'.

As the title may suggest that the PP and the PPC will be given equal prominence in this paper, I must make it clear from the beginning that far more attention will be given to the PP, and that the analysis of the PPC will then be made in relation to the criteria established for the PP, and in comparison with it. This is not just because English is my mother tongue, and because of my probably vested interest in explaining its workings to Portuguese native speakers. It is also influenced not inconsiderably by the fact that the PP is far more frequent in English situations than the PPC is in

Portuguese ones. Suffice it to say that there are over twelve times more examples of the PP in the translation of the Portuguese novel *Angústia para o Jantar* than there are of the PPC in the original version<sup>1</sup>. This would indicate that, if, as one might suspect, a translator is often influenced by the syntax of the original text, a representative number of English texts might have an even higher percentage when compared to a similar number of Portuguese ones. It also indicates that, although there is a lack of equivalence between the tense and aspect systems of the two languages, it is perfectly possible to translate the situation using different tense, aspect and adverb combinations, and a little help from the context.

This paper will be restricted to the use of the full simple and progressive forms of the PP and PPC. Examples in which a modal precedes a *have/ter* + participle construction, as in *could have done* or *podia ter feito*, will not be examined, as the modal verb shifts the whole semantic balance involved. Neither shall I consider the non-finite clause using *have/ter* + participle, such as *having read* or *tendo lido*, because, although these expressions have a time reference, it is not equivalent to that found with the finite verb forms, and because the pragmatic application of these structures is rather different in both languages.

## 1. The interpretation of 'Tense' and 'Aspect'

Even a cursory examination of the verbal systems in two fairly similar languages like English and Portuguese will reveal that there are plenty of points of difference in this area. Experts on both languages are by no means completely clear as to how the individual languages work, let alone how they correspond to each other. Traditionally, distinctions have been made between tense, aspect, and mood, but not everyone seems to be in agreement about

---

<sup>1</sup> The corpus which has served as a basis for several observations made in this article consists of:

MONTEIRO, Luis de Stau — *Angústia para o Jantar*, Lisboa, Edições Atica. 1961.

MONTEIRO, Luis de Stau — *The Rules of the Game*. (Translation of the above) Translator — Ann Stephens, London, Putnam and Co. Ltd. 1964.

These texts were chosen because they consist largely of monologues and dialogues, in a way which makes it as near normal spoken language as most literary texts can come. The perspective is usually of the speaker in the present, and this feature of the text lends itself particularly well to the analysis of the PC and PPC, particularly in a comparative study.

exactly where these distinctions lie<sup>2</sup>. Besides this, much discussion has centred on the nature and function of auxiliary and modal verbs, and there is also a certain lack of agreement about which verbs qualify as auxiliary or modal verbs<sup>3</sup>. However, perhaps the biggest obstacle to classifying and formalizing the information implicit in the syntax of lexical verbs is that time, or tense, is only one element in the semantics involved.

For the purposes of considering the PP and the PPC in this paper, I shall take the term 'tense' to refer to the concepts of time conveyed by the structure in context. The term 'aspect' will be interpreted as referring to the notions of 'perfective', which is usually assumed to indicate a completed verbal process, and 'progressive', which is understood to describe continuous or iterative verbal processes. The verbs *have* and *ter* are traditionally considered to be the auxiliary verbs which introduce the perfective, and the structures *be* + *ing* form and *estar* + infinitive *-ndo*<sup>4</sup> are used for the progressive.

The terms used to describe the syntactic behaviour of the verbal system are often institutionalized, and do not always bear close scrutiny. The very description 'present perfective' leaves a lot to be desired. The terms 'past' or 'future' usually refer to the time of the verbal process described, in relation to the perspective of an utterance situated in the present [NOW], and past

---

<sup>2</sup> See:

COMRIE, Bernard — *Aspect*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard — *Tense*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

DOWTY, David R. — *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht/Boston/London, D. Reidel Pub. Co. 1979

OLIVEIRA, Fatima — *Alguns aspectos de aspecto*, in «Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística», Lisboa, 1991.

PERES, João Andrade — *Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993

VENDLER, Zeno — *Linguistics and Philosophy*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1967.

<sup>3</sup> See:

MAIA, Belinda — *A Contribution to the study of the the Language of Emotion in English and Portuguese*, Dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

PONTES, Eunice — *Verbos Auxiliares em Português*, Petrópolis, Brasil, Editora Vozes Lda., 1973.

QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan — *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London and New York, Longman, 1985.

<sup>4</sup> The *estar* + infinitive structure is typical of European Portuguese, but the *estar* + *-ndo* one is more normal in Brazilian Portuguese.

perfective and future perfective often, but not always, describe actions that are perfected, or finished before the past or future reference in question. Similarly, the 'present' in present perfective establishes the notion that the action should be completed before the present [NOW], a debatable point with many examples. Besides, 'perfective', is not always a happy choice, whether the time reference is past, present or future, since it is traditionally meant to describe a telic situation, something that has ended<sup>5</sup>, and is often contrasted to the 'imperfective' which often, but not always, describes an atelic situation. As we shall see, the 'perfective', as a term of reference in English grammar, by no means refers to a telic situation in all its uses. It is no wonder, therefore, that the official terminology should merely add to the confusion in attempting to describe this phenomenon.

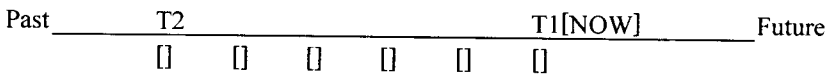
### 1.1. *Tense and aspect with the Present Perfective*

Let us first examine the concepts of time which are actually involved with the PP. To try to isolate the part of the PP which contributes to the notion of tense from that which suggests aspect, is almost impossible at a morphological level, but most authorities seem to be in agreement that there are three main notions of time, those of state, habit and event, and most will provide diagrams something like the following when discussing the PP:

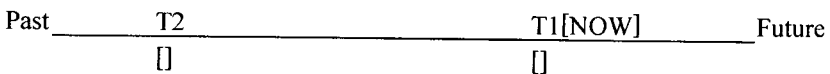
**State:**



**Habit:**



**Event:**



The peculiarity of the PP is that, although the state, habit or event may belong to, or be initiated in the past, it has to be connected to the present in

<sup>5</sup> For a description of 'telic' and 'atelic', see COMRIE — *Op. cit.*, p. 44-48.



some way, and the focus of interest is not on T2, but on T1, or [NOW]. A T2 may be specified in the sentence, usually using *since* + time expression, and a notion of a relatively recent period is often implicit in the context, but it is not always necessary, either because it is of minimal interest, or is simply unknown. The state and the habit will be seen as continuing from T2 up to the moment of speaking, and if one is to describe these situations as truly perfective, one will have to accept T1 as the time which marks the specific end of the state or habit.

There have been arguments about whether time notions like T1 can be considered as marking a fixed moment or cut off point in time, or whether they must always be considered as representing an interval, no matter how short. The moment approach allows one to interpret the state or habit type PP as referring to the time interval between T2 and this cut-off point, and would seem to assume that whatever the PP refers to occurs between these two points. However, current theories on time, and particularly on how the brain processes information on time, would seem to favour the interval approach, and the question then arises as to whether the reference of the PP extends to the beginning of this interval, or also includes it. In context, the situations in which the PP occurs often carry the implication that the state or habit not only includes the instant or interval of T1, but it will also continue into at least the near future. This leaves the perfective status of these verbal structures in a rather fuzzy area..

The notion of perfective is rather different when the PP is used with a past event. In these cases the event has taken place in the past but the T2 is not specified because, if specific reference to T2 occurs, it entails the use of the simple past and not the PP. The focus, therefore, is on the relevance of the past event occurring before the present. The event has been perfected, or has ended, at the end of the interval of time understood as T2 but, since T2 is unknown or unspecified, the perfectiveness has to relate to T1 instead.

One reason a certain amount of confusion exists in discussions about tense is that the examples used are often deceptively simple. When people argue about syntax, they seem to happily accept that *John was ill / saw the film/ kissed his wife* are complete situations, whereas they would probably recognize the need for a fuller description of the situation in order to talk about *John has been ill / has seen the film / has kissed his wife* .

This attitude is, however, based on false assumptions. In a real context, the simple past is not used unless a definite instant or interval of time is contemplated. The reference need not be in the sentence or even the text, but it has to be understood at some pragmatic level for the situation described by

the verb to have any coherence. However, perhaps because the simple past often occurs in narratives where the time referred to is established early in the text, and becomes implicit in the situation, it is unnecessary to mention it repeatedly.

With the PP, though, T1, or [NOW], is implicit in the situation, and T2 is only rarely referred to. The type of adverbial used is more often a rather vaguer, or more subjective, notion of time, of the kind expressed by *already*, *just*, *recently*, *yet*, *once before*, or *always*. However, the fact that the PP usually functions with some form of time adverbial cannot be ignored in discussions about it, and to argue about examples like *Mary has lived in Amsterdam* without some sort of an adverbial or time reference implied by the situation in context, is a risk.

The progressive form of the PP is often treated merely as a variation of little importance, and in the corpus it does in fact account for only about 10% of the examples. Quirk et al.<sup>6</sup> shows it to be an alternative for expressing the PP, but agree that it has 'a semantic range that is not entirely predictable from the meanings of its components'. They are preoccupied with working out the time reference involved, but closer examination will reveal that although it has a definite function which only partly overlaps that of the simple PP, it is sometimes preferred to the PP for easily identifiable lexico-semantic reasons. Lexical verbs which lend themselves to the ideas of continuous or repeated action will usually prefer the progressive form of the PP.

## 2. The Perfective aspect of *ter* + past participle constructions in Portuguese

The behaviour of the perfective aspect of *ter* + past participle constructions in Portuguese is rather less easy to analyse, particularly in relation to the Portuguese 'pretérito perfeito composto' (PPC). Paul Teyssier, in his communication at the IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística in April, 1994, put forward the opinion that, from a historical point of view, the PPC has developed relatively recently, and that this development is more complete in those languages, like English and French, where the inflection of the lexical verbs has tended to fall into disuse, at least at the level of the spoken language. He suggested that the more hesitant development of the PPC in Portuguese was linked to the still strongly inflected verb system, and

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, 4.38-40.

described this as an indication of linguistic archaism in Portuguese. If he is right, then it is to be expected that the tendency will be for Portuguese to evolve towards the situation in other languages and that this evolution will possibly be accelerated by ever-increasing interlingual contact as ever more European citizens are forced out of their more traditional monolingualism. This evolutionary aspect may account for the hesitations about acceptability of its usage in certain situations by native speakers.

Interestingly, the evolution of the 'pretérito mais-que-perfeito composto' (PMQPC), seems to have evolved rather differently to the PPC, and shows more affinities to the English past perfect. Cunha & Cintra<sup>7</sup> seem to consider the PMQPC as a variant of the simple form of the 'pretérito mais-que-perfeito', and whereas the former is more common in speech, the latter is largely confined to written language. They describe it as indicating 1) an action that occurred before another past action, 2a) a fact vaguely situated in the past, and 2b) a past fact which one wants to 'atenuar', or tone down, in a statement or request. Peres<sup>8</sup> seems to corroborate the first description. However, the following examples<sup>9</sup> demonstrate that the PMQPC can describe a state which preceded T2 in the past:

- (1) O pai, que pelos vistos tinha feito a Grande Guerra como capitão-médico, três condecorações e a legião de honra francesa. Mestre de armas também, campeão de florete desde os tempos em que tinha sido aluno do Colégio Militar<sup>10</sup>.

a habit which preceded T2 in the past:

- (2) No decorrer da vida tinha visto o pai, muitas vezes, com uma frase ou com um gesto, pôr termo a tensões inesperadas.

or an event happening in T3, before T2 in the past:

- (3) Dias antes, em conversa, Gonçalo dissera que tinha ido almoçar ao English Bar com a mulher.

---

<sup>7</sup> CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley — *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Edições Sá de Costa, 1984, p. 455-6.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>9</sup> Unless otherwise indicated, the examples used in this paper will be taken from *Angústia para o Jantar* by Sttau Monteiro, and the translation, *The Rules of the Game*, *Op. cit.*

<sup>10</sup> This example is taken from *Balada da Praia dos Cães* by Cardoso Pires.

There is also a complex area where the hypothetical use of the past perfect <sup>11</sup> corresponds to the ‘conjuntivo’ of the PMQP, while the conditional *would have* + participle can correspond to the ‘futuro do pretérito composto’, as in:

(4) Se eu tivesse ido jantar contigo nesse dia, nada disto teria acontecido.

*tr. If I had had dinner with you that night, none of this would have happened.*

or to the ‘conjuntivo’ of the PMQPC with the PQMPC, as in:

(5) E se o António não tivesse dito que me conhecia, tu nada me tinhas contado...

*tr. And if António had not told you that he knew me, you would never have told me.*

and the toning down factor described by Cunha and Cintra, can be interpreted with similar or other structures in English, but I shall not venture further into this area here.

The ‘futuro do presente composto’ also appears to have a similar function to the future perfect, according to Cunha and Cintra <sup>12</sup>. Peres <sup>13</sup> calls the same structure, the future form of *ter* + past participle, the ‘futuro perfeito’, but seems to accept a similar usage for it. Although rare, it would seem to describe states, habits and events similarly to the other perfectives described so far. However, in context, its usage would seem to suggest an overlapping of function with the PP. This function is described by Cunha and Cintra <sup>14</sup> as expressing uncertainty (probability, doubt, supposition) about past facts. It would seem to correspond fairly closely to the use of the PP in similar situations, as one can see from the following example and its translation:

(6) Que terá acontecido ao meu filho.? Terei falhado como mãe? Não haverá uma possibilidade de ainda nos entendermos?

*tr. What has happened to my son? Have I failed as a mother? Is there no chance at all of our understanding each other now?*

---

<sup>11</sup> See QUIRK *et al.* — *Op. cit.*, 14.23.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 460.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 460, 3.º.

Unlike its past and future counterparts, however, the PPC appears to be very restricted. Cunha and Cintra<sup>15</sup> describe it as generally expressing the repetition of an act, or its continuity to the moment of speaking. As I have already pointed out in Maia<sup>16</sup>, rather than a case of either repetition or continuity, the examples to be found would suggest rather an idea of repetition and continuity, or the idea of habit in the past continuing to [NOW]. This may seem a rather untenable position to take, if one examines Peres'<sup>17</sup> examples with *A Maria tem vivido em Amesterdão*, but I hope to show that *viver* and similar state verbs are not as 'continuous' in nature as some analyses would lead us to believe.

I propose, therefore, that the PPC can be used where a habit or iterative type interpretation is implicit in the PP, but that the state type of PP is usually represented in Portuguese by the 'presente', and the event type of PP by the 'pretérito'. I would also suggest that, the comparison of the usage of the PP and the PPC, draws attention to the notion of an iterative interpretation as important to the general understanding of both.

### 3. Verbs: situation types

There have been several attempts to classify verbs according to the type of situation they tend to favour. According to Dowty (1979 : 52-3), "Aristotle [...] is generally credited with the observation that the meanings of some verbs necessarily involves an 'end' or 'result' in a way that other verbs do not" and that 'he distinguished between the *kinesis* (translated 'movements') and *energeiai* ('actualities'). Ryle<sup>18</sup>, Kenny<sup>19</sup> and Vendler<sup>20</sup> all drew attention to the way the lexical meaning of the verb controls the way in which it can appear with phenomena like the progressive and perfective aspects, and the imperative. Dowty<sup>21</sup> himself suggested four basic verb types — states,

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 453.

<sup>16</sup> MAIA, Belinda — *Tense and Aspect in English and Portuguese*, in «Actas do 1.º Encontro Nacional sobre o Ensino de Línguas Vivas na Universidade Portuguesa», Lisboa, Faculdade de Letras, 1988, pp. 255-271.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>18</sup> RYLE, Gilbert — *The Concept of Mind*, Harmondsworth, Penguin Books, 1949.

<sup>19</sup> KENNY, Anthony — *Action, Emotion and Will*, London and Henley, Routledge and Kegan Paul Ltd. 1963.

<sup>20</sup> *Op. cit.*

<sup>21</sup> *Op. cit.*

activities, achievements and accomplishments — each with several sub-groups. There have been several other attempts at the semantic and syntactic classification of verbs, and they are described in detail in Vilela<sup>22</sup> (1991: 3-28). However, I prefer to use that to be found in Quirk et al.<sup>23</sup> and which is given here in Figure 1.

The basic division is into stative and dynamic verbs. The stative verbs are then divided into quality, state and stance in the diagram, although the state verbs are further subdivided in the text into 'intellectual states', 'states of emotion and attitude', 'states of perception' and 'states of bodily sensation'. The dynamic verbs are further divided into 'durative' and 'punctual', and each of these into 'non-conclusive' and 'conclusive', and 'non-agentive' and 'agentive' as can be seen in the diagram. This classification was constructed largely on the basis of the meaning each group produced when combined with the progressive aspect in English and, with the occasional exception<sup>24</sup>, the scheme works fairly well for Portuguese verbs when combined with the progressive type *estar* + infinitive in European Portuguese, or the *estar* + *ndo* form of Brazilian Portuguese. However, all such classifications are subject to criticism and must be interpreted flexibly if one is to account for apparently deviant behaviour by language in real texts.

#### 4. Other factors that may influence the meaning of the perfective aspect

##### 4.1. *Adverbials*

The vagueness and subjectivity of the adverbs used with the PP is one reason why people argue about the nature of the PP in relation to tense or aspect. When attempts are made to formalize the tense of the PP, the tendency is to favour examples which occur without these adverbials, or with more definite ones like phrases with *for* and *since*. *Already* may seem to refer

---

<sup>22</sup> VILELA, Mário — *Gramática das Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra, Livraria Almedina, 1992, p. 3-28.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 4.27.

<sup>24</sup> The behaviour of several of the Stative Stance verbs, like *sit* and *lie* does not have a direct equivalent with the Portuguese verbs *sentar(se)* and *deitar-se*. The progressive forms *is sitting/lying* can only be rendered as *está sentado/deitado*, which conveys a sense of perfective rather than progressive aspect.

PRESENT PERFECTIVE AND 'PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO'

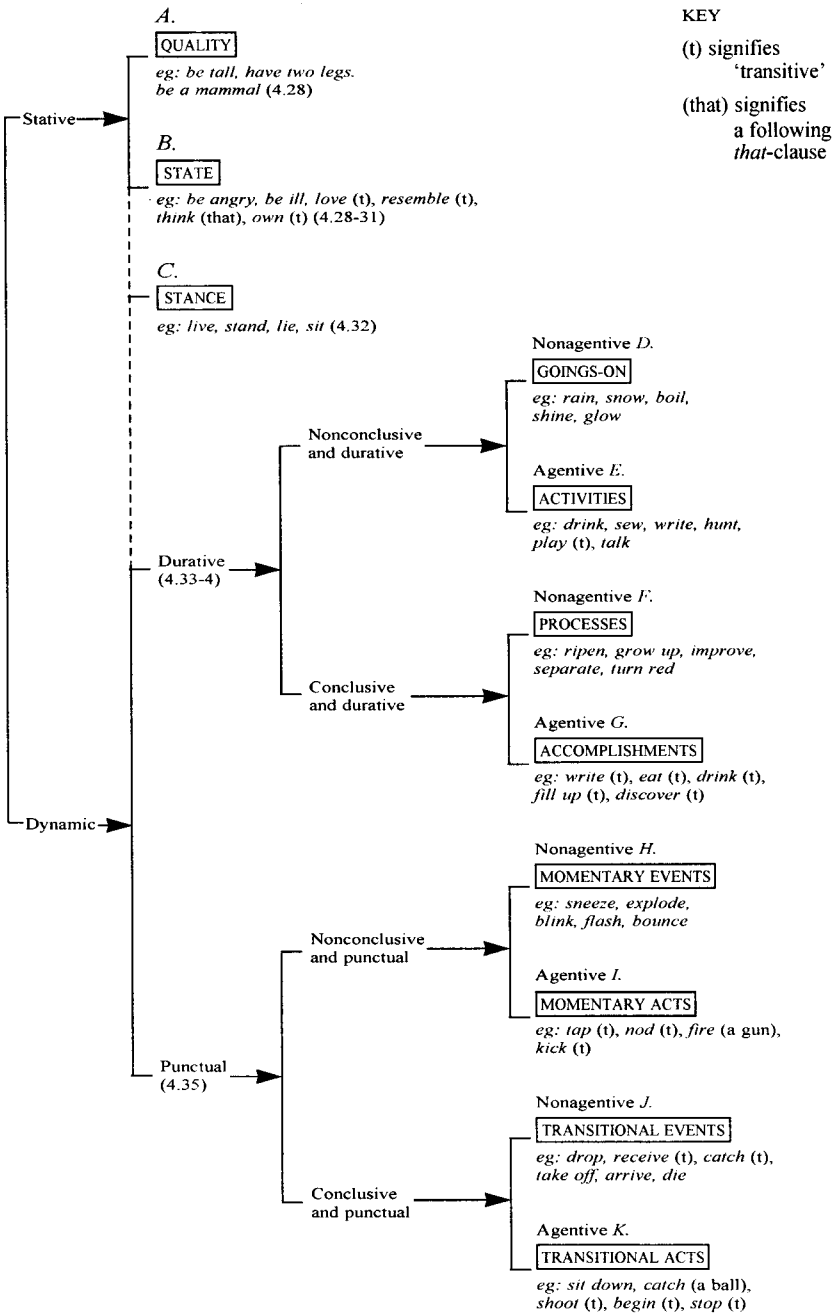


Figure 1

to a definite point in time, but in fact, pragmatically, it really functions to avoid the precision required by a definite time + the past tense. An interesting adverb which can occur with the PP is *before*, as in *I have seen you somewhere before*, translatable as *Já o vi em algum lado*. The reason why it is of interest is that, although it also refers, like *already*, to some vague T2, it also implies, at a pragmatic level, the fact that *I can see you now*.

*Recently*, *lately* and *just* are highly subjective in relation to concepts of time, and, in practice, *always* and *never* are not always used in the exclusive sense they appear to have when described in isolation. *Never*, *not + yet*, like other negatives, usually appear connected to something which has not taken place, and it should not be forgotten that the interrogative form of the PP is semantically useful for requesting information on whether something was done, rather than on when it was done.

The nearest Portuguese adverbs to correspond to those described above would seem to be *há* + period of time for *for*, *desde* + point in time for *since*, *já* for *already*, *recentemente* and *ultimamente* for *recently* and *lately*, *sempre* and *nunca* for *always* and *never*, *ainda não* for *not ... yet*, and the verb *acabar de* + infinitive for *just*. Apart from this latter expression which, for a PP sense will give us the ‘presente’, the only real problems here for the comparison of the PP and PPC, arise with *sempre* and *nunca*. Both languages can use *always* and *never* in a sentence like *John always / never likes to go to church on Sundays*. or *o João gosta sempre de ir à missa aos domingos* and *o João nunca gosta de ir à missa aos domingos* to describe a present situation, and *John always / never liked to go to church on Sundays* or *o João gostou sempre de ir à missa aos domingos* and *o João nunca gostou de ir à missa aos domingos* to describe a past situation. However, the PP + *always* usually gives us a state or habit starting in the past and continuing up to the present, and the emphasis is on the connection between past and present. Portuguese does not seem to be able to achieve this nuance of meaning with *sempre* and *nunca*. and, since situations with the PP include reference to the past, these examples will normally take the ‘pretérito’.

Quirk et al.<sup>25</sup> consider other adverbs such as *today*, *this month* and *this year* as allowing the PP because, although the event is recognized as being in the past — and a normal past tense can be used with them — they can be considered as including [NOW]. When used with the PP, the connection between past and present is emphasized rather than the event in the past, as

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, 4.23.



in *I have seen her this year*. Portuguese, on these occasions, will use both the time adverb and *já* to achieve the same effect, as in *Já a vi este ano*.

The length of time involved in those situations which state the time factor more definitely may also contribute to the interpretation that is given to the verbal process and the situation involved. However, I shall return to this point in greater detail in 5.1 when discussing the notions of time involved with the PP and PPC.

#### 4.2. *Other factors*

Apart from the different types of adverbial, which both contribute to and restrict the semantic reading of the verb, there are other other factors to take into consideration. These factors vary according to the situation, but knowledge of the world is usually essential to their understanding.

One syntactically expressed factor is that of plurality which allows for sentences like *The bombs have been exploding* and disallows *\*The bomb has been exploding*. The progressive form of the PP often refers to repeated or habitual action, but we know that, normally speaking, and unless we are dealing with some special type of bomb which contains several explosive devices, a bomb can only explode once. The use of the plural *bombs* refers not to several bombs exploding several times, but to several bombs exploding one at a time.

Another factor that interferes with classification of verb types is different lexical usage as in *The bomb has exploded* and *The bomb-disposal expert has exploded the bomb*. Both can be classified as punctual verbs, but they take a non-agentive and agentive reading respectively. Although we are aware that someone, at some stage of bomb procedure, has to activate the bomb, the first example expresses the commonly held notion that a bomb explodes spontaneously. The second, more marked, example describes the actions taken by an expert to dispose of a bomb under safe conditions, which is an abnormal situation for bombs.

Several of the verbs normally considered to be state verbs type B are notoriously unstable when it comes to their use with the progressive. The example *I think you are wonderful* would be usually classified as stative because it is presumed to indicate the speaker's permanent opinion about the addressee. It is therefore treated as a state which is permanent and constant within the world in which it is uttered and *\*I am thinking you are wonderful*

is rejected on the grounds that *thinking*, in this sense, cannot be seen as an on-going activity. However, *I have been thinking about how wonderful you are* is presumed to indicate a conscious activity, albeit mental, requiring no actual action, and not normally observable by the outsider. Also, since *thinking about* someone tends to be a sporadic rather than all-absorbing activity, always occurring in conjunction with other more observable activities, it cannot be granted the permanent status granted to the state type accorded to the opinion type *think*. However, I would suggest that the distinction between the two phenomenon is not quite so clear-cut as it would seem, whether one is analysing it from the point of view of lexicology or psychology, and that syntactic usage merely serves to draw attention to the fuzziness of this area.

This fuzziness can also be seen in the differences between finite and non-finite *-ing* clauses. Finite clauses using verbs such as *know* do not allow the progressive in sentences like \**He was knowing she was at home when he visited her*<sup>26</sup>, but non-finite clauses may use the *-ing* form as in *Knowing she was at home, he visited her* are perfectly acceptable. Despite their morphology, the lexical verbs in such non-finite clauses are not ellipted forms of full progressive tenses, although one could argue here that the situation of *knowing* does not describe a permanent opinion, but rather a short temporary period of time which acts as a time 'frame' to the shorter event of *visiting*.

The same ambivalence can be seen in the verbs of physical perception in English, such as *see* and *hear* when compared with the activity verbs *watch* and *listen to*. They are considered to reject the progressive form in their central sense and it is argued that *I see / hear her* is normal, but that \**I am seeing / hearing her* is unacceptable. Actually this type of situation is more easily defensible in the past tense, *I saw / heard her*, rather than \**I was seeing / hearing her*, as, pragmatically, the more normal expression in a present situation of perception would be *I can see / hear her*. It should also be remembered that *see* and *hear* can also appear in progressive type sentences like *I have been seeing a lot of him* and *I have been hearing all about you from your mother* which are supposed to indicate some sort of conscious perception of the activity rather than simple uncontrolled perception.

---

<sup>26</sup> Compare to;

*He knew she was home when he visited her.*

Comparison to the Portuguese verbs of physical perception only helps to highlight the fuzziness of this area. Although people will argue that that *see* and *hear* correspond to *ver* and *ouvir*, and *watch* and *listen to* to *olhar* and *escutar*, the fact remains that *ver* and *ouvir* happily accept usage with the progressive type *estar* + infinitive/*-ndo* form, as in *o João está a ver a televisão e a Maria está a ouvir a rádio*<sup>27</sup>. Whether this has something to with the relatively passive position of those who watch television or listen to the radio is a moot point!

The whole area of stative verbs is semantically complex, and one of the problems I hope to highlight here is how difficult it is to lump them all into three categories with a small number of sub-categories, and to describe them in terms of non-volitional states as certain psychologists and grammarians do.

## 5. Tests of tense and aspect

The syntactic criteria for describing tense and aspect referred to in 1.1 will be developed in more detail here, and certain adverbs will be chosen for testing purposes. These criteria have been chosen partly on traditional theoretical grounds, and partly on the basis of the observable patterns that were found in the corpus of 25 examples of the PPC from the Portuguese novel *Angústia para o Jantar*, and the 269 examples of the PP in its translation.

The diagrams used in 1.1 have been elaborated below to allow for all possible interpretations of the PP and PPC. The commonest adverbials used with the PP will be given, as well as a rough indication of the equivalent method in Portuguese for expressing notions which are typical of the PP but which cannot be rendered by the PPC. Once these criteria have been established, they will be applied to examples which belong to the different situation types of verb.

---

<sup>27</sup> Translatable only as:

*John is watching the television and Mary is listening to the radio.*

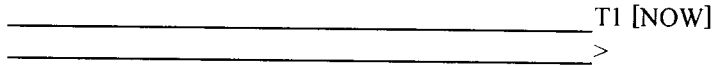
and not as:

*\*John is seeing the television and Mary is hearing the radio.*

5.1. ***Notions of time expressed by the Present Perfect***

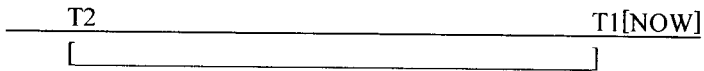
1. STATE TYPE

a) To describe a state or situation that has always existed, still exists — and may continue into the future:



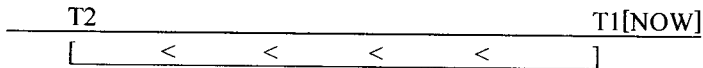
This type is claimed for examples which usually appear with the PP + *always* or *never*, although the idea of eternity expressed by the diagram and the adverb has to be taken relatively. A similar notion is expressed in Portuguese by the 'pretérito' + *sempre* or *nunca*.

b) To describe a state or situation that started at some unspecified time in the past, is still valid — and may continue into the future:



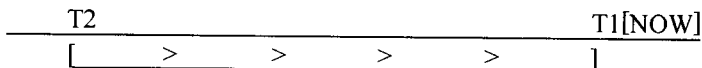
This situation is similar to a), of which it is a more realistic interpretation. It is difficult to realize it in Portuguese without placing it fully in the past with the use of the 'pretérito'.

c) To describe a state or situation referring to a period dating back from [NOW] — and which may continue into the future:



Here the PP appears with *for* + a quantitative expression of time. Portuguese prefers to express this notion of time with *Há* + a quantitative expression of time + the 'presente'.

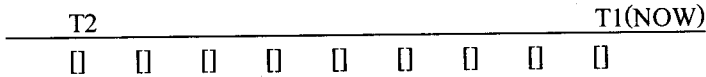
d) To describe a state referring to a period starting at specified point in the past and extending to [NOW] — and which may continue into the future:



This type of situation usually involves the PP with *since* + T2, and in Portuguese it can be expressed with the 'presente' + *desde* + T2.

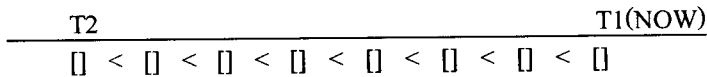
## 2. HABIT or ITERATIVE TYPE

a) To describe a habit or intermittent situation referring to a period dating from an unspecified T2 till [NOW] — and possibly continuing into the future



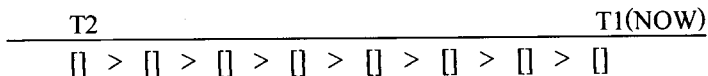
This kind of situation, which favours the progressive version of the PP, can be found with the simple PP + adverbials like *often*, although none were found with this adverb in the corpus. Although the PPC does not seem to need an adverbial in these cases, it usually expresses this type of situation in Portuguese, with or without the progressive aspect.

b) To describe a habit referring to a period dating back from [NOW] — and possibly continuing into the future



This kind of situation also favours the progressive version of the PP, can be found with *for* + a quantitative expression of time. The normal expression of this in Portuguese would be by *Há* + a quantitative expression of time + the 'presente', but, although no examples exist in the corpus, it is possible to express the same idea using *Há* + a quantitative expression of time + the progressive version of the PPC.

c) To describe a habit referring to a period starting at specified point in the past and extending to [NOW] — and possibly continuing into the future



This type of situation, sometimes in with the progressive, usually appears with *since* + T2. In Portuguese it is usually expressed by the ‘presente’ + *desde* + T2, but the progressive form of the PPC + *desde* + T2 is also admissible.

### 3. EVENT

To describe something that happened in an unspecified past and that is seen as relevant to the present :



This use of the PP appears in the corpus with *already*, *ever*, *just*, *never*, *yet* and, more often, with zero adverbials. It is the most common use of the PP, accounting for over 40% of the examples in the corpus. It appears to bear no relationship to the PPC and is expressed by *já* or *ainda não* + the ‘pretérito’ in Portuguese whenever a past time reference is simply unavailable.

The above diagrams may seem to have simplified the various time concepts involved and reduced the problem to manageable proportions. However, things are never as clear-cut as they seem, and these interpretations have to be modified to accommodate to real life factors. One of the most important of these is that human beings can never be doing only one thing at a time. Even when they are sleeping, they are also breathing and dreaming, not to mention tossing and turning. Some verbal processes, like *organizing a trade fair*, imply a multitude of sub-processes. Another factor is the length of time involved in the different situations.

When simple tenses are involved, it is relatively easy to isolate the action from the surrounding situation. If we say *John wrote a book last year*, we are focusing on something John accomplished last year, and the fact that he got married and went to Italy on his honeymoon does not affect this fact. Alternatively, if we say *John always went / goes to the cinema on Saturday nights*, we are clearly referring to a past or present habit of John’s. The simple PP also presents few difficulties when it emphasizes the finished nature of the process, rather than the time it happened, and *John has written a book* focuses this fact.

However, when we introduce perfective and progressive together in *John has been writing an essay for half an hour* and *John has been writing a novel for twenty years*, we find the analysis of the time notion a little more complex. Clearly, one can isolate the process of writing from all the other processes going on at the same time, and describe both processes in similar terms from a formal point of view. Therefore, in the first example, although John has been writing an essay for half an hour, he has possibly also been chewing his pencil, blowing his nose and thinking hard, while during the twenty years he has been writing his novel, he must obviously have done a myriad other things as well. However, there is a difference in that whereas the main activity of writing can be seen as virtually uninterrupted, or continuous, in the half hour described in the first example, writing in the twenty years of the second example can hardly be described even as a main activity, and must most definitely have proceeded in an intermittent way which, if one does not like to describe it as habitual, one can at least describe as iterative. The term 'iterative' avoids the conscious or unconscious ritual type of idea associated with 'habit', and yet helps to explain this phenomenon as a sequence of intermittent processes. The first example could therefore be classified as a state type 1b) and the second as a habit or iterative type 2b).

The PP so often describes situations that are rather vaguely situated in time that this notion of iterativeness is particularly appropriate for describing the more fuzzy examples, and this possibility will be explored below. The fact that most examples of the PPC can be seen as iterative, and are so described by most authorities, in some way tends to reinforce the arguments in favour of such an analysis.

## 5.2. *The influence of verb situation type*

### 5.2.1. The Stative verbs

Quirk et al.'s stative verb types cover a fairly wide selection of verbs, ranging from statements about fairly permanent qualities or more temporary states of the subject described, through all the verbs of perception, cognition and emotion to those which refer to stance or position. In principle, stative verbs do not allow for the progressive aspect, but examples with the same lexical items do occur, and will be examined as and when necessary.

5.2.1.1. Qualities — type A

The first type of stative verb, the A quality ones, which can be exemplified by *be tall, have two legs, be a mammal / ser alto, ter duas pernas, ser mamífero*, seem to reject usage with the PP because they tend to refer to what some classify as ‘eternal truths’, or state type 1 a). Perhaps because of this, the only acceptable examples are those which occur with the adverbials *never* and *always*, as in *She has never/always been beautiful*, and *He has always had only one leg*. However, pragmatically, these examples seem to be used either as an emphatic description of a quality which may in fact lack real permanence, or to draw attention to some unusual feature, rather than because they contain some absolute truth value based on the adverbs.

One example from the corpus, which might have been designed to show how someone can express the idea of eternal truth or state type 1a) using *be*, first in the PP to express a period of time extending from whenever men first evaluated each other to the moment of speaking, and then emphasizing a sort of seamless continuity implicit between this situation and the future by using a coordinated clause with *always* + the future tense, is:

- (7) A man’s worth lies in the extent to which he knows himself, and the extent to which he knows how to measure himself. I don’t see any reason for you to be so awe-struck about it. It has always been like that and always will be.

The more problematical nature of *always* and state type 1a), however, is demonstrated by another example in the corpus, which is a mother’s description of her son:

- (8) You know quite well how practical and realistic he has always been.

Not even the most doting of mothers would insist that her son was practical and realistic from the day he was born and, if challenged, would probably indicate some stage in his development during which she began to notice this characteristic. Pragmatically, her use of the PP + *always* is related not so much to any interest in a particular time span, as to a need to emphasize her son’s qualities.



## 5.2.1.2. States — type B

This group of verbs actually covers quite a wide variety of lexical fields and Quirk et al.<sup>28</sup> allows for several sub-categories. First there are the states which normally consist syntactically of a copula + adjective construction describing some aspect of the Subject that is too temporary and non-inherent to qualify as a quality. Portuguese speakers find the distinction between a quality and a state quite natural because they will use *ser* as the quality type copula and *estar* as the state type one, but the English native speaker, who has only *be* to use in both cases, may find it more difficult to see the difference.

It is easy enough to understand certain adjectives as describing permanent qualities in definitions like *a sphere is round*, but one does not need to contemplate the so-called 'eternal truth' every time one considers the quality of something or someone. After all, very few qualities are actually 'eternal' in the widest sense of this term. However, if we restrict the world of reference to that which is immediately relevant to the situation being discussed, one can argue for certain qualities as being inherent and inalienable from the object described, no matter how temporary the nature of this object. For example, although one may argue about the relativity of point of view, but one can extend the rule to describe someone as inherently *tall*, *beautiful* or *intelligent*. After this there is gradient of inherent quality to non-inherent state which allows one to use certain adjectives in both ways.

As an English/Portuguese speaker, I have always found it very useful to be able to apply the Portuguese *ser / estar* test to work out the answers for *be*. For example, one can describe the desert as being *dry* by definition and Portuguese will corroborate the fact by using *ser* in a similar situation. However, an example suggested by the corpus, which will be considered later under the section on processes, is that of an omelette being dry. Dryness is not, or I at least believe it should not be, an inherent quality of omelettes, although at what point we cease to refer to a particular omelette's dryness as non-inherent or inherent, is a debatable point for an English speaker. The Portuguese speaker can solve the problem, at least linguistically, by opting for either *estar* or *ser* to describe it — *A omelette está / é seca..*

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, 4.29 -31

Then there are the 'private' states which can be further subdivided into i) intellectual states, e.g. *know, believe, think; be convinced that*, or *saber, acreditar, pensar, estar convencido que*; ii) states of emotion or attitude, e.g. *wish, want, love, be happy; be annoyed*; or *querer, amar, estar feliz, estar zangado*; iii) states of perception, e.g. *see, hear, feel*; or *ver, ouvir, sentir*, and iv) states of bodily perception, e.g. *hurt, ache, feel cold* or *doer, sentir frio*. Finally, there are other states of 'being' and 'having' which are expressed through verbs like *have, contain, hold, matter, depend, resemble* and *belong, and ter, conter, parecer* and *pertencer*. The argument that these groups only accept the progressive on rare occasions<sup>29</sup> was presumed to show that private states lack the element of volition required for normal more physical actions but, as I have shown elsewhere<sup>30</sup>, the cognitive processes involved are too complex to be dismissed so lightly.

An interesting point, for the purpose of this paper, is that about a quarter of all the PP examples collected, and 60% of the examples with adverbs like *always, ever, never, and not...yet*, occurred with the stative verbs. They do not include examples of the progressive use as they were not present in the corpus, probably for the reasons already stated, and because those with *think*, usually with the prepositions *of* or *about*, are better interpreted as being conscious type E activities.

#### 5.2.1.2.1. *Non-inherent states*

One point that is worth drawing attention to is that many of those adjectives which usually express temporary states are the copula + adjective/past participle synonyms of the stative verbs discussed in the previous paragraph, for example: *be certain that / estar convencido de que, be happy / estar feliz, and be ill/ estar doente*. Another group that lends itself to this sort of structure are those referring to the weather, like *be hot / cold* or *estar quente / frio, and be sunny / cloudy* or *estar nublado*.

Let us look at a few non-corpus examples and their translations:

- (9) James has been very unhappy lately.  
*O Jaime tem estado muito infeliz ultimamente.*

<sup>29</sup> See QUIRK *et al.* — *Op. cit.*, 4.29 for the tentative use with *hope* and *want*, and those with bodily sensation.

<sup>30</sup> *Op. cit.* 1994.

- (10) Francis has been ill for a month.

*Há um mês que o Francisco tem estado doente.*

- (11) It has been very hot since last week.

*Tem estado muito quente desde a semana passada.*

The situations described are not simple states and, although they are seen as continuing over a certain period of time up till now, the continuity, or state-like nature of the situation is only relative. As we can see, the Portuguese translations accept the PPC quite happily and, since there seems to be general agreement that the PPC has an iterative function, one can also describe the English examples as referring to some sort of intermittent, cyclical, or iterative state.

Even if one is in a profound state of depression, the frame of mind is not usually absolutely continuous, and one has intervals of less negative moods, or — if nothing else — one needs to sleep at intervals, and our psychiatrists would probably agree with Shakespeare that “sleep .... knits up the ravelled sleeve of care”<sup>31</sup>, rather than continues or exacerbates it. Illness, too, tends to consist of a cycle of improvements and relapses, and the sun alternates with clouds by day and the moon by night. These situations, therefore, correspond to the habit / iterative type time concepts 2 a), b) and c), and they appear with suitable adverbs, as in the examples above.

If an adjective is used with *always* and the PP, one has to make an A quality type analysis with a State 1a) time concept, but the analysis with *never*, or *ever* and *yet*, which are used with negatives and interrogatives, is quite complex. The negative forms refer to states, habits or events which have not happened, and the interrogative asks whether the states, habits or events have happened. The corpus contains two such examples with adjectives from the emotion group:

- (12) Certainly not . . . I have never been afraid of work. If I had got my degree, I should have become a lawyer . . .

- (13) Have you ever made a bad business deal, or ever been ashamed to say something you had to?

---

<sup>31</sup> From SHAKESPEARE, William — *Macbeth*, 1623.

Ex. 12 is a negative proposition referring to a non-existent emotional state any time in the past up till now, and Ex. 13 asks a question about an unknown emotional state during an unknown event which occurred before now. Portuguese would use the 'pretérito' — *nunca tive medo* and *tiveste vergonha de...?* — to express the same situation.

Before leaving this group, it is as well to notice that, despite the intermittent nature of the quality or state, *ser* can also appear with the PPC with as adjective, as in *Ele tem sido muito correcto em todos os contactos comigo*, and when the complement of the copula is a noun, as in *A falta de água no verão tem sido um problema para a agricultura nos últimos anos*. It can also appear in the passive construction, which is related to the copula + adjective structure, as in:

- (14) Agora reparo que tenho sido muitíssimo perseguido pelos meus antigos discípulos...

In all these examples, however, there is a sense of intermittency conveyed by the surrounding context.

#### 5.2.1.2.2. *Intellectual states*

The mental processes involved in intellectual states are by no means static, but because they reject the progressive and imperative, it has been considered convenient to classify them as states. The verbs that come into this category, like *think*, *know*, and *forget*, seem to fit less easily into the state category when they appear in context. For example, although one could almost argue a permanent situation, with State 1a) time analysis, for the following:

- (15) The upper classes have always known how to play the game their times demanded, yielding a bit when it was unavoidable, in order to take it back again at the first opportunity.

despite a possible iterative interpretation, and a normal temporary state reading with state type 1c) time concept for:

- (16) Naturally she'll have to give the impression during dinner that we have known each other for some time.

The following is an E type activity with an iterative type habit concept 2a):

(17) I don't know, and I've thought a lot about it.

and Exs. 18 and 19 are nearer G type accomplishments, with an event type time concept (despite the negative idea of the lexical verb *forget*):

(18) You've forgotten something.

(19) I am going to give him to understand that I have thought of this before.

In any case all these examples except 16, which uses the 'presente' to refer to the fact that the situation continues in the present, would take the 'pretérito' in the Portuguese translation<sup>32</sup>, which indicates that Portuguese considers the situation a simple state or event in the past.

#### 5.2.1.2.3. *States of emotion or attitude*

Apart from the two examples using copula + emotion adjectives, there are several other examples of emotion verbs in the corpus. They tend to cooccur with *always*, and although they can be interpreted as a continuous state, as in:

(20) 'No, no. I prefer to walk. I have always liked walking and it does me good.

they can also give an iterative idea of emotion. The following example actually draws attention to the fact that the *hating* happened not continuously, but coincided with certain occasions:

(21) What I can be sure of is that he's always hated me a bit more every time he's failed.

---

<sup>32</sup> Translations for these examples would be:

15. ...souberam sempre...
16. ...que nos conhecemos há muito tempo...
17. ...já pensei muito...
18. Esqueceste alguma coisa.
19. ...já pensei nisso.

Even when an example uses *never*, one can understand that the reference could be to repeated occasions if one interpretes it at a pragmatic level:

- (22) ‘I have never liked the courage of mobs, and apart from that I wanted to know who was the stronger, they or I’.

Portuguese, though, will use the ‘pretérito’ in these cases, as an event interpretation is expected with *nunca*.

#### 5.2.1.2.4. *States of perception*

This group of verbs, and particularly *see* and *hear*, seem to take the PP very easily. They lend themselves to habit or iterative interpretations when a normal assertion is made and on these occasions it is possible to find the PPC in the original, as in:

- (23) It’s just that I’ve seen your car there so often . .  
or. — *É que tenho lá visto o teu carro tantas vezes...*

- (24) ‘You’re wonderful, Gonçalo., ‘Not wonderful, Alexandra. I’m just old and I’ve seen a lot.  
or. — *Tanto também não, Alexandra. Estou é muito velho e tenho visto muita coisa.*

However, not all these examples were rendered in the PPC, so one can presume that *já vi*, or *já ouvi*, are often felt to be equally suitable, even on very similar occasions. Some uses can be seen as individual events, as is probably the case in:

- (25) ‘Have you seen those things hanging on the ceiling? Aren’t they ugly ?...’

although the following example is a little ambiguous, partly because of the plurality involved:

- (26) They like Gauguin because they have heard he left his wife and children in order to devote himself to his art.

Negative examples and questions can usually be interpreted as referring to non-existent or unknown events, as in:

- (27) I wonder what happened to Joaquim Pedro? I haven't seen him for years.
- (28) You have lost your place. You've had it. This fellow has never heard of complexes or enlightened spirits. He is pure.

5.2.1.2.5. *States of bodily perception*

No examples of this type appeared in the corpus but one could give the following as an example which functions both for the PP and the PPC:

- (29) My back has been hurting me a lot lately.  
*tr. A minha coluna me tem doído muito ultimamente.*

Again we have this idea of an iterative cycle of states rather than some unbroken continuous state, and here this fact is emphasized by the progressive aspect with the PP, which contributes to the effect. However, this contrasts with:

- (30) My back has never hurt before.  
*tr. A minha coluna nunca me doeu.*

which refers rather to a non-existent one-off situation.

5.2.1.2.6. *Other states of being and having*

Nearly all the examples of this type occurred with *have* and, although one could envisage a permanent state 1a) example like:

- (31) She has always had that birthmark on her face.

and less permanent states, like:

- (32) He has had that car for 6 months.

it also occurs with iterative situations of the type below, translated directly from the Portuguese original:

(33) 'It's good to see you, Gonçalo. It's ages since I've seen you?  
'I've had a lot to do.

or. — *Gosto de te ver, Gonçalo. Há muito tempo que não te punha a vista em cima.*

— *Tenho tido muito que fazer.*

and with events as, in

(34) This supper is the first adventure I've ever had.

and in the question or negative situations of the type described for other groups, as in:

(35) By the way, have you had dinner yet?,

#### 5.2.1.3. Stance — type C

This group of verbs is particularly interesting for the PP debate because it includes verbs such as *live*, *stand*, and *lie*, and *morar*, *viver* and *ficar*. It therefore includes the much-discussed example *Mary has lived in Amsterdam for three years*, and about which I shall express my opinion before moving on to other points of interest with this group.

Kamp and Reyle<sup>33</sup> put forward the opinion that:

'English perfects of stative verbs can be used in quite different ways. To see this consider the sentence

(5.126) Mary has lived in Amsterdam for three years:

This sentence has two readings. It can mean that there was, somewhere in the past, a three year period during which Mary lived in Amsterdam. But it can also be taken to mean that Mary *is* living in Amsterdam now and that this state of affairs has already been going on for three years. The first reading - which seems to be the only one available when the perfect occurs by itself, as in

(5.127) Mary has lived in Amsterdam.

— closely resembles perfects of non-stative verbs...'

---

<sup>33</sup> KAMP, H.; REYLE, U. — *From Discourse to Logic — Introduction to Model theoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer, 1993, p. 567.



Both as a native speaker of English and as a linguist, I would challenge Kamp and Reyle to find a real-life example of the first interpretation of their so-called ambiguous sentence no.(5.126). At best I might allow it in some deliberately obscure Monty Python type dialogue deliberately constructed to provoke misunderstanding — but I feel that the writers of such dialogues would only use it in order to parody the type of intellectual obscurity represented by such an example. Why on earth should a native speaker want to use such a structure when one can make oneself perfectly clear by saying *Mary once lived in Amsterdam for three years?* In context, only this sentence can be followed by a statement like *After that, she moved to London*, whereas their sentence (5.126) can only take something like *But today she is moving to London*.

I would also challenge their interpretation of the example (5.127), but not because it is ambiguous or because one cannot accept the sense they give it. By using it they show the type of false situation certain linguists impose on themselves by reducing sentences to some supposedly acceptable minimum. As I have already said, any use of language has to presuppose a real life situation if it is to mean anything, and to simply say *Mary has lived in Amsterdam*, and believe it to mean something in a vacuum, is senseless. I am not against their assuming it to refer to an event, but the PP cannot simply mean an event in the past without some form of attachment to the present, and this has to be explicit at some level of the text.

I am completely in agreement with Kamp and Reyle<sup>34</sup> that 'the division between event-describing sentence and state-describing sentences appears to be gradual rather than sharp', but I fail to understand why they have used this example to demonstrate their ideas. Maybe it is because stance verbs, as Quirk et al.<sup>35</sup> are at pains to point out, are 'between the stative and dynamic categories'. Quirk et al. describe this phenomenon as a sign that 'the stative / dynamic dichotomy is an artificial division of this continuum', and one could argue that the dynamic examples, usually expressed with the progressive, are already outside the stative area anyhow. Kamp and Reyle might have had better luck with Quirk et al.'s more stative example *I have sat here for over two hours* which, it is suggested, implies that 'that the 'sitting' is concluded at the present moment', but for that one has to accept [NOW] as an interval, rather than a moment, and insist that the *sitting* ends at the beginning of the interval. In any case, we are still left with a somewhat

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 507.

<sup>35</sup> *Ibidem*, 4.32.

'hair-splitting' case of ambiguity. I think it is more probable that Kamp and Reyle have been influenced by factors from other languages of the kind they discuss on page 568.

In any case, this first reading seems to be of less importance than the second to their general argument, and to that of Peres<sup>36</sup> who has taken up this example to demonstrate points about the PPC. This second reading is the normal one and is the one which is of real interest because it is the odd one out when the PP is compared to other languages using *have* type perfectives.

The typology of verbs chosen for this group shows up a difference in lexical usage in English and Portuguese that is rather interesting, because it draws attention to the permanent > temporary and stative > dynamic gradients within the group. There were no examples in the corpus, so I shall have to develop this theme using non-contextualized examples, although I shall attempt to show how they would appear in context.

In examples like *Amsterdam is in Holland* the verb *be* is acting as a stance verb, for which the nearest equivalent in Portuguese is *ficar*, but in examples like *Mary is in Amsterdam*, *be* is translated by *estar*. A distinction is made in Portuguese between permanent (*ficar*) and temporary (*estar*) stance. In English, verbs like *stand* and *lie* can be used to describe both the more permanent position implicit in *Nelson's column stands in Trafalgar Square* or *Matosinhos lies to the north of Foz*<sup>37</sup>, and the more temporary one of *John is standing by the bar* and *Mary is lying on the beach*. Again, Portuguese will use *ficar* for the more permanent situations and *estar* in the more temporary ones, because it has no real verb to express *stand*, only the phrase *estar (de pé)* which only translates the more temporary situation rather awkwardly (*o João está (de pé) junto do bar*), and *deitar* refers to the action of lying down, and needs the pseudo-passive construction *estar deitado* to refer to the position.

It would probably be difficult to find the PP with the more permanent examples quoted above as they are hardly relevant pragmatically. One cannot propose an example like *\*Matosinhos has lain north of Foz for many years* because neither Matosinhos nor Foz, as they exist in the real world, can be moved to any other position. However, one could say that *Nelson's column has stood in Trafalgar Square since the early nineteenth century* because,

---

<sup>36</sup> *Op. cit.*

<sup>37</sup> This sort of example has to be chosen carefully. *Stand* needs to collocate with something tall and upright like Nelson's column and *lie* with a relatively flat area like that of Matosinhos.

despite whatever difficulties might be involved in its removal, it is still essentially movable. However, it would be difficult to say \**Nelson's column has stood in Trafalgar Square* and a little odd to say *Nelson's column has been standing in Trafalgar Square since the early nineteenth century* without provoking someone into making a Monty Python type sequence showing the column moving around at will. The duration adverbial is necessary to convey a certain notion of permanence, and the progressive form allows a possible dynamic interpretation which is unacceptable in the circumstances.

As one moves from the use of stance verbs with inanimate subjects to those with animate and moving ones, the need of the adverbial becomes almost essential and the tendency will be to reject the simple PP in favour of the progressive form. Thus? *John has stood by the bar* and ? *Mary has lain on the beach* can only be understood without an adverbial in context if one changes the stance interpretation to one in which they resemble dynamic verbs referring to the activity of standing or lying, rather than the position or stance. *John has stood by the bar for half an hour* and *Mary has lain on the beach all afternoon* are decidedly less natural than *John has been standing by the bar for half an hour* and *Mary has been lying on the beach all afternoon..* Quirk et al. assert that some speakers feel that the progressive form 'suggests a more temporary state' and 'implies that the posture may well continue into the future'. I would not disagree with this, but I would also suggest that it has something to do with the way people stand or lie. The simple PP suggests a rather fixed rigidity of position which is rarely the case in these situations. People standing at bars tend to move about a bit, or at least shift their weight from one foot to another, and lying on the beach also involves turning over or even occasionally sitting up to change position. This suggests that stance of this kind favours the type of iterative interpretation which is on the gradient between states and habits. In any case, if the PP is used, there must be some sort of state or habit interpretation connecting the stance verb to the present, and it is difficult to see how these same verbs could appear as events without changing their group type.

Once we turn from these more obvious stance type verbs to *live* and *viver / morar*, this problem of group classification becomes more complex. The difference between *Mary has lived in Amsterdam for three years* and *Mary has been living in Amsterdam for three years* would seem to be minimal, but there is a subtle connotation of gradient between the more state-like interpretation of the former and the more iterative type reading of the latter. After all, although *live in* has the idea of permanent residence or stance

within the perimeters of Amsterdam, it does not exclude trips to the country or holidays in the Algarve to the extent that the more stance-like use of *be* in *Mary has been in Amsterdam for three weeks* probably does <sup>38</sup>.

Portuguese can make three distinctions here, between *a Maria vive / está a viver / tem vivido em Amersterdão há três anos*, although Peres <sup>39</sup> only allows for the first and last of these possibilities, probably because the focus of his paper is on the difference between them rather than on the more marginally relevant second one. The second one would also involve discussion of the English present progressive, which is not necessary in this context. However, the three possibilities draw attention to the different possibilities of fixed stance, continuous state and the iterative interpretation.

Now let us turn to the simple *Mary has lived in Amsterdam* which, as Kamp and Reyle suggest, means that, somewhere in the past, Mary lived in Amsterdam, but that does not mean that Mary is living in Amsterdam now. If we want to clarify this in a way that allows its interpretation as an event, one can use the example *Mary has already lived in Amsterdam* or *Mary has lived in Amsterdam before*. The use of these adverbials help one to understand what is already present in the simpler sentence — that the use of the PP implies the fact or proposal that Mary is now living, or is going to live, in Amsterdam again. Without a surrounding situation of this nature, the use of PP becomes irrelevant, and to compare this use of the PP to perfectives in other languages indicating telic situations in the past, with no connection to the present, is to mislead people as to the oddity of the PP.

## 5.2.2. The Dynamic Verbs

### 5.2.2.1. Non-conclusive, Durative and Non-agentive Goings-on — type D

Typical of this group of verbs are those describing meteorological states such as *It is raining* and *The sun is shining*, or *Chove* or *Há sol*. Unfortunately, Sttau Monteiro seems to be uninterested in the weather in his

---

<sup>38</sup> One should not forget that, pragmatically, the semantic meaning of the time reference + lexical verb will change according to the possible combinations involved. Thus, whereas *Mary has been in Amsterdam for three weeks* implies she is there on business or holiday, *Mary has been in Amsterdam for three years* implies much the same as *Mary lived in Amsterdam for three years*, and is thus subject to the analysis made of this sentence.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 44.

novel, so again I must refer to non-contextualized examples. Although both the simple and progressive form of the PP are possible, the progressive form would seem to be a little more natural. The information *It has rained once today* is unnaturally precise, given such an irregular type of happening as *raining*, and unusual in conversation which, for pragmatic reasons of general coherence, prefers *It has been raining today*, which is translatable by *Tem estado a chover hoje*.

The longer the period of time involved, the more likely it is that the progressive form, with its iterative function, will be used, so that *It has been raining for a week* is more normal than *It has rained for a week*. However, when a habitual notion is explicit in the text, as in *It has always rained whenever I have visited you*, the progressive becomes superfluous because the iterative feature is introduced by the *whenever* clause. However, this type of example is unusual as one would normally use the present tense in English, as one does in Portuguese.

#### 5.2.2.2. Non-conclusive, Durative and Agentive Activities — type E

Many of the verbs involved in this group can also belong to group G and the way they are classified in one group or the other depends on whether the action is on-going or completed. Activities focus the action itself and not any possible result, as in *John is drinking*, or the habit, as in *John drinks a lot*, whereas group G accomplishments focus the finished action *John drank all the whisky*. Given the nature of the progressive, which focuses the durative aspect of events and habits, it is only natural that it should occur frequently with the activity verbs, and it is, therefore, understandable that the progressive aspect of the PP should occur more frequently in this group than the simple form.

Some verbs are activities as long as there is no end result, and will not require a progressive aspect, although it could be used in the same context. An example of this from the corpus is:

- (36) 'No. I've hunted everywhere for a coat but I can't find anything suitable'.

When the examples imply continuation from the very recent past to [NOW] the use of the PP and PPC may indicate a more continuous

situation which obscures the basically iterative nature of what is happening, as in:

(37) Did you realize I've been pretending I am one of the others? One of those who . . . Look: now I have been imagining you belong to me.

or. *Sabia que tenho estado a fingir que sou um dos outros? Um dos que... Olhe: agora tenho estado a fingir que você é minha.*

(38) I remembered it a few minutes back and I've been thinking about it..

or. — *Lembrei-me há pouco e tenho estado a pensar...*

Other examples clearly show the iterative nature of the situation, as in:

(39) 'Tell me: how many years have you been working here with me?'  
'I've been working fifteen years with you, sir, but I was working down below before you took over.

#### 5.2.2.3. Conclusive, Durative and Non-agentive Processes — type F

This group describes processes like *ripen*, *improve* and *become*, or *amadurecer* and *melhorar*. The decision as to whether one uses the PP in the simple or progressive form makes a considerable difference here, the former meaning the process has ended in a result, as in, *The apples have ripened well, and they are now ready to eat*, and the latter meaning that the process is still unfinished, as in *The apples have been ripening well, but they still need a little longer*. Portuguese needs the 'pretérito' for the first here, *As maçãs amadurecerem bem*, and the *estar* + infinitive progressive, *As maçãs estão a amadurecer bem*, in the second. *Ripen*, however, results in the final state *ripe*, but although *improve* may result in *improvement*, it is not such a final state, and it probably proceeds at a more intermittent pace than the more continuous *ripen*. So the English *His writing has improved* may be translated with the PPC in *A sua letra tem melhorado*, and its meaning is only a little more definite than the continuous form, *His writing has been improving*, which can give us *A sua letra tem vindo a melhorar*. This *tem vindo a* phrase would seem to be restricted to this group of verbs.

An example of the resultative form from the corpus shows us how the English PP with *become*, which is really a process type copula, serves to translate the Portuguese 'pretérito' of *ficar*, which is a resultative copula:

- (40) 'The omelette has got rather dry after all this waiting'.  
or. — *A omelette, com esta espera toda, ficou um pouco seca.*

One could compare the situation to one like *Mary has become a beautiful woman*, possibly translatable by *A Maria tornou-se uma mulher linda*, although Portuguese would probably opt to describe Maria's state as *A Maria é uma mulher linda* using the quality copula *ser*.<sup>40</sup>

The iterative nature of other processes can be seen in the following example:

- (41) He still believed he would one day get beyond lodgings and the office and Sunday afternoon football... Recently, things have grown worse. There is no longer any hope.  
or. *Ainda acreditava que viria a ultrapassar a barreira da Rua Morais Soares, do escritório, do futebol aos domingos... Ultimamente as coisas têm-se agravado. É o fim da esperança.*

#### 5.2.2.4. Conclusive, Durative and Agentive Accomplishments — type G

This group is by far the most numerous for the PP, and accounts for over a third of the examples. However, as the most normal time reference for this group is the event in the past, its relevance to the PPC is rather reduced. The events vary in the length of time they take, but they are complete and something has been achieved, as in:

- (42) 'I decided not to speak to Pedro, Teresa, and have written him a letter instead.'

although we also find the interrogative and the negative examples found with other groups, as in:

- (43) I have never even learnt to take all that 'hope' jargon seriously.

---

<sup>40</sup> The English process-type copula *become* does not really correspond to the Portuguese *tornar-se*, and *ficar* refers to the resultant state rather than the process. See MAIA — *Op. cit.*, p. 147-50.

On the few occasions when there are examples of the PPC related to the group, this is made possible by the plurality of the events understood in the context, as in:

(44) I should prefer, however, to see you with double my pains and to have double your intelligence, to make you pay for all you've done to me...,

All I've done to you! But what the blazes have I done to you?

or. *Gostaria, porém, de ver-te com o dobro das minhas dores e gostaria de ter o dobro da tua inteligência, para te fazer pagar tudo o que me tens feito...*

— *O que te tenho feito! Mas que diabo te fiz eu?*

(45) However, as you have recently adopted certain attitudes which I find disturbing, I decided to write this letter.

or. *Como, porém, tens ultimamente tomado atitudes que me têm preocupado, resolvi escrever-te esta carta.*

The continuous form of the PP is simply irrelevant to this group, because the verbs in this group usually become E type activities when used in the progressive.

#### 5.2.2.5. Non-conclusive, Punctual and Non-agentive Momentary events — type H

Quirk et al.<sup>41</sup> find it useful to describe certain verbal processes as 'momentary' or as lasting for a very short interval of time. The classification is largely made on the basis that when these verbs are used with the progressive one obtains an iterative situation. Examples of the non-agentive forms of this verb chosen by Quirk et al.<sup>42</sup> are *sneeze* and *explode*, or *espirrar* and *explodir*. These two verbs demonstrate the nature of these verbs rather well by the way they differ. When we sneeze, we rarely do it only once, but if something explodes, it normally disintegrates, so something can be said to explode only once, as in:

(46) Your secret weapon has exploded in your hands.

---

<sup>41</sup> *Op. cit.*

<sup>42</sup> *Ibidem*, diagram p. 201.



Thus, the argument goes, although we can say *John has sneezed a lot today*, it is more likely we will say *John has been sneezing a lot today*, because of the iterative nature of sneezing. However, we can only use *explode* in the continuous form if, as in the example in 4.2, we are talking about several things, like bombs, exploding separately.

The iterative nature of both *sneeze* and *espirrar* allows for both the English versions above and the use of the PPC in their translations, *o João tem espirrado muito hoje* and *o João tem estado a espirrar muito hoje*.

#### 5.2.2.6. Non-conclusive, Punctual and Agentive Momentary acts — type I

Similar arguments to those given for the previous group can be found for this one. The examples given by Quirk et al. include *tap*, *fire a gun* and *kick*, but I shall use *tap*, *beat* and *kiss* because they offer suitable equivalents in *bater*<sup>43</sup> and *beijar* in Portuguese, and because no examples appeared in the corpus. Being short momentary acts, these situations probably need contextualizing more than most to give them some substance, and *He has already tapped on the door* needs something like *already* to relate to some sort of meaningful context. If one wants to establish duration, with the action being repeated over this period, it is more usual to use the progressive, as in, *He has been tapping on the door for ten minutes*, or *Tem estado a bater à porta há 10 minutos*. The oddness of the examples one creates with the PP and PPC in this group is related not so much to the logical possibility of such things happening, as to the pragmatic likelihood of examples such as *He has been kissing his girlfriend for ten minutes*, or *Ele tem estado a beijar a namorada há 10 minutos*, actually appearing in real-life contexts. This may be due to my lack of imagination, but the fact that no examples appeared in the corpus might also point to a certain general rarity of this sort of situation as well.

#### 5.2.2.7. Conclusive, Punctual and Non-Agentive Transitional events — type J

With this group the PP has the function of describing the conclusion of the event, as in *The train has arrived* and *He has died*. The proximity to [NOW] is established by the context, the first example referring to a probable

<sup>43</sup> Both *tap* and *beat* can be translated in Portuguese by *bater*.

maximum of hours, whereas the second can cover a fairly long period of time, particularly if the speaker and addressee have not seen each other for a long time. Being a past event, though, Portuguese will render this with *já* and the 'pretérito', as in *O comboio já chegou*, and *Ele já morreu*.

Any attempt to make sentences like *?The train has been arriving for 1 hour*, or *?O comboio tem estado a chegar há uma hora* are very marked and do not strictly fit into this group because, by using the progressive, they are personifying the train and turning the idea of *arrive / chegar* into an activity. Similarly, *?He has been dying for several days*, is unusual but just possible if a long drawn-out activity type process is involved, and possibly if an ironic effect is intended.

It is just possible to use these verbs in an apparently iterative sense, as in *The 8 p.m. train has arrived on time every day this week*, but that is because there is an idea of plurality of occasions embedded in this sentence, which is also possible with the PPC, *O comboio das 20 tem chegado sempre a horas esta semana*.

Apart from these examples, though, there are plenty in the corpus of the regular variety, such as:

- (47) I merely repeat that up till now you have only received benefits which you, personally, have done nothing to deserve.  
or. *Repito, portanto, que até agora só tens recebido benefícios que nada fizeste para merecer.*

where the plural reference allows the PPC as well, and examples of simple events with the PP, like:

- (48) I've reached the age where I'm more likely to know António's father than António.  
  
(49) I shall pretend I have found a substitute and have forgotten all about her.

#### 5.2.2.8. Conclusive, Punctual and Agentive Transitional Acts — type K

The transitional act are similar to the events, the only real difference being that they are agentive. Quirk et al. give *sit down* as an example, and it demonstrates quite well that, whereas *He has just sat down* or *Ele já se*

*sentou* fits into the classification of this group, the progressive form *He has been sitting down for three hours* or *Tem estado sentado há três horas* is better classified in the more temporary area of the C or stance group, or in the E or activity one.

Although the normal usage in this group can be found in an example like *He has just begun his homework* or even *He has begun his homework several times*, we would only say *He has been beginning his homework for hours* if we wanted to be very ironic about his repeated—and unsuccessful—attempts to do his homework.

Again there are quite a few normal examples in the corpus, both in reference to single events, as in:

- (50) It is then my duty to thank our hostess, in the name of all present, for the opportunity we have had of entering this lovely house where... where... where I have just finished supper.

and a plurality of places in:

- (51) The worst of it is I've grown used to Gonçalo. I've stopped going to the usual places.

## 6. Conclusion

I do not presume in such a short paper to add anything particularly significant to a subject on which many have written in greater depth. However, I feel that the comparison of two languages often suggests perspectives that have not been fully explored. In this case, I think that a consideration of the iterative nature of the PPC helps us to understand certain aspects of the behaviour of the PP rather better. The iterative concept allows us to consider what actually happens in the situations referred to by the PP, and which the terms 'continuous' and 'habitual', with their connotations of unvarying continuity, and regular, often conscious, repetition, tend to obscure.

The other point that I hope to have made clear is that tense and aspect are by no means easy to isolate as being inherent to the syntax of the verb. Traditional grammars always tend to make rules about one area of syntax without always taking the relationship of other areas into account, or giving due importance to the lexicon or the rules of discourse, and perhaps this can

be understood when economy of description is needed. However, M.A.K. Halliday has always insisted on considering the sentence as a part of discourse first, and then analysing the small items later, and this type of organization can be seen in Halliday (1984)<sup>44</sup>. Quirk et al.<sup>45</sup>, while maintaining a fairly traditional organization has included much of what has been learnt about the lexicon and rules of discourse. In pedagogical grammars, one can understand why rules have to be reduced to their simpler forms, but some more modern ones focus on describing rules with reference to real texts<sup>46</sup>.

However, those attempting to teach language to artificial intelligence are often still struggling to teach it the basic elements of grammar, and find it hard to include more than the minimum of context. They need to reduce meaning to logical formulae, and I admire the progress that has been made. However, I feel they still have a long way to go. With the PP and PPC, for instance, only a certain amount of information can be gathered just from the *ter* / *have* + past participle combination, or added by the progressive aspect. Trying to pin meaning on to this structure or parts of it, is a little difficult. The school of thought that linguists like Kamp and Reyle and Peres belong to, seems interested in isolating semantic features of tense in the verbs alone and Peres<sup>47</sup>, for example, suggests making a rule that '*ter* appears as an inducer of temporal perspective, and in an extraordinary and possibly language-specific role as an iterator of events, when the temporal perspective value is PRESENT (in the indicative)'. Given the very restricted use of the PPC and the iterative factor, perhaps he has a case for suggesting that this gives *ter* 'a very particular status among so-called auxiliary verbs'. However, since *ter* does not function in such a restricted fashion with the past and future perfectives, I feel that teaching this to a Portuguese language learner, whether human or mechanical, is a little dangerous, unless a full explanation of the restricted nature of this rule is made. One must also take into account

---

<sup>44</sup> HALLIDAY, M.A.K. — *An Introduction to Functional Grammar*, London, Edward Arnold, 1984.

<sup>45</sup> *Op. cit.*

<sup>46</sup> The COLLIINS COBUILD ENGLISH GRAMMAR (1990), with its wealth of examples taken from real texts can help students to see the rules of English in a more natural setting.

DOWNING, Angela; LOCKE, Philip — *A University Course in English Grammar*, Hemel Hempstead, Prentice Hall, 1993 have attempted to provide a functional-systemic type grammar for advanced learners that may prove to be very useful.

<sup>47</sup> *Ibidem*, 48

other aspects of syntax, and pay particular attention to both the situation type of the verb and to the adverbs. Even after taking all this into consideration, there are still ways in which the real world interferes.

The comparison of the sentence *Ultimamente o Paddy tem estado doente* to *Paddy has been ill lately* may help one realize that the English sentence also contains a certain iterative sense. However, one might deduce this partly from the meaning of *ill* and partly from that of the adverb *lately*, rather than from the verb form, just as similar traces can be retrieved from *doente* and *ultimamente*. The iterative sense of the sentence will become less marked if no adverb is used or if the reference is very close to [NOW], and more marked if the adverbs used become *Nos últimos meses* or *in the last few months*. However, if one amplifies this example a little more, and suggests that *Paddy has always been ill when there is racing at Cheltenham*, how does one inform either our machine, or even someone outside our culture, that the speaker is being ironic, and that Paddy was not in fact ill at all, but was pretending to his boss that he was, so that he could go racing on a weekday? This information is accessible to an informed native speaker, who will know that the name Paddy is usually associated with Irishmen, that there is a well-known race-course near Cheltenham, that we are talking of horse racing, and not motor racing, and that the most important race there, the Cheltenham Gold Cup, is of special significance to the Irish.

*Belinda M. H. S. Maia*

VARIA

## CONSIDERAÇÕES SOBRE UM INQUÉRITO

### I — Introdução

Durante a primeira semana de aulas do ano lectivo de 1993/94, os docentes de Introdução aos Estudos Linguísticos solicitaram aos alunos que respondessem anonimamente a um inquérito com nove perguntas, umas de carácter geral e outras relacionadas com o âmbito da cadeira, que a seguir se explicitam.

1. Este curso foi a sua 1.<sup>a</sup> escolha? Quais as razões que o(a) levaram a inscrever-se neste curso?
2. Diga qual a variante de L. L. M. que escolheu e se foi a sua 1.<sup>a</sup> escolha.
3. É a 1.<sup>a</sup> vez que se inscreve em Introdução aos Estudos Linguísticos?
4. Se não é a primeira vez, está inscrito(a) noutra cadeira de Linguística? Qual?
5. Já ouviu falar de Linguística? Em que situações?
6. Já leu algum livro relacionado com Linguística? Indique-o(s).
7. O que pensa que pode ser o assunto desta disciplina?
8. Qual a carreira profissional que pretende seguir?
9. Quais as suas expectativas em relação ao curso que escolheu?

Uma vez que Introdução aos Estudos Linguísticos é uma cadeira do primeiro ano e abrange todas as variantes de Línguas e Literaturas Modernas (LLM), a realização de um inquérito a estes estudantes permite-nos obter alguns indicadores sobre os quais será interessante reflectir. Com efeito, este inquérito teve como finalidade tentar conhecer melhor o tipo de alunos que chegam à Faculdade de Letras, tendo em conta a escolha do Curso (perguntas 1 e 2), quais as suas expectativas (perguntas 8 e 9), e também qual o seu grau de familiaridade com a Linguística (perguntas 5, 6 e 7).

Quanto às duas primeiras perguntas, o objectivo principal consistiu em averiguar se o curso de LLM tinha sido a primeira opção e quais as razões de tal escolha. As perguntas 3 e 4 pretendiam avaliar em que medida se estava perante alunos que ingressavam pela primeira vez na Faculdade. O grupo seguinte de perguntas (5 a 7) pretendia saber em que medida a Linguística seria um domínio novo ou se, pelo contrário, os estudantes estavam em condições de com ela relacionar conhecimentos anteriores. As duas últimas perguntas tinham como finalidade obter respostas relativas à possível orientação profissional, assim como quais as expectativas dos estudantes em relação ao curso. Estas perguntas serviriam de contraponto às duas primeiras.

Embora esta cadeira tenha mais de 500 alunos inscritos, só 307 responderam ao inquérito em virtude de este ter sido realizado apenas durante a primeira semana de aulas. Consideramos, no entanto, que se trata de uma amostra bastante razoável que nos permitirá tirar algumas conclusões.

Em virtude dos objectivos descritos, as perguntas podem associar-se em três grandes grupos, que serão analisados seguidamente, sendo o primeiro constituído pelas perguntas 1 a 4, o segundo pelas perguntas 5 a 7 e o último grupo pelas perguntas 8 e 9.

## II — Resultados

Passamos à apresentação das respostas dadas pelos inquiridos a cada pergunta, comentando, quando tal nos parecer pertinente, aspectos particulares dessas respostas.

A divisão desta apresentação de resultados obedece à estrutura delineada na Introdução (vd. ponto I).

### II.1 — Perguntas 1 a 4

II.1.1 — Pergunta n.º 1: *Este curso foi a sua 1.ª escolha? Quais as razões que o(a) levaram a inscrever-se neste curso?*

Uma vez que esta primeira pergunta obrigava a duas respostas, dividimo-la em dois pontos: II.1.1.1 e II.1.1.2.

II.1.1.1 — *Este curso foi a sua primeira escolha?*

sim.....	277	90,23%
não.....	28	9,12%
não responde.....	2	0,65%

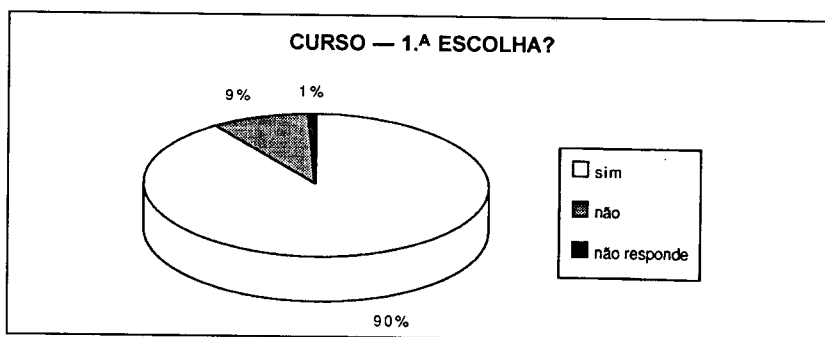


Gráfico 1



VARIA

II.1.1.2 — Quais as razões que o levaram a optar por este curso?

gosto e/ou interesse por línguas.....	175	57,00%
gosto pela literatura / letras.....	16	5,21%
gosto pela leitura/escrita.....	12	3,91%
gosto pela aprendizagem.....	3	0,98%
valorização/realização pessoal.....	3	0,98%
curso (em si).....	43	14,01%
carreira (a possibilidade de seguir uma carreira e a defesa do futuro).....	33	10,75%
completar outro curso.....	7	2,28%
estava no programa.....	2	0,65%
preferia outro curso.....	4	1,30%
não responde.....	9	2,93%

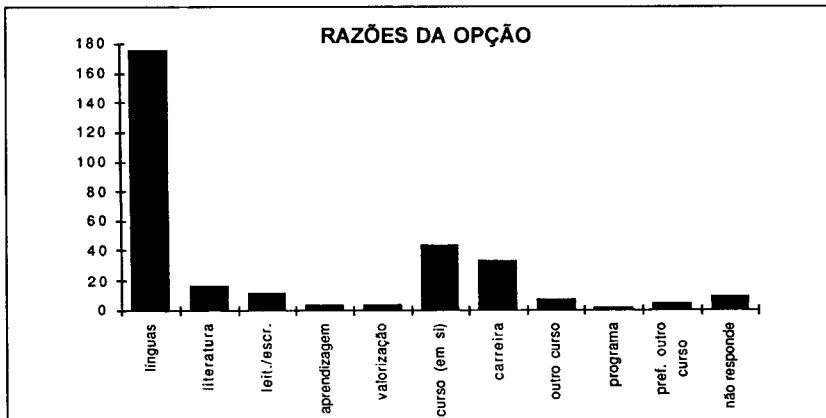


Gráfico 2

A análise das respostas permite verificar, claramente, que a principal razão da escolha esteve no “gosto e/ou interesse por línguas”, conforme a variante escolhida e nela se incluindo o Português (vd. pergunta n.º 3). Muitos dos que referiram o curso como razão da sua escolha indicaram também o gosto e/ou interesse por línguas

Muitos alunos que indicaram o “gosto e/ou interesse pelo curso” e também pela literatura ou pelas letras, o gosto pela leitura/escrita e mesmo o gosto pela aprendizagem, pormenorizam, em muitos casos, a motivação da escolha: a ânsia pela sabedoria, alargar conhecimentos, a possibilidade de adquirir melhor expressão oral e escrita (no domínio de todas as línguas, mas com referência especial ao Português — para alguns dos que escolheram esta variante), a “paixão” pela literatura, o “amor” à língua e comunicação, a “relação íntima e profunda com as letras”, o fascínio pelas línguas, a simples curiosidade, etc. Mas neste gosto podem estar também razões profissionais como é o caso dos que pretendem seguir o ensino e/ou a tradução (cerca de 90%).

Convém articular a resposta a esta pergunta com a resposta à pergunta n.º 8: *Qual a carreira profissional que pretende seguir?* Mais de 90% dos alunos que indicam o curso ou a carreira como razão fundamental para a sua escolha têm como objectivo a profissão.

Só um número ínfimo de alunos (6) se sentiu *empurrado* para o curso de Línguas e Literaturas Modernas porque “estava no programa”, era a “sequência das disciplinas do liceu”, teria “poucas hipóteses no curso que gostaria”, “preferia o curso de contabilidade e gestão” e há ainda alguém arrependido quando afirma que “se voltasse atrás não o escolheria”.

Há 7 alunos — número que nos parece significativo — que se inscreveram para “completar outro curso” (caso de bacharéis em tradução, curso de secretariado, desilusão com o curso anterior (curso técnico), ou ainda porque é a 4.ª licenciatura (é já licenciado em História e em Filosofia (pela FLUP) e ainda em Direito (Coimbra)).

II.1.2 — Pergunta n.º 2: *Diga qual a variante de LLM que escolheu e se foi a sua 1ª escolha.*

Tal como fizemos no tratamento da pergunta n.º 1, dividimos a pergunta n.º 2 em duas partes, tratadas em separado nos dois pontos seguintes (II.1.2.1 e II.1.2.2).

II.1.2.1 — *Variante*

Estudos Portugueses.....	37	12,05%
Português/Francês.....	69	22,48%
Português/Inglês.....	75	24,43%
Português/Alemão.....	24	7,82%
Inglês/Alemão.....	59	19,22%
Francês/Inglês.....	33	10,75%
Francês/Alemão.....	9	2,93%
não responde.....	1	0,33%

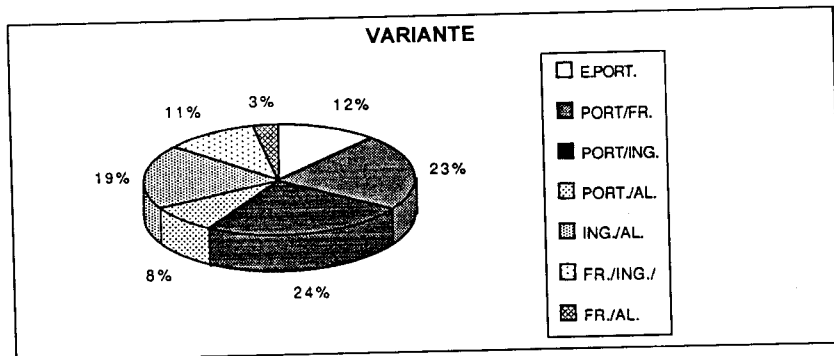


Gráfico 3

VARIA

II.1.2.2 — Primeira escolha

sim.....	262	85,34%
não.....	28	9,12%
não responde.....	17	5,54%

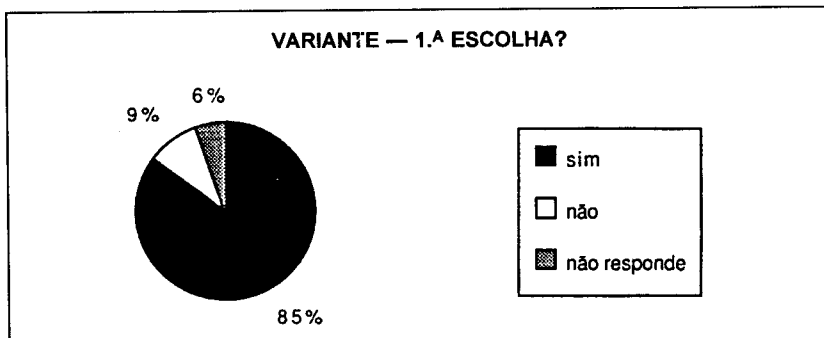


Gráfico 4

II.1.3 — Pergunta n.º 3: *É a 1.ª vez que se inscreve em Introdução aos Estudos Linguísticos?*

sim.....	258	84,04%
nãõ.....	49	15,96%

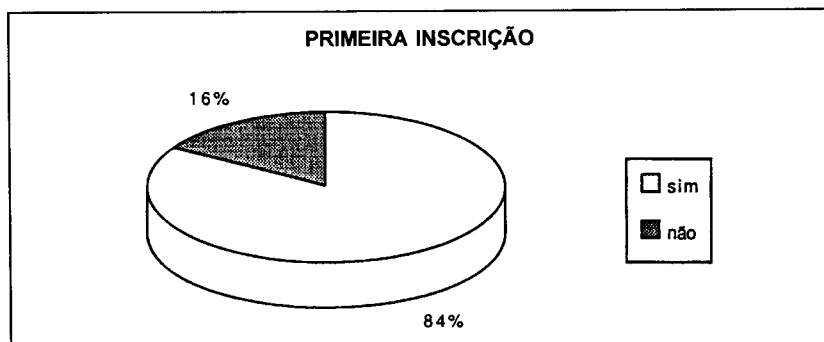


Gráfico 5

II.1.4 — *Se não é a 1.ª vez, está inscrito noutra cadeira de Linguística?*

não.....	35
Linguística Portuguesa I.....	7
Linguística Portuguesa II.....	1
Linguística Portuguesa I e II.....	1
não responde.....	5

II.2 — *Perguntas 5 a 7*

II.2.1 — Pergunta n.º 5: *Já ouviu falar de Linguística? Em que situações?*

O tratamento desta questão é dividido em duas partes, correspondendo aos dois pontos seguintes.

II.2.1.2 — *Já ouviu falar de Linguística?*

Relativamente à 1.ª parte da questão n.º 5, 63% respondem afirmativamente, embora um número ainda significativo (28%) confesse nunca ter ouvido falar de Linguística.

VAGO/ NÃO RESPONDE.....	27	9%
NÃO OUVIU.....	87	28%
JÁ OUVIU.....	193	63%

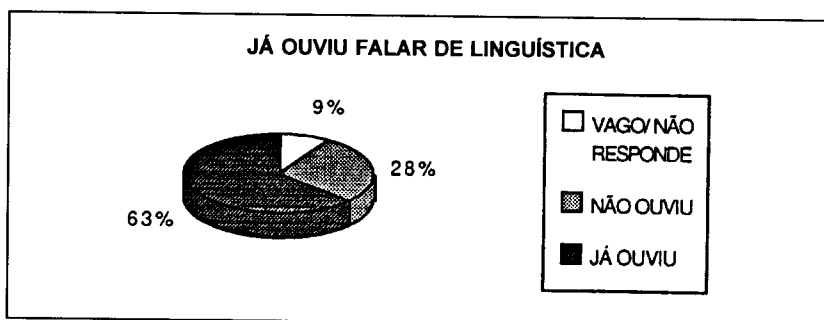


Gráfico 6

VARIA

II.2.1.2 — Em que situações já ouviu falar de Linguística?

Através da resposta à 2.ª parte da questão ficamos a saber que a fonte mais importante desse conhecimento é o ensino secundário (57%), logo seguido pela própria Faculdade (provavelmente ao tomar conhecimento dos *curricula*).

FACULDADE .....	42	19%
ESC. SEC. E OUTRAS.....	124	57%
TV E IMPRENSA .....	23	11%
LEITURAS .....	12	6%
FAMILIARES/ COLEGAS.....	15	7%

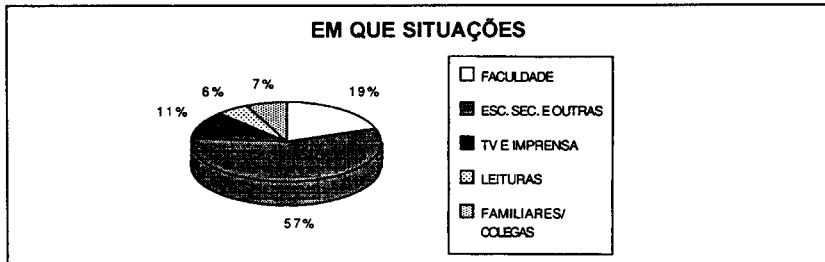


Gráfico 7

Não deixa de ser, a nosso ver, algo surpreendente que em 3.º lugar surjam os meios de comunicação social (designadamente a TV). Tal facto deve-se, na nossa interpretação, à frequência com que vão surgindo na imprensa e TV programas do tipo “consultório linguístico”, destinados a um público não especializado sobre questões, regra geral, de gramática normativa.

Este quadro é, no entanto, ilusório, pois as duas questões seguintes do inquérito encarregam-se de provar que o conhecimento da Linguística é quase sempre meramente nominal.

Não .....	262	85,34%
Sim .....	45	14,66%

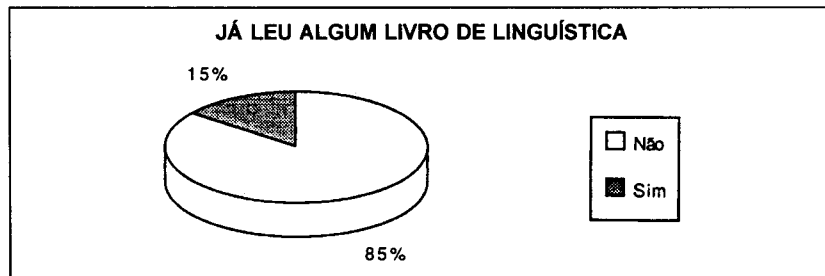


Gráfico 8

II.2.2 — Pergunta n.º 6: *Já leu algum livro relacionado com Linguística? Indique-o(s).*

Assim, face a esta pergunta, 85% das respostas são negativas. E ao indicar os livros supostamente lidos sobre Linguística, confirma-se que algumas referências provêm dos chamados “consultórios linguísticos” (caso de Carmo Vaz e Edite Estrela), gramáticas escolares, e atrevemo-nos a supor que os restantes autores, entre os quais figura muito destacado o nome de Saussure, são citados por alunos que não frequentam a disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos pela 1.ª vez.

CAR. VAZ .....	4	9,76%
CHOMSKY .....	3	7,32%
DIC CL .....	3	7,32%
E. ESTRELA .....	1	2,44%
GRAMÁTICAS .....	6	14,63%
HERC. CARV. ....	3	7,32%
JAKOBSON .....	2	4,88%
KRISTEVA .....	1	2,44%
LYONS .....	1	2,44%
SAUSSURE .....	17	41,46%

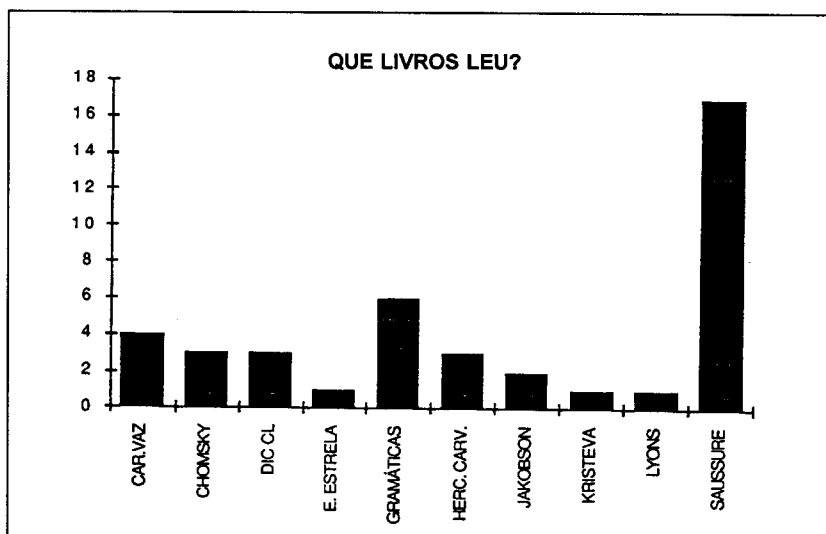


Gráfico 9

VARIA

II.2.3 — Pergunta n.º 7: *O que pensa que pode ser o assunto desta disciplina?*

Finalmente, a pergunta n.º 7 evidencia que as ideias são geralmente bastante vagas, como a que surge em 1.º lugar (52%): a Linguística é o estudo da língua, das línguas ou da linguagem nos seus variados aspectos. Outros esperam que a Linguística lhes dê informações sobre a língua portuguesa (14%) e apenas 6% perspectivam o estudo de áreas específicas da Linguística (fonética, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática). Surgem nas restantes respostas referências a aspectos normativos e de escrita ou mesmo a técnicas de análise literária. Um número ainda significativo menciona aspectos diacrónicos (origem e evolução das línguas, com referência a aspectos morfológicos e fonéticos).

Estudo da língua portuguesa .....	53	13,84%
Estudo da gramática .....	27	7,05%
Aspectos normativos.....	13	3,39%
Escrita .....	16	4,18%
Aspectos diacrónicos .....	39	10,18%
Análise literária.....	3	0,78%
Ensino da língua.....	1	0,26%
Níveis linguagem.....	22	5,74%
Estudo da língua (gem) .....	199	51,96%
Não responde / Não sabe.....	10	2,61%

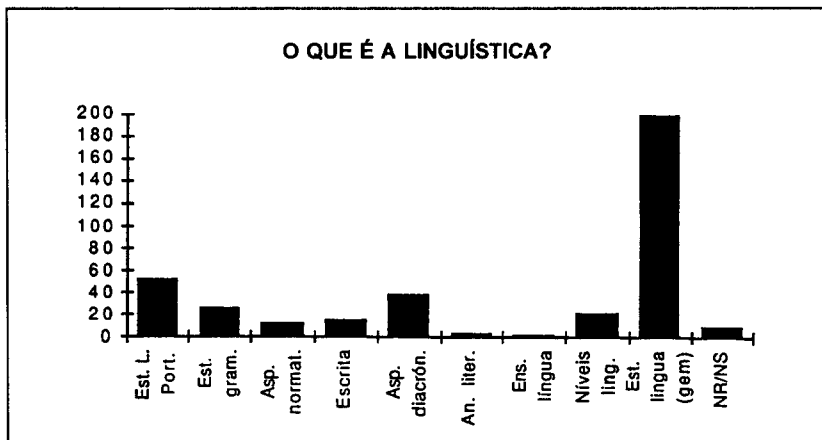


Gráfico 10

**II.3 — Perguntas 8 e 9**

**II.3.1 — Pergunta n.º 8: Qual a carreira profissional que pretende seguir?**

As respostas a esta pergunta, por ordem decrescente de percentagem, foram as seguintes:

Ensino .....	223	72,4%
Tradução .....	98	31,8%
Jornalismo .....	12	3,9%
Gestão/Administração .....	7	2,3%
Investigação científica .....	4	1,3%
Turismo .....	4	1,3%
Diplomacia .....	3	1,0%
Escrita literária .....	2	0,6%
Bibliotecas/Arquivos.....	1	0,3%
Outras profissões .....	2	0,6%
Não respondem .....	7	2,3%
Não sabem.....	6	1,9%

A distribuição destas respostas encontra-se no gráfico n.º 11.

A soma das percentagens acima indicadas e representadas no gráfico n.º 11 ultrapassa os 100%, visto terem sido tratadas como respostas separadas todas as profissões citadas, havendo,

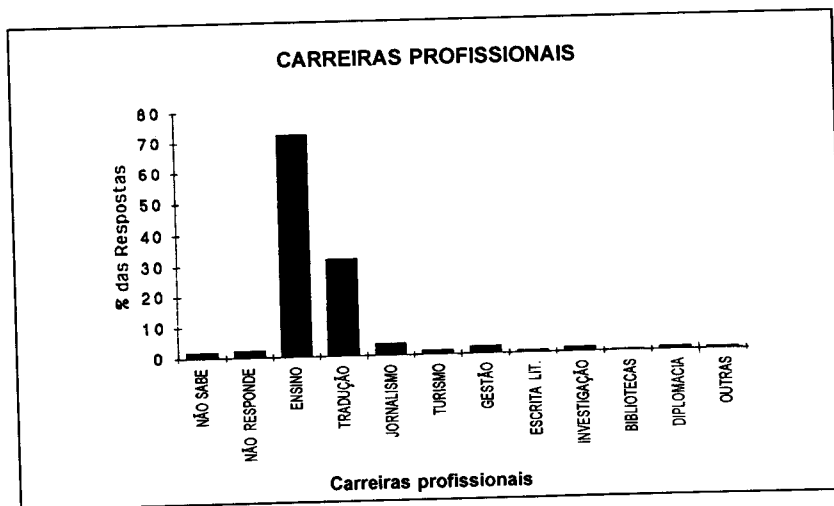


Gráfico 11



muito frequentemente, alunos que, na mesma resposta, indicam duas ou três profissões. As percentagens anteriores referem-se, portanto, ao número de alunos e não ao número de respostas.

O ensino e a tradução, como se constata pelos valores acima, absorvem praticamente a quase totalidade das expectativas profissionais dos alunos inquiridos, sendo as únicas respostas com percentagens significativas no universo tratado.

A figura seguinte (gráfico n.º 12), onde se agrupam em "Outras" todas as respostas ocorrentes em menos de 10% dos inquiridos (portanto, todas menos o ensino e a tradução), demonstra o claro predomínio das expectativas profissionais dos alunos inquiridos para a área do ensino (não especificado, na maioria dos casos, subentendendo-se tratar-se de ensino secundário; em duas respostas, os inquiridos manifestavam uma expectativa quanto a exercerem o ensino universitário e um inquirido manifestou pretender ensinar português no estrangeiro).

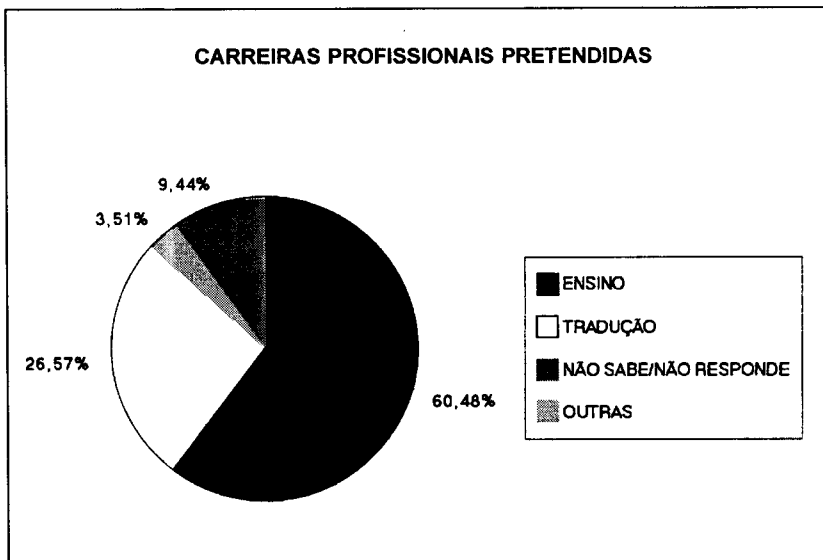


Gráfico 12

A figura n.º 13 representa a partição percentual das expectativas profissionais que, no total da amostra, se revelaram minoritárias. As percentagens aí indicadas não se referem ao total dos inquiridos, mas, antes, ao total das respostas em que se mencionam essas expectativas "minoritárias" (e que, como vimos na figura n.º 12, representam apenas cerca de 9,4% do total das respostas recolhidas).

Como se vê, apenas 4 profissões atingem, desse total de carreiras minoritariamente pretendidas, percentagens superiores a 10%: *jornalismo* (34,5% = 3,9% do total dos alunos inquiridos), *gestão/administração* (20,3% = 2,3% do total dos alunos inquiridos), *investigação científica e turismo* (11,5% = 1,3% do total dos alunos inquiridos, em ambas as profissões).

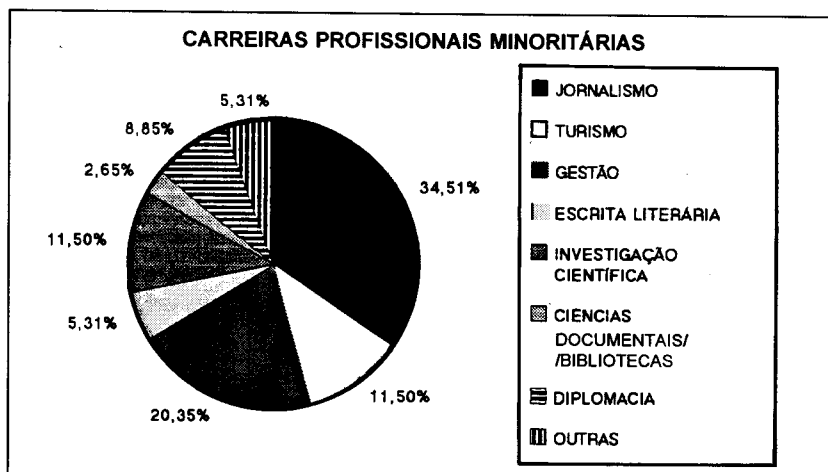


Gráfico 13

11.3.2 — Pergunta n.º 9: *Quais as suas expectativas em relação ao curso que escolheu?*

As respostas a esta pergunta repartem-se por diversos tipos, indiciando provavelmente diferentes interpretações da pergunta colocada.

Só 0,6% dos inquiridos responde “Não sei” e a percentagem dos que deixam a questão sem resposta é de 4,9%.

Um número importante dos inquiridos associa a pergunta a uma solicitação de valoração das expectativas. Assim, as expectativas são *boas* para 6,8% dos inquiridos, *vagas* para 6,2% e *más* para 3,6%.

Para bastantes alunos, responder a esta pergunta foi antever a dificuldade do curso: 6,2% dos alunos consideraram-no à partida *difícil*, contra 1% que o achou *fácil*.

Estas respostas constituem, no entanto, uma minoria no conjunto dos inquéritos tratados. Para a maioria dos inquiridos, as expectativas em relação ao curso prendem-se com objectivos pragmáticos precisos, que passamos a discriminar por ordem decrescente de ocorrências (em percentagem). À semelhança do que fizemos na análise dos resultados obtidos na pergunta 8, a soma destas percentagens é superior a 100%, pois numerosos alunos, nas suas respostas, indicam mais do que uma expectativa, tendo-se considerado na análise dos resultados cada uma delas como uma resposta.

As expectativas em relação ao curso são, pois, as seguintes:

Obter uma boa preparação profissional .....	118	38,3%
Melhorar o nível dos conhecimentos gerais .....	48	15,6%
Obter sucesso académico.....	36	11,7%
Aprender/Aperfeiçoar línguas .....	35	11,4%
Melhorar o domínio escrito/falado do Português .....	22	7,1%
Alcançar a realização pessoal .....	15	4,9%
Melhorar o nível dos conhecimentos literários .....	10	3,2%

É interessante notar, nestes resultados, diversos aspectos.

Em primeiro lugar, a passagem dos alunos inquiridos pela Universidade, e concretamente pelos cursos de LLM, é por eles associada numa percentagem muito significativa de casos à sua futura vida profissional. Em muitos destes alunos que esperam da Universidade boa preparação profissional, encontram-se ainda comentários relativos à expectativa de que a posse de um grau universitário lhes “*abra portas*” no mundo laboral.

A busca de conhecimentos — quer gerais (admitidos por 15,6% dos inquiridos), quer específicos (aprender línguas (11,4%), aprender Português (7,1%) e aprender literaturas (3,2%) —, perfazendo um total de 36,1% das respostas, é também uma motivação que se nos afigura como positiva nas expectativas dos estudantes inquiridos. A expectativa de melhorar o seu domínio da língua portuguesa, denotando alguma concepção normativista dos alunos face a estas questões, parece ser também o reconhecimento, por parte dos alunos, de uma situação que, noutras ocasiões, tem sido amplamente discutida: o fraco nível da expressão escrita dos alunos recém-chegados do ensino secundário à Universidade.

Parece-nos também interessante a percentagem de 11,7% de alunos para quem as expectativas em relação ao curso são expectativas concentradas na sua própria passagem pela Faculdade: *obter sucesso académico*, para os alunos, pode ser “*acabar o curso em quatro anos*”, “*ter boas notas*” ou “*conseguir um bom relacionamento com os professores e os colegas*”.

Por fim, é importante não esquecer os quase 5% de estudantes que, nas respostas, lembram a sua realização pessoal como expectativa gerada pelo curso.

O gráfico n.º 14 apresenta os resultados desta pergunta, não os agrupando por tipos.

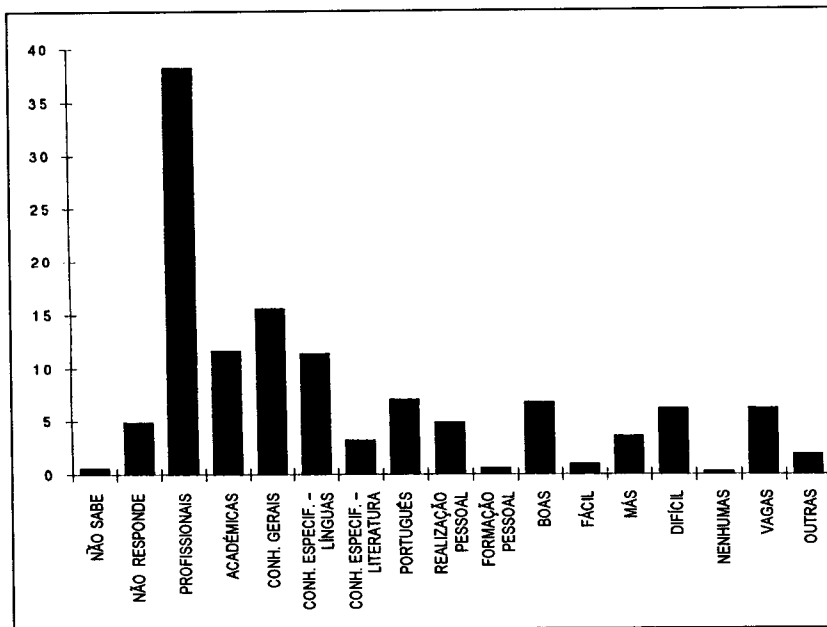


Gráfico 14

### III — Conclusões

A análise dos resultados obtidos permite-nos retirar algumas conclusões que convirá testar através da realização de novos inquéritos. Em primeiro lugar, deve notar-se que a maioria dos estudantes que responde ao inquérito está na Faculdade pela primeira vez (84%) e dos que não se encontram nesta situação (49), 35 não estão inscritos em qualquer outra cadeira de Linguística, o que nos pode levar a supor que se trata, em grande parte, de alunos repetentes. Por outro lado, 90% dos inquiridos afirma que o curso em que estão inscritos (85% em relação à variante) foi a sua primeira escolha, o que nos parece surpreendente tendo em conta uma opinião generalizada de que os alunos de Letras seguem este curso porque não têm condições para escolher outro. No entanto, seria interessante saber se este resultado seria o mesmo relativamente à opção que, uns anos antes, tiveram que fazer no ensino secundário.

As razões que levaram os estudantes a escolher este curso são, no entanto, bastante vagas, respondendo 57% que foi o gosto ou interesse por línguas, surgindo em segundo lugar, com 14%, a resposta “o curso em si” e só 5,2% diz ser o gosto pela Literatura e 3,9 % o gosto pela leitura/escrita. Não se sabe exactamente o que se pode entender por “gosto por línguas”, mas é de notar que os domínios ‘clássicos’ de um curso de Letras (Literatura, Cultura, Linguística) não parecem ser razões fundamentais de escolha. Em relação a este último domínio convém, no entanto, notar que ele é praticamente desconhecido dos alunos, pelo menos enquanto tal, se tivermos em conta as respostas dadas às perguntas 5, 6 e 7. Por outro lado, se compararmos as respostas à segunda parte da pergunta 1 com as que se obtiveram para a pergunta 9, verifica-se que não há uma grande consistência entre as razões da escolha e as expectativas em relação ao curso. Com efeito, as respostas relacionadas com o conhecimento de línguas encontram-se em quarta posição, com uma percentagem de 11,4%, sendo maioritariamente preferida, em relação a esta pergunta, a resposta “obter uma boa preparação profissional” (38,3%) seguindo-se, com uma percentagem de 15,6%, a resposta “melhorar o nível de conhecimentos gerais”.

Se articularmos as respostas à pergunta 9 com as que se obtiveram à pergunta 8, em que se manifesta uma preferência clara dada ao ensino (72,4%) e, em segundo lugar, à tradução (31,8%), podemos concluir que os estudantes esperam obter com uma licenciatura uma boa preparação tendo em vista uma profissão, assim como um alargamento e consolidação dos seus conhecimentos.

Neste momento, duas observações nos parecem relevantes. Em primeiro lugar, seria interessante fazer um inquérito aos alunos finalistas tendo como propósito verificar se aqueles objectivos e expectativas foram, pelo menos em parte, alcançados. Em segundo lugar, impõe-se uma reflexão sobre as razões da escolha do curso em articulação com a carreira profissional que pretendem seguir.

Parece-nos digna de comentário a discrepância verificada entre as expectativas em torno de futuros profissionais no ensino e na tradução — que correspondem às únicas “vias profissionalizantes” a funcionar actualmente na Faculdade, em função da aplicação da Portaria n.º 850/87 do Ministério da Educação (DR, I Série, 3/11/87) — e as restantes. Se, por um lado, ela pode justificar a manutenção dos ramos educacional e de tradução nas licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas (LLM), também nos podemos interrogar se, à partida, a sua existência exclusiva não condicionará as expectativas dos alunos do primeiro ano. Isto é, se os alunos em causa dispusessem de outros ramos de especialização e preparação profissional nos seus planos

de licenciatura, manter-se-iam tão elevadas as suas preferências pelos actuais ou, pelo contrário, elas distribuir-se-iam pelas outras?

Uma outra questão interessante levantada pela análise dos nossos resultados leva-nos a reflectir sobre a essência e o funcionamento do ramo científico das licenciaturas em LLM também criado pela já referida Portaria n.º 850/87 do ME. À entrada na Faculdade (e a dois anos da escolha do ramo de especialização), só 1,3% dos alunos admite como expectativa profissional a investigação científica, o que contrasta com o número de alunos que actualmente frequentam o ramo científico. Este funciona, assim, como um ramo indiferenciado, destino, para a maioria dos que o frequentam, dos alunos que não obtêm colocação num dos outros dois ramos existentes.

Haveria interesse, quanto a nós, em alterar esta situação, equiparando na prática o ramo científico aos outros dois, isto é, concebendo-o como um ramo de especialização de uma licenciatura em LLM com o objectivo de fornecer uma certa formação específica para o exercício de uma actividade precisa — a investigação científica na área das ciências humanas (línguas, linguística e literatura, concretamente).

A criação de outros ramos de especialização, como possível “dispersante” das expectativas dos alunos, teria, também neste ponto, a utilidade de facilitar a selecção orientada para o ramo científico dos estudantes mais vocacionados para o desenvolvimento de actividades de investigação.

Por último, analisaremos as respostas às perguntas 5, 6 e 7 que incidem especificamente sobre Linguística. Verifica-se que, embora os alunos respondam afirmativamente em grande número (63%) à primeira parte da pergunta (“já ouviu falar de Linguística?”), esse conhecimento é meramente nominal se se fizer o confronto com as respostas à pergunta 6 em que 85% dos estudantes dizem nunca terem lido qualquer livro de Linguística. Em relação aos alunos que afirmam ter lido algum livro (15%), obtiveram-se 41 respostas (cf. os 49 alunos que não se inscreveram pela primeira vez), das quais só 6 referem gramáticas. Este facto parece-nos relativamente estranho na medida em que 57% dos estudantes afirmam, em resposta à segunda parte da pergunta 5, ter travado conhecimento com a Linguística no ensino secundário.

Relativamente à pergunta 7, observe-se que os estudantes consideram que a Linguística é o estudo da(s) língua(s) ou da linguagem (52%) e 14% dos inquiridos espera obter mais informações sobre a língua portuguesa. Se articularmos estas respostas com as obtidas à pergunta 9, verificamos que surgem em quarto (11,4%) e quinto (7,1) lugares as respostas relacionadas com as expectativas “aprender/aperfeiçoar línguas” e “melhorar o domínio escrito/falado do Português”. No entanto, estas respostas são as primeiras com carácter mais específico, pois as que se encontram nos três primeiros lugares são de carácter geral, como se pode ver no ponto dedicado à análise da pergunta 9.

Do conjunto de respostas às perguntas 5, 6 e 7 podemos concluir que, na sua esmagadora maioria, os alunos não têm conhecimento do que seja a Linguística até à entrada na Universidade e muitas das ideias que têm são caracteristicamente provenientes da gramática normativa escolar ou vulgarizada pelos meios de comunicação social. Face a este perfil de entrada, parece-nos adequado o programa da disciplina conter no seu início algumas reflexões sobre questões que podem esclarecer e enquadrar alguns destes conceitos.

Consideramos que este texto é meramente o início de um trabalho a ser prosseguido, quer através de outros inquéritos aos alunos do primeiro ano, quer também, como já se referiu, aos

*F. OLIVEIRA, J. VELOSO, S. MATOS e S. CARDOSO*

estudantes do último ano do curso. Por outro lado, parecia-nos interessante considerar a hipótese de acompanhamento destes estudantes durante os anos seguintes através de inquéritos que nos dessem informações sobre o modo como os interesses e expectativas dos estudantes estarão ou não a ser alcançados.

Os resultados obtidos não são, evidentemente, exaustivos, mas são indicadores de algumas tendências. Esperamos que o que já se obteve seja o começo de uma análise futura mais aprofundada.

*Fátima Oliveira*

*João Veloso*

*Sérgio Matos*

*Simão Cardoso*

## A POESIA DE EUGÉNIO DE ANDRADE: esboço de uma leitura \*

«E não quero ocultar que, mais do que nunca, a preocupação maior destes versos foi a de um fazer rente ao dizer.»

EUGÉNIO DE ANDRADE, in *Rente ao Dizer*, «Nota», p. 71 <sup>1</sup>

Creio que esta afirmação é demasiado importante para se confinar ao espaço discreto da «Nota» com que o poeta remata o livro a que deu este título, e na qual lhe atribui o papel obscuro de cláusula conclusiva. Por isso a tomei por guia neste périplo necessariamente breve da sua poesia, e com a legitimidade que a sua palavra me confere.

Na verdade, esta frase tem um alcance muito maior do que à primeira vista parece, porque a partir dela se poderia deduzir uma arte poética. A palavra «fazer» conduz-nos àquela outra que em grego tem um significado afim: o *poiein* que liga a poesia ao sentido etimológico de «produzir», de realizar um labor artístico, o qual, embora não excluísse a inspiração, por interferência inicial da Musa, não dispensava uma competência técnica que se exercia dentro da linguagem, através da concentração intelectual e na escrupulosa observância de determinadas regras. Este sentido *artesanal* ou *artificial* da criação, que S. Tomás de Aquino vai associar ao «princípio interior» que o leva a definir «o belo como o *splendor formae*» <sup>2</sup>, marcará as poéticas clássicas e neo-clássicas; e, mais recentemente, vinculará algumas das figuras que abrem a modernidade artística, ou a ela pertencem, a um ideal de construção. É o caso de Edgar Allan Poe, dos poetas simbolistas franceses, e, entre nós, de um Camilo Pessanha ou de um Fernando Pessoa modernista, que é induzido pela leitura de «A Filosofia da Composição» a traduzir «ritmicamente conforme com o original» o poema que a motivou («The Raven»). Se me alonguei nestes detalhes, é porque, para apresentar com rigor a poesia de Eugénio de Andrade, tenho que começar por destacar essa consciência operativa que é uma constante da sua criação, desde, pelo menos, a publicação de *As Mãos e os Frutos*, em 1948. E Vitorino Nemésio não deixa de agudamente o sublinhar, na recensão que faz ao livro nesse mesmo ano (22 de Dezembro de 1948) <sup>3</sup>, quando afirma que o seu autor é «um discípulo dos latinos, como outros ingredientes

---

\* Sessão de Homenagem ao poeta Eugénio de Andrade, promovida pela Associação de Estudantes da F.L.U.P. e realizada no dia 22 de Março de 1994, na Faculdade de Letras do Porto. Nesta breve intervenção, a que se seguiu uma leitura de vinte poemas feita pelo próprio poeta, dispensámo-nos de ler os textos transcritos.

<sup>1</sup> Cf. ANDRADE, Eugénio de — *Rente ao Dizer*, 2.ª ed., Porto, Fundação Eugénio de Andrade, 1992.

<sup>2</sup> *Apud* GUIMARÃES, Fernando — *Os Problemas da Modernidade*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 47.

<sup>3</sup> Cf. «Frutos Líricos», in *Conhecimento de poesia*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1970, p. 220.

da sua poesia o colocam sob o magistério dos ingleses (...), e toda ela flui discretamente de fontes velhas nossas: dos quinhentistas, com Camões à cabeça; dos românticos (...). Tudo, porém, tão coerente e fundido, que a voz do poeta se vai levantando timbrada e própria à conquista do tom definitivo». Esse timbre puríssimo e inconfundível, que atravessa toda uma obra cujo cinquentenário recentemente se celebrou (*Adolescente* e *Pureza* são livros de 42 e 45, respectivamente), com a criação da Fundação que tem o nome do poeta, permite-nos sentir, numa das composições mais deslumbrantes e intensamente musicais desse livro — «Green God» — a altura e a perfeição do que é eterno. Eugénio de Andrade pertence à linhagem de poetas referida por Nemésio, a qual passa também por dois nomes grandes da nossa lírica medieval: Nuno Fernandes Torneol e D. Dinis.

Não os cito por preconceito erudito, porque esse ter-me-ia obrigado a nomear outros nossos poetas que de algum modo o marcaram — e ainda aqueles por ele citados ou traduzidos, como Rilke, Yeats, Lao-Tsé, ou Lorca — mas para retomar o meu comentário e me deter, agora, na expressão «rente ao dizer». Esta surge para caracterizar o *modus faciendi* do poeta, um modo de fazer versos que procura captar a musicalidade da linguagem, privilegiando nela o que é da ordem da voz, como acontecia nas cantigas de amigo e de amor. Voz, porém, colocada cada vez mais perto do silêncio da origem e instada a fundir-se com o canto genuíno da *tellus mater*, que guarda em si o segredo do esplendor do mundo. Este é também o segredo da poesia ou, se preferirem, o seu mais evidente mistério. Em Eugénio de Andrade esse segredo inscreve-se numa arte a que Óscar Lopes chamou, num ensaio admirável, «uma espécie de música»<sup>4</sup>. Uma das sugestões que aí colhi vem ao encontro desta vertente particularmente sedutora da sua obra poética, indissociável do princípio da condensação metafórica e dessa compulsão rasurante a que o poeta chamou *ostinato rigore*. Refiro-me, como decerto já adivinharam, ao *estilo vocal* desta poesia, que me parece cada vez mais centrada na *dicção*, e vinculada, dentro do modo lírico, a uma estratégia enunciativa essencialmente investida pela dimensão corporal da escrita. Neste sentido específico, o estilo deriva da relação que o sujeito estabeleceu com a língua materna, ao separar-se gradativamente do corpo da mãe e ao inscrever nela a perda desse contacto íntimo e primordial:

Língua;  
língua da fala;  
língua recebida lábio  
a lábio; beijo  
ou sílaba;  
clara, leve, limpa;  
língua  
da água, da terra, da cal;  
materna casa da alegria  
e da mágoa;  
dança do sol e do sal;  
língua em que escrevo;  
ou antes: falo.

«Língua dos Versos», in *Rente ao Dizer*, p. 13

O vazio deixado por esse corpo abre simbolicamente na fala o lugar incontornável de um segredo, de onde irradia o desejo de comunicar com o *tu*, para fazê-lo vir a si, ou a ele regressar. Diria, pois, que é neste dialogismo original, onde vibra a ausência de uma voz primeira, que

<sup>4</sup> Cf. LOPES, Óscar — *Uma Espécie de Música (A poesia de Eugénio de Andrade)* — *Três Ensaios*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.



enraíza uma poesia fortemente orientada para um *tu*, que ao sublimar uma dor sem corpo, paradoxalmente a corporiza. Esse *tu* metamórfico, que surge em mágica sintonia com os ritmos do cosmos, serve muitas vezes de pretexto a uma exaltação pagã da beleza de um corpo que celebra a vida contra a morte que o habita (e cito o poeta): «Eu sempre soube que a beleza era o que havia de mais frágil sobre a terra» ( Cf. livro em epígrafe, p. 69). Mas, na sua imanência, o *tu* surge, antes de mais, como uma pura figura de alteridade, capaz de nos revelar «un infini en puissance», para me servir de uma bela expressão de Proust. Na poesia de Eugénio de Andrade o *dizer* é inseparável da corporalidade que esse próprio «dizer» metaforiza, e de uma atitude enunciativa que só se realiza plenamente dentro de uma relação em que o *eu* se inscreve como correlato de um *tu* virtual, fazendo com que o acto poético seja um modo sublimante de comunicação, que faz apelo a um *outro* liberto daquilo que, numa situação real, é contingente e imperfeito. A enunciação passa, pois, por um necessário desdobramento do sujeito da escrita num sujeito recitante, de modo a que se possa produzir um *efeito de voz*, que nos chama à escuta desse corpo sonoro que é o poema. É certo que se trata de uma *voz escrita*, mas eu prefiro chamar-lhe *voz inscrita*, porque o poeta faz de cada um dos seus poemas um *canto*, ou melhor: uma fala que se decanta no seu contínuo refluir ao mais remoto estado da poesia, que é o da sua oralidade.

O poema devém assim uma espécie de partitura, que o poeta poderá interpretar devolvendo-lhe, como agora, a sua voz genuína. Mas, sobretudo, uma partitura a ser interpretada por quem ama a poesia ao ponto de a guardar no coração até a saber *de cor*. Estas palavras, que têm a mesma raiz etimológica, lembram-nos a brevidade de muitas das composições de Eugénio de Andrade, as quais nada têm a ver com o espírito e a intenção do epigrama, mas apenas com o desejo de fixar «uma sensação nua», ou um sentimento límpido, à maneira dos *haikai*, e eternizá-los no poema. Aquilo que nos fascina nesta poesia é o sentido profundo de re ligação que nasce da sua magnífica transparência, tornando o cosmos numa casa habitável e deixando-nos mais perto da eternidade. Nos seus versos, a verdade não se oculta nem se perde nos cumes da abstracção: é apenas um halo de silêncio que fica a vibrar em cada uma das palavras que nos revelam a beleza das coisas tangíveis, a exultação dos sentidos, o amor por uma criança ou a intensidade de um apelo. Silêncio que pode inesperadamente irromper na palavra para se obstinar apenas numa sílaba — a sílaba que falta, «rente ao dizer», improferível, e que abriga o segredo da salvação:

Toda a manhã procurei uma sílaba.  
É pouca coisa, é certo: uma vogal,  
uma consoante, quase nada.  
Mas faz-me falta. Só eu sei  
a falta que me faz.  
Por isso a procurei com obstinação.  
Só ela me podia defender  
do frio de janeiro, da estiagem  
do verão. Uma sílaba.  
Uma única sílaba.  
A salvação.

«A Sílaba» (13.5.93)<sup>5</sup>

Porto, 22.3.94

Maria João Reynaud

<sup>5</sup> Publicado em *Hifen 8*, Cadernos de Poesia (Porto, Janeiro, 1994). O poema figura em *Ofício de Paciência*, Porto, Fundação Eugénio de Andrade, 1.ª ed., Fevereiro, 1994, p. 46. E ainda em *Antologia Breve*, Porto, Fundação Eugénio de Andrade, 6.ª ed. aum., Maio, 1994, p. 116.

## “WAS GEHEN UNS DIE NIBELUNGEN AN?”

### (EINAR SCHLEEF) ZUR REZEPTION UND WIRKUNGSGESCHICHTE DES NIBELUNGENLIEDES

Was gehen uns die Nibelungen an? Gehört die Kenntnis des Gedichts noch immer zu “einer Bildungsstufe der Nation”, wie Goethe es 1827 formulierte<sup>1</sup>, oder sollen wir die *alten maeren* fahren lassen, weil sie nicht mehr zeitgemäß sind und uns nichts mehr zu sagen haben? In den Lehrplänen der deutschsprachigen Schulen wird das Nibelungenlied als Teil der Literaturgeschichte und als Beispiel für eine frühere Sprachstufe des Deutschen zur Lektüre empfohlen. Doch sollten wir nicht lieber darauf verzichten, uns mit einem Heldenlied, das mit schaurigem Pathos, Deuschtümelei und Nationalismus in Verbindung gebracht wurde und gebracht wird, auseinanderzusetzen? Im Gegenteil. Natürlich gehen uns die Nibelungen etwas an, und das meine ich nicht nur als Germanistin. Ich schließe mich der Meinung HEINZ RUPPS an, wenn er sagt: “Das ‘Nibelungenlied’ hat — so möchte man etwas salopp sagen — seit seiner Wiederentdeckung im Jahre 1755 viel Pech gehabt. Als es entdeckt wurde, hatte kaum jemand Interesse dafür. Dann geriet es in den geistigen Wirbel der Romantik, von dort in die Hände der Altphilologen, in die Klauen nationalistischer Vorstellungen, in die Finger der Skandinavisten, Germanophilen und in die der Textkritiker und schließlich in die der modernen Interpreten, die selbst dort noch in Urgründe und Tiefstes vorstoßen, wo es keine Urgründe und Tiefen gibt. Aus dieser Rezeptionsgeschichte sind Vorurteile entstanden, die bis heute das ‘Nibelungenlied’ belasten; und manche halten sich trotz aller Fortschritte der Wissenschaft bis heute.”<sup>2</sup> Es gilt, dieses eindrucksvolle literarische Zeugnis aus der Vergangenheit von diesen Vorurteilen zu befreien. Ein erster Schritt dazu ist die Auseinandersetzung mit der Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes, die eng zusammenhängt mit der Herausbildung einer nationalen Ideologie der Deutschen.

Welche Rezeptionsvorgänge waren es nun, die das Nibelungenlied in den Dienst verschiedener Ideologien stellten, Ideologien, von denen das Nibelungenlied bis heute noch nicht ganz befreit werden konnte.

---

<sup>1</sup> Der Anlaß dazu war Karl Simrocks Nibelungenübersetzung. Dazu: BRACKERT, Helmut — *Die ‘Bildungsstufe der Nation’ und der Begriff der Weltliteratur. Ein Beispiel Goethescher Mittelalter-Rezeption*, in «Goethe und die Tradition», hg. v. Hans Reiss, Frankfurt, 1972, S. 84-101.

<sup>2</sup> RUPP, Heinz — *Das Nibelungenlied — eine politische Dichtung*, in «WW» 35, 1985, S. 166-176, hier S. 166.

## 1. Nibelungenrezeption im Mittelalter

Die bewegte Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes beginnt bereits mit seiner schriftlichen Fixierung. Einer der Gründe dafür liegt in der Struktur des Werkes selbst. Das Nibelungenlied ist um 1200 von einem unbekanntem Dichter aufgeschrieben worden. Dieser Dichter war nicht der Erfinder der Geschichte, er war vielmehr einer der zahlreichen Bearbeiter eines Stoffes, dessen Tradition ins 5. oder 6. Jahrhundert zurückreicht. Man muß sich vorstellen, daß die Geschichten um Siegfried und Kriemhild, die Erzählung vom Burgundenuntergang über Jahrhunderte hin mündlich weitergegeben wurden. Dabei sind die Geschichten nicht unverändert geblieben, es entstand eine reiche, vielgestaltige, dissonante Erzähltradition. Bei seiner (möglicherweise ersten) schriftlichen Fixierung des Stoffes um 1200 sind Risse und Brüche im Text stehen geblieben, die die unterschiedlichen Erzähltraditionen erkennen lassen. Es hat immer wieder Tendenzen gegeben, diese Risse zu kitten, Ungereimtheiten im Text auszugleichen. Das lockere, widersprüchliche Erzählgefüge, die blockhafte Erzählweise, in der einzelne Episoden als selbständige Einheiten gesehen werden können, haben auch dazu geführt, daß einzelne Elemente, oder auch Figuren aus dem Textzusammenhang isoliert und für die Formulierung eines neuen Sinnzusammenhangs benutzt wurden.<sup>3</sup> Den Beweis dafür liefern bereits die ältesten Dokumente der Nibelungenliedrezeption: Die Klage<sup>4</sup> und die Handschrift \*C<sup>5</sup>.

Die Klage, die wahrscheinlich unmittelbar nach dem Nibelungenlied entstanden ist, berichtet von den Ereignissen nach der Katastrophe und unterstellt dem Werk einen Sinn, auf den es nie angelegt war: alle Schuld wird dem Mörder Hagen in die Schuhe geschoben und die Rächerin Kriemhild wird völlig entlastet. Dem Verfasser der Handschrift \*C hat möglicherweise dieses Interpretationsmuster eingeleuchtet, denn er schuf einen Text, in dem Hagen angeschwärzt und Kriemhild entschuldigt wird, wo immer es möglich schien. Ein Beispiel soll dies verdeutlichen:

Im zweiten Teil des Nibelungenliedes lädt Kriemhild ihre Verwandten zu einem Fest in die Burg ihres zweiten Gemahls, des Hunnenkönigs Etzel, ein. Die Einladung ist eine Falle. Kriemhild will den Mord an ihren ersten Mann Siegfried rächen, den Hagen hinterrücks ermordet hat. Nach der Ankunft der Gäste in Etzelburg sucht Kriemhild nach einen Auslöser dafür, daß Etzel die Burgunden angreift. Nachdem Kriemhilds Versuche, bei einem gemeinsamen Mahl einen Streit zwischen den Hunnen und Burgunden zu entfesseln, gescheitert sind und die Stimmung im Saal bereits sehr aggressiv geworden ist, läßt Kriemhild ihr Kind Ortlieb an die Tafel holen und setzt es so bewußt der Gefahr der Ermordung aus:

1912

*Dô der strît niht anders kunde sîn erhaben  
(Kriemhilde leit daz alte in ir herzen was begraben),  
dô hiez si tragen ze tische den Etzelen sun.  
wie kunde ein wîp durch räche immer vreislicher tuon*<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Vgl.: HEINZLE, Joachim — *Zweimal Hagen oder: Rezeption als Sinnunterstellung*, in «Die Nibelungen», Hrsg. v. J. Heinzle und Anneliese Waldschmidt, Frankfurt/Main, 1991, S. 21-40.

<sup>4</sup> *Die Klage. Mit den Lesarten sämtlicher Handschriften*, hg. v. Karl Bartsch, 1875, Nachdruck, 1964.

<sup>5</sup> *Das Nibelungenlied nach der Handschrift C*, hg. von Ursula Henning, Tübingen, 1977 (= ATB, Bd. 83).

<sup>6</sup> Zitiert nach: *Das Nibelungenlied. Mittelhochdeutscher Text und Übertragung*, hg., übersetzt und mit einem Anhang versehen v. Helmut Brackert, Frankfurt, 1970/71 (= Fischer TB 6038/39).

Hagen schlägt dem Kind den Kopf ab, was gleichzeitig das auslösende Moment für den Kampf zwischen den Hunnen und ihren Gästen ist. Kriemhild hat durch die Opferung ihres Kindes ihr Ziel erreicht. In der Handschrift \*C wird Kriemhild die Verantwortung für ihr Tun entzogen. Dort heißt es:

1963

*Dô die fürsten gesezen wâren überal  
und nu begunden ezzen, dô wart in den sal  
getragen zuo den fürsten daz Ezelen kint.  
dâ von der künec rîche gewan vil starken jâmer sint.*

Der Schreiber der Handschrift \*C versucht Kriemhild offensichtlich zu entlasten, indem er ihr nicht mehr die Schuld dafür gibt, daß Ortlieb in den Saal gebracht wird.

Während die Klage nur eine Interpretation des Nibelungenliedes ist, wenn auch mit weitreichenden Folgen, hat der Verfasser der Handschrift \*C direkt in den Text eingegriffen. Sowohl die Klage als auch die Handschrift haben großen Einfluß auf die Überlieferung ausgeübt.

Die Frage, warum Klage und Handschrift \*C so großen Anklang gefunden haben, ist nicht leicht zu beantworten. Möglicherweise hat, wie bereits angesprochen, die Brüchigkeit und Widersprüchlichkeit des Erzählgefüges das Bedürfnis geweckt, Risse im Text zu kitten und Ungereimtheiten auszumerken, vielleicht verursacht der Schluß des Nibelungenliedes die Notwendigkeit von Trauerarbeit. Wie auch immer, wichtig ist, daß diese Form von konstruierender und manipulierender Rezeption ganz entscheidend auch von der Forschung mitgetragen wurde und sich, was die Unterstellung von Sinnzusammenhängen anbelangt, nicht wesentlich von den beiden mittelalterlichen Interpreten unterscheidet.

## 2. Nibelungenliedrezeption in der Neuzeit: von 1755-1945

Das Nibelungenlied geriet ab dem 16. Jahrhundert weitgehend in Vergessenheit und wurde erst 1755 zur Zeit der Spätaufklärung durch den Lindauer Arzt JAKOB HERMANN OBEREIT wiederentdeckt, 1757 wurden Teile des Textes von JOHANN JAKOB BODMER herausgegeben, dreißig Jahre später erschien der erste vollständige Druck. Obwohl das Interesse am Nibelungenlied zunächst sehr gering war, gab es bereits Tendenzen, das Werk als deutsches Nationalepos zu begreifen. Das Nibelungenlied und Homer wurden miteinander in Beziehung gebracht und verglichen, wobei allerdings die Ilias dem deutschen Epos vorgezogen wurde. Doch bereits JOHANNES MYLLER, der Herausgeber der ersten vollständigen Ausgabe des Nibelungenliedes, spricht die Vermutung aus: "Der Nibelungen Lied könnte die Teutsche Ilias werden."<sup>7</sup>

Was war es nun, was das Gedicht, abgesehen von der Sprache, so deutsch erscheinen ließ? Was sind die identitätsstiftenden Momente im Nibelungenlied, auf die sich eine ganze Nation berufen kann? Schließlich geht es im Nibelungenlied weder um eine Staatsgründung, noch handelt es sich um eine mythische Volksgründungssage. FRIEDRICH THEODOR VISCHER

---

<sup>7</sup> Zitiert nach: *Otfried Ehrismann. Nibelungenlied. Epoche — Werk — Wirkung*, München, 1987, S. 250.

schreibt in diesem Zusammenhang: "Unser heimisches Heldenlied, dem griechischen so verwandt, wie die Poesie keines anderen Volkes, steht darin im höchsten Nachteil gegen die griechische Sage, daß diese eine geschichtlich nachweisbare Volks-Unternehmung zum Inhalt hat...Unsere Heldensage hat nicht die Stürme der Völkerwanderung, nicht den großen Sieg über die Römer zum Stoffe genommen; mit deutschem Eigensinne hat sie sich in eine Familiengeschichte eingehaust und sucht vergebens...das enge Interesse zu einem welthistorischen zu erweitern."<sup>8</sup> In der Tat läßt sich die dem Nibelungenlied unterstellte nationale Ideologie nicht von der Handlung her begründen. Daß das Nibelungenlied dennoch zum Nationalepos avancierte, liegt einzig und allein an einer Rezeption, die dieses Anliegen verfolgte. Die Verfestigung solcher Rezeption erfolgte vor allem in den ersten beiden Jahrzehnten des 19. Jahrhunderts, in der Romantik. Im Gegensatz zur Spätaufklärung, in der der an das Mittelalter geknüpfte Nationalgedanke noch zu schwach war, um sich gegen die aufgeklärte Philosophie behaupten zu können, spiegelte für die Romantiker das Nibelungenlied "die Geschichte der Deutschen"<sup>9</sup> Drei Entwicklungen waren für diese Sichtweise entscheidend:<sup>10</sup>

1. die Ausbildung eines spezifischen Nationalgedankens
2. eine anticlassische Aufwertung des Mittelalters
3. die besondere politische Lage Deutschlands (Krieg zwischen Frankreich und Preußen 1805, die zur Niederlage Preußens führte)

Die jubelnden Sätze FRIEDRICHS VON DER HAGEN zu seiner 1807 herausgegebenen Nibelungenliedausgabe zeigen deutlich, wie sehr das Nibelungenlied ideologisch vereinnahmt und zum Inbegriff des Deutschtums erhoben wurde: "Wie man zu des Tacitus Zeiten die Altrömische Sprache der Republik wieder hervor zu rufen strebte: so ist es auch jetzt, mitten unter den zerreißensten Stürmen, in Deutschland die Liebe zu der Sprache und den Werken unserer ehrenfesten Altvordern rege und thätig, und es scheint, als suche man in der Vergangenheit und Dichtung, was in der Gegenwart schmerzlich untergeht. Es ist aber dies tröstliche Streben noch allein die lebendige Urkunde des unverilgbaren Deutschen Charakters, der über alle Dienstbarkeit erhaben, jede fremde Fessel über kurz oder lang immer wieder zerbricht...Kein anderes Lied mag ein vaterländisches Herz so rühren und ergreifen ... als dieses,...und uns zwar trauernd und klagend, doch auch getröstet und gestärkt zurücklassen, uns mit Ergebung in das Unabwendliche, doch zugleich mit Muth zu Wort und That, mit Stolz und Vertrauen auf Vaterland und Volk, mit Hoffnung auf dereinstige Wiederkehr Deutscher Glorie und Weltherrlichkeit erfüllen..."<sup>11</sup>

Solche Aussagen lassen sich durch das Nibelungenlied kaum belegen, wichtig ist, daß die nationale Ideologie, weil sie sich von der Handlung nicht begründen läßt, in den Charakteren gesucht wurde. Das hat zu einer weiteren groben Verfälschung des Nibelungenliedes geführt. Man spricht von der liebenden und leidenden Kriemhild, vom grimmigen und gefolgstreuen

<sup>8</sup> VISCHER, Friedrich Theodor — *Vorschlag zu einer Oper*, in «F.T.V. Kritische Gänge», Bd. 2, hg. v. R. Vischer, München, 1922, S. 451-478, hier Seite 457 f.

<sup>9</sup> SCHLEGEL, August Wilhelm — *Geschichte der romantischen Literatur* (Kritische Schriften und Briefe. Bd. IV), hg. v. Edgar Lohner, Stuttgart, 1964, S. 110.

<sup>10</sup> vgl.: BRACKERT, Helmut — *Nibelungenlied und Nationalgedanke. Zur Geschichte einer deutschen Ideologie*, in «Mediaevalia Litteraria. Festschrift für Helmut de Boor», hg. v. Ursula Henning und Herbert Kolb, München, 1971, S. 343-364, hier S. 345 f.

<sup>11</sup> HAGEN, Friedrich von der — *Der Nibelungen Lied*, Berlin, 1807, S.3.

Hagen, vom heroisch mutigen Siegfried... usw. Die Deutungen liefen darauf hinaus, Tugenden, wie Treue, Keuschheit und Familiensinn als wesenhafte Grundtugenden des deutschen Volkes zu konstatieren, indem die Figuren im Nibelungenlied zu nationalen Identifikationsfiguren stilisiert wurden.

Die Diskussion um die Aufnahme der älteren deutschen Dichtung in die Lehrpläne der Gymnasien beginnt ebenfalls im 19. Jahrhundert und ist geprägt von nationalpolitischen Konzepten. Pädagogen stritten um die Frage, ob das Nibelungenlied der Ilias vorzuziehen sei, von einigen wurde nachgerade ein Feldzug gegen die traditionelle humanistische Bildung geführt. So schrieb AUGUST WILHELM SCHLEGEL 1812: "Dieß Heldengedicht muß in allen Schulen, die sich nicht kümmerlich auf den nothdürftigsten Unterricht einschränken, gelesen und erklärt werden. Es muß nächst den ehrwürdigsten aller Bücher, den heiligen Urkunden [...] wieder ein Hauptbuch bey der Erziehung der deutschen Jugend werden."<sup>12</sup> Von Anfang an übernehmen Schule und Unterricht eine wichtige Rolle bei der Verbreitung der jeweiligen Sinnunterstellungen und Leitbildzuweisungen. Zunächst setzte sich der Unterricht im Mittelhochdeutschen, in dessen Zentrum immer das Nibelungenlied stand, in den Ländern des Deutschen Bundes nur zögernd durch. "Die pädagogische Zurückhaltung wird bald nach 1830 im Aufschwung der neuen bürgerlich-liberalen Einigungs- und Emanzipationsbewegung aufgegeben."<sup>13</sup> In den Schriften der Befürworter für die Didaktisierung des Nibelungenliedes begegnen uns bereits bekannte Stereotype. Figuren und Episoden aus dem Nibelungenlied werden aus dem epischen Zusammenhang gerissen und als Vorbild für einen bürgerlichen Verhaltenskodex genommen, der Familiensinn, Sittlichkeit, Frömmigkeit, Gattenliebe etc. umfaßt. "Deutschstunden zum Nibelungenlied werden als nationale Weihestunden entworfen, in denen der Schüler die alte Kraft und den Geist der germanischen Vorfahren erfüllen soll. Über die konkreten Unterrichtsmöglichkeiten und Voraussetzungen der verschiedenen Alters- und Jahrgangsstufen sowie über die Textgrundlagen macht man sich wenig Gedanken."<sup>14</sup> Die Konzentration der didaktischen Bemühungen auf das Prinzip Nation ist ein Charakteristikum des Deutschunterrichts bis in unser Jahrhundert geblieben, die deutsche Dichtung war primär ein Zeugnis nationaler Kultur und diente der Erziehung des Schülers zu "deutschem Denken und Fühlen".

Daran konnte auch die wissenschaftliche Auseinandersetzung mit dem Nibelungenlied nichts ändern, die sich spätestens seit 1826 mit KARL LACHMANNs kritischer Ausgabe des Nibelungenliedes<sup>15</sup> in Bahnen objektiver Erkenntnis bewegte. Daß hieß aber nur, daß sich die populäre Rezeption des Nibelungenliedes noch weiter von wissenschaftlicher Erkenntnis befreite und eine allgemeine Verbreitung des Nibelungenliedes mit den gängigen Clichés durch germanistisch verbildete "Oberlehrer" kein Einhalt geboten wurde. Die Folge davon war, daß ein völlig unliterarisches Verhältnis zum Nibelungenlied die weitere Rezeption bestimmte. "Das Nibelungenlied als Zeugnis der Literatur galt nichts, es stand vielmehr für etwas, für die Selbstfeier deutschen Wesens; und es stand gegen etwas: gegen alles Fremde, dessen Einfluß abzuwehren es angeblisch aufrief. Es war ein Stück nationaler Mythologie, stellte die Leitbilder

<sup>12</sup> Zitiert nach EHRISMANN — Nibelungenlied, a.a.O. S. 266.

<sup>13</sup> WUNDERLICH, Werner — 'Ein Hauptbuch bei der Erziehung der deutschen Jugend...' Zur pädagogischen Indienstnahme des Nibelungenliedes für Schule und Unterricht im 19. und 20. Jahrhundert, in «Die Nibelungen», hg. v. J. Heinze und A. Waldschmidt, a.a.O. S. 119-151, hier S. 123.

<sup>14</sup> Wunderlich — a.a.O. S. 124.

<sup>15</sup> *Der Nibelunge Not mit der Klage. In der ältesten Gestalt mit den Abweichungen der gemeinen Lesart*, Hg. v. Karl Lachmann, Berlin, 1826.

bereit, die man in Krisenzeiten wie auf Höhepunkten der Nation auf die politischen Ereignisse übertrug.“<sup>16</sup>

Beredtes Zeugnis dafür liefert die Nibelungerezeption während der beiden Weltkriege. Seit dem ausgehenden 19. Jahrhundert faßte im Rahmen des biologistischen Denkens (Charles Darwin) der Rassismus verbunden mit der Feier des Ariertums, besonders des Germanentums mehr und mehr Fuß. Auch dafür mußte das Nibelungenlied erhalten. FELIX DAHN nahm das Gerücht, Rußland, Frankreich und Italien hätten Deutschland den Krieg erklärt zum Anlaß, folgende Verse zu dichten:

Schon einmal ward so stolz gerungen von deutschen Helden kühn im Tod:  
Ein zweiter Kampf der Nibelungen sei unsern Feinden angedroht:  
Prophetisch war die alte Sage und grauenhaft wird sie erfüllt,  
Wenn an dem letzten deutschen Tage der Schlachtruf dreier Völker brüllt.  
Von Blute schäumend zeih mit Stöhnen empört die Donau und der Rhein:  
Es wollen brausend ihren Söhnen die deutschen Ströme Helfer sein;  
Auf! Schleudert Feuer in die Felder, von jedem Berg werft Glut ins Land,  
Entflammt die alten Eichenwälder zu ungeheuren Leichenbrand...  
Dann siegt der Feind: - doch mit Entsetzen, und triumphieren soll er nicht!  
Kämpft bis die letzte Fahne in Fetzen, kämpft bis die letzte Klinge bricht,  
...  
Brach Etzels Haus in Glut zusammen, als er die Nibelungen zwang,  
So soll Europa stehn in Flammen bei der Germanen Untergang!<sup>17</sup>

FELIX DAHNS fatalistische Beschwörung heroischen Untergangs ist nur ein Beispiel chauvinistischer deutscher Reimlyrik, die zu Beginn des 20. Jahrhunderts massenhaft erschienen ist. Nibelungentreue wurde als eine der militärischen Haupttugenden beschworen, so wie WILHELM DER ZWEITE an sie appellierte, als er 1914 die Truppen in den Ersten Weltkrieg schickte. Bezeichnenderweise wurde eine Verteidigungslinie im Ersten Weltkrieg Siegfried-Linie genannt, als diese zerbrach und die Niederlage feststand, beriefen sich die Deutschen, verbittert und verfeindet mit den Siegermächten, um so mehr auf ihre Nation. Man versuchte, das nationale Unglück durch Besinnung auf unvergängliche Werte deutscher Kultur zu kompensieren. Das Nibelungenlied stand dabei wieder an erster Stelle. Für die Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes in der Zwischenkriegszeit bedeutete dies, daß nicht mehr Siegfried und Kriemhild, sondern Hagen in den Mittelpunkt gestellt wurde (“der waffengewaltige, stolze, grimme Hagen...das Sinnbild Preußen Deutschlands”<sup>18</sup>). “Man entdeckte Eigenschaften an ihm, die die politische Situation zu fordern schien: Gefolgsmannentreue, den unbeirrten Willen, das Notwendige zu tun, die totale Hingabe an die Sache und die Bereitschaft, Schuld auf sich zu nehmen.”<sup>19</sup> Wie sich das mit dem Hagen aus dem ersten Teil

---

<sup>16</sup> BRACKERT, Helmut — *Nibelungenlied und Nationalgedanke. Zur Geschichte einer deutschen Ideologie*, a.a.O. S. 356.

<sup>17</sup> DAHN, Felix — *Gesammelte Werke*, 2. Serie, Bd. 5, (o.J.), S. 552 f.

<sup>18</sup> Franz von Liszt im Rahmen einer öffentlichen Vortragsreihe “Deutsche Reden in schwerer Zeit” (18. Nov. 1914); Zitat aus: Joachim Heinze — *Zweimal Hagen oder: Rezeption als Sinnunterstellung*, in «Die Nibelungen», a.a.O. S. 21-40, hier S. 34.

<sup>19</sup> SEE, Klaus von — *Das Nibelungenlied - ein Nationalepos?*, in «Die Nibelungen», a.a.O. S. 43-111, hier S. 88.

des Nibelungenliedes, dem heimtückischen Mörder, vereinbaren ließ, war den Rezipienten nicht so wichtig. Wie beliebig und widersprüchlich die Rezeption war, läßt sich aus folgendem Beispiel ersehen: "Wie Siegfried unter dem hinterlistigen Speerwurf des grimmen Hagen, so stürzte unsere ermattete Front; vergebens hatte sie versucht, aus dem versiegendem Quell der heimatlichen Kraft neues Leben zu trinken."<sup>20</sup> Mit diesen Worten lieferte der Chef der Obersten Heeresleitung und nachmalige Reichspräsident PAUL VON HINDENBURG eine Erklärung für die deutsche Niederlage, besser bekannt unter dem Namen Dolchstoßlegende. Wie hier mit der Figur Hagens umgegangen wird, ist ein typisches Beispiel für isolierende Rezeption im Dienste politischer und ideologischer Phantasien, in der ein letzter heroischer Kampf der Deutschen beschworen wird. Es versteht sich von selbst, daß es für die Nationalsozialisten ein Leichtes war, hier anzuknüpfen.

Der Nationalsozialismus verstand sich als eine Bewegung der nationalen Erneuerung, als "Erfüllung jenes Geistes, der das Nibelungenlied angeblich beherrscht".<sup>21</sup> Diese Ansicht vertraten nicht nur Parteiredner, sondern vor allem auch Hochschulgermanisten. OTTO ACKERMANN schreibt 1940: "Die Gestalten Siegfrieds und Dietrichs von Bern, Hagens, und Gunthers leben heute wieder unter uns. Das Heldentum des Gefolgsmannes, sein bedingungsloser Einsatz für den Führer zeichnet das Bild des deutschen Menschen."<sup>22</sup> Die Botschaft, die darin steckt, ist eindeutig. Freilich hatten auch die Nationalsozialisten, trotz ihrer Konzentration auf einzelne Personen im Nibelungenlied, Schwierigkeiten mit dem Schluß des Liedes. Der Germanist HANS NAUMANN, ein glühender Verehrer Hitlers, zweifelte deshalb daran, ob das Nibelungenlied tatsächlich als Nationalepos erhalten könne und schlug vor, ein neues Nationalepos zu schreiben mit Hitler als Held: "Im Dritten [Reich] wird gewiß die erlösende Stunde schlagen, es besitzt ja bereits in einem einzigen Manne und in der Geschichte seiner Erscheinung ein Nationalepos urältester Struktur [...] man brauchte es nur in Verse zu gießen."<sup>23</sup> Ein Jahr später war der Untergang des Dritten Reiches mit der Schlacht bei Stalingrad besiegelt. Wiederum mußte das Nibelungenlied erhalten, um die Ereignisse zu klären. HERMANN GÖRING verkündete 1943 im Berliner Sportpalast: "Aus all diesen gigantischen Kämpfen ragt nun gleich einem gewaltigen monumentalen Bau Stalingrad, der Kampf um Stalingrad heraus. Es wird dies einmal der größte Heroenkampf gewesen sein, der sich in unserer Geschichte abgespielt hat. Wir kennen ein gewaltiges heroisches Lied, von einem Kampf ohnegleichen, es heißt der Kampf der Nibelungen. Auch sie standen in einer Halle von Feuer und Brand und löschten den Durst mit eigenem Blut, aber kämpften und kämpften bis zum Letzten. Ein solcher Kampf tobt heute dort, und jeder Deutscher noch in tausend Jahren wird mit heiligen Schauern das Wort Stalingrad aussprechen und sich erinnern, daß da Deutschland letztenendes den Stempel zum Endsieg gesetzt hat, denn ein Volk, das so kämpfen kann, muß siegen."<sup>24</sup>

Das Nibelungenlied als rhetorisch dekorativer Appell an eine ewig gültige deutsche Heldentugend — die Verfremdung und Verfälschung des Epos hat hier einen der Gipfelpunkte erreicht. Dennoch ist die Art und Weise, wie GÖRING das Nibelungenlied für seine Zwecke

<sup>20</sup> Zitat aus: HEINZLE, Joachim — *Zweimal Hagen*, a.a.O. S. 36.

<sup>21</sup> BRACKERT — a.a.O. S. 326.

<sup>22</sup> ACKERMANN, Otto — *Germanische Gefolgsschaftshaltung in der Heldendichtung des Mittelalters* (Junge Wissenschaft im Osten), 1940, S. 3.

<sup>23</sup> NAUMANN, Hans — *Das Nibelungenlied eine staufische Elegie oder ein deutsches Nationalepos?*, in «Euphorion», 42, 1942, S. 41 - 49. Hier S. 58.

<sup>24</sup> Text der Rede Hermann Görings in «Die Nibelungen», hg. v. J. Heinzle, a.a.O. S. 170-187. Hier S. 180.



verwendet, nichts Außergewöhnliches in der Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes. Woran lag es, daß die Rezeption trotz der Verschiedenheit der Zeiten so konstant blieb? HELMUT BRACKERT hat versucht eine Antwort darauf zu finden: "Die Geschichte der Rezeption des Nibelungenliedes ist nur erklärbar als der Reflex einer stetig zunehmenden Ideologisierung Deutschlands, dessen Verlauf nationale, dann nationalistische, dann imperialistische, schließlich rassistisch-völkische Politiker bestimmten; der Nationalsozialismus bot nur eine letzte, allerdings unüberbietbare Form einer schon früh angelegten Perversion des Textes, der, solchermaßen verfälscht und simplifiziert, die ewige Gültigkeit längst abständiger, infantiler Tugendideale postulieren sollte und so für die gewissenlose Manipulation von politisch gefährlichen Interessen die ideelle Folie bereitstellte."<sup>25</sup>

### 3. Nibelungenrezeption nach 1945

Wie ging nun die Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes nach 1945 weiter? In den fünfziger und sechziger Jahren befreite man das Nibelungenlied erst allmählich von den ideologischen und nationalistischen Deutungen, mit denen man es überfrachtet hatte. Man glaubte, die Lösung darin zu finden, daß man mit einer völlig ahistorischen Sichtweise an das Nibelungenlied heranging. Das galt besonders für den Deutschunterricht in den Schulen. Man war sich weitgehend einig, daß der ideologische Mißbrauch nicht dem Epos zur Last gelegt werden durfte und distanzierte sich von der Vorstellung des Nationalepos, ohne sich allerdings wirklich kritisch mit der fatalen Verquickung von Nationalgedanke und Nibelungenlied auseinanderzusetzen. Während sich die Wissenschaft zunehmend auch mit der Rezeptionsgeschichte und den damit verbundenen Wert- und Ideologierungsfragen des Nibelungenliedes beschäftigte, ging die populäre Rezeption des Stoffes eigene Wege.

Für die populäre Mittelalterrezeption nach 1945 spielen die Kinderliteratur, die Unterhaltungsliteratur für Erwachsene (Trivalliteratur) und die elektronischen Medien (Rundfunk und Film) eine dominierende Rolle. Dabei lassen sich einerseits durchaus kritische und reflektierte Auseinandersetzungen mit der Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes finden (vor allem in der Karikatur und der Satire<sup>26</sup>), andererseits aber auch Bearbeitungen, die wiederum versuchen, das Werk zu ideologisieren und mit bestimmten Wertvorstellung aufzufüllen.<sup>27</sup> Für letzteres wähle ich zwei Beispiele: AUGUSTE LECHNERS Kinderbuch 'Die Nibelungen'<sup>28</sup> (1951) und HARALD REINLS Nibelungenverfilmung (1966)<sup>29</sup>.

Die ideologische Verunsicherung nach dem Kriege war ausschlaggebend dafür, daß man, besonders für die Jugend, nach allgemeingültigen Werten suchte. Vor allem in den sechziger und

<sup>25</sup> BRACKERT, H. — a.a.O. S. 363.

<sup>26</sup> z.B.: ANGERER, Rudolf — *Angerer's Nibelungenlied*, München, 1984. SCHNEIDER, Herbert — *Die Nibelungen in Bayern*. Mit Zeichnungen von Horst Haitzinger, Pfaffenhofen/Ilm, 1974.

<sup>27</sup> Zu den verschiedenen Bearbeitungstendenzen des Nibelungenliedes: SCHMIDT, Siegrid — *Die Nibelungen in der Jugend- und Unterhaltungsliteratur zwischen 1945 und 1980*, in «Mittelalter-Rezeption. Ein Symposium», hg. v. Peter Wapnewski, Stuttgart, 1986, S. 327-346.

<sup>28</sup> LECHNER, Auguste — *Die Nibelungen. Glanzzeit und Untergang eines mächtigen Volkes*, Würzburg, 1983.

<sup>29</sup> Produzent: Arthur Brauner; Siegfried: Uwe Beyer (Bronzemedailleengewinner im Hammerwerfen bei den Olympischen Spielen in Tokio 1964)

siebziger Jahren bevorzugte man für Bereich der Kinder- und Jugendliteratur Stoffe, die alt genug sind, um über den Verdacht einer falschen Ideologisierung erhaben zu sein, die aber dennoch eine "gewisse literarische Qualität" beinhalten, damit sie den Pädagogen im Feldzug gegen "Schmutz und Schund" (Comics) dienlich sein können. Ein Beispiel für so ein Jugendbuch ist AUGUSTE LECHNERS 'Nibelungen', ein Jugendbuch, das wahrscheinlich den meisten von uns bekannt sein dürfte. Was ist nun mit dem Stoff durch seine Adaption für ein jugendliches Publikum geschehen. Die Grausamkeiten wurden wesentlich geschmälert, Härten ausgeglichen, die Sprache angepaßt. Grundsätzlich könnte man meinen, das blutrünstige Nibelungenlied sei eine zu harte Kost für die Kinder, die Abschwächungen und Beschönigungen seien also gerechtfertigt, andererseits liefert AUGUSTE LECHNER, bei genauerem Hinsehen, mehr als eine bloße Adaption des Stoffes für Kinder. Sie vermittelt ein ziemlich triviales Mittelalterbild (typische Schwarz-Weiß-Malerei) und füllt den Text mit ihren (bürgerlich-konservativen) Wertvorstellungen aus. So entspricht Kriemhilds Verhalten als Mutter natürlich gar nicht LECHNERS Vorstellungen. Während im Nibelungenlied die Ermordung ihres Sohnes Ortlieb Kriemhild nicht zu berühren scheint, schreibt LECHNER: "Sie schrien alle auf, Hunnen und Burgunden. Nur Kriemhild schrie nicht. Ihr Körper krampfte sich zusammen wie unter einer furchtbaren, fremden Gewalt. Sie öffnete den Mund, sie wollte schreien, schreien, schreien, aber es kam kein Ton über ihre Lippen. Schneeweiß saß sie da, nur ihre Augen hatten ein wildes Leben. Die Angst eines Tieres brannte darin, das von Feinden umstellt ist, und keinen Ausweg mehr sieht."<sup>30</sup> In LECHNERS Beschreibungen der nibelungischen Männer- und Frauenrollen spiegeln sich die im Sinne der Autorin "ewig gültigen" Rollenklischees. Der Mann hat mutig, tapfer und stark zu sein, die Frau naiv, sanft, eitel und kokett. Deshalb ist Brünhild auch die Böse, das Unweib, während Kriemhild zunächst ganz Frau im Sinne LECHNERS ist, die allerdings das Schicksal ebenfalls unweiblich werden ließ. Ein besonders trauriges Kapitel in LECHNERS Buch ist ihre Darstellung der Hunnen. Sie werden als tierische Untermenschen, als geldgierig und feige geschildert: "Wie eine Horde geharnischter Teufel flogen Blödelins Mannen über den Kampfplatz, ihre Pferde schienen Menschenverstand zu haben, und sie selber waren geschmeidig wie wilde Katzen."<sup>31</sup>

Didaktische Literatur dieser Art ist Literatur der 2. Wahl. "Neben dem Verlust der historischen Distanz aufgrund von Sprache ist ebenso ein Qualitätsverlust von Nachdichtungen gegenüber den Originalen festzustellen, der im Vorgehen selbst begründet liegt, das Erklärungen, Umgruppierungen, Hinzufügungen ebenso provoziert, wie die Glättung von Widersprüchen und Brüchen, was teils zu Banalisierung führt, die dem neuzeitlichen, jugendlichen Publikum offensichtlich bewußt zugemutet wird."<sup>32</sup> Mittelalterliche Literatur kann auch ohne Trivialisierungen und Banalisierungen gelesen werden und, wie ich meine, Interesse bei der Jugend finden. Sie nur als Folie für Erziehungszwecke zu verwenden, um mit deren Hilfe Gefühls- Verhaltens- und Wertidentitäten zu konstruieren, heißt, ihren historischen Eigenwert zu leugnen.

Ähnlich wie LECHNER, geht auch HARALD REINL in seinem 1966 gedrehten monumentalen Nibelungenfilm mit dem Stoff um. Ihm geht es in dem Film weder um die historischen Texte,

<sup>30</sup> Lechner — *Nibelungenlied*, a.a.O. S. 184 f.

<sup>31</sup> Lechner — a.a.O. S. 178.

<sup>32</sup> HORNING, Antonie Schreier — *Mittelalter für die Jugend: Auguste Lechners Nacherzählungen von Nibelungenlied, Rolandslied und Kudrun*, in «Mittelalter-Rezeption» III, hg. v. Ulrich Müller u.a. Göttingen 1988, S. 181-197, hier S. 191 (= GAG 479)

noch um das Erzählen einer bestimmten Geschichte oder gar um eine produktive Auseinandersetzung mit der Vergangenheit. Unter der Verkleidung des Mittelalters diskutiert REINL gegenwärtige Themen, wie zum Beispiel die Mann-Frau-Problematik. Die unweibliche Brünhild (mit Leder gegürtet und rotem Kleid) steht der weiblichen Kriemhild gegenüber (mit fließenden pastellfarbenen Gewändern). Was sich REINL unter Weiblichkeit vorstellt, erfahren wir unmißverständlich beim Streit der Frauen vor dem Dom. "Seit wann bist du eine Frau? Kannst du kochen? Kannst du nähen?", schleudert Kriemhild Brünhild entgegen. Daß Brünhild auf Grund der Schwere der Anschuldigungen erlassen muß, versteht sich von selbst. Das Verhältnis von Mann und Frau wird ausschließlich unter dem Aspekt der Dominanz gesehen. Ein dominanter Mann ist positiv besetzt, eine dominante Frau negativ. Möglicherweise ist diese Version REINLS ein Reflex auf die in den sechziger Jahren beginnende Emanzipationsbewegung.

Auch REINLS Darstellung der Hunnen hat einiges mit der AUGUSTE LECHNERS gemein. Im Film treten die Hunnen, die Bedrohung aus dem Osten, immer als ungeordnete, grölende und brüllende Masse auf, gegen die sich die Deutschen geordnet und mannhaft zur Wehr setzen. Dieses Gegensatzpaar 'Deutsche versus Hunnen' läßt sich leicht auf 'Deutsche versus Russen'; bzw. 'West gegen Ost' übertragen.

Der Nibelungenstoff gerät bei HARALD REINL zu einer Demonstration der herrschenden Grundüberzeugung. "Das gilt für den privaten Bereich — Männer- Frauenbilder, Geschlechterbeziehungen — ebenso wie für den politischen — propagandistische Selbststabilisierung der Führungsschicht, elitäre Konzeption des sozialen Zusammenhangs, ideologische Abgrenzung gegen alles Fremde, farbige Ausgestaltung der Bedrohung durch Untermenschen aus dem Osten."<sup>33</sup> Dennoch geht REINLS Rechnung nicht ganz auf. Ich meine damit, daß er mit Hilfe des Stoffes seine typologische Figurenzeichnung nicht aufrechterhalten kann. Kriemhild, die er zunächst als ideale Frau dargestellt hat, verliert im zweiten Teil des Filmes erheblich an Profil. Die Figur wird unglaubwürdig, der Film langweilig. So triumphiert dann doch die Sperrigkeit des alten Stoffes über alle Glättungsversuche und Trivialisierungstendenzen.

Betrachten wir diese beiden Beispiele einer relativ modernen Bearbeitung des Nibelungenstoffes, so kann man feststellen, daß die Rezeption des Nibelungenliedes noch lange nicht frei ist von Ideologisierung und projizierten Wertvorstellungen. Zusätzlich läßt sich feststellen, daß sich die populäre Rezeption des Nibelungenliedes nach 1945 bis auf wenige Ausnahmen kaum mit der nationalistischen Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes auseinandersetzt, sondern mehr oder weniger nahtlos an diese anknüpft oder sie einfach ignoriert. Das heißt aber auch, daß das nationale, faschistische Gedankengut, mit dem das Nibelungenlied überfrachtet wurde, zumindest teilweise in den neuen Bearbeitungen mitgeliefert wird. Zuletzt ist zu fragen, ob in der weiteren Rezeptionsgeschichte des Nibelungenliedes Autoren, Lehrer, Produzenten und Wissenschaftler in der Lage sein werden, eine tatsächliche, klärende Aktualisierung anzubieten\*.

Lydia Miklausch

---

<sup>33</sup> BACHORSKI, Hans Jürgen — *Alte Deutungen im neuen Gewande. J. Fernaus 'Disteln für Hagen' und H. Reinls 'Nibelungen'-Filme*, in «Mittelalter-Rezeption» III, a.a.O. S. 339-359, hier S. 353.

\* Texto da conferência proferida na FLUP em 4.3.1994

## NOTÍCIAS



## CURSOS DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

### Informação

1. A Faculdade de Letras do Porto, através do seu Instituto de Língua Portuguesa, tem em funcionamento um Curso de Português para Estrangeiros.

O Curso organiza-se em semestres (1.º Semestre — Outubro/Fevereiro; 2.º Semestre — Fevereiro/Junho), distribui-se pelo nível elementar e pelo nível médio e tem, em cada um destes níveis, uma carga semanal de seis horas lectivas.

O nível elementar visa o domínio das estruturas básicas do Português, atendendo às necessidades comunicativas ligadas às situações correntes do uso da língua.

O nível médio orienta-se para o reforço do domínio dos recursos básicos do Português e para o alargamento desse domínio a elementos de crescente complexidade, cobrindo situações de comunicação mais variadas e, eventualmente, especializadas, ao mesmo tempo que se abre progressivamente à consideração de dimensões culturais.

2. Cumulativamente, a Faculdade de Letras do Porto, também através do seu Instituto de Língua Portuguesa, organiza, de 28 de Junho a 25 de Julho de 1995, um Curso de Verão — Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros.

Contactar:

Instituto de Língua Portuguesa  
Faculdade de Letras  
Rua Campo Alegre, 1055  
4150 Porto  
Tel. (02) 69 84 41  
Fax (02) 600 58 83

---

## CORRIGENDA

VOL. IX, 1993

No artigo «Aspects de la syntaxe du SN en portugais et en français», de Ana Maria Barros de Brito, publicado no vol. IX, 1993 desta *Revista*, as transcrições fonéticas da pág. 26 saíram com alguns erros, por deficiência tipográfica. Devem ser corrigidas da seguinte maneira:

- (5) (a) les jolies filles [lezólifij]  
(b) as crianças bonitas [açkrjãszbunitaç]

## RECENSÕES





ANDRÉE GIROLAMI-BOULINIER — *L'apprentissage de l'oral et de l'écrit*, Collection «Que sais-je?», n.º 2717, Paris, Presses Universitaires de France, 1993, 128 pp.

Andrée Girolami-Boulinier, autora de diversas obras sobre a linguagem oral e escrita <sup>1</sup>, constatou com muita inquietação, no decorrer das suas pesquisas, a existência de uma certa falta de ordem a nível dos processos básicos de aprendizagem. Decidiu por isso escrever um livro precisamente acerca do modo como são adquiridos os primeiros conhecimentos na escola através da vista, da audição e da acção, salientando de uma forma muito particular os seguintes aspectos:

*motricidade e linguagem*  
*percepção, compreensão e leitura*  
*aprendizagem da escrita a partir do domínio do oral.*

Este livro revela-se assim um verdadeiro guia para professores, pais e aprendentes e não há dúvida de que conduz a um enriquecimento progressivo a partir de bases bem adquiridas. De acordo com a autora, esta obra pretende, por um lado, ir ao encontro daqueles (educadores ou aprendentes) que se debatem com problemas de linguagem oral e escrita e, por outro lado, pretende mesmo evitar que se criem as condições que propiciem tais comportamentos.

Na introdução (pp. 3-4), A. Girolami-Boulinier propõe desde logo um processo de aprendizagem que se “développera de façon harmonieuse dans la mesure où l'enfant saisira véritablement toutes les acquisitions successives qu'il aura à maîtriser pour devenir “grand” et pour accéder à l'âge adulte” (p. 4). Por seu turno, no plano da linguagem e tendo presente a perspectiva pedagógica da autora, a criança “va “agir” son langage” (p. 4).

*L'apprentissage de l'oral et de l'écrit* consta de quatro capítulos. O Capítulo I — “Les premières acquisitions” (pp. 5-29) — informa-nos sobre as etapas de desenvolvimento, dos zero meses aos cinco anos, e mostra-nos que, com a interiorização das sucessivas aquisições, “l'enfant sera en mesure d'aborder la Grande Section Maternelle, où tout son avenir scolaire devrait en quelque sorte se jouer” (p. 7). No fim do capítulo, a autora sublinha a importância de

---

<sup>1</sup> Da mesma autora:

*Acquisition du vocabulaire*, Neuchâtel et Paris, Delachaux et Niestlé, 1973.

*Vocabulaire et langage*, Neuchâtel et Paris, Delachaux et Niestlé, 3e éd., 1976, esgotado.

*Prévention de la dyslexie et de la dysorthographe dans le cadre normal des activités scolaires*, Neuchâtel et Paris, Delachaux et Niestlé, 4e éd., 1978.

*Contrôle des aptitudes à la lecture et à l'écriture*, CALE, Issy-les-Moulineaux, EAP, nouv. éd., 1982.

*Les niveaux actuels dans la pratique du langage oral et écrit*, Paris, Masson, 1984.

*Les premiers pas scolaires*, Issy-les-Moulineaux, EAP, nouv. éd., 1988.

*Pour savoir lire, techniques d'apprentissage*, Issy-les-Moulineaux, EAP, 1987.

*La grammaire langage en 20 leçons*, Issy-les-Moulineaux, EAP, 1989.

*Pour une pédagogie de l'écriture*, Issy-les-Moulineaux, EAP, 1990.

a criança possuir a noção do número três antes de começar o processo de aprendizagem da leitura (p.29).

No Capítulo II — “Lecture/Écriture” (pp. 31-51) —, é posta em relevo a leitura-percepção, que deve ser adquirida gradualmente, e encontra-se presente a ideia de que “l’apprentissage de la lecture se poursuit parallèlement avec la lecture compréhension” (p. 42). Nesta perspectiva, a autora acrescenta: “Lire, ce n’est pas énoncer, mais c’est comprendre... et comprendre des phrases” (p. 42). No que toca à escrita, a autora faz apelo às condições necessárias ao acto de escrever e sublinha a “mise en place progressive des formes écrites” (pp. 47-54).

O Capítulo III — “L’écrit, suite d’un oral pleinement maîtrisé” (pp. 53-93) — apela para uma boa construção e compreensão da frase, começando pela simbolização das funções da frase a três elementos. Seguidamente, é explorada a natureza dos elementos que completam o verbo-centro da frase, com todos os enriquecimentos possíveis. A ideia de tempo e a existência das noções de “agora”/“antes”/“depois” bem como todas as suas implicações são igualmente contempladas.

Finalmente, o Capítulo IV — “Pratique aisée de l’oral, puis de l’écrit” (pp. 95-123) — trata da utilização da frase complexa, da referência ao tempo, das diferentes formas de leitura adquirida, do vocabulário e memorização das palavras de uso, da evocação dos termos sobre um tema e construção do desenvolvimento daí resultante e finalmente do interesse de uma memória activa. Neste capítulo, surge reforçado o modo de agir que vem sendo realçado ao longo da obra e que se pode resumir na seguinte frase-chave: “La pratique aisée du langage oral conduit à celle du langage écrit” (p. 99).

Ao longo do livro somos confrontados com um método que conduz seguramente a uma prática viva da linguagem (oral e escrita). Trata-se, por conseguinte, de um livro muito importante, prático e extremamente útil para todos aqueles que lidam directamente com a linguagem oral e escrita, especialmente com a linguagem da criança.

A personalidade prática da autora fê-la obviamente pensar no futuro. Na verdade, a conclusão do livro intitula-se “Vers un avenir efficace” (pp. 125-126) e, a determinada altura, pode mesmo ler-se uma passagem que traduz de uma forma muito simples e precisa a ideia de Andrée Girolami-Boulinier: “Apprendre à entendre les sons et les rythmes de l’oral, apprendre la “forme” orale et écrite des mots utiles et pouvoir la mémoriser, reconnaître ces mots dans des phrases simples, qu’il devient possible de construire peu à peu, s’initier à la lecture compréhension et à la lecture perception de façon efficace, tel me paraît le cheminement que ce livre permettra de pratiquer au mieux de l’intérêt des apprenants” (pp. 125-126).

Em minha opinião, considero este livro de muito interesse, de uma enorme utilidade e muito prático não só para quem ensina a língua francesa mas também para quem se interessa por aspectos gerais ligados à aprendizagem da linguagem oral ou escrita, independentemente da língua natural.

Aconselho pois vivamente a sua leitura não só aos educadores/professores, pais e aprendentes franceses mas também aos que se encontram empenhados no ensino do francês como língua segunda. Quanto aos aspectos gerais ligados à aprendizagem que nele são focados, recomendo também a sua leitura a todos os educadores e pais de um modo geral, visto que extrairão com certeza deste livro sobre a linguagem uma pedagogia do imediatismo que lhes permitirá reforçar a ideia de que a linguagem do aprendente tem de se revelar uma prática viva onde tudo o que é dito tem de fazer sentido.

Maria da Graça Pinto

## SUMMARIES



JOAQUIM FONSECA, **Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas**  
(*Pragmatics and Syntactico-Semantics of Consecutives*)

The author describes the syntactico-semantic and pragmatic properties of three types of consecutive sentences which he establishes in Portuguese, and considers each of these three types as the root of different formal solutions, which are also characterized.

MÁRIO VILELA, **A «cena» da «acção linguística» e a sua perspectiva por DIZER e FALAR** (*The «scene» of «linguistic action» and its perspectivation for DIZER and FALAR*)

The author attempts simultaneously to describe the «scene» of linguistic action, as it is perspectivated by the verbs DIZER and FALAR, and to test a model of global analysis of the verbs from within the theoretical framework of «speech acts». An analysis of the signification and respective meanings of the verbs DIZER and FALAR is undertaken: they are compared with each other, and with the verbs which have these two verbal lexemes as superordinators.

ANDRÉE GIROLAMI-BOULINIER; MARIA DA GRAÇA PINTO, **A linguagem-expressão na criança europeia** (*Language-expression in European children*)

The authors carried out a study of oral and written language (as far as expression is concerned) among European children at three levels based upon stories obtained from two kinds of cartoons presented to each level concerned.

The three school levels chosen were the following:

- the level of children attending the pre-school and the first two school years, in which the child begins to become familiar with the written language;
- the level of the 4th school year, in which the child is faced with a faster rhythm of work;
- and, finally, the third level (6th school year), in which the multidimensional approach should not disturb the child who has already acquired the necessary basic knowledge.

Based upon the stories obtained, we compare the words, structures, syntagmatic groups, lexical items, lexical wealth and lexical research.

Having in mind the free circulation of peoples within the European Union, a study of this kind allows us to observe what disturbs a child either in his/her own language or in another language if he/she needs to spend a certain period of time in a country where his/her native language is not the official one.

## SUMMARIES

A. GIROLAMI-BOULINIER; MARIA DA GRAÇA PINTO, **A ortografia em crianças francesas, inglesas e portuguesas** (*English, French and Portuguese spelling in the fourth school year*)

The authors' purpose in this paper is to compare the spelling of the written performances of 180 children of the 4th school year (60 from London, 60 from Paris and 60 from Porto, belonging to whole classes in each country), obtained from two cartoons which the children were asked to describe individually.

The first finding concerns the percentage of errors made. For an average of 94 words, the English pupils made 10% and the French pupils 10,5% of errors while, for an average of 77 words, the Portuguese pupils made 5,5% of errors.

The different kinds of errors which were found may be subdivided into 4 categories: on the one hand gender and number errors (non-application or misapplication of the agreement rules) and usage errors (affecting the graphic form of the word without affecting its auditive form) and, on the other hand, phonetic errors (affecting the phonetism of the words) and linguistic errors (errors of verbal morphology and non-identification of words).

The distribution of the errors translates the difficulties inherent in each language.

JOÃO VELOSO, **Algumas notas sobre a classificação de /t/ e /d/ em português. Dinâmica articulatória e funcionalidade linguística** (*Notes on the different between /t/ and /d/ in Portuguese*)

The consonants /t/ and /d/ of Portuguese are classified by some authors as dentals, by other as alveolars. This terminological variation may be the result of an allophonic variation which can be experimentally demonstrated; at a linguistic level, however, its interest becomes fairly relative, for the distinction dental/alveolar in these consonants and in this language has no distinctive function. The theoretical approaches which have emphasized the research of distinctive properties of the sound shape of languages are cited here in order to understand better this variation.

MARIA HELENA ARAUJO CARREIRA, **Para uma leitura guiada de *Sémantique Générale* de Bernard Pottier, com adaptações ao Português** (*Towards a Guided Reading of Bernard Pottier's *Sémantique Générale*, with Adaptations to Portuguese*)

After synthesizing the theory developed by Bernard Pottier — as presented in *Sémantique Générale* (Paris, PUF, 1992) — the author goes on to illustrate this theoretical review with examples from Portuguese: discursive variability and diversity of syntactical solutions are situated in relation to operations of the (linguistic and conceptual) higher level.

JOHN GREENFIELD, **Lyric Love and the Epic Hero: Notes on Siegfried's Wooing of Kriemhild in the *Nibelungenlied***

The author attempts to examine, through an analysis of the scenes of Siegfried's wooing of Kriemhild, the rôle of *minne* in the *Nibelungenlied*; he concludes that courtly love does not accord well with some aspects of the poem since it is still heavily influenced by its pre-courtly source material.

## SUMMARIES

JORGE A. OSÓRIO, **Reflexos de Tordesilhas numa nota antiportuguesa de Pedro Mártir de Anghiera** (*Reverberations to Tordesilhas in an Anti-Portuguese Note by Pedro Mártir de Anghiera*)

This article attempts to demonstrate that the end of *Decas VIII* of *De Orbe Nouo* by Pedro Mártir de Anghiera (according to the 1530 edition) includes an anti-Portuguese note which reflects the political dispute between the two kingdoms of the Iberian Peninsula during the 15th and 16th centuries. The author also takes account of the notes in the margins of the copy of this work in the Oporto Public Library.

MARIA DE FÁTIMA MARINHO, **A atracção do abismo** (*The Attraction of the Abyss*)

This short essay looks into the problem of incest in two novels by Camilo Castelo Branco — *A Enjeitada* and *O Olho de Vidro*; a comparative analysis of the two texts is undertaken, account being taken of the functionality of each of the elements present: from the time and space where the actions take place, to the characters and their respective structuration.

ISABEL PIRES DE LIMA, **Entre Primos: D'«O Primo João de Brito» a «O Primo Basílio»** (*Between Cousins: From «O Primo João de Brito» to «O Primo Basílio»*)

This article demonstrates that there are close genetic relations between the ms. *O Primo João de Brito* and the novel *O Primo Basílio* by Eça de Queirós; although much shorter than the novel, the ms. offers a plot and character development and a use of narrative technique which allow us to determine its genetic proximity to *O Primo Basílio*: we are thereby given insights into the workings of its author.

MARIA DE LURDES SAMPAIO, **A ficção de Fernando Pessoa: Estudo de um Caso Original** (*The Fiction of Fernando Pessoa: Study of an Original Case*)

This article analyses and interprets Fernando Pessoa's «A Very Original Dinner», and attempts to show the importance of the author's fictional texts, which are indissociable from the rest of Pessoa's work.

CARLOS AZEVEDO, **Hemingway and Paris: 'The Cavalry of Woe'**

This article draws attention to Hemingway's various responses to Paris and the expatriate life, and to the influence of the City of Light, as setting and metaphor, in some dark aspects of his fiction.

CARLOS AZEVEDO, **James e Hemingway: as artes da ficção** (*James and Hemingway: The Arts of Fiction*)

This article analyses Henry James' and Ernest Hemingway's fiction from a perspective which goes beyond the traditional approaches of criticism and literary history. While not

## SUMMARIES

negating the differences between James' and Hemingway's views of life, the article compares the thematic obsessions and narrative strategies of the two authors, emphasizing an identical belief in the powers of the arts of fiction.

MARIA JOÃO PIRES, **Literatura e teologia bíblica: experiências de confronto na poesia inglesa oitocentista** (*Literature and Biblical Theology: Experiments in Comparison in 19th Century English Poetry*)

This article analyses some of the interdisciplinary approaches between literature and theology, with particular incidence in 19th century English poetry.

BELINDA M. H. S. MAIA, **Notes on the English Present Perfective, and on its Cousin, the Portuguese 'Préterito perfeito composto'**

The author compares the way the English Present Perfective, and its cousin, the Portuguese *Préterito Perfeito Composto*, behave with different types of lexical verb. This comparison, and a reflection on the semantic and pragmatic nature of these structures, leads to the proposal that the distinction between State, Habit and Event notions of time are not as clearcut as at first appear, and a case is made for re-considering certain examples of the English Present Perfective in the light of the 'iterative' tendency typical of the Portuguese *Préterito Perfeito Composto*.

FÁTIMA OLIVEIRA; JOÃO VELOSO; SÉRGIO MATOS; SIMÃO CARDOSO, **Considerações sobre um Inquérito** (*Considerations on a Questionnaire*)

This article represents a first attempt to characterize academically the students who initiate their study of the subject *Introdução aos Estudos Linguísticos*. After having presented the answers given to a questionnaire and analysed the results, the authors show how these contradict widely held opinions about these students.

MARIA JOÃO REYNAUD, **A Poesia de Eugénio de Andrade: esboço de uma leitura** (*The Poetry of Eugénio de Andrade: Framework of a Reading*)

In this brief article the author attempts to present the features which — in her opinion — are fundamental to a reading of Eugénio de Andrade's poetry.

LYDIA MIKLAUTSCH, **Notes on the History of the Reception of the Nibelungenlied**

Through a brief history — from the Middle Ages to the post-war period — of certain aspects of its reception, the author demonstrates the extent to which the *Nibelungenlied* has, for specific, often ideological reasons, been the object of misunderstandings which — even today — hamper our comprehension of the poem.



## ANEXOS



## RESUMOS DE DISSERTAÇÕES DE DOUTORAMENTO (1993-1994)

MARIA JOÃO PINHEIRO PIRES DE LIMA

*Lugar de Ausência. Representações da Espiritualidade na Obra Poética de A. C. Swinburne*, Porto, Ed. da Autora, 1993

### Résumé

*Lieu d'absence — Représentations de spiritualité dans l'oeuvre de A. C. Swinburne*

Étant donné la complexité que le contexte historique et culturel de la deuxième moitié du XIXème siècle manifeste, le principal but de notre étude sera d'essayer de reconnaître les signes de continuité et/ou de rupture que l'oeuvre de Swinburne opère entre les poétiques romantiques et la fin du siècle.

Ainsi, la vaste unité que son oeuvre présente, formé par des noyaux d'écriture qui l'expriment, se traduit dans un processus dynamique, développé en plusieurs phases, où il est possible d'identifier quelques traits qui agissent comme des fondements organisateurs. C'est ce qui se passe avec les mécanismes de la parodie en approche à l'impersonnalité, avec les images inversés et superposés ou avec une ultérieure exploitation des infinies possibilités de la parole dans le poème. La nature de ces fondements se révèle graduellement: la séquence des sections de chacun des chapitres de notre étude obéit à cette dynamique de progression à la lumière de laquelle les différents recueils se mettent en rapport.

L'idéalisme romantique, autant que les courants philosophiques qui, vers le milieu du siècle, s'en opposèrent, ont fourni à l'auteur la base qui structure toute sa vision du monde. En partant de ce fait, et étant donné que la spiritualité se représente le plus souvent, au XIXème siècle, au moyen de l'imaginaire, nous avons cherché à dévoiler la façon dont Swinburne prend le système sacramentaire du sens sacré et le déplace, en multiples noyaux d'expansion, vers le langage poétique.

### Summary

*Places of absence — Representations of Spirituality in the Poetic Works of A. C. Swinburne*

Taking into account the complexity of the historical, cultural and ideological context of the second half of the nineteenth century, the main objective of this study is to detect the

## RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

signals in Swinburne's work of continuity and/or rupture between Romantic and end-of-century poetics.

Therefore, the vast unity of his poetic work, made up of units of writing which give it expression, is a dynamic process in several phases in which certain features act as organizing principles. Such is the case of the mechanisms of parody verging on impersonality, of inverted and superimposed images and of a later exploration of the infinite possibilities of the word within the poem. The nature of these principles is gradually revealed: the sequence of the sections of each of the chapters of the present study follows this dynamics of progression in the light of which the diverse collections are interrelated.

Both Romantic idealism and the philosophical currents which in mid-century were antagonistic to him gave the author the structural (and structuring) basis of his entire worldview. After this, and as spirituality is preferentially represented in the nineteenth century through the imaginary, we have attempted to detect the way in which Swinburne takes the sacramental system of sacred meaning and transfers it, in multiple nuclei of expansion, into poetic language.

RUI CARVALHO HOMEM

*Correspondências. Seamus Heaney e a Tradição Poética Irlandesa Pós-W. B. Yeats.* Porto, Ed. do Autor, 1994

### Résumé

*Correspondances: Seamus Heaney et la tradition poétique irlandaise après W. B. Yeats*

L'objet de cette dissertation est l'oeuvre du poète irlandais Seamus Heaney et le rapport étroit qu'elle établit tant avec elle-même — mis en évidence par les auto-citations et la continuité qu'elle manifeste dans ses modes d'énonciation et de représentation — qu'avec l'oeuvre de cinq autres poètes qui, antérieurs ou contemporains de Heaney, ont en grande partie défini la tradition poétique irlandaise de la dernière moitié de ce siècle: Patrick Kavanagh, John Montagne, Thomas Kinsella, Derek Mahon et Michael Longley.

Le contexte culturel et la conception littéraire dans lesquels se définit la tradition en cause sont présentés dans l'un des chapitres initiaux de cette étude comme étant complexes et à maints égards contradictoires — contexte pour lequel l'adversité historico-politique les structurant en grande partie n'est pas un facteur moindre — et révèlent une permanente conscience d'eux-mêmes en tant qu'objets instables, avec des fractures importantes et en quête constante d'une auto-confirmation.

Il n'est donc pas étonnant de considérer, à un autre moment de notre Introduction, les possibilités de lecture qui, face à un objet ainsi défini, découlent de l'invocation de codes différents — à savoir: *la tradition, l'influence et l'intertextualité* — dont la poésie irlandaise s'avère un espace privilégié d'application, selon certains critiques ayant un prestige et une responsabilité reconnus. A ce qu'on a nommé nécessairement et par conséquent lecture relationnelle s'associe la dépendance mutuelle qui, dans l'écriture de Seamus Heaney, se manifeste entre la production poétique et critique et le fait que cette dernière soit en grande mesure nourrie par une stratégie d'auto-lecture refractée par l'écriture d'autres auteurs.

Notre étude inclut trois chapitres où nous avons procédé à la lecture de la poésie de Heaney dans le contexte de la tradition irlandaise: Le premier de ces chapitres se concentre sur la ruralité et sur les différentes configurations de sa conséquence poétique, tout en considérant que la lecture de ces configurations est coextensive à la compréhension de la non viabilité d'une classification unique, stable et homogène de l'expérience rurale chez Heaney, à partir de codes comme les suivants: *la pastoral* et *l'antipastoral*, que la critique lui a assez fréquemment appliqué.

Ce deuxième chapitre correspond, dans un premier temps, au point où, en tenant toujours compte d'un rapport de l'écriture avec le sol, on le découvre, non dans une représentation de la superficialité du labour, mais plutôt dans la profondeur de certaines excavations qui ont une nature plus archéologique et mythico-symbolique qu'un caractère agricole. Parallèlement, le sujet se révèle et se représente moins dans la littéralité de l'évocation autobiographique que dans l'élicitation des implications moins objectives de l'expérience et de la mémoire et dans ces implications, le biologique et le mythique, le physiologique et le psychologique se reflètent et s'interchangent. Dans un deuxième temps du chapitre on développe le croisement des liens mythico-symboliques, déjà considérés dans un stade antérieur de cette étude, avec la représentation de l'Histoire irlandaise comprise en tant qu'adversité. On y met en valeur surtout la stratégie de la consécration de réécriture en tant qu'ordre d'une certaine façon exigée par un désordre extérieur, en même temps qu'on y souligne la recherche consolatrice, entreprise par Heaney, des antécédents de l'adversité contemporaine: d'où l'unicité de la souffrance sentie à n'importe quel moment et qui est anéantie par la vérification de sa permanence trans (ou supra) historique, la conscience de la spécificité de lieux et de modalités d'expression linguistique dont l'équilibre est garanti par l'universalisation mythico-poétique.

Dans un premier stade, le troisième chapitre de cette dissertation est fondé sur quelques unes des évidences multiples des divisions qui traversent la société irlandaise, et de leur représentation dans la poésie de Heaney, vers la configuration du dilemme et de la culpabilité impliquée dans la position du poète en situation. On valorise spécialement la transférence longue et répétée de la résolution ou de rexorcisation d'une faute sentie davantage par des omissions que par des actes, et l'on procède à l'identification des différents moyens à travers lesquels Heaney cherche une issue pour cette situation éthique et artistique. Dans la deuxième partie de ce dernier chapitre, la lecture passe du domaine public vers la sphère privée de l'expérience familiale, amoureuse et conjugale, tout en reconnaissant que ces questions gardent une importance aussi considérable dans l'écriture de certains poètes irlandais que celle des préoccupations publiques dans l'expérience et dans la production littéraire irlandaises, quoique le lecteur puisse ne pas s'y attendre normalement.

Une troisième partie de ce dernier chapitre se fonde presque exclusivement sur l'ouvrage le plus récent du poète, non que le temps d'écriture de cette dissertation implique le mouvement de sa lecture vers cette position terminale, mais parce que nous tenons à situer le (probable) dépassement définitif de quelques unes des perplexités intellectuelles et émotionnelles que nous avons trouvées de façon plus récurrente dans l'écriture de Seamus Heaney.

On atteint le but d'intertextualité et de dialogue entre divers auteurs inhérent à cette étude en concluant que les facteurs de cohésion dans la poésie irlandaise de la dernière moitié de ce siècle sont plus significatifs que ceux de division, ce qui s'avèrera particulièrement évident lorsque (comme cela en est le cas ici) la perspective de lecture est exogène par rapport au cadre culturel irlandais. Dans l'oeuvre de Seamus Heaney, il est question de la validité d'un point axial, du croisement de lignes de tradition et de modes d'écriture dans la poésie irlandaise, tout

en reconnaissant dans cette centralité — et dans le fait circonstanciel que l'oeuvre soit loin d'être achevée — les conditions pour qu'elle se veuille continuellement facteur de vitalité renouvelée de sa tradition.

### Summary

*Correspondences: Seamus Heaney and the Irish Poetic Tradition after W. B. Yeats*

This dissertation takes for its object the work of the Irish poet Seamus Heaney, considering it in the close network of relationships within itself — as evidenced in its practice of self-quotation and in recurring modes of utterance and representation — as well as in the dialogues it enters into with the work of five other poets who, either previous to or alongside Heaney, have to an important extent defined the Irish poetic tradition for the past half century: Patrick Kavanagh, John Montague, Thomas Kinsella, Derek Mahon and Michael Longley.

The cultural and literary context against which this tradition defines itself is described in one of the introductory chapters as complex and in many respects contradictory — for reasons amongst which the role played by politico-historical adversity should not be underestimated. Its defining features include a permanent awareness of itself as an unstable and fractured object, also permanently engaged in a quest for selfconfirmation. In the face of an object thus defined, the attention given in the final chapter of the Introduction to the interpretative possibilities afforded by such critical categories as *tradition*, *influence* and *intertextuality* should then come as no surprise — their particular relevance to Irish poetry endorsed at the outset by the frequency with which prominent critics have suggested it, although seldom proceeding to practical demonstration. The near necessity of what this study has come to call a “relational reading” is further underlined by the interdependence which Seamus Heaney's writing exhibits between poetic and critical production — the latter being often informed by the poet's strategy of self-reading refracted through readings of others.

The study of Seamus Healey's poetry in the context of the Irish poetic tradition is here organized into three chapters. The first of these concerns itself with rurality and the ditterent configurations of its poetic consequence, their reading bringing out the unfeasibility of a single, stable and homogeneous classification of Heaney's poetry under headings such as *pastoral* and *antipastoral*, which are not unfrequently applied to it.

The second chapter corresponds, in its first half, to the point at which, still considering the relationship established between poetic writing and the ground, we find it represented not so much by the *superficiality* of ploughing, but rather by the depth of excavations which are now of an archaeological and mytico-symbolical, rather than agricultural, nature. Parallel to this, the poetic subject discovers and represents itself less at the literal level of autobiographic reminiscence than in the uncovering of the less objective implications of memory and experience — implications within which the biological and the mythical, the physiological and the psychological mutually reflect and interchange. The second part of the same chapter studies the possibilities afforded by the previously studied mythico-symbolical patterns to the representation of Irish history as adversity. Particular attention is paid to the proposal of writing as an order demanded by an external disorder, and to Heaney's consolatory search of precedents to contemporary suffering — the uniqueness of suffering in any time being, cancelled by realization of its trans- (or supra-) historical permanence, the awareness of the specificity of places and modes of linguistic expression ever balanced by mythopoetic universalization.

In its first part, the third chapter of this study proceeds from the consideration of the evidence of division in Irish society, and its representation in Heaney's poetry, to describe and analyse the self-divided and guilty stance of the poet before those realities. Particular attention is given to the long and repeated deferment of the resolution or exorcising of a guilt due to "sins" of omission rather than commission, and to the identification of the different manners in which Heaney seeks a way out for that ethical and artistic situation. The second part of this last chapter deflects attention from the domain of the public to that of private experience, namely that of family, love and married life — themes which retain an importance in Irish poetry, the acknowledgment of which is all the more due as the general prominence of public concerns in Irish life and literature might render the persistence of private themes less expected.

A third part of the last chapter focuses almost exclusively on Seamus Heaney's latest book, in which it is possible to locate the (probable) definitive overcoming of some of the intellectual and emotional perplexities which more persistently haunted his previous work.

In the fulfilment of the intertextual and inter-authorial design of this study, the aspects of cohesion in Irish poetry of the past half-century are argued to be more significant than those of division, a judgment which becomes particularly evident when (as is the case) the perspective of the reader is exogenous to the Irish cultural framework. Ultimately, this study claims, for the work of Seamus Heaney, the particular relevance of a crossing point for several lines of tradition and modes of writing in Irish poetry. It is that centrality — together with the circumstance that it is an *oeuvre* which may be far from concluded — which allows Heaney's poetry to be recognized as a source of the continually renewed vitality of its tradition.

BELINDA M. H. S. MAIA

*A Contribution to the Study of the Language of Emotion in English and Portuguese.*  
Porto, Ed. da Autora, 1994

### Résumé

#### *Une contribution à l'étude du langage d'émotion en anglais et en portugais*

Cette dissertation fait l'analyse des lexèmes traditionnellement utilisés pour décrire les différents types d'émotion en portugais et en anglais. La base théorique de cette étude est du type psychologicognitive et prétend montrer que ces lexèmes décrivent des scénarios psychologiques complexes. Les *corpora* comprennent approximativement 800.000 mots pour chaque langue dont ont été extraits près de 25.000 exemples. La visée de l'analyse est l'étude du comportement lexical, syntaxique et sémantique des mots concernés. Les données du *corpus* anglais utilisé ont été également comparées avec les 17,5 millions du Birmingham Corpus. Lors de l'analyse des données, l'accent a porté sur les structures phrasiques qui existent véritablement dans les *Corpora*, plutôt que sur des structures théoriquement possibles.

Les objectifs de cette dissertation sont:

a) démontrer comment la théorie linguistique dans ce domaine lexical est influencée par la théorie extra-linguistique, tout spécialement par la psychologie;

## RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

b) essayer de découvrir comment l'utilisation normale de la langue conditionne la théorie linguistique ainsi que la théorie extralinguistique;

c) montrer le bien-fondé des positions des relativistes et des universalistes quant à la langue.

### Summary

#### *A Contribution to the Study of the Language of Emotion in English and Portuguese*

This dissertation examines the lexemes traditionally used to describe the different types of emotion in English and Portuguese, from the perspective of the type of cognitive psychology which views such lexemes as describing complex psychological scenarios. Using electronically stored corpora of approximately 800,000 words for each language, approximately 25,000 examples of about seven hundred different lexemes were collected and classified in a way which described their lexical, syntactic, and semantic behaviour. A further comparison was also made between the data from the English corpus used, and that found for these lexemes in the 17,5 million word Birmingham Corpus. When analysing the data thus collected, the emphasis was on understanding the patterns of language that actually appear, rather than on which structures are theoretically possible.

The objectives of the dissertation are *a)* to show how linguistic theory about this lexical area is influenced by extra-linguistic theory, particularly in psychology; *b)* to try and discover the extent to which the patterns of normal language usage condition both linguistic and extra-linguistic theory, and *c)* to see what such a study reveals about the relativist and universalist positions on language.



## ÍNDICE

### Artigos

JOAQUIM FONSECA — <i>Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas</i>	7
MÁRIO VILELA — <i>A «cena» da «acção linguística» e a sua perspectiva por DIZER e FALAR.....</i>	65
ANDRÉE GIROLAMI-BOULINIER e MARIA DA GRAÇA PINTO — <i>A linguagem-expressão na criança europeia .....</i>	99
A. GIROLAMI-BOULINIER e MARIA DA GRAÇA PINTO — <i>A ortografia em crianças francesas, inglesas e portuguesas .....</i>	115
JOÃO VELOSO — <i>Algumas notas sobre a classificação de /t/ e /d/ em português. Dinâmica articulatória e funcionalidade linguística....</i>	131
MARIA HELENA ARAÚJO CARREIRA — <i>Para uma leitura guiada de Sémantique Générale de Bernard Pottier, com adaptações ao português.....</i>	147
JOHN GREENFIELD — <i>Lyric Love and the Epic Hero: Notes on Siegfried's Wooing of Kriemhild in the Nibelungenlied .....</i>	181
JORGE A. OSÓRIO — <i>Reflexos de Tordesilhas numa nota antiportuguesa de Pedro Mártir de Anghiera.....</i>	191
MARIA DE FÁTIMA MARINHO — <i>A atracção do abismo. (Reflexões sobre o incesto em dois romances de Camilo Castelo Branco) .....</i>	215
ISABEL PIRES DE LIMA — <i>Entre Primos: d'«O Primo João de Brito» a «O Primo Basílio».....</i>	229
MARIA DE LURDES SAMPAIO — <i>A ficção de Fernando Pessoa: estudo de um caso original.....</i>	247
CARLOS AZEVEDO — <i>Hemingway and Paris: «The Cavalry of Woe».....</i>	271
CARLOS AZEVEDO — <i>James e Hemingway: as artes da ficção .....</i>	281
	401

MARIA JOÃO PIRES — <i>Literatura e teologia bíblica: experiências de confronto na poesia inglesa oitocentista</i> .....	291
BELINDA M. H. S. MAIA — <i>Notes on the English Present Perfective, and on its Cousin, the Portuguese 'Preterito perfeito composto'</i> .....	305
<b>Varia</b>	
F. OLIVEIRA, J. VELOSO, S. MATOS e S. CARDOSO — <i>Considerações sobre um inquérito</i> .....	349
MARIA JOÃO REYNAUD — <i>A poesia de Eugénio de Andrade: esboço de uma leitura</i> .....	365
LYDIA MIKLAUTSCH — « <i>Was gehen uns die Nibelungen an?</i> ».....	369
<b>Notícias</b> .....	379
<b>Recensões</b> .....	383
<b>Summaries</b> .....	387
<b>Anexos</b> .....	393